JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Confresa 5
Camara Municipal de Poconé 9
Camara Municipal de Porto Estrela 10
Camara Municipal de Ribeirãozinho 10
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 10
Camara Municipal de Várzea Grande 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 11
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 15
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 15
Prefeitura Municipal de Água Boa 15
Prefeitura Municipal de Alto Garças 17
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 18
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 18
Prefeitura Municipal de Apiacás 19
Prefeitura Municipal de Araguaiana 19
Prefeitura Municipal de Araguainha 20
Prefeitura Municipal de Araputanga 25
Prefeitura Municipal de Arenápolis 26
Prefeitura Municipal de Aripuanã 26
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 27
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 28
Prefeitura Municipal de Cáceres 29
Prefeitura Municipal de Campinápolis 38
Prefeitura Municipal de Campo Verde 42
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 43
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 45
Prefeitura Municipal de Canarana 45
Prefeitura Municipal de Carlinda 48
Prefeitura Municipal de Castanheira 48
Prefeitura Municipal de Cláudia 48
Prefeitura Municipal de Colíder 49
Prefeitura Municipal de Colniza 57
Prefeitura Municipal de Comodoro 58
Prefeitura Municipal de Confresa 59
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 59
Prefeitura Municipal de Cuiabá 61
Prefeitura Municipal de Denise 61
Prefeitura Municipal de Diamantino 90
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 97
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 97
Prefeitura Municipal de General Carneiro 99
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 100
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 105
Prefeitura Municipal de Itanhangá 105
Prefeitura Municipal de Itiquira 106
Prefeitura Municipal de Jaciara 111
Prefeitura Municipal de Jangada 209
Prefeitura Municipal de Jauru 212
Prefeitura Municipal de Juara 213
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 213

Prefeitura Municipal de Marcelândia 214
Prefeitura Municipal de Matupá 217
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 236
Prefeitura Municipal de Nobres 245
Prefeitura Municipal de Nortelândia 251
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 254
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 259
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 260
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 264
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 265
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 268
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 268
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 270
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 271
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 275
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 275
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 276
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 277
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 277
Prefeitura Municipal de Paranatinga 278
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 285
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 288
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 289
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 289
Prefeitura Municipal de Poxoréu 290
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 291
Prefeitura Municipal de Rio Branco 293
Prefeitura Municipal de Rondolândia 293
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 294
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 298
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 298
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 322
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 322
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 323
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 364
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 365
Prefeitura Municipal de São José do Povo 368
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 369
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 370
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 371
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 381
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 382
Prefeitura Municipal de União do Sul 386
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 388
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 389
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 435
Prefeitura Municipal de Vila Rica 435

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
ERRATA – PORTARIA 006/2018

ERRATA

Da Portaria n. º 006/2018, "Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providencias"

Onde se lê:

n. º 006/2018, "Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providencias"

Leia-se:

n. º 008/2018, "Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providencias"

Sala da Presidência, 21 de Fevereiro de 2017.

José Ari Zandoná

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO Nº 03 DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018

Este documento tem por objetivo retificar o **Ato de Adjudicação e Homologação do Processo de Inexigibilidade Nº 02/2018**, da Câmara Municipal de Cáceres-MT, e sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM (https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/367016/), na data de 06 de fevereiro de 2018, edição n° 2.911, páginas 08 e 09, considerando o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 355 de 08/02/2018, desta Casa Legislativa (Proc. Lic. nº 03/2018, fls. nº 76, 87, 88 e 89), com a devida retificação abaixo:

RETIFICAÇÃO 01:

Onde se lê:

DESPESAS:

	Ficha	Órgão	Unidade:	Fonte de recursos:	Natureza:
	21	01	01	**01.031.1001.2004.0000**	**3.3.90.39.00**
Item	**Empresa:**			**Nº. CNPJ:**	**Valor:**
01	LICITAMASTER CURSOS E EVENTOS (MÓDULOS I e II).			27199161/0001-02	**R$ 3.000,00**
02	LICITAMASTER CURSOS E EVENTOS (MÓDULO I).			27199161/0001-02	**R$ 700,00**
Valor Total: R$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais.)					

Leia-se:

DESPESAS:

	Ficha	Órgão	Unidade:	Fonte de recursos:	Natureza:
	21	01	01	**01.031.1001.2004.0000**	**3.3.90.39.00**
Item	**Empresa:**			**Nº. CNPJ:**	**Valor:**
01	LICITAMASTER CURSOS E EVENTOS (MÓDULOS I e II).			27199161/0001-02	**R$ 4.200,00**
Valor Total: R$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais.)					

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 20 de fevereiro de 2018.

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 169/2017

DOMINGOS DE OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

RATIFICAÇÃO Nº 03

EXTRATO DO ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 02/2018, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

Protocolo nº. 175 de 25 de janeiro de 2018

Processo Licitatório n° 03/2018.

Interessado: Câmara Municipal de Cáceres/MT

Especificação: Inexigibilidade nº 02/2018, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT, visa disciplinar a *contratação do "Curso de Pregão Presencial e Eletrônico, Elaboração do Termo de Referência, Contratação Direta (Dispensa e Inexigibilidade), Gestão e Fiscalização do Contrato e SRP – Sistema de Registro de Preço", que será realizado pela empresa LICITAMASTER CURSOS E EVENTOS, nos dias 28 de fevereiro à 02 de março de 2018 (MÓDULO I) e 21 a 23 de março de 2018 (MÓDULO II), na cidade de Cuiabá-MT.*

Fundamento: Art. 25, II c/c VI do ar Art. 13 da Lei nº 8.666/93.

DESPESAS:

	Ficha	Órgão	Unidade:	Fonte de recursos:	Natureza:
	21	01	01	01.031.1001.2004.0000	3.3.90.39.00
Item	**Empresa:**			**Nº. CNPJ:**	**Valor:**

01	LICITAMASTER CURSOS E EVENTOS (MÓDULOS I e II).	27199161/0001-02	R$ 4.200,00
Valor Total: R$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais.)			

A Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., nomeada pela Portaria 169/2017, **ADJUDICA** a presente inexigibilidade.

JOEL XAVIER DO NASCIMENTO

Presidente da C.P.L

GLEISON DA SILVA SOUZA

Membro da C.P.L

JACKSON WILLIAN SANTOS DA SILVA

Membro da C.P.L Membro da C.P.L

E, tendo sido cumpridas todas as formalidades legais, conforme determina a Lei Federal n° 8.666/93, a Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **o parecer é pela Homologação** da presente inexigibilidade.

NICOLAS MURTINHO RAMOS

Advogado da Câmara Municipal de Cáceres

OAB-MT n° 19.005/O

Cumpridas todas as formalidades legais **HOMOLOGO** a decisão ao vencedor, e **autorizo o empenho** das despesas respectivas ao setor competente para que proceda na forma dos arts. 60 e seguintes, da Lei federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 05 de fevereiro de 2018.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 14/2018

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

R E S O L V E:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 13, de 19 de fevereiro de 2018, de "Interromper as férias do servidor **ADÃO TADEU RIBEIRO**, conforme estabelece a Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, artigo 72, para que o mesmo se reapresente, nesta Casa de Leis, para exercer suas atividades a partir do dia 20 de fevereiro de 2018.".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 20 de fevereiro de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Alvasir Ferreira de Alencar

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI

Rua Mato Grosso, 120 – Centro – Tel. (66) 3564-1654

29 de Janeiro de 2018

O Controlador Interno, responsável pela Unidade de Controle Interno — UCI (instituída pela Lei de nº 662/2015, de 17 de Abril de 2015, Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno nº. 01/215), em cumprimento do disposto no art. 8º da Resolução Normativa n. 33/2012 do Tribunal de Contas de Mato Grosso, e com fundamento no art. 31 da Constituição, resolve:

Art. 1º. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) consiste na normatização operacional e no planejamento dos procedimentos de auditoria e controle. O PAAI 2018 é o documento que orienta as normas para as auditorias internas, especificando os procedimentos e metodologias de trabalho a serem observadas pela auditora de contas.

Parágrafo único - As auditorias tem a finalidade precípua de avaliar o cumprimento dos Sistemas Administrativos auditados quanto ao segmento dos procedimentos das Instruções Normativas, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como recomendar e sugerir ações corretivas para os problemas detectados, cientificando aos auditados da importância em submeter-se às normas vigentes.

CAPITULO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Cabe a UCI exercer a função de auditoria e controle preventivo, acompanhamento, avaliação, verificação, fiscalização, de forma precedente, concomitante e subsequente, sobre todos os atos contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, visando o bom cumprimento da Lei e dos princípios contábeis e administrativos.

Parágrafo único. É dever da UCI apoiar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º. A função de auditoria demanda completa independência do objeto auditado.

Art. 4º. No exercício do Controle Preventivo a UCI adotará as seguintes medidas:

a) Realizar encontros e reuniões com os servidores da unidade para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos acerca da aplicabilidade, alcance e cumprimento das instruções normativas;

b) Emitir pareceres e recomendações para aprimorar o controle interno, quando constatada pela UCI falha nos procedimentos de rotinas;

c) Responder consultas das unidades executoras quanto a legalidade, legitimidade e economicidade de procedimentos de trabalho, bem como, nos casos de interpretação e/ou indicação da legislação aplicável à determinadas situações hipotéticas;

d) Informar e orientar as unidades executoras quanto às manifestações e recomendações de órgãos de controle externo que possam implicar diretamente na gestão;

e) Realizar visitas técnicas preventivas nas unidades para avaliar a eficiência dos trabalhos administrativos;

f) Realizar demais atos de controle preventivo inerente as funções de Controle Interno.

Parágrafo único - O controle preventivo da UCI será realizado junto as unidades administrativas durante todo o exercício de 2018, sem data previamente fixada, posto que seja adotada sempre que a UCI deve verificar a necessidade de acompanhamento ou mediante solicitação das unidades executoras.

Art. 5º. São instrumentos da UCI:

I - Notificação: Documento pelo qual a UCI comunica ao gestor ou responsável a ocorrência de irregularidade;

II - Relatório de Auditoria: Documento pelo qual a UCI comunica ao gestor os achados e fatos relevantes resultantes de auditoria;

III - Representação ao Tribunal de Contas: Comunicação ao TCE/MT acerca de irregularidade grave, irregularidade que importe prejuízo ao erário (desde que não reparado integralmente), ou irregularidade já notificada, mas não sanada;

IV - Parecer do Controle Interno: Pronunciamento analítico quanto à aprovação ou não de um ato;

V - Rotina: Normatização sobre os procedimentos e métodos das atividades de uma determinada função ou departamento, com o fim de padronizar, organizar, corrigir desvios e acelerar o andamento do fluxo de trabalho.

Parágrafo único. As Rotinas serão elaboradas pela UCI em conjunto com o responsável pela função respectiva (se houver), devendo ser submetidas à homologação do gestor.

Art. 6º. A UCI se vincula diretamente ao gestor desta Casa, sem qualquer tipo de vinculação intermediária (conforme art. 5º, RN 33/2012, TCE/MT).

CAPITULO II — AUDITORIA *IN LOCO*

Art. 7º. Deve ser garantido à UCI acesso irrestrito a todos os documentos e registros físicos e eletrônicos da Câmara.

Parágrafo único. Se houver impedimento ao trabalho de auditoria, a UCI deverá lavrar termo circunstanciado, com assinatura de ao menos uma testemunha, e então notificar o gestor.

Art. 8º. Ademais das auditorias programadas neste PAAI, a UCI poderá, a critério desta, proceder a outras auditorias *in loco* a qualquer tempo.

Art. 9º. Todas as auditorias *in loco* deverão ser avisadas com ao menos dois dias de antecedência.

Art. 10º. Depois de realizada a auditoria *in loco*, a UCI irá emitir um Relatório de Auditoria com os achados que se verificarem.

CAPITULO III — DEVERES PERIÓDICOS

Art. 11º. É obrigatório o Parecer do Controle Interno sobre:

I - As contas anuais de gestão, a ser consolidado semestralmente, nas cargas mensais de junho e dezembro;

II - Os processos de licitação, ao final deles, antes da adjudicação;

III - Todos os processos de concursos públicos;

IV - A totalidade das admissões de pessoal realizadas no quadrimestre se houver.

Parágrafo único. É facultado ao gestor requisitar o Parecer do Controle Interno nos demais casos em que julgar necessário.

CAPITULO IV — ATIVIDADES PROGRAMADAS

Art. 12º. Entre os meses de Janeiro e Fevereiro haverá reunião supervisionada pela UCI com todos os responsáveis por setores para tratar de fluxo de trabalho.

Art. 13º. Entre os meses de Março e Dezembro, a UCI irá proceder a auditoria *in loco* em todos os departamentos da Câmara. Conforme quadro em anexo.

CAPITULO V — DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º. Ao longo do exercício, as atividades e o cronograma de execução dos trabalhos poderão sofrer alterações em função de algum fator que inviabilize a sua realização na data estipulada, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos), atendimento ao Tribunal de Contas do Estado, assim como atividades não previstas.

Art. 15º. O resultado das atividades de auditoria será levado ao conhecimento do Presidente da Câmara Municipal e aos responsáveis por setores para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de auditoria.

Art. 16º. O disposto neste PAAI não exaure as prerrogativas e os deveres do Controle Interno, previstos na Lei e nas resoluções do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

Art. 17º. Este Plano Anual de Auditoria Interna é válido para todo o ano de 2017, tornando-se vigente a partir da publicação.

Confresa - MT, 29 de Janeiro de 2018. **Thiago Justen de Morais,** *Controlador Interno, Matricula nº 94.*

ANEXO I – CRONOGRAMA DOS TRABALHOS DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2018			
Objetivo: Averiguar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como recomendar e sugerir ações corretivas para os problemas detectados, cientificando aos auditados da importância em submeter-se às normas vigentes.			
SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA – IN SFI 007/2015			
Relevância	***Materialidade***	***Período***	***Departamento e/ou Unidades Auditadas***
Verificar a programação Financeira	*Verificar Lei Orçamentária Anual em seus anexos para aferir as dotações aprovadas para a Câmara Municipal de Confresa para o referido exercício.*	*Março a Dezembro*	*Tesouraria / Contabilidade*
Verificar Controle e Programação dos repasses recebidos pelo Órgão.	*Verificar extratos bancários mensais.*		*Tesouraria*
Verificar etapas da despesa pública até o pagamento – planejamento da despesa, programação financeira, Retenções legais devidas.	*Verificar Empenho, Liquidação, Ordem de pagamento (documentos envolvidos nas referidas etapas).*		*Tesouraria / Contabilidade*
Verificar questões pertinentes ao pagamento e prestação de contas de diárias junto ao setor naquilo que lhe couber.	*Verificar documentos de diárias, relatórios de prestação de constas e possíveis devoluções.*		*Tesouraria / Secretaria / Contabilidade*
Verificar questões pertinentes ao pagamento e prestação de contas de Verbas de natureza indenizatória junto ao setor naquilo que lhe couber.	*Verificar relatórios de prestação de contas, extratos bancários.*		*Tesouraria / Contabilidade / Secretaria*
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS E VIGILÂNCIA – IN SSG 008/2015			
Relevância	***Materialidade***	***Período***	***Departamento e/ou Unidades Auditadas***
Verificar questões quanto as exigências previstas no quesito limpeza, uso de Equipamentos de Proteção Individual.	*Verificar esporadicamente de forma não sequencial se a limpeza esta sendo realizada e se os EPI's estão sendo utilizados.*	*Março a Dezembro*	*Auxiliar de Serviços em Geral*
Verificar se há controle de consumo de materiais e utensílios de limpeza, e de copa e cozinha.	*Verificar nível de consumo de materiais pelo relatório do almoxarifado e patrimônio.*		
Verificar se os servidores em geral desta casa de leis contribuem com a organização das salas, banheiros, dentre outros.	*Verificar esporadicamente em dias não sequenciais analise In Locu nos departamentos.*		*Servidores em Geral*
Verificar o fiel cumprimento do revezamento entre os servidores. Verificar se os responsáveis pela vigilância atendem conforme dispõe a referida instrução quanto aos horários de abertura das portas, e questões de iluminação desta Casa de Leis.	*Verificar esporadicamente em dias não sequenciais analise In Locu para constatação da fiel execução.*		*Agentes de Vigilância*
Verificar se há controle de acesso de pessoas, veículos e bens da câmara.	*Verificar esporadicamente em dias não sequenciais analise In Locu para constatação da fiel execução.*		*Agentes de Vigilância*
SISTEMA JURÍDICO – IN SJU 009/2015			
Relevância	***Materialidade***	***Período***	***Departamento e/ou Unidades Auditadas***
Verificar se o Advogado Público esta dirigindo, controlando os trabalhos que lhe são afetos, e se há responsabilidade quanto aos encargos a ele atribuídos.	*Verificar cumprimento de prazos e defesas competentes a este departamento.*	*Março a Dezembro*	*Jurídico*
Verificar se há fornecimento de informações pelo Advogado Público ao Presidente e a Controladoria Interna Legislativa.	*Verificar se há respostas dos ofícios de solicitação de informações ao referido departamento.*		
SISTEMA DE PLANEJAMNETO E ORÇAMENTO – IN SPO 002/2015			
Relevância	***Materialidade***	***Período***	***Departamento e/ou Unidades Auditadas***
Verificar os projetos orçamentários, objetivos e metas da Administração Pública definidos para os quatros anos bem como suas alterações.	*Verificar PPA, LDO e LOA, seus respectivos anexos e suas alterações.*	*Março a Dezembro*	*Gabinete / Tesouraria / Contabilidade*
Verificar se houve levantamento dos recursos financeiros para elaboração das peças de planejamento.	*Verificar proposta orçamentária enviada ao Poder Executivo.*		
Verificar se houve apuração dos gastos com manutenção da máquina administrativa e definições das disponibilidades financeiras para a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.	*Verificar se foram elaboradas projeções dos custos de manutenção da maquina pública para elaboração de proposta orçamentária.*		
Verificar se houve entrega das peças orçamentárias dentro do prazo que o TCE/MT estabelece aos fiscalizados.	*Verificar Site do TCE/MT na aba Espaço Cidadão>Remessas do Aplic.*		*Responsável pelo envio do APLIC*
Verificar se há elaboração de relatórios periódicos de avaliação de metas físicas, objetivos a serem encaminhados ao Presidente desta Casa de Leis.	*Verificar se há elaboração dos relatórios e se os mesmos são de conhecimento do Presidente.*		*Contabilidade*
Verificar se houve a elaboração do referido cronograma mensal de desembolso de cada um dos setores e também sua fiel execução e possíveis alterações.	*Verificar se houve a elaboração do cronograma e se o mesmo foi aprovado pelo Presidente.*		*Contabilidade / Tesouraria / Gabinete*
SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS – IN SRH 003/2015			

Relevância	Materialidade	Período	Departamento e/ou Unidades Auditadas
Verificar arquivo físico individual funcional dos servidores desta casa, tanto quanto ao registro individualizado, quanto a relação de documental.	Verificar pastas de arquivos físicos dos servidores.		Recursos Humanos
Verificar passivo trabalhista e os encargos incidentes sobre a folha de pagamento, tanto por sua incidente como pelo seu recolhimento conforme dispõe legislação vigente.	Verificar balancete mensal.	Março a Dezembro	
Verificar se há controle por esta casa de leis de afastamento dos servidores a qualquer titulo.	Verificar relatório de afastamentos e seu registro em sistema.		
Verificar controle da elaboração da folha de pagamento mensal. (vencimentos, faltas e demais)	Verificar balancete mensal.		
Verificar se o gasto com pessoal esta abaixo dos limites legais.	Verificar balancetes de forma quadrimestral afim de apurar a despesa com pessoal de forma quadrimestral e anual.		
Verificar se houve autorização do representante desta casa de leis para empréstimos consignados.	Verificar se houve autorização por escrito do Presidente e se foi concedida conforme legislação em vigor.		
Verificar o controle dos contratos administrativos de prestação de serviços conforme dispõe legislação vigente.	Verificar os contratos em vigor, seus respectivos aditivos e os relatórios do fiscal de contratos.		
Verificar se foram publicados os atos de nomeação dos servidores concursados.	Verificar em Diário Oficial as referidas publicações.		Secretaria / Recursos Humanos.
Verificar os atos de concessão de licença diversas, férias quanto aos quesitos de admissibilidade.	Verificar pasta do funcionário junto ao Recursos Humanos.		Recursos Humanos
Verificar se os servidores registram o horário de trabalho no Livro Ponto.	Verificar Livro Ponto de todos os Servidores.		
SISTEMA DE CONTROLE DE VEÍCULOS – IN STR 004/2015			
Relevância	**Materialidade**	**Período**	**Departamento e/ou Unidades Auditadas**
Verificar se há controle em planilhas por parte deste departamento do consumo de combustível, quilometragem rodada, uso, guarda, conservação e manutenção do mesmo.	Verificar se há a referida planilha junto ao Presidente e/ou Responsável pelo Controle de Veículos.	Março a Dezembro	Responsável pelo Controle de Veículos / Presidente
Verificar a existências de relatórios de fechamento mensal, anual e cópias documentais do veículo (inclusive quanto aos tributos incidentes sobre o mesmo).	Verificar existência física dos relatórios e se os mesmos são devidamente preenchidos.		
Verificar se há preenchimento da "Ficha de Controle do Veículo" se a mesma é feita de forma efetiva evidenciando todas as informações necessárias ao acompanhamento das condições mecânicas, com registro das revisões preventivas ou corretivas e equipamentos de uso obrigatório.	Verificar a Ficha de Controle do Veículo.		
Verificar se tem controles da saída do veiculo e caso tenha se o mesmo é preenchido de forma efetiva, com registros de: descolamento, data/hora, quilometragem de saída e chegada, nome do motorista, o serviço realizado.	Verificar Relatório com o controle de saídas do veículo e todos os seus registros..		
Verificar se houve o envio até o décimo dia de cada mês, as informações constantes da Ficha de Controle de Veículos, gastos mensais e média de consumo de combustível por quilômetro rodado referente ao mês anterior.	Verificar data de recebimento da Ficha de Controle de Veículos ao Presidente.		
Verificar se até o dia 31 do mês de Janeiro de cada ano foi elabora do relatório anual das condições gerais do veículo, estado de conservação, consumo médio, necessidade de manutenção preventiva ou corretiva, equipamentos e acessórios obrigatórios, todos gastos com veículos referente ao exercício anterior.	Verificar a data de recebimento do RELATÓRIO ANUAL DAS CONDIÇÕES GERAIS DO VEÍCULO enviado anualmente.		
Verificar autorização para utilização do veículo o oficial juntamente com cópia da CNH para conferência.	Verificar cópias das CNHs dos que tem permissão para conduzir o veículo.		
Verificar se há o preenchimento do relatório de bordo caso exista verificar se foi preenchido de forma adequada, conferir a entrega semanal do mesmo ao responsável pelo controle de veículos.	Verificar o RELATÓRIO DE BORDO.		
SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÃO – SCL Nº 005/2015			
Relevância	**Materialidade**	**Período**	**Departamento e/ou Unidades Auditadas**
Verificar se as solicitações são devidamente numeradas; se contem quantidade, qualidade e características específicas do(s) produto(s)e/ou serviço(s);se contem especificações de marcas ou elementos que impede a ampla concorrência.	Verificar Solicitações de Compras.	Março a Dezembro	Todos os departamentos.
Verificar a existência de dotações para as pretendidas aquisições, e se a mesma possui compatibilidade com o PPA, LDO e LOA.	Verificar Parecer Contábil da disponibilidade de dotação nas aquisições.		Contabilidade
Verificar se os processos foram devidamente assinados e autorizados pelo responsável do Setor de Compras naquilo que lhe compete, pelo Contador e Presidente naquilo que lhes for pertinente.	Verificar todos os Processos Licitatórios Físicos.		Compras / Licitações / Contabilidade
Verificar se todas as dispensas de licitação atenderam ao que dispõe a lei 8.666/93 e legislação municipal pertinente.	Verificar Justificativas de não execução de Processo Licitatório.		Compras / Jurídico
Verificar se todas as aquisições feitas por esta casa de leis atenderam as modalidades previstas na legislação vigente.	Verificar Processos Licitatórios, Dispensas de Licitação.		Compras / Jurídico
Verificar se os procedimentos licitatórios foram publicados em órgão oficial, e também no quadro de avisos de amplo acesso publico e também no site oficial da câmara municipal.	Verificar em Diário Oficial.		Secretaria da Câmara
Verificar a disponibilidade orçamentária e financeira para o referido aditivo e se o mesmo possui compatibilidade com o que dispõe a Lei 8.666/93.			Jurídico
Verificar se no decorrer dos processos licitatórios em fase oportuna ao que dispõe a legislação se foram devidamente apresentadas as Certidões Negativas e se antes de qualquer pagamento foram emitidas as devidas certidões.	Verificar Certidões Negativas impressas anexas aos Processos Licitatórios e aos Relatórios de Fiscal de Contratos.		Secretaria da Câmara / Tesouraria
Verificar se o que foi solicitado através da autorização de fornecimento foi atestado o recebimento pelo responsável pelo atesto de recebimento.	Verificar atesto das notas fiscais e os produtos e/ou serviços se foram prestados conforme descreve a NF e Autorização de Fornecimento.		Responsável pelo atesto do recebimento.
SISTEMA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO – SPA Nº 006/2015			
Relevância	**Materialidade**	**Período**	**Departamento e/ou Unidades Auditadas**
Verificar se todos os bens móveis desta casa de leis estão devidamente tombados e com as relações de seus respectivos responsáveis, e se os mesmos estão inclusos em Sistema de Cadastro de Patrimônio.	Verificação In Locu em cada departamento, e relatório emitido pelo Sistema de Cadastro de Patrimônio.	Março a Dezembro	Todos os departamentos e/ou Unidades

Verificar se todos os bens de consumo estão devidamente registrados em sistema próprio e se é feito o controle dos mesmos.	*Verificação In Locu do estoque físicos e do que consta em sistema de Almoxarifado.*		*Responsável pelo Patrimônio e Almoxarifado*
Verificar a documentação recebida dos bens, bem como sua autorização.	*Verificar atesto em Notas Fiscais e bens físicos recebidos.*		*Responsável pelo Patrimônio e Almoxarifado*
Verificar termos de responsabilidade se estão devidamente assinados e se todos os bens do termo encontram-se no local definido por ele. Registrar as transferências de bens entre os departamentos.	*Verificar em cada Sala e/ou departamento Termo de Responsabilidade dos bens que nela constam e seu(s) responsável(eis).*		*Todos os departamentos e unidades.*
Verificar se houve criação de Comissão de Avaliação dos valores dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Confresa.	*Verificar Portarias.*		*Gabinete*
Verificar se há inventário anual dos bens patrimoniais circunstanciado de todo o patrimônio da Câmara ao final do ano.	*Verificar Inventário Anual.*		*Responsável pelo Patrimônio e Almoxarifado*
Verificar se os inventários iniciais e eventuais foram devidamente elaborados.	*Verificar Inventários Iniciais e Eventuais ou sua ausência.*		*Responsável pelo Patrimônio e Almoxarifado*
Verificar se há um arquivo de Leis, Portarias, Resoluções, Decretos, Normativas, Atas, Indicações, Requerimentos, Moções e outras (suas versões originais).	*Verificar a existência e manutenção do referido arquivo.*		*Responsável pelo Patrimônio e Almoxarifado*
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – SCI Nº 001/2015			
Relevância	***Materialidade***	***Período***	***Departamento e/ou Unidades Auditadas***
Verificar se houveram discussões técnicas entre os setores executores, a controladoria interna e o gestor, para definição das rotinas de trabalhos, pontos de controle e os respectivos procedimentos de controle, objetos da Instrução Normativa a ser elaborada.	*Verificar Ata de reuniões com o Controlador Interno.*	*Março a Dezembro*	*Controladoria Interna*
Verificar se todas as Instruções Normativas foram devidamente divulgadas.	*Verificar Diário Oficial*		
Verificar se há ausência de alguma instruções normativa de acordo com o que dispões e legislação vigente, no caso de ausência detectada proceder confecção de Instrução normativa.	*Verificar Legislação do TCE/MT no que concerne ao tema e se todos os quesitos foram devidamente cumpridos.*		
ITENS NÃO CONTEMPLADOS EM INSTRUÇÕES NORMATIVAS			
Relevância	***Materialidade***	***Período***	***Departamento e/ou Unidades Auditadas***
Verificar Balancetes mensais e seus anexos, se os mesmos atendem ao disposto na legislação vigente.	*Verificar Balancetes Mensais.*	*Março a Dezembro*	*Contabilidade*
Verificar Balanço Anual e seus anexos, se o mesmo atende ao disposto na legislação vigente.	*Verificar Balanço Anual.*		
Verificar Relatório de Gestão Fiscal, se o mesmo reflete os gastos com pessoal, saldos em caixa, restos a pagar e demais informações. Sua publicação no prazo hábil definido por lei e suas respectivas assinaturas.	*Verificar Arquivo Físico*		
Verificar nomeação de responsável pelo Geo-Obras caso faça necessário e devido preenchimento do mesmo e cumprimento fiel dos prazos definidos pelo TCE-MT.	*Verificar Geo-Obras*		*Gabinete da Presidência*
Verificar respostas a solicitações feitas ao setor de contabilidade.	*Verificar respostas de Ofícios*		*Contabilidade*
Verificar tempo hábil de resposta de solicitações feitas através da Ouvidoria.	*Verificar relatório físico assinado pelo Ouvidor (periódicos se houver e anual).*		*Ouvidoria*
Verificar o site oficial da Câmara Municipal de Confresa afim de constatar se o mesmo atende ao que determina a legislação em vigor no quesito de transparência pública.	*Verificar o site http://www.confresa.mt.leg.br.*		*Gabinete da Presidência*

Confresa – MT, 29 de Janeiro de 2018. ***Thiago Justen de Morais,*** *Controlador Interno, Matricula nº 94*

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 013/2018

P O R T A R I A No 013/2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ADEMIR APARECIDO ZULLI**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **FERNANDA DE JESUS NASCIMENTO**, funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2017/2018, a partir de 01 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 20 de fevereiro de 2018.

Vereador Ademir Aparecido Zulli

Presidente

Vereador Raonny Arruda Falcão

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 014/2018

P O R T A R I A No 014/2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ADEMIR APARECIDO ZULLI**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **ZENILDE DA CONCEIÇÃO ARRUDA**, funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2017/2018, a partir de 01 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 20 de fevereiro de 2018.

Vereador Ademir Aparecido Zulli

Presidente

Vereador Raonny Arruda Falcão

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
HOMOLOGAÇÃO DA ATA DA REUNIAÕ DE ESCOLHA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA - MT.

HOMOLOCAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE ESCOLHA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA – MT.

Aos 21 (Vinte e Um) dias do mês de Fevereiro de Dois Mil e Dezoito (2018), às 08:30 hs, reuniram-se o Presidente**: *Denisson Pedroso Brilhadori*** e os demais Vereadores integrantes do Legislativo, para dar cumprimento ao que determina os ***Arts. 49, 50, 51* e 57** do Regimento Interno, mediante a indicação dos membros para compor as **"COMISSÕES PERMANENTES"** da Câmara Municipal de Porto Estrela Estado de Mato Grosso para o ***anuênio de 2018,*** permitida a recondução. Após as devidas indicações, o Presidente da Câmara Municipal as **HOMOLOGOU,** ficando constituidas dos Vereadores abaixo relacionados, quais foram **empossados** no presente ato, restando decidido entre os edis que as reuniões das Comissões Permanentes serão realizadas **semanalmente** às ***9:00 horas***, nas quarta feira da mês.

COMISSÃO DE ECONOMIA , FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: EDINEI APARECIDO DA SILVA-**(PSD)**

RELATOR: DANIEL SANTI DA SILVA - **(PSB)**

SECRETÁRIO: CRISTIANO DE JESUS MARTINS - **(PT)**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PRESIDENTE: LUIS VIERA DE SOUZA - **(SD)**

RELATOR: EDINEI APARECIDO DA SILVA - **(PSB)**

SECRETÁRIO: DEVAIR SALES DE OLIVEIRA - **(SD)**

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA E DEFESA DA CIDADANIA

PRESIDENTE: CRISTIANO DE JESUS - **(PT)**

RELATOR : SILVIO DA SILVA - **(PSB)**

SECRETÁRIO: GILSON ALVES DA SILVA - **(PV)**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

PRESIDENTE: MARIO APARECIDO DOS SANTOS - **(PSDB)**

RELATOR DEVAIR SALES DE OLIVEIRA - **(SD)**

SECRETÁRIO : EDINEI APARECIDO DA SILVA - **(PSD)**

_____

Denisson Pedroso Brilhadori

Presidente

Vereadores integrantes da Comissão:

CRISTIANO DE JESUS MARTINS LUIS VIEIRA DE SOUZA

GILSON ALVES DA SILVA DANIEL SANTI DA SILVA

MARIO APARECIDO DOS SANTOSDEVAIR SALES DE OLIVEIRA

SILVIO DA SILVA EDINEI APARECIDO DA SILVA

CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO-MT/SECRETARIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO CONTAS ANUAIS CÂMARA DE RIBEIRÃOZINHO-MT

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 07/2018

A câmara Municipal de Ribeirãozinho - MT. Através do seu presidente, o Vereador Sr. AGOSTINHO CARNEIRO FILHO, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT. Torna Público o seguinte:

CONTAS ANUAIS DO EXERÍCIO DE 2017, NOS TERMOS DA LEI Nº 4. 320/64 E LEI Nº 101/2000 , COM TODOS OS QUADRO E ANEXOS.

Os quais se encontram devidamente publicado conforme preceituação constante no artigo 106 da Lei Orgânica do Município, ficado à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa a partir desta data 15 de fevereiro de 2018, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

Os quais serão devidamente publicado nas vias de publicação oficial deste município, como de costume, também, via mural em locais públicos desta cidade.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho - MT, aos 15 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito.

Agostinho Carneiro Filho

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO-MT/SECRETARIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO RREO 5ºB E 6ºB E RGF 3ºQ

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 06/2018

A Câmara Municipal de Ribeirãozinho - MT. Através do seu presidente, o Vereador CARLOS AUGUSTO DA ROSA SOLLER, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT., torna públicos os seguintes relatórios:

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXEDCUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 5º e 6º BIMESTRE/2017;

RGF- RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º. QUADRIMESTRE/2017.

Os quais se encontram publicados conforme preceitua a Lei Orgânica do Município, ficado à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa, a partir de 15 de Fevereiro de 2018, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

A íntegra destes relatórios estrão publicados via imprensa oficial deste município e via mural, em locais públicos desta cidade.

Ribeirãozinho - MT, 15 de fevereiro de 2018.

Agostinho Carneiro Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
PORTARIA 03/2018

PORTARIA N.º 03/2018

ADELAR MARCANTE, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Sra FRANCIANE BORGES VIDAL, Portadora do RG nº 40.790.329-X SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 948.089.372-04, no período de 01 de fevereiro de 2018 a 01 de março de 2018, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017 em conformidade com o artigo 106 da Lei Municipal n.º 128/90.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

Adelar Marcante

Presidente Mesa Diretora

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 50/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Mirian Martins de Souza, Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 21 de fevereiro de 2018.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EDITAL COMPLEMENTAR 05 AO EDITAL N. 001/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR 05 AO EDITAL N. 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, com as atribuições que lhe são conferidas, **TORNA PÚBLICO** o presente **EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTE AO GABARITO PRELIMINAR, DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO E RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, conforme **ANEXOS I, II e III** deste.

Desta forma, inicia-se a contagem do prazo recursal (dias 21 e 22 de fevereiro), nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017 e respectivos Editais Complementares.

Peixoto de Azevedo – MT, 20 de fevereiro de 2018

Maurício Ferreira de Souza

Presidente do CISVP

Nandiara Dallacqua Pereira

Presidente da Comissão

ANEXO I

RESPOSTAS AOS RECURSOS IMPETRADOS CONTRA A PROVA OBJETIVA E GABARITO PRELIMINAR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

A Comissão responsável pela elaboração do teste seletivo do consórcio intermunicipal de saúde da região do vale do Peixoto, no uso de suas atribuições legais, torna público os pareceres dos recursos, interposto contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

RECORRENTES: ALINE MOTA ULRICH e CALEBE VIEIRA SILVA.

Questões comuns aos cargos de ensino fundamental:

QUESTÃO: 16

DECISÃO: RECURSO DEFERIDO

Justificativa: A questão não atende ao apresentado no conteúdo programático do Edital 001/2017.

QUESTÃO: 19

DECISÃO: RECURSO DEFERIDO

Justificativa: A questão não atende ao apresentado no conteúdo programático do Edital 001/2017.

QUESTÃO: 20

DECISÃO: RECURSO DEFERIDO

Justificativa: A questão não atende ao apresentado no conteúdo programático do Edital 001/2017.

ANEXO II

GABARITO DEFINITIVO

CARGOS: Auxiliar de Cozinha, Agente de Limpeza, Cozinheira, Motorista, Vigia e Auxiliar de Serviços Gerais

QUESTÃO	RESPOSTA
1	C
2	A
3	D
4	C
5	A
6	B
7	D
8	B

9	C
10	B
11	D
12	D
13	B
14	B
15	B
16	**ANULADA**
17	B
18	C
19	**ANULADA**
20	**ANULADA**

CARGOS: Técnico em Enfermagem, Técnico de Imobilização Ortopédica, Técnico em Patologia Clínica e Técnico em Radiologia

QUESTÃO	RESPOSTA
1	A
2	C
3	B
4	D
5	C
6	C
7	B
8	A
9	D
10	A
11	C
12	D
13	A
14	C
15	C
16	B
17	B
18	B
19	C
20	D
21	A
22	D
23	B
24	C
25	B
26	D
27	A
28	C
29	A
30	D

ANEXO III

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

AGENTE DE LIMPEZA / CASA DE AMPARO - CUIABÁ MT							
Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0184	JULIANA DE LIMA	030.277.271-50	0	0	0	0
2º	0135	VANESSA MEIRELES DE OLIVEIRA	033.139.891-52	0	0	0	0
AUXILIAR DE COZINHA / CASA DE AMPARO - CUIABÁ MT							
Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0223	ELIZABETE PEREIRA GOMES	615.514.061-87	0	0	0	0
2º	0198	ELZA FRANCISCA DE OLIVEIRA	487.351.321-91	0	0	0	0
3º	0197	MARIA IZABEL MIRANDA	948.817.581-87	0	0	0	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / HRPA							
Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0200	DULCINEYA PAULINO	003.470.581-32	45	8	30	83
2º	0089	SALOMé VIEIRA SILVA	602.328.163-01	45	12	24	81
3º	0215	RAMONY MACIELE DE JESUS C. ALVES	006.988.083-20	40	12	24	76
4º	0157	POLIANA PEREIRA DA SILVA	027.363.351-12	35	16	24	75
5º	0046	CHISLENE DE SOUSA ALMEIDA MOTA	026.322.471-60	40	16	18	74
6º	0025	FABRICIA SANTANA DOS SANTOS DA CUNHA	003.007.161-50	45	8	18	71
7º	0163	ALINE MOTA ULRICH	051.792.061-11	30	16	24	70
8º	0254	VALDINEIA ALVES DA SILVA	029.797.011-90	35	16	18	69
9º	0180	AGNER GONçALVES DUARTE	059.553.641-70	35	8	24	67
10º	0151	YRMA NUNES DE SOUSA	048.555.881-56	30	12	24	66
11º	0014	CALEBE VIEIRA SILVA	603.417.093-10	35	12	18	65
12º	0128	DOUGLAS SILVA DOS SANTOS	059.634.931-96	35	12	18	65

13º	0270	LILIAN CARDONHA PIMENTA	891.952.482-34	30	4	30	64
14º	0177	JUCILENE DA SILVA	002.922.691-02	40	4	18	62
15º	0187	NUBIA PEREIRA DA SILVA	943.915.211-72	30	8	24	62
16º	0259	LEIDIANE SOUSA DOS SANTOS	020.807.711-16	30	8	24	62
17º	0217	LUCILENE EVANGELISTA DE ARAUJO	046.175.231-03	30	8	24	62
18º	0078	GARDENIA LUNA RIBEIRO DA SILVA	037.990.841-77	35	8	18	61
19º	0278	JESSICA TAMARA C. N. TRINDADE	036.860.961-88	35	8	18	61
20º	0137	ANTONIA PORTIL DE ARAUJO	301.369.381-91	35	4	18	57
21º	0116	JOANA MISS DOS S. C. HALMENSCHLAGER	017.647.391-24	35	4	18	57
22º	0125	LEIDIANE COELHO DA SILVA	043.268.271-65	25	8	24	57
23º	0249	CREUZA CUNHA NASCIMENTO VIANA	011.765.331-42	30	8	18	56
24º	0239	ILDA PEREIRA BENTA	018.877.471-84	25	4	24	53
25º	0281	IRENE DA SILVA FERREIRA	009.016.471-79	30	4	18	52
26º	0136	JAQUELINE NOGUEIRA MORAIS	050.173.021-40	30	4	18	52
27º	0161	ALINE ALVES DA SILVA	031.711.201-51	25	8	18	51
28º	0054	ANA PAULA FERREIRA SANTANA	111.079.756-70	20	4	24	48
29º	0121	MARIA DE JESUS ROCHA	007.274.412-05	20	4	24	48
30º	0143	ITACINETHE SILVA DO NASCIMENTO	036.368.241-47	25	4	18	47
31º	0260	ROSICRER MOREIRA DA SILVA	846.243.291-04	20	8	18	46
32º	0158	MEINYANE COSTA DA S. CANTANHEDE	007.258.243-01	25	0	18	43
33º	0073	RAQUEL LIMA DOS SANTOS	062.956.131-10	20	4	18	42
34º	0148	MIGUELINA MIRANDA SILVA	982.651.301-63	15	8	18	41
35º	0138	EVA MARIA SILVA RODRIGUES	329.167.953-91	15	0	18	33
36º	0237	ANDREIA DA SILVA SANTOS	614.769.323-95	5	4	24	33
37º	0204	TAMIRES COSTA SANTOS	043.528.261-11	15	0	18	33
38º	0271	FRANCISCA RODRIGUES DE JESUS	012.380.401-95	10	4	18	32
39º	0268	KAMILA CAMELO MESQUITA	059.735.681-56	10	4	18	32
40º	0194	ANTONIA CONCEIÇÃO DA SILVA SOUSA	593.078.111-72	0	0	0	0
41º	0171	ELIZABETE ANDRADE BATISTA FERREIRA	621.886.401-44	0	0	0	0
42º	0141	MARIA NEIDE MESQUITA CONCEIçãO	815.680.451-15	0	0	0	0
43º	0225	DIVA PRIORI DE SOUZA	616.771.401-00	0	0	0	0
44º	0175	MARIA FERREIRA DOS SANTOS	014.084.841-02	0	0	0	0
45º	0264	AURIDEIA SANTOS DA SILVA	025.899.161-59	0	0	0	0
46º	0150	ANDREIA CONCEIçAO DE SOUZA	020.807.091-51	0	0	0	0
47º	0067	KASSIA MENEZES COSTA	032.883.281-27	0	0	0	0
48º	0090	DIULENA MESQUITA DA CONCEIçãO	041.764.731-00	0	0	0	0
49º	0291	RAIANE LIMA DA SILVA	064.434.661-28	0	0	0	0
50º	0208	DANUBIA MONTEIRO DA SILVA	061.403.911-80	0	0	0	0
51º	0106	ARLEANE DE CARVALHO DA SILVA	059.896.301-40	0	0	0	0
52º	0275	PAJNTI SUYA	061.232.211-40	0	0	0	0
53º	0063	GABRIELI SANTOS DE SOUZA	053.476.541-63	0	0	0	0

COZINHEIRA / CASA DE AMPARO - CUIABÁ MT

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0170	IZOLETE DE ALMEIDA LARA	551.522.871-53	20	4	18	42
2º	0234	MARISA QUEIROZ PERONI	445.693.006-34	0	0	0	0
3º	0077	ROSANA DA CRUZ ALMEIDA	965.664.181-72	0	0	0	0
4º	0022	CIBELE CRISTINA MORARI	041.334.319-79	0	0	0	0

MOTORISTA / CASA DE AMPARO - CUIABÁ MT

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0094	GLEGUISTONE OLIVEIRA DA SILVA	006.861.981-23	45	20	18	83
2º	0007	ADRIANO MARTINHO HOFFMANN	820.956.121-91	40	12	18	70
3º	0019	EDMAR DE JESUS PEREIRA RIBEIRO	882.665.403-49	35	16	18	69
4º	0169	GILBERTO RIBEIRO BUENO	000.727.631-16	25	8	18	51
5º	0211	DILSON RODRIGUES CARVALHO	451.500.361-53	15	4	18	37
6º	0276	DOUGLAS SAN DE CARVALHO DE MORAIS	032.979.401-90	10	4	18	32
7º	0123	REINALDO ROCHA PAIXAO	366.272.911-34	0	0	0	0
8º	0013	WOLFGANG CESAR RESENDE WIMMER	939.266.001-44	0	0	0	0
9º	0065	CARLOS AUGUSTO B. D. DE CASTILHO	050.809.041-51	0	0	0	0

TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA / HRPA

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0020	DIOVANIO DOMINGOS ROCHA	969.386.411-53	0	0	0	0

TÉCNICO EM ENFERMAGEM / HRPA

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0253	ISADORA DA SILVA FERREIRA	051.223.861-88	15	6	35	56
2º	0015	GARDENILDE FERREIRA PONTES	012.741.771-03	12	12	30	54
3º	0033	LÉA CRISTINA DOS SANTOS	014.745.911-75	15	6	30	51
4º	0113	KARINE RODRIGUES DOS S. TAVARES	021.275.161-17	12	12	25	49
5º	0245	CRISTIANE DIAS DE JESUS	028.016.771-75	18	10	15	43
6º	0228	FERNANDO COSTA MASSOCATTO	046.480.041-24	21	12	10	43
7º	0140	LIDIANE LUDKE DOS SANTOS	026.407.781-45	15	12	15	42
8º	0229	NAIARA DA LUZ DIFENTHAELER	025.250.491-79	12	12	15	39
9º	0189	NEIDE GONçALVES DOS SANTOS	003.085.031-20	15	8	15	38
10º	0133	RAIANE VIEIRA DA COSTA	043.896.471-30	9	8	20	37
11º	0018	ANTÔNIA BARROS DOS SANTOS	234.769.232-15	6	4	25	35
12º	0235	ANDREIA GODOI	008.515.031-28	12	8	15	35
13º	0258	DAIANE RITTER	020.653.231-83	15	10	10	35

14º	0154	ROSIMERE DANTAS DA SILVA	018.723.361-67	15	10	10	35
15º	0244	RITA MARTINS SILVA	966.461.441-68	9	10	15	34
16º	0085	ELIZANDRA APARECIDA MEIRELES LIMA	952.013.601-06	6	8	20	34
17º	0066	JEISLAINE MOREIRA DE SOUSA	051.251.511-57	12	12	10	34
18º	0115	DANIELA SANTOS DA SILVA	062.799.421-04	18	6	10	34
19º	0257	PAULO SERGIO DO REIS LIMA	026.837.241-10	18	4	10	32
20º	0044	ALDECI DO NASCIMENTO COELHO	251.909.112-68	9	2	20	31
21º	0216	MARIA DE JESUS PEREIRA DA SILVA LIMA	948.808.161-91	15	6	10	31
22º	0091	LUCILENE SANTOS	891.287.021-15	12	4	15	31
23º	0156	IARA VIEIRA ALMEIDA	040.354.181-61	12	4	15	31
24º	0083	FERNANDA MARIA PESSOA COSTA	449.295.872-04	12	8	10	30
25º	0111	PEDRINA CARDOSO SILVA OLIVEIRA	195.748.432-20	9	6	15	30
26º	0153	GERLANE MIKILIS DOS SANTOS SOARES	002.433.741-27	9	6	15	30
27º	0209	DAYANNE AP. R. DO NASCIMENTO	004.306.951-79	12	8	10	30
28º	0119	VALCIRENE VIEIRA COSTA	940.049.001-15	12	2	15	29
29º	0032	MARCIA DE SOUZA VIEIRA GAUTO	002.783.501-43	12	2	15	29
30º	0265	ANDREIA PORTIL DE ARAUJO	012.116.301-61	15	4	10	29
31º	0243	SANDRA QUEILA PANIçãO	048.404.421-42	9	10	10	29
32º	0092	VONY CLEMENTINO DE ARAUJO	797.075.131-87	6	2	20	28
33º	0213	VALDINEIA CONCEIçAO DA SILVA	003.124.941-81	6	6	15	27
34º	0057	ELAINE íRIS SILVA LIMA	045.755.171-27	6	6	15	27
35º	0272	EDITE LOPES DE CARVALHO	865.783.241-00	3	8	15	26
36º	0164	ADRIANA PAULINA DA SILVA	628.793.752-15	6	10	10	26
37º	0231	SILVANIA MATOS SOUSA	827.193.733-20	3	12	10	25
38º	0056	EDIVANIA MORAIS DE SOUSA	003.833.421-63	9	6	10	25
39º	0064	KEILA CARDOSO LIMA	024.791.131-32	6	8	10	24
40º	0263	CELIA REGINA DOS SANTOS	667.630.371-04	9	4	10	23
41º	0112	JANAISA DA CONCEIÇAO DIAS	046.476.561-79	9	4	10	23
42º	0230	MARILENE VIANA COSTA SANTOS	432.411.741-15	12	0	10	22
43º	0109	CELY REGINA LEVANDOSKI PAREDES	557.483.921-00	9	8	5	22
44º	0267	MARIA DOMINGAS MARQUES DA SILVA	529.806.423-04	6	6	10	22
45º	0191	ANTONIA BEZERRA DA SILVA MENDES	834.882.941-53	9	2	10	21
46º	0120	FRANCIELI SOUZA	023.075.931-95	12	4	5	21
47º	0031	FABIANA GUEDES LIMA	012.887.861-40	9	6	5	20
48º	0103	SOLANGE RIBEIRO LIMA	906.507.941-68	3	6	10	19
49º	0188	MARIA ELISIA DE MEDEIROS	000.416.801-11	3	6	10	19
50º	0261	ROGERIO LISBINSKI	009.274.551-29	9	8	0	17
51º	0173	GEANNE OLIVEIRA BARBOSA	043.421.051-01	12	4	0	16
52º	0218	MARIA ONEIDE DA SILVA SOUSA	476.964.863-49	6	4	5	15
53º	0107	LORINETE MOMOLI UNSER	003.466.641-95	12	2	0	14
54º	0233	FRANCISCA FERREIRA SOUSA	930.709.002-59	3	6	5	14
55º	0084	LUCINEIDE PEREIRA DE SANTANA	280.250.968-31	6	2	5	13
56º	0059	ROGER WILLIAN BIELESKI PEREIRA	062.500.131-13	6	6	0	12
57º	0242	ANALIDIA DA SILVA LIMA	032.952.351-12	3	8	0	11
58º	0174	MARIA GORETE ZUCHI DE OLIVEIRA	820.204.181-34	0	0	0	0
59º	0039	RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA	383.268.172-87	0	0	0	0
60º	0096	MARLI DA SILVA MATOS	291.949.032-04	0	0	0	0
61º	0182	MARIA SOUSA RAMOS	923.415.431-20	0	0	0	0
62º	0206	LIDIA SIQUEIRA DA CRUZ	288.413.678-90	0	0	0	0
63º	0012	NAZIOBERTA DOS SANTOS BENEVIDES	016.018.244-16	0	0	0	0
64º	0205	JACQUELYNE DE SOUZA CUNHA ARAGãO	041.090.531-37	0	0	0	0
65º	0179	ANA PAULA ABRANTES DOS S. ANDRADE	046.514.261-31	0	0	0	0
66º	0241	DAVID SILVA RAMOS	605.051.573-57	0	0	0	0
67º	0041	ALAF DIEGO DE CAMARGO	050.193.561-40	0	0	0	0
68º	0060	DOUGLAS APARECIDO MATOS	054.211.351-10	0	0	0	0
69º	0201	BIANCA CAROLINA DA UNGRIA	052.370.871-83	0	0	0	0

TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA / HRPA

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0247	DAGUIMAR CRUZ DOS SANTOS	603.893.621-15	18	10	5	33
2º	0165	JUSCELINA PARANHOS SOUTO	981.938.301-30	12	8	10	30

TÉCNICO EM RADIOLOGIA / HRPA

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0127	CRISTIANE MOREIRA FREIRE	003.748.671-35	18	8	20	46
2º	0147	LUANA SILVA DOS SANTOS	037.750.171-94	15	10	20	45
3º	0129	RENATA MONEGAT	020.170.001-83	12	4	25	41
4º	0021	ADRIANA PEREIRA GOES	960.425.671-87	12	6	20	38
5º	0284	JHON LENON RODRIGUES PICOLOTTO	032.274.411-36	9	8	20	37
6º	0256	ANDERSON ADORNO DE MATOS	856.357.311-04	15	10	10	35
7º	0246	LINDOMAR ABREU GUIMARÃES	758.845.261-72	6	8	10	24
8º	0017	SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA	581.967.651-34	0	0	0	0
9º	0055	FRANCINETE DOS SANTOS SILVA	011.063.751-81	0	0	0	0

VIGIA / CASA DE AMPARO - CUIABÁ MT

Col.	Código	Candidato	Identif.	PTG	MTM	CLE	Total
1º	0058	ELIAS DE LARA	208.859.891-04	20	4	24	48
2º	0167	SANDRO DA SILVA MOREIRA	029.478.301-64	15	8	24	47
3º	0185	INACIO ANTONIO SILVA DA CRUZ	429.510.971-15	0	0	0	0

4º	0048	ODAIR GUSMAO DA SILVA	545.168.971-72	0	0	0	0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018 DO CISA

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a **HOMOLOGAÇÃO** do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), e dá outras providências.

I - Considerando a realização das provas no dia 4 de fevereiro de 2018, relativas ao Processo Seletivo Simplificado nº 1, de 8 de janeiro de 2018;

II - Considerando a abertura de prazos recursais em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, bem como a resposta aos recursos apresentados e sua publicação;

III - Considerando a expedição do Edital Complementar nº 9, de 20 de fevereiro de 2018, que divulgou o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2018, devidamente publicado no mural do CISA, no *site* da Prefeitura Municipal *www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br* e no Diário Oficial Municipal (Jornal da AMM), no dia 21/02/2018, Edição nº 2.921 – ANO XII – Páginas 14-22, disponível no *site* https:// diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2018 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), divulgado através do Edital Complementar nº 9, de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Autorizar a convocação dos candidatos aprovados e, na medida da necessidade, dos candidatos classificados, pela ordem rigorosa de classificação.

Art. 3º Determinar que qualquer convocação deve ser precedida de análise sobre a existência de Candidatos aprovados ou classificados, em fila de espera, no Concurso Público nº 1/2017.

Art. 4º Previamente ao início dos trabalhos de candidato convocado, elaborar documentação contratual, com posterior publicação de seu extrato no Diário Oficial Municipal.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos deve exigir, no ato da contratação, todos os documentos citados no Edital de Abertura e Editais Complementares.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia (MT), em 21 de fevereiro de 2018.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DE ADITIVO ATA DE REGISTO DE PREÇOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. **018/2017** do Pregão Presencial nº 009/2017. Contratante**: CISOMT** Contratado: **AUTO POSTO QUATRO MARCOS LTDA.** *Objeto:* Aquisição de Combustível e Lubrificante, visando o atendimento do CISOMT. Aditivo de Valor do Lote 01, Item 03 – Valor Unitário R$ 4,29 - Vigência: 24/07/2017 a 24/07/2018. DATA 15/02/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 005/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.136/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 21/02/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 005/2018, que teve como vencedora a empresa: AUTO POSTO MARTINI LTDA, CNPJ:10.590.296/0001-00.

Água Boa - MT, 21 de fevereiro de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 007/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº 3.136/2017 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 007/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de materiais para construção, lâmpadas e reatores.

REALIZAÇÃO: 07/03/2018.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min, horário local.

INICIO DO CERTAME: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 21 de fevereiro de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro Oficial

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PORTARIA Nº 06/2018

PORTARIA Nº 06/2018 "Dispõe sobre o Credenciamento do Médico Perito do Água-Previ"

O Diretor Executivo do Água-Previ – Fundo Municipal de Previdência Social de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, 15 e § 3º do Art. 16 combinados com o Art. 73 da Lei Municipal 869/2006, de 25 de agosto de 2006, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º - Credenciar o Médico Dr. Maximiliano Lopes França, CRM/MT: 4797, portador do RG: 2.101.496 SSP/GO, CPF: 599.551.631-00, para ser

perito do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Água Boa – ÁGUA-PREVI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Água Boa, 15 de fevereiro de 2018.

Márcio Antônio Faoro

Diretor Executivo do Água-Previ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011

De 20 de fevereiro de 2018

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Classificados no Concurso Publico Nº. 001/2016, Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000, "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, na forma que estabelece e dá outras providências";*

CONSIDERANDO a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT, Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer, pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas – Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto nº 410, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo I e Anexo II do Decreto Municipal nº 3099, de 11 de agosto de 2017, parte integrante da presente convocação.

2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II (Dec. Mun. nº 3099, de 11 de agosto de 2017), acarretará o não cumprimento do mesmo.

3. O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II (Dec. Mun. nº 3099/2017)

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital de Retificação e Ratificação nº 002/2016 – UNIFICADO.

Parágrafo Único Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo, conforme o disposto no § 1º do Art. 14 da Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000.

Art. 4º - O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Diário Oficial de Contas – TCE, no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial www.aguaboa.mt.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Água Boa, atendendo a necessidade e conveniência de cada entre administrativo da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Integram o presente Edital:

ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – ANEXO I do Decreto Municipal nº 3099/2017;

ANEXO III – ANEXO II do Decreto Municipal nº 3099/2017.

Água Boa- MT, 20 de fevereiro de 2018.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretário Municipal de Ação Social

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011

De 20 de fevereiro de 2018

ANEXO I

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – (FEM)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
241175	ROMINA SOUZA DOS SANTOS	09/01/1989	90,0	3º
238939	MICHELE SOARES LANGKAMMER	02/02/1980	85,0	4º

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretário Municipal de Ação Social

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011

De 20 de fevereiro de 2018

ANEXO II

(ANEXO I – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXAMES
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L.); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L., Colesterol H.D.L. e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação do médico cardiologista; 7. Raio RX do tórax P.A. e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra-sonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Audiometria Total com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 9. Atestado de acuidade visual, fundo do olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S.); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 13. Eletroencefalograma (E.E.G.) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 14. Colpocitologia Oncontica – Papannicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 15. Antígeno Prostático Estático Especifico – P.S. A. para homens com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 16. Toxicológico (cabelo).
02	Docência.	Exigidos para o exercício da função de Professor de Educação Infantil, Fundamental, Médio, Superior e Tecnológico.	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista.
03	Nutrição.	Exigidos para o exercício da função do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e outras ligadas à manipulação de alimentos e/ou bebidas – Nutricionista.	1. Parasitológico de fezes; 2. Bacteriológico e secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
04	Saúde.	Exigidos para o exercício da função de Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Bioquímico / Farmacêutico, Educador em Saúde, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta ocupacional, Agente de Consultório Dentário, Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Prótese Dentária, técnico em Saúde Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária, Técnico Laboratorista, Técnico Radiologia, Vigilante Sanitário.	1. Exame Anti-HCV; 2. Exame (HBsAg); 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT).

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Edital de Retificação e Ratificação nº 02/2016 – UNIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011

De 20 de fevereiro de 2018

ANEXO III

(ANEXO II – Decreto Municipal 3099/2017)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	DOCUMENTOS
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória todos os Cargos Públicos de Nível Superior, Médio e Fundamental e (fundamental e médio incompleto).	1. Certificado de Sanidade e Capacidade Física APTO expedido pela Perícia Médica do Município e/ou indicada ou contratada pelo Município; 2. RG; 3. CPF; 4. PIS/PASEP; 5. Título de Eleitor; 6. Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; 7. Certidão de Casamento, Sentença Declaratória de União Estável e/ou Escritura Pública de União Estável; 8. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 9. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 10. Documentos de quitação com o serviço militar ou certificado de desobrigação militar expedido pelo exército para homens com mais de 45 (quarenta e cinco) anos; 11. Comprovante de endereço atual; 12. Conta Corrente no Banco do Brasil ou Conta Registro no Banco do Brasil caso opte por receber proventos em outra instituição bancária; 13. Certidão Negativa Criminal Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 14. Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 15. Comprovante de escolaridade de acordo com requisito do cargo; 16. Diploma de Graduação na área de atuação, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; 17. Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 18. Carteira Nacional de Habilitação – CNH (de acordo com a exigência do cargo); 19. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional; 20. Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal de 1988; 21. Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo e/ou criminal; 22. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente de exercer a profissão (suspensão, etc...); 23. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes; 24. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; 25. 01 (uma) foto recente 3x4.

Água Boa- MT, 20 de fevereiro de 2018.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretário Municipal de Ação Social

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESSALVA DA ATA DE ASSEMBLEIA PARA FORMAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA II – PMCMV II

Nesta mesma reunião/assembleia foi criada, também, a Comissão Responsável pelo Empreendimento - CRE, composta pelos seguintes membros: Representante do Poder Público Municipal, a senhora Adelaide Aparecida Hermes Ribeiro, portadora do RG nº 678.596 SSP/MT e do CPF nº 452.105.861-20, profissão: vice prefeita deste município; 1º Representante dos Selecionados, o senhor Valdecy Antonio de Carvalho, portador do RG nº 2.391.542 SSP/PI e do CPF nº 046.370.747-63; 2º Representante dos Selecionados, a senhora Maria Janete dos Santos Padilha, portadora do RG nº 1383399-5 SSP/MT e do CPF nº 580.503.961-34; 3º Representante dos Selecionados, a senhora Miracy Jacinto Pereira, portadora do

RG nº 1855581-0 SSP/MT e do CPF nº 282.360.761-72; 4º Representante dos Selecionados, a senhora Jaqueline Soares Borges, portadora do RG nº 4629246 SSP/GO e do CPF nº 010.488.021-08.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 07 de março de 2018, às 13:00 horas**, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO COMUNS A SAÚDE para suprir as necessidades do Laboratório Municipal de Alto Garças/MT,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 21 de fevereiro de 2018. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 041/2018**, torna público, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS, E MEIO FIO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, PARA ATENDer A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS, viação e serviços públicos DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT**, onde se sagrou vencedora a empresa **LUCIA HELENA SPAZAPAN & CIA LTDA,** CNPJ: 04.986.601/0001-76 nos lotes 02 e 04, totalizando **R$ 338.850,00** (Trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e cinqüenta Reais). Os lotes 01 e 03 deram-se desertos.

Alto Paraguai - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LAURO JOSNEY CORRÊA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 033/2018

DECRETO Nº 033/2018

“Dispõe sobre Exoneração da servidora que menciona.”

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, ***a pedido***, do Cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, a Senhora **Geize-Bell Silva Martins Carrijo**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 016.113.941-80.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de fevereiro de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2018

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Concurso Público nº. 001/2015, **CONVOCA** o candidato, abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público vigente realizado pelo Município de Alto Taquari, à comparecer na Prefeitura Municipal, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Av. Macário Subtil de Oliveira, 848 - Centro, Alto Taquari - MT, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de publicação deste, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme anexos I, II e III partes integrantes deste Edital.

Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1.JEFERSON MATHEUS ALVES BRANN

O não comparecimento no prazo legal estipulado implicará na desistência do candidato, podendo o Município convocar os imediatos posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

Alto Taquari, 21 de feveiro de 2018.

FABIO MAURI GARBÚGIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060//2018

Regulamentar o **Registro de Ponto eletrônico e manual das Agentes Comunitária da Zona Rural**.

O Senhor Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais considerando a condição dos **AGENTES COMUNITARIAS DE SAUDE DA ZONA RURAL**, exercer suas atividades em fazendas e estas áreas terem percursos distantes o que torna difícil e inviável para estes profissionais registrarem o ponto eletrônico 04 vezes ao dia (7h, 11h, 13h e 17h).

Resolve:

Art. 1- Fica determinado que as ACS da Zona Rural façam o **registro de ponto eletrônico nos horários 7h e 17h** de segunda a sexta feira nas Unidades Básicas de Saúde a qual estão lotados.

§1º- O registro das **11h ás 13h** será **feito manual** através de um controle externo a ser adotado pela secretaria de saúde e informado ao RH mensalmente junto com a frequência, cujo período será para descanso e repouso.

§2º- Durante o intervalo intrajornada (11h às 13h) NÃO deverá ser usadas às motocicletas, haja vista que são de uso exclusivo para o trabalho.

Art.2- O ponto manual **SOMENTE será aplicado para as ACS que exercem suas atividades na zona rural.**

Art. 3- A carga horária é de 40h semanais de acordo com o edital nº 02/2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

Alto Taquari, 20 de fevereiro de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Fábio Mauri Garbugio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contrata-

ção direta, fulcrada no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa REGIANE MARIA ALVARENGA REZENDE - ME, CNPJ: 26.899.499/0001-04, no valor de total de **R$ 7.250,00 (sete mil, duzentos e cinquenta reais)** cujo objeto trata-se da **Contratação de empresa especializada na elaboração dos laudos de segurança do trabalho de fiscalização do ministério do trabalho (PPRA, PCMSO, LTCAT)**, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari - MT, 21 de fevereiro de 2018. Fábio Mauri Garbugio **-** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 001/2018, tendo como objeto OBRA CONSTRUÇÃO DE CINCO SALAS DE AULA, dia 12/03/2018, AS 8:00 (oito) horas, horário de Mato Grosso, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059, Telefone 66-3593-1344, Ramal 230, Apiacás-MT, ou no site www.apiacas.mt.gov.br .

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **033/2018**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATADA – **DARLENE GLORIA HOHMANN**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

VALOR MENSAL: **R$ 961,38 (Novecentos sessenta um reais e trinta oito centavos)**

VIGÊNCIA – **22/02/2018 à 22/12/2018**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **032/2018**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATADA – **MARCIA REGIANE DA SENA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSORA NÍVEL SUPERIOR**

VALOR MENSAL: **R$ 1.724,46 (Hum mil, setecentos vinte quatro reais e quarenta seis centavos)**

VIGÊNCIA – **22/02/2018 à 22/12/2018**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 064/2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar a Sra. **MARCIA REGIANE DA SENA,** portadora da cédula de identidade nº 1807588-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 008.288.871-01, no cargo de **Professora Nível Superior –** Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Contrato de Prestação de Serviços nº. 032/2018, em 22 de Fevereiro de 2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 22 de Fevereiro de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, estado de Mato Grosso, comunica que realizará Licitação Modalidade Tomada de Preço 002/2018, tendo como objeto OBRA CONSTRUÇÃO DE MURO EM TELA, dia 12/03/2018, AS 10:00 (dez) horas, horário de Mato Grosso, o edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações, Avenida Brasil nº 1059, Telefone 66-3593-1344, Ramal 230, Apiacás-MT, ou no site www.apiacas.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 065/2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar a Srta. **DARLENE GLORIA HOHMANN,** portadora da cédula de identidade nº 10.261.119-5 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº 074.466.339-30, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional –** Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Contrato de Prestação de Serviços nº. 033/2018, em 22 de Fevereiro de 2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 22 de Fevereiro de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

O Conselho Curador do ARAGUAIANA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social de Araguaiana/MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 669/2015, de 13 de maio de 2015, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2018;

Considerando a alteração da Resolução CMN Nº 3.922/2010 no dia 19 de outubro de 2017 através da Resolução CMN Nº 4.604/2017;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O ARAGUAIANA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Araguaiana /MT, 19 de janeiro de 2018.

IVANI DUARTE MORAIS

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

Edivan Menezes da Silva

Daiani Cristine de Moraes Campos Braga

Renata Cristina da Silva

Maria Alves Fernandes

José Marques da Silva

Fagner Ricardo Pereira Goveia

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 29/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

PORTARIA N.º 29/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designar a responsável pela gestão dos recursos do ARAGUAIANA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social de Araguaiana-MT."

O Prefeito Municipal do Municípiode Araguaiana, Estado de Mato Grosso, Sr. **GETULIO DUTRA VIEIRA NETO**, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

I - Designar a servidora, ocupante de cargo em comissão, Sra. ***Paulina Costa Marques Medeiros***, portadora da Cédula de Identidade nº. 1897481-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 020.386.531-60, como responsável pela gestão de recursos do ARAGUAIANA-PREV - Fundo Municipal de Previdência Social de Araguaiana, atendendo o disposto na Portaria MPS n. 519/2011.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 004/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 004/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos quinze dias do mês de fevereiro de Dois Mil e dezoito no Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.947.926/0001-87, representado pelo Prefeito Municipal, o **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 1031833-0-SSP/MT, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 535.960.211-20, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, nº 559, Centro, CEP 78.615-000, nesta cidade de Araguainha - MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a **SIRLEI JOSE DA CRUZ – EPP**, CNPJ: 21**.074.438/0001-94,** localizada na Rua Gerson Ribeiro Moura, s/n, Centro, Ponte Branca – MT, representada por **SIRLEI JOSE DA CRUZ, RG: 120.7237-0 SSP/MT E CPF: 044.449.251-04,** nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 28/2015 de 19/01/2015 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto a futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAL DE LIMPEZA; ARTIGOS, UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO E PESSOAL; RECIPIENTES E MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM; CONDUTORES ELETRICOS E EQUIPAMENTOS DE FORÇA E DISTRIBUIÇÃO; EQUIPAMENTOS PRA REFEITORIO, COPA E COZINHA; ARTIGOS DE HIGIENE E GAS DE COZINHA ENGARRAFADO, constantes no Termo de Referência, tudo em conformidade com as disposições no Edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	ACHOCOLATADO EM PO 1ª QUALIDADE EMBALAGEM DE 2KG	Marata	35	UN	32,03	1.121,05

06	AZEITONA COM CAROÇO EMBALAGEM 500G	Campo largo	240	un	9,08	2.179,20
07	BALA DURA EMBALAGEM DE 700G	Sta fe	50	un	7,74	387,00
08	BALA MACIA EMBALAGEM 700G	Sta fe	50	un	8,19	409,50
09	BATATA TIPO PALHA 1ª QUALIDADE EMBALAGEM DE 100G	freetaz	120	un	10,42	1.250,40
10	Biscoito cream cracker	dallas	630	un	9,80	6.174,00
14	CALDO DE CARNE EM TABLETES DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM DE 57G	Arisco	300	un	2,45	735,00
15	CALDO DE GALINHA EM TABLETES DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM DE 57 G	Arisco	300	un	2,45	735,00
17	COCO RALADO DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM DE 100G	Vitacoco	528	un	4,40	2.323,20
25	EXTRATO DE TOMATE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 850G	Quero	540	un	9,60	5.184,00
28	FARINHA DE TRIGO 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 1KG	primor	1560	un	3,47	5.413,00
36	DOCE ABACAXI EM CONSERVA 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 400G DRENADO	Triangulo	40	un	9,22	368,00
40	LEITE DE COCO 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 200ML	Bomcoco	140	un	3,14	439,60
42	MACARRAO TIPO ESPAGUETE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 500G	Bortoline	760	un	3,27	2.485,20
43	MACARRAO TIPO PARAFUSO 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 500G	Bortoline	760	un	3,32	2.523,20
44	MAIONESE INDUSTRIALIZADA 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 500G	Soya	216	un	6,02	1.300,32
53	PIRULITO REDONDO EMBALAGEM 600G	Pop mania	60	un	9,54	572,40
55	POLVILHO DOCE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 1KG	Mika	210	kg	6,95	1.459,50
61	TEMPERO COMPLETO 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 1KG	Tio jonas	90	un	8,92	802,80
62	VINAGRE DE ALCOOL 1ª QUALIDADE EMBALAGEM 500ML	Kitalia	12	un	3,45	41,40
	TOTAL GERAL R$35.903,77(TRINTA E CINCO MIL,NOVECENTOS E TREIS REAIS,E SETENTA E SETE CENTAVOS					**35.903,77**
	LOTE 05					
01	AGUA SANITARIA EMBALAGEM DE 2LT	Bio star	1567	un	6,23	9.762,41
03	CERA LIQUIDA INCOLOR EMBALAGEM DE 750ML	Polilar	912	un	4,96	4.523,92
07	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM DE 500ML	Oeste	3070	un	1,94	5.955,80
09	DETERGENTE LIQUIDO MULTIUSO EMBALAGEM 500ML	k.boa	1382	un	4,35	6.011,70
11	ESPONJA DE LA DE ACO EMBALAGEM COM 8UN	Assolan	1470	un	1,71	2.513,70
13	LIMPA ALUNINIO BEM 500 ML	Bio star	1232	un	3,07	3.782,24
17	SABAO EM BARRA EMBALAGEM COM 5UN	Jamari	560	un	6,15	3.444,00
20	VASSOURA	s. Pedro	172	un	10,85	1.866,20
	TOTAL GERAL R$37.859,97(TRINTA E SETE MIL,OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS,E NOVENTA E SETE CENTAVOS					**37.859,97**
	LOTE 07					
01	BALDE COM CAPACIDADE 12L	t. prime	46	un	12,64	581,44
02	CESTO TELADO PARA LIXO 10L	ARQUIPLAST	137	UN	12,64	581,44
03	FLANELA PARA LIMPEZA	Pratica	210	un	2,81	590,10
05	PA PARA LIXO	Arquiplast	57	un	4,64	264,48
06	PANO DE PRATO 25X44CM	Kopatex	154	un	4,63	713,02
08	PRENDEDOR DE ROUPAS COM 12UN	Varal	130	Pct	2,03	263,90
	TOTAL GERAL R$2.997,93(DOIS MIL,NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS, E NOVENTA E TREIS CENTAVOS					**2.997,93**
	LOTE 08					
01	PILHA ALCALINA PALITO AAA COM 2UN	panassonic	220	un	9,45	2.079,00
02	PILHA ALCALINA PEQUENA AA COM 2UN	Panassonic	220	un	8,45	1.859,00
	TOTAL GERAL R$3.938,00(TREIS MIL,NOVECENTOS E TRINTA E OITO REAIS)					**3.938,00**
	LOTE 09					
03	COPO DESCARTAVEL 200ML EMBALAGEM 100UN	Minaplast	3770	un	4,53	17.078,10
05	COPO DESCARTAVEL 50ML EMBALAGEM 100UN	Minaplast	5620	un	2,32	13.038,40
06						
12	JARRA PLASTICA COM TAMPA 1L	Jaguar	23	un	9,09	209,07
15	PRATOS DESCARTAVEIS	Tritc tric	3200	Um	1,97	6.304,00
	TOTAL GERALR$36.629,57(TRINTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E VINTE E NOVE REAIS, E CINQUENTA E SETE CENTAVOS					**36.629,57**
	TOTAL GERAL DOS LOTES R$117.329,24(CENTO E DEZESSETE MIL,TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS,E VINTE E QUATRO CENTAVOS					**117.329,24**

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.

9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 004/2017** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 15 de fevereiro de 2018.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

SIRLEI JOSE DA CRUZ – EPP

CNPJ: 21.**074.438/0001-94**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO

RG: 277036 SSP/MT

CPF: 201.799.601-72

_____

WASHINGTON CESAR NAVES DE SOUZA

RG: 862267 SSP/MT

CPF: 513.770.041-04

ELAYNE BENTO PARREIRA

OAB/MT 10.214-B

DECRETO Nº 068 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 831/2017, de 22 de Dezembro de 2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – ARAGUAI-PREVI

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0007 – MANUTENÇAO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2051 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIDENCIA MUNICIPAL

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS .....R$ 45.000,00

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA .....R$ 30.000,00

4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ....R$ 5.000,00

TOTAL ....R$ 80.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação total da seguinte dotação orçamentária:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – ARAGUAI-PREVI

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0007 – MANUTENÇAO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2051 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIDENCIA MUNICIPAL

3.3.93.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA .....R$ 80.000,00

TOTAL .....R$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 24/2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE CARGO EM COMISSÃO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Nomear, **SHEILA OLIVEIRA DO NASCIMENTO,** para o cargo comissionado de Gerente de Habitacão, para o exercício de suas funções na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a partir desta data.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 26/2018

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º - Designar e nomear a Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 51 da Lei nº 8.666/93, sendo composta por servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, cujo os membros serão:

Presidente: CÉLIO MÁRCIO FIGUEIRÓ TORRES, inscrito no CPF nº 001.586.321-25

Secretário: LEANDRO DA ROCHA DE SOUZA, inscrito no CPF nº 994.796.131-15

Membro: MARLI DIAS DE SOUZA SILVA, inscrito no CPF nº 631.114.381-04

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 252/2016.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 25/2018

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DA EQUIPE PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º - Designar e nomear a Equipe Pregoeira da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, sendo composta pelos seguintes servidores:

Pregoeira (o) Titular: LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES inscrita no CPF nº 823.210.351-53

Pregoeiro (a) Substituto: ADRIANO TELES ELEODORO inscrito no CPF nº 036.193.101-81

Equipe de Apoio Titular: LUCIENE VIEIRA RAMOS inscrita no CPF nº 012.958.521-10

Equipe de Apoio Titular: MÔNICA FERREIRA DOS SANTOS inscrita no CPF nº 017.375.731-64

Equipe de Apoio Suplente: MARLI DIAS SOUZA SILVA inscrita no CPF nº 631.114.381-04

Art. 2.º - O pregoeiro substituto deverá substituir o pregoeiro titular nas situações de ausência, devendo consignar em ata as razões da substituição.

Art. 3.º - O suplente da equipe de apoio substituirá os membros titulares quando um destes se ausentar, devendo consignar em ata as razões da substituição.

Art. 4.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, **em especial a Portaria nº 14/2016 e 190/2016.**

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (20) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA N.º 003/2018 PUBLICADA NO DIÁRIO MUNICIPAL Nº 2.921 DE 21/02/2018

ERRATA DA PORTARIA N.º 003/2018 PUBLICADA NO DIÁRIO MUNICIPAL Nº 2.921 DE 21/02/2018

A Secretária Municipal de Educação de Araputanga no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE:

Art. 1.º - Retificar o Anexo I da portaria nº003/18, ao qual passa a vigorar da seguinte forma.

Elevação de nível dos Profissionais da Educação Municipal, conforme dispõe a Lei nº852/2008.

ANEXO I

NOME	Cargo	Data Admissão	Classe/ Nível	Valor
ANGELA DOS REIS ALMEIDA	Professora	12/02/2003	A.(6)	R$ 2.393,66

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte (22) vinte e dois dias do mês de Fevereiro de 2018.

LINDINALVA DE SOUZA ANDRADE

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE ABERTURA DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 003/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, MÉDICO AUDITOR DE AIHS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.

Entrega dos Envelopes para Credenciamento: Até as 14:00 horas, do dia 07 de de março 2018, no endereço acima.

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Arenapolis-MT.

Fundamento Legal:art. 25, da Lei 8.666/93.

Arenapolis-MT, 21 de fevereiro de 2018.

JEAN O. DOURADO FERREIRA

Presidente da CPL

AVISO DE ABERTURA DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 002/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.

Entrega dos Envelopes para o Credenciamento: 07 de de Março de 2018, **Ás 08:00 horas** , no endereço acima.

Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Arenapolis-MT.

Fundamento Legal: art. 25, da Lei 8.666/93.

Arenapolis-MT, 21 de fevereiro de 2018.

JEAN D. ORMOND FERREIRA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.894/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, V, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a **Srª. RITA MALTEZO**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 4.298.230 SSP-SC e inscrita no CPF sob o nº. 292.798. 871-49, servidora Efetiva do cargo de PROFESSORA**,** em virtude da concessão do benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2018.04.00003P,** a partir de 02/02/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 21 dias de fevereiro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.896/2018

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária. Srª. **LUCIANA RAIMUNDO DO COUTO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº.1894963-0 SSP/MT e do CPF nº.030. 459.611-69, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR PEDAGOGIA**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 (vinte) horas na E.M. José Ary da Costa, por falta de profissional classificado no Seletivo 003/2017 e não há vagas remanescentes do Concurso, no período de 15/02/2018 á 21/12/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 21 dias de fevereiro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.895/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à Srª. Rita Maltezo."

O Prefeito *do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;*

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c no art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/ MT; Lei municipal n.º 095, de 21/11/2014, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração para os profissionais da educação básica; e Lei 123/2017 que dispõe da recomposição salarial dos profissionais da Educação do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora, **SRª. RITA MALTEZO**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 4.298.230 SSP-SC e inscrita no CPF sob o nº. 292.798. 871-49, servidora Efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "04"; 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura; matricula nº 243, contando com 27 anos, 01 mês e 25 dias de tempo de contribui-

ção, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º *2018.04.00003P*,** a partir de 02/02/2018, até posterior deliberação.

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 21 dias de fevereiro de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.001/SMEC/2017 - EDITAL 019/2018

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Sra. **CÉLIA APARECIDA DIAS FERREIRA LOUZADA** e o Presidente da Comissão do Processo Seletivo da SMEC, Sr. **JOÃO BOSCO FERNANDES EL HAGE**,no exercício de suas atribuições legais, torna público o **EDITAL DE RESULTADO DEFINITIVO DE CLASSIFICAÇÃO GERAL PARA AS VAGAS REMANESCENTES PARA ZONA RURAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SMEC/2017**, conforme segue:

Art. 1º DO RESULTADO:

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGO – ESCOLA BOA ESPERANÇA – BURITI FUNDO

NÃO HOUVE INSCRITOS PARA CADASTRO RESERVA

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGO - ESCOLA BAIXIUS – VÃO GRANDE

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
	LEILA MARIA DE CAMPOS	2,5	APROVADO
2.	ANA ELIDIA MACIEL	2,5	CR

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – ESCOLA SÃO BENEDITO - CABAÇAS

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	MARIA DO CARMO SILVA	3,0	APROVADO
2.	IVANA LUCIA MELO MOREIRA DOS SANTOS	3,0	APROVADO
3.	MARIA GIOVANA MELO MOREIRA	3,0	APROVADO
4.	REGIANE CRISTINA LEANDRO	3,0	APROVADO
5.	GLEICY KELLY BARROS ROTEIAS	3,0	CR
6.	MARTA DE JESUS DA SILVA	2,5	CR
7.	MARIA LUCIENE REZENDE SANTOS	2,5	CR
8.	JOSEFA ALVES DA COSTA	2,5	CR
9.	MARIA APARECIDA TEIXEIRA	2,5	CR
10.	LUANA TEIXEIRA ALVES	2,5	CR
11.	IVANETI CERQUEIRA DA SILVA	2,0	CR
12.	MARIA LUCIA MARIN DA SILVA	1,0	CR

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – ESCOLA RAIMUNDA A.A. LEÃO – NOVA FERNANDÓPOLIS

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	VERA MARIA PEIXOTO DE SOUZA	3,0	CR
2.	SIRLEY APARECIDA MEIATO	3,0	CR
3.	MARIA LUCIA DOS SANTOS	3,0	CR
4.	ZILDA SOARES DOS SANTOS	3,0	CR
5.	CLEONICE RODRIGUES DE OLIVEIRA	3,0	CR
6.	MARIA JOSE LEANDRO DA SILVA	3,0	CR
7.	ROZEMEIRE PINHEIRO DA SILVA	3,0	CR
8.	ROZIANE DE BRITO LIMA	3,0	CR
9.	LAINE MARQUES DOS SANTOS A. BERTAO	3,0	CR
10.	IOLANDA SILVA OLIVEIRA	3,0	CR
11.	SEBASTIANA SANTANA DA CONCEIÇÃO	3,0	CR
12.	IVONEIDE DAS GRAÇAS ALVES	3,0	CR
13.	ALAIDES FLORENCIO DE CARVALHO	3,0	CR
14.	DAIANE FERREIRA DA SILVA ALVES	3,0	CR
15.	VANDERLEIA DE SOUZA	3,0	CR
16.	CARLA PATRICIA DOS SANTOS DIAS	2,5	CR
17.	ELIZANE GOMES DO ESPIRITO SANTO TAQUES	2,5	CR
18.	APARECIDA MARIA CLAUDINA	2,5	CR
19.	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA PEREIRA	2,5	CR
20.	GERALDA PEREIRA DE PAULA ANUNCIAÇÃO	2,5	CR
21.	NEIRY SORREIÇÃO DA COSTA OLIVEIRA	2,5	CR
22.	CIRLENE FELIX CEBALHO	2,5	CR
23.	LOURDES VIEIRA DA SILVA COSTA	2,5	CR
24.	ROSINEIA ANDRADE COSTA PRAZERES	2,5	CR
25.	EDNEIA SILVA LUIS	2,5	CR
26.	EVANI DA SILVA GONÇALVES	2,5	CR
27.	JAMISSON DA SILVA ANGELO	2,5	CR
28.	JOANA DARK JUREMA OLIVEIRA SILVA	0,5	CR

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES - JATOBÁ

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	CRISTIANE ARLINDA MARCELINO	3,0	CR
2.	JAQUELINE ALVES DIAS	2,5	CR

PROFESSOR – PEDAGOGO – ESCOLA JOÃO E MARIA – ASSENTAMENTO JOÃO MARIA

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	IVANETE PEDROSA DA SILVA	3,0	CR
2.	LOURIETE PEREIRA DE ANDRADE	2,5	CR

Cargo: TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ESCOLA SÃO BENEDITO – COMUNIDADE QUEIMADO

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
	APARECIDA VERISSIMA DE BARROS	4,0	CR
2.	IVONETE COSTA DE BARROS	4,0	CR
3.	LEILA SEBASTIANA DE MESQUITA FRANÇA	4,0	CR
4.	EDNA MARIA PATRICIA IZIDRO	4,0	CR
5.	STEFANY DE ARRUDA RODRIGUES	4,0	CR
6.	ADRIELLE VITORIA OLIVEIRA DOS SANTOS	4,0	CR
7.	HAYSSA CARLA DA SILVA GHISLERI	4,0	CR
8.	JOÃO PEDRO DOS REIS FERREIRA	2,35	CR
9.	ROSILENE MARQUES	2,27	CR
10.	GONÇALINA DOS SANTOS SILVA	2,0	CR
11.	JAINE DE ASSUNÇÃO COSTA	2,0	CR

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO – ESCOLA RAIMUNDA A.A. LEÃO – NOVA FERNANDÓPOLIS

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	SILMARA LORANDI DE OLIVEIRA	4,0	CR
2.	MARIA WENIA MARQUES DA SILVA	4,0	CR
3.	FLAVIANA SANTOS DA ROCHA SILVA	3,04	CR
4.	LUCIANO JOÃO DA SILVA	2,0	CR

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO – ESCOLA SÃO BENEDITO – CABAÇAS

NÃO HOUVE INSCRITOS PARA CADASTRO RESERVA

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO – ESCOLA INDÍGENA JULÁ PARÉ - ALDEIA UMUTINA

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	ELAINE COREZOMAÉ	4,0	CR
2.	SILVINHO AMAJUNEPÁ	3,87	CR
3.	MARILEIDE MONZILAR	3,3	CR
4.	JACKELINE KUPODONEPÁ	3,25	CR
5.	LEIDINEIA KUPODONEPÁ CALOMEZORÉ	2,55	CR
6.	CLEITON JOSE ALVES DA SILVA	2,52	CR
7.	MARINALVA ZAQUIMAÉ COROZOMAÉ	2,05	CR
8.	LUCILENE CALOMEZORÉ	2,0	CR

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA SÃO BENEDITO – CABAÇAS

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	ANGELITA RODRIGUES BARBOSA	4,0	APROVADO
2.	CLEONICE ONOFRE DE JESUS FERREIRA	4,0	APROVADO
3.	ADRIANA ARRUDA DE SOUZA	4,0	CR
4.	CLAUDIANE TEIXEIRA	4,0	CR
5.	SANDRA PEREIRA DA SILVA	4,0	CR
6.	VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA	3,6	CR
7.	JUCELIA CARDOSO NERES	3,3	CR
8.	MARISTELA DA SILVA AMARAL	3,0	CR
9.	ESTER DE MOURA DIOGO	2,9	CR
10.	CLAUDICEIA MARIA DOS SANTOS	2,0	CR
11.	ALINE RAFAELA OLIVEIRA DOS SANTOS	1,0	CR

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA RAIMUNDA A.A. LEÃO – NOVA FERNANDÓPOLIS

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	ELISABETE MELO EBLING	4,0	APROVADO
2.	WANIA MARQUES DA SILVA	2,125	CR

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA BAKALANA – ALDEIA BAKALANA

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	EDILEUZA SILVA MONZILAR	4,0	APROVADO
2.	BERENICE BOROPONEPÁ	2,04	CR
3.	ANDRE TERENA UAPODONEPÁ	2,0	CR
4.	ROSIMAR MANEPA IPAQUERI	1,5	CR

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA CRIANÇA FELIZ – CURRRUPIRA

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	DINA PAES DE ALMEIDA	4,0	CR
2.	ARLENE FRANCISCA PEREIRA	4,0	CR
3.	LUCIANE CONCEIÇÃO DA SILVA	4,0	CR
4.	LUCIANE DA SILVA FERRIERA	4,0	CR
5.	EDUARDO PELACHIM DE SOUZA	2,25	CR
6.	LILI DAVINA DA SILVA	2,0	CR
7.	EUNICE CRISTINA DA SILVA MARCOLINO	2,0	CR
8.	JANAICE DA SILVA BORGES	2,0	CR
9.	EDILAINE FERRREIRA BARBOSA	1,0	CR

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA JOÃO E MARIA – ASSENTAMENTO JOÃO MARIA

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	RUTHE DE CAMPOS NASCIMENTO	4,0	CR
2.	SUZI ELAINE DOS SANTOS NOBERTO SANTIAGO GOMES	4,0	CR
3.	LUCIENE MOLINA DE SIMAS	4,0	CR
4.	FRANCISNEIA FRANCISCA BENTO	3,6	CR
5.	ROSANGELA DE SOUZA	2,0	CR

Cargo: NUTRIÇÃO ESCOLAR – ESCOLA ZUMBI DOS PALMARES – JATOBÁ

Nº	Nome do Candidato	Nota	Situação
1.	ELISANGELA DE OLIVEIRA SOARES BOTELHO	4,0	APROVADO
2.	GRACIELA DA COSTA BARBOSA	3,0	CR
3.	ELISANGELA FARIA DA SILVA	2,0	CR

***CR – CADASTRO RESERVA**

Art. 2º Ficam indeferidas as seguintes inscrições para as vagas remanescentes para zona rural:

Nº	Nome do Candidato
1.	KELEN AMARUZIA DA SILVA
2.	MARIA MARIANA BATISTA
3.	MONICA LOPES DE ALMEIDA

Barra do Bugres-MT, 21 de fevereiro de 2018.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

CÉLIA APARECIDA DIAS FERREIRA LOUZADA

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 009/2017

JOÃO BOSCO FERNANDES EL HAGE

Presidente da Comissão de Teste Seletivo da SMEC

Portaria Interna nº 025/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

LEI N.º 3.943/2018 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Projeto de Lei n.º 023/2017, de autoria do vereador Celson José da Silva Sousa - PV.

"*Altera a Lei Municipal nº 3.752, de 08 de agosto de 2016*."

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Art. 31, IV da Lei Orgânica do Município de Barra do Garças e do Art. 35, I, alínea "w", do Regimento Interno da Câmara Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e ela **promulga** a seguinte lei:

Art, 1º - Acrescenta-se ao Art. 2º da Lei Municipal em epígrafe, Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo Único - Em dois finais de semana de cada mês, o evento do Som Automotivo será realizado pela Direção da União dos Estudantes do Vale do Araguaia-UEVA, sendo cobrada como entrada 01 (um) quilo de alimento não perecível, cujo montante arrecadado será entregue à Secretaria de Ação Social, que destinará os alimentos para famílias necessitadas."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 19 de fevereiro de 2018.

Miguel Moreira da Silva	**Geralmino Alves Rodrigues Neto**
Presidente da Câmara Municipal	1º Secretário

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2017 DISPENSA Nº031/2017

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe. Contratada **CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-ME**, que tem por objetivo prorrogar o prazo de execução até 30 de Abril de 2018 e vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018. Barra do Garças - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EXTRATO DO 1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2017 CP Nº004/2016

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe. Contratada **A. I. FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELLE-EPP**, que tem por objetivo prorrogar o prazo de execução até 28 de Fevereiro de 2018 e vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018. Barra do Garças - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EXTRATO DO 2º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2017 CD Nº004/2017

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe. Contratada **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA-ME**, que tem por objetivo prorrogar o prazo de execução até 30 de Abril de 2018 e vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018. Barra do Garças - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EXTRATO DO 1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2017 CC Nº004/2017

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe. Contratada **CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-ME**, que tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018. Barra do Garças - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EXTRATO DO 4º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 376/2015 TP Nº005/2015

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe. Contratada **CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA-ME**, que tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência e execução do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018. Barra do Garças - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 05° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 250/2016-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do 05° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 250/2016-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 250/2016 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA,** sendo o prazo da **VIGÊNCIA** para mais **60 (sessenta) dias** e da **EXECUÇÃO** para mais **30 (trinta) dias.**

Cáceres – MT, 21 de fevereiro de 2018.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretaria Mun. de Educação

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 030/2018

PORTARIA N.º 030/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Milton Costa Ribeiro".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a"e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Decreto de Nomeação nº 059 de 18/02/1994; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Milton Costa Ribeiro**, brasileiro, União Estável, portador do RG nº 0386570-3 SSP/MT, CPF nº 202.617.991-34, efetivo no cargo de Digitador, nível "II", classe "J", matriculado sob o n.º 975, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 008/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 029/2018

PORTARIA N.º 029/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª. Reinalda Carneiro Guimarães de Lima".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, inciso I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003; Art. 117, inciso III, alínea "b", Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Art. 88, inciso I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Lei Complementar n.º 047/2003, de 29 de setembro de 2003; Lei Complementar n.º 080/2009, de 10 de agosto de 2009; Lei Complementar n.º 84/2010, de 28 de julho de 2010; Decreto de Nomeação nº 064 de 05 de março de 1996; Decretos de atualização salarial nº 236 de 17 de maio de 2011; n.° 011 de 23 de janeiro de 2012; nº 095 de 16 de abril de 2012; nº 073 de 29 de janeiro de 2013; Leis de atualização Salarial nº 100 de 04 de fevereiro de 2014; nº 104 de 20 de janeiro de 2015; nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Reinalda Carneiro Guimarães de Lima**, brasileira, casada, portadora do RG nº 0073811-5 SEJUSP/MT, CPF nº 241.597.511-72, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, nível "IV", classe "H", matriculada sob o n.º 1.814, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 007/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 028/2018

PORTARIA N.º 028/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª.Dilza da Silva Campos".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a"e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Ficha Cadastral nº 053 e nº 4.261: Decreto de Nomeação nº 086 de 26/03/1999; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Dilza da Silva Campos**, brasileira, Solteira, portadora do RG nº 0327545-0 SSP/MT, CPF nº 274.434.501-68, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível "II", classe "G", matriculada sob o n.º 12.281, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 120/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: CONSTRUTORA MODELAR LTDA ME

OBJETO: Aditar o PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DA OBRA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017-SSAAP celebrado entre o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e a Empresa CONSTRUTORA MODELAR LTDA-ME, PARA MAIS 06 (SEIS) MESES A CONTAR DE 14/02/2018.

ORGÃO/UNIDADE: 18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 17.512.1101.1205

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.51.00

FONTE DE RECURSO: 100 - REC ORDINARIOS

Cáceres, 19 de fevereiro de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 027/2018

PORTARIA N.º 027/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Joaquim José Leite Carneiro".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a"e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Ficha Cadastral nº 696: Decreto de Enquadramento nº 236 de 17/10/1989; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Joaquim José Leite Carneiro**, brasileiro, Solteiro, portador do RG nº 810.927 SSP/MT, CPF nº 241.382.231-34, estável no cargo de Assistente Administrativo, nível "I", classe "J", matriculado sob o n.º 958, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 005/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESANDiretora Executiva HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 073 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 6746, de 09 de fevereiro de 2018,

R E S O L V EM:

ART. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Direção das Escolas e Núcleos da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, para o mandato de 02 (dois) anos, período de 08 de fevereiro de 2018 a 04 de janeiro de 2020.

Nº	NOME	ESCOLA/ NÚCLEO
01	Alessandra Rodrigues Mendes	EM Jardim Guanabara
02	Eliane Silva de Oliveira	EM Vila Real

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.02.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 074 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 6288, de 07 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E:

ART. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares/Núcleos da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Nº	COORDENADOR (A)	ESCOLA/ NÚCLEO	PERÍODO
01	Maria José da Silva	Centro Municipal de Educação Infantil – CAIC	26.01.18 a 21.12.18
02	Fabiane Deluque Viana	EM Brincando e Aprendendo	26.01.18 a 21.12.18
03	Delma Almeida Camilo	EM Buscando o Saber	26.01.18 a 21.12.18
04	Maria Lucia Gonçalves Borges Maria Aparecida de Carvalho	EM Dom Máximo Biennés	26.01.18 a 21.12.18
05	Vitória Salles da Silva	EM Duque de Caxias	26.01.18 a 21.12.18
06	Margarete Frank de Souza	EM Fazendo Arte	26.01.18 a 21.12.18
07	Angélica Aparecida da Silva Sversuth	EM Isabel Campos	07.02.18 a 21.12.18
08	Renilda Conceição da Silva Rodrigues	EM Jardim Paraíso	26.01.18 a 21.12.18
09	Luciane Mastracoza Machado	EM Pequeno Sábio	26.01.18 a 21.12.18
10	Selenir Pinto de Souza Gracilene da Conceição Moura	EM Raquel Ramão da Silva	26.01.18 a 21.12.18
11	Marileide Vieira Pires	EM Tancredo Neves	26.01.18 a 21.12.18
12	Susana Aparecida Silva de Jesus	EM Vila Irene	26.01.18 a 21.12.18
13	Lucinete do Carmo Viana Campos Maria de Fatima Pereira Couto	EM Vitória Régia	26.01.18 a 21.12.18
14	Renilda Batista Primo Lamon	EMEI Madre Maria Estevão	26.01.18 a 21.12.18
15	Silvia Mara Landim de Carvalho	EM Santo Antônio do Caramujo	26.01.18 a 21.12.18
16	Henio da Silva Marques	Núcleo Novo Oriente	26.01.18 a 21.12.18
17	Jorge Leandro Pereira	Núcleo União	26.01.18 a 21.12.18
18	Mauro Alves da Silva	EM Buriti	26.01.18 a 21.12.18
19	Lecy Auxiliadora de Campos Santos	EM Santos Dumont	26.01.18 a 21.12.18
20	Emília Nunes de Alcântara de Souza	Núcleo Limão	26.01.18 a 21.12.18

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 19.02.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 092 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO que a mesma tomou posse e não entrou em exercício;

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 7461, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **LUCIANA RODRIGUES LIMA**, do cargo de Professora, da Secretaria de Educação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 20.02.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 091 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 7425 de 16 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o Decreto nº 080 de 12 de fevereiro de 2018.

Onde se lê: Art. 1º Exonerar a pedido a senhora **CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA**, do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Leia-se: Art. 1º Exonerar a pedido a senhora **CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA**, do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 15 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 20.02.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 094 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 7648 de 19 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear a servidora **MARIA AUXILIADORA RAMOS,** para exercer as funções de Gerência de Controle de Arrecadação e Dívida Ativa, da Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

Afixado em: 20.02.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 087 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 5113, de 01 de fevereiro de 2018,

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a pedido a servidora **RAFAELLA SANTIAGO SOUZA VERÍSSIMO**, do cargo de Assistente Administrativo, da Secretaria de Esporte e Lazer, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de fevereiro de 2018.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

Afixado em: 19.02.18.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 026/2018

PORTARIA N.º 026/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor do Srº.Alfredo Marques de Souza".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de Julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a"e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 90, incisos I, II e III da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Portaria de Nomeação nº 168 de 18/05/1999; Decreto de Incorporação da Função Gratificada nº 048, de 24/01/1997; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor do Srº. **Alfredo Marques de Souza**, brasileiro, casado, portador do RG nº 0274325-6 SEJUSP/MT, CPF nº 241.714.411-53, efetivo no cargo de Assistente Administrativo, nível "I", classe "J", matriculado sob o n.º 993, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 118/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESANDiretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.093 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetido ao Protocolo Geral sob nº. 6551 de 08 de fevereiro de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados**,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 447/2017, de 30 de agosto de 2017, para exercer sua função na **Secretaria Municipal de Educação,** no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA COM DOCÊNCIA: 30 HORAS

LOCAL DE TRABALHO: ESCOLAS NA ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
108º(classificado)	RAIANE SIMÕES NEGRELLO
109º(classificado)	NEIRELUCE NEUZA YOSIKO TAKEKAWA
110º(classificado)	ARIELLY APARECIDA DA SILVA LEODORO
111º(classificado)	PATRÍCIA DE SÁ COSTA
112º(classificado)	RENATA AVILA MIRANDA
113º(classificado)	MAYARA FERNANDES GARCIA
114º(classificado)	JOCILENE APARECIDA DE ALMEIDA BRAUNAS
115º(classificado)	MARCILENE COSTA MONTEIRO
116º(classificado)	ELIS ADRIANA PIOVESAN
117º(classificado)	MARCIA APARECIDA DESTACIO
118º(classificado)	NILDA DE FATIMA ROSSI DA SILVA
119º(classificado)	LUCIANA CAMPOS SILVA
120º(classificado)	VERA MARGARIDA DA SILVA POSSAMAI
121º(classificado)	IRIS DE SOUZA DIAS
122º(classificado)	ANA PAULA PINHO DA SILVA BIANCHINI
123º(classificado)	CHARLENE SEVERO BORGES
124º(classificado)	ROSELENE DE JESUS MOTTA DA SILVA
125º(classificado)	MARIA IVA RAMOS DE OLIVEIRA
126º(classificado)	LAURA MARTA CASTRO PEREIRA
127º(classificado)	MARENY CAMPOS MORAIS GOMES
128º(classificado)	ROSENEI APARECIDA MENESES
129º(classificado)	RAQUEL MACHADO LIMA
130º(classificado)	MARILEIDE ANTONIA DA SILVA
131º(classificado)	MARCIA GOMES FREIRE
132º(classificado)	ANGÉLICA VENTURA MIRANDA
133º(classificado)	ANTONIO SIDNEY MIRANDA SILVA
134º(classificado)	FÁTIMA GISELE MOREIRA DE MORAES MUNIZ
135º(classificado)	GRACIELE RIBEIRO FERREIRA
136º(classificado)	ELIZANGELA DA COSTA E SILVA
137º(classificado)	VANESSA DE BRITO FERREIRA BARBOZA
138º(classificado)	ROSECLEY APARECIDA MAGALHAES SEVERINO
139º(classificado)	ADRIELE DALLETEZZE
140º(classificado)	ADAIELE PEREIRA DE ALMEIDA
141º(classificado)	ADRIANA RAMOS SEBASTIÃO
142º(classificado)	MANFREDO BARBOSA PINHEIRO
143º(classificado)	NAYANNA MEDEIROS MARTOS
144º(classificado)	TIAGO DOS SANTOS RODRIGUES
145º(classificado)	SARA VALENCIO DA COSTA
146º(classificado)	ISAURA DO PRADO ALMEIDA
147º(classificado)	MARIA EMILIA SOUSA DA SILVA
148º(classificado)	GENI APARECIDA DE OLIVEIRA LEMES
149º(classificado)	MARIA CRISTINA SOARES DE BARROS
150º(classificado)	ALEX FEITOSA OLIVEIRA

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL - NUCLEO PAIOL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
14º(classificado)	LIDINALVA DA SILVA SOUZA
15º(classificado)	FRANK ANACLETO CHAVES
16º(classificado)	JENESIO DA SILVA TOLOMEUL

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL - NUCLEO UNIAO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4 º(classificado)	RUTH ARTIAGA

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL - ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
8º(classificado)	GEICELE GOMES DE AQUINO
9º(classificado)	LUCILEIA CORREA CARVALHO
10º(classificado)	UELITON LUIZ ROSSIN
11º(classificado)	MICHELLI CARLA DE SOUZA
12º (classificado)	SANDRA MARIA NOVAIS

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL – ESCOLAS DO CAMPO: NUCLEO SAPIQUA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
11°(classificado)	MARCOS NOVAKC
12°(classificado)	LAUDICEIA CRISTINA DE SOUZA

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL – ESCOLAS DO CAMPO: NUCLEO SADIA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6°(classificado)	MARIA DE FATIMA DA COSTA

LOCAL DE TRABALHO: ZONA RURAL – ESCOLAS DO CAMPO: NUCLEO LIMÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
7°(classificado)	VERA LUCIA DA SILVA ORTEGA
8°(classificado)	MARIA ELIANE VILA DE PINHO
9°(classificado)	LILIANE CAMPOS DA SILVA

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo I, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de fevereiro de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 20.02.18

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 025/2018

PORTARIA N.º 025/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª. Anilce Goreti Mendes Raymundi".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, inciso I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003; Art. 117, inciso III, alínea "b", Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Art. 88, inciso I, II, III e IV da Lei Complementar n.º 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Lei Complementar n.º 047/2003, de 29 de setembro de 2003; Lei Complementar n.º 080/2009, de 10 de agosto de 2009; Lei Complementar n.º 84/2010, de 28 de julho de 2010; Decreto de Nomeação nº 318 de 20 de Agosto de 2002; Decretos de atualização salarial nº 236 de 17 de maio de 2011; n.° 011 de 23 de janeiro de 2012; nº 095 de 16 de abril de 2012; nº 073 de 29 de janeiro de 2013; Leis de atualização Salarial nº 100 de 04 de fevereiro de 2014; nº 104 de 20 de janeiro de 2015; nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016 e Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Anilce Goreti Mendes Raymundi**, brasileira, casada, portadora do RG nº 9029836211 SSPPC/RS, CPF nº 447.289.800-49, efetiva no cargo de Professora Licenciada em Biologia, nível "IV", classe "F", matriculada sob o n.º 6.025, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 091/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2018, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 33/2016

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 33/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: CALDAS INDÚSTRIA QUIMICA LTDA EPP

OBJETO: **ADITAR O VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2016-SSAAP** celebrado entre o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e a empresa CALDAS INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA**, no importe de 25 % (vinte e cinco por cento**

VALOR: R$ 189.064,00 (cento e oitenta e nove mil e sessenta e quatro reais)

ORGÃO/UNIDADE: 18.01

FUNÇÃO PROGRAMATICA: 17.122.1101.2211

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00

FONTE DE RECURSO: 100 - REC ORDINARIOS

Cáceres, 26 de janeiro de 2018.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº. 10 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aprova as prestações de contas do 1º, 2º e 3º Bimestre do exercício de 2017 do Fundo Municipal de Investimento Social – FUMIS.

O Comitê do Fundo Municipal de Investimento Social - FUMIS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 2.216 de 22 de Dezembro de 2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 20 de Dezembro de 2017, com registro em Ata nº. 007, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar com recomendação, as prestações de contas do 1º, 2º e 3º Bimestre do exercício de 2017, após análise, avaliação e parecer da Comissão de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Investimento Social – FUMIS.

Art. 2º - Fica instituída como orientação a recomendação abaixo, para que seja seguida, obrigatoriamente nas prestações de contas subsequentes:

I – Que as peças das prestações de contas, constem a assinatura do profissional (técnico) da área contábil e dos gestores responsáveis, devidamente identificadas através de carimbo, conforme determina á legislação.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 20 de Dezembro de 2017.

Benice Benedita de Oliveira

Presidente do Comitê do FUMIS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI 2018

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI

2018

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Controle Interno do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES,cumprindo a sua função institucional apresenta o ***Plano Anual de Auditoria Interna*** - ***PAAI*** para o exercício de 2018, em observância ao disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal; aos arts. 7º a 10 da Lei Complementar nº 269/2007; bem como aos arts. 161, 162 e 163 da Resolução Normativa TCE/MT 14/2007 e à Resolução Normativa TCE/MT nº 33/2012, com a finalidade de nortear as rotinas da Controladoria do RPPS.

As atividades de competência da Unidade de Controle Interno terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, bem como o auxílio na elaboração dos seus controles internos, visando seu aprimoramento.

Os procedimentos de análise estabelecidos neste PAAI, que serão adotados nas unidades administrativas, abrangem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de resultados, bem como a verificação da execução do orçamento da Instituição, o desempenho da gestão e a aplicação dos recursos previdenciários, além de apoiar o controle externo no exercício de sua missão Institucional.

2. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVICÁCERES, foi criado pela Lei Complementar Municipal nº. 26 de 27 de Novembro de 1997, possui natureza autárquica, personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira. Tendo como finalidade garantir aos seus segurados, na conformidade da lei, prestações de natureza previdenciária, em caso de contingências que interrompam, depreciem ou façam cessar seus meios de subsistência.

A reestruturação do PREVICÁCERES deu-se pela Lei Complementar nº 62 de 12 de Dezembro de 2005, que após alterações realizadas pela LC nº 105/2015, define a estrutura administrativa da instituição da seguinte forma:

I – ÓRGÃOS DE DIREÇÃO:

a) Conselho de Gestão, com funções de deliberação superior;

b) Conselho Fiscal, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos;

c) Diretor Executivo com função executiva de administração superior.

II – ÓRGÃOS EXECUTIVOS:

a) Gerência de Administração e Finanças/Contabilidade;

b) Gerência de Benefícios;

c) Procuradoria;

d) Controladoria.

2.1 COMPOSIÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

O quadro funcional da Controladoria Interna é composto atualmente por 01 (um) servidor:

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
Nome:	Vanessa Ferreira da Silva
Cargo:	Controladora Interna
Provimento:	Servidora Efetiva
Jornada de Trabalho:	40 horas
Admissão:	02/01/2017

Incumbe a Unidade de Controle Interno:

I – Prestar assessoramento técnico na gestão e execução econômico-financeiro-orçamentário;

II – Estudar e sugerir soluções para assuntos de ordem econômico-financeiro-orçamentária de interesse da Instituição;

III – Analisar e orientar a aplicação de normas gerais de controle interno, ditadas pela legislação federal, estadual e municipal, bem como normas correlatas;

IV – Realizar auditorias, inspeções ou outros procedimentos pertinentes, nos sistemas previdenciário, contábil, financeiro, orçamentário, pessoal, administrativo, operacional e

patrimonial, as quais poderão ser exercidas na ocasião do envio das informações mensais,

bimestrais e tempestivas, via APLIC, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e ao Ministério da Previdência Social;

V – Realizar visitas "*in-loco*" nos órgãos executivos do Instituto para acompanhamento, orientações técnicas e apontamentos quando necessário, atendendo as recomendações emanadas da direção executiva, dos conselhos curadores e dos órgãos de fiscalização externa;

VI – Promover estudos e pesquisas, propor sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais na gestão e execução econômico-financeiro-orçamentário;

VII – Analisar periodicamente as informações previdenciárias e financeiras, relativas à vida funcional dos segurados, encaminhadas ao Ministério da Previdência Social;

VIII – Observar o cumprimento dos prazos aos órgãos fiscalizadores;

IX – Acompanhar o desempenho das aplicações dos recursos previdenciários, inclusive aos pertinentes a taxa administrativa;

X – Promover a apuração dos atos e fatos inquinados de ilegalidade ou irregularidade formalmente apontados, praticados quando da utilização de recursos previdenciários indevidos, dando ciência destes ao ordenador de despesas, órgãos curadores e demais instituições fiscalizadoras;

XI – Elaborar e manter atualizado Manual de Normas e Procedimentos da Controladoria;

XII – Solicitar, mediante justificativa de sua necessidade, parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado, sobre questões que exijam conhecimento específico para fundamentação de parecer;

XIII – Exercer outras atribuições inerentes à área de competência técnica que forem determinadas pela Direção Executiva ou que decorram de inovação técnica e/ou legislativa;

XIV – Acompanhar a execução da Política de Investimentos;

XV – Acompanhar o envio das informações periódicas do Instituto aos órgãos fiscalizadores.

3. ASPECTOS GERAIS DO PAAI

3.1 OBJETIVO

O Plano Anual de Auditoria Interna tem como objetivo estabelecer os procedimentos a serem adotados pela Controladoria visando:

a) Avaliar o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância da legislação e normas que orientam a atividade específica da unidade controlada, exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia; b) Verificar a observância da legislação e normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares, exercido pelas diversas unidades da estrutura organizacional; c) Revisar e aprimorar as normativas internas para as rotinas administrativas; d) Verificar a efetividade do cumprimento aos procedimentos estabelecidos nas Instruções Normativas para os Sistemas Administrativos a serem auditados; e) Avaliar a execução da Política de Investimentos; f) Acompanhar os resultados das aplicações financeiras do RPPS; g) Acompanhar o plano de equacionamento de *déficit* atuarial do Instituto; h) Realizar a adequação ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (PRÓ-GESTÃO RPPS) da Secretaria de Previdência; i) Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

3.2 FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAAI

O planejamento das ações de auditoria foi pautado pelos seguintes fatores:

I. Efetivo de pessoal lotado na UCI atualmente (quadro reduzido); II. Materialidade, baseada no volume da área em exame; III. Observações efetuadas no transcorrer do exercício; IV. Eficiência nos controles internos, contábeis, financeiros, fiscais, tributários, orçamentários, operacionais e administrativos; V. grau de risco pelos recursos orçamentários destinados.

Frente a importância de adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (PRÓ-GESTÃO RPPS) da Secretaria de Previdência, que visa o reconhecimento de boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS, a Unidade de Controle Interno adotará durante o exercício as recomendações do **Manual do Pró-Gestão** para a mapeamento e posterior manualização, padronização e normatização das atividades e processos do RPPS.

3.3 METODOLOGIA

Para o desempenho das atividades serão adotados os seguintes parâmetros:

3.3.1. Tipo de auditoria

a) **Auditoria Operacional:** Acompanha e avalia a ação governamental, compreendendo a implementação de programas, a execução de projetos e atividades, a gestão de sistemas e a administração de órgãos e entidades, tendo em vista a utilização econômica dos recursos públicos, a eficiente geração de bens e serviços, o cumprimento das metas programadas e o efetivo resultado das políticas governamentais.

b) Auditoria de Conformidade: Realiza o exame das operações e transações de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, com o objetivo de se emitir uma opinião sobre a adequação das demonstrações tomadas em conjunto, assim como verifica o atendimento às leis, normas e regulamentos aplicáveis, além dos aspectos de moralidade e legitimidade dos atos administrativos.

c) **Auditoria Avaliação de Controles Internos**: visa a avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que, na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da administração pública sejam obedecidos; as operações sejam executadas com eficiência, eficácia e efetividade, de maneira ordenada, ética e econômica e em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis; as informações e os registros produzidos sejam íntegros, confiáveis e estejam disponíveis para apoiar o processo decisório e para o cumprimento das obrigações de prestar contas; e os recursos, bens e ativos públicos sejam protegidos de maneira adequada contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

d) **Auditoria Especial**: objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação do Presidente.

e) **Inspeção:** é o instrumento utilizado para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos praticados por responsáveis pelos sistemas administrativos e executores de tarefas, bem como apurar denúncias e representações.

As auditorias serão realizadas "*in loco"* nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos a serem auditados, por meio físico e/ou meio eletrônico digital.

3.3.2. Período de Execução

O período de Execução deste PAAI é de 01/01/2018 a 31/12/2018.

3.3.3. Recursos utilizados

Para a realização das auditorias serão utilizadas as informações contidas nos sistemas operacionais de banco de dados informatizados da Autarquia (Contabilidade, Compras, Folha de Pagamento, Patrimônio, etc.), no sistema de gestão previdenciária SIPREV/Gestão, bem como as informações contidas em meio físico (processos) e digital (*sites* dos órgãos fiscalizadores).

O Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC, também será utilizado para subsidiar a Controladoria na realização das auditorias.

3.3.4 Sistemas Administrativos Auditados

Os Sistemas Administrativos auditados serão:

a) Sistema de Controle Interno - SCI;

b) Sistema de Planejamento e Orçamento - SPO;

c) Sistema de Compras, Licitações e Contratos – SCLC;

d) Sistema de Gestão Atuarial – SGA;

e) Sistema de Gestão de RH - SRH;

f) Sistema de Controle Patrimonial e Almoxarifado - SPA;

g) Sistema de Contabilidade - SCO;

h) Sistema de Benefícios Previdenciários - SBP;

i) Sistema Financeiro - SFI;

j) Sistema Jurídico – SJU.

4. ATIVIDADES DA UCI PARA O EXERCÍCIO DE 2018 4.1 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – SCI

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Elaboração do Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle Interno, (atualização das Instruções Normativas de todos os Sistemas Administrativos);	03/2018 a 05/2018
Mapeamento das atividades e áreas de atuação do RPPS, em conformidade com o Manual do Pró-Gestão RPPS;	05/2018
Mapeamento e modelagem de processos (Pró-Gestão RPPS);	05/2018
Manualização, padronização e normatização de processos e atividades (Pró-Gestão RPPS);	05/2018 a 07/2018
Avaliar as atividades de controle interno dos sistemas administrativos.	Quadrimestralmente

4.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SPO

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Avaliação do planejamento, execução orçamentária, cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos e a qualidade do gerenciamento.	Trimestralmente
Verificação e avaliação de adoção de medidas para assegurar o cumprimento dos limites e procedimentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/00.	Trimestralmente

4.3 SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO

Verificação das atividades de controle e acompanhamento preventivo nos procedimentos de contratações públicas.	Mensalmente

4.4 SISTEMA DE GESTÃO ATUARIAL – SGA

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Acompanhamento da realização da avaliação atuarial.	02/2018 a 06/2018

4.5 SISTEMA DE GESTÃO DE RH – SRH

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Auditoria na folha de pagamento do órgão, para verificar possíveis inconsistências no pagamento de benefícios previdenciários ou remuneração dos servidores da administração;	Trimestralmente
Verificar o controle de pagamento de diárias.	Trimestralmente

4.6 SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL – SPA

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Verificação dos registros contábeis do patrimônio do órgão;	Trimestralmente

4.7 SISTEMA DE CONTABILIDADE – SCO

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Análise dos registros contábeis em conformidade com os atos de gestão;	Trimestralmente
Verificação da adequação dos registros e demonstrações contábeis com as normas vigentes.	Trimestralmente

4.8 SISTEMA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – SBP

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Análise dos benefícios concedidos quanto à adequação legal;	Mensalmente
Controle de perícias médicas;	Mensalmente
Emissão de Pareceres nos processos de concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, bem como em outros benefícios, quando demandado.	Mensalmente

4.9 SISTEMA FINANCEIRO – SFI

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Auditoria na folha de pagamento dos segurados ativos, para verificação da adequação legal da base de cálculo da contribuição previdenciária;	02/2018 a 03/2018
Verificação dos repasses das contribuições previdenciárias pelas entidades patrocinadoras do plano;	Mensalmente
Acompanhamento do pagamento dos Aportes estabelecidos pelo novo plano de equacionamento do *déficit* atuarial**;**	06/2018 e 12/2018
Avaliação do controle dos registros e destinação dos recursos oriundos de Aportes;	06/2018 e 12/2018
Avaliação dos atos do Comitê de Investimentos em conformidade com a Política de Investimentos estabelecida para 2018;	Trimestralmente
Acompanhamento do desempenho das aplicações financeiras e dos atos de gestão para movimentação dos recursos investidos no mercado financeiro;	Trimestralmente
Controle do pagamento tempestivo dos parcelamentos previdenciários;	Mensalmente
Avaliação do controle das despesas administrativas e reserva constituída com a taxa de administração.	06/2018 e 12/2018

4.10 SISTEMA JURÍDICO – SJU

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Acompanhamento das alterações na legislação previdenciária municipal;	Mensalmente
Revisão de editais de credenciamento de Instituições Financeiras e de Chamamento Público;	06/2018

4.11 OUTRAS ATIVIDADES DA UCI

TIPO DE AÇÃO	PERÍODO
Emissão do Parecer do Controle Interno relativo às Contas Anuais de Gestão – 3º quadrimestre do exercício 2017 – consolidado.	02/2018
Emissão do Parecer do Controle Interno relativo às Contas Anuais de Gestão – 1º quadrimestre do exercício 2018.	05/2018
Emissão do Parecer do Controle Interno relativo às Contas Anuais de Gestão – 2º quadrimestre do exercício 2018.	09/2018
Elaboração do PAAI para o exercício de 2019.	12/2018

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das atividades de auditoria interna serão consignados em relatório, sendo levado ao conhecimento da administração e, posteriormente, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso através do parecer quadrimestral enviado via *Aplic*.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, tais como: treinamentos, trabalhos especiais, atendimento ao TCE e Administração.

Cáceres/MT, 31 de janeiro de 2018.

VANESSA FERREIRA DA SILVA

Responsável pela Unidade de Controle Interno

PREVI-CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 14/2018 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso através da Secretaria Municipal de Infraestura e logística, comunica o **TERMO ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2018–ORIUNDA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 4.14/2017, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2017 DO MINISTÉRIO DA DEFESA (EXÉRCITO BRASILEIRO) – COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA.**

Objeto:Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Máquinas Agrícolas e Equipamentos de Engenharia de Médio Porte, para aquisição do item 14, 01(UMA) VASSOURA MECÂNICA – LARGURA DE VARRIÇÃO DE 2,4M, CAIXA DE TRÂNSMISSÃO COM DUAS VELOCIDADES DE ARRASTRO, MARCA ROMANELLI – MODELO VMR-244 para atender na limpeza de vias públicas pavimentadas que serão imprimada a sinalização horizontal no município de Cáceres/MT

Contratada: **ROMANELLI EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 13.958.809/0001-72**

VALOR: **R$ 34.000,00** (trinta e quatro mil reais)

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de fevereiro de 2018.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretária Municipal de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N° 10 -2018 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretário Municipal de Saúde

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão em Saúde, conforme Termo de Referencia.

Realização: 15 de março de 2018 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma http://bll.org.br/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de fevereiro de 2018.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 596 2017

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 05° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 249/2016-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do 05° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 249/2016-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GECON GESTÃO EM ENGENHERIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME

Objeto: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 249/2016 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME,** sendo a **EXECUÇÃO** para mais **90 (noventa) dias** e a **VIGÊNCIA** para mais **105 (cento e cinco) dias.**

Cáceres – MT, 21 de fevereiro de 2018.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretaria Mun. de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Todas as Secretarias

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis (Etanol, Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10) para os Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal, visando atender todas as Secretarias deste Município.

Realização: 14 de março de 2018 às 08:00 horário de Cuiabá/MT.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de fevereiro 2018.

DEBHORA BELUSSI

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 596 2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 12-2018 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Registros de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção predial, visando atender à demanda de manutenção preventiva, corretiva e realização de pequenos reparos nas unidades da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres – MT.

Realização: 09 de março de 2018 às 08:00 horário de Cuiabá/MT.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de fevereiro 2018.

DEBHORA BELUSSI

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 596 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada VALDELICIO MOREIRA TOBIAS - ME, CNPJ nº 14.286.925/0001-55.

Objeto: Prestação de serviço em hospedagem, alimentação e transporte de pacientes em tratamento nas Unidades de Saúde Pública em Cuiabá – MT.

Valor Total: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Dotação: 07.010.10.302.0011.2047.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0361 Secretaria de Saúde.

Vigência: 19/02/2018 a 19/02/2019

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Valdelicio Moreira Tobias – por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2018/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2018/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivos Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 Decreto nº 2.696/2017. Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Princípio da Economicidade;

Considerando o Princípio da Razoabilidade;

Considerando o disposto nos itens 12.6 e 12.7 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016.

RESOLVE

1.**CONVOCAR** candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencados no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 23/02/2018, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Os candidatos com profissões regulamentadas deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no respectivo Conselho (Nutricionista, Assistente Social, Farmacêutico, Odontólogo, Enfermeiro e Psicólogo). (fotocópia e original).

5. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverá, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto à Secretaria de Lotação.

6. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverão se apresentar na Secretaria de Lotação no período improrrogável de 21/02/2018 a 23/02/2018 até as 17:00h

7. A vigência dos contratos dos candidatos ora convocados, constará da respectiva avença, com início a partir da **entrega dos documentos exigidos neste Edital** junto a Diretoria de Recursos Humanos e encerramento em **14/12/2018**, observado em todo caso, o disposto neste Edital e Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 004/2016 e suas alterações.

8. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do candidato ora convocado.

9. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no memento da entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de fevereiro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2018/GPM

Quadro 1. Relação de Candidatos Convocados

ESCOLAS MUNICIPAL INDÍGENAS/EMIs PROFESSOR		
Aldeia	**Escola**	**Candidato Classificado**
Chão Preto	São Paulo	Edenilson Tserenho'A
Querência	Omohi	Adelmo Tserewamada
Três Marias	Três Marias	Junvêncio Tseredzato
Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa	Winckles Wedero'Owa
Santa Rosa	Santa Rosa	Silvério Tsihoi Re
Mato Grosso	Mato Grosso	Eliberto Maratsu
Buruwe	Adzané	Laerte Tseredzaro
Abdzuwe	Boa Vida	Marcilio Tserewatatsu
Nossa Senhora Aparecida	Nossa Senhora Aparecida	Wilson Santos Tso Omo Wa
Rio Maria	Rio Maria	Quindinho Tserenhido Tseretã Adi
Santa Helena	Santa Helena	Euclides Sirapsari Wa
Novo Paraíso	Novo Paraiso	Joviano Seredzatse
São Pedro	Imaculada da Conceiçao	Roberto Carlos Tsere Uu
Dez Mandamentos	Pari Uptsewawe	Dejeria Rewatsu Tseremey Wá Tsare
Cohab	Cohab	Reginaldo Tserewe'Edi
Madre Laura	Madre Laura	Tobias Xavante
Santa Clara	Santa Clara	Augusto Tserenhoro
Pedra Preta	Pedra Preta	Cleber Tsernhomri
ESCOLAS MUNICIPAL INDIGENAS - EMIs Apoio Administrativo Educacional/Limpeza		
Campos Belos	Campos Belos	Adicelia Wamate Pe Rodzutsara

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada EVALDO ALVES DOS SANTOS 79994148168, CNPJ nº 12. 691.141/0001-87.

Objeto: Prestação de serviços de publicidade para desempenhar as atividades de locução, publicidade volante, locação de som para eventos, filmagens, apresentação de cerimônias oficiais e gravação de DVD para o Município de Campinápolis – MT.

Valor Total: R$ 74.285,00 (setenta e quatro mil duzentos e oitenta e cinco reais).

Dotação: 02.010.04.122.1040.2005.3390390000 RED. 0007

03.010.04.122.1042.2007.3390390000 RED. 0040

06.010.12.361.1120.2023.3390390000 RED. 0146

06.010.12.361.1120.2033.3390390000 RED. 0157

07.010.10.301.1100.2038.3390390000 RED. 0078

07.010.10.301.1100.2044.3390390000 RED. 0121

08.010.08.244.1080.2051.3390390000 RED. 0256

08.020.08.243.1080.2054.3390390000 RED. 0285

13.010.27.812.1270.2069.3390390000 RED. 0404e

Vigência: 14/02/2018 a 14/02/2019

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Evaldo Alves dos Santos – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01-2018

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público o Edital da Chamada Pública para Dispensa de licitação nº 01/2018 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Entrega de documentos e Projeto de Venda de 23/02/2018 a 15/03/2018. Edital completo no site: www.campinapolis.mt.gov.br e na Secretaria de Agricultura. Informações: e-mail licitapm2013@hotmail.com ou fone (66) 3437-1992. Campinápolis – MT, 21 de fevereiro de 2018. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula-Presidente CPL.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009 AO EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -PSS N° 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009 AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.154/2016 e Decreto nº 2.850/2018,

Considerando a realização das provas objetivas do Processo Seletivo Simplificado nº001/2018.

Considerando as disposições do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018;

Considerando o encerramento do prazo para a interposição de recursos contra o Gabarito Preliminar;

Considerando a detecção de impropriedades nos Gabaritos (preliminar e definitivo) relativos a função de Técnico Administrativo Educacional;

Considerando o poder/dever da Administração em anular seus atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los por questão de conveniência, porque deles não se originam direitos;

Considerando que a Comissão Organizadora pode/deve, de ofício, corrigir falhas apresentadas no Processo Seletivo Simplificado para qual foi nomeada.

RESOLVE:

PUBLICIZAR a retificação, de ofício, do **GABARITO DEFINITIVO** das provas objetivas do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2018,** relativo à Função de Técnico Administrativo Educacional - TAE:

1. O Gabarito Definitivo da Função de Técnico Administrativo Educacional – TAE, passa a vigorar (retificado) com a redação dada pelo anexo I, parte indissociável a este Edital.

2. Permanecem inalterados os demais gabaritos constantes do Edital Complementar 009 ao Edital de Abertura.

Campinápolis - MT, 21 de fevereiro de 2018.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

Decreto nº 2.850/2018

ANEXO I

EDITAL COMPLEMENTAR 009 AO EDITAL DE ABERTURA

GABARITO DEFINITIVO/RETIFICADO

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

QUESTÃO	ALTERNATIVA	QUESTÃO	ALTERNATIVA
01	D	16	A
02	A	17	C
03	B	18	B
04	D	19	D
05	D	20	A
06	A	21	A
07	A	22	B
08	A	23	D
09	A	24	A
10	A	25	A
11	D	26	D
12	A	27	D
13	C	28	C
14	D	29	C
15	C	30	C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

Estabelece normas para a seleção de profissionais com o fim de prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de educação e dá outras providências".

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o esgotamento de candidatos aprovados no processo seletivo simplificado nº 004/2016;

Considerando que o acesso e permanência à educação pública é Direito previsto na Constituição Federal do Brasil;

RESOLVE

Tornar público os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** destinada a seleção para posterior provimento de vaga temporária para a Professor/Escolas Municipal Indígena/EMI.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Seleção tem como finalidade selecionar, para posterior recrutamento e contratação de Apoio Administrativo Educacional/Transporte Escolar para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme quadro de vagas constante do quadro 1, Item 2 deste Edital.

1.2 O Processo de Seleção Sumária escopo desta Chamada Pública, será de caráter classificatório.

1.3. Se o número de candidatos que atenderem ao disposto neste Edital for superior ao número de vagas ofertadas, os excedentes comporão **cadastro de reserva** para atendimento às necessidades posteriormente apresentadas.

1.4. Os candidatos aprovados neste processo sumário de seleção serão regidos pelo Regime de Direito Administrativo – Lei Complementar nº 001/1993 – Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores - e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.5. O Contrato dos candidatos aprovados neste Processo de Seleção Sumária se dará a **título precário**.

1.6. O contrato oriundo da presente Chamada Pública **se limitará ao prazo** ao calendário letivo 2018.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIOS, ESCOLARIDADE EXIGIDA E LOCAL DE VAGA

2.1. O quantitativo de vagas, a carga horária semanal, a remuneração, a formação exigida e a unidade de lotação constam do quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Discriminação das Vagas

Função	Aldeia	Escola	Provimento Imediato	Cadastro de Reserva	Remuneração
Professor	São Jorge	São Jorge	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Professor	Campos do Jordão	Campos do Jordão	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Professor	São Matheus	São Matheus	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Professor	Serra Verde	Serra Verde	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Professor	Santa Fé	Santa Fé	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Professor	Couto Magalhães	Benedito Loaso	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Bela Vista 2	Marãdzarãwê	Marãdzarãwê	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída

Burewê	Adzané	Adzané	01	-----	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Mato Grosso	Mato Grosso	Mato Grosso	-----	01	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída

3.DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições e preenchimento dos requisitos acessórios (entrega de documentos comprobatórios) serão realizadas presencialmente pelo candidato ou por pessoa autorizada mediante a apresentação de procuração, no período de 21(vinte e um) e 23(vinte e três) de fevereiro de 2018, das 09:00h ás 17:00h horas, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na AV. Benônico José Lourenço, Setor União, Campinápolis-MT.

3.2. Poderão se inscrever os interessados que atenderem, no ato da inscrição, as exigências descritas no quadro 1 deste edital e, ao seguinte:

a) Ter nacionalidade brasileira e/ou ser naturalizado;

b) Ter, no ato da inscrição, idade igual ou superior a 18(dezoito) anos;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino).

4. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Os critérios para a seleção dos Profissionais elencados no quadro 1 deste Edital, consistirão na análise curricular, conforme os requisitos discriminados no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Requisitos para análise curricular

Título	Forma de Comprovação	Pontuação
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	Atestado	10,00(dez) pontos
ENSINO MÉDIO/PROPEDÊUTICO	Diploma	15,00(quinze) pontos
ENSINO MÉDIO/PROFISSIONALIZANTE	Diploma	25,00(vinte e cinco) pontos
TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO NA ÁREA A QUE CONCORRE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT	CÓPIA DO CONTRATO	10,00(dez) pontos por ano trabalhado

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para desempate entre os candidatos serão obedecidos, respectivamente os seguintes critérios:

a) Maior nível de escolarização;

b) Maior pontuação em cursos de extensão;

c) Maior idade.

6. DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO

6.1. O resultado será divulgado a partir do dia 23/02/2018, no site da Prefeitura Municipal e Jornal Oficial dos Municípios.

6.2. A convocação para apresentação da documentação exigida para a admissão será feita nos meios de divulgação oficiais do Município de Campinápolis-MT.

6.3. Por ocasião da contratação/admissão deverão ser apresentados cópias e originais dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade - RG;

d) Certidão de Regularidade Eleitoral;

e) Certificado de Escolaridade ou Diploma/Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar;

f) Certidão de Nascimento ou casamento;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

i) número de conta corrente do Banco do Brasil;

j) comprovante de endereço com telefone de contato;

l) número do PIS/PASEP;

m) atestado de saúde;

n) Declaração de acumulação ou não de Cargo, Emprego ou Função Pública;

o) Declaração de Bens.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A análise curricular será realizada por Comissão composta pelos seguintes membros:

a) DEVANER JESUS FERREURA;

b) VERA LUCIA DOS SANTOS

c) MARIA CRISTINA DE MORAIS.

7.2 A Comissão nomeada para o fim específico referenciado no item 7.1 deste Edital, procederá a anotação do resultado e adotará os meios para assegurar ampla publicidade

7.3. A Comissão, obrigatoriamente ao analisar a documentação entregue pelo candidato deverá atestar a conferência com o original, quando apresentada em fotocópias.

7.4. O resultado individualizado de cada candidato, deverá obrigatoriamente ser assinado por todos os membros da Comissão.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 21 de fevereiro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018

Espécie: EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada J INACIO FILHO - ME, inscrita no CNPJ nº 19.926.042/0001-86.

Objeto: Prestação de serviços de lava a jato, em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Campinápolis MT, na conservação e higienização dos veículos e máquinas da frota Municipal.

Valor Total: R$ 74.285,00 (setenta e quatro mil duzentos e oitenta e cinco reais).

Dotação: Código 02.010.04.122.0001.2001.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0018 Gabinete do Prefeito

Código 03.010.04.122.0001.2006.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0066 Secretaria de Administração

Código 06.010.12.122.0001.2015.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0114 Secretaria de Educação

Código 06.030.12.3610012.2057.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0150 Secretaria de Educação

Código 07.020.10.122.0001.2014.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0292 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.302.0001.2046.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0373 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.302.0011.2046.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0373 Secretaria de Saúde

Código 08.010.08.122.0001.2012.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0413 Secretaria de A. Social.

Código 08.020.08.243.0001.2013.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0425 Secretaria de A. Social.

Código 09.010.15.452.0001.2016.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0487 Secretaria de Obras.

Código 10.010.26.782.0009.1061.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0544 Secretaria de Transportes.

Código 13.010.27.122.0001.2021.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0654 Secretaria de Esporte

Vigência: 09/02/2018 a 09/02/2019

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e João Inácio Filho – por parte da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 055/2018 DE 20 DE FEVEREIRO 2018

RESOLUÇÃO Nº 055/2018 DE 20 DE FEVEREIRO 2018

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2.076/2016 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião extraordinária do dia 20 de Fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre a formação de Comissões Temáticas; Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 20 de Fevereiro de 2018 na Ata nº 081/2018; Edital de Chamamento Público nº 001/2017.

RESOLVE:

Art. 1° -REGISTRAR o recebimento das Documentações e Propostas de Trabalho em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 01/2017, da Associação Espírita Lar Maria de Lourdes que apresentou o Projeto **BOLINHA – ENCANTADO CAMPO VERDE** no Valor de R$ 17.424,00 (Dezessete Mil Quatrocentos e Vinte Quatro Reais),edo Grupo Cultural Folclórico Matutada que apresentou o Projeto Cultura Itinerante no valor de R$ 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais).

Art. 2º - APROVAR a Habilitação dos Projetos na Analise das Documentações.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 20 de Fevereiro de 2018.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ 23.720.752/0001-22

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS - PREGÃO 005/2018

VIGÊNCIA: 21/02/2018 À 21/02/2019

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P (Embalagens máximo: 8 fraldas)	6.000 UND	JARDIM PREMIUM	R$ 0,64	R$ 3.840,00
02	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO G (Embalagens máximo: 8 fraldas)	20.000 UND	JARDIM PREMIUM	R$ 0,75	R$ 15.000,00
03	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO M (Embalagens máximo: 8 fraldas)	20.000 UND	JARDIM PREMIUM	R$ 0,72	R$ 14.400,00
04	FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO EXG (Embalagens máximo: 8 fraldas)	7.000 UND	JARDIM PREMIUM	R$ 0,85	R$ 5.950,00
05	FRALDA INFANTIL TAMANHO G (Embalagens máximo: 28 fraldas)	10.000 UND	JARDIM BABY	R$ 0,33	R$ 3.300,00
06	FRALDA INFANTIL TAMANHO M (Embalagens máximo: 32 fraldas)	12.000 UND	JARDIM BABY	R$ 0,33	R$ 3.960,00
07	FRALDA INFANTIL TAMANHO P (Embalagens máximo: 36 fraldas)	10.000 UND	JARDIM BABY	R$ 0,33	R$ 3.300,00
08	FRALDA INFANTIL TAMANDO GG (Embalagens máximo: 26 fraldas)	4.000 UND	JARDIM BABY	R$ 0,33	R$ 1.320,00
09	FRALDA INFANTIL TAMANHO EG (Embalagens máximo: 26 fraldas)	3.000 UND	JARDIM BABY	R$ 0,31	R$ 930,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 52.000,00 (CINQUENTA E DOIS MIL REAIS).					

CAMPO VERDE, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

GISLENE J. LOPES - CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 005/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que a empresa JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ nº 23.720.752/0001-22, sagrou-se vencedora do PREGÃO Nº 005/2018 - *Registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas,* com o valor R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais). Campo Verde, 21 de fevereiro de 2018. Leila Gubert – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 036, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

EXONERA, DE OFÍCIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

***CONSIDERANDO** o relatório técnico proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE/MT, nos autos do processo nº. 24.403-9/2017, entendendo que a nomeação do servidor mencionado no artigo 1º contraria a Súmula Vinculante nº13/2008 do STF;*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, o senhor **FRANCISCO SILVA NUNES** do cargo de provimento em comissão de Assessor de Assuntos Viários.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº.029, de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 15 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº. 878, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR PÚBLICO SOB REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, nos termos do inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal e do inciso III do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, em caráter temporário por prazo determinado, para atender necessidade de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Educação, os seguintes profissionais:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA
Professor de Pedagogia	10	25/h
Professor de Língua Portuguesa	01	25/h
Professor de Matemática	01	25/h
Professor de Geografia	01	25/h
Professor de História	01	25/h
Professor de Educação Física	01	25/h
Professor de Ciências	01	25/h
Professor de Língua Inglesa	01	25/h
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI	02	30/h

§ 1º A contratação de que trata essa lei se dará por regime jurídico administrativo, de acordo com as regras aqui estabelecidas.

§ 2º A presente contratação será pelo prazo de até um ano, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou.

§ 3º Os profissionais contratados na forma dessa lei farão jus ao piso salarial profissional nacional, instituído pela Lei nº. 11.738/2008, em conformidade com a Resolução de Consulta nº 23/2010 do TCE/MT.

§ 4º O profissional contratado pela presente lei fará jus a férias acrescida do terço constitucional, integral ou proporcional aos meses trabalhados, décimo terceiro salário e recolhimento dos encargos sociais do INSS, com desconto do valor do contratado, no atendimento da lei previdenciária.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nessa lei a continuidade dos serviços de educação, cujo atendimento é dever constitucional, mediante a substituição dos Professores das disciplinas e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI, elencadas no artigo primeiro do quadro efetivo, em gozo de férias ou licenças previstas em lei ou para suprimento de vacância de cargos resultantes de pedidos de exoneração ou falecimento de seus titulares, até o provimento efetivo, nessa última hipótese.

Art. 3º A contratação prevista no artigo primeiro dessa lei efetuar-se-á através de processo seletivo simplificado, em edital para esse fim, considerando-se:

I- período de inscrições de 20 (vinte) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do edital próprio de seleção;

II - critério de seleção pela pontuação de títulos acadêmicos e critério de desempate por maior idade;

III - Deverão constar do edital de abertura de inscrições para o processo seletivo simplificado informações que permitam ao interessado conhecer as condições da futura contratação, número de vaga, a descrição das atribuições, a carga horária, a remuneração a ser paga e o prazo de duração do contrato.

Parágrafo único. O edital resumido do processo seletivo simplificado para o preenchimento das vagas de que trata essa lei deverá ser publicado em jornal oficial e no sitio do município.

Art. 4º Para fins de viabilização da seleção e classificação dos

candidatos será constituída comissão, por ato do Prefeito, composta por três funcionários de cargo efetivo do Executivo Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei, nos termos do inciso I, do artigo 169, da Constituição Federal, serão atendidas por dotação orçamentária própria, estando o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações legais necessárias ao adimplemento dessa.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº. 014, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43,§ 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e a tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 879, de 20 de fevereiro de 2018;*

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município, no valor de R$ 501. 305,97 (quinhentos e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e sete centavos) para as seguintes dotações:

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS UNIDADE: 02 DEPARTAMENTO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJETO 1.141 Pavimentação Asfáltica no Bairro Sol Nascente, Trecho da Rua Manaus, Rua N, Rua O e Rua P

ELEMENTOS:

4.5.90.51.00.00.00.00.01.0000 R$ 8.205,97

4.5.90.51.00.00.00.00.01.0024 R$ 493.100,00

Total R$ 501.305,97

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do convênio número: 856874/2017, na ordem de R$ 501.305,97 (quinhentos e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e sete centavos), conforme previsto na Lei nº. 879, de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 037, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

DESIGNA FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA PARA DESEMPENHAR AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO RELATIVO AO BIÊNIO 2018/2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ AUGUSTO SOARES ABREU,** admitido na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Professor de Língua Portuguesa, através da Portaria nº. 067, 13 de fevereiro de 2004, inscrito no CPF sob nº. 781.673. 701-78, para exercer as atribuições do cargo de Coordenador Pedagógico, previsto no artigo 3º, § 2º, II, da Lei nº. 512, de 8 de março de 2012, com lotação na Escola Municipal de Ensino Fundamental denominada 15 de Outubro.

Parágrafo único. A remuneração pelo exercício do mandato será fixada em percentual sobre o vencimento e vantagens do seu cargo padrão, pelo regime de atendimento em todos os turnos de funcionamento da escola, incorporável para fins de concessão de aposentadoria especial, ficando impedidos de exercer qualquer cargo ou emprego durante o mandato, na forma do artigo 63 da Lei nº. 512, de 8 de março de 2012.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 6 de fevereiro de 2018.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 16 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº 879, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, POR FONTE DE RECURSO ESPECÍFICA, ATÉ O LIMITE DE R$ 501.305,97 NO ORÇAMENTO PROGRAMA APROVADO PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 870/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infra-Estrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Projeto:** 1.141 Pavimentação Asfáltica no Bairro Sol Nascente, Trechos das Rua Manaus, Rua N, Rua O e Rua P **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2018 R$ 501.305,97 **Valor Total: R$ 501.305,97** (quinhentos e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e sete centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 858, de 10 de novembro de 2017 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias as seguintes ações, para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos **Unidade:** 05.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 26 Transporte **Sub-função:** 451 Infra-Estrutura Urbana **Programa:** 11 Infraestrutura em Transporte Rodoviário **Projeto:** 1.141 Pavimentação Asfáltica no Bairro Sol Nascente, Trechos das Rua Manaus, Rua N, Rua O e Rua P **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2018 R$ 501.305,97 **Valor Total: R$ 501.305,97** (quinhentos e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e sete centavos) **Meta:** Desenvolver ações que garantam a manutenção e conservação da malha viária do município.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 870, de 18 de dezembro de 2017, no valor de 501.305,97 (quinhentos e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e sete centavos), para o exercício financeiro de 2018, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS UNIDADE: 02 DEPARTAMENTO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJETO 1.141 Pavimentação Asfáltica no Bairro Sol Nascente, Trecho da Rua Manaus, Rua N, Rua O e Rua P

ELEMENTOS:

4.5.90.51.00.00.00.00.01.0000 R$ 8.205,97

4.5.90.51.00.00.00.00.01.0024 R$ 493.100,00

Total R$ 501.305,97

Art. 4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do convênio número: 856874/2017, na ordem de R$ 501.305,97 (quinhentos e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e sete centavos).

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 007/2018

EDITAL N° 007/2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Planejamento**,** Orçamento e Gestão, convida todos os munícipes em geral para participar de uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** que tratará sobre o **CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2017,** conforme o que determina Art. 9º, § 4º da Lei de n° 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a de realizar-se às 15:00 horas do dia 26 de fevereiro do ano de 2018 na Câmara Municipal deste Município.

Canabrava do Norte, 14 de Fevereiro de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 088/2018.

De 21 de Fevereiro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **EDILAINE LOPES DA COSTA** no cargo de Auxiliar Administrativo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 016/2018 - **Pregão presencial nº 011/2018,** cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **serviços de inserções para veiculação de jingle e transmissões ao vivo** de forma diária e fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT, e de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º **-** Nomear **WANDERLEY FERREIRA DE MEDEIROS** no cargo de Coordenador de Protocolo e Expediente, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 21 de Fevereiro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2018

PROCESSO: 013/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 009/2018

DATA DA ATA: 16/02/2018

VIGÊNCIA: 16/02/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Saúde.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de equipamento e material permanente para a unidade de atenção especializada em saúde, PSF's e UBS's do Município de Canarana-MT**, conforme propostas **13978.1860001/16-002, 13978.1860001/15-002 e 13978.1860001/16-001** (Ministério da Saúde)., de acordo com as especificações do edital.

EMPRESAS VENCEDORAS;

CE CARVALHO COMERCIAL-ME, vencedora dos itens 01, 20, 28, 40, 41, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61. **CIRUURGICA GONÇALVES LTDA-EPP**, vencedora dos itens 04, 05, 07, 13, 16, 27, 39, 45, 51, 56. **KM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-ME**, vencedora dos itens 02, 10, 12, 14, 18, 36, 44, 48, 50, 57, 63. **MOTA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME**, vencedora dos itens 09, 11, 25, 31, 32, 64. **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME**, vencedora dos itens 03, 06, 23, 24, 29, 30, 34, 35, 47. **RETFARMA–DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, vencedora dos itens 19, 22, 33, 37, 46. **PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME**, vencedora dos itens 08, 15, 42, 43, 62. **JARAGUA MERCANTIL-EPP**, vencedora dos itens 26, 38. **MARCA MEDICA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**, vencedora do item 21.

VALOR TOTAL: R$ 294.532,80 (Duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e trinta e dois reais e oitenta centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 084/2018.

De 21 de Fevereiro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar**ILDO SCAPINI**, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 010/2018, Pregão presencial nº 007/2018 - Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de material de consumo (pneus e acessórios),*** *para fornecimento diário e parcelado de acordo com as necessi*dades das Secretarias Municipais de Canarana-MT,e de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **EDIVAN COLOMBO**, servidor no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16/02/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 21 de Fevereiro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 085/2018.

De 21 de Fevereiro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILSON GOMES DE SOUSA**, servidor no cargo de Assessor de controle de Obras**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 011/2018 - Pregão presencial nº 008/2018,** cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual **aquisição de veículos** para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Finanças, Agricultura e Obras de Canarana-MT, de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **ANDREIA CECATTO**, servidor no cargo de Agente de Serviços II, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 21 de Fevereiro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2878/2018

De 21 de fevereiro de 2018

Institui e nomeia os membros do Conselho Municipal de Contribuintes de Canarana - CMCC e dá providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 163/2017 de 03 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Contribuintes de Canarana – COMCC como órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, que tem competência para julgar, em Segunda Instância, os recursos voluntários, de Revisão e de ofício referentes aos processos administrativos (PA´s) e tributários administrativos (PTA´s) interpostos pelos contribuintes contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de Primeira Instância, por força de suas atribuições, objetivando garantir independência, imparcialidade, celeridade e eficiência no julgamento, na busca da justiça fiscal.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-á pelo disposto neste Regimento Interno e nas demais disposições legais e regulamentares.

Art.2º - O Conselho Municipal de Contribuintes tem sede na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, e jurisdição em todo o território deste Município.

Art.3º - O Conselho Municipal de Contribuintes será constituído por 07 (sete) membros.

Art.4° - Os Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, mediante Decreto, dentre pessoas com ilibada conduta e reconhecida experiência em matéria tributária sendo:

I- 04 (quatro) representantes indicados pelo Secretário Municipal da Finanças entre os servidores lotados naquele órgão e respectivos suplentes.

II- 03(três) representantes da classe de contribuintes e respectivos suplentes.

Parágrafo Único - Os representantes de que tratam os incisos II deste artigo, tanto titulares como suplentes, são indicados por entidades representativas de classe, devendo ser consultadas, dentre outras, a Associação Comercial e Industrial de Canarana - ACECAN, a Ordem dos Advogados do Brasil – Sub-sede de Canarana, e a Câmara Municipal de Vereadores.

Art.5° - Os Conselheiros titulares e suplentes, têm mandato de 03 (três) anos, a contar do dia da publicação do ato de nomeação, admitida a recondução.

§ 1° - O Secretário Municipal da Finanças deve empossar todos os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Contribuintes após a nomeação.

§ 2° - Na recondução, devem ser mantidos, obrigatoriamente, no exercício da função 2/3 dos membros do Conselho que tenham atuado no mandato anterior, respeitada a paridade.

§ 3° - Cabe ao Prefeito Municipal determinar quais os membros devem ser mantidos no exercício de sua função nos termos do §2° deste artigo.

§ 4° - É vedada a recondução dos conselheiros por mais de 03 (três) mandatos consecutivos, observado o § 2° deste artigo.

Art.8º - Compete ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I- conhecer e julgar os recursos voluntários interpostos em face de questões de natureza tributária, suscitadas entre a Secretaria Municipal da Finanças e os contribuintes, já decididas em primeira instância administrativa;

II - conhecer e julgar os recursos de ofício;

III - processar, conhecer e julgar os recursos de revisão de suas decisões, formulados pelos contribuintes ou pela Finanças Pública Municipal;

IV - fazer o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos para o Conselho;

V - julgar o pedido de reconsideração nos termos do art. 30 deste Regimento;

VI - declarar nulos os atos administrativos vinculados ao lançamento tributário, no todo ou em parte, determinando-lhes a repetição, desde que cabível;

VII - fazer baixar em diligência os processos, ordenando perícias, vistorias ou prestação de esclarecimentos, bem como determinar o saneamento de falhas, irregularidades, incorreções e omissões, indispensáveis à apreciação dos recursos;

VIII - comunicar, às autoridades competentes, a ocorrência de indícios da prática de ilícito criminal, bem como eventuais irregularidades insanáveis verificadas nos processos;

IX - decidir sobre a adoção das medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos, para encaminhamento às autoridades competentes;

X - sugerir providências sobre assuntos relacionados com suas atribuições e atividades;

XI - resolver as dúvidas suscitadas pelo Presidente ou pelos Conselheiros sobre a ordem dos serviços, a interpretação e execução de leis, regulamentos e sobre este Regimento;

XII - elaborar proposta de alteração de seu Regimento Interno, submetendo-a a apreciação do Secretário Municipal da Finanças mediante decreto do Chefe do Poder Executivo;

XIII - sugerir, ao Secretário Municipal da Finanças, alteração na legislação tributária municipal, objetivando a justiça fiscal mediante o aprimoramento de todo Sistema Tributário do Município;

XIV - sumular decisões reiteradas pelo Conselho de Contribuintes, a qual pode ser atribuída eficácia normativa pelo Secretário Municipal da Finanças, mediante proposta do Conselho e do Procurador Geral do Município.

Parágrafo Único - As propostas de que tratam os incisos XII e XIII devem ser fundamentadas e ratificadas por maioria simples, em sessão, especialmente convocada pelo Presidente do Conselho e, se acolhidas, devem ser encaminhadas ao Secretário Municipal da Finanças.

Art. 7.º Integrarão o Conselho Municipal do Contribuinte os seguintes membros:

Representantes do Poder Executivo Municipal indicados pelo Secretário Municipal da Finanças e respectivos suplentes:

Titulares:

– Emerson Luis Fasolo;

- Andreia Tatiana Alvanoz Andolhe;

- Cleunir Praxedes Peixoto;

- Guilherme Leite Rodrigues.

Suplentes:

- Edemarson da Silva;

- Sheila Cristina Pasqualotti;

- Claudete Heinen

- Edson Rocha.

Representantes da classe de contribuintes e respectivos suplentes.

Câmara de Vereadores:

- Paulo José Gonçalves;

- Jeremias Rodrigues de Souza;

ACECAN:

- Jociara Brandini;

- Cleiton Lima Moresco;

Ordem dos Advogados do Brasil de Canarana:

- Lúcia Helena Rodrigues da Silva Bensi;

- Aliciane Letícia Sulzbacher Lopes.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 21 de fevereiro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PROCESSO SELETIVO 004/2017

Edital de Convocação N° 017/2018

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 004/2017.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
Eliete Alves Ribeiro	Professor de Educação Infantil	004/2017
Jania Borges Vieira da Silva	Professor de Educação Infantil	004/2017
Luziene Alves da Silva	Professor de Educação Infantil	004/2017
Marcos Adão Martins	Motorista Escolar/Culuene	004/2017

Os candidatos convocados terão 05 (cinco) dias uteis contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 21 de fevereiro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 047/2018

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 047/2018, PUBLICADA NO TRIBUNAL DE CONTAS. NUMERO DO DIARIO OFICIAL DO ESTADUAL, 1293 DO DIA 01/02/2018 E NO SITE DA AMM, 2.2.908 DO DIA 01/02/2018.

Onde se lê:

Art. 1° - Nomear Olivia Coelho Barbosa, para exercer o cargo de Assessor Administrativo, cargo de provimento em comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 e alterada pela Lei Complementar n/ 156/2017.

Leia-se:

Art. 1° - Nomear Olivia Coelho Barbosa, para exercer o cargo de Chefe do Departamento Municipal de Cadastro da Indústria, comércio e Turismo, cargo de provimento em comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 e alterada pela Lei Complementar n/ 156/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 087/2018.

De 21 de Fevereiro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ALEX MARCATO GONÇALVES**, servidor no cargo de Gerente de Infraestrutura de Tecnologia da Informatização**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 015, Pregão nº 010/2018,** cujo objeto é a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **serviços de limpeza dos lotes dos prédios publicações, praças, rotatórias, canteiros das avenidas incluindo o plantio e fornecimento de gramas** e de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º **-** Nomear **EZEQUIAS MAGALHÃES DE LIMA**, servidor no cargo de Auxiliar de Tributação, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 21 de Fevereiro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 086/2018.

De 21 de Fevereiro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar**FLAVIA CRISTINA GUITES MAROSTICA**, no Cargo de Enfermeira**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 013/2018, Pregão presencial nº 009/2018 - Registro de preços para futura e eventual **aquisição de equipamento e material permanente para a unidade de atenção especializada em saúde, PSF's e UBS's do Município de Canarana-MT**, conforme propostas **13978.1860001/16-002, 13978.1860001/15-002 e 13978.1860001/16-001** (Ministério da Saúde)., de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º **-** Nomear **MADELAINE TEREZINHA STRAGLIOTTO**, servidor no cargo de Coordenador de serviços de Saúde, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 21 de Fevereiro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 089/2018.

De 21 de Fevereiro de 2018.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **LUIZ CARLOS OLIVEIRA**, servidor no cargo de medico clinico**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 018/2018 – CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços médicos no hospital municipal para atendimento de plantões de 12 horas em dias variados (semana e final de semana – diurno e noturno)**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência **Anexo I**, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde e especificações do Credenciamento**001/2018**.

Art. 2º **-** Nomear **JAIME ZILIOTTO**, servidor no cargo de medico clinico, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 21 de Fevereiro de 2018**.**

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISTRATO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO 003/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -

TIPO: Contratação de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 012/2017 / CONTRATADO: Veridiane Batista dos Santos/ OBJETO: Rescisão do contrato a pedido / CARGO: Professor Classe B – 20hs / DATA: 09.02.2018.

Richard do Nascimento Bitencourt

Responsável Pelo Departamento de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 020/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PP N.º 020/2018

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 20/2018**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO NOVO COM MOTOR A DIESEL PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICIPIO CASTANHEIRA - MT**. Com sessão no dia 07/03/2018 às 14:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **22** de **fevereiro** de **2018**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018
REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que as empresas **D.P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP e PNEUS BARBOSA LTDA ME,** sagraram-se vencedoras do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA USO E REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o Nº 008/2018; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO:** Aquisição de equipamentos para serem utilizados no aterro sanitário do município de Colider/MT; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** 08/03/2018 às 08h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, em 21 de Fevereiro de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT

COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000129/2018	TATIANE CRISTINA BARRETO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇAO ESCOLAR), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000130/2018	GISLAINE LESNIEWSKI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇAO ESCOLAR), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000131/2018	MARIA ROSA DA SILVA CAMARGO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇAO ESCOLAR), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000132/2018	ADRIANA APARECIDA ANTONIO DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇAO ESCOLAR), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000133/2018	ROMILDA FERREIRA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇAO ESCOLAR), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000134/2018	VANUZA DIAS PEREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇAO ESCOLAR), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000135/2018	MARIA APARECIDA MANTOVANI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ARRelatorio_Contratos_Servidores

Página: 1 / 7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.					
00000136/2018	LORACI GONCALVES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000137/2018	ELISANGELA DOS SANTOS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000138/2018	SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000139/2018	PATRICIA CAVALCANTE GAMA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000140/2018	SIRLEI BERENICE KLEEMANN	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000141/2018	EDNA ADRIANA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000142/2018	DOUGLAS SILVA DA ROCHA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000143/2018	RAQUEL DE PAULA CELESTINO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.552,3300	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000144/2018	VIVIANE RODRIGUES DOS SANTOS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000145/2018	BRUNELDY BUTZKE LEMES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000146/2018	QUEILA PEREIRA DE ALMEIDA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000147/2018	ELAINE JULIAO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.293,6100	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000148/2018	ROSANGELA DE SOUZA AMORIM	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.034,8800	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000149/2018	LEYLA MARTINS JACOME	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000150/2018	DALMIR JOSE SARTORI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000151/2018	RAKEL LEMES DO NASCIMENTO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000152/2018	ELIENE OLIVEIRA DE SOUSA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000153/2018	GISLAINE LIMA PALHOTO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000154/2018	JANISLEI CRISTINA PIRES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000155/2018	ANA LUCIA DE OLIVEIRA KOPSEL	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000156/2018	ALTAIR RIBEIRO DE FREITAS BASAIA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000157/2018	ITAMARA DE OLIVEIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT

COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000158/2018	ANDREIA FERREIRA DO CARMO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000159/2018	DANIELLE MAISA LOPES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.337,6600	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000160/2018	NANCI RIBEIRO DE OLIVEIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000161/2018	VALDINEIA TEIXEIRA DIAS RUBENS	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.328,4900	14/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000162/2018	VALDEMIRA OLIVEIRA DA SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT.	1.337,6600	19/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000163/2018	ANDRIELLI CRISTINA WOLF	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	19/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000164/2018	VANIA DOS SANTOS SILVA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.069,7700	21/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000165/2018	FRANCIELLE DE SOUZA GUGLIELMI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE	2.328,4900	19/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
		MUNICÍPIO DE COLÍDER.					
00000166/2018	MIRANDA MARIA SALGUEIRO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	517,4400	19/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000167/2018	KARINE FERNANDA PAGLIOCO ALMEIDA KLE	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.034,8800	21/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000168/2018	TAINARA PEREIRA BARBOSA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.337,6600	16/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000169/2018	MAIRA DOS SANTOS ZANINI	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.337,6600	21/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000170/2018	JANAINA DE SOUZA PINTO	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.337,6600	21/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000171/2018	RONI EDISON RIBEIRO DA COSTA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	16/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000172/2018	ELMA BEZERRA DOS SANTOS GOMES	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.940,4100	19/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000173/2018	SANDRA MARIA DE SOUZA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	21/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
COLIDER - MT, TRAVESSA DOS PARECIS, Nº 85, CENTRO

Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2018

RELAÇAO DE CONTRATOS DE SERVIDORES

Número/Ano	Pessoa	Objeto	Valor	Vig. Inicial	Vig. Final	Tipo	Situação
00000174/2018	ALAIR GOMES MONTEL	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	2.587,2200	21/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução
00000175/2018	HELANDA MONIZE PEREIRA	O CONTRATADO PRESTARÁ AO CONTRATANTE SERVIÇOS SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA FUNÇÃO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NESTE MUNICÍPIO DE COLÍDER.	1.337,6600	20/02/2018	21/12/2018	DETERMINADO	Em Execução

Total: 47

ARRelatorio_Contratos_Servidores Página: 7 / 7

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia **08 de Março de 2018, ás 14:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito de Colider-MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência)

Colider/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ORDEM DE SERVIÇO DA REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO

O **MUNICÍPIO DE COLIDER – MT**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, REPRESENTADO PELO EXCELENTISSÍMO SR. PREFEITO MUNICIPAL **NOBORU TOMIYOSHI**, QUE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE:

ORDEM DE SERVIÇO

DISPONDO

I - Fica autorizada a empresa **JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA – ME**, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 25.169. 530/0001-99 e Inscrição Estadual nº 13.637.974-5, com sede na Av. Dom Pedro Setor Oeste, Bairro da Torre, na cidade de Colider/MT, vencedora do processo licitatório realizado na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2017**, de interesse desta municipalidade, a executar o seu objeto, ou seja:

ü **Contratação de empresa para execução da obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro localizada na comunidade Novo México, na zona rural do município de Colider/MT**, Conforme Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 009/2017.

II- A presente ordem de serviço tem caráter legal e imediato de modo que a Lei, o interesse público, o Edital de Tomada de Preços nº 009/2017 e o Contrato nº 085/2017, sejam efetivamente cumpridos.

III- A expedição desta Ordem de Serviço é decorrente da homologação da referida licitação.

IV- Conjuntamente com esta Ordem de Serviço, o setor de finanças da Administração desta Municipalidade, apresentará o empenho das despesas aqui ordenadas, nos termos do Edital de Licitação.

Registre-se, Afixe-se, Publique-se e Notifique-se.

Colider (MT) 21 de Fevereiro de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Recebido em ____/____/_____

JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA – ME

JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA

Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 058/GP/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

PORTARIA Nº 058/GP/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Exoneraa pedido **Jose Antonio de Lima Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 952220 SSP/MT e CPF n° 630.188.611-91, do cargo de **Diretor de Departamento,** vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 06 de fevereiro de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

O período de publicação será de 06/02/2018 a 08/03/2018

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 061/GP/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

PORTARIA Nº 061/GP/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Atera parcialmente a Portaria nº. 342/GP/2017, que passa a ter a seguinte redação: **Lotar** a Servidora **Andréia Carvalho Ramos,** efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matricula 6578 (**286**), portadora do RG nº. 2300508-4 SSP/MT e CPF 038.976.411-60, na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 08 de fevereiro de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

O período de publicação será de 08/02/2018 a 08/03/2018

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº. 041/2018

DECRETO EXECUTIVO Nº. 041/2018

SÚMULA:"Nomeia os membros para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC), e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 80, inciso III, e;

CONSIDERANDO-SE: o que estabelece a Lei Municipal nº. 689/2017, em especial art. 3º, § 2º;

DECRETA:

Art. 1º. Fica, com arrimo no art. 3º, § 2º, da Lei Municipal nº. 689/2017, nomeado os Membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, (COMDEC), composto pelos seguintes membros:

Representantes governamentais

I- Secretaria de Infraestrutura: José Nogueira Ponte **II- Secretaria de Saúde:** Andréia Carvalho Ramos **III- Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente:** Jonasmar Rogoski **IV- Secretaria de Assistência Social:** Cristiane Oliveira da Silva

Representantes não governamentais

Diocese de Juína – Paróquia Sagrada Família: Mário Roberto Rocha

Igreja Evangélica Assembléia de Deus: Elizeu Vaz da Silva

Câmara Municipal de Colniza – MT: Diego André Alves

Associação de PAIS e AMIGOS dos Excepcionais de Colniza: Silvio Vahl

Loja Maçonica Vigilantes da Acácia nº. 65 Colniza: João Augusto Minetto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Colniza - MT, em 21 de Fevereiro de 2018.

Celso Leite Garcia

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 070/GP/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

PORTARIA Nº 070/GP/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomeia – **Rita Schneider,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1046128-01 SSP/MT e CPF n° 538.041.121-53, para exercer ocargo de **Secretária Adjunta de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social,** vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 19 de fevereiro de 2018.

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

O período de publicação será de 19/02/2018 a 19/03/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Comodoro – MT, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS - EDITAL n° 002/2018, tendo como objeto: **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 148 METROS LINEARES DE PONTES E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA NUM TOTAL DE 131,5 METROS LINEARES, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA DE LOCALIZAÇÃO,** cuja abertura **ocorrerá** às 09:00 horas do dia 16/03/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente da Comissão de Licitação das 8:30 às 11:30 horas.

Comodoro – MT, 21 de fevereiro de 2018.

Anita Rodrigues da Paixão

Presidente da CPL

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 008/2018

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 008/2018 Ata de Registro de Preços nº 050/2017

DATA: 02/02/2018

GERENCIADORA: Prefeitura Municipal de Comodoro.

FORNECEDORA: JEISON RODRIGO DE CAMPOS & CIA LTDA -ME

OBJETO: Alteração de dotação orçamentária prevista inicialmente, referente a Ata de Registro de Preços nº 050/2017 – Pregão Presencial nº. 074/2017 – Processo Administrativo nº. 097/2017, que tem como objeto aquisição de medicamentos e insumos para atender a Secretaria Municipal de Saúde. **(FOI FEITO TERMO DE ERRATA, PUBLICADO EM 22/02/2018) Onde lê 006 Leia-se 008/2018)**

EXTRATO TERMO DE ERRATA APOSTILAMENTO 006-2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 21 de Fevereiro 2018, na página 106, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de primeiro termo de apostilamento nº. 006/2018

Onde se lê:

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 006/2018 Ata de Registro de Preços nº 050/2017

DATA: 02/02/2018

GERENCIADORA: Prefeitura Municipal de Comodoro.

FORNECEDORA: JEISON RODRIGO DE CAMPOS & CIA LTDA -ME

OBJETO: Alteração de dotação orçamentária prevista inicialmente, referente a Ata de Registro de Preços nº 050/2017 – Pregão Presencial nº. 074/2017 – Processo Administrativo nº. 097/2017, que tem como objeto aquisição de medicamentos e insumos para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

Leia-se:

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 006/2018

DATA: 30/01/2018

GERENCIADORA: Prefeitura Municipal de Comodoro.

FORNECEDORA: M. PEREIRA – TRANSPORTES - ME

OBJETO: Alteração de dotação orçamentária prevista inicialmente, no Pregão Presencial nº. 088/2017 – Processo Administrativo nº. 117/2017, que tem como objeto contratação de serviços de transporte de alunos da rede de ensino público municipal de Comodoro, número de linhas itinerárias: 10 (dez) linhas, número de veículo por linha: 01 (um) veículo, atendendo o período previsto no calendário escolar - ano: 2018

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO 010/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, EDITAL n° 010/2018, tendo como objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DENOMINADO PA MIRANDA ESTANCIA DO MUNICÍPIO DE COMODORO – MT**, cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 06/03/2018, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 21 de fevereiro de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 002/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 002/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 07 de março de 2018, às 09:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE.

Confresa-MT, 21 de fevereiro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 004/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 004/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 08 de março de 2018, às 14:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 - SRP do tipo Menor Preço Global** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **ASSESSORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA PARA O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTO - SUFICIÊNCIA) RESULTANTE DA REFORMA AGRÁRIA - PAC, JUNTO A SUPERINTENDENCIA DO INCRA-MT**.

Confresa-MT, 21 de fevereiro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 003/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 003/2018

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará realizar no dia 08 de março de 2018, às 09:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 - SRP do tipo Menor Preço Por Item** de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-2014.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE **UNIFORMES ESPORTIVOS** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 21 de fevereiro de 2018.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE PRORROGAÇÃO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2018 PROCESSO 014/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a PRORROGAÇÃO de abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"AQUISIÇÃO DE ROUPAS INFANTIS (RECÉM-NASCIDOS) PARA COMPOSIÇÃO DO KIT NEONATAL- PROJETO GESTANTES",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 **(oito) de Março de 2018, às 08h00min (oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas, via fone – (66)3555-1224 ou 1247, e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 21 de Fevereiro de 2018. **LEOCÁDIA GOMES PADILHA Pregoeira Suplente da Comissão Especial de Licitação.**

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 20/2018

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 002/2017 e 003/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 21 de Fevereiro de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGO/NOVA UNIÃO

JOSICLÉIA DA SILVA DOS REIS

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGO/CENTRO

LUCINEIDE ABRANTE WUNDER

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGO/AGROVILA

DENISE PAVAN

Cargo: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – CENTRO

SIMONE FERREIRA DE SOUSA

Cargo: APOIO OPERACIONAL – AGROVILA

ARI BRAMBILA

AVISO DE EDITAL LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO - Nº 02/2018 PROCESSO 024/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 002/2018 forma de julgamento**: Menor preço ,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA, PARA ASSESSORAMENTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT, QUANTO AOS TRÂMITES E ENCAMINHAMENTOS ORIGINADOS A PARTIR DOS PROCESSOS PROTOCOLADOS PENDENTES JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO - SEMA/MT E REALIZAÇÕES DE NOVOS PROJETOS NA ÁREA DE ENGENHARIA FLORESTAL",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 12 **(dose) de Março de 2018, às 08h00min (oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas, via fone – (66)3555-1224 ou 1247, e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 21 de Fevereiro de 2018. **LEOCÁDIA GOMES PADILHA Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.164 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara **situação de emergência** nas áreas do Município afetadas **porIncêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4.1.3.2,** conforme IN/MI 02/2016.

O Senhor Jair Klasner, Prefeito do Município de Cotriguaçu, localizado no Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Cotriguaçu e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Chuvas intensas que já duram mais de 15 dias, destruiu varias pontes e bueiros na zona rural de Cotriguaçu, município localizado no norte do Mato Grosso, onde as Linhas **Coraí, Consolata, Jaciára, Santa Luzia, CDR09, CDR02, Nova União** foram atingidas pela incessante chuva, causando danos a pecuária, comercio madeireiro afetando diretamente a economia do município.

II- Que em decorrência dos danos humanos de aproximadamente 2. 080(dois mil e oitenta) pessoas afetadas diretamente e danos materiais no valor aproximado de R$ 1.300.000,00(Um milhão de trezentos mil reais);

V – Que o Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **situação de emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **porIncêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar – 1.4.1.3.2,** conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2018.

Jair Klasner**Prefeito (a) Municipal**

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 014/2018 PROCESSO 022/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU, COM REPASSES DEVOLVIDOS PELA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES." ,** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. **ONDE SE LÊ: A abertura desta licitação ocorrerá no dia 01 (um) de Março de 2018, às 08h00min (oito horas) LEIA-SE:A abertura desta licitação ocorrerá no dia 06 (seis) de Março de 2018, às 08h00min (oito horas)** , na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas, via fone – (66)3555-1224 ou 1247, e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 21 de Fevereiro de 2018. **LEOCÁDIA GOMES PADILHA Pregoeira Suplente da Comissão Especial de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº. 002/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.716/2018)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO URBANO EM DIVERSAS VIAS DA REGIÃO NORTE – LOTE 1, REGIÃO SUL - LOTE 2, REGIÃO OESTE – LOTE 3 E REGIÃO LESTE – LOTE 4, DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 27 de março de 2018 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 e/ou no e-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital esta disponível através do endereço: www.cuiaba.mt.gov.br – Link: Serviços – Licitações.

Cuiabá/MT, 20 de fevereiro de 2018.

Agmar Divino Lara de Siqueira

Presidente da Comissão de Licitação

Visto: Flávio Alexandre Taques Silva

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 054-18

PORTARIA Nº. 054/2018. denise – mt, 20 de Fevereiro de 2018.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A nomeação do servidor municipal como fiscal de contrato.

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear, como Fiscal dos Contratos, o servidor **RENAN AMARO DOS SANTOS,** cadastrado no CPF sob o n.º 038.782.051.55,matrícula nº 1230, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Gestão, que as funções segundo as atribuições elencadas nesta portaria, quais sejam:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Deve observar a Norma Interna nº. **SCL Nº 001/2010** do Controle Interno, que disciplina as responsabilidade do fiscal de contrato;

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 2° O Fiscalde Contratos somente fará jus à remuneração pelo exercício dessa função quando for editada Lei em sentido estrito prevendo o montante.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Estado de Mato Grosso, 20 de fevereiro de 2018.

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

WALTER FERREIRA LEAL

Secretário Municipal de Administração

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

CONTABILIDADE
LRF 2017 - TERCEIRO QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO TOTAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.894.777,61	
Pessoal Ativo	9.846.053,61	
Pessoal Inativo e Pensionistas	48.724,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.894.777,61	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)		9.894.777,61

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.758.544,16	-
(-) Transf. Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	16.758.544,16	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	9.894.777,61	59,04
LIMITE MÁXIMO VIII (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	10.055.126,50	60,00 %
LIMITE PRUDENCIAL IX (§ único do art. 22 da LRF)	8.597.133,15	51,30 %
LIMITE DE ALERTA X (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %	9.049.613,85	54,00 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:49:27 — PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE — Page 1 de 1

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.109.015,06	2.685.971,25	3.116.509,70	4.351.748,35
Disponibilidade de Caixa	2.106.362,07	2.685.971,25	3.116.509,70	4.351.748,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.567.898,33	2.842.159,98	3.271.672,33	4.480.077,15
(-) Restos a Pagar Processados	461.536,26	156.188,73	155.162,63	128.328,80
Demais Haveres Financeiros	2.652,99	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.418.123,86	17.042.744,59	17.160.713,10	16.758.544,16
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	102.746,53	126.217,97	105.980,27	105.693,92
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	193.835,88	193.835,88	23.739,88	23.739,88
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:53:07 — Page 1 de 1

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) - Portaria 403/2016 R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.418.123,86	17.042.744,59	17.160.713,10	16.758.544,16
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: MUNICÍPIO DE DENISE - MT

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:53:47

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001[1]	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001[1]	0,00	0,00
TOTAIS (I)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.758.544,16	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00%	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ATENCIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: MUNICÍPIO DE DENISE - MT

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponivel nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Nota:

Emissão: 21/02/2018 11:54:26 — Page 1 de 1

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a") - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**3.720.448,72**	**124.940,55**	**958.723,66**	**23.739,88**	**60.696,80**	**0,00**	**2.552.347,83**	**2.228.491,90**	**0,00**
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-120.328,01	0,00	188.969,00	0,00	-18.659,89	0,00	-290.637,12	0,00	0,00
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.579,09	74.695,94	349.045,65	0,00	11.297,79	0,00	-431.460,29	15.000,00	0,00
0114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	226.949,08	0,00	90.350,74	0,00	14.104,67	0,00	122.493,67	0,00	0,00
0115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	114.228,41	0,00	0,00	0,00	307,36	0,00	113.921,05	0,00	0,00
0117000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	1.219,85	12.000,00	0,00	23.739,88	184,41	0,00	-34.704,44	0,00	0,00
0118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	243.867,04	0,00	264.766,14	0,00	24.660,69	0,00	-45.559,79	0,00	0,00
0119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	289.504,21	0,00	57.184,88	0,00	4.678,19	0,00	227.641,14	0,00	0,00
0122000000 - Transferências de Convênios - Educação	252.640,17	0,00	0,00	0,00	310,44	0,00	252.329,73	1.120.931,19	0,00
0123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	453.131,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	453.131,82	0,00	0,00
0124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.908.273,00	38.244,61	0,00	0,00	19.827,09	0,00	1.850.201,30	1.092.560,71	0,00
0129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	173.954,97	0,00	7.894,41	0,00	627,41	0,00	165.433,15	0,00	0,00
0130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	97.703,58	0,00	512,84	0,00	307,36	0,00	96.883,38	0,00	0,00
0142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	73.927,89	0,00	0,00	0,00	2.317,19	0,00	71.610,70	0,00	0,00
0143000000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	1.797,62	0,00	0,00	0,00	734,09	0,00	1.063,53	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**759.628,45**	**3.388,25**	**465.997,72**	**0,00**	**67.516,74**	**0,00**	**222.725,74**	**172.477,40**	**0,00**
0100000000 - Recursos Ordinários	759.628,45	3.388,25	465.997,72	0,00	67.516,74	0,00	222.725,74	172.477,40	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**4.480.077,17**	**128.328,80**	**1.424.721,38**	**23.739,88**	**128.213,54**	**0,00**	**2.775.073,57**	**2.400.969,30**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Emissão: 21/02/2018 12:14:39 — Page 1 de 1 — Homologado

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL 823-18

LEI MUNICIPAL N.º 823/2018.

Ementa: **DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT E SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, REGIDOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 285/1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE/MT, em sessão ordinária do dia 19 de FEVEREIRO de 2018, aprovou e o senhor JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo cargo, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica do Município de Denise, regidos pela Lei Municipal nº 285/1999, com jornada semanal de 30 (trinta) horas, atualizado em 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento) segundo o art. 5º da Lei Federal nº 11.738/2008 e Portaria nº 1.595/2017 do Ministério da Educação – MEC, passa a ser de R$ 1.841,51 (um mil e oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), a incidir a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2018, nos termos desta Lei.

§ 1º A atualização do piso salarial de que trata este artigo será concedida de maneira parcelada, da seguinte forma:

I – 3,41% (três inteiros e quarenta e um centésimos por cento) no mês base de janeiro/2018, sendo que o valor relativo a esse percentual será pago aos servidores juntamente com a folha de pagamento do mês de fevereiro/2018.

II – 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) no mês base de fevereiro/2018, a incidir sobre a folha de pagamento do próprio mês de fevereiro/2018.

Art. 2º O piso salarial instituído por esta Lei servirá como vencimento inicial dos profissionais do magistério público municipal, regidos pela Lei Municipal nº 285/1999, e será utilizado como vencimento-base para cálculo da respectiva remuneração.

Art. 3º Fica concedido para os agentes públicos elencados nos incisos do parágrafo primeiro deste artigo, a título de Revisão Geral Anual, o percentual de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento).

§ 1º Farão jus ao recebimento da revisão geral anual de que trata esta Lei:

I - Os Servidores Públicos, efetivos do Poder Executivo do Município de Denise;

II – Os Conselheiros Tutelares;

§ 2º A Revisão Geral Anual de que trata esta Lei será concedida de maneira parcelada, da seguinte forma:

I – 1,71% (um inteiros e setenta e um centésimos por cento) no mês base de fevereiro/2018, a incidir sobre a folha de pagamento do mês de fevereiro/2018;

II – 1,70% (um inteiros e setenta centésimos por cento) no mês base de março/2018, a incidir sobre a folha de pagamento do próprio mês de março/2018;

III – 1,70% (um inteiros e setenta centésimos por cento) no mês base de abril/2018, a incidir sobre a folha de pagamento do próprio mês de abril/2018;

IV – 1,70% (um inteiros e setenta centésimos por cento) no mês base de maio/2018, a incidir sobre a folha de pagamento do próprio mês de maio/2018;

§ 3º A Revisão Geral Anual de que trata esta Lei não se aplica aos profissionais do magistério da educação básica do Município de Denise, regidos pela Lei Municipal nº 285/99, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº 806/2017 e da Resolução de Consulta nº 11/2013-TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 4º A Revisão Geral Anual de que trata esta Lei aplica-se às tabelas de progressão das carreiras, em relação aos respectivos níveis e classes, de todos os cargos por ela abrangidos nesta Lei.

Art. 4º O percentual da atualização do piso salarial e da revisão geral anual, de que tratam os artigos 1º e 3º desta Lei, respectivamente, será calculado com base no valor base dos vencimentos e/ou subsídios de cada cargo, excluindo-se do cálculo eventuais gratificações e comissões porventura recebidas pelo servidor.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei a qualquer tempo, se necessário, por Decreto do Executivo, bem como expedir os atos regulamentares pertinentes para adequar os casos omissos que porventura surgirem.

Art. 6º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Constituição Federal e Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos até 1º (primeiro) de janeiro de 2018.

Registre–se e publique–se, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise-MT, aos 21 (vinte e um) do mês de Fevereiro do ano de 2018.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 055-18

PORTARIA Nº. 055/2018. denise/mt., 21 de fevereiro de 2018.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DE 03 (TRÊS) MESES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL “dáfne jéssica perim costa parreira” E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994 E LEI ORGÂNICA MUNICIPAL expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora pública municipal a Sra. **DAFNE JÉSSICA PERIM COSTA PARREIRA,** POSSE: 15/02/2007**,** matrícula n.º 210, portadora do RG nº 1164350-1 - SSP/MT e CPF nº 961.514.631-53,lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, exercendo o cargo de **PROFESSORA, LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** de 03 (três) meses com remuneração, referente ao quinquênio **15/02/2007 A 15/02/2012**, a ser gozada no período de *19/Fevereiro/2018 a 20/Maio/2018,* conforme Lei Municipal nº. 149/94, de 01 de Janeiro de 1.994, Estatuto dos Servidores Públicos, do Município de Denise-MT, Capítulo IV, Art. 68 e Seção V, Art. 73 e de conformidade com o Art. 107, § 3º, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 19 de Fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Fevereiro do ano de 2018.

JOSÉ ANIBAL ILARIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

CONTABILIDADE
LRF 2017 - SEXTO BIMESTRE

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.376.646,00	20.953.244,12	1.254.702,76	19.712.783,74	1.240.460,38	2.995.424,41	17.311.814,44	3.641.429,68	15.887.093,06	2.400.969,30
DESPESAS CORRENTES	15.859.520,00	16.559.953,84	2.255.513,10	16.544.940,48	15.013,36	2.764.769,58	16.481.240,48	78.713,36	15.057.139,10	63.700,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.388.426,13	9.898.227,31	1.636.819,51	9.894.777,61	3.449,70	1.636.819,51	9.894.777,61	3.449,70	9.135.197,30	
Juros e Encargos da Dívida	4.500,00									
Outras Despesas Correntes	7.466.593,87	6.661.726,53	618.693,59	6.650.162,87	11.563,66	1.127.950,07	6.586.462,87	75.263,66	5.921.941,80	63.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	343.486,00	4.393.290,28	-1.000.810,34	3.167.843,26	1.225.447,02	230.654,83	830.573,96	3.562.716,32	829.953,96	2.337.269,30
Investimentos	341.486,00	4.393.290,28	-1.000.810,34	3.167.843,26	1.225.447,02	230.654,83	830.573,96	3.562.716,32	829.953,96	2.337.269,30
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	2.000,00									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	173.640,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.376.646,00	20.953.244,12	1.254.702,76	19.712.783,74	1.240.460,38	2.995.424,41	17.311.814,44	3.641.429,68	15.887.093,06	2.400.969,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.376.646,00	20.953.244,12	1.254.702,76	19.712.783,74	1.240.460,38	2.995.424,41	17.311.814,44	3.641.429,68	15.887.093,06	2.400.969,30
SUPERÁVIT (XIII)							1.054.749,54		2.479.470,92	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.376.646,00	20.953.244,12	1.254.702,76	19.712.783,74	1.240.460,38	2.995.424,41	18.366.563,98	2.586.680,14	18.366.563,98	2.400.969,30
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 21/02/2018 11:09:48

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais										
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:09:48 Page 2 de 2

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.396.958,00	16.396.958,00	4.438.954,38	27,07	18.366.563,98	112,01	-1.969.605,98
RECEITAS CORRENTES	16.396.958,00	16.396.958,00	3.893.443,38	23,74	16.828.225,84	102,63	-431.267,84
RECEITA TRIBUTÁRIA	913.453,00	913.453,00	246.690,27	27,01	890.824,13	97,52	22.628,87
Impostos	760.333,00	760.333,00	242.119,76	31,84	789.787,66	103,87	-29.454,66
Taxas	153.120,00	153.120,00	4.570,51	2,98	101.036,47	65,99	52.083,53
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	22.309,20	22.309,20			12,12	0,05	22.297,08
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P	22.309,20	22.309,20			12,12	0,05	22.297,08
RECEITA PATRIMONIAL	145.262,00	145.262,00	16.600,00	11,43	157.518,34	108,44	-12.256,34
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	11.450,00	11.450,00	444,52	3,88	4.446,92	38,84	7.003,08
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens P							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	133.812,00	133.812,00	16.155,48	12,07	153.071,42	114,39	-19.259,42
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	217.500,00	217.500,00	47.893,33	22,02	258.022,81	118,63	-40.522,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.990.231,80	14.990.231,80	3.512.971,25	23,44	15.298.686,93	102,06	-308.455,13
Transferências Intergovernamentais	14.887.154,80	14.887.154,80	3.484.463,55	23,41	15.171.473,78	101,91	-284.318,98
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	103.077,00	103.077,00	28.507,70	27,66	127.213,15	123,42	-24.136,15
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	108.202,00	108.202,00	69.288,53	64,04	223.161,51	206,25	-114.959,51
Multa de Juros de Mora	48.453,00	48.453,00	30.427,68	62,80	95.554,52	197,21	-47.101,52
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa	56.169,00	56.169,00	38.083,91	67,80	121.621,37	216,53	-65.452,37
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amor							
Receitas Correntes Diversas	3.580,00	3.580,00	776,94	21,70	5.985,62	167,20	-2.405,62
RECEITAS DE CAPITAL			545.511,00	100,00	1.538.338,14	814,00	-1.538.338,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			545.511,00	100,00	1.538.338,14	814,00	-1.538.338,14
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios			545.511,00	100,00	1.538.338,14	814,00	-1.538.338,14
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro I							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adi							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.396.958,00	16.396.958,00	4.438.954,38	27,07	18.366.563,98	112,01	-1.969.605,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.396.958,00	16.396.958,00	4.438.954,38	27,07	18.366.563,98	112,01	-1.969.605,98
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.396.958,00	16.396.958,00	4.438.954,38	27,07	18.366.563,98	112,01	-1.969.605,98

Emissão: 21/02/2018 11:09:48

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais Reabertura de Créditos Adicionais							

MUNICÍPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação P							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens P							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amor							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro I							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adi							
Outras Receitas de Capital							

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:09:48

Page 3 de 3
Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MTDENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.376.646,00	20.953.244,12	1.254.702,76	19.712.783,74	100,00	1.240.460,38	2.995.424,41	17.311.814,44	100,00	3.641.429,68	2.400.969,30
LEGISLATIVA	834.867,00	833.904,42	133.481,97	816.857,93	4,14	17.046,49	136.611,97	816.857,93	4,72	17.046,49	
ACAO LEGISLATIVA	834.867,00	833.904,42	133.481,97	816.857,93	4,14	17.046,49	136.611,97	816.857,93	4,72	17.046,49	
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	5.623.149,13	5.015.692,64	702.540,98	5.015.662,79	25,44	29,85	858.687,37	4.999.962,79	28,88	15.729,85	15.700,00
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	989.618,33	1.020.394,53	83.915,43	1.020.385,93	5,18	8,60	172.409,63	1.020.385,93	5,89	8,60	
ADMINISTRACAO GERAL	4.505.322,80	3.859.219,50	597.084,42	3.859.198,25	19,58	21,25	664.736,61	3.843.498,25	22,20	15.721,25	15.700,00
CONTROLE INTERNO	128.208,00	136.078,61	21.541,13	136.078,61	0,69		21.541,13	136.078,61	0,79		
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	783.140,00	876.039,26	322.037,28	875.815,69	4,44	223,57	157.999,06	705.046,62	4,07	170.992,64	170.769,07
ADMINISTRACAO GERAL	697.888,00	633.494,38	88.336,73	633.270,81	3,21	223,57	95.067,58	633.270,81	3,66	223,57	
ASSISTENCIA AO IDOSO	23.150,00										
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	23.152,00	12.625,87	3.781,54	12.625,87	0,06		3.781,54	12.625,87	0,07		
ASSISTENCIA COMUNITARIA	38.950,00	229.919,01	229.919,01	229.919,01	1,17		59.149,94	59.149,94	0,34	170.769,07	170.769,07
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE	3.994.322,00	4.567.867,81	449.258,56	4.566.187,54	23,16	1.680,27	811.590,24	4.551.187,54	26,29	16.680,27	15.000,00
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	662.840,00	767.803,74	117.120,60	767.803,74	3,89		124.882,35	767.803,74	4,44		
ATENCAO BASICA	2.761.762,00	3.240.724,92	246.059,13	3.239.323,34	16,43	1.401,58	600.629,06	3.224.323,34	18,62	16.401,58	15.000,00
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	103.220,00	71.111,68		71.111,68	0,36			71.111,68	0,41		
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2.500,00										
VIGILANCIA SANITARIA	464.000,00	488.227,47	86.078,83	487.948,78	2,48	278,69	86.078,83	487.948,78	2,82	278,69	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO	4.460.917,87	6.810.592,36	823.605,99	6.810.064,68	34,55	527,68	836.285,94	5.689.133,49	32,86	1.121.458,87	1.120.931,19
ADMINISTRACAO GERAL	163.995,00	102.273,11	15.816,18	102.273,11	0,52		15.816,18	102.273,11	0,59		
ALIMENTACAO E NUTRICAO	155.000,00	235.118,35	54.981,07	235.118,35	1,19		54.981,07	235.118,35	1,36		
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	9.261,00										
EDUCACAO INFANTIL	48.620,00	18.881,62		18.881,62	0,10			18.881,62	0,11		
ENSINO FUNDAMENTAL	4.075.341,87	6.454.319,28	752.808,74	6.453.791,60	32,74	527,68	765.488,69	5.332.860,41	30,80	1.121.458,87	1.120.931,19
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.700,00										
CULTURA	113.050,00	36.100,00	33.000,00	36.100,00	0,18			3.100,00	0,02	33.000,00	33.000,00
DIFUSAO CULTURAL	113.050,00	36.100,00	33.000,00	36.100,00	0,18			3.100,00	0,02	33.000,00	33.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO		2.084.903,68	-1.175.814,35	863.975,68	4,38	1.220.928,00		112.590,00	0,65	1.972.313,68	751.385,68
INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.084.903,68	-1.175.814,35	863.975,68	4,38	1.220.928,00		112.590,00	0,65	1.972.313,68	751.385,68
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO	57.880,00	533.982,80		533.982,80	2,71		166.219,89	239.799,44	1,39	294.183,36	294.183,36
SANEAMENTO BASICO RURAL		185.553,77		185.553,77	0,94		166.219,89	166.219,89	0,96	19.333,88	19.333,88
SANEAMENTO BASICO URBANO		348.429,03		348.429,03	1,77			73.579,55	0,43	274.849,48	274.849,48

Emissão: 21/02/2018 11:13:09 Page 1 de 3

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MTDENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
SERVICOS URBANOS	57.880,00										
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA	260.430,00	193.961,15	-33.407,67	193.936,71	0,98	24,44	28.029,94	193.936,71	1,12	24,44	
ADMINISTRACAO GERAL	237.330,00	193.961,15	-33.407,67	193.936,71	0,98	24,44	28.029,94	193.936,71	1,12	24,44	
PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	23.100,00										
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA	57.880,00										
ENERGIA ELETRICA	57.880,00										
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER	17.370,00	200,00		199,92		0,08		199,92		0,08	
DESPORTO COMUNITARIO	17.370,00	200,00		199,92		0,08		199,92		0,08	
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	173.640,00										
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	16.376.646,00	20.953.244,12	1.254.702,76	19.712.783,74	100,00	1.240.460,38	2.995.424,41	17.311.814,44	100,00	3.641.429,68	2.400.969,30

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II)											
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
TRABALHO											
EDUCAÇÃO											
CULTURA											
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO											

Emissão: 21/02/2018 11:13:09 Page 2 de 3

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MTDENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER											
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS											

Emissão: 21/02/2018 11:13:09 Page 3 de 3

Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.317.253,10	1.523.560,89	1.279.101,95	1.377.290,02	1.681.410,12	1.424.864,13	1.630.817,35	1.495.188,53	1.329.947,45	1.460.137,85	1.600.841,83	2.650.255,52	18.770.668,74	18.297.543,00
Receita Tributária	15.547,16	58.954,04	45.292,67	21.258,64	118.236,70	85.468,72	130.679,35	98.766,38	23.108,96	40.647,65	136.281,88	110.252,42	884.494,57	918.111,00
IPTU	570,37	105,05	105,05	118,14	7.191,93	50.528,97	33.448,81	32.145,03	4.279,66	4.086,70	2.141,43	2.020,15	136.741,29	153.350,00
ISS	8.223,63	22.940,12	15.554,36	11.742,15	22.271,64	14.285,48	21.367,71	18.693,25	10.519,43	17.512,15	27.260,64	18.293,03	208.663,59	231.113,00
ITBI	2.827,00	1.740,00	4.132,00	648,40	6.878,28	2.811,14	759,60		600,00	15.775,01	19.892,25	11.010,30	67.073,98	106.842,00
IRRF		29.486,88	3.608,78	2.885,67	73.834,84	2.024,91	63.131,57	34.949,12	2.582,91	1.951,79	83.378,99	78.122,97	375.958,43	270.406,00
Outras Rec. Tributarias	3.926,16	4.681,99	21.892,48	5.864,28	8.060,01	15.818,22	11.971,66	12.978,98	5.126,96	1.322,00	3.608,57	805,97	96.057,28	156.400,00
Receita Contribuições						12,12							12,12	22.309,20
Receita Patrimonial	20.266,38	17.074,18	18.436,20	13.922,15	13.803,25	12.191,80	12.197,37	13.233,65	10.082,32	9.711,04	8.454,05	8.145,95	157.518,34	145.262,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	14.282,54	15.224,92	18.996,04	21.597,28	18.676,51	20.301,10	21.301,72	25.742,44	26.258,95	27.747,98	24.870,23	23.023,10	258.022,81	217.500,00
Transferências Correntes	1.256.294,54	1.429.825,92	1.183.146,06	1.315.186,46	1.521.199,30	1.299.644,82	1.458.708,98	1.347.674,57	1.251.413,77	1.356.149,17	1.409.934,29	2.481.633,63	17.310.811,51	16.870.504,80
Cota Parte do FPM	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	414.187,39	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	614.926,64	6.067.723,27	6.210.500,00
Cota Parte do ICMS	286.208,44	165.617,39	290.757,70	222.106,07	286.715,92	249.140,65	232.122,50	321.007,20	344.644,29	250.236,86	368.745,05	354.722,50	3.372.024,57	3.229.422,00
Cota Parte do IPVA	32.229,35	41.282,10	30.782,70	41.736,47	59.119,93	22.896,45	44.807,70	32.719,23	32.293,83	25.163,37	28.791,43	16.565,99	408.388,55	454.640,00
Cota Parte do ITR	13.196,46		973,48	183,54	163,59	75,62	37,65	256,29	3.241,92	151.588,16	36.979,52	17.424,99	224.121,22	27.580,00
Transf. LC 87/1966	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	1.161,44	13.937,28	12.153,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	227.150,41	234.429,97	150.108,84	240.269,19	254.118,73	213.294,02	203.371,26	259.563,30	169.672,68	219.316,83	202.182,27	657.335,02	3.030.812,52	2.990.903,00
Outras Transf. Correntes	165.575,36	307.200,96	283.630,42	296.795,70	338.084,54	276.790,03	563.021,04	263.229,17	305.977,95	261.690,20	312.311,68	819.497,05	4.193.804,10	3.945.306,80
Outras Receitas Correntes	10.862,48	2.481,83	13.230,98	5.325,49	9.494,36	7.245,57	7.929,93	9.771,49	19.083,45	25.882,01	21.301,38	27.200,42	159.809,39	123.856,00
DEDUÇÕES (II)	172.416,99	177.500,90	149.245,55	155.248,88	185.312,26	161.601,32	138.310,74	164.544,48	154.748,35	174.598,44	178.265,81	200.330,86	2.012.124,58	1.880.273,00
Cont. Servidor Plano Prev.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	172.416,99	177.500,90	149.245,55	155.248,88	185.312,26	161.601,32	138.310,74	164.544,48	154.748,35	174.598,44	178.265,81	200.330,86	2.012.124,58	1.880.273,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.144.836,11	1.346.059,99	1.129.856,40	1.222.041,14	1.496.097,86	1.263.262,81	1.492.506,61	1.330.644,05	1.175.199,10	1.285.539,41	1.422.576,02	2.449.924,66	16.758.544,16	16.417.270,00

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:14:54 — Page 1 de 1

Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/OUT/2017 (b)	em 31/DEZ/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	2.106.362,07	1.586.990,28	2.927.026,97
Disponibilidade de Caixa	2.106.362,07	1.586.990,28	2.927.026,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.567.898,33	3.221.681,56	4.480.077,15
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	461.536,26	1.634.691,28	1.553.050,18
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.106.362,07	-1.586.990,28	-2.927.026,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-2.106.362,07	-1.586.990,28	-2.927.026,97

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
VALOR	-1.340.036,69	-820.664,90

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 às 11:17

Page 1 de 1
Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria 43/2016 R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	16.405.820,00	16.893.460,60	17.471.440,51
Receitas Tributárias	913.453,00	890.824,13	1.093.560,11
IPTU	152.000,00	138.091,66	133.552,68
ISS	231.085,00	208.663,59	283.985,60
ITBI	106.842,00	67.073,98	220.670,47
IRRF	270.406,00	375.958,43	363.004,71
Outras Receitas Tributárias	153.120,00	101.036,47	92.346,65
Receitas de Contribuições	22.309,20	12,12	422,22
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	22.309,20	12,12	422,22
Receita Patrimonial Líquida	133.812,00	153.071,42	279.406,92
Receita Patrimonial	145.262,00	157.518,34	289.438,07
(-) Aplicações Financeiras	11.450,00	4.446,92	10.031,15
Transferências Correntes	15.010.543,80	15.368.368,61	15.753.353,71
Cota-parte do FPM	5.068.574,00	4.854.178,95	5.576.172,51
Cota-parte do ICMS	2.587.506,00	2.702.733,19	2.636.007,31
Cota-parte do IPVA	363.713,00	326.711,18	298.098,00
Convênios	123.389,00	196.894,83	181.153,45
Outras Transferências Correntes	6.867.361,80	7.287.850,46	7.061.922,44
Demais Receitas Correntes	325.702,00	481.184,32	344.697,55
Dívida Ativa	56.169,00	121.621,37	63.788,60
Diversas Receitas Correntes	269.533,00	359.562,95	280.908,95
RECEITAS DE CAPITAL (II)		1.538.338,14	1.719.252,98
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital		1.538.338,14	1.719.252,98
Convênios		1.538.338,14	1.719.252,98
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		1.538.338,14	1.719.252,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**16.405.820,00**	**18.431.798,74**	**19.190.693,49**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.559.953,84	16.544.940,48	16.436.283,86	16.481.240,48	16.436.283,86	63.700,00	
Pessoal e Encargos Sociais	9.898.227,31	9.894.777,61	8.201.563,01	9.894.777,61	8.201.563,01		
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	6.661.726,53	6.650.162,87	8.234.720,85	6.586.462,87	8.234.720,85	63.700,00	
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.559.953,84	16.544.940,48	16.436.283,86	16.481.240,48	16.436.283,86	63.700,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.393.290,28	3.167.843,26	2.319.574,21	830.573,96	2.319.574,21	2.337.269,30	
Investimentos	4.393.290,28	3.167.843,26	2.319.574,21	830.573,96	2.319.574,21	2.337.269,30	
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)							
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.393.290,28	3.167.843,26	2.319.574,21	830.573,96	2.319.574,21	2.337.269,30	
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**20.953.244,12**	**19.712.783,74**	**18.755.858,07**	**17.311.814,44**	**18.755.858,07**	**2.400.969,30**	

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-4.547.424,12**	**-1.280.985,00**	**434.835,42**	**1.119.984,30**	**434.835,42**		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 às 11:19

Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	12.000,00	449.536,26	371.452,07		90.084,19	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	152.068,68
Executivo	12.000,00	449.536,26	371.452,07		90.084,19	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	152.068,68
GABINETE DO PREFEITO		7.571,39	7.571,39									
SEC MUNICIP DE ADMINISTRACAO		10.856,31	7.468,06		3.388,25							3.388,25
SEC MUNIC DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO		66.417,28	66.417,28									
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		156.528,60	81.832,66		74.695,94							74.695,94
SEC MUNIC DE OBRAS VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	12.000,00	141.764,96	141.764,96		12.000,00	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	73.984,49
SEC MUNIC DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		3.363,59	3.363,59									
SEC MUNIC DE FINANCAS		17.375,71	17.375,71									
SEC MUNIC DE ACAO SOCIAL		45.658,42	45.658,42									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	12.000,00	449.536,26	371.452,07		90.084,19	193.835,88		170.096,00	131.851,39		61.984,49	152.068,68

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE Emissão: 21/02/2018 às 11:20 Page 1 de 1

MUNÍCIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	578.227,00	578.227,00	603.396,87	104,35%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	236.526,00	236.526,00	302.566,94	127,92%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	150.650,00	150.650,00	136.741,29	90,77%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	85.876,00	85.876,00	165.825,65	193,10%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	106.842,00	106.842,00	67.073,98	62,78%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	106.842,00	106.842,00	67.073,98	62,78%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	234.859,00	234.859,00	233.755,95	99,53%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.057,00	231.057,00	208.663,59	90,31%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.802,00	3.802,00	25.092,36	659,98%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.934.295,00	9.934.295,00	10.086.194,89	101,53%
2.1 - Cota-Parte FPM	6.210.500,00	6.210.500,00	6.067.723,27	97,70%
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.210.500,00	6.210.500,00	6.067.723,27	97,70%
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	3.229.422,00	3.229.422,00	3.372.024,57	104,42%
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.153,00	12.153,00	13.937,28	114,68%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	
2.5 - Cota-Parte ITR	27.580,00	27.580,00	224.121,22	812,62%
2.6 - Cota-Parte IPVA	454.640,00	454.640,00	408.388,55	89,83%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.512.522,00	10.512.522,00	10.689.591,76	101,68%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	343.791,63	343.791,63	294.077,32	85,54%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	207.573,00	207.573,00	192.534,80	92,76%
5.2 - Transferências Diretas - PDDE				
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	113.638,63	113.638,63	84.442,00	74,31%
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	22.580,00	22.580,00	15.157,72	67,13%
5.5 - Outras Transferências do FNDE			1.942,80	
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	103.077,00	103.077,00	127.213,15	123,42%
6.1 - Transferência de Convênios	103.077,00	103.077,00	127.213,15	123,42%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	299.671,00	299.671,00	261.205,44	87,16%
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	746.539,63	746.539,63	682.495,91	91,42%

Emissão: 21/02/2018 11:22:07

MUNÍCIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.880.273,00	1.880.273,00	2.012.124,58	107,01%
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.141.926,00	1.141.926,00	1.213.544,32	106,27%
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	641.916,00	641.916,00	669.291,38	104,26%
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.430,00	2.430,00	2.787,36	114,71%
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Dest. ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	3.074,00	3.074,00	44.824,15	1.458,17%
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)	90.927,00	90.927,00	81.677,37	89,83%
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.990.903,00	2.990.903,00	3.030.812,52	101,33%
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.990.903,00	2.990.903,00	3.030.812,52	101,33%
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB				
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.110.630,00	1.110.630,00	1.018.687,94	91,72%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1 - Com Educação Infantil							
13.2 - Com Ensino Fundamental							
14 - OUTRAS DESPESAS							
14.1 - Com Educação Infantil							
14.2 - Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

Emissão: 21/02/2018 11:22:07

Page 2 de 4

Homologado

MUNÍCIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017[2]	0,00

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL				0,00%			
22.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
22.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
23 - ENSINO FUNDAMENTAL				0,00%			
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24 - ENSINO MÉDIO				0,00%			
25 - ENSINO SUPERIOR				0,00%			
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
27 - OUTRAS				0,00%			
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00		0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.018.687,94
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	50.268,24
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) [6]	1.068.956,18
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) [6]	-1.068.956,18
38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	-10,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	944.429,24	2.114.896,19	2.114.775,74	99,99%	2.114.775,74	99,99%	
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/ RECEITAS ADIC. P/ FINAN. ENSINO (39+40+41+42)	944.429,24	2.114.896,19	2.114.775,74	99,99%	2.114.775,74	99,99%	
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	944.429,24	2.114.896,19	2.114.775,74	99,99%	2.114.775,74	99,99%	0,00

MUNÍCIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017/BIMESTRE - NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.030.812,52	192.534,80
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1- Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.030.812,52	192.534,80
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	3.030.812,52	192.534,80

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:22:07

Page 4 de 4
Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL- CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.393.290,28	3.167.843,26	830.573,96	2.337.269,30	1.225.447,02
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.393.290,28	3.167.843,26	830.573,96	2.337.269,30	1.225.447,02
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.393.290,28	-3.167.843,26			-1.225.447,02

Fonte: MUNICÍPIO DE DENISE

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:23:25 Page 1 de 1

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) - Portaria 403/2016. R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)							
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis							
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis							
Rendimentos de Aplicação Financeira							
DESPESAS	**Dotação Atualizada (d)**	**Despesas Empenhadas (e)**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas (f)**	**Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados**	**Pagamento de Restos a Pagar (g)**	**Saldo a Pagar (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2016 (i)**	**2017 (j) = (Ib - (IIf + IIg))**					**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)							

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:25:55

Page 1 de 1
Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	864.955,00	864.955,00	1.006.963,55	116,42%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	152.000,00	152.000,00	138.091,66	90,85%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	106.842,00	106.842,00	67.073,98	62,78%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	231.085,00	231.085,00	208.663,59	90,30%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.406,00	270.406,00	375.958,43	139,03%
Imposto Territorial Rural - ITR				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.461,00	11.461,00	8.131,29	70,95%
Dívida Ativa dos Impostos	56.169,00	56.169,00	121.621,37	216,53%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	36.992,00	36.992,00	87.423,23	236,33%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.934.295,00	9.934.295,00	10.086.194,89	101,53%
Cota-Parte FPM	6.210.500,00	6.210.500,00	6.067.723,27	97,70%
Cota-Parte ITR	27.580,00	27.580,00	224.121,22	812,62%
Cota-Parte IPVA	454.640,00	454.640,00	408.388,55	89,83%
Cota-Parte ICMS	3.229.422,00	3.229.422,00	3.372.024,57	104,42%
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	12.153,00	12.153,00	13.937,28	114,68%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.153,00	12.153,00	13.937,28	114,68%
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**10.799.250,00**	**10.799.250,00**	**11.093.158,44**	**102,72%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.128.176,80	2.128.176,80	1.828.173,51	85,90%
Provenientes da União	1.836.873,80	1.836.873,80	1.672.353,32	91,04%
Provenientes dos Estados	291.303,00	291.303,00	155.820,19	53,49%
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			395.495,00	39.549.500,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	252.267,00	252.267,00	199.357,70	79,03%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**2.380.443,80**	**2.380.443,80**	**2.423.026,21**	**101,79%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	3.974.460,00	4.567.308,81	4.565.628,54	99,96%	4.550.628,54	99,63%	15.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.853.680,00	2.439.630,68	2.439.291,00	99,99%	2.439.291,00	99,99%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	2.120.780,00	2.127.678,13	2.126.337,54	99,94%	2.111.337,54	99,23%	15.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	23.152,00	559,00	559,00	100,00%	559,00	100,00%	
Investimentos	23.152,00	559,00	559,00	100,00%	559,00	100,00%	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.997.612,00**	**4.567.867,81**	**4.566.187,54**	**99,96%**	**4.551.187,54**	**99,63%**	**15.000,00**

Emissão: 21/02/2018 11:28:56

MUNICIPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.934.422,00	4.567.867,81	4.566.187,54	100,00%	4.551.187,54	100,00%	15.000,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	307.893,00	146.307,81	146.184,62	3,20%	146.184,62	3,21%	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	3.626.529,00	4.421.560,00	4.420.002,92	96,80%	4.405.002,92	96,79%	15.000,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**3.934.422,00**	**4.567.867,81**	**4.566.187,54**	**100,00%**	**4.551.187,54**	**100,00%**	**15.000,00**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**63.190,00**						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**0,00%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**-1.663.973,77**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,13				
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total	**0,13**				

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(VIII)			

Emissão: 21/02/2018 11:28:56

MUNICIPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	2.761.762,00	3.240.724,92	3.239.323,34	70,94%	3.224.323,34	70,85%	15.000,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	662.840,00	767.803,74	767.803,74	16,81%	767.803,74	16,87%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	464.000,00	488.227,47	487.948,78	10,69%	487.948,78	10,72%	
Vigilância Epidemiológica	2.500,00						
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	106.510,00	71.111,68	71.111,68	1,56%	71.111,68	1,56%	
TOTAL	**3.997.612,00**	**4.567.867,81**	**4.566.187,54**	**100,00%**	**4.551.187,54**	**100,00%**	**15.000,00**

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
[4] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
[5] Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

JOSE ANIBAL ILARIO DOS SANTOS
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 21/02/2018 11:28:56

Page 3 de 3
Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2017	
		No bimestre	Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações contratuais			
Garantias concedidas			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado, exceto Estatais Não-Dependentes (I)											
Das Estatais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	17.418.123,86	16.758.544,16									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)											

Emissão: 21/02/2018 11:30:08 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 014/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora **DIANA REGINA PEREIRA**, Professora, matrícula nº 410.1, CPF nº 345.401.481-68, RG nº 0310448-6 SEJSP/MT, lotada **na Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas, na Biblioteca Municipal Monteiro Lobato**, neste município, com início em 01/02/2018.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 09 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 015/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o Artigo 49 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011;

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora **ROSICLEIA SILVEIRA MONTALVÃO KONRAD**, Técnica Administrativa Educacional, matrícula nº 2932.1, CPF nº 722.757.311-72, RG nº 1436871-4 SESP/MT, com função gratificada de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em que a mesma responderá pelas documentações escolares das Escolas Municipais da Zona Rural e os trabalhos administrativos na referida Secretaria.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogando a Portaria nº 010/2017-SMEC de 02/01/2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 15 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SETOR RH
DECRETO Nº 018/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 002/2017.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 002/2017, citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 20 de Fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 018/2018

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público - **(reconhecer firma)**
Declaração de Bens - **(reconhecer firma)**
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)*** **- (Autenticado)**
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade **(Autenticado)**
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino) - **(Autenticado)**
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento **(Autenticado)**
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função - **(reconhecer firma)**
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade - **(Autenticado)**
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:

ANEXO II DO DECRETO Nº 018/2018

Cargo: (32) TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL / 1 - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
87º	DIEGO FELIPE FERREIRA RODRIGUES
88º	ALINI DO NASCIMENTO RIBEIRO
89º	LUAN JUNIOR DE FRANCA

Cargo: (16) MOTORISTA ESCOLAR / 1 - ZONA RURAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
17º	WILLIAN DA SILVA CORDEIRO
18º	EMANOEL SIDORIO BARBOZA
19º	ANTONIEL SANTOS DE SOUSA

Diamantino-MT, 20 de Fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO'

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 258/2017

CONTRATADO:CILENE CAVALCANTE DE CARVALHO

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 258/2017**, tendo como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Assistente Social**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Assistência Social** com inicio dia **03 de Abril de 2017** e termino dia **28 de Fevereiro de 2018.**

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS PELA CONTRATANTE, DOS GRUPOS "A, B e E", DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA N°.358/2005 E RDC 306/2004 DA ANVISA, E DEMAIS LEGISLAÇÕES CONCERNENTES.

CLÁUSULA: FICA ALTERADO NO PREÂMBULO DO PRESENTE CONTRATO E ADITIVOS, PASSANDO A TER COMO CONTRATADA A EMPRESA BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CONTRATADO: BIO RESÍDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 12 DE SETEMBRO DE 2017.

GABINETE
PORTARIA SMS Nº 02/2018

Constitui equipe para realização de visita técnica, conforme edital de credenciamento nº 002/2017.

CLEIDE MARIA ANZIL, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços médicos nas especialidades de ortopedia e medicina do trabalho de forma complementar aos serviços oferecidos no Município de Diamantino/MT;

Considerando a necessidade de averiguar se as empresas interessadas em participar do credenciamento citado no preâmbulo desta portaria tem espaço adequado para atender aos clientes;

Considerando a necessidade de constatar se as empresas interessadas em participar do credenciamento citado no preâmbulo desta portaria possui todos os aparelhos para prestar os serviços e se estão em estado de conservação adequados para prestar os serviços com qualidade;

RESOLVE:

Art. 1º. CONSTITUIR a equipe para realização de visita técnica e elaboração de relatório de visita técnica nas empresas interessadas em participar do credenciamento, cujo edital é o de nº 002/2017, para atuar para atuar no âmbito do Município de Diamantino-MT, conforme o edital em questão.

Parágrafo único: A equipe mencionada no art. 1º desta portaria será composta por:

a) EMANOELLE DE CAMPOS DIAS, Fiscal de saúde pública, matrícula nº. 3884;

b) GILLIAN CESAR DE SOUZA ALVES, Fiscal de saúde pública, matrícula nº. 3103.

Art. 2º. Para realização da visita técnica e posterior elaboração do relatório técnico, a equipe citada no artigo anterior, deverá obedecer aos critérios de avaliação presentes no edital de credenciamento nº. 002/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 15 de fevereiro de 2018.

CLEIDE MARIA ANZIL

Secretária Municipal de Saúde

Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora **IRACY ESPIRITO SANTO ARRUDA,** Professora, matrícula nº 2956, CPF nº 468.469.721-53, RG nº 804 087 SSP/MT, lotada na CMEI Lilian Vanni Lima, para desenvolver suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, a partir de 15 de Fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogando a Portaria nº 046/2017/SMEC de 01/02/2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 15 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora **SIMONE DE GOES LIMA**, Professora 30 horas, matrícula nº 1098, CPF nº 708.304.871-15, RG nº 07533571-94 SSP/MT, lotação na Escola Municipal Castro Alves, para exercer suas funções na Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira, a partir de 15 de Fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogando a Portaria nº 053/2017/SMEC de 01/02/2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 15 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 019/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora **ZILMEIRE MACEDO DE OLIVEIRA**, Professora 30 horas, matrícula nº 3842.1, CPF nº 486.868.321-72, RG nº 749272 **SSP/MT, lotação na Escola Municipal Educação Infantil Criança Feliz, para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmen Vieira Dias, a partir de 15 de Fevereiro de 2018.**

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 15 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 07 Março de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES CONFORME PROPOSTA Nº 11939.906.00/115001, PARA ATENDER A DEMANDA DO LABORATORIO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 22 de Fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 002/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT, através da Comissão Especial de Licitações, torna publico para todos os interessados o Edital para CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES COM FINALIDADE DIAGNOSTICA EM CITOPATOLOGIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, à pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. O Credenciamento ocorrerá no período de 22/02/2018 a 09/03/2018 até as 14:00hrs. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereçamento supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07:00 h as 11:00 h e das 13:00 h às 17:00 h, com a Comissão Especial de Licitações, na Prefeitura Municipal situada na Avenida JPF Mendes, 2341 - CEP: 78400-000 - Jd. Eldorado / Diamantino - MT, ou pelo telefone: (65) 3336-6423 e pelo site: www.diamantino.mt.gov.br.

Diamantino-MT, 22 de Fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 020/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de Profissionais para atender as necessidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

R E S O L V E,

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora **OZIENE GOMES DO CARMO LIMA**, Professora 30 horas, matrícula nº 2938.1, CPF nº 017.183.561-10, RG nº 1808982-8 **SSP/MT, lotação na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, para exercer suas funções na Escola Municipal Brás Maimoni, a partir de 15 de Fevereiro de 2018.**

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 15 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

GABINETE
PORTARIA Nº 48/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **ROSELI CARRIS MONTINI,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 21512079SSP/MT e CPF N.º 138.187.718-47 como Fiscal do Contrato **nº 05/2018**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Contadora de Histórias, para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 15 Fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a reorganização ao Quadro dos Servidores Públicos, conforme o ano letivo de 2018.

R E S O L V E,

Artigo 1º - Ficando revogadas as Portarias dos Profissionais da Educação Básica deste, abaixo discriminados.

1 – Portaria nº 022/2017/SMEC, de 02/01/2017.

2 – Portaria nº 043/2017/SMEC, de 01/02/2017.

3 – Portaria nº 045/2017/SMEC, de 01/02/2017.

4 – Portaria nº 047/2017/SMEC, de 01/02/2017.

4 – Portaria nº 048/2017/SMEC, de 01/02/2017.

5 – Portaria nº 074/2017/SMEC, de 20/03/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino – MT, em 29 de Janeiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público o resultado da **CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2018, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015)**, que se deu no dia 07/02/2018, onde **sagrou-se vencedora os participantes descritos abaixo:**

Fornecedor Descrição CPF/CNPJ

105853 ASSOCIACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTAVEL DE POLICULTURA-CEIBA 19.207.029/0001-77				
Item	**Descrição**	**QTD**	**Valor**	**Total**
103	FARINHA MANDIOCA, EMBALAGEM DE 1KG	450,0000	6,5466	2.945,9700
166	ALFACE CRESPA	500,0000	3,0600	1.530,0000
237	ALFACE LISA	750,0000	3,0600	2.295,0000
324	BETERRABA	300,0000	2,8866	865,9800
353	BATATA DOCE	300,0000	2,8600	858,0000
423	CENOURA	300,0000	3,0933	927,9900
561	RÚCULA	750,0000	3,2266	2.419,9500
630	VAGEM	150,0000	7,8266	1.173,9900
631	CHUCHU	300,0000	2,7033	810,9900
741	MAMAO FORMOSA	450,0000	2,9933	1.346,9850
814	MAXIXE	300,0000	3,8766	1.162,9800
815	MELANCIA (KG)	1500,0000	2,0133	3.019,9500
817	PEPINO COMUM	300,0000	3,4533	1.035,9900
819	QUIABO	300,0000	7,2600	2.178,0000

Total Fornecedor: 43.454,4250

Fornecedor	Descrição	CPF/CNPJ		
6922	COOPERATIVA DE DESENV. AGRO. DE TAPURAH - COAIT	02.950.701/0001-17		
Item	**Descrição**	**QTD**	**Valor**	**Total**
280	POLPA DE FRUTA, SABOR MARACUJA, 100% NATURAL, CONGELADA.	2300,0000	26,6666	61.333,1800
281	POLPA DE FRUTA, SABOR ABACAXI 100% NATURAL, CONGELADA	2300,0000	17,7000	40.710,0000
33986	POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA, 100% NATURAL, CONGELADA,	2300,0000	20,5333	47.226,5900
39300	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR ACEROLA	2300,0000	18,2000	41.860,0000
39301	POLPA DE FRUTA CONGELADA SABOR CAJU	2300,0000	17,7000	40.710,0000

Total Fornecedor: 231.839,7700

Fornecedor	Descrição	CPF/CNPJ		
3287	ASSOCIACAO DOS MINI E PEQUENOS PRODUTORES DO CORREGO GRANDE	02.462.412/0001-79		
Item	**Descrição**	**QTD**	**Valor**	**Total**
166	ALFACE CRESPA	500,0000	3,0600	1.530,0000
168	BANANA DA TERRA KG	500,0000	4,2966	2.148,3000
169	LARANJA PERA	500,0000	2,0266	1.013,3000
237	ALFACE LISA	750,0000	3,0600	2.295,0000
324	BETERRABA	300,0000	2,8866	865,9800
423	CENOURA	300,0000	3,0933	927,9900
561	RÚCULA	750,0000	3,2266	2.419,9500
630	VAGEM	150,0000	7,8266	1.173,9900
634	BERINJELA	300,0000	4,0166	1.204,9800
731	BANANA NANICA KG	1500,0000	2,9600	4.440,0000
741	MAMAO FORMOSA	450,0000	2,9933	1.346,9850
814	MAXIXE	300,0000	3,8766	1.162,9800
815	MELANCIA (KG)	1500,0000	2,0133	3.019,9500
817	PEPINO COMUM	300,0000	3,4533	1.035,9900
819	QUIABO	300,0000	7,2600	2.178,0000
825	ABACATE	500,0000	7,9900	3.995,0000

889	ABÓBORA MORANGA	150,0000	2,1900	328,5000	
1062	PIMENTÃO VERDE	250,0000	5,6933	1.423,3250	
1101	BANANA MAÇA KG	900,0000	4,3600	3.924,0000	
35344	COUVE MANTEIGA.	500,0000	3,0600	1.530,0000	
39304	SALSA.	500,0000	3,3933	1.696,6500	
39305	CEBOLINHA VERDE.	500,0000	3,0600	1.530,0000	
39306	COENTRO.	500,0000	3,0600	1.530,0000	
39308	REPOLHO BRANCO	750,0000	2,7400	2.055,0000	
39309	TOMATE SALADA	500,0000	4,4700	2.235,0000	
39310	ABOBRINHA BRASILEIRA	300,0000	3,3766	1.012,9800	
39312	ABÓBORA MADURA	225,0000	1,9900	447,7500	
39313	TANGERINA	2000,0000	6,5333	13.066,6000	
46759	CHICÓRIA FRESCA,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES,DEV	500,0000	2,6266	1.313,3000	
46760	ALMEIRÃO FRESCO,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES,DE	500,0000	2,9566	1.478,3000	
46770	MOSTARDA. FRESCA DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFO	300,0000	2,9566	886,9800	

889	ABÓBORA MORANGA	150,0000	2,1900	328,5000
964	ABACAXI PÉROLA	500,0000	4,9933	2.496,6500
1062	PIMENTÃO VERDE	250,0000	5,6933	1.423,3250
35344	COUVE MANTEIGA.	500,0000	3,0600	1.530,0000
39304	SALSA.	500,0000	3,3933	1.696,6500
39305	CEBOLINHA VERDE.	500,0000	3,0600	1.530,0000
39306	COENTRO.	500,0000	3,0600	1.530,0000
39309	TOMATE SALADA	500,0000	4,4000	2.200,0000
39310	ABOBRINHA BRASILEIRA	300,0000	3,3766	1.012,9800
39312	ABÓBORA MADURA	225,0000	1,9900	447,7500
39314	MANDIOCA PROCESSADA	450,0000	4,0575	1.825,8750
46759	CHICÓRIA FRESCA,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES,DEV	500,0000	2,6266	1.313,3000

46760	ALMEIRÃO FRESCO,DE PRIMEIRA,TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES,DE	500,0000	2,9560	1.478,0000
46770	MOSTARDA. FRESCA DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFO	700,0000	2,9566	2.069,6200

Total Fornecedor: 65.216,7800

A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 21 de fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 010/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, considerando o que dispõe os artigos 48 e 74 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 003/2018 – SMEC, de 29 de Janeiro de 2018;

Considerando o resultado do Processo Eleitoral para a escolha de Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares realizado nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

R E S O L V E,

Artigo 1º - NOMEAR a servidora **NORA NEI FERREIRA DE ALMEIDA,** Professora, matrícula nº 462, CPF nº 870.285.301-91, RG nº 1190260-4 SJ/MT, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica de Unidade Escolar, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas, junto ao corpo docente, na referida escola, localizada no Bairro Cohab Morumbi, neste município, para o biênio 2018/2019, com início em 15/02/2018 e término em 31/12/2019.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria Nº 041/2017/SMEC, de 01/02/2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 09 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 011/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, considerando o que dispõe os artigos 48 e 74 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 003/2018 – SMEC, de 29 de Janeiro de 2018;

Considerando o resultado do Processo Eleitoral para a escolha de Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares realizado nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

R E S O L V E,

Artigo 1º - NOMEAR a servidora **DANIELLY MENDES LARA**, Professora, matrícula nº 5851.1, CPF nº 007.453.111-56, RG nº 1318052-5 SSP/MT, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora pedagógica de Unidade Escolar, na Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente, na referida escola, localizada no Bairro Pedregal, neste município, para o biênio 2018/2019, com início em 15/02/2018 e término em 31/12/2019.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 09 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 08 Março de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S-10 E ADITIVO PARA COMBUSTIVEL ARLA 32 PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 22 de Fevereiro de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 012/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, considerando o que dispõe os artigos 48 e 74 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 003/2018 – SMEC, de 29 de Janeiro de 2018;

Considerando o resultado do Processo Eleitoral para a escolha de Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares realizado nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

R E S O L V E,

Artigo 1º - NOMEAR a servidora **LUZINEIDE JOSEFA MENDES**, Professora, matrícula nº 434.1, CPF nº 384.636.281-68, RG nº 1053980-8 SJ/MT, detentora de 02 (dois) cargos efetivos de Professora 30 horas, para exercer a Função sem gratificação de Coordenadora Pedagógica de Unidade Escolar, na Escola Municipal Educação Infantil Criança Feliz, onde a mesma desenvolverá suas atividades Pedagógicas junto ao corpo docente, na referida escola, localizada no Bairro Jardim Alvorada, neste município, para o biênio 2018/2019, com início em 15/02/2018 e término em 31/12/2019.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 09 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2018/SMEC

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, considerando o que dispõe os artigos 48 e 74 da Lei Complementar nº 011/2011, de 22 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 003/2018 – SMEC, de 29 de Janeiro de 2018;

Considerando o resultado do Processo Eleitoral para a escolha de Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares realizado nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

R E S O L V E,

Artigo 1º - NOMEAR a servidora **EITIENE FRANÇA DE LIMA**, Professora, matrícula nº 3294.1, CPF nº 018.505.321-17, RG nº 1313413-2 SSP/MT, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica de Unidade Escolar, no Centro Municipal de Educação Infantil Tia Alair, localizada no Bairro Jardim Alvorada, neste município, para o biênio 2018/2019, com início em 15/02/2018 e término em 31/12/2019.

Artigo 2º - Apresente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria Nº 007/2017/SMEC, de 02/01/2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT em 09 de Fevereiro de 2018.

Profª. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
PRIMEIRO AVISO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇOS**, dos itens subscritos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2017 do PREGÃO PRESENCIAL nº 017/2017**, onde sagrou-se vencedora a empresa **REMALI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- EPP,** CNPJ nº 32.951.113/0001-69, conforme passa a demonstrar a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
26	CIMENTO CP IV - 32	ITAU	UNID	4236	R$ 23,3612	R$ 25,86
180	COLUNA C/ SEÇÃO DE 5/16	GERDAU	UNID	8	R$ 42,0625	R$ 45,90

Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial do Municípios.

Diamantino /MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 47/2018

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **ROBERT DOUGLAS NUNES MIRANDA,** brasileiro, solteiro, portador do RG N.º 1530429-9 SSP/MT e CPF N.º 021.102.741-31 do Cargo de Assistente de Secretaria II, nomeado pela Portaria N.º 180/2017, publicado no Diário Oficial dia 03 de Julho de 2017 Ed. n.° 2.762

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 30 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 07 de Fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE TERCEIRO REALINHAMENTO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público o **REALINHAMENTO DE PREÇOS**, dos itens subscritos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017 do PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2017**, onde sagrou-se vencedora a empresa **CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEL-LTDA, CNPJ nº 01.466.091/0009-75**, conforme passa a demonstrar a seguir:

ITEM – ÓLEO DIESEL COMUM

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
01	ÓLEO DIESEL COMUM	CIAPETRO	LT	3,23	3,40

Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data da Publicação deste Aviso no Diário Oficial do Municípios.

Diamantino /MT, 15 de Fevereiro de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT torna público para conhecimento dos interessados que RATIFICOU ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIARIAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICAPAL, conforme as especificações contidas na Ata de Registro de Preços nº. 017/2017, decorrentes do PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2017, realizado pela **PREFEITURA MUNIICPAL DIAMANTINO-MT,** tendo respectivamente como fornecedor a empresa: **COOPERATIVA DO TRABALHO VALE DO TELES PIRES,** inscrita no CNPJ sob o nº. 21.679.098/0001-25 com valor final de R$ 2.477.500,00 (Dois milhões quatrocentos e setenta e sete mi e quinhentos reais).

Feliz Natal – MT, 22 de Fevereiro de 2018.

Neuza Maria da Rosa

Chefe do Departamento de Licitação

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 19 de Fevereiro de 2018 o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO (PA e PSF) onde a Empresa CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM ARIPUANA LTDA ME:, sagrou-se vencedora do Lote 001 com valor mensal de R$ 35.000,00, (trinta e cinco mil reais) totalizando o valor total de R$ 420,000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) anual.

Feliz Natal – MT, 22 de Fevereiro de 2018

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2017

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Brasília, s/nº Gaúcha do Norte – MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 003/2017 o qual foi devidamente homologado e publicado na data do dia 05 de Fevereiro de 2018;

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executiva Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prazo máximo de 02 (dois) dias corridos**, contados da data do dia 21 de Fevereiro de 2018, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré –admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão as expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 20 de Fevereiro de 2018.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR MOTORISTA | SEMECEL

Ordem	Cód.	Nome do candidato	RG	Pontos
12°	10231	SUZILENE GONÇALVES FARIA DE OLIVEIRA	14933211 SSP/MG	13
13º	24791	ERON NATEL MOURA CONCEIÇÃO	70302730 SSP-PR	13

CARGO: GUARDA – EMEB XINGU

Ordem	Cód.	Nome do candidato	RG	Pontos
3º	18421	WINGUERSON ABRANTES REZENDE	541272986 SP	12

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS SEMECEL

Ordem	Cód.	Nome do candidato	RG	Pontos
7º	13962	ARILMA SOUZA DE JESUS	19783124 SSP	16
8º	45903	DANIELLE DA SILVA	036830422009-6	15

Gaúcha do Norte-MT, 20 de fevereiro de 2018.

ANEXO II

Para tomar posse o candidato convocado deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados assim como apresentação dos originais para conferência.

1) Cópia dos seguintes documentos:

Cédula de Identidade/RG

CPF;

Foto 3 x 4

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

Comprovante votação das 2 últimas eleições que antecedem a posse e/ou respectiva justificativa;

Título de Eleitor;

Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Adm. Municipal.

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;

Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

Declaração de bens

Não ter infringido as leis que fundamentaram este Edital;

Cartão do PIS/PASEP (se houver);

Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho.

Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, (para os cargos de Fonoaudiólogo, Nutricionista e Professor de Educação Física)

Comprovante de endereço;

Número da conta bancária;

Certidão negativa municipal;

https://www.gp.srv.br/tributario_gauchadonorte/ser...

Certidão negativa tribunal de justiça do MT, no link:

http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati...

Certidão negativa Justiça Federal no link: http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/?orgao=MT

Certidão negativa justiça do trabalho, no link http://portal.trt23.jus.br/portal/node/4461

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2018

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE – MT.

Contratado: HEINEN E CIA LTDA – ME - CNPJ Nº 10.341.150/0001-12.

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2018.

Objeto: Prestação de serviço no fornecimento de internet banda larga.

Valor Global: R$ 4.389,00 (quatro mil trezentos e oitenta e nove reais).

Dotação: 01.001.2.001– 3.3.90.39.00.

Data Assinatura Contrato: 05/02/2018.

GNRT-MT, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

AGENOR DA ROCHA CORREA **Vereador Presidente**

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018

Contratante: CAMARA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE – MT.

Contratado: GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA - ME – CNPJ Nº 15.507.854.0001/36.

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2018.

Objeto: Prestação de serviço na manutenção e hospedagem do Website Oficial da CM.

Valor Global: R$ 5.863,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e três reais).

Dotação: 01.001.2.002– 3.3.90.39.00.

Data Assinatura Contrato: 05/02/2018.

GNRT-MT, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

AGENOR DA ROCHA CORREA **Vereador Presidente**

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 25/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 25/2018

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder afastamento por interesse particular a servidora A Sra. **ANA CLAUDIA PEREIRA** ,brasileira, filha de ANA PAULA DE OLIVEIRA , nascida em 28/04/1974, portadora do RG N°. 3860317 SSP/GO e CPF: 876.326.321-15, do serviço no período de 02 (dois) anos, a partir da data de 12/02/2018 A 12/02/2020, sem remuneração conforme o artigo 142 da lei municipal 132/2001

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 12 de Fevereiro de 2018.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 065/2012

que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** e a empresa **Só Águas Construções Saneamento e pavimentação LTDA EPP,** devidamente já qualificada no Contrato Originário.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à, com sede administrativa à Rua Para esquina com Rua Brasília, S/N - Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603. 301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **SÓ ÁGUAS CONSTRUÇÕES SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃo LTDA EPP**, com sede a Rua das Samambaias Nº 1285, Setor Industrial, neste município, inscrita no CNPJ nº 11.987.819/0001-00 neste ato representada por sua proprietária Sr. **Geraldo Pavan**, portador da cédula de identidade RG nº 450609 GDF e do CPF nº 949.552.041-04 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração Regerá pelo que dispõe o Edital de **CONCORRÊNCIA Nº. 002/ 2012**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, doravante denominados **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e execução da obra, do objeto do contrato nº 065/2012, referente ao processo Licitatório na modalidade Concorrência nº. 002/2012.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO:

2.1 – Fica acrescentada à Clausula Quarta – do Prazo de Execução da Obra e da Vigência do contrato originário o total de 60 (SESSENTA) dias .

2.2- O prazo de vigência do contrato fica estendido até 06/03/2018 e da execução da obra fica estendido até o dia 06/03/2018.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – A Administração optou em promover a prorrogação do prazo e da execução do Contrato em epígrafe, devido a uma reanalise da Planilha Orçamentária aprovada pela FUNASA. que o advento a prorrogação e é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Prefeitura Municipal.

3.2– Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Quarta, inciso 4.2** do contrato e ainda encontra embasamento legal no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 – Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e condições do contrato nº 065/2012, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo. .

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 -As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte - MT, 05 de janeiro de 2018.

SÓ ÁGUAS CONSTRUÇÕES

GERALDO PAVAN

CONTRATADO

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO: 2017/2020

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS: 1). _____ 2). _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO/MT, com sede na Avenida Delson Rodrigues, s/n°, Centro, neste município, por seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº 262/2017, torna público para conhecimento de todos os interessados, o **CANCELAMENTO do PREGÃO PRESENCIAL nº 05/2018,** em conformidade com as Leis Federais nº 10. 520/2002 e 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelos motivos a seguir expostos, atendendo a solicitação do gestor municipal e respaldado no parecer jurídico do procurador geral do Município;

Relatório:

Trata-se do procedimento licitatório nº 05/2018, o qual versa sobre a contratação de empresa de locação de caminhão compactador para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos e destinação final no aterro sanitário, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Obras.

A licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas nas Leis 8.666/93 e 10.520/02, no tocante à modalidade e ao procedimento.

No entanto, após melhor analise, visualizou-se desvantagens em tal objeto do certame, o qual não supriria as necessidades do município, tendo em vista a falta de servidores indispensáveis para condução do veículo locado, bem como, profissionais para a realização da coleta, o que inviabiliza a aquisição.

Diante dos motivos elucidados, o prosseguimento da licitação torna-se obstado, dada a inconveniência da aquisição.

Justificativa:

Diante da impossibilidade do prosseguimento, a revogação do certame torna-se obrigatória, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público e o erário público de despesas que não suprem as necessidades, tornando-se inviáveis a administração.

O art. 49 da Lei Federal 8.666/93, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe:

"A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta..."

Tal ato, fundamenta-se também pela Súmula 473/STF:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

No caso em tela, a continuação do procedimento tornou-se inconveniente para a Administração, o que autoriza a mesma ao cancelamento do processo, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

General Carneiro, 12 de fevereiro de 2018

ELIÉZIO DIAS DA SILVA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

DECRETO Nº 0740/17 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Glória D'Oeste no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Glória D'Oeste e autorização contida na Lei Municipal nº 00593/16 de 06 de dezembro de 2016.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento programa do corrente exercício, no valor de R$ 797.453,45 (Setecentos e Noventa e Sete Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0003.2.004-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (20) 4.000,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (21) 2.637,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (22) 500,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (23) 700,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (24) 1.151,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (26) 724,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO E FINANCAS

03.01 - Departamento de Administração e Finanças

03.01.04.122.0003.2.007-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (30) 78.994,02

03.01.04.122.0003.2.007-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (32) 13.015,16

03.01.04.122.0003.2.007-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (35) 2.500,00

03.02 - Departamento de Agricultura

03.02.20.606.0003.2.011-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (44) 23.606,44

03.02.20.606.0003.2.021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (47) 4.655,00

03.02.20.608.0111.1.018-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (321) 800,00

03.03 - Departamento de Turismo, Industria e Comercio

03.03.23.691.0065.2.045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (150) 73.500,00

03.03.23.691.0065.2.045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (151) 89.025,00

03.03.23.691.0065.2.045-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (532) 11.174,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Educação

04.01.12.365.0041.2.014-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (80) 631,02

04.01.12.365.0041.2.014-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (82) 1.000,00

04.01.12.361.0042.1.022-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (88) 3.000,00

04.01.12.361.0042.2.013-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (95) 25.000,00

04.01.12.361.0042.2.013-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (97) 7.000,00

04.01.12.361.0042.2.020-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (108) 1.000,00

04.01.12.361.0044.2.015-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (116) 10.314,00

04.01.12.365.0427.2.016-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (327) 2.000,00

04.01.12.365.0427.2.017-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (329) 2.000,00

04.01.12.361.0427.2.018-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (331) 2.000,00

04.02 - FUNDEB

04.02.12.361.0050.2.023-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (140) 629,50

04.02.12.361.0050.2.023-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (141) 10.534,20

04.02.12.365.0050.2.073-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (407) 4.797,56

04.02.12.365.0050.2.073-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (408) 13.326,87

04.02.12.365.0050.2.073-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (409) 1.329,88

04.02.12.365.0050.2.073-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (410) 2.225,68

04.02.12.365.0050.2.074-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL(412) 18.482,60

04.02.12.365.0050.2.074-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (414) 3.739,51

05 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS PUBL. E SERV. URBANOS

05.01 – Secretaria Municipal de Obras Publ. e Serv. Urbano

05.01.04.122.0003.2.024-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (58) 117.518,34

05.01.04.122.0003.2.024-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (59) 947,00

05.01.04.122.0003.2.024-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (60) 20.647,05

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (62) 1.500,00

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (65) 1.045,00

05.01.04.122.0003.1.037-4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (66) 2.780,00

05.01.26.782.0091.1.044-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (288) 27.000,00

05.01.26.452.0091.1.043-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (303) 18.483,57

05.01.26.452.0091.1.043-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (306) 14.893,00

05.02 – Departamento de Agua e Esgoto

05.02.17.512.0076.2.026-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (263) 478,14

05.02.17.512.0076.2.026-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (265) 1.390,87

05.02.17.512.0076.2.026-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (269) 2.350,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

06.02 - Fundo Municipal de Saúde

06.02.10.301.0072.2.028-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (155) 10.596,78

06.02.10.301.0072.2.028-3.1.91.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (161) 497,75

06.02.10.301.0072.2.029-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (179) 2.387,77

06.02.10.301.0072.2.030-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (185) 2.159,67

06.02.10.301.0072.2.030-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (191) 1.689,86

06.02.10.302.0073.2.034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (218) 700,00

06.02.10.301.0077.2.027-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (275) 8.480,27

06.02.10.301.0077.2.027-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (277) 6.484,30

06.02.10.301.0077.2.027-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (278) 1.760,00

06.02.10.301.0077.2.027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (279) 20.706,18

06.02.10.301.0077.2.027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (281) 678,15

06.02.10.122.0077.2.079-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (441) 80,00

06.02.10.302.0073.2.082-3.3.71.70.00.00.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO (449) 1.600,00

06.02.10.301.0072.2.086-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (465) 3.828,05

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (498) 1.200,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (499) 466,66

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (500) 370,00

06.02.10.301.0072.2.096-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (513) 8.654,44

06.02.10.301.0072.2.096-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (514) 1.419,55

06.02.10.302.0073.2.034-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (528) 1.000,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (542) 1.365,83

06.02.10.301.0077.2.027-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (533) 1.000,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (543) 600,00

06.03 - Centro de Reabilitação Professor Adailton Bressani

06.03.10.302.0073.2.035-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (225) 600,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

07.02.08.244.0487.2.043-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (348) 412,48

07.02.08.244.0487.2.043-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (349) 19,60

07.02.08.244.0487.2.043-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (350) 800,00

07.02.08.244.0487.2.043-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (351) 2.500,00

07.02.08.244.0487.2.043-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (354) 2.042,00

07.02.08.244.0487.2.044-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA (358) 29.760,00

07.02.08.244.0487.2.042-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (362) 4.000,00

07.02.08.244.0487.2.052-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (388) 5.305,00

07.02.08.244.0487.2.077-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (425) 15.758,60

07.02.08.244.0487.2.077-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL(426) 20.692,83

07.02.08.244.0487.2.077-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (427) 1.499,65

07.02.08.244.0487.2.077-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (428) 4.312,62

07.02.08.244.0487.2.084-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA FISICA (471) 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos, até o valor de R$ 797.453,45 (Setecentos e Noventa e Sete Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos), conforme as disposições contidas no art. 43 da Lei 4. 320/64, proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.0003.1.006-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (19) 500,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (22) 395,39

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS - CIVIL (23) 310,00

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (24) 2.644,47

02.01.04.122.0003.2.004-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (26) 4.611,82

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRACAO E FINANCAS

03.01 - Departamento de Administração e Finanças

03.01.04.122.0003.1.010-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (29) 1.359,80

03.01.04.122.0003.2.007-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (31) 14.319,55

03.01.04.122.0003.2.007-3.3.50.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES (33) 7.592,19

03.01.04.122.0003.2.007-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS - CIVIL (34) 580,00

03.01.04.122.0003.2.007-3.3.90.33.00.00.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (36) 400,00

03.01.04.122.0003.2.007-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (38) 44.407,16

03.01.11.331.0084.2.009-3.3.90.47.00.00.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS (68) 1.500,00

03.01.99.999.0999.2.010-9.9.99.99.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTIGENCIA (365) 22.520,00

03.01.04.122.0003.2.007-3.3.90.47.00.00.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS (525) 373,94

03.02 – Departamento de Agricultura

03.02.20.606.0003.2.011-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (40) 4.917,17

03.02.20.606.0003.2.011-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (41) 2.575,40

03.02.20.606.0003.2.011-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (42) 841,75

03.02.20.606.0003.2.011-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS - CIVIL (43) 2. 440,00

03.02.20.606.0003.2.011-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (44) 1.000,69

03.02.20.606.0003.2.021-3.3.90.33.00.00.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (45) 1.000,00

03.02.20.606.0003.2.021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (46) 3.300,00

03.02.20.606.0003.2.021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (47) 254,67

03.02.20.608.0111.1.013-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (311) 2.000,00

03.02.20.606.0111.1.016-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (318) 5.000,00

03.02.20.608.0111.1.018-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (321) 470,00

03.02.20.608.0111.1.018-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (322) 2.500,00

03.02.20.602.0111.1.067-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (480) 2.000,00

03.02.20.602.0111.1.067-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (482) 3.000,00

03.02.20.606.0003.2.021-3.3.90.47.00.00.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS (521) 747,88

03.02.20.111.0606.1.073-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (551) 1.000,00

03.02.20.111.0606.1.073-3.3.90.36.00.00.00.00 – OUTROS SERV. TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (552) 3.000,00

03.02.20.111.0606.1.073-3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERV. TERCEIROS–PESSOA JURÍDICA (553) 1.000,00

03.03 - Departamento de Turismo, Industria e Comercio

03.03.23.691.0065.2.045-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (148) 2.000,00

03.03.23.691.0065.2.045-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (149) 300,00

03.03.23.691.0065.2.045-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (532) 0,07

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Educação

04.01.12.361.0042.1.021-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (85) 1.631,02

04.01.12.361.0042.1.021-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (86) 3.705,00

04.01.12.361.0042.2.013-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (102) 32.000,00

04.01.12.126.0042.1.023-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (104) 1.220,00

04.01.12.361.0043.1.025-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (113) 3.000,00

04.01.12.365.0427.2.016-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (327) 992,62

04.01.12.365.0427.2.017-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (329) 1.081,19

04.01.12.361.0427.2.018-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (331) 1.387,12

04.01.12.361.0427.2.050-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (381) 500,00

04.01.12.365.0041.1.071-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (491) 6.389,00

04.01.12.361.0042.2.013-3.3.90.47.00.00.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS (520) 911,63

04.02 – FUNDEB

04.02.12.361.0050.2.022-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (131) 9.000,00

04.02.12.361.0050.2.022-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (137) 1.222,11

04.02.12.361.0050.2.023-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (138) 12.343,69

04.02.12.361.0050.2.023-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (139) 20.500,00

04.02.12.365.0050.2.074-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (411) 6.000,00

04.02.12.365.0050.2.074-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (413) 5.000,00

04.02.12.365.0050.2.074-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (416) 1.000,00

04.03 – Departamento de Esportes e Lazer

04.03.12.361.0043.1.024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (110) 2.000,00

04.03.12.361.0043.1.024-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (111) 3.000,00

04.03.12.361.0043.1.024-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (112) 4.680,00

04.03.27.812.0047.1.030-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (122) 2.000,00

04.03.27.812.0047.2.046-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (366) 6.964,29

04.03.27.812.0047.2.046-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (367) 1.099,81

04.03.27.812.0047.2.046-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (368) 3.000,00

04.03.27.812.0047.2.046-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS - CIVIL (369) 240,00

04.03.27.812.0047.2.046-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (370) 12.339,27

04.03.27.812.0047.2.046-3.3.90.36.00.00.00.00-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (371) 2.000,00

04.03.27.812.0047.2.046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (372) 1.677,54

04.03.27.812.0047.2.046-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (373) 3.900,00

04.03.27.813.0047.1.064-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (404) 224,80

04.03.27.813.0047.1.064-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (405) 2.000,00

05 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS PUBL. E SERV. URBANOS

05.01 – Secretaria Municipal de Obras Publ. e Serv. Urbano

05.01.04.122.0003.2.024-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (57) 2.037,26

05.01.04.122.0003.2.024-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (59) 33.300,00

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS - CIVIL (61) 1.120,00

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (62) 4.490,71

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.33.00.00.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO (63) 1.000,00

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (64) 18.783,47

05.01.04.122.0003.2.024-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (65) 26.869,57

05.01.04.122.0003.1.037-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (66) 774,58

05.01.15.451.0025.1.038-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (71) 500,00

05.01.15.451.0025.1.038-3.3.90.36.00.00.00.00-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA(72) 700,00

05.01.15.451.0025.1.038-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (73) 1.500,00

05.01.15.482.0057.1.039-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (142) 5.000,00

05.01.15.482.0057.1.039-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (143) 1.000,00

05.01.15.451.0060.1.040-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (144) 3.000,00

05.01.15.451.0060.1.041-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (146) 3.000,00

05.01.26.782.0091.1.044-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (285) 2.000,00

05.01.15.782.0091.1.044-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (287) 4.000,00

05.01.26.782.0091.1.044-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (289) 11.680,00

05.01.26.782.0091.2.025-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (291) 27.000,00

05.01.26.782.0091.2.025-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (292) 1.250,00

05.01.26.782.0091.2.025-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (295) 9.500,00

05.01.26.782.0091.2.025-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (298) 5.000,00

05.01.15.451.0091.1.042-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (299) 20.000,00

05.01.26.452.0091.1.043-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (308) 200,00

05.01.25.752.0327.1.046-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (325) 1.000,00

05.01.25.752.0327.2.078-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (435) 19,60

05.01.17.512.0076.2.094-3.1.71.70.00.00.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO (495) 3.630,00

05.01.17.512.0076.2.094-3.3.70.70.00.00.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO (496) 33.220,00

05.01.26.452.0091.1.043-3.3.90.36.00.00.00.00-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA(536) 160,00

05.02 – Departamento de Agua e Esgoto

05.02.17.512.0076.1.047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (256) 1.700,00

05.02.17.512.0076.1.047-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (257) 5.000,00

05.02.17.512.0076.1.047-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (258) 1.300,00

05.02.17.512.0076.1.048-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (259) 5.000,00

05.02.17.512.0076.1.048-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (260) 5.000,00

05.02.17.512.0076.1.049-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (261) 5.000,00

05.02.17.512.0076.1.049-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (262) 2.000,00

05.02.17.512.0076.2.026-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (263) 5.720,00

05.02.17.512.0076.2.026-3.1.90.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (264) 1.800,00

05.02.17.512.0076.2.026-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (266) 1.720,00

05.02.17.512.0076.2.026-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (267) 675,00

05.02.17.512.0076.2.026-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (268) 500,00

05.02.17.512.0076.2.026-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (269) 5.537,40

05.02.17.512.0076.2.026-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (270) 400,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

06.02 - Fundo Municipal de Saúde

06.02.10.301.0072.2.028-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (152) 3.350,52

06.02.10.301.0072.2.028-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (155) 2.560,00

06.02.10.301.0072.2.028-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (156) 5.072,47

06.02.10.301.0072.2.028-3.1.90.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (158) 375,82

06.02.10.301.0072.2.028-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (164) 800,00

06.02.10.301.0072.2.028-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (165) 1.000,00

06.02.10.301.0072.2.028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (173) 3.082,18

06.02.10.301.0072.2.028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (175) 1.600,00

06.02.10.301.0072.2.029-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (176) 7.944,93

06.02.10.301.0072.2.029-3.1.90.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (178) 618,44

06.02.10.301.0072.2.029-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS - CIVIL (182) 120,00

06.02.10.301.0072.2.029-3.1.91.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (181) 1.500,00

06.02.10.301.0072.2.030-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (184) 1.119,30

06.02.10.301.0072.2.029-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (183) 500,00

06.02.10.301.0072.2.030-3.1.90.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (188) 900,00

06.02.10.301.0072.2.030-3.1.91.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (190) 1.052,00

06.02.10.301.0072.2.030-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (193) 220,00

06.02.10.302.0073.2.034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (218) 317,16

06.02.10.303.0074.2.031-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (236) 4.100,00

06.02.10.303.0074.2.031-3.3.90.32.00.00.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB. GRATUITA (240) 2.000,00

06.02.10.304.0075.2.033-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (242) 486,96

06.02.10.301.0077.1.051-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (271) 1.000,00

06.02.17.512.0076.1.051-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (273) 4.000,00

06.02.10.301.0077.2.027-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (274) 764,00

06.02.10.301.0077.2.027-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (275) 4.804,00

06.02.10.301.0077.2.027-3.1.91.13.00.00.00.00 – OBRIGACOES PATRONAIS (276) 528,18

06.02.10.301.0077.2.027-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (278) 1.160,00

06.02.10.301.0077.2.027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (280) 1.800,00

06.02.10.301.0077.2.027-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (282) 1,00

06.02.10.122.0077.2.079-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (441) 400,00

06.02.10.122.0077.2.079-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (442) 27,95

06.02.10.122.0077.2.079-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (443) 62,22

06.02.10.302.0073.2.083-3.3.71.70.00.00.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO (448) 30,40

06.02.10.302.0073.2.083-4.4.71.70.00.00.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO (450) 168,00

06.02.10.302.0073.2.083-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (455) 287,36

06.02.10.301.0072.2.085-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (464) 3.051,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (497) 1.557,80

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (498) 754,42

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (500) 66,64

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (501) 22,60

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (502) 100,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (503) 300,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (504) 800,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (506) 1.528,05

06.02.10.305.0075.2.095-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (509) 150,00

06.02.10.301.0072.2.096-3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO (515) 2.449,00

06.02.10.301.0072.2.096-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (516) 770,00

06.02.10.301.0072.2.096-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (517) 900,00

06.02.10.301.0072.2.096-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (518) 500,00

06.02.10.302.0073.2.034-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA (528) 12.800,00

06.02.10.305.0075.2.095-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (543) 130,40

06.03 - Centro de Reabilitação Professor Adailton Bressani

06.03.10.302.0073.2.035-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (224) 989,87

06.03.10.302.0073.2.035-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (225) 139,36

06.03.10.302.0073.2.035-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (226) 631,04

06.03.10.302.0073.2.035-3.3.90.14.00.00.00.00 – DIARIAS – CIVIL (227) 160,00

06.03.10.302.0073.2.035-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (228) 1.354,91

06.03.10.302.0073.2.035-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA FISICA (229) 24,04

06.03.10.302.0073.2.035-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA (230) 193,24

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

07.02.08.244.0487.2.037-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (335) 3.015,00

07.02.08.244.0487.2.037-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (347) 1.000,00

07.02.08.244.0487.2.037-3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (337) 822,71

07.02.08.244.0487.2.037-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (338) 500,00

07.02.08.244.0487.2.037-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS – CIVIL (339) 120,00

07.02.08.244.0487.2.037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (340) 1.264,20

07.02.08.244.0487.2.037-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA FISICA (341) 350,00

07.02.08.244.0487.2.037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (342) 739,58

07.02.08.244.0487.2.043-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO (346) 26.309,77

07.02.08.244.0487.2.043-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL (347) 76.075,77

07.02.08.244.0487.2.043-3.1.91.13.00.00.00.00 - OBRIGACOES PATRONAIS (349) 16.501,85

07.02.08.244.0487.2.043-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS – CIVIL (350) 200,00

07.02.08.244.0487.2.043-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (356) 1.595,62

07.02.08.244.0487.2.052-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA FISICA (386) 3.500,00

07.02.08.244.0487.2.051-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA (394) 1.805,00

07.02.08.244.0487.2.077-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS – CIVIL (429) 400,00

07.02.08.244.0487.2.077-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO (430) 9.519,41

07.02.08.244.0487.2.077-3.3.90.36.00.00.00.00- OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA (431) 1.986,81

07.02.08.244.0487.2.077-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA (432) 663,84

07.02.08.244.0487.2.084-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL (467) 11.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de Dezembro de 2017.

PAULO REMEDIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº **004/2018**, obteve o seguinte resultado: A empresa **AGRITECH S/A MAQUINÁRIO AGRÍCOLA E COMPONENTES** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 134.900,00 (Cento e trinta e quatro mil e novecentos reais).** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 21 de fevereiro de 2018. Sebastião Adilson C. da Silva /Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 005 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Edital Complementar 005 de 21 de fevereiro de 2018

A Prefeitura Municipal de ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, em conformidade com as Leis Municipais nº 267/2011, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, RESOLVE divulgar:

I. RECURSOS INTERPOSTOS RELATIVOS AO GABARITO PRELIMINAR, conforme **ANEXO I** deste Edital; **ANEXO I**

CANDIDATO/ CARGO	FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO	JULGAMENTO DO RECURSO
Josiane Bonaldo/ Professor Licenciatura Plena	**Questão nº 07:** "A questão cita em seu enunciado a Lei Municipal PCCS 023/2009, que diz respeito " ao quadro dos cargos em comissão", no entanto a questão aborda a temática "promoção", logo a Lei adequada que deveria constar é a Lei Municipal PCCS 013/ 2009: " às promoções obedecerão ...	**Interposição indeferida devido não haver embasamento para anulação da mesma. Resposta:** Conforme a candidata a Lei Municipal PCCS 023/2009 diz respeito dos cargos em comissão, sendo que essa referida Lei é a que normatiza e regulamenta os profissionais de Educação. A Lei complementar 013/2009 citada pela candidata, altera apenas alguns artigos da Lei 03/2005.
Josiane Bonaldo /Professor Licenciatura Plena	**Questão nº 12:** "A questão se coloca como dicotômica, pois ao mesmo tempo apresenta tendência para duas linhas de estudos, ou duas escolas, possibilitando ao candidato que assinale duas das alternativas Fornecidas " A" e a "D". Quando na questão o texto aborda a interação do aluno com o meio, esse trecho fala sobre a teoria interacionista de Jean Piaget, a qual se enquadra na alternativa "D" nenhuma das alternativas, já que para Piaget a construção é oriunda de experiências concretas, ou seja aprendizagem se efetiva mediante a interação humana e o meio . NO entanto ao alegar que " o aluno por sua vez, é um sujeito ativo na construção do conhecimento" está falando sobre a teoria construtivista mencionada na alternativa "A", ou ainda sobre a teoria sócio histórico de Lev Vigotski, alternativa, "D" nenhuma das alternativas", novamente. "	**Interposição indeferida devido não haver embasamento para anulação da mesma. Resposta:** A autora Ana Maria Lakomy em seu livro Teorias Cognitivas da Aprendizagem na página 44 e 45, subtítulo 2.3 O Construtivismo na Sala de Aula, nos diz " Influênciados por Piaget e Vygotsky, vários estudiosos entre eles Emilia Ferreiro, desenvolveram o chamado método construtivista de ensino-aprendizagem...O professor é um agente mediador entre o aluno e a sociedade, e o aluno, por sua vez, é um sujeito ativo na construção do seu conhecimento, por meio da sua interação com o mundo físico e social que o rodeia ", conforme a autora, o enunciado da questão 12 diz respeito a escola construtivista.

DAISY ALVES JUY

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

MARIA ISABEL DOBRE

Secretária da Comissão Examinadora

do Processo Seletivo Simplificado

NAIR PIRES DOPP HAYASHI

Membro Da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

OSMAR RODRIGUES DE LIMA

Membro da Comissão Examinadora

do Processo Seletivo Simplificado

ANA CLAUDIA SCHMITZ

Membro da Comissão Examinadora

do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 008.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Luzimar Daniel Dethe.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 226 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **LUZIMAR DANIEL DETHE,** Servidor efetivo no CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 776, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 009.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Aurideia Maria Alves.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 227 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **AURIDEIA MARIA ALVES,** Servidora efetiva no CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 744, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 016.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Claudia Cristina Chaves.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 251 de 31 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99 (Rito Sumário), para aplicar a Srª. **CLAUDIA CRISTINA CHAVES**, Servidora efetiva no CARGO DE PROFESSOR NÍVEL II junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 080, sob os fundamentos

do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 016.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Claudia Cristina Chaves.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 251 de 31 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99 (Rito Sumário), para aplicar a Srª. **CLAUDIA CRISTINA CHAVES**, Servidora efetiva no CARGO DE PROFESSOR NÍVEL II junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 080, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 002.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Cristiane da Silva Vasconcelos Dias.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 196 de 20 de setembro de 2017, nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **CRISTIANE DA SILVA VASCONCELOS DIAS,** Servidora efetiva no CARGO DE GARI junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 642, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 018.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Ana Claudia dos Santos.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 237 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **ANA CLAUDIA DOS SANTOS**, Servidora efetiva no CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 747, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 019.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Sereni Cagere dos Santos.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 238 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **SERENI CAGERE DOS SANTOS**, Servidora efetiva no CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 693, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 020.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Rita Leite da Silva.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 240 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **RITA LEITE DA SILVA**, Servidora efetiva no CARGO DE ARTIFICE DE COPA E COZINHA junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 768, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 022, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia os Servidores que menciona para exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, como segue:

1- RAQUEL CAMPOS GONZAGA DE SOUZA

CPF-MF: 615.701.251-04

Encarregado do Gabinete do Prefeito – ESGP

2 - ANA MARIA DE MORAES E SOUZA

CPF-MF: 618.833.606-68

Gerente de Controle e Guarda de Patrimônio - GCGP;

3- RINALDO ALVES DA SILVA

CPF-MF: 432.878.241-04

Encarregado de Patrimônio – EP

4- MARCOS PAULO QUIRINO

CPF-MF: 011.478.041-25

Gerência da Guarda Municipal - GGM

5- BRUNO HENRIQUE NASCIMENTO

CPF-MF: 037.526.651-81

Gerente Administrativa do ITIPREV - GAI;

6- LUIZ ANTÔNIO CABRAL DA COSTA

CPF-MF: 411.418.651-49

Gerente do Departamento de Cooperação Estadual e Federal - GCEF.

7- JAMISTON MENDONÇA DE JESUS

CPF-MF: 847.721.151-53

Encarregado de Balizamento de Compras – EBC

8 - SILVANA MARIA ROSSONI

CPF-MF: 424.429.821-53

Coordenador de Prestação de Contas e Convênios – CPCC

9 - GILMAR GARCIA GALERIANI

CPF-MF: 018.614.741-48

Coordenador de Transporte Escolar-CTE

10- ILDECINO NOGUEIRA DE MELO

CPF-MF: 916.513.101-06

Gerente de Manutenção de Veículos Leves – GMVL

11- AGUINALDO FURTADO DE MORAES

CPF-MF: 432.994.401-44

Secretário Adjunto de Obras - SAO.

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 20 de fevereiro de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 014.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Elca Arlinda de Souza.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 232 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **ELCA ARLINDA DE SOUZA**, Servidora efetiva no CARGO DE ARTIFICE DE COPA E COZINHA junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 770, sob os fundamentos do art. 125,

inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 013.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Maria Marli Ferreira da Costa.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 231 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **MARIA MARLI FERREIRA DA COSTA,** Servidora efetiva no CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 613, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
DESPACHO

Acolho o Relatório da Comissão de Sindicância instaurado pela Portaria Interna nº 190 de 19 de setembro de 2017 e:

Aplico a pena de advertência, a Servidora DIVANILCE MOREIRA DOS SANTOS, no cargo de ARTÍFICE DE COPA E COZINHA, matrícula 767, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por haver infringido o art. 110, inciso XIV, da Lei 379/1999.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

Itiquira/MT, aos 08 de dezembro de 2017.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 003.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Manoel Oliveira de Jesus.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 197 de 20 de setembro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **MANOEL OLIVEIRA DE JESUS,** Servidor efetivo no CARGO DE PEDREIRO junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 283, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 012.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Lauremi Rodrigues Nascimento da Silva.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 230 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **LAUREMI RODRIGUES NASCIMENTO DA SILVA,** Servidora efetiva no CARGO DE INSPETOR DE ALUNOS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 572, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. Oficie-se a servidora, dando-lhes ciência deste julgamento. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 004.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Reinaldo Rodrigues do Nascimento.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 198 de 20 de setembro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **REINALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO,** Servidor efetivo no CARGO DE ALMOXARIFE junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 78, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
DESPACHO

Acolho o Relatório da Comissão de Sindicância instaurado pela Portaria Interna nº 243 de 26 de outubro de 2017 e:

Aplico a pena de advertência, a Servidora ANA PAULA ROBERTO FERREIRA, no exercício do seu cargo de PROFESSOR II, Matrícula 295, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por haver infringido o art. 110, inciso XIV, da Lei 379/1999.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

Itiquira/MT, aos 08 de dezembro de 2017.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 005.1509/2017 e 015.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Sidney Oliveira de Jesus.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 199 de 20 de setembro de 2017 e Portaria Municipal nº 233 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **SIDNEY OLIVEIRA DE JESUS,** Servidor efetivo no CARGO DE GUARDA junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 539, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 006.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Maria Elena Alves dos Santos.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 200 de 20 de setembro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99 (Rito Sumário), para aplicar a Srª. **MARIA ELENA ALVES DOS SANTOS,** Servidora efetiva no CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 469, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 011.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Elisangela Cardoso Mendonça.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 229 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar a Srª. **ELISANGELA CARDOSO MENDONÇA**, Servidora efetiva no CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 131, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 0017.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: David Paulino Filho.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 235 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **DAVID PAULINO FILHO,** Servidor efetivo no CARGO DE MOTORISTA junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 256, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 010.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Valdeci Moreira Rezende.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 228 de 25 de outubro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **VALDECI MOREIRA REZENDE,** Servidor efetivo no CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 399, sob os fundamentos do art. 125, inciso II da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por abandono de cargo público, tendo infringindo o disposto no art. 129 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processo Administrativo Disciplinar nº 007.1509/2017.

Autor: Município de Itiquira/MT.

Acusado: Paulo de Castro Viana Junior.

JULGAMENTO:

No exercício das atribuições a mim conferidas, ACOLHO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no RELATÓRIO da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Municipal nº 201 de 20 de setembro de 2017, o qual se desenvolveu nos tramites da Lei Municipal nº 379/99, para aplicar ao Sr. **PAULO DE CASTRO VIANA JUNIOR,** Servidor efetivo no CARGO DE TECNICO EM AGROPECUARIA junto ao Poder Executivo Municipal - MATRÍCULA 060, sob os fundamentos do art. 125, inciso III da Lei 379/99, a pena disciplinar de DEMISSÃO, por inassiduidade habitual a falta ao serviço sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses, tendo infringindo o disposto no art. 130 da citada Lei.

Elaborem-se portarias, publicando-as na Imprensa Oficial do Município. Oficie-se o servidor, dando-lhes ciência deste julgamento. E por fim, registre-se que exauriram-se os procedimentos no âmbito administrativo.

Outrossim, deverá ser encaminhando estes autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências de sua alçada, visando o registro desta penalidade no Processo de Vida Funcional.

P.R.I. Cumpra-se.

Itiquira/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 041/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: SAFRA GEOTECNOLOGIA E GESTÃO LTDA EPP; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração da planta genéricas de valores no perímetro urbano da sede do Município de Jaciara/MT A ser utilizada como base de cálculo do IPTU e do ITBI, segundo os preceitos da NB-502/89-ABNT, bem como a realizar a correção e atualização da base cartográfica digital contínua do perímetro urbano da sede do Município de Jaciara/MT";** PRAZO: 12 (doze) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 61.800,00 (Sessenta e um mil e oitocentos reais); ASSINATURA: 06/03/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 044/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: LAPS TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA; OBJETO:** "**Registro de Preços para**

Eventual Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Operador de ETA no Departamento de Água e Esgoto - DAE do Município de Jaciara/MT"; PRAZO: 03 (três) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 43. 425,00 (Quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais); ASSINATURA: 27/11/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 045/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: ULTRAMACHO ESPORTE DE AVENTURA LTDA - ME; OBJETO: "Contratação da empresa ULTRAMACHO ESPORTE DE AVENTURA LTDA – ME, para realização de Evento Esportivo denominado Circuito ULTRAMACHO – JACIARA que será realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2017 no Município de Jaciara/MT";** PRAZO: 12 (doze) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 23.700,00 (Vinte e três mil e setecentos reais); ASSINATURA: 24/11/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 046/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: EGS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS EIRELI - ME; OBJETO: "Aquisição de Brinquedos Pedagógicos e Playgrounds a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Jaciara-MT";** PRAZO: 12 (doze) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 38.939,80 (Trinta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos); ASSINATURA: 21/12/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 047/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: MARCOS PAULO DO NASCIMENTO EVENTOS - ME; OBJETO: "Contratação da empresa MARCOS PAULO DO NASCIMENTO EVENTOS - ME, CNPJ: 17.776.657/0001-48, para realização de Show Artístico durante as comemorações alusivas ao Reveillon da Cidade de Jaciara/MT, no dia 30 de dezembro de 2017, sendo 01 apresentação com a dupla RICK & GIOVANI, ao valor global de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)";** PRAZO: 03 (três) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 70.000,00 (Setenta mil reais); ASSINATURA: 20/12/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 040/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: G. R. RODRIGUES AZEVEDO - ME; OBJETO: "Contratação de empresa especializada no Planejamento e Estruturação de ações de Marketing Institucional e Política de Comunicação Institucional nas mídias sociais em atendimento à Prefeitura Municipal de Jaciara-MT";** PRAZO: 03 (três) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 24.480,00 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais); ASSINATURA: 01/11/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 034/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA; OBJETO: "Aquisição de Mobiliários e Colchonetes para Educação Infantil para Creches do Município de Jaciara/MT";** PRAZO: 12 (doze) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 19.768,00 (Dezenove mil, setecentos e sessenta e oito reais); ASSINATURA: 23/10/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 02/ 2018

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaciara – MT.

CONTRATADO: Vonei Pereira de Souza - MEI

CNPJ: 27.162.876/0001-90

OBJETO: prestação de serviços de jardinagem, incluindo manutenção, fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, recolhimento de galhos, gramas e folhas; para execução dos serviços na Câmara Municipal de Jaciara- Estado de Mato Grosso.

VALOR: R$ 700,00 (setecentos reais)

VALOR ESTIMADO: R$ 7.700,00 (set mil e setecentos).

VIGÊNCIA: 03/02/2018 até 31/12/2018.

FUNDAMENTO: O presente contrato é dispensável o procedimento licitatório nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Municipal n.º 1.745/2017.

Jaciara-MT, 03 de fevereiro de 2018.

Cloves Pereira da Silva

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 039/2017

EXTRATO CONTRATO Nº. 039/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: E H GOLLUB MACHADO - EIRELI; OBJETO: "Registro de Preços para eventual Contratação de empresa para prestação de serviços especializado em realização de exames laboratoriais de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e internados no Hospital Municipal de Jaciara/MT, por níveis de complexidade e de acordo com as normas do SUS";** PRAZO: 04 (quatro) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 286.754,00 (Duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinqüenta e quatro reais); ASSINATURA: 19/10/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIAS 2017 DE 1 À 95

PORTARIA Nº. 001/17 de 02 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR, a partir desta data**, CLAUDIO XIMENES LÓPES,** inscrito no CPF sob nº 302.973.039-53 e RG nº 2581781-7 SSP/MT, **n**o Cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS,** do Município de Jaciara.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 002/17 de 02 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR, a partir desta data**, AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS,** inscrito no CPF sob nº 383.682.261-04 e RG nº 603.784 SSP/MT,**n**o Cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** do Município de Jaciara.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 003/17 de 02 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR, a partir desta data**, ADNAN ALLI AHMAD** inscrito no CPF sob nº 365.668.101-52 e RG nº 115.019. SSP/MS,**n**o Cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS,** do Município de Jaciara.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 004/17 de 02 de Janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR, a partir desta data**, LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS**,**n**o Cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** do Município de Jaciara.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 02 de Janeiro de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 005/17, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC - expedida pela Secretaria de Estado de Administração do Estado de Mato Grosso, de número **023294/2016**, conforme Leis Estaduais nº. 6626/75, e, a Emenda à Constituição Estadual nº. 20/98;

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição do ano de **29/06/1987 a 15/12/1998, compreendidos entre 29.06.87 á 16.07.87; 22.02.88 á 28.02.92; 01.06.92 á 03.01.93; 01.03.93 á 10.01.94; 21.02.94 á 30.12.94; 20.02.95 á 31.12.96; 03.03.97 á 31.12.97; 09.02.98 á 15.12.98 num total de 3.627 (três mil seiscentos e vinte e sete dias).**

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora LUZIA **BASTOS NOGUEIRA**, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - **AVERBAR**, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição no ano de **29/06/1987 a 15/12/1998, compreendidos entre 29.06.87 á 16.07.87; 22.02.88 á 28.02.92; 01.06.92 á 03.01.93; 01.03.93 á 10.01.94; 21.02.94 á 30.12.94; 20.02.95 á 31.12.96; 03.03.97 á 31.12.97; 09.02.98 á 15.12.98 num total de 3.627 (três mil seiscentos e vinte e sete dias)**, ***ou seja: 9 (nove) anos, 11 (onze) meses e 12 (doze) dias****, prestados em favor do Estado do Mato Grosso, pela s*ervidora **LUZIA BASTOS NOGUEIRA,** para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 03 de Janeiro de 2017.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.006/17 de02 deJaneiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Autorizar o Secretário de Administração e Finanças, CLAUDIO XIMENES LOPES, portador do CPF: 302.973.039-53 e o Tesoureiro Municipal , ANTONIO CARLOS FERREIRA, portador do CPF: 468.857.731-15, a realizar as seguintes transações nas contas correntes do município:

CÓDIGODESCRIÇÃO

9 EMITIR CHEQUES

26 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

27 REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES

38 ENDOSSAR CHEQUES

94 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

95 CANCELAR CHEQUES

96 BAIXAR CHEQUES

98 EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

99 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

105 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

106 EFETUAR PAGAMENTOS EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO

107 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS, EXCETO POR MEIO ELETRÔNICO

123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTOS E

124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

Jaciara- MT, 03 de Janeiro de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 07/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, Senhor **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, a partir de 02 de Janeiro de 2017, para atuarem como Diretores Escolares, referente ao exercício de 2017, de 02.01.2017 à 31.12.2017, os seguintes professores:

NOME DO DIRETOR	NOME DA INSTITUIÇÃO
Márcia Cristina Ferreira Faria Geraldo	E.M "Maria Villany Delmondes"
Amadeo Silva de Carvalho	E.M "Magda Ivana"
Nair Dourado do Nascimento	UMEI "Zulmira Barbieri de Oliveira"

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.01.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE, DANDO CIÊNCIA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 06 DE JANEIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 008/17, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD ,no uso de suas atribuições legais, e, especialmente,

CONSIDERANDO que foi encaminhada, à esta Municipalidade, nova Certidão de Tempo de Contribuição CTC - expedida pela MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV, de número **024296/2016**, para promover a **RETIFICAÇÃO DA CERTIDÃO anteriormente apresentada**, conforme Leis Estaduais nº. 6626/75, e, a Emenda à Constituição Estadual nº. 20/98;

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição do ano de **16/02/1987 a 29/02/1996; 03.03.97 á 31.12.97 e 09.02.98 á 15.12.98 num total de 3915 (TRÊS MIL NOVECENTOS E QUIZE DIAS, correspondente à 10 (dez) anos, 08 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias.**

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora **LUZIA DA SILVA RAMOS,** diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - **RETIFICAR**, como retificada está, a CTC, anteriormente apresentada, para então promover e confirmar, a **AVERBAÇÃO**, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição no ano de do ano de **16/02/1987 a 29/02/1996; 03.03.97 á 31.12.97 e 09.02.98 á 15.12.98, num total de 3915 (TRÊS MIL NOVECENTOS E QUIZE DIAS) à 10 (dez) anos, 08 (oito) meses e 25 (vinte e cinco) dias,** *prestados em favor do Estado do Mato Grosso, pela s*ervidora **LUZIA DA SILVA RAMOS,**, para fins previdenciários.

.... Continuação da Portaria 08/2017 de 06.01.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 06 de Janeiro de 2017.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 06 DE JANEIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 009/17, DE 06 DEJANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD , no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - CONCEDER, AFASTAMENTO SEM REMURERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, a partir de 20.12.2016, até 20. 12.2018. ou seja, por dois anos consecutivos, nos termos do artigo 117 do Estatuto do Servidor Público , a seguinte servidora:

-PATRICIA ARRUDA DA SILVA , Professora.

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos para A DATA DE 20.12. 2016, data na qual A servidorA solicitou a licença, bem como data na qual este deixou perceber a remuneração em função do afastamento.

Jaciara,06 de Janeiro de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 06 DE JANEIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 010/17 de 17 de Janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o Sr. **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, para exercer o Cargo em Comissão de Tesoureiro, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 17 de janeiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 011/17, de 19 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Ana Caroline Carvalho de Souza Fabian, no cargo de Coordenadora de Gabinete do Prefeito;

- Tiago Rodrigo Zenkner, no cargo de Assessor Técnico de Comissão e Licitação;

- Canuto do Nascimento, no cargo de Supervisor de Tributação e Fiscalização;

- Marcos Antonio Silva no cargo de Diretor de Departamento de Compras;

- Odair Francisco Nogueira, no cargo de Diretor Departamento do DAE;

- Marcos Vinicius de Jesus Abrahão, no cargo de Diretor Departamento de Patrimônio;

- Cornélio Cassimiro de Souza, no cargo de Assessor Adjunto de Projetos.

- Josimar Elielton da Silva, no cargo de Assessor Técnico de Urbanismo e Prédios Públicos;

- Jair Silva Pessoa, no cargo de Diretor Técnico de Urbanismo e Prédios Públicos;

- Paulo Ricardo Franco Emidio da Silva, no cargo de Assessor Adjunto de Contratos Licitatórios;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 19 de janeiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 012/17, de 19 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Jaqueline Pereira da Costa, no cargo de Chefe de Equipe;

- Adriana Souza Melo, no cargo de Diretora de Departamento Bolsa Familia;

- Milena Pereira Sampaio, no cargo de Divisão Bolsa Familia;

- Márcia Moreira dos Santos, no cargo de Diretor de Departamento do Lar Recanto Feliz;

- Keila Cavalcante Scarpim, no cargo de Secretária Adjunta de Gestão e Habitação;

- Vera Lucia de Moraes Ramos, no cargo de Chefe de Equipe;

- Jaqueline Gonçalves dos Santos Majolo, no cargo de Diretora de Departamento SINE;

- Aldo Pereira de Souza, no cargo de Coordenador Geral de Manutenção;

- Rosimeire Aparecida Schinoca, no cargo de Divisão do CRAS;

- Michele Aurea Aleixo Camillo, no cargo de Superintendente da Gestão Social;

- Lucinei Alves da Silva, no cargo de Secretária Adjunta;

- Anália Rezende de Oliveira Campos, no cargo de Divisão;

- Maria Rosa Ferreira Bueno, no cargo de Dirigente de Setor do lar;

- Eliane Bartucci Marcato, no cargo de Diretor de Departamento CRAS;

- Evaldo Holsbach Pavão, no cargo de Chefe de Divisão;

- Suzana Caetano dos Santos Scaranaro, no cargo de Supervisor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 19 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 013/17 de 23 de Janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- José Eduardo Bartucci, no cargo de Assessor Adjunto Geral do Centro de Eventos;

- Mauro Bosco Cabral, no cargo de Assessor Especial de Projetos e Aplicação Municipal;

- Welikis Gomes de Aquino, no cargo de Diretor Departamento;

- Agnelo José Melo Silva, no cargo de Assessor Técnico Gabinete do Prefeito;

- Célio Caetano dos Santos, no cargo de Secretário Municipal de Planejamento de Desenv.Econômico;

- Marcelo Moura Jacob, no cargo de Diretor de Departamento;

- Isadora Gomes de Mendonça, no cargo de Diretor Departamento de Imprensa;

- Cristiano Gonçalves da Cruz, no cargo de Coordenador de Edições Gráficas;

- Cleonice Inácia da Silva, no cargo de Dirigente de Setor;

- Manoel Batista do Carmo, no cargo de Chefe de Equipe;

- Jefferson Silva dos Santos, no cargo de Diretor de Transportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 23 de janeiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 014/17, de 24 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão:

- Gabriel Paulino dos Santos, no cargo de Chefe de Equipe, a partir 16/01/2017;

- Jefferson Luiz Viana, no cargo de Diretor de Departamento, a partir de 16/01/2017;

- Ana Margarete Soehn, no cargo de Diretora de Departamento, a partir de 09/01/2017;

- Aguinaldo Luiz Melo Silva, no cargo de Coordenador, a partir de 16/01/2017;

- Cleide Maria Pereira do Nascimento, no cargo de Coordenador, a partir de 16/01/2017;

- Robson Casanova, no cargo de Assessor Especial, a partir de 16/01/2017;

- Silvay José da Silva, no cargo de Coordenador, a partir de 16/01/2017;

- Neusa Caetano de Araujo, no cargo de Coordenadora, a partir de 16/01/2017;

- Fabricia Dutra Ribeiro da Costa Oliveira, no cargo de Chefe de Equipe, a partir de 20/01/2017;

- Sidineia Guimarães dos Santos Brasileiro, no cargo de Coordenador, a partir 16/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 24 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 015/17 de 25 de Janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - DESIGNAR os servidores abaixo, para serem **FISCAIS DE CONTRATO**, respectivamente de cada Secretaria, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Michele Aurea Aleixo Camillo, Secretaria Municipal de Gestão Social;

- Agnelo José Melo Silva, Gabinete do Prefeito;

- Cleide Maria Pereira do Nascimento, Secretaria Municipal de Governo;

- Jeferson Silva dos Santos, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

- Heida Lidiany Pires Dias, Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

- Ana Margarete Soehn, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

- Fabia Cristina Nogueira Staudt Betim, Secretaria Municipal de Saúde;

- Leles Coutinho Alexandrino, Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;

- Eric Edras de Souza Mendonça, Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 25 de janeiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 16/17, de 25 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Jardelino de Oliveira Neto, no cargo de Diretor Departamento de Analises;

- Gilson Delfino dos Santos, no cargo de Coordenador do DAE;

- Vicente Ferreira de França, no cargo de Coordenador do DAE;

- Marconi Pereira da Silva, no cargo de Coordenador do DAE;

- Juliano Lameiro da Silva, no cargo de Coordenador do DAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 25 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 17/2017, de 27 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- José Danizete Araújo, no cargo de Dirigente de Setor;

- Marlice Barbosa da Silva, no cargo de Diretora de Departamento da Cozinha;

- Wilian Rodrigues das Neves, no cargo de Coordenador;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 27 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 18/2017, de 31 de janeiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Francisca Moreira do Nascimento, no cargo de Encarregada de Contabilidade;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 31 de janeiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 19/2017, de 01 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Fabia Cristina Nogueira Staudt Betim, no cargo de Superintendente do Hospital;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 01 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 020/17 de 01 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, dos Cargos em Comissão, a partir de 31 de janeiro de 2017:

- Jaqueline Gonçalves dos Santos Majolo, do cargo de Diretora de Departamento SINE;

- Anália Rezende de Oliveira Campos, do cargo de Divisão;

Artº 2º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

- Adriana Casarotto, no cargo de Diretora de Departamento;

- Adriana Esteves Barros, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo;

- Valdineia Ferraz de Araújo, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo;

- Andréia Cristina Cosmo de Freitas Borges, no cargo de Chefe de Divisão;

- Thayane Andrade Gomes Santana, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo

- Suzimagna Nilde Souza de França, no cargo de Coordenadora;

- Anália Rezende de Oliveira Campos, do cargo de Diretora de Departamento SINE;

- Fabinho Arando, no cargo de Supervisor do Departamento de Trânsito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 01 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 021/17 de 01 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR a servidora Heida Lidiany Pires Dias de **FISCAL DE CONTRATO**, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças a partir de 31 de janeiro de 2017:

Artº 2º - DESIGNAR a servidora Regina Luiz da Silva para ser **FISCAL DE CONTRATO**, respectivamente de cada Secretaria, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 01 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 022/17 de 02 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Aparecido Donizete Ruiz, no Cargo de Diretor de Departamento;

- Manoel Alves de Souza, no cargo de Diretor de Departamento;

- José Souza do Nascimento, no cargo de Dirigente de setor;

- Patricia Maria Bento Lins, no cargo de Controladora Interna.

- Romildo Bezerra da Silva, no cargo de Diretor de Departamento de Manutenção de Praças e Jardins

- Luzinete Amaro da Silva, no cargo de Chefe de Equipe;

- Luzinete Braz Carneiro, no cargo de Chefe de Equipe;

- Maria Aparecida Torres de Siqueira, no cargo de Chefe de Equipe;

- Maria Fátima Marçal de Moraes, no cargo de Chefe de Equipe;

- Sinvaldo de Souza, no cargo de Coordenador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 02 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 23/2017, de 01 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Gaspar dos Reis Gomes, no cargo de Coordenador do DAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 024/17 de 02 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo em Comissão, a partir de 31 de janeiro de 2017:

- Aparecido Donizete Ruiz, do Cargo de Diretor de Departamento;

- Sinvaldo de Souza, no cargo de Coordenador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 02 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 25/2017, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

" NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTOS FINANCEIROS DE RESTOS A PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Considerando que os elementos informativos atualmente disponíveis evidenciam preocupante déficit financeiro, o que vale dizer que há muitas despesas a pagar (restos a pagar- inclusive despesas não empenhadas) para parcos recursos financeiros;

Considerando que a programação financeira de que trata o artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal deve assegurar recursos para a solução do passivo financeiro de maneira compatível com a continuidade da prestação dos serviços públicos;

Considerando que é interesse público primário do Município solver suas obrigações, ainda que assumidas pela Administração anterior sem recursos financeiros disponíveis;

Considerando que é conveniente atribuir a uma Comissão Especial, neste momento inicial da nova Administração, a análise das despesas que restam a ser pagas, bem como a incumbência de propor uma programação financeira que compatibilize o prosseguimento das ações governamentais com a solução do passivo financeiro.

RESOLVE :

Art. 1º- Instituir, junto ao Gabinete do Prefeito, uma Comissão Especial composta pelos servidores :

- ANTONIO CARLOS FERREIRA;

- LEOMAR RODRIGUES DE SOUZA;

- JOANA APARECIDA DIAS FERREIRA .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE, DANDO CIÊNCIA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 03 de fevereiro de 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 026/17, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD , no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - CONCEDER, AFASTAMENTO SEM REMURERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, a partir de 01.02.2017 à 01.02. 2019, nos termos do artigo 117 do Estatuto do Servidor Público , para a seguinte servidora:

- MARIA ELZA DE LIMA, cargo: Apoio Aministrativo Educacional .

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos para A DATA DE 01.02. 2017 , data na qual a servidora solicitou a licença.

Jaciara, 06 de fevereiro de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 06 DE FEVEREIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

ADNAN ALI AHAMD

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 027/17 de 06 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR o Servidor Tiago Rodrigo Zenkner, no cargo de Pregoeiro e o Servidor Marcos Antonio da Silva como Suplente de Pregoeiro, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - NOMEAR os servidores abaixo nominados, como equipe de apoio da Comissão de Pregão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Marcella Gabrieli Pereira dos Reis – Secretária da Comissão

- Marcos Vinicios de Jesus Abrahão – Membro

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 06 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 028/17 de 06 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artº 1º - DESIGNAR para compor a Comissão Permanente de Licitação, a partir de 02 de janeiro de 2017, os seguintes servidores:

- Tiago Rodrigo Zenkner – Presidente da Comissão

- Marcella Gabrieli Pereira dos Reis – Secretária da Comissão

- Marcos Vinicios de Jesus Abrahão – Membro

Art. 2º - DESIGNAR como Suplente da Comissão de Licitações o servidor Marcos Antonio da Silva.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 06 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 29/2017, de 06 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, para exercer Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Leles Coutinho Alexandrino, no cargo de Supervisor.

Artº 2º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, para exercer Cargo em Comissão, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

- Jaine Pereira de André, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo no SINE.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 30/2017, de 08 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Termo de Cessão nº 01/2017,

RESOLVE:

Artº 1º - CONCEDER a cedência de Monica Camolezi dos Santos Mello, nos termos do Art. 130, II, da Lei nº 1.208/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de 01 de fevereiro de 2017, para o Estado de Mato Grosso, onde será lotada na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.

§1º - A cedência terá vigência entre 01/02/2017 a 31/12/2018, podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§2º - A cedência será com ônus para o Estado, conforme Termo de Cessão nº 01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 31/2017, de 08 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, para exercer Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- André Patrik Machado Silva, no cargo de Diretor de Departamento;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 032/17 de 10 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, no Cargo em Comissão, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

- Ernande Sousa Pereira, no cargo de Dirigente de Setor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 033/17 de 10 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, no Cargo em Comissão, a partir de 02 de janeiro de 2017:

- Fabricio Gomes Almeida, no cargo de Coordenador da Junta de Serviço Militar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 034/17 de 10 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, nos Cargos em Comissão, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

- Izabel Cristina da Silva, no cargo de Dirigente de Setor

- Esdras Paulo Silva Vasconcelos, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo;

- Carlos Alberto Nascimento de França, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 035/17 de 13 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, a servidora abaixo relacionada, no Cargo em Comissão, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

- Márcia Camargo Ribeiro, no cargo de Diretora de Departamento

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 13 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 036/17, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD , no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - CONCEDER, AFASTAMENTO SEM REMURERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, a partir de 06/02/2017, nos termos do artigo 117 do Estatuto do Servidor Público , para o seguinte servidor:

- JANCEN KELLER WINK PEREIRA SILVEIRA, lotada no Centro Integrado de Atenção e Atendimento em Saúde- CIAAS .

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos para A DATA DE 06.02. 2017 , data na qual a servidora solicitou a licença.

Jaciara, 13 de fevereiro de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 13 DE FEVEREIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

AUDIMAR ROCHA SANTOS

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPA

PORTARIA Nº. 037/17, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD , no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - CONCEDER, AFASTAMENTO SEM REMURERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, a partir de 08/02/2017, nos termos do artigo 117 do Estatuto do Servidor Público , pelo prazo máximo de 02 (dois) anos , para o seguinte servidor:

- ROSEMEIRE PEREIRA DA SILVA, Professora.

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos para A DATA DE 08.02. 2017 , data na qual a servidora solicitou a licença.

Jaciara, 13 de fevereiro de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 13 DE FEVEREIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

ADNAN ALI AHMAD

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPA

PORTARIA Nº. 038/17, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

"*Dispõe sobre a declaração de vacância do cargo ocupado pela servidora ELZA RIBEIRO DE SOUZA , até o término do estágio probatório a que se submeterá em cargo junto ao Município de Rondonópolis , e dá outras providências*"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente considerando o disposto na Lei Municipal 1208/09:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - Recreacionista, ocupado por ELZA RIBEIRO DE SOUZA, enquanto a mesma permanecer em estágio probatório, no cargo para o qual foi empossado junto aoMunicípio de Rondonópolis.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 07.02.2017 , revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 13 de fevereiro de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 13 DE FEVEREIRO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

ADNAN ALI AHMAD

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPA

PORTARIA Nº 039/17 de 22 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - CONCEDER, Afastamento sem remuneração para tratar de interesse particular, a partir de 13 de fevereiro de 2017, nos termos do Art. 117, da Lei nº 1.208/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, pelo prazo de 02 (dois) anos, para a servidora abaixo::

- Catia Aparecida Moura Pasqualotto – lotada no Sine

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data de 13 de fevereiro de 2017, data na qual a servidora solicitou a referida licença.

Jaciara-MT, 22 de fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 040/17 de 22 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR o servidor Agnelo José Melo Silva, como **FISCAL DE CONTRATO**, Gabinete do Prefeito; a partir de 31 de janeiro de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 22 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 041/17 de 22 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - DESIGNAR o servidor Paulo Ricardo Franco Emídio da Silva, para ser **FISCAL DE CONTRATO**, do Gabinete do Prefeito, a partir de 01 de fevereiro de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 042/17, de 22 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- Jean Salin Cuzinato Alli, no cargo de Diretor de Cultura, 02 de fevereiro de 2017;

- Francisca aparecida de Moraes, no cargo de Coordenadora da Padaria, a partir de 08 de fevereiro de 2017;

- Vanuza Ferraz Vieira, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 043/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, as servidoras abaixo relacionadas, de suas funções na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Rosimeire Aparecida Shinoca, do cargo de Divisão do CRAS, a partir de 31 de janeiro de 2017;

- Vera Lucia de Moraes Ramos, do cargo de Chefe de Equipe, a partir de 10 de fevereiro de 2017;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 044/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, **Enio Alvares Ataíde**, no cargo de Diretor de Departamento, a partir do dia 13 de fevereiro de 2017, para exercer suas funções no DAE – Departamento de Agua e Esgoto.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 045/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Jhennefer Alessandra Fontanelli da Silva, no cargo de Chefe de Equipe, a partir de 13 de fevereiro de 2017;

- Adriana Maforte da Silva, no cargo de Divisão, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Andréia Souza Melo, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Silvia das Chagas Lendengues, no Cargo de Dirigente de Setor, a partir de 15 de fevereiro de 2017;

- Norma Batista de Souza, no cargo de Coordenadora, a partir de 13 de fevereiro de 2017;

- Lorrainy Leonel Camargo, no cargo de Coordenadora, a partir de 20 de fevereiro de 2017;

- Valquiria Amaral da Silva Moura, no cargo de Divisão, a partir de 20 de fevereiro de 2017;

- Elinete de Aviz Bannai, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 20 de fevereiro de 2017;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 046/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, **Aline Cristina Maforte Silva**, no cargo de Diretora do CAE, a partir do dia 06 de fevereiro de 2017, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 047/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, **Ivan de Almeida Silva**, no cargo de Gestor Governamental, a partir do dia 01 de fevereiro de 2017, para exercer suas funções no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 048/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, Ianária Tabosa Lopes**,** do cargo de Diretora da UMEI "Casa da Criança", a partir do dia 07 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, as funcionárias abaixo, para exercerem os respectivos cargos, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos:

- Ianária Tabosa Lopes, no cargo de Assessora Especial de Ensino Infantil;

- Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva, no cargo de Assessora Especial do Ensino Fundamental.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 049/17, de 23 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 1.211, de 10 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - DESGINAR, os funcionários abaixo, para exercerem a função de Coordenador Pedagógico, com Gratificação de 30%, nas respectivas Unidades Escolares:

- Cátia Cristina França Tavares – Escola Municipal "Santa Rosa"

- Luzia Bastos Nogueira – UMEI "Casa da Criança"

- Celcimar Gonçalves Leal – UMEI "João de Barro"

- Adilson Costa França – Escola Municipal Professora "Maria Villany Delmondes"

- Sonia Maria de Araújo - Escola Municipal Professora "Maria Villany Delmondes"

- Zélia Vieira de Castro – Escola Municipal Professora "Maria Villany Delmondes"

- Maria do Carmo Duarte – Escola Municipal "Magda Ivana"

- Nadir de Assis Silva – Escola Municipal "Magda Ivana"

- Leiliane Cristina Gomes – Escola Municipal "Amélia Freire Gomes"

- Thais Regina Celuppi de Souza – UMEI "Menina Angélica"

- Eliane Teixeira Alves de Moura – UMEI "Zulmira Barbieri de Oliveira"

Art. 2º - DESGINAR, o funcionário abaixo, para exercer função de Diretor de Unidade Escolar, com Gratificação de 50%:

- Sidney Francisco Gomes – UMEI Zulmira Barbieri Oliveira

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 050/17, de 24 de fevereiro de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções de seu respectivo cargo, na Secretaria Municipal de Saúde:

- Vanildo Silvestre Alves, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 07 de fevereiro de 2017;

- Claudiane da Silva Ximenes, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Ana Paula Ferreira Torres, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 06 de fevereiro de 2017;

- Renata Sousa Lima, no Cargo de Diretor de Departamento, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- José Anchieta P. de Lima, no cargo de Diretor Departamento Vigilância Ambiental, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Saulo Schmidt da Silva, no cargo de Diretor Departamento Farmácia, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Luciana Pereira da Silva, no cargo de Supervisora Atenção Básica, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Cristiane Castro da Cunha, no cargo de Chefe de Equipe, a partir de 17 de fevereiro de 2017;

- Maria Inez Lima dos Santos, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Leidiane Ferreira da Silva, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Rosangela Martins Pereira, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Ana Regina da Silva Ramos, no cargo de Chefe de Divisão, a partir de 01 de fevereiro de 2017;

- Devani Xavier de Oliveira, no cargo de Chefe de Equipe, a partir de 13 de fevereiro de 2017;

- Carmélia Andrade Pereira, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 24 de fevereiro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 052/17, de 01 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009;

CONSIDERANDO o Ofício nº 20/2017, do Assessor Técnico de Urbanismo e Prédios Públicos, onde solicita exoneração;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo em Comissão, a partir de 28 de fevereiro de 2017, da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

- Luzinete Braz Carneiro, do cargo de Chefe de Equipe;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 053/17, de 01 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o Sr. Alexandre Verniano, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 054/17, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD , no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º -NOMEAR como fiscal de obras , com data retorativa a 10/08/2016 o Sr. AMARILDO TICIANEL, nos termos do seguinte contrato:

Contrato 080/2016- Contratação de empresa para prestação de serviços de Reforma de Ponte de madeira do Distrito de Celma na intermunicipal Jaciara- Campo Verde.

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos para A DATA DE10/08/2016 .

Jaciara, 03 de março de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - EM 03 DE MARÇO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CÉLIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 055/17, de 06 de março de 2017

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, a Senhora MARIZE LIPORACE PIRES DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão de Controladora Geral do PAC, a partir de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 056/17, de 07 de março de 2017

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, a Senhora MARIZE LIPORACE PIRES DA SILVA, do Cargo em Comissão de Controladora Geral do PAC, a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 057/17, de 08 de março de 2017

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, as funcionárias abaixo relacionadas, para exercerem o Cargo em Comissão, em suas respectivas Secretarias, a partir de 08 de março de 2017:

- Aline Shuenquener de Lima – no cargo de Dirigente de Setor;

- Sirlene Rodrigues de Oliveira – no cargo de Coordenadora, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

- Raquel Garcia Silveira Santos – no cargo de Dirigente de Setor, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

- Liliane Delfino Guimarães – no cargo de Diretor de Departamento, na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;

- Zulene Lino Costa – no cargo de Dirigente de Setor, no DAE;

- Anella Caroline Capelari Perez – no cargo de Dirigente de Setor, na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 057/17, de 08 de março de 2017

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, as funcionárias abaixo relacionadas, para exercerem o Cargo em Comissão, em suas respectivas Secretarias, a partir de 08 de março de 2017:

- Aline Shuenquener de Lima – no cargo de Dirigente de Setor;

- Sirlene Rodrigues de Oliveira – no cargo de Coordenadora, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

- Raquel Garcia Silveira Santos – no cargo de Dirigente de Setor, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

- Liliane Delfino Guimarães – no cargo de Diretor de Departamento, na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente;

- Zulene Lino Costa – no cargo de Dirigente de Setor, no DAE;

- Anella Caroline Capelari Perez – no cargo de Dirigente de Setor, na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 058/17, DE 08 DE MARÇO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 39/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Considerando a portaria 39/17;

Considerando o fício 023/2017 da Secretaria de Assistência Social;

Considerando que a servidora Cátia Aparecida Moura Pasqualotto não gozou um só dia da licença concedida , em razão da administração tê-la convocado através do ofício 023/2017 para permanecer em exercício;

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACIARA, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente considerando o disposto na Lei Municipal 1208/09:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a portaria 39/17, bem como todos os seus efeitos

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaciara, 08 de março de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 08 DE MARÇO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário de Administraçãoe Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPA

PORTARIA Nº. 059/17, de 01 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 1.211, de 10 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 157/2017, do Secretário Municipal de educação, Cultura e Desportos, que solicita a retificação do Ofício nº 136/2017;

RESOLVE:

Artº 1º - RETIFICAR a PORTARIA Nº. 049/17, de 23 de fevereiro de 2017, art. 2º, onde lê-se, DESGINAR, o funcionário abaixo, para exercer função de Diretor de Unidade Escolar, com Gratificação de 50%:

- Sidney Francisco Gomes – UMEI Zulmira Barbieri Oliveira

O CORRETO É:

- Sidney Francisco Gomes – UMEI Casa da Criança, a partir de 08 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 060/17, de 09 de março de 2017.

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, a funcionária abaixo relacionada, para exercer o Cargo em Comissão, na Secretaria Municipal de Gestão Social, a partir de 09 de março de 2017:

- Sandra Regina Ferreira Duarte – no cargo de Dirigente de Setor;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 09 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

SANDRA MARIA MOURA NOGUEIRA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 061/2017, de 13 de março de 2017.

Estabelece normas e institui o calendário para a realização do Recadastramento dos servidores da Administração Pública Municipal integrantes do quadro efetivo, comissionado e contratado nos termos do Decreto nº 3.333, de 02 de janeiro de 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a determinação contida no art. 11° do Decreto Municipal nº 3.333, de 02 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Recadastramento dos servidores da Administração Pública Municipal integrantes do quadro efetivo, comissionado e contratado, RESOLVE:

Art.1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Portaria, as normas e procedimentos para a realização do Recadastramento dos servidores da Administração Pública Municipal integrantes do quadro efeti-

vo, que objetivará a atualização e consolidação do Banco de Dados cadastral do sistema de RH do Município.

Art.2º - O Recadastramento será realizado no período de 21 de março a 20 de abril do corrente ano. O próprio servidor deverá efetuar a atualização dos dados cadastrais por meio do site www.jaciara.mt.gov.br acessando uns dos links disponíveis ou diretamente em recadastramento.jaciara.mt.gov.br.

Parágrafo único – O Recadastramento será realizado obedecendo aos seguintes períodos e fases, a saber:

Primeira Fase - Atualização dos dados cadastrais dos servidores, efetuada por meio eletrônico, onde o próprio servidor deverá acessar o site www.jaciara.mt.gov.br acessando uns dos links disponíveis ou diretamente em recadastramento.jaciara.mt.gov.br e realizar o preenchimento do formulário de atualização cadastral (pré-cadastro).

Segunda Fase - Validação documental, visando à complementação do recadastramento, em ato contínuo à atualização cadastral (pré-cadastro), onde o servidor deverá apresentar os documentos obrigatórios.

O atendimento para a validação será realizado de segunda a sexta-feira, das 12h00 às 18h00, observado o calendário e o local abaixo descritos:

a) De 01/05/2017 a 09/05/2017, para os servidores com mês de aniversário em Janeiro, Fevereiro, Março e Abril.

b) De 10/05/2017 a 20/05/2017, para os servidores com mês de aniversário Maio, Junho, Julho e Agosto.

c) De 21/05/2017 a 30/05/2017, para os servidores com mês de aniversário Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro.

POSTO DE ATENDIMENTO E VALIDAÇÃO DE CADASTRO

Prefeitura Municipal - Departamento de Recursos Humanos, localizado na Av. Antônio Ferreira Sobrinho, 1075 – Centro

Art. 3º - Para a validação do recadastramento, o servidor, após a primeira fase, deverá consolidar as informações prestadas, mediante a apresentação obrigatória de originais e respectivas cópias dos seguintes documentos, os quais deverão ser entregues nos Postos de Atendimento dispostos no art. 2°:

• Documento oficial de identificação com foto (RG, carteira nacional de habilitação ou registro profissional, com validade em todo território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional);

• Comprovante de residência atualizado (conta de água, luz, telefone ou cartão de crédito);

Art. 4º - A documentação descrita no artigo anterior deverá ser entregue no departamento de Recursos Humanos do Município conforme Art. 2° dentro o prazo determinado para finalização da segunda fase e para fins de consolidação das informações pela Secretaria de Administração e Finanças.

§1º Na validação cadastral, será assinado o Comprovante de Atualização Cadastral e uma declaração de não acúmulo de cargo público que será fornecido no ato da validação pelo departamento de Recursos Humanos.

Art. 5º - Os servidores que por algum motivo se encontrem incapacitados de comparecerem aos locais para validação do recadastramento disponibilizados no art. 2°, deverão fazer-se representar por procurador legalmente habilitado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6° - O Recadastramento de que trata o artigo 1° possui caráter obrigatório e será realizado na forma estabelecida nesta Portaria.

Art.7° - Os servidores da Administração Pública Municipal integrantes do quadro efetivo, comissionado e contratado que não realizarem a sua atualização cadastral no prazo previsto no artigo 2º desta Portaria, terão o pagamento de sua remuneração suspenso a partir da competência de Maio de 2017.

§1º Na hipótese prevista no "caput" deste artigo, o restabelecimento do pagamento dependerá do comparecimento do servidor perante o Departamento de recursos humanos para a realização da atualização cadastral.

§2º - O restabelecimento do pagamento dar-se-á em folha de pagamento, versão normal, no mesmo mês de comparecimento do servidor, ou no mês subsequente, caso encerrado o período de atualização da folha de pagamento estabelecido em cronograma próprio.

Art. 8º - O servidor público é pessoalmente responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art. 9° - Ficam designados os servidores Mauro Bosco Cabral, Ana Margareth Soehn e Tâmara Andrade Fagundes, como coordenadores do Recadastramento.

Art. 10 – A Administração Municipal, através da Secretaria de Educação, estará disponibilizando o NTM (Núcleo de Tecnologia do Município) que fica localizado na Rua Jurucê, esquina com a Rua Guaicurus, para os servidores que encontrarem dificuldades no acesso ou preenchimento das informações, que não possuem acesso à internet e/ou conhecimento em informática.

Art. 11 – Os casos não especificados nesta Portaria serão analisados e decididos pelo Secretário de Administração e Finanças.

Art. 12 - Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Jaciara-MT, 13 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 062/17, de 13 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº. 1.211, de 10 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO o Ofício nº 105/2017, onde o Secretário Municipal de Saúde solicita a nomeação no Cargo de Chefe de Equipe;

CONSIDERANDO, o Ofício nº 121/2017, do Secretário Municipal de Saúde, onde solicita a correção de nomeação para o cargo de Dirigente de Setor;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, Cristiane Castro da Cunha, do Cargo em Comissão de Chefe de Equipe, a partir de 17 de fevereiro de 2017;

Art. 2º - NOMEAR, Cristiane Castro da Cunha, para exercer o Cargo em Comissão de Dirigente de Setor, a partir de 17 de fevereiro de 2017;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 13 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 63/2017, DE 10 MARÇO DE 2017

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA – UNIDADE EXECUTORA LOCAL DO PAC II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Jaciara-MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

CONSIDERANDO a Orientação Operacional Ministério das Cidades, para o PAC II;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os membros da UNIDADE EXECUTORA LOCAL – UEL, subordinada e vinculada ao Gabinete do Prefeito do Município de Jaciara, para, na qualidade de membros de Comissão Especial, promoverem a análise de técnica dos procedimentos licitatórios afetos ao PAC II.

Artigo 2º - Os membros da UNIDADE EXECUTORA LOCAL – UEL passam a ser os abaixo indicados:

Coordenador Geral – Célio Caetano dos Santos

Coordenador de Engenharia – Amarildo Ticianel

Coordenadora de Trabalho Social – Lucinei Alves da Silva

Arquiteta – Charlene Souza Guimarães

Psicóloga – Suzana Caetano dos Santos Scaranaro

Coordenadora de Regularização Fundiária e Profissional com Conhecimento em Regularização – Adriana Casarotto

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - EM 10 DE MARÇO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CÉLIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 064/17 13 de Março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR o servidor ERIC EDRAS DE SOUZA MENDONÇA, como FISCAL DE CONTRATO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS; a partir de 09 de Março de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 13 de Março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CÉLIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 065/17, de 13 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, como Fiscal de Contratos da Secretaria de Infraestrutura e Obras, ANDERSON ROBERTO FRANÇA SOBRINHO, a partir de 09 de março de 2017;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 13 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 066/17, de 13 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os seguintes membros para a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, a partir de 08 de Fevereiro de 2017;

- Ivan de Almeida Silva – Contabilidade;

- Amarildo Ticianel – Engenharia;

- Ronaldo Santos Gomes – Tributação;

- Marcos Vinicios de Jesus Abrahão (suplente) – Patrimônio;

- Alderi Ferreira de Moraes (suplente) – Tecnologia de Informação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 13 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 067/17, de 17 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os Ofícios nº 123, 127, 135, 139 e 162 do Secretário Municipal de Saúde, onde solicita a nomeação de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, respectivamente, os funcionários abaixo, para exercerem os Cargos em Comissão, na Secretaria Municipal de Saúde:

- Pamela Mara de Souza Nunes, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 01 de março de 2017;

- Sandra Santos Silva, no cargo de Coordenadora do CAPS, a partir de 01 de março de 2017;

- Jéssica Terezinha Fialho dos Santos, no cargo de Coordenadora da Fisioterapia, a partir de 01 de março de 2017;

- Fabricio Carvalho de Sousa Fabian, no cargo de Assessor Adjunto, a partir de 01 de março de 2017;

- Aldenir Silva Santos, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 068/17, de 17 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO o termos do Ofício nº 070/2017 do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, onde solicita a nomeação de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os funcionários abaixo, para exercerem os Cargos em Comissão, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

- Eliete Maria Lima da Silva, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 02 de março de 2017;

- Viviane Bezerra da Silva, no cargo de Chefe de Equipe, a partir do dia 06 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 069/17, de 17 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 030/2017 da Superintendente da Secretaria Municipal de Gestão Social, onde solicita a nomeação e exoneração de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo, dos Cargos em Comissão, da Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Elinete de Aviz Bannai, do cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de março de 2017;

- Thayane Andrade Gomes Santana, do cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir do dia 01 de março de 2017.

Artº 2º - NOMEAR os funcionários abaixo, para exercerem Cargos em Comissão, na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Thayane Andrade Gomes Santana, no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 02 de março de 2017;

- Elinete de Aviz Bannai, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir do dia 02 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 070/2017, de 17 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Termo de Cessão nº 02/2017,

RESOLVE:

Artº 1º - CONCEDER a cedência de Catia Aparecida Moura Pasqualotto, nos termos do Art. 130, II, da Lei nº 1.208/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de 24 de fevereiro de 2017, para o Estado de Mato Grosso, onde será lotada na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social.

§1º - A cedência terá vigência entre 24/02/2017 a 31/12/2018, podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§2º - A cedência será com ônus para o Estado, conforme Termo de Cessão nº 02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 071/17, de 17 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o Paulo Roberto da Silva, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Departamento do DAE, a partir de 03 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 072/17, 21 DE MARÇO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, Estado de Mato Grosso,

no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR para compor a Comissão de Avaliação dos bens Móveis e Imóveis, para fins de procedimentos licitatórios, os seguintes servidores:

TITULARES:

Jefferson Luiz Viana

Canuto do Nascimento

Charlene Souza Guimarães

SUPLENTES:

Ivan de Almeida Silva

Francisca Moreira do Nascimento

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 21 de Março de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 73/17, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

"NOMEIA A SERVIDORA LUCIANA BATISTA DA CRUZ PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Servidora LUCIANA BATISTA DA CRUZ, para exercer o cargo efetivo, para os qual foi aprovada através do Concurso Público 01/14, do Município de Jaciara, a partir do dia 17 de Março de 2017.

LUCIANA BATISTA DA CRUZ

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Art. 2º - O vencimento a que terá direito a nomeada acima relacionada, será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos à partir de 17/03/2017, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 21 de Março de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 074/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, como Fiscal de Obras, do Contrato 005/2017 – "Contratação de empresa especializada para conclusão da Obra de Sistema de Abastecimento de Água do Município de Jaciara-MT, AMARILDO TICIANEL, a partir de 21 de março de 2017;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 075/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 130, da Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - Autorizar a CEDENCIA da Servidora Aldeli Claudia Oliveira, efetiva no Cargo de Monitor de Divulgação e Promoção do Município de Jaciara, para exercer suas funções no TRE, a partir de 02/01/2017 a 31/12/2017, com ônus para o Município.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 076/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 130, da Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - Autorizar a CEDENCIA da Servidora Débora Schmidt da Silva, efetiva no Cargo de Oficial Administrativo do Município de Jaciara, para exercer suas funções no TRE, a partir de 02/01/2017 a 31/12/2017, com ônus para o Município.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 077/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o Senhor PLAUTINO MARTINS SANTANA, como Coordenador, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 078/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o Patrycia Moreira Pinto Assunção, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Fisioterapia, a partir de 10 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 079/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o Charles Fernando Jorge de Souza, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Governo, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 080/17, de 22 de março de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, como Fiscal de Obras, do Contrato 036/2016 – "Contratação de empresa especializada para continuidade da Obra do Sistema de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos – Aterro Sanitário do Município de Jaciara-MT, AMARILDO TICIANEL, a partir de 07 de Novembro de 2016;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 081/17 de 29 DE MARÇO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR a servidora Michele Aurea Aleixo Camillo, como FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria de Assistência Social pela Portaria nº. 015/17 de 25 de Janeiro de 2017; a partir de 29 de Março de 2017;

Art. 2º - NOMEAR, a servidora abaixo relacionada para exercer o respectivo cargo de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria de Assistência Social pela Portaria nº. 015/17 de 25 de Janeiro de 2017; a partir de 29 de Março de 2017;

- Lorrainy Leonel Camargo

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/17 de 03 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o servidor Esdras Paulo Silva Vasconcelos, do cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de abril de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 083/17, de 03 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, Patricia Maria Bento Lins, do Cargo Comissionado de Controladora Interna, a partir do dia 01 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 03 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 084/17, de 03 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, Audyneia Rocha Almeida Ferreira, para exercer o Cargo Comissionado de Controladora Interna, a partir do dia 01 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 03 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 085/17, de 03 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, Simone Clelia Serante, para exercer o Cargo Comissionado de Dirigente de Setor, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a partir do dia 15 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 03 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 086/17, de 03 de Abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, na função de Diretor da Diretoria de Esporte e Lazer (DEL), SINVAL CHICARINO CAIRES, a partir de 01 de março de 2017;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

ADNAN ALLI AHMAD

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 088/17, de 05 de Abril de 2017

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS . "

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o auto de prisão em flagrante ocorrido na data de 04/04/2017, consubstanciado no Boletim de ocorrência de nº 2017. 114331, envolvendo funcionários e bens móveis de propriedade do Município;

Considerando a necessidade de apurar eventual responsabilidade de agentes públicos ou políticos , bem como o detalhamento do ocorrido, a fim de dar transparência e elucidar qualquer dubiedade.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar procedimento administrativo para apurar o fato acima descrito, em decorrência do Boletim de Ocorrência de nº 2017. 114331- DEPOL DE JACIARA/MT.

Art. 2º - Nomear, em apartado, as comissões de inquérito e sindicância para acompanhar este e demais procedimentos que eventualmente possam ocorrer dentro dessa Municipalidade;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretario de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 089/17, de 05 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 118, da Lei Municipal nº 1.208/ 2009, de 02 de dezembro de 2009, onde prevê a Licença para o Desempenho de Mandato Classista;

CONSIDERANDO o requerimento datado de 04 de abril de 2017, do Servidor Evaldo Rezende Duarte, onde solicita Licença;

RESOLVE:

Artº 1º - Autorizar a CEDENCIA do Servidor Evaldo Rezende Duarte, efetivo no Cargo de Oficial Administrativo do Município de Jaciara, para exercer a função de Presidente do SISPJACI, a partir de 02/01/ 2017 a 11/12/2017, com ônus para o Município.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de abril de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 090/17, de 05 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 037/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Social, onde solicita a exoneração e nomeação de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo, dos Cargos em Comissão, da Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Márcia Moreira dos Santos, do cargo de Diretora de Departamento, a partir de 31 de março de 2017;

- Norma Batista de Souza, do cargo de Coordenadora, a partir do dia 31 de março de 2017;

- Silvia das Chagas Lendengues, do cargo de Dirigente de Setor, a partir de 31 de março de 2017.

Artº 2º - NOMEAR os funcionários abaixo, para exercerem Cargos em Comissão, na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Norma Batista de Souza, no cargo de Diretora de Departamento, a partir de 01 de abril de 2017;

- Edileuza da Silva Oliveira, no cargo de Dirigente de Setor a partir de 16 de fevereiro de 2017;

- Gislene Mara Cardozo, no cargo de Coordenadora, a partir de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de abril de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 091/17, de 05 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, a Senhora JOSEFA MARIA FERREIRA DOS SANTOS, como Coordenadora, na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 092/17, de 07 Abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os seguintes membros TITULARES e SUPLENTES, representantes dos respectivos órgãos, que integram o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL – CMAS – JACIARA 2016/2018, a partir de 07 de Abril de 2017;

MEMBROS GOVERNAMENTAIS:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Adriana de Souza Melo

Suplente: Milena Pereira Sampaio

Titular: Eliane Bartuci

Suplente: Norma Batista de Souza Ribeiro

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Ana Paula Barbosa Bueno

Suplente: Elizabete Santos Fernandes

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Mari Rosi de Oliveira Silva

Suplente: Irene Ferreira Leite

IV – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Titular: Maria Helena da Silva

Suplente: Valdete Regina de Jesus

V – REPRESENTANTE DA EMPAER

Titular: Ilton Batista Camilo

Suplente: Jéssica Coutinho da Silva

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTE DA UNIÃO JACIARENSE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:

Titular: Antônio Florêncio dos Santos Junior

Suplente: Helen Criscie Nascimento Silva

II – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI

Titular: Sibila Cecília Seidenfus

Suplente: Lucia Antônia Melquíades

III – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS

Titular: Maria Madalena Machado da Silva

Suplente: Luciana Silva Xavier Calou

IV – REPRESENTANTE DO ABRIGO SOMBRA DA ACÁCIA

Titular: José Antônio Scarpin

Suplente: Edimar Felicio

V – REPRESENTANTE DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Titular: Giselli Damacena Machado

Suplente: Rosa Maria Ferreira Brito

VI – REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Titular: José Eduardo Rodrigues Daleffe

Suplente: Juliana Moreira de Lima Bortolini

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 093/17, DE 10 ABRIL DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC - expedida pela PREVIDÊNCIA SOCIAL Protocolo nº 10001150.1.00012/17-7 emitida em 22.03.2017, NIT Nº1902078885-2, conforme Leis n. 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94;

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 07/03/2005 à 18/11/2005; 09/02/2009 à 05/11/2012; 22/02/2013 à 26/05/2014; 01/10/2008 a 31/10/2008; 01/01/2009 à 31/01/2009; 01/12/2012 à 31/12/2012; 01/10/2014 à 31/10/2014;

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora MARIA AILI FERREIRA DE MELO RODRIGUES, MATRÍCULA 8936, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 07/03/2005 à 18/11/2005; 09/02/2009 à 05/11/2012; 22/02/2013 à 26/05/2014; 01/10/2008 a 31/10/2008; 01/01/2009 à 31/01/2009; 01/12/2012 à 31/12/2012; 01/10/2014 à 31/10/2014; num total de 2204 dias, correspondendo a 06(seis) anos e 14(quatorze) dias, no poder público na iniciativa privada reconhecidos pelo INSS – PREVIDÊNCIA SOCIAL, pela servidora MARIA AILI FERREIRA DE MELO RODRIGUES , para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 094/17, 12 de abril de 2017

"INSTITUI A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO E ORIENTAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE JACIARA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA O ANO DE 2017".

O Prefeito Municipal de Jaciara, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,no uso de suas atribuições legais, e dando cumprimento à o que preconiza o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1211/2009 Art. 78 parágrafo 1º modificada pela Lei 1498/2013 e demais legislações pertinentes.

Considerando a necessidade de contratação temporária, em substituição aos profissionais em afastamentos para compor a equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer e nas funções de Direção e Coordenação, previstas no estatuto do servidor público, bem como licenças maternidade e de saúde, licença para qualificação profissional e vacância, conforme previsão nas Leis Municipais Lei nº. 1.211, de 10 de dezembro de 2009,Lei nº 1. 158/2009, alterada pela Lei nº 1.228/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir comissão responsável pela condução e orientação do processo de atribuição de aulas para o ano letivo de 2017, que será composta pelos seguintes membros:

Adnan Alli Ahmad

Secretário Municipal de Educação

IanariaTabosa Lopes

Secretaria Municipal de Educação

João Pedro Ricardo de Arruda

Professor da Rede municipal de Educação

Marcia Cristina Ferreira Farias Geraldo

Diretora da Escola Municipal Maria Villany Delmondes

Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues

Advogada do setor jurídico da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT

Doralice Vieira da Castro

Presidente do SINTEP/sub sede Jaciara-MT.

JosimarMarsuel Matsumoto

Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT

Art. 2º. A comissão acima constituída deverá conduzir e orientar o Processo Seletivo Simplificado, bem como acompanhar de atribuição de classes e aulas e composição do quadro de servidores das unidades escolares, diretoria de Desporto e Secretaria Adjunto de Cultura para o ano de 2017, bem como sistematizar as regras do Edital do Processo Seletivo Simplificadoque serão expedidos para regulamentação do processo.

Art. 3º. Os trabalhos da referida comissão serão coordenados pelo servidor João Pedro Ricardo de Arruda, professor da rede Municipal de Educação.

Art.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Jaciara – MT, 12 de abril de 2017.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal de Jaciara-MT

ADNAN ALLI AHMAD

Secretário de Educação

PORTARIA Nº 095/17 12 DE ABRIL DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR a servidora MORGANA GOMES GONÇALVES, como Técnica em Enfermagem; a partir de 13 de Abril de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 12 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 038/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: RICARDO DA SILVA RAITZ - MEI; OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços de Instalação, Manutenção Corretiva e Limpeza em aparelhos de ar condicionado, incluindo os materiais de limpeza e reposição de peças para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT";** PRAZO: 06 (seis) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 122.906,00 (Cento e vinte e dois mil, novecentos e seis reais); ASSINATURA: 19/10/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 037/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: JOSEPH DOUGLAS KONRAD DA SILVA - MEI; OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços de Instalação, Manutenção Corretiva e Limpeza em aparelhos de ar condicionado, incluindo os materiais de limpeza e reposição de peças para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT";** PRAZO: 06 (seis) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 135.460,00 (Cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais); ASSINATURA: 19/10/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA 2017 DE 96 À 167

PORTARIA Nº. 096/17, de 12 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os funcionários abaixo, para exercerem aos Cargos em Comissão, conforme segue:

- Vinicyus Higino de Arruda, para exercer o Cargo de Diretor de Departamento, a partir de 01 de abril de 2017;

- Anderson Roberto França Sobrinho, para exercer o Cargo de Diretor Técnico, a partir de 10 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 12 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 097/17, de 17 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o Senhor PEDRO PAULO RUIZ, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador do DAE, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, o Senhor JOEL DE SOUZA LIMA, para exercer o Cargo em Comissão, de Secretario Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, a partir de 15 de abril de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 098/17, de 17 de Abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, os seguintes membros para a COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O BIÊNIO 2017-2019, a partir de 17 de Abril de 2017;

- Aldemira Teles da Silva (Representante dos pais);

- Mariley de Oliveira Freitas (Assessora Pedagógica);

- Maria Lourdes Squario Romero (Representante dos professores Estaduais);

- Doralice Vieira de Castro (Representante dos professores Municipais);

- Jeferson Silva dos Santos (Representante do Poder Executivo Municipal);

- João Ferreira Fonseca (Representante do Conselho do FUNDEB/PNATE).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

ADNAN ALLI AHMAD

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 099/17, de 18 de Abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes cidadãos, como membros do Conselho Municipal Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social, no período de 2 anos como recondução da nomeação do decreto de nº 3.234/2015 de 21 de Maio de 2015 ,nos termos da Lei Municipal 1.148\09:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

TITULAR: CÉLIO CAETANO DOS SANTOS.

SUPLENTE: ADRIANA CASAROTTO.

2) REPRESENTANTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL- (CEF)

TITULAR: GILLIARD BELTRÃO.

SUPLENTE: LUCIANA BRITO DE SOUZA.

REPRESENTANTE DO CREA-MT

TITULAR: MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROSIN.

SUPLENTE: CHARLES FERNANDO JORGE DE SOUZA.

REPRESENTANTE DOS BENEFICIÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO

TITULAR: MÁRCIA GODOI DE LIMA

SUPLENTE: MARIA APARECIDA DOS SANTOS.

REPRESENTANTE DO DAE

TITULAR: ANDREIA FACCO GONÇALVES.

SUPLENTE: ODAIR FRANSCISCO NOGUEIRA.

6) REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL

TITULAR: MARLUCIA ANDRADE GOMES.

SUPLENTE: ERENO GIACOMELLI DOS SANTOS.

REPRESENTANTE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS

TITULAR: PR.GIDEON FERREIRA DE FRANÇA.

SUPLENTE: RONALDO ATANÁZIO DE SOUZA.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE GESTÃO SOCIAL

TITULAR: QUEILA CARDOSO GOMES.

SUPLENTE: ELIANE BARTUCCI MARCATO.

Art. 2º - Haja vista que a Associação de Moradores de Bairros de Jaciara encontra-se desativada e sendo necessário a representatividade da sociedade civil no Conselho Municipal Gestor do Fundo de Habitação, determina a substituição dos mesmos por representantes do Bolsa Família , para garantir a paridade no conselho respeitando o interesse da sociedade.

Art. 3°- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, e serão revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 18 de Abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.° 100 DE 18 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI a ser executado no âmbito do Sistema de Controle Interno do Município de Jaciara-MT para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal n.° 4.320/64, Lei Complementar Federal n.°101/2000, Lei Complementar Estadual n.° 202/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do e. TCE/MT;

CONSIDERANDO, que o Sistema de ControleInterno utiliza como técnica de trabalho o procedimento de auditoria;

CONSIDERANDO que a auditoria é um minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registrada de acordo com as orientações e normas legais nos termos do inciso III do artigo 2° da Lei Municipal n.° 1.317/2011;

CONSIDERANDO as atribuições do Controle Interno previstas pelo artigo 3° da Lei Municipal n.° 1.317/2011;

CONSIDERANDO queo PAAI / 2017 é o documento que orienta as normas para as Autorias Internas Programada, especificando os procedimentos, metodologia e prazos de trabalho a serem observados pelo Controle Interno,

RESOLVE:

Art.1º - Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Jaciara para o exercício financeiro de 2017, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiras, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Parágrafo Único - A auditoria interna é executada pela Controladoria Interna do Município, podendo para tanto requisitar apoio de outros órgãos e servidores municipais ou ainda promover a contratação de serviços profissionais terceirizados.

Art. 2º - A auditoria programada executada nos termos deste Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI levará em consideração minimamente o seguinte conteúdo:

I - Relatório Geral de Auditoria / Poder Executivo Municipal:

a) Receita

b) Despesa

c) Receita e Despesa

d) Restos a Pagar

e) Repasses ao Poder Legislativo

f) Recursos Vinculados à Educação

g) Prestação de Contas

h) Licitações, Dispensas e Inexigibilidade

i) Contratos

j) Encargos Previdenciários

l) Patrimônio

m) Recomendações

II - Relatório Geral de Auditoria / Fundo Municipal de Previdência dos Servidores:

Receitas

Despesas/Gastos no período

Geração de Despesa

Regras Previdenciárias

Avaliação Atuarial

Base de Cálculo para Contribuições Previdenciárias

Destinação dos Recursos Previdenciários

Benefícios Previdenciários/ Concessão de Benefícios

Operações de Crédito

Restos a Pagar

Disponibilidade Financeira

Patrimônio

Diárias

Adiantamentos Concedidos

Execução Orçamentária

Demonstrativos Financeiros

Procedimentos Licitatórios

Prestação de Contas

Atos de Gestão

Recomendações

Parágrafo único – Os Relatórios Específicos de Auditoria atenderão a dispositivos específicos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.° 01/2000).

Art. 3º - O Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI, abrangerá os atos e fatos administrativos ocorridos no período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 de acordo com o seguinte cronograma:

I - Relatório Geral de Auditoria / Poder Executivo

1° Trimestre	até 30 de abril de 2017
2° Trimestre	até 30 de julho de 2017
3° Trimestre	até 30 de outubro de 2017
4° Trimestre / Parecer Conclusivo	até 30 de março de 2018

II - Relatório Geral de Auditoria / RPPS

1° Trimestre	até 30 de abril de 2017
2° Trimestre	até 30 de julho de 2017
3°Trimestre	até 30 de outubro de 2017
4° Trimestre / Parecer Conclusivo	até 30 de março de 2018

III - Relatório Específico de Auditoria / Metas Fiscais / art. 9° LRF

1° Bimestre	até 30 de abril de 2017
2° Bimestre	até 30 de junho de 2017
3° Bimestre	até 30 de agosto de 2017
4° Bimestre	até 30 de outubro de 2017
5° Bimestre	Até 30 de dezembro de 2017
6° Bimestre	até 30 de fevereiro de 2018

IV - Relatório Específico de Auditoria / Despesa Total - Pessoal / art. 22 da LRF

1° Quadrimestre	até 30 de junho de 2017
2° Quadrimestre	até 30 de outubro de 2017
3° Quadrimestre	Até 28 de fevereiro de 2018

V - Relatório Específico de Auditoria / Limite da Dívida / art. 30, §4° da LRF

1° Quadrimestre	até 30 de junho de 2017
2° Quadrimestre	até 30 de outubro de 2017
3° Quadrimestre	até 28 de fevereiro de 2018

Parágrafo único – Os prazos previstos neste artigo ficam estendidos até o primeiro dia útil seguinte ao seu vencimento quando coincidirem com dias não úteis e/ou de pontos facultativos.

Art. 4°- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Jaciara – MT, 18 de abril de 2017.

Abduljabar Galvin Mohammad

Prefeito Municipal de Jaciara - MT

PORTARIA Nº. 101/17, de 20 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, a servidora Fabricia Dutra Ribeiro da Costa Oliveira, do cargo de Chefe de Equipe, a partir de 20/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 20 de abril de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 102/17, de 25 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **EXONERAR**, as servidoras abaixo dos Cargos em Comissão, de seus respectivos cargos, a partir de 01 de abril de 2017, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde:

- Cristiane Castro da Cunha – do cargo Dirigente de Setor

- Jéssica Terezinha Fialho dos Santos – do Cargo de Coordenadora

- Devanir Xavier de Oliveira – do Cargo de Chefe de Equipe.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposição em contrário.

Jaciara-MT, 25 de abril de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. º 103 DE ABRIL DE 2017

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jaciara, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE o seguinte:

Art. 1º. Nomeia os seguintes membros para o Conselho Municipal de Fethab:

Representantes do Poder Executivo:

JOZIMAR ELIELTON DA SILVA

CELIO CAETANO DOS SANTOS

CARLOS HENRIQUE LOPES DOS SANCHES

JOEL DA SILVA LIMA

CHARLES FERNANDES JORGE DE SOUZA

Representantes da Sociedade Civil Organizada :

ANTONIO FIGUEREDO MEI

ALCINDO JORGE SHINOCA

JULIANA MOREIRA DE LIMA BORTOLINI

LEOMAR RODRIGUES DE SOUZA

SILVINO ALCIDES BORTOLINI

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Jaciara, 27 de abril de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - EM 27 DE ABRIL DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 104/17, de 25 de abril de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **NOMEAR**, as servidoras abaixo nos respectivos Cargos em Comissão, a partir de 01 de abril de 2017, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde:

- Cristiane Castro da Cunha – do cargo Coordenadora

- Jéssica Terezinha Fialho dos Santos – do Cargo de Diretora de Departamento

- Devanir Xavier de Oliveira – do Cargo de Dirigente de Setor

- Eliane Cabral da Cunha – no Cargo de Coordenadora.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 25 de abril de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 105/17 02 de Maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º - **EXONERAR** a servidora ANDREIA BRASIL DE SOUZA, como ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTARIO; a partir de 11 de Março de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 02 de Maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 106/17, 03 DE MAIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - NOMEAR para compor a Comissão Organizadora da 7º Conferência Municipal

de Assistência Social de Jaciara, os seguintes servidores:

Art. 2º - Designar os responsáveis pela organização da Conferência, desde a divulgação até a plenária final e elaboração de relatório final.

Art. 3º - Nomear os seguintes conselheiros para compor a comissão organizadora da 7ª Conferência Municipal de Assistência Social:

I – Maria Madalena Machado Silva;

II – Lucinei Alves de Souza;

III – Ana Paula Barbosa Bueno;

IV – Antônio Florêncio dos Santos Junior.

Art. 4º Nomear como Apoio Administrativo à comissão organizadora, as seguintes

funcionárias:

I – Maria Izabel de Arruda;

II – Queila de Oliveira Cardoso Gomes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições

em contrário.

Jaciara- MT, 03 de Maio de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/17, de 05 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **NOMEAR**, os servidores abaixo nos respectivos Cargos em Comissão:

- Clinton Davisson Fialho – no cargo Coordenador, a partir de 02 de maio de 2017;

- Camila Caroline Cabral da Costa – do Cargo de Coordenadora, a partir de 02 de maio de 2017;

- Eunice Arruda de Oliveira – no Cargo de Chefe Equipe, a partir de 02 de maio de 2017;

- Leudite Marques da Silva – no Cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 108/17, de 05 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 067/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Social, onde solicita a exoneração e nomeação de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo, dos Cargos em Comissão, da Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Valber Rezende de Oliveira, do cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 30 de abril de 2017;

- Edileuza da Silva Oliveira, do cargo de Dirigente de Setor, a partir do dia 30 de abril de 2017;

Artº 2º - NOMEAR os funcionários abaixo, para exercerem Cargos em Comissão, na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Everton Aparecido Domiciano dos Santos, no cargo de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 01 de maio de 2017;

- Fernanda Cátia Galdina da Costa, no cargo de Dirigente de Setor a partir de 01 de maio de 2017;

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 109/17, 09 DE MAIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º - REVOGAR, a portaria nº. 116/2016 de 19 de Agosto de 2016, que Institui a Comissão Colaborativa para Acompanhar a implantação do Sistema Municipal de Cultura de Jaciara, tendo em vista que o procedimento para essa ação deve obedecer aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 09 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

ADNAN ALLI AHMAD

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 110/17, DE 10 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO emitida em 28/08/2014.**

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 04/04/1979 à 28/02/1989.

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora **HELENITA MARQUES DOURADO**, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 04/04/1979 à 28/02/1989; **correspondendo a 09 (nove) anos e 08 (oito) meses 26 (vinte e seis) dias,** no **poder público** reconhecido pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, **pela servidora HELENITA MARQUES DOURADO, para fins previdenciários**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de Maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 111/2017, DE 22 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Termo de Cessão nº 03/2017,

RESOLVE:

Artº 1º - CONCEDER a cedência de THAIS DEGASPERY SACARDI, nos termos do Art. 130, II, da Lei nº 1.208/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de 27 de Março de 2017, para o Estado de Mato Grosso, onde será lotada na SEDUC - Secretaria de Educação do Estado, Cuiabá-MT.

§1º - A cedência terá vigência entre 27/03/2017 a 27/03/2018, podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§2º - A cedência será com ônus para o Estado, conforme Termo de Cessão nº 03/2017, anexa à presente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/17, de 18 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **NOMEAR**, os servidores abaixo nos respectivos Cargos em Comissão:

- Fabio Pedroso da Silva - no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 27 de abril de 2017, no Sine;

- Cleide Leão Costa – no Cargo de Dirigente de Setor, a partir de 27 de abril de 2017, no Lar;

- Leonel Dominique O. Vasconcelos – no Cargo de Coordenador, a partir de 02 de maio de 2017, Governo.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 18 de maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 113/2017, DE 19 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artº 1º- DesignarANA PAULA B. BUENO, professora , portadora do CPF n◦ 571.906.661-68, como responsável pelo acompanhamento do Sistema de Cultura, nos termos do acordo de cooperação federativa .

Art. 2º - A servidora designada terá a incumbência de dar cumprimento às obrigações pactuadas , já ou futuramente detalhadas em metas descritas no Plano de Trabalho e encaminhamento dos assuntos pertinentes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 19 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 115/17, de 22 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 149/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, onde solicita a exoneração e nomeação de funcionário;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o funcionário Ernande Sousa Pereira, do cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de abril de 2017.

Artº 2º - NOMEAR o funcionário Ernande Sousa Pereira, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 116/17, de 22 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os termos dos Ofícios nº 082/2017 e 095/2017, da Secretaria Municipal de Gestão Social, onde solicita a exoneração e nomeação de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo, dos Cargos em Comissão, da Secretaria Municipal de Gestão Social, a partir de 18 de maio de 2017:

- Sandra Regina Ferreira Duarte – do cargo de Dirigente de Setor.

- Jaqueline Pereira da Costa - do cargo de Chefe de Equipe.

Art. 2º - NOMEAR As funcionárias abaixo para exercerem Cargos em Comissão:

- Marli de Souza Silva - no cargo de Chefe de Equipe, a partir de 19 de maio de 2017.

- Talita Nascimento Nogueira - no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 22 de maio de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 117/2017, DE 22 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o pedido de exoneração da Servidora:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratar de interesses particulares, por 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, a partir de 10/05/2017, à Servidora abaixo:

ROSIANE MAHARA ANDRADE, Professora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 118/17, DE 23 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, os seguintes membros para o Comitê do PDI:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Claudio Ximenes Lopes;

Secretaria Municipal de Assistência Social: Luciana Cristina dos Santos;

Secretaria Municipal de Saúde: Audimar Rocha dos Santos;

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer: Adnan Alli Ahmad;

Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente: Joel de Souza Lima;

Secretaria Municipal de Secretaria de Infraestrutura: Josimar Elielton da Silva;

Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio: Célio Caetano dos Santos;

Secretaria Municipal de Governo: Charles Fernando Jorge de Souza.

Art. 2º - O cronograma com as datas em que o Comitê deverá reunir-se, constante do anexo único, é parte integrante desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES 2017

Data	Horário	Local
26 e 27/06/2017	8 horas	Gabinete
28 e 29/08/2017	8 horas	Gabinete
25 e 26/09/2017	8 horas	Gabinete
24 e 25/10/2017	8 horas	Gabinete
23 e 24/11/2017	8 horas	Gabinete

PORTARIA Nº. 119/17, de 23 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **EXONERAR,** os funcionários abaixo, dos Cargos em Comissão, a partir de 30 de abril de 2017:

- Plautino Martins Santana, do cargo de Coordenador, na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

- Marcos Antônio da Silva, do cargo de Diretor de Departamento de Compras.

Artº 2º - **NOMEAR** os funcionários abaixo, para exercerem Cargos em Comissão, a partir de 01 de maio de 2017:

- Marcos Antonio Silva - no cargo de Assessor Especial de Projetos e Programas Governamentais.

- Plautino Martins Santana - no Cargo de Diretor de Departamento.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 120/17, DE 23 DE MAIO DE 2017

"INSTITUI O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA, DEFINE DIRETRIZES GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família com a as seguintes competências:

I – Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visando o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

IV- Aprovar e dar publicidade as listas de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

V - Serão elegíveis para receber o benefício às famílias que residirem no município, com renda mensal *per capita* de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente, competindo ao Comitê excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima, nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

VI – A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais, composta por Agentes de Saúde e Assistentes Sociais dos municípios, competindo ao Comitê Municipal à aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas pelo Programa, que serão posteriormente homologadas pelo Comitê Estadual.

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor.

Art. 3º - O Comitê Gestor Municipal, será constituído pelo Gestor (a) (Secretário (a)) Municipal de Assistência Social, que o presidirá, e pelos titulares e suplentes dos seguintes órgãos/instituições/associações:

Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Representante de instituição não governamental;

Representante da sociedade civil.

§ 1º – Caberá à Presidente do Comitê Municipal, a Secretária Municipal de Assistência Social, o convite para que as instituições e órgãos que comporão o Comitê façam a indicação de suas representações, titulares e suplentes.

§ 2º - O Presidente do Comitê Municipal deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supra mencionada, os seguintes integrantes:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **QUEILA GOMES CARDOSO** como respectivo suplente;

LUCIANA MARTINS, representando a Secretaria Municipal de Saúde**LILIANE DELFINO GUIMARÃES**, como respectivo suplente;

II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:

MICHELE AUREA ALEIXO CAMILLO e **MILENA PEREIRA SAMPAIO DE OLIVEIRA** como respectivo suplente;

III – Representantes de Instituições Não Governamentais:

MARLÚCIA ANDRADE, representando a Instituição Sindicato Rural de Jaciara-MT e **ERENO GIACOMELLI** como respectivo suplente;

IV – Representantes da sociedade civil:

GISELE CRISTINA ALEIXO CAMILLO, **EDUARDO MARTINS** representando a sociedade civil

Art. 6º - As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 121/17, DE 23 DE MAIO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ DEFINE DIRETRIZES GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Fica instituído o Comitê Gestor no âmbito Municipal do Programa Criança Feliz, de caráter Intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida em consonância com a Lei nº 13.257 de 08 de março de 2016, regulamentada pelo Decreto Presidencial 8.869 de 05 de outubro de 2016.

Parágrafo Único: Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros seis anos completos ou os setenta e dois meses de vida da criança.

Art. 2º - O Programa Criança Feliz atenderá gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias e priorizará:

I – gestantes crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

II - crianças de até seis anos e suas famílias beneficiarias do Beneficio de Prestação Continuada; e

III – crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas famílias.

Art. 3º - O Comitê Gestor do Programa Criança Feliz, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a atribuição de planejar e articular os componentes do Programa Criança Feliz será composto por representantes dos seguintes seguimentos:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Michele Áurea Aleixo Camillo;

Suplente: Adriana Martins.

Secretaria Municipal de Educação

Titular: IanáriaTabosa Lopes;

Suplente: Maria Madalena Caixeta.

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Luciana Martins;

Suplente: Liliane Delfino Guimarães.

Secretaria Municipal de Cultura

Titular: Guilherme Cardoso Mendes;

Suplente: Jean Alli.

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Titular: Suzana Caetano;

Suplente: Valquíria Amaral.

§ 4º A participação dos represented do Comitê Gestor será considerada prestação de serviços público relevante, não remunerado.

§ 5º A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que prestará o apoio administrativo e disponibilizará os meios necessários à execução de suas atividades.

Art. 4º - São atribuições do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz:

- No planejamento dos Componentes e da sua articulação;

- Nas contribuições à formulação e regulamentação do Programa em cada esfera, de modo a refletir seu caráter intersetorial e as responsabilidades das diferentes políticas que o integram;

- Na elaboração de diagnóstico e informações sobre o público prioritário do Programa e a rede de atendimento já disponível para seu atendimento;

- No apoio à elaboração de materiais para capacitação, nas ações de mobilização e capacitação e no acompanhamento da implantação.

- Na definição de estratégias e fluxos que fortaleçam a atuação em rede em torno das visitas domiciliares, de modo a assegurar a integralidade da atenção.

Art. 5º - O funcionamento do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância será disciplinado em seu regimento interno, que deverá ser aprovado em ato pela Secretaria Municipal de Assistência Social no prazo de sessenta dias, contados da data de sua constituição.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 122/17, de 25 DE MARÇO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, como Fiscal Chefe de Núcleo Administrativo, no Centro Integrado de Atenção e Atendimento em Saúde – CIAAS, **EVALDO DOS SANTOS**, a partir de 02/05/2017;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 25 de Março de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 124/2017, DE 29 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga, a pedido, a licença não remunerada concedida a servidora;

Art. 2º - A servidora ANDREIA DA CRUZ, lotada na Vigilância Sanitária, retornará as suas atividades em **15/05/2017**;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 125/17, DE 30 DE MAIO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, os seguintes membros para o Conselho de Alimentação Escolar:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Edson Tavares da Silva

Suplente: IanáriaTabosa Lopes

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: Sonia Maria Araújo

Suplente: Doralice Vieira de Castro

REPRESENTANTES DE DIRETORES

Titular:Sidney Francisco Gomes

Suplente:Marcia Cristina Farias

REPRESENTANTES DE PAIS

Titular: Lizandra de França Nascimento

Suplente: Maria Cícera Gomes dos Santos

Titular: Adzimar Ferreira Mendonça

Suplente: Edilaine Ramos da Silva

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: **C**lebersomYekert da Cunha

Suplente: Maria Aparecida dos Santos

Titular: Laercio Ledesma Gamarra

Suplente: Francisco Canidé da Silva

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Maio de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 126/17, de 31 de maio de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **EXONERAR** o funcionário Paulo Ricardo Franco Emidio da Silva do Cargo em Comissão de Assessor Adjunto de Contratos Licitatórios, a partir de 30 de abril de 2017.

Art. 2º - **NOMEAR** o funcionário Paulo Ricardo Franco Emidio da Silva no cargo de Controlador Geral do PAC a partir de 01 de maio de 2017:

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 31 de maio de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 127/17, de 01 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o servidor Adnan Alli Ahmad, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 31 de maio de 2017.

Artº 2º - NOMEAR a funcionária Benedita Neire Almeida de Magalhaes no Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nas datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 128/17, de 01 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o funcionário Fabricio Gomes Almeida, do cargo de Coordenador da Junta de Serviço Militar, a partir de 31 de maio de 2017.

Artº 2º - NOMEAR o funcionário Diego Assalin dos Santos no Cargo de Coordenador da Junta de Serviço Militar, a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nas datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 129/17, de 01 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO os Ofícios nº 096/2017 e 100/2017, da Secretaria Municipal de Gestão Social;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo dos respectivos Cargos Comissionados:

- Gabriel Paulino dos Santos, do Cargo de Chefe de Equipe, a partir de 31 de maio de 2017.

- Fernanda Cátia Galdina da Costa, do cargo de Dirigente de Setor a partir de 25 de maio de 2017.

Artº 2º - NOMEAR os funcionários abaixo nos respectivos Cargos Comissionados a partir de 01 de junho de 2017, na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Maria Antonia Ferreira da Silva Barbosa, no Cargo em Comissão de Chefe de Equipe.

- Katia Soares Barbosa, no Cargo em Comissão de Dirigente de Setor.

- Gabriel Paulino dos Santos, no Cargo em Comissão de Dirigente de Setor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nas datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 130/17, DE 02 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Instituir a comissão provisória do conselho municipal de cidade, com proporcionalidade de 60% de membros da Sociedade e Civil e 40% Poder Público, seguindo a proporcionalidade exigida no Conselho Nacional, do Decreto nº. 5.790, de 25 de Maio de 2006, conforme anexo I desta resolução, nomeando como representantes os membros do conselho de habitação;

Art. 2º - Os membros da Sociedade Civil serão compostos por entidades de movimentos populares, empresariais, de trabalhadores, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e organizações não-governamentais;

Art. 3º - A comissão provisória será responsável pela mobilização dos segmentos para a elaboração do texto base do projeto de lei de criação do conselho municipal de cidade a ser encaminhada a Câmara Municipal do Município de Jaciara-MT para aprovação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 02 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO – I

Nº.	SEGMENTO	REPRESENTANTE
01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	CÉLIO CAETANO DOS SANTOS
02	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	GILIARD BELTRÃO
03	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE	ANDREIA FACCO GONÇALVES
04	CREA-MT	MANOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA ROSIN
05	BENEFICIÁRIOS DO CADASTRO ÚNICO	MÁRCIA GODOI DE LIMA
06	SINDICATO RURAL DE JACIARA	MARLÚCIA ANDRADE GOMES
07	ENTIDADE RELIGIOSA	GIDEON FERREIRA DE FRANÇA

PORTARIA Nº. 131/17, DE 06 DE JUNHO DE 2017.

"NOMEIA A SERVIDORA GISELE MATOS NOGUEIRA SANTOS PARA O CARGO EFETIVO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.208, de 02 de dezembro de 2009,**

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Servidora GISELE MATOS NOGUEIRA SANTOS, para exercer o cargo efetivo, para os qual foi aprovada através do Concurso Público 001/2014, do Município de Jaciara, a partir do dia 29 de maio de 2017.

GISELE MATOS NOGUEIRA SANTOS

CARGO: OFICIAL ADMINISTRATIVO

Art. 2º - O vencimento a que terá direito a nomeada acima relacionada, será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos à partir de 29/05/2017, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 06 de Junho de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 132/17 DE 06 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a servidora PÂMELA MORAES CABRAL DA SILVA, da função de efetiva de SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social; a partir de 12 de Maio de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 133/17, de 07 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - **NOMEAR**, o servidor **Joel Umberto Carlini**, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Adjunto, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 134/17, de 07 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, a funcionária Eunice Arruda de Oliveira do Cargo Comissionado de Chefe Equipe, a partir de 31 de maio de 2017.

Artº 2º - NOMEAR a funcionária Eunice Arruda de Oliveira no Cargo Comissionado de Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 135/17, de 07 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, a servidora Ana Paula Barbosa Bueno, para exercer o Cargo Comissionado de Secretária Adjunta de Cultura, a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 136/17, de 08 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o servidor ROBSON RODRIGO MARCIDELLI DE ALMEIDA, para exercer o Cargo Comissionado de Superintendente, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 137/17, DE 14 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Portaria GM nº. 1.559 de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS.

CONSIDERANDO que a Política de Regulação da Atenção à Saúde deve ter como objetivo programar uma gama de ações que incidam sobre os prestadores, públicos e privados, de modo a orientar uma produção eficiente, eficaz e efetiva de ações de saúde, buscando contribuir na melhoria do acesso, da integralidade, da qualidade, da resolubilidade e da humanização destas ações. Deve, portanto articular e integrar mecanismos que permitam aos gestores, regular as ações e serviços de saúde, tais como: fazer os contratos, pactos entre gestores e prestadores; reformular as atividades de controle assistencial e da avaliação da atenção à saúde; desenvolver os protocolos de regulação e implementar a regulação do acesso por meio dos complexos reguladores.

CONSIDERANDO que as diretrizes do Pacto pela Saúde (2006), especialmente no seu componente Pacto de Gestão, a regulação da Atenção à Saúde tem como objeto à produção de todas as ações diretas e finais da atenção à saúde, dirigidas aos prestadores de serviços públicos e privados de saúde.

CONSIDERANDO a padronização das solicitações de procedimentos por meio dos protocolos clínicos e de regulação são estratégias de ação e de intervenção necessárias à implantação desta Política, nos processos de trabalho.

CONSIDERANDO que os protocolos de regulação são instrumentos de ordenação dos fluxos de encaminhamento, que qualificam o acesso e viabilizam a atenção integral ao paciente, entre os níveis de complexidade da atenção. Diferem dos protocolos clínicos, e também não devem ser confundidos com roteiros de solicitação.

CONSIDERANDO que os protocolos clínicos descrevem a prática da medicina baseada em evidências, para subsidiar as decisões terapêuticas. Os protocolos de regulação orientam quanto à competência dos níveis de atenção, observando o grau de complexidade e resolutividade de cada um deles.

CONSIDERANDO que o protocolo de regulação limita-se a orientar condutas e procedimentos referentes aos fluxos das consultas especializadas e exames de média e alta complexidade realizada por um profissional de saúde, levando em conta a classificação de risco, o cumprimento de protocolos de regulação estabelecidos para disponibilizar a alternativa assistencial mais adequada.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Equipe Técnica para Análise e Avaliação para implantação dos Protocolos de Regulação do município de Jaciara-MT.

Passando a compor a referida equipe pelos membros abaixo:

Ana Regina da Silva Ramos – Coordenadora da Central de Regulação;

Fábia Cristina Nogueira S. Betim – Enfermeira/Diretora do Hospital Municipal;

Fabrício Carvalho de Sousa Fabian – Enfermeiro/Secretaria Municipal de Saúde;

Helton Milhomem Galindo – Enfermeiro/UBS7;

José Antônio Marques – Médico/UBS4;

Larissa Tamiris Schnoor- Fisioterapeuta/CRIDAC/JAC;

Mari Rose de Oliveira Silva – Enfermeira/Coordenadora do Centro de Especialidades Médica;

Luciana Wagner – Enfermeira/UBS4;

Luciana Pereira da Silva Martins – Enfermeira/Secretaria M. de Saúde;

Mirna Aparecida Thomé Monte – Psicóloga/NASF e Representante do Conselho Municipal de Saúde;

Patrícia Pereira Martins – Bioquímica do Laboratório Municipal;

Suely Cristina Castro da Silva Moraes – Bióloga/Secretaria M. Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 138/17, DE 14 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão para Análise e Avaliação das normas e critérios para a prescrição e dispensação de medicamentos e solicitação de exames de rotina, complementares e de rastreamento, no âmbito das unidades básicas de saúde pertencentes ao sistema único de saúde sob a gestão municipal.

Fabrício Carvalho de Sousa Fabian – Enfermeiro/SMS;

Luciana Pereira da Silva Martins – Enfermeira/Atenção Básica;

Bruna Rafaella Fontaneli e Silva Dimeira dos Reis – Enfermeira/Atenção Básica;

Luciana Wagner – Enfermeira/Atenção Básica;

Suely Cristina Castro da Silva Moraes – Bióloga/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 139/17, DE 14 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, como Fiscal de Contrato da Secretaria Municipal de Educação, ANA CLÁUDIA DO NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA, a partir de 14 de Junho de 2017;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 140/17, de 19 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, o senhor ELIEZER FERNANDES, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Adjunto, a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 19 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 141/17, de 19 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO o Ofício nº 123/2017, da Secretaria Municipal de Gestão Social, onde solicita a exoneração e nomeação de funcionários;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, a funcionária abaixo, do Cargo em Comissão, da Secretaria Municipal de Gestão Social, a partir de 02 de junho de 2017:

- Lucinei Alves de Souza – do cargo de Secretária Adjunta.

Art. 2º - NOMEAR as pessoas abaixo para exercerem Cargos em Comissão, a partir das datas especificadas, na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Maria de Loures de Souza Melo - no cargo de Dirigente de Setor, a partir de 08 de maio de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 19 de junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 142/17, DE 19 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pela PREVIDÊNCIA SOCIAL Protocolo nº 10001150.1.00020/17-0 emitida em 19/04/2017, NIT Nº 1701424738-5, conforme Leis n. 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94;

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 01/06/1987 à 10/07/1989; 01/07/1991 à 30/12/1994 e 01/07/1995 à 03/03/1998;

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora SILMA BARBOSA LUZ, MATRÍCULA 353, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 01/06/1987 à 10/07/1989; 01/07/1991 à 30/12/1994 e 01/07/1995 à 03/03/1998; num total de 3.023 (três mil e vinte e três) dias, correspondendo a 08 (oito) anos e 03 (três) meses e 13 (treze) dias, na iniciativa privada reconhecidos pelo INSS – PREVIDÊNCIA SOCIAL, pela servidora SILMA BARBOSA LUZ, para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 19 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 143/17, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSENETE LEMES DE ALMEIDA, para exercer função de ASSISTENTE SOCIAL, dentro do Programa Estadual Pró Família junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de junho de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144/17, DE 21 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a funcionária Luzia Bastos Nogueira, do Cargo de Coordenadora da UMEI "Casa da Criança", a partir de 09 de Junho de 2017.

Art. 2º - NOMEAR a funcionária Alessandra Dourado Facco de Jesus Gomes, para o Cargo de Coordenadora da UMEI "Casa da Criança", a partir de 12 de Junho de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 145/17, DE 23 DE JUNHO DE 2017

"DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e especialmente:

CONSIDERANDO o que consta da Lei Municipal nº. 1.053 de 04/05/2007, bem como das alterações dadas pelas Leis nº. 1.163 de 04/05/2009 e Lei nº. 1.200 de 03/11/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Ficam DESIGNADOS, como membros TITULARES e SUPLENTES, os representantes dos seguintes segmentos que integram o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as seguintes pessoas:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Valdete Regina de Jesus;

Suplente: Teresa Cristina Farias Gomes;

Titular: João Ferreira Fonseca;

Suplente: Ana Claudia Nascimento Silva Oliveira.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Titular: Zélia Vieira de Castro;

Suplente: Simone Borges de Souza.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES

Titular: Solange Moreira Martins;

Suplente: Rosilene Ferreira Mendes.

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Titular: Bruna Cristina Facco Ribeiro;

Suplente: Dulcinea Barros Siqueira.

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS

Titular: Janaina de Jesus Ferreira Bueno Marques;

Suplente: Rosa Bastos da Silva;

Titular: Rodrigo Marcel Barbosa dos Santos;

Suplente: Fagner Alberto da Silva.

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES

Titular: José Luiz Pereira dos Santos;

Suplente: Raquel Delatorre;

Titular: Luciana Pires da Silva;

Suplente: Veridhiany Santos de Oliveira.

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Ilda Augusto da Silva;

Suplente: Maria Vera Alves.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 146/17, DE 27 DE JUNHO DE 2017

"NOMEIA AS COMISSÕES PERMANENTES DE INQUÉRITO E SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e, tendo em vista, o disposto na Lei Municipal 1.261/2010, de 28 de Junho de 2010, em seu artigo 2º,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os membros abaixo relacionados para atuarem na Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, sendo:

Ana Margarete Soehn – Presidente;

Edson Tavares da Silva;

Robson Rodrigo Marcidelli de Almeida.

Suplentes:

Maria Helena Almeida;

Ianaria Tabosa Lopes

Art. 2º - DESIGNAR os membros abaixo relacionados para atuarem na Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, sendo:

Cenita Maria Oliveira – Presidente;

Ronaldo Santos Gomes;

Euripedes Mendes de Vasconcelos Junior.

Suplentes:

Valdete Regina de Jesus;

Edinaldo Fernando de Souza.

Art. 3° - Caso ocorra algum dos impedimentos acima, os membros permanentes serão substituídos pelos suplentes, que atuarão somente nas comissões e nos procedimentos em que for constatado o impedimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 27 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 147/17 DE 28 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor SINVAL CHICARINO CAIRES, da função de Diretor de Departamento (DEL), a partir de 06 de Junho de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 28 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

BENEDITA NEIRE ALMEIDA DE MAGALHÃES

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 148/17, 28 DE JUNHO DE 2017.

"NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta na Lei Municipal 1.180/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR como membros TITULARES E SUPLENTES, representantes dos seguintes segmentos que integram o CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA – JACIARA/MT, pelo período de 02 (dois) anos a partir desta portaria;

MEMBROS GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Michele Aurea Aleixo Camilo;

Suplente: Milena Pereira Sampaio.

Titular: Emanuela Victor Coelho Daleffe;

Suplente: Valquíria do Amaral Moura.

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ianaria Tabosa Lopes;

Suplente: Madalena Caixeta Tavares.

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: Paula Eleonora Lima da Silva;

Suplente: Aldenir Silva Santos .

IV – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL E FINANÇAS:

Titular: Valdete Regina de Jesus;

Suplente: Mauro Bosco Cabral.

V – REPRESENTANTES MUNICIPAL DO LAR CRIANÇA FELIZ:

Titular: Norma Batista de Souza Ribeiro;

Suplente: Andreia Souza Melo.

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTES DA UNIÃO JACIARENSE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS-UJAC:

Titular: Adriano Olímpio dos Santos;

Suplente: Antônio Florêncio dos Santos Júnior .

II – REPRESENTANTES DA MAÇONARIA:

Titular: Claudécio Gonçalves da Silva;

Suplente: Alicio Prates.

III – REPRESENTANTES DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL:

Titular: Maria Madalena Gonçalves de Rezende.

Suplente: Sidinei Valério Pessoa

IV - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES :

Titular: Juliana Lima da Cruz;

Suplente: Fabiana Aparecida Lima da Cruz.

V - REPRESENTANTES DO SINTEP:

Titular: Maria Aldemira Sanches Becker;

Suplente: Doralice de Vieira Castro.

VI – REPRESENTANTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL:

Titular: Gabrielly Garcia de Lima;

Suplente: Michel Kappes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JACIARA- MT, 28 DE JUNHO DE 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149/17 DE 29 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora SIDINÉIA GUIMARÃES DOS SANTOS BRASILEIRO, do cargo Comissionado de Coordenador, a partir de 23 de Junho de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

BENEDITA NEIRE ALMEIDA DE MAGALHÃES

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 150/17 DE 29 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESLIGAR, por motivo de falecimento, ocorrido em 07 de Junho de 2017, a servidora VANESSA CRISTINA VIEIRA DOS SANTOS, do cargo efetivo de Auxiliar de desenvolvimento Infantil (ADI), a partir de 07 de Junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 151/17, de 30 de junho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.528/2013, Art. 19, § 4º, de 06 de junho de 2013;

RESOLVE:

Artº 1º - NOMEAR, a Servidora Ellys Marina Correa Lucchin no cargo de OUVIDORA MUNICIPAL – SAÚDE/SUS, do Município de Jaciara-MT, a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de junho de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 152/17 DE 30 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo, para serem FISCAIS DE CONTRATOS, da Secretaria de Saúde de Jaciara, a partir de 20 de Junho de 2017.

- Fabia Cristina Nogueira Staudt Betim – Fiscal de Contrato do Hospital Municipal de Jaciara (todas as funções do setor, menos as relacionadas com medicamentos e insumos, inclusive os da odontologia);

- Saulo Schmidt da Silva – Fiscal de Contrato da Assistência Farmacêutica do Município de Jaciara (medicamentos e insumos, inclusive os da odontologia);

- Robson Casanova – Fiscal de Contrato da Secretaria Municipal de Saúde, menos do Hospital Municipal de Jaciara e da Assistência Farmacêutica (medicamentos e insumos, inclusive os da odontologia).

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 015/17 de 25 de Janeiro de 2017, somente em relação a servidora Fabia Cristina Nogueira Staudt Betim.

Jaciara-MT, 30 de Junho de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 153/17 DE 30 DE JUNHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, as servidoras abaixo relacionadas, dos respectivos Cargos em Comissão, a partir de 01 de Junho de 2017, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura:

- MARIA APARECIDA TORRES DE SIQUEIRA - Chefe de Equipe;

- MARIA FATIMA MARÇAL DE MORAES - Chefe de Equipe.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Junho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 154/17, DE 04 DE JULHO DE 2017.

"NOMEIA A SERVIDORA KÉLIANE RODRIGUES DE SOUSA PARA O CARGO EFETIVO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Servidora KÉLIANE RODRIGUES DE SOUSA, para exercer o cargo efetivo, para os qual foi aprovada através do Concurso Público 01/14, do Município de Jaciara, a partir do dia 21 de Junho de 2017, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

KÉLIANE RODRIGUES DE SOUSA

CARGO: OFICIAL ADMINISTRATIVO

Art. 2º - O vencimento a que terá direito a nomeada acima relacionada, será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos à partir de 21/06/2017, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 04 de Julho de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 155/17, de 03 de julho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERNADO, requerimento de Pedido de Exoneração, do Sr. Fabinho Arando, datado de 03/07/2017;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o Sr. FABINHO ARANDO, do cargo em Comissão de Supervisor do Departamento de Trânsito, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de julho de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 156/17, de 05 de julho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERNADO, requerimento de Pedido de Exoneração, do Sr. Leonel Dominique O. Vasconcelos, datado de 05/07/2017;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o Sr. Leonel Dominique O. Vasconcelos do Cargo de Coordenador, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de julho de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 157/17, DE 05 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo, para serem Fiscais de Contratos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a partir de 05 de julho de 2017.

- José Eduardo Bartucci - Fiscal de Contratos do Transporte Escolar e demais veículos integrantes da Frota da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

- Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira – Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, com exceção dos contratos relacionados ao Transporte Escolar e Frotas.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogada as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 139/17 de 14 de Junho de 2017.

Jaciara-MT, 05 de Julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 158/17, DE 07 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC – expedida pelo MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV - emitida em 28/08/2016, NIT 1.806.815.719-6, conforme Leis nº. 6.226/75 com as alterações das Leis nº. 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94.

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 22/02/1988 à 31/08/1991, 23/04/1992 à 22/07/1992, 27/07/1992 à 26/08/1992, 08/09/1992 à 08/11/1992, 01/03/1993 à 16/01/1994, 21/02/1994 à 27/12/1994, 20/02/1995 à 25/01/1996 e 11/03/1996 à 16/01/1997.

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora ROSENY GONÇALVES RODRIGUES, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo de Previdência Municipal, por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 22/02/1988 à 31/08/1991, 23/04/1992 à 22/07/1992, 27/07/1992 à 26/08/1992, 08/09/1992 à 08/11/1992, 01/03/1993 à 16/01/1994, 21/02/1994 à 27/12/1994, 20/02/1995 à 25/01/1996 e 11/03/1996 à 16/01/1997; num total de 2.739 dias, correspondendo a 07 (sete) anos e 06 (seis) meses 04 (quatro) dias, no poder público reconhecido pelo MATO GROSSO PREVIDÊNCIA – MTPREV, pela servidora ROSENY GONÇALVES RODRIGUES, para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de Julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 159/17, DE 10 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, os seguintes membros à Comissão, para continuação do Recadastramento, etapa visita "IN LOCO".

- Maria Helena de Almeida;

- Lauriene de Souza Pereira Lima;

- Ana Margarete Soehn;

- Robson Rodrigo Marcidelli de Almeida.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de Julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 160/17, de 10 de julho de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO o Ofício nº 151/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Social;

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo dos respectivos Cargos Comissionados, com as respetivas datas, da Secretaria de Assistência Social:

- Suzana Caetano dos Santos Scaranaro, do cargo de Supervisor, a partir de 03 de julho de 2017.

- Keila Cavalcante Scarpim, do cargo de Secretária Adjunta de Gestão e Habitação, a partir de 01 de julho de 2017.

- Adriana Souza Melo, do cargo de Diretora de Departamento Bolsa Família, a partir de 01 de julho de 2017.

- Milena Pereira Sampaio, do cargo de Divisão Bolsa Família, a partir de 01 de julho de 2017.

- Thayane Andrade Gomes Santana, do cargo de Dirigente de Setor, a partir de 01 de julho de 2017;

- Maria Antonia Ferreira da Silva Barbosa, do Cargo em Comissão de Chefe de Equipe, a partir de 01 de julho de 2017.

- Suzimagna Nilde Souza de França, do cargo de Coordenadora, a partir de 01 de julho de 2017.

Artº 2º - NOMEAR os funcionários abaixo nos Cargos Comissionados a partir de 01 de julho de 2017, na Secretaria Municipal de Gestão Social:

- Juliana Lima da Cruz, no Cargo em Comissão de Supervisor.

- Adelson Luiz Menezes Barbosa, no Cargo em Comissão de Secretário Adjunto.

- Adriana Souza Melo, no cargo em Comissão de Secretária Adjunta.

- Milena Pereira Sampaio, no cargo em Comissão de Diretora de Departamento.

- Suzimagna Nilde Souza de França, no cargo em Comissão de Divisão.

- Thayane Andrade Gomes Santana, no cargo em Comissão de Coordenadora.

- Maria Antonia Ferreira da Silva Barbosa, do Cargo em Comissão de Dirigente de Setor.

- Regina Ferraz da Gama, no cargo em Comissão de Chefe de Equipe.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nas datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 161/17 DE 11 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os funcionários abaixo, para exercerem aos Cargos em Comissão, conforme segue:

- VALBER REZENDE DE OLIVEIRA - Chefe de Núcleo, a partir de 13/02/2017, na Secretaria Municipal de Assistência Social;

- RODRIGO MARCEL BARBOSA DOS SANTOS – Coordenador, a partir de 01/03/2017, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 162/17 DE 11 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, dos respectivos Cargos em Comissão, conforme segue:

- SIRLENE RODRIGUES DE OLIVEIRA – Coordenador (a), na data de 13/03/2017, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

- WILIAN RODRIGUES DAS NEVES – Coordenador, na data de 01/03/2017, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 163/17 DE 18 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados, para serem FISCAIS DE CONTRATOS, das Secretarias conforme segue, a partir de 18 de Julho de 2017.

- Anderson Roberto França Sobrinho – Secretaria de Infraestrutura, Diretoria de Obras e Serviços Públicos;

- Andreia Facco Gonçalves – Departamento de Água e Esgoto;

- Anella Caroline Capelari Perez – Diretoria de Urbanismo e Prédios Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogada as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 065/17 de 13 de Março de 2017, em relação ao servidor Anderson Roberto França Sobrinho.

Jaciara-MT, 18 de Julho de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 164/17 DE 19 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo em Comissão, a partir de 03 de Julho de 2017, conforme segue:

- CARLOS ALBERTO NASCIMENTO DE FRANÇA – Chefe de Núcleo.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 19 de Julho de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 165/17, DE 21 DE JULHO DE 2017.

"NOMEIA AS SERVIDORAS JENNIFER FRANCIE SOARES, POLIANA DE ARAÚJO ARCANJO E REGINA DA CUNHA ARAÚJO PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, as servidoras abaixo, para exercerem cargos efetivos, para o qual foram aprovadas através do Concurso Público 001/2014 do Município de Jaciara, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer e Desporto, conforme segue:

- JENNIFER FRANCIE SOARES – Cargo Efetivo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI) – a partir de 06 de Julho de 2017;

- POLIANA DE ARAÚJO ARCANJO - Cargo Efetivo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI) – a partir de 12 de Julho de 2017;

- REGINA DA CUNHA ARAÚJO - Cargo Efetivo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (ADI) – a partir de 17 de Julho de 2017.

Art. 2º - O vencimento a que terá direito as nomeadas acima relacionadas, será o constante no Plano de Cargos e Salários em vigor nesta data.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir das datas acima mencionadas, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 21 de Julho de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 166/2017, DE 24 DE JULHO DE 2017

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA – UNIDADE EXECUTORA LOCAL DO PAC II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Jaciara-MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

CONSIDERANDO a Orientação Operacional Ministério das Cidades, para o PAC II;

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os membros da UNIDADE EXECUTORA LOCAL – UEL, subordinada e vinculada ao Gabinete do Prefeito do Município de Jaciara, para, na qualidade de membros de Comissão Especial, promoverem a análise de técnica dos procedimentos licitatórios afetos ao PAC II.

Artigo 2º - Os membros da UNIDADE EXECUTORA LOCAL – UEL passam a ser os abaixo indicados:

Coordenador Geral – Célio Caetano dos Santos;

Coordenador de Engenharia – Amarildo Ticianel;

Coordenadora de Trabalho Social – Queila de Oliveira Cardoso ; Arquiteta – Charlene Souza Guimarães;

Psicóloga – Emanuela Victor Coelho Daleffe;

Coordenadora de Regularização Fundiária e Profissional com Conhecimento em Regularização – Adriana Casarotto.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 21/07/2017, revogada as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 063/17 de 10 de Março de 2017

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - EM 24 DE JULHO DE 2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CÉLIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 167/17, DE 24 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, os seguintes membros à Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Vigilância emSaúde de Jaciara-MT, a se realizar no dia 10 de agosto de 2017, em Jaciara, Mato Grosso, com o tema: "Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade":

ALDENIR SILVA SANTOS

ALICE DE SIQUEIRA SILVA

FÁBIO FERREIRA SANTOS

ELIAN REZENDE DE MORAES

ELLYS MARINA CORRÊA LUCCHIN

IVONE FERREIRA DE SOUZA

JOSÉ ANCHIETA PEREIRA DE LIMA

LAURA DOS SANTOS BARBOSA

MARI ROSE DE OLIVEIRA SILVA

MARIA HELENA ALMEIDA

MIRNA APARECIDA THOME MONTE

PEDRO RODRIGUES TORRES

PEDRO SOARES NETO

RENATA SOUSA LIMA

ROSANGELA MARIANO DE SOUZA

ROSANGELA RIBEIRO RAMALHO LOPES

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

VANUBERCI FRANCO MONTEIRO DA SILVA

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 24 de Julho de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 036/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: DANIEL SOUZA DE ALMEIDA - MEI; OBJETO: "Contratação de empresa para prestação de serviços de Instalação, Manutenção Corretiva e Limpeza em aparelhos de ar condicionado, incluindo os materiais de limpeza e reposição de peças para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT";** PRAZO: 06 (seis) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 88.410,00 (Oitenta e oito mil, quatrocentos e dez reais); ASSINATURA: 19/10/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA 2017 DE 168 À 240

PORTARIA Nº. 168/17, DE 27 DE JULHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **INDICAR,** o servidor ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA, matricula 8982, atual Secretário Adjunto, para exercer a função de SUPERVISOR, dentro do Programa CRIANÇA FELIZ junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de Julho de 2017:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário

Jaciara- MT, 27 de Julho de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/17 DE 31 DE JULHO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora CHARLENE SOUSA GUIMARÃES, como FISCAL DE OBRAS, do contrato abaixo relacionado:

- **CONTRATO 020/2017** – *"Contratação de empresa especializada para continuidade à execução da Reforma do Hospital Municipal do Município de Jaciara-MT".*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 31 de Julho de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CELIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 170, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o ofício de nº 10/DIR /PREV , constando a ocorrência de supostas faltas funcionais de servidor municipal;

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º – Fica instaurado Inquérito Administrativo para apurar supostas práticas de faltas funcionais elencadas no inciso

I, II, IV, V, XV do artigo 134 lei 1.208/2009, bem como incisos V, VI do artigo 149 do lei 1.208/2009, conforme ofício nº 10/DIR /PREV, em desfavor de MARINETE DE MORAES, servidora pública, matrícula nº 102539, contadora, nos termos do artigo 138 da lei 1.208/2009.

Art. 2º - O procedimento será conduzido pelos membros nomeados pela Portaria146/2017, a qual criou as Comissões Permanentes de Inquérito e Sindicância Administrativa, nos termos da lei 1.208/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 02 de agosto de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 171, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Afastamento sem remuneração para tratar de interesse particular, a partir de 04 de Agosto de 2017, nos termos do Art. 117, da Lei nº 1.208/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, pelo prazo de 02 (dois) anos, para o servidor abaixo:

- PEDRO NEPOMUCENO ALVES – Agente Operacional, na Secretaria de Infraestrutura – Matrícula 3250

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data de 04 de Agosto de 2017, data na qual o servidor solicitou a referida licença.

Jaciara- MT, 07 de Agosto de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 172/17, de 08 de agosto de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, os funcionários abaixo dos respectivos Cargos Comissionados, a partir de 03 de agosto de 2017:

- Aguinaldo Luiz Melo Silva, do cargo de Coordenador.

- Cleide Maria Pereira do Nascimento, do cargo de Coordenador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

CLAUDIO XIMENES LOPES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 173/17, de 11 de agosto de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artº 1º - EXONERAR, o Sr. **CLAUDIO XIMENES LOPES** do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Administração e Finanças, a partir desta data.

Artº 2º - NOMEAR o Sr. **RONIEVON MIRANDA DA SILVA** para exercer o Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Administração e Finanças, a partir desta data.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 174/17 DE 11 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – DESIGNAR, a servidora abaixo, para ser FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria de Governo, a partir do dia 29 de Julho de 2017.

- ANNA CAROLINA CARVALHO DE SOUSA FABIAN.

Art. 2º. – Essa Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário, em especial a postaria nº. 015/17 de 25 de Janeiro de 2017.

Jaciara-mt, 11 de Agosto de 2017.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CHARLES FERNANDO JORGE DE SOUZA

Secretario Municipal de Governo

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com a fixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 175/17 DE 11 DE AGOSTO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DO MUNICIPIO DE JACIARA–MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** atribuições legais, e dando cumprimento a o que Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1211/2009 Art.78 parágrafo 1º modificada pela Lei 1498/2013 e demais legislações pertinentes e considerando:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.350/2006, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão do Processo Seletivo para Contratação de Agentes Comunitários de Saúde, formada pelos seguintes membros:

- Fabrício Carvalho de Sousa Fabian – Representante da Secretaria Municipal de Saúde - presidente;

- Luciana Pereira Martins – Representante da Atenção Básica – membro;

- Mirna Aparecida Thomé Monte – Representante da Atenção Básica – membro;

- Ivone Ferreira – Representante do Conselho Municipal de Saúde – membro;

- Rosângela Ribeiro Ramalho Lopes - Representante do Conselho Municipal de Saúde – membro

- Bruna Rafaella Fontaneli e Silva Dimeira dos Reis**-** Representante da Atenção Básica – membro

- Pedro Soares Neto - Representante do Conselho Municipal de Saúde – membro.

Art. 2º - A Comissão acima constituída tem por finalidade realizar, acompanhar, subsidiar e deliberar os trabalhos relativos ao Processo de Seletivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-mt, 11 de Agosto de 2017.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Saúde

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com a fixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 176/17 DE 11 DE AGOSTO DE 2017

"RETIFICA E CONSOLIDA A PORTARIA 124 DE 06 DE JUNHO 2013, QUE INSTITUIU E NOMEOU OS MEMBROS DO GTI (GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL) DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD,** no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo governo federal em parceria com estados e municípios, que tem como finalidade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira;

CONSIDERANDO, que o Programa Saúde na Escola (PSE) é uma Política intersetorial dos Ministérios da Saúde e Educação, e que as políticas de saúde e educação estão voltadas e se unem para promover o desenvolvimento pleno desse público alvo, aproveitando o espaço privilegiado da escola para práticas de promoção, prevenção da saúde e construção de uma cultura de paz;

CONSIDERANDO, que a articulação entre Escola e Rede Básica de Saúde é, portanto, fundamental para o Programa Saúde na Escola, e que este é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas brasileiras;

CONSIDERANDO, que a sustentabilidade e qualidade das ações a serem desenvolvidas através do PSE dependem de todos nós!

RESOLVE:

Art. 1° - Fica criado o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI);

Art. 2º - Ficam designados os representantes das Entidades Governamentais e não Governamentais abaixo relacionadas, para comporem o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI);

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

COORDENAÇÃO GERAL:

- Fabrício Carvalho de Sousa Fabian;

- Luciana Pereira da Silva Martins; - Mirna Aparecida Thomé Monte; - Rosangela Ribeiro Ramalho; - Suely Cristina Castro da Silva.

REPRESENTANTES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA:

- Caroline Daiana Scabeni Oliveira Lima – Cirurgiã Dentista; - Bruna Rafaella Fontaneli e Silva Dimeira dos Reis – Enfermeiras; - Izabel Cristina Martins da Silva – Enfermeira; - Paula Eleonora lima da Silva – Nutricionista;

- Hércules Santana – Educador Físico; - Willian Fernando da Silva Almeida – Educador Físico; - Alice Siqueira Silva – Assistente Social;

- Valdirene Mendes de Souza Malta - Agente Comunitária de Saúde;

- Ivone Ferreira – Agente Comunitária de Saúde; - Nilceia O. Herrera – Médica;

- Vera Lúcia de O. Caixeta – Médica.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER:

- Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva;

- Ianária Tabosa Lopes.

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL:

- Gisele Daiany de Souza;

- Fabrícia Dutra Ribeiro da Costa.

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL:

- Glaucia Regiane Lima dos Santos;

- Alessandra Dourado Facco de Jesus Gomes.

REPRESENTANTES DA CULTURA:

- Ana Paula Bueno;

- Jean Alli.

REPRESENTANTES DA SEDUC/JACIARA

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:

- Tânia Márcia Oliveira de Miranda;

- Luzimar Luzia Pires;

- Odeilde Pereira de Jesus.

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL:

- Vera Lúcia Mara de Lima;

- Simone Conceição da Silva.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Queila Gomes;

- Adriana Martins.

Art. 3º - Competem ao GTI as seguintes atribuições:

I – Garantir os princípios e diretrizes do PSE no planejamento, monitoramento, avaliação e gestão do recurso de maneira integrada entre as equipes das escolas e das Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família;

II – Articular para a inclusão dos temas relacionados às ações do Programa Saúde na Escola nos projetos político-pedagógicos das escolas;

III – Definir as escolas federais, estaduais e municipais a serem atendidas no âmbito do PSE, considerando as áreas de vulnerabilidade social, os territórios de abrangência das Unidades básicas de Saúde e o número de equipes de Saúde da Família implantadas;

IV – Subsidiar a formulação das propostas de educação permanente dos profissionais de saúde e da educação básica para implementação das ações do PSE;

V – Subsidiar a assinatura do Termo de Compromisso pelos secretários municipais de Educação e Saúde, por meio do preenchimento das metas do plano de ação no sistema de monitoramento (SIMEC);

VI – Apoiar e qualificar a execução das ações e metas previstas no Termo de Compromisso Municipal;

VII – Garantir o preenchimento do sistema de monitoramento (SIMEC) pelas escolas e pelas equipes de Saúde da Família;

VIII – Definir as estratégias específicas de cooperação entre Estados e municípios para a implementação e gestão do cuidado em saúde dos educandos no âmbito municipal;

IX – Garantir a entrega dos materiais do PSE, enviados pelo Ministério da Educação, para as equipes de saúde e para as escolas.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-mt, 11 de Agosto de 2017.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Saúde

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com a fixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 177/17, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, os seguintes membros para o Comitê do PDI:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Ronievon Miranda da Silva;

Secretaria Municipal de Assistência Social: Luciana Cristina dos Santos;

Secretaria Municipal de Saúde: Audimar Rocha dos Santos;

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer: Benedita Neire Almeida de Magalhães;

Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente: Joel de Souza Lima;

Secretaria Municipal de Secretaria de Infraestrutura: Josimar Elielton da Silva;

Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio: Célio Caetano dos Santos;

Secretaria Municipal de Governo: Charles Fernando Jorge de Souza.

Art. 2º - O cronograma com as datas em que o Comitê deverá reunir-se, constante do anexo único, é parte integrante desta portaria.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a postaria nº. 118/17 de 23 de Maio de 2017.

Jaciara-MT, 14 de Agosto de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES 2017

Data	Horário	Local
26 e 27/06/2017	8 horas	Gabinete
28 e 29/08/2017	8 horas	Gabinete
25 e 26/09/2017	8 horas	Gabinete
24 e 25/10/2017	8 horas	Gabinete
23 e 24/11/2017	8 horas	Gabinete

PORTARIA Nº 178/17 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo em Comissão, a partir do dia 03 de Agosto de 2017, conforme segue:

- **ELAINE APARECIDA DA SILVA –** Departamento de Licitações e Contratos;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 16 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CHARLES FERNANDO JORGE DE SOUZA

Secretário Municipal de Governo

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2017, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a cedência de **GISELE CAVALCANTE DA SILVA**, nos termos do Art. 130, II, da Lei nº 1.208/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, a partir de **10 de Maio de 2017**, para o **Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS-MT do município de Rondonópolis-MT**.

§1º - A cedência terá vigência entre **10/05/2017 até 10/05/2018**, podendo, no entanto ser requisitada a qualquer tempo;

§2º - A cedência será com ônus para o Município, conforme Termo de Cessão nº 04/2017, anexa à presente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da data acima mencionada revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 17 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180/17 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo em Comissão, a partir do dia 01 de Agosto de 2017, retornando a servidora ao cargo efetivo conforme segue:

- **JÉSSICA TEREZINHA FIALHO DOS SANTOS –** Diretora deDepartamento;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 18 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/17 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo efetivo, a partir do dia 09 de Agosto de 2017, conforme segue:

- **DEBORA LUCIANA MARRAFON –** Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/17 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo em Comissão, a partir do dia 16 de Agosto de 2017, retornando a servidora ao cargo efetivo conforme segue:

- ZELIA VIEIRA DE CASTRO - Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Professora Maria Villany Delmondes;

Art. 2º - NOMEAR, a servidora abaixo relacionada, para exercer Cargo Comissionado, a partir do dia 17 de Agosto de 2017, conforme segue:

- CRISTIANE MARIA DE MEDEIROS BUENO - Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Professora Maria Villany Delmondes, com G. de Coordenação 30% (trinta por cento), Art. 44 L. 1211/2009;

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183/17 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a pedido, aPORTARIA Nº. 037/2017 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, que trata do Afastamento sem remuneração da funcionária efetiva, ROSEMEIRE PEREIRA DA SILVA.

Art. 2º - Essa portaria retroage seus efeitos para 02 de agosto de 2017, data na qual a servidora retornou ao cargo, revogando as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/17 DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo efetivo, a partir do dia 18 de Agosto de 2017, conforme segue:

- **SILVIA MARIA DE ARAÚJO SANTOS –** Professora.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/17 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a funcionária **ANA MARGARETE SOEHN,** do Cargo Comissionado de Diretora de Departamento, a partir de 31 de Julho de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, a funcionária **ANA MARGARETE SOEHN,** no Cargo Comissionado de Supervisora de Departamento, a partir de 01 de Agosto de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/17 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, a funcionária abaixo relacionada, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **KEILA CAVALCANTE SCARPIM -** Superintendente, a partir de 01 de Agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 28 de Agosto de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 187/17 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, a funcionária abaixo relacionada, para representar o Município de Jaciara-MT, junto a Caixa Econômica Federal, conforme segue:

- **ADRIANA CASAROTTO –** Gerente Municipal de Convênios (GMC), a partir de 24 de Agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 28 de Agosto de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CELIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 188, DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a notificação recomendatória expedida pelo Ministério Público em 28 de junho de 2017 , onde relata a ocorrência de supostas faltas funcionais de servidor municipal;

RESOLVE o seguinte:

Art. 1º – Fica instaurado Inquérito Administrativo para apurar supostas práticas de faltas funcionais elencadas nos incisos

I e XV do artigo 134 lei 1.208/2009, bem como o descumprimento dos deveres impostos nos incisos I, III, V e X do artigo 133 da lei 1.208/2009 em desfavor de MAURO JOSÉ RAMOS, servidor público efetivo no cargo de fisioterapeuta , matrícula nº 369, nos termos do artigo 138 da lei 1.208/2009.

Art. 2º - O procedimento será conduzido pelos membros nomeados pela Portaria146/2017, a qual criou as Comissões Permanentes de Inquérito e Sindicância Administrativa, respeitando o prazo para conclusão disposto no artigo 160 da lei 1.208/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara- MT, 29 de agosto de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/17 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o funcionário **FABIO PEDROSO DA SILVA,** do Cargo Comissionado de Dirigente, a partir de 31 de Julho de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, o funcionário **FABIO PEDROSO DA SILVA,** no Cargo Comissionado de Coordenador, a partir de 01 de Agosto de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Agosto de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/17 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **MARCOS VINICIUS SOUZA SILVA –** Diretor de departamento, a partir de 01 de Agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Agosto de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 191/17 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **ROSANILDO FERNANDES DA SILVA –** Coordenador, a partir de 01 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 01 de Setembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 192/17 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que foi realizada adesão pelo Prefeito Municipal ao Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI do Tribunal de Contas em 25/01/2017;

CONSIDERANDO que existe um Planejamento com 12 (doze) Objetivos Estratégicos, Metas de Longo e Curto Prazo e um Plano de ação para Execução das metas;

CONSIDERANDO que a meta 11.2 do Planejamento Estratégico é “Garantir que 50% (cinqüenta por cento) dos servidores atinjam no mínimo o nível 06 (seis) de desempenho numa escala de 0 (zero) à 10 (dez), até 2017.”

CONSIDERANDO que foi implantado o Sistema GPE do Tribunal de Contas – Gestão de Planejamento Estratégico e o mesmo precisam ser alimentados com os resultados das metas propostas.

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR, a Comissão de Auto Avaliação de Desempenho para o ano de 2017, com os seguintes representantes:

- Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Ana Margarete Soehn;

- Secretaria Municipal de Assistência Social: Michele Camillo;

- Secretaria Municipal de Saúde: Cristiane Castro da Cunha;

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer: Maria Helena da Silva;

- Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente: Cenita Maria Oliveira;

- Secretaria Municipal de Infraestrutura: Anderson Roberto França Sobrinho;

- Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio: Valdete Regina de Jesus;

- Secretaria de Governo: Isadora Gomes Mendonça;

- Chefe de Gabinete: Alexandre Verniano.

Art. 2º - Esta Comissão terá como função:

- Elaborar o documento de auto-avaliação;

- Entregar o documento para o secretario de cada pasta;

- Recolher e Tabular os dados para atender a meta 11.2 do PDI;

- Lançar o resultado no sistema GPE.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Agosto de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/17 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, as servidoras abaixo relacionadas, dos respectivos Cargos Comissionados, conforme segue:

- Simone Clelia Serante – Dirigente de Setor – Lotada na Cozinha Única Municipal – a partir do dia 18 de Setembro de 2017;

- Viviane Bezerra da Silva – Chefe de Núcleo – Lotada no departamento de Desporto – a partir do dia 18 de Setembro de 2017;

- Eliete Maria Lima da Silva – Chefe de Núcleo Administrativo – Lotada na Secretaria Municipal de Educação - a partir do dia 19 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 21 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/17 DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor JULIANO DE SOUZA GAMA, como FISCAL DE OBRAS, dos contratos abaixo relacionados, a partir do dia 25/08/2017:

- **CONTRATO 029/2017** – *"Contratação de empresa para execução de obra de construção de 03 (três) Unidades Básicas de Saúde no Município de Jaciara-MT".*

- CONTRATO 020/2017 – *"Contratação de empresa especializada para continuidade a execução da Reforma do Hospital Municipal do Município de Jaciara-MT".*

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

CELIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/17 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 06 de Setembro de 2017, conforme segue:

- CRISTIANO GONÇALVES DA CRUZ – Coordenador;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/17 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o funcionário **MANOEL BATISTA DO CARMO,** do Cargo Comissionado de Chefe de Equipe, a partir de 31 de Agosto de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, o funcionário **MANOEL BATISTA DO CARMO,** no Cargo Comissionado de Dirigente de Setor, a partir de 01 de Setembro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/17 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a funcionária **CAMILA CAROLINE CABRAL DA COSTA,** do Cargo Comissionado de Coordenadora, a partir de 31 de Agosto de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, a funcionária **CAMILA CAROLINE CABRAL DA COSTA,** no Cargo Comissionado de Diretora, a partir de 01 de Setembro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/17 DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **RONALDO JOSÉ DE OLIVEIRA –** Diretor de Departamento, a partir de 01 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Setembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 199/17, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

"INSTITUI O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA, DEFINE DIRETRIZES GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família com a as seguintes competências:

I – Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visando o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

IV- Aprovar e dar publicidade as listas de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

V - Serão elegíveis para receber o benefício às famílias que residirem no município, com renda mensal *per capita* de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente, competindo ao Comitê excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima, nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

VI – A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais, composta por Agentes de Saúde e Assistentes Sociais dos municípios, competindo ao Comitê Municipal à aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas pelo Programa, que serão posteriormente homologadas pelo Comitê Estadual.

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor.

Art. 3º - O Comitê Gestor Municipal, será constituído pelo Gestor (a) (Secretário (a)) Municipal de Assistência Social, que o presidirá, e pelos titulares e suplentes dos seguintes órgãos/instituições/associações:

Membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Representante de instituição não governamental;

Representante da sociedade civil.

§ 1º – Caberá à Presidente do Comitê Municipal, a Secretária Municipal de Assistência Social, o convite para que as instituições e órgãos que comporão o Comitê façam a indicação de suas representações, titulares e suplentes.

§ 2º - O Presidente do Comitê Municipal deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supra mencionada, os seguintes integrantes:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **ADRIANA SOUZA MELO** como respectivo suplente;

LUCIANA MARTINS, representando a Secretaria Municipal de Saúde **LILIANE DELFINO GUIMARÃES**, como respectivo suplente;

II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:

SUSIMAGNA NILDE SOUZA DE FRANÇA e **MILENA PEREIRA SAMPAIO DE OLIVEIRA** como respectivo suplente;

III – Representantes de Instituições Não Governamentais:

MARLÚCIA ANDRADE, representando a Instituição Sindicato Rural de Jaciara-MT e **ERENO GIACOMELLI** como respectivo suplente;

IV – Representantes da sociedade civil:

GISELE CRISTINA ALEIXO CAMILLO, **EDUARDO MARTINS** representando a sociedade civil

Art. 6º - As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 7º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 120/17 de 30 de Junho de 2017.

Jaciara-MT, 11 de Setembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/17 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **CLÁUDIO XIMENES LOPES –** Secretário Municipal de Infraestrutura, a partir de 18 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 13 de Setembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 201/17 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a funcionária **NORMA BATISTA DE SOUZA RIBEIRO,** do Cargo Comissionado de Diretor de Departamento, a partir de 13 de Setembro de 2017.

Art. 2º - NOMEAR, a funcionária **ROSEMEIRE APARECIDA SHINOCA,** no Cargo Comissionado de Diretor de Departamento, a partir de 13 de Setembro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 13 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/17 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 02 de Outubro de 2017, conforme segue:

- CLAUDIANE DA SILVA XIMENES – Chefe de Núcleo Administrativo;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 02 de Outubro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/17 DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 18 de Setembro de 2017, conforme segue:

- AGNELO JOSÉ DE MELO SILVA – Assessor Técnico;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 15 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/17 DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

“PUBLICA OS MEMBROS REPRESENTANTES PARA A COMPOSIÇÃODO FÓRUM PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT, PARA O BIÊNIO 2016/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, deliberação da Conferência Municipal de Educação, que definiu o Plano Municipal de Educação, e,

CONSIDERANDO, a necessidade de se estabelecer uma política articulada de gestão do monitoramento do Plano Municipal de Educação, que atenda aos princípios constitucionais e as diretrizes da Educação, em conformidade com o Decreto nº. 3.298/2016, de 08 de Abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os membros representantes para a composição do Fórum Permanente de Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Jaciara-MT, para o Biênio 2016/2017, que fica assim formada:

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- Benedita Neire Almeida de Magalhães.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO:

- Adriana Casarotto.

REPRESENTANTE DA ASSESSORIA JURÍDICA:

- Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues.

REPRESENTANTE DO LEGISLATIVO:

- Vanderlei Silva de Oliveira.

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO – SINTEP:

- Doralice Vieira de Castro.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva – Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental;
- Ianaria Tabosa Lopes – Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil – SMECDL;
- João Ferreira Fonseca – Coordenador da Educação Inclusiva;
- Maria Helena da Silva – Coordenadora de Programas Educacionais;
- Maria Célia de Souza Ramalho – Formadora – PNAIC;
- Wanderlucy Batista Ferreira – Coordenadora de Programa Mais Educação;
- Ana Paula Barbosa Bueno – Coordenadora do Núcleo Tecnológico Municipal;
- Zélia Vieira de Castro – Coordenadora do PNAIC e da Formação Continuada SMECDL.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

- Amadeo Silva de Carvalho – Escola Municipal – Educação Infantil e Fundamental;

- Rosilene Ferreira Mendes – Unidade Municipal de Educação Infantil.

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS:

- Gedilse da Cruz Maciel.

REPRESENTANTE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- João Pedro Ricardo de Arruda – Professor Ensino Fundamental;

- Maria Aldemira Sanches Becker – Professora da Educação Infantil;

- Ozéias dos Santos Moura – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil;

- Larisse Edwirges Correa Castro – Técnico Administrativo Educacional;

- Dulcilene Vaz Gomes – Apoio Administrativo Educacional.

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PARTICULARES:

- Emerson Alves da Silva – Colégio Dom Bosco.

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

- José Domingos F. da Silva.

REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS QUE OFERTAM O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:

- Sibila Cecilia Seidenfus – Associação Pestalozzi;
- Manoel Trindade – Associação dos Cegos do Vale do São Lourenço.

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

- Ester Shuenquener.

REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR:

- Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL:

- Eliane Bartucci Marcato.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- Mirna Thomé Monte.

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO:

- Marciene Teodoro de Souza – Apoio Administrativo Educacional;

- Maria de Lourdes Squario Romero – Técnico Administrativo Educacional;

- Neidiane Goulart Lima Paiva – Professora;

- Edvaldo Magalhães – professor.

REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

- Mariley de Oliveira Freitas.

REPRESENTANTE DO FUNDEB:

- Sidney Francisco Gomes.

REPRESENTANTE DO FÓRUM DA EJA:

- Jovanéia Gonçalves de Lima.

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS:

- José Gomes da Silva.

REPRESENTANTE DOS ALUNOS DAS ESCOLAS ESTADUAIS:

- Gabriele Scarton.

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DO CAMPO:

- Valdisa Menezes Lopes Piotto – Rede Estadual de Ensino;

- Cacilda Lopes Simão – Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º - Os profissionais da Educação, funcionários públicos que foram designados pelos seus setores e secretarias e representantes da sociedade civil Organizada comporão a equipe técnica para os levantamentos dos dados e a realidade educacional em cada modalidade, política de valorização profissional, gestão democrática e financiamento da educação, garantidas nas metas e estratégias aprovadas no Plano Municipal de Educação. Além de, elaborar o texto base do Plano Municipal de Educação, por modalidade e mobilizar a comunidade para a Conferência Municipal de Educação no ano de 2017.

Art. 3º. – A equipe técnica acima mencionada terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para estudos, pesquisas e sistematização dos dados que será desenvolvida, como forma de avaliar permanentemente o Plano Municipal de Educação.

Art. 4º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 18 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria nº. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/17 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **INSTITUIR E NOMEAR**, a Comissão para Reformulação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) vigentes da Prefeitura Municipal de Jaciara - MT.

Art. 2º - A comissão será composta pelos seguintes membros, Titulares e Suplentes conforme segue.

- **CLÁUDECIO GONÇALVES DA SILVA E AGNALDO VENÂNCIO ROCHA –** Reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Fiscalização Tributária e Sanitária. (Lei 1.453, de 25 de junho de 2012).

- **QUEILA DE OLIVEIRA CARDOSO –** Reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Sistema Único de Gestão Social. (Lei 1.454, de 02 de julho de 2012).

- **EVALDO REZENDE DUARTE E EDSON TAVARES DA SILVA –** Reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Jaciara. (Lei 1.456, de 02 de julho de 2012).

- **SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA E MIRNA APARECIDA THOMÉ MONTE –** Reformulação do Plano de Cargos dos Profissionais do Sistema Único de Saúde. (Lei 1.457, de 02 de julho de 2012).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Setembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 206/17, 22 DE SETEMBRO DE 2017.

"NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que consta na Lei Municipal 1.180/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR como membros **TITULARES** E **SUPLENTES,** representantes dos seguintes segmentos que integram o **CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA – JACIARA/MT,** pelo período de 02 (dois) anos a partir desta portaria**;**

MEMBROS GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Michele Aurea Aleixo Camilo;

Suplente: Milena Pereira Sampaio.

Titular: Emanuela Victor Coelho Daleffe;

Suplente: Valquíria do Amaral Moura.

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Ianaria Tabosa Lopes;

Suplente: Madalena Caixeta Tavares.

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: Paula Eleonora Lima da Silva;

Suplente: Aldenir Silva Santos .

IV – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL E FINANÇAS:

Titular: Valdete Regina de Jesus;

Suplente: Mauro Bosco Cabral.

V – REPRESENTANTES MUNICIPAL DO LAR CRIANÇA FELIZ:

Titular: Rosimeire Aparecida Schinoca;

Suplente: Andreia Souza Melo.

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTES DA UNIÃO JACIARENSE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS-UJAC:

Titular: Adriano Olímpio dos Santos;

Suplente: Antônio Florêncio dos Santos Júnior .

II – REPRESENTANTES DA MAÇONARIA:

Titular: Claudécio Gonçalves da Silva;

Suplente: Alicio Prates.

III – REPRESENTANTES DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL:

Titular: Maria Madalena Gonçalves de Rezende.

Suplente: Sidinei Valério Pessoa

IV - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES :

Titular: Juliana Lima da Cruz;

Suplente: Fabiana Aparecida Lima da Cruz.

V - REPRESENTANTES DO SINTEP:

Titular: Maria Aldemira Sanches Becker;

Suplente: Doralice de Vieira Castro.

VI – REPRESENTANTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL:

Titular: Gabrielly Garcia de Lima;

Suplente: Michel Kappes.

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos a 28 de junho de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n°. 148/2017.

JACIARA- MT, 22 DE SETEMBRO DE 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 207/17, de 22 SETEMBRO de 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os seguintes membros TITULARES e SUPLENTES, representantes dos respectivos órgãos, que integram o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL – CMAS – JACIARA 2016/2018;

MEMBROS GOVERNAMENTAIS:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Adriana de Souza Melo

Suplente: Milena Pereira Sampaio

Titular: Eliane Bartuci

Suplente: Norma Batista de Souza Ribeiro

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Ana Paula Barbosa Bueno

Suplente: Elizabete Santos Fernandes

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Fabricio Carvalho de Sousa Fabian

Suplente: Nadir de Oliveira Morais da Mata

IV – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Titular: Maria Helena da Silva

Suplente: Valdete Regina de Jesus

V – REPRESENTANTE DA EMPAER

Titular: Ilton Batista Camilo

Suplente: Jéssica Coutinho da Silva

MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS

I – REPRESENTANTE DA UNIÃO JACIARENSE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:

Titular: Antônio Florêncio dos Santos Junior

Suplente: Helen Criscie Nascimento Silva

II – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI

Titular: Sibila Cecília Seidenfus

Suplente: Lucia Antônia Melquíades

III – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS

Titular: Maria Madalena Machado da Silva

Suplente: Luciana Silva Xavier Calou

IV – REPRESENTANTE DO ABRIGO SOMBRA DA ACÁCIA

Titular: José Antônio Scarpin

Suplente: Edimar Felicio

V – REPRESENTANTE DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Titular: Giselli Damacena Machado

Suplente: Rosa Maria Ferreira Brito

VI – REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Titular: José Eduardo Rodrigues Daleffe

Suplente: Juliana Moreira de Lima Bortolini

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos a 07 de Abril de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n°. 092/2017.

Jaciara-MT, 22 de Setembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Ronievon Miranda da Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 208/17 DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 03 de Setembro de 2017, conforme segue:

- ADRIANA ESTEVES RAMOS MARÇAL – Chefe de Núcleo Administrativo;

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 25 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 209/17 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DO MUNICIPIO DE JACIARA–MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** atribuições legais, e dando cumprimento a o que Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1211/2009 Art.78 parágrafo 1º modificada pela Lei 1498/2013 e demais legislações pertinentes e considerando:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.350/2006, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão do Processo Seletivo para Contratação de Agentes Comunitários de Saúde, formada pelos seguintes membros:

- Fabrício Carvalho de Sousa Fabian – Representante da Secretaria Municipal de Saúde - presidente;

- Luciana Pereira Martins – Representante da Atenção Básica – membro;

- Mirna Aparecida Thomé Monte – Representante da Atenção Básica – membro;

- Ivone Ferreira – Representante do Conselho Municipal de Saúde – membro;

- Rosângela Ribeiro Ramalho Lopes - Representante do Conselho Municipal de Saúde – membro;

- Bruna Rafaella Fontaneli e Silva Dimeira dos Reis**-** Representante da Atenção Básica – membro;

- Pedro Soares Neto - Representante do Conselho Municipal de Saúde – membro;

- Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues – Representante da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Jaciara;

- Evaldo Rezende Duarte – Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SISPJAC).

Art. 2º - A Comissão acima constituída tem por finalidade realizar, acompanhar, subsidiar e deliberar os trabalhos relativos ao Processo de Seletivo.

Art. 3º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 11 de Agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 175/2017.

Jaciara-mt, 27 de Setembro de 2017.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria nº. 173/2017

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com a fixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2017, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga, a pedido, o Afastamento sem Remuneração para tratar de Assuntos particulares, concedida a servidora, conforme portaria nº. 117/2015, de 20 de agosto de 2015;

Art. 2º - Fica determinado o retorno ao efetivo exercício do serviço púbico, da servidora NÚBIA MENDONÇA VALADÃO, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, retornará as suas atribuições em **17/08/2017**;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças/ Portaria n°. 173/2017

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 211/2017, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Retornar** ao efetivo exercício do serviço púbico, a pedido, a partir de **28/09/2017,** o servidor YURI DE OLIVEIRA CAIXEITA, ocupante do cargo de Médico Veterinário, que encontrava de Afastamento sem Remuneração para tratar de Assuntos particulares, concedido ao servidor, conforme portaria nº. 127/2015, de 16 de Setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/09/2017, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Setembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças/ Portaria n°. 173/2017

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 212/17, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os seguintes membros para a COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E INVENTÁRIO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, a partir de 08 de Fevereiro de 2017;

- Ivan de Almeida Silva – Contabilidade;

- Amarildo Ticianel – Engenharia;

- Ronaldo Santos Gomes – Tributação;

- Marcos Vinicios de Jesus Abrahão (suplente) – Patrimônio;

- Alderi Ferreira de Moraes (suplente) – Tecnologia de Informação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 066/2017.

Jaciara-MT, 03 de Outubro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria nº. 173/2017

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214/17 DE 06 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 09 de Outubro de 2017, conforme segue:

- RAQUEL GARCIA SILVEIRA SANTOS – Dirigente de Setor;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de Outubro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 215/17, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear os seguintes representantes, para compor o **Conselho Municipal da Cidade**:

Poder Público:

Célio Caetano dos Santos

Keila Cavalcante Scarpim

Adriana Casarotto

Juliano de Souza Gama

Andréia Facco Gonçalves

Charlene Sousa Guimarães

Cenita Maria Oliveira

Queila de Oliveira Cardoso Gomes

Marcia dos Anjos

Edson Tavares da Silva

Movimentos Sociais e Populares:

Pedro Soares Neto

Doralice Vieira de Castro

Jorge Souza de Jesus

Lucelene Maria de Vasconcelos

Ester Assalin

Empresários:

Titular: Gabriele Koller Mattiony

Suplente: Thaís Ferreira de Andrade

Trabalhadores:

Titular: Célio da Silva Carnaúba

Suplente: Marlúcia Andrade Gomes

Profissionais e Acadêmicos:

Titular: Gilliard Beltrão

Suplente: Luciana Brito de Souza

Organizações não Governamentais:

Titular: Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva

Suplente: Martin Braun

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 09 de Outubro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 216/17, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

"**INSTITUI A COMISSÃO COLABORATIVA PARA ACOMPANHAR E A AVALIAR A REFORMULAÇÃO DO PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIO DA EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE JACIARA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito Municipal de Jaciara, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, e dando cumprimento à Lei Orgânica Municipal, a Lei nº. 1.208, de 03 dezembro de 2009, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais e a Lei nº. 1.211, de 10 de dezembro de 2009, torna público a Comissão para acompanhar e avaliar a Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Educação da Educação RESOLVE: Art. 1º - Fica instituído A Comissão Colaborativa para Acompanhamento, Avaliação e Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Educação do Município de Jaciara/MT. Art. 2º - A Comissão Colaborativa para Acompanhamento, Avaliação e Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Educação do Município de Jaciara/MT, a que se refere o art. 1º desta Portaria, será assim constituído:

Benedita Neire Almeida de Magalhães

Secretária Municipal de Educação;

Amadeo Silva de Carvalho

Representante de Diretores da Rede Municipal de Ensino;

Maria Madalena Caixeta Tavares da Silva, IanariaTabosaLopes, Lucia Elena Marcidelli de Almeida e Wanderlucy Batista Ferreira, Ana Claudia do Nascimento Silva Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Doralice Vieira de Castro/Zélia Vieira de Castro

Presidente do SINTEP; João Pedro Ricardo de Arruda – Professor; Rosa Bastos da Silva- ADI; Ariadne Sonia Moura de Almeida- TAE; Maria Auxiliadora Justino- AAE

Representantes do SINTEP / Subsede de Jaciara-MT.

Maria Aili Ferreira de Melo Rodrigues

Advogada da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT

Parágrafo Único. A Secretária Municipal de Educação será o coordenador da Comissão e poderá indicar outros componentes, até o número de 02 (dois), para integrá-la como representante do Poder Executivo Municipal;

Art. 3º - A Comissão Colaborativa para Acompanhamento, Avaliação e Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Educação do Município de Jaciara/MT terá como atribuições:

a) Avaliar e Reformular o Plano de Cargos, Carreira e Salário, com discussão coletiva através da representatividade; b) Realizar as Assembléia Geral com todos os profissionais da Educação, para apresentar as modificações à todos os profissionais da Educação, para aprovação geral; c) Acompanhar Projeto de Lei e aprovação do Plano de Carreira modificado. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara, 11 de Outubro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume, estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 217/17 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **RICARDO DA COSTA PINTO –** Assessor Técnico, a partir de 01 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Outubro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218/17 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor AMARILDO TICIANEL, como FISCAL DE OBRAS, do contrato abaixo relacionado, a partir do dia 24/10/2017:

- **CONTRATO 033/2017** – *"Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços de Execução de Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário no Âmbito do PAC 2, do Município de Jaciara-MT, referente ao Repasse Nº. 0352.398-38/2011/PAC2/MCIDADES/CAIXA".*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 24 de Outubro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

CELIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 219/17 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para compor o serviço de inspeção da SIM/POA, como AGENTES DE INSPEÇÃO, da Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, a partir do dia 31 de Outubro de 2017.

- LELES COUTINHO ALEXANDRINO

- NATALIA SILVA NERIS

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 31 de Outubro de 2017.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças- Portaria nº 173/2017

JOEL DE SOUZA LIMA

Secretário de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com a fixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/17 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 31 de Outubro de 2017, conforme segue:

- CHARLES FERNANDO JORGE DE SOUZA – Secretário Municipal de Governo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 31 de Outubro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/17 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, dos respectivos Cargos Comissionados, a partir do dia 01 de Novembro de 2017, conforme segue:

- ELINETE DE AVIZ BANNAI – CHEFE DE NÚCLEO;

- MARIA ANTÔNIA FERREIRA DA SILVA BARBOSA – DIRIGENTE DE SETOR;

- ANDREIA SOUZA MELO – DIRIGENTE DE SETOR;

- VALQUIRIA AMARAL DA SILVA MOURA – DIVISÃO;

- MARLY DE SOUZA SILVA – CHEFE DE EQUIPE;

- MILENA PEREIRA SAMPAIO – DIRETOR DE DEPARTAMENTO;

- ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA – SECRETÁRIO ADJUNTO;

- ELIANE BARTUCCI MARCATO – DIRETOR DE DEPARTAMENTO;

- FABIO PEDROSO DA SILVA – COORDENADOR;

- LORRAINY LEONEL CAMARGO – COORDENADORA;

- CLINTON DAVISSON FIALHO – COORDENADOR..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 31 de Outubro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/17 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 10 de Novembro de 2017, conforme segue:

- EVERTON APARECIDO DOMICIANO DOS SANTOS – Chefe de Núcleo;

Art. 2º - NOMEAR, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, a partir do dia 13 de Novembro de 2017, conforme segue:

- **ARIVALDO HOLSBACH PAVÃO –** Chefe de Núcleo;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 223/17 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem os Cargos Comissionados, a partir de 01 de Novembro de 2017, conforme segue:

- **ELIANE BARTUCCI MARCATO –** Secretária Adjunta;

- **SIDNÉIA DE SOUZA SOARES –** Divisão;

- FÁBIO PEDROSO DA SILVA – Diretor de departamento;

- LORRAINY LEONEL CAMARGO – Diretor de departamento;

- ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA – Coordenador.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de Novembro de 2017

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/17 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do respectivo Cargo Comissionado, a partir do dia 23 de Novembro de 2017, conforme segue:

- SANDRA SANTOS SILVA – Coordenadora;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 08 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.225/17 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, dos respectivos Cargos Comissionados, a partir do dia 10 de Novembro de 2017,conforme segue:

- JOEL UMBERTO CARLINI –Assessor Adjunto;

- ELIEZER FERNANDES –Assessor Adjunto;

- LEIDIANE FERREIRA DA SILVA – Dirigente de Setor;

- JAINE PEREIRA DE ANDRÉ – Chefe de Núcleo;

- ELIANE CABRAL DA CUNHA – Coordenadora.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/17 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor AMARILDO TICIANEL, como FISCAL DE OBRAS, do contrato abaixo relacionado, a partir do dia 09/10/2017:

- **CONTRATO 035/2017** – *"Contratação de empresa especializada execução de obras de conclusão do Parque da Mulata – Centro de Atendimento ao Turista e Drenagem de Águas Pluviais e meio fio com sarjeta (Av. Caetés entrada Portal do Bosque) no Município de Jaciara-MT".*

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 10 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

CELIO CAETANO DOS SANTOS

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/17 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, o funcionário abaixo relacionado, para exercer o Cargo Comissionado, conforme segue:

- **ANTÔNIO BASTOS PEREIRA –** Chefe de Núcleo Administrativo, a partir de 01 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 23 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/17 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

"NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE- COMDEMA, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.537 DE 26 DE JUNHO DE 2013, alterado o artigo 5º pela LEI Nº 1.655 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015 em atendimento ao termo do art. 47 da lei 11.445/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD no uso de suas atribuições e legais;

Art. 1º RESOLVE NOMEAR, como membros TITULARES e SUPLENTES, representantes dos respectivos órgãos, que integram o CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, em conformidade com a Lei nº 1.160/2009,LEI Nº 1.537 DE 26 DE JUNHO DE 2013Art. 8°, alterada pela Lei 1.655/2015 aos termos do Art. 47 da Lei nº 11.445/2007, que observam a necessidade do controle social da qualidade do meio ambiente e dos serviços públicos de saneamento básico, o Conselho será composto, observada a representação paritária entre o poder público e sociedade civil organizada, pelos seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO:

01 (um) Presidente do COMDEMA representante da Secretaria Adjunta de Meio Ambiente:

LELES COUTINHO ALEXANDRINO (Titular)

01 (um) vice Presidente do COMDEMA representante da Secretaria Adjunta de Meio Ambiente:

CENITA MARIA OLIVEIRA (Suplente)

II - **06 (seis**) **REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS AO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO**, **SENDO:**

Departamento de Água e Esgoto

- ANDREIA FACCO (Titular)

- ODAIR FRANCISCO NOGUEIRA (Suplente)

Secretaria Municipal de Infraestrutura/Departamento de Resíduos Sólidos:

-ÂNELLA CAROLINE CAPELARI PEREZ (Titular)

-JAIR DA SILVA PESSOA (Suplente)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

- KIZI AMORIM KROTH (Titular)

- PAULO RICARDO FRANCO EMÍDIO DA SILVA (Suplente)

Secretaria Municipal de Agricultura:

-JOEL DE SOUZA LIMA (Titular)

-NATÁLIA SILVA NERIS (Suplente)

Secretaria Municipal de Saúde:

DIRCE MORIS TERNES (Titular)

-ROBSON CASANOVA (Suplente)

Secretaria Municipal de Educação:

-ANA CLAUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA (Titular)

-MARIA MADALENA CAIXETA TAVARES DA SILVA (Suplente)

III - 01 (um) **REPRESENTANTE DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL OU FEDERAL QUE TENHA EM SUAS ATRIBUIÇÕES A PROTEÇÃO AMBIENTAL OU O SANEAMENTO BÁSICO E QUE POSSUAM REPRESENTAÇÃO NO MUNICÍPIO**:

EMPAER:

-JÉSICA COUTINHO DA SILVA (Titular)

-ILTON BATISTA CAMILO (Suplente)

IV – 04 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO:

Loja Maçônica:

-PEDRO SOBRAL (Titular)

--WADSON MARCONDES CALDIM (Suplente)

Sindicato Rural:

-CARIN RAQUEL CHIAPINOTTO (Titular)

-MARLÚCIA ANDRADE GOMES (Suplente)

Representante de Catadores de Materiais Recicláveis:

Cérgio Luiz Barbosa. (Titular)

Olga Ferreira Costa (Suplente)

Câmara de Dirigentes e Lojistas – CDL:

-JUSCIBERTO MOREIRA DOS SANTOS (Titular).

- Lauro Fábio Costa Santos (Suplente).

V - 01 (um) REPRESENTANTE DE ENTIDADE CIVIL CRIADA PARA DEFESA DOS MORADORES, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO, REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO:

UNIÃO JACIARENSE DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS-UJAC:

- LINDOMAR RAMOS RIBEIRO (Titular)

-MESSIAS DA COSTA ATAYDE (Suplente)

VI - **02 (dois**) **REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES NÃO - GOVERNAMENTAIS E/OU EXECUTORES DE PROJETOS SOCIAIS CRIADOS PARA DEFESA DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE E DO SANEAMENTO BÁSICO, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO.**

AEMA:

-GABRIELA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (Titular)

-LUIZ BALDACIN (Suplente)

EDUVALE:

-VALÉRIA CRISTINA CAMPOS (Titular)

- SOELY OVIDIO DE MIRANDA (Suplente)

VII- 01 (um) **PESQUISADOR OU PESSOA DE NOTÓRIO SABER, INDICADO POR ENTIDADE CIENTÍFICA COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO**.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO IFMT.

- CLEICIANE ANTUNES DUQUE (Titular)

- JOIR BENEDITO PROENÇA DE AMORIM (Suplente)

Art. 2º Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou qualquer ausência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MT, 28 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/17 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **FINALIZAR A CEDÊNCIA**, em face da notificação de retorno ao cargo, comunicado através do Ofício nº. 992/2017/GAB-SETAS/MT, da servidora efetiva abaixo relacionada:

- **VALÉRIA DOROTÉIA TORRES –** Técnica de Enfermagem, a partir de 16 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/17 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 918/03 de julho de 2003 e conforme determinação do código de Trânsito Brasileiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica SUBSTITUÍDA a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - JARI DE Jaciara, sendo composta pelos abaixo nomeados para, sob a presidência do primeiro, integrarem, a contar das publicações deste ato, a JARI DE JACIARA- MT, para o biênio 2018/2019.

TITULARES:

1 – ALEXANDRE VERNIANO;

2 – ADRIANA CASAROTTO FERNANDES DE MELLO;

3 – ALYNE ANDRIELY SHUENQUENER DE LIMA.

SUPLENTES:

1 – EDSON TAVARES DA SILVA;

2 – MARCOS ANTÔNIO SILVA;

3 – ANNA CAROLINA CARVALHO DE SOUZA FABIAN.

Art. 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 232/17 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, dos respectivos Cargos Comissionados, a partir do dia 01 de Dezembro de 2017, conforme segue:

- KATIA SOARES BARBOSA – Dirigente de Setor;

- JULIANA LIMA DA CRUZ – Supervisora.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 30 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 233/17 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora **REGINA FERRAZ DA GAMA,** do Cargo Comissionado de Chefe de Equipe, a partir de 05 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 05 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 234/17 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 118, da Lei Municipal nº. 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009, onde prevê a Licença para o Desempenho de Mandato Classista;

CONSIDERANDO o requerimento datado de 29 de Novembro de 2017, do Servidor Claudécio Gonçalves da Silva, onde solicita a Licença;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Licença para o Desempenho de Mandato Classista do Servidor **Claudécio Gonçalves da Silva**, efetivo no Cargo de Agente de Fiscalização Tributária do Município de Jaciara, para exercer a função de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaciara (SISP-JACI), no período de 12/12/2017 a 11/12/2020, **com ônus** para o Município.

Art. 2º - Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 11 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 235/17 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE AS NORMAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À PRESCRIÇÃO E A DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS E DEFINE O FLUXO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DAS UNIDADES PERTENCENTES AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACIARA SOB GESTÃO MUNICIPAL

A **Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara**, Estado de Mato Grosso, no uso de poderes que lhes são conferidos de acordo com a Lei Orgânica Municipal e, Considerando:

que os medicamentos no Sistema Único de Saúde têm uma importância significativa na redução da mortalidade e morbidade e, normas para execução do acesso são fundamentais para a promoção da segurança do paciente;

a necessidade de estabelecer e disciplinar a prática da prescrição e da dispensação de medicamentos e seus correlatos por profissionais da saúde legalmente habilitados pelo seu respectivo conselho de classe;

a Lei Federal nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o exercício da Odontologia;

a Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e seu regulamento;

a Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975 e o Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969, que versam sobre as atribuições do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

a Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, e dá outras providências (inclusive definindo competências dos enfermeiros para prescrever medicamentos);

a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Título III Da Prevenção, Capítulo I - Disposições Gerais, Art. 71, Capítulo II - Da Prevenção Especial, Seção II, Art. 81, item III;

a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

a Lei Federal nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências;

a Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Livro I, Título I - Das Pessoas Naturais, Capítulo I - Da Personalidade e da Capacidade, Art. 3º, Art. 4º e Art. 5º;

a Lei Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina;

a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

o Decreto Federal nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas;

o Decreto Federal nº 74.170, de 10 de junho de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

a Portaria GM/MS nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, que aprova a Política Nacional de Medicamentos;

a Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial;

a Portaria SVS/MS nº 06, de 29 de janeiro de 1999, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, que instituiu o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial;

a Portaria nº 373, de 27 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a NOAS-SUS 01/2002 – Norma Operacional de Assistência à Saúde;

a Portaria GM/MS nº 1.017/MS, de 23 de dezembro de 2002, que estabelece que as Farmácias Hospitalares e/ou dispensários de medicamentos existentes nos Hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde deverão funcionar, obrigatoriamente, sob a Responsabilidade Técnica de Profissional Farmacêutico devidamente inscrito no respectivo Conselho Regional de Farmácia;

a Portaria GM/MS nº. 2.848, de 06 de novembro de 2007, que publica a tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPM, do Sistema Único de Saúde;

a Portaria GM/MS nº 2.982, de 26 de novembro de 2009, que aprova as normas de execução e de financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

a Portaria GM/MS nº 2.928, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os §§ 1º e 2º do art. 28 do Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011;

a Portaria GM/MS Nº 1.554 de 30 de julho de 2013 que dispõe sobre as regras de financiamento e de execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde

a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF);

a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 135, de 29 de maio de 2003, que aprova o regulamento técnico para medicamentos genéricos;

a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 138, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos;

a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 14, de 31 de março de 2010, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos;

a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 20, de 5 de maio de 2011, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação;

a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;

a Portaria SMS nº 91/16 de 20 de junho de 2016, Cria e Institui a Comissão de Farmácia e Terapia de Jaciara/MT – CFT nomeia os servidores e dá outras providências;

a competência do nutricionista para a prescrição de suplementos nutricionais que está estabelecida no inciso VII, do artigo 4º, da Lei 8234/1991, Resolução CFN nº 390/2006 e, de acordo com a Resolução CFN nº 380/2005, é considerada atividade complementar do nutricionista nas áreas de Nutrição Clínica, Saúde Coletiva e Nutrição em Esportes;

a competência do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) para a prescrição de suplementos nutricionais à integralidade da Recomendação CFN nº 004, de 21 de fevereiro de 2016;

a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.931, de 17 de setembro de 2009, que aprova o Código de Ética Médica, no que se refere à prescrição de medicamentos;

a Resolução do Conselho Federal de Nutrição (CFN) nº 556, de 11 de abril de 2015, que altera as Resoluções nº 416, de 2008, e nº 525, de 2013, e acrescenta disposições à regulamentação da prática da Fitoterapia para o nutricionista como complemento da prescrição dietética;

a Resolução COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e dá outras providências;

a Resolução COFFITO nº 424, de 08 de julho de 2013 que estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

a Resolução do Conselho Federal de farmácia (CFF) nº 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências;

a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 586, de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica;

a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 596, de 21 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares;

a Nota Técnica da Anvisa sobre a RDC nº20/2011, de 24 de setembro de 2013, que orienta os procedimentos relativos ao controle de medicamentos à base de substancias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição médica;

a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Mato Grosso, CIB nº 083, de 15 de abril de 2010, que dispõe dobre o elenco de medicamentos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica para o estado de Mato Grosso;

a "Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde", 2011 - Conselho Nacional de Saúde - Ministério da Saúde. (Portaria GM/MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009).

o disposto no artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal do Brasil, que outorga liberdade de exercício, trabalho ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer;

a ATA 219 do Conselho Municipal de Saúde de Jaciara de 29 de novembro de 2018, que aprovou a proposta desta Portaria;

Resolve: DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º. NORMATIZAR as diretrizes dos serviços de Assistência Farmacêutica, definindo a organização e distribuição das tarefas, a prescrição, dispensação e fornecimento de medicamentos e seus correlatos, inclusive os suplementos alimentares na rede municipal e os parâmetros para o funcionamento e estrutura dos serviços. Para o melhor entendimento desta normatização são adotadas as seguintes definições:

I. Assistência Farmacêutica: conjunto de ações e de serviços que visem a assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional.

II. Aviamento de Receitas - manipulação de uma prescrição na farmácia, seguida de um conjunto de orientações adequadas, para um paciente específico.

III. Bioética: ética aplicada especificamente ao campo das ciências médicas e biológicas. Representa o estudo sistemático da conduta humana na atenção à saúde à luz de valores e princípios morais. Abrange dilemas éticos e deontológicos relacionados à ética médica e farmacêutica, incluindo assistência à saúde, as investigações biomédicas em seres humanos e as questões humanísticas e sociais como o acesso e o direito à saúde, recursos e políticas públicas de atenção à saúde. A bioética se fundamenta em princípios, valores e virtudes tais como a justiça, a beneficência, a não maleficência, a equidade, a autonomia, o que pressupõe nas relações humanas a responsabilidade, o livre-arbítrio, a consciência, a decisão moral e o respeito à dignidade do ser humano na assistência, pesquisa e convívio social.

IV. Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF): unidade de assistência farmacêutica que serve para o armazenamento de medicamentos e correlatos, onde são realizadas atividades quanto à sua correta recepção, separação, estocagem, distribuição e registro de saída.

V. Classe terapêutica: categoria que congrega medicamentos com propriedades e/ou efeitos terapêuticos semelhantes.

VI. Condição crônica: refere-se a doenças de longa duração e geralmente de progressão lenta.

VII. Correlato - substância, produto, aparelho ou acessório, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos, perfumes e produtos de higiene e, ainda, os produtos óticos, de acústica médica, odontológicos, dietéticos e veterinários.

VIII. Denominação Comum Brasileira (DCB): denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo, aprovada pelo órgão federal responsável pela vigilância sanitária.

VIX. Denominação Genérica (nome genérico): denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo.

X. Dispensação de Medicamentos: ato de entregar (dispensar) medicamentos pelo profissional farmacêutico legalmente habilitado com a orientação adequada para o paciente ou seu responsável sobre a interação com outros medicamentos e/ou alimentos; sobre as formas de melhorar a adesão ao tratamento, à orientação de como agir no caso de ocorrência de reações adversas, a conservação do produto farmacêutico, entre outras, sempre considerando as peculiaridades do paciente.

XI. Droga Vegetal: planta medicinal ou suas partes, após processos de coleta, estabilização e secagem, podendo ser íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada.

XII. Emenda: ato ou efeito de emendar, tentar melhorar o próprio procedimento acrescentando no propósito de aumentar o que já fora feito.

XIII. Farmácia: unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, na qual se processe a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopeicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos.

XIV. Fármaco - substância que é o princípio ativo do medicamento.

XVII. Farmacoterapia: tratamento de doenças e de outras condições de saúde, por meio do uso de medicamentos.

XVIII. Farmacoeconomia: é a aplicação da economia ao estudo dos medicamentos otimizando os gastos financeiros sem prejuízo ao tratamento do paciente.

XIX. Farmacovigilância: Por definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a farmacovigilância é “a ciência e atividades relativas à identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou quaisquer problemas relacionados ao uso de medicamentos”.

XX. Formulário de Comunicado ao Prescritor: impresso contendo as inconformidades presentes nas receitas apresentadas nas Unidades dispensadora de medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara - Mato Grosso.

XXI. Fracionamento - subdivisão de um medicamento em frações menores a partir da sua embalagem original, sem o rompimento do invólucro primário e mantendo os seus dados de identificação.

XXII. Medicamento - produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

XXIII. Medicamento de Referência - produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no país, cuja eficácia, segurança, e qualidade foram comprovados cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro.

XXIV. Medicamentos de uso contínuo: são medicamentos usados no tratamento de condições crônicas ou para contracepção, para as quais o paciente poderá utilizar de forma ininterrupta, conforme prescrição.

XXV. Medicamento fitoterápico: é o obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. Sua eficácia e segurança são validadas através de levantamentos farmacológicos de utilização, documentações técnico-científicas em publicações ou ensaios clínicos fase III. Não é considerado medicamento fitoterápico aquele que, na sua composição, inclua substâncias ativas isoladas, de qualquer origem, nem as associações destas com extratos vegetais.

XXVI. Medicamento genérico: é igual ou comparável ao de referência (ou inovador ou original ou de marca) em quantidade de princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, modo de administração e qualidade, que pretende ser com ele intercambiável. É geralmente produzido após expiração ou renúncia da patente e de direitos de exclusividade, comprovando sua eficácia, segurança e qualidade através de testes de biodisponibilidade e equivalência terapêutica. O medicamento genérico é designado conforme a DCB ou, na ausência, a DCI.

XXVII. Medicamento Homeopático - são preparações manipuladas de forma específica de acordo com regras farmacotécnicas bem definidas, descritas na Farmacopeia Homeopática Brasileira.

XXVIII. Medicamento Similar - aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstico, do medicamento de referência registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em característica relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipiente e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.

XXIX. Medicamentos de Controle Especial - medicamentos entorpecentes ou psicotrópicos e outros relacionados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária capazes de causar dependência física ou psíquica.

XXX. Medicamentos de Uso Contínuo - são aqueles empregados no tratamento de doenças crônicas e ou degenerativas, utilizados continuamente.

XXXI. Medicamentos Essenciais - medicamentos considerados básicos e indispensáveis para atender a maioria dos problemas de saúde da população.

XXXII. Medicamentos Órfãos - medicamentos utilizados em doenças raras, cuja dispensação atende a casos específicos.

XXXIII. Medicamentos Tarjados - são os medicamentos cujo uso requer a prescrição por profissional habilitado e que apresentem, em sua embalagem, tarja (vermelha ou preta) indicativa desta necessidade.

XXXIV. Notificação de Receita: é o documento que acompanhado de receita autoriza a dispensa de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial definidos na Portaria SVS/MS nº 344/98 e suas atualizações.

XXXV. Paciente: pessoa que solicita, recebe ou contrata orientação, aconselhamento ou prestação de outros serviços de um profissional da saúde.

XXXVI. Prescrição: conjunto de ações documentadas relativas ao cuidado à saúde, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças.

XXXVII. Prescritor: profissional legalmente habilitado para selecionar, iniciar, adicionar, substituir, ajustar, repetir ou interromper terapias farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente e documentar essas ações, visando à promoção, proteção, recuperação, a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

XXXVIII. Prescrição de medicamentos: ato pelo qual o prescritor seleciona, inicia, adiciona, substitui, ajusta, repete ou interrompe a farmacoterapia do paciente e documenta essas ações, visando à promoção, proteção, recuperação e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

XL. Prescrição Dietética - prescrição a ser elaborada com base nas diretrizes estabelecidas no diagnóstico nutricional.

XLI. Produto Farmacêutico intercambiável - equivalente terapêutico de um medicamento de referência, comprovado, essencialmente, os mesmos efeitos de eficácia e segurança.

XLII. Rasura: ato ou efeito de raspar ou riscar letras em um documento, para alterar um texto.

XLIII. Receita: é um documento escrito e dirigido ao farmacêutico, definindo como o fármaco deve ser fornecido ao paciente, e a este, determinando as condições em que o fármaco deve ser utilizado. É efetuada por profissional devidamente habilitado.

XLIV. Receituário de Controle Especial: impresso utilizado para a prescrição de medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial.

XLV. Suplementos Nutricionais: formulados de vitaminas, minerais, proteínas e aminoácidos, lipídios e ácidos graxos, carboidratos e fibras, isolados ou associados entre si.

XLVI. Unidade dispensadora: local de serviço que realiza o aviamento de receitas e/ou dispensa de medicamentos pertencentes à Unidade de Saúde.

XLVII. Uso racional de medicamentos: processo pelo qual os pacientes recebem medicamentos apropriados para suas necessidades clínicas, em doses adequadas às suas características individuais, pelo período de tempo adequado e ao menor custo possível, para si e para a sociedade.

XLVIII. Validade da receita: data limite em que a receita poderá ser aviada, contada a partir de sua emissão.

DA SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS

Art. 2º. A instância responsável pela Relação Municipal de Medicamentos (Remume), norteadora das prescrições de medicamentos nos serviços de saúde do SUS sob gestão municipal, será a Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT, vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde. A CFT tem caráter consultivo, deliberativo e de assessoria à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Portaria SMS/JAC/MT nº 91/16 de 20 de junho de 2016, na formulação do elenco de medicamentos e correlatos, obedecido o disposto na Portaria GM nº 1.555/2013, na Resolução CIB/MT Nº 083 de 15 de abril de 2010 e, na Lei Federal 12.401/11, considerando sempre a eficácia, eficiência, custo/benefício e registro do medicamento na ANVISA.

Parágrafo Único - As decisões da CFT relativas às alterações no elenco municipal de medicamentos deverão ser pactuadas no Conselho Municipal de Saúde conforme Art. 19-P item III da Lei 12.401/2011.

DA PRESCRIÇÃO

Art. 3º. A prescrição peculiar a Assistência Farmacêutica nas unidades do SUS sob gestão municipal deverá:

I. Conter identificação do Serviço de Saúde com nome, endereço e telefone;

II. Ser individual, escrita em caligrafia legível, à tinta, digitada ou eletrônica, sem rasuras e/ou emendas, observadas a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, indicando a forma farmacêutica, a concentração, a dose, o modo de usar e a duração do tratamento;

III. Conter o nome completo do usuário (sem abreviações), endereço, sexo e idade;

IV. Conter, preferencialmente, a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou a denominação genérica do medicamento sendo vedado o uso de abreviaturas ou códigos;

V. Conter a denominação botânica para plantas medicinais, drogas vegetais e medicamentos fitoterápicos;

VI. Ser apresentada em uma única via, com exceção das prescrições de medicamentos sujeitos a controle especial e antimicrobiano que deverão ser apresentadas em duas vias para atender à legislação específica;

VII. Conter a data de sua emissão, identificação (nome completo e número do registro no conselho de classe correspondente, impresso ou de próprio punho) e assinatura do prescritor;

VIII. É facultado ao prescritor emitir as receitas de medicamentos para tratamento de condições crônicas contendo os dizeres “uso contínuo” ou determinar a quantidade de medicamento suficiente para o período de tratamento;

§ 1º. Em casos excepcionais, em que o tratamento necessite da inclusão do parceiro(a) ou de familiares, o prescritor deverá expressar essa condição na receita médica.

§ 2º. A prescrição de medicamentos sujeitos a controle especial deverá atender à legislação específica.

IX. É vedada ao prescritor substituir, alterar ou de alguma forma interferir na prescrição de outro profissional prescritor sem a prévia autorização do mesmo, o profissional deverá relatar por escrito o motivo desta intercorrência e, ou seguindo os preceitos legais do seu respectivo Código de Ética e/ou demais resoluções do seu Conselho de Classe Profissional que versam sobre o tema.

Parágrafo único. Neste caso, conforme seus conhecimentos técnicos e científicos, respeitando sempre os demais profissionais perante o paciente, cuidador ou responsável legal sobre os aspectos da bioética, a modificação deverá ser acompanhada da justificativa correspondente, e deverá ser comunicado imediatamente ao outro prescritor o motivo da intercorrência, recomenda-se enviar cópia para a coordenação da assistência farmacêutica.

X. Na prescrição da suplementação nutricional o profissional não deverá manifestar preferência de marcas, respeitando os deveres e obrigações da esfera municipal e em conformidade com as resoluções do respectivo conselho de classe, havendo necessidade de mencioná-las, deverá indicar várias alternativas oferecidas pelo mercado.

Art. 4º. Para fins de prescrição são considerados prescritores os seguintes profissionais: médico, cirurgião-dentista, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta e nutricionista.

§ 1º. Ao cirurgião-dentista é permitido prescrever medicamentos para fins odontológicos (Anexo 1). **§ 2º.** Ao enfermeiro é permitido prescrever medicamentos em conformidade com a legislação vigente e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal (Anexo 1).

§ 3º. Ao farmacêutico é permitido prescrever medidas farmacológicas, não farmacológicas e outras intervenções relativas ao cuidado, em conformidade com a legislação vigente. Previsto em programas, protocolos, diretrizes ou normas técnicas estabelecidas pelo Gestor municipal (Anexo 1).

§ 4º. Ao fisioterapeuta é permitido prescrever somente substâncias complementar à sua prática profissional e somente aos produtos cujas indicações de uso estiverem relacionadas a seu campo de atuação em conformidade com a legislação vigente e estabelecidas pelo Gestor municipal (Anexo 1).

§ 5º. Ao nutricionista é permitido prescrever suplementos nutricionais, plantas medicinais, drogas vegetais e fitoterápicos como complemento da prescrição dietética em conformidade com a legislação vigente e estabelecidas pelo Gestor municipal (Anexo 1).

Art. 5º. Os medicamentos não sujeitos a controle especial destinado ao tratamento de condições crônicas poderão ser prescritos em quantidades para até 180 (cento e oitenta) dias de tratamento a partir da data de emissão da receita.

§ 1º. Os medicamentos anti-hipertensivos poderão ser prescritos para até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de tratamento para pacientes com hipertensão arterial sistêmica com escore de Framingham na categoria de baixo risco, ou seja, probabilidade de evento cardiovascular em 10 anos menor que 10%.

§ 2º. Os medicamentos contraceptivos hormonais poderão ser prescritos para até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de tratamento.

Art. 6º. A quantidade prescrita dos medicamentos sujeitos a controle especial deverá atender à legislação específica.

Art. 7º. Nos casos em que a receita estiver em desacordo com o disposto nesta Portaria, o dispensador deverá contatar o prescritor por meio do Formulário de Comunicado ao Prescritor (Anexo 2).

DOS MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO

Art. 8º. Cabe ao prescritor definir se o tratamento é contínuo, podendo registrar o termo USO CONTÍNUO ao lado do nome do medicamento em questão quando receita escrita a tinta.

§ 1º. Próximo ao período de vencimento da validade da receita, o usuário deverá marcar uma nova consulta para reavaliação clínica e nova prescrição. Comprovando não ter conseguido a consulta no período do vencimento da receita e da nova reavaliação, a receita passará a ter validade até o dia da nova consulta agendada e comprovada.

§ 2º. Não serão aceitas para dispensação receitas vencidas sem comprovação de consulta agendada.

§ 3º. Aparelhos glicosímetros e fitas reagentes para glicemia capilar deverão ser prescritos somente para o automonitoramento domiciliar dos portadores de Diabetes Mellitus insulino dependentes, que tenham residência em Jaciara - Mato Grosso, devidamente cadastrado no Programa HIPERDIA e de acordo com o Protocolo de Assistência Municipal aos Portadores de Diabetes Mellitus específico, conforme deliberação da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT).

DA VALIDADE DA RECEITA

Art. 9º. As receitas, a efeito de dispensação nas unidades dispensadoras da Rede Municipal de Saúde de Jaciara, terão validade de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, excetuando-se:

I - as de legislação específica cujos prazos serão aqueles dispostos pela legislação Federal – Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e, RESOLUÇÃO-RDC Nº 20, de 5 de maio de 2011 e suas respectivas atualizações;

II - as prescrições de medicamentos antidiabéticos orais e para dislipidemias (estatinas) quando associados a anti-hipertensivos, em que a receita terá validade até a data de retorno médico ou no máximo de 365 dias;

III - as prescrições dos contraceptivos hormonais terão validade de 365 dias.

IV - as prescrições de medicamentos de uso prolongado ou de condições crônicas que expressem o termo “uso contínuo” terá validade de 180 dias;

DA DISPENSAÇÃO

Art. 10º. A dispensação de medicamentos nas Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde Municipal deverá ocorrer mediante a apresentação do Registro Geral (RG) do usuário que for retirar a medicação nas unidades de dispensação, do Cartão Nacional de Saúde (CNS) do paciente a que pertence a receita e da prescrição original, dos estabelecimentos de saúde credenciados com a Rede SUS, desde que obedeçam aos requisitos dos art. 3º, 4º, 8º, 9º e 10.

§ 1º. A dispensação de medicamentos nas Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde Municipal está restrita a residente do município de Jaciara.

§ 2º. A quantidade dispensada será para um tratamento completo ou, se de uso contínuo, conforme a posologia, uma quantidade suficiente para 30 (trinta) dias de tratamento, respeitando a RDC nº 80/2006 referente ao fracionamento de medicamentos. Nos casos em que não for possível a dispensação da quantidade exata devido à apresentação farmacêutica, deve ser dispensada a quantidade superior mais próxima à calculada, de maneira a promover o tratamento completo do paciente, contudo, deverá ser descontada essa quantidade no total de comprimidos entregues no mês subsequente.

§ 3.º Quando medicamentos pertencentes à Portaria SVS nº 344/98, a quantidade dispensada poderá ser para até dois meses, exceto o medicamento Codeína + Paracetamol, que deverá conter a quantidade correspondente para o máximo de 30 (trinta dias) de tratamento, conforme legislação. Todas as orientações de prescrição desta portaria deverão ser seguidas pelos prescritores.

§ 4º. Quando a prescrição expressar o uso de um medicamento de forma condicional, tais como “se dor”, “se febre”, “se náuseas”, dentre outras, será dispensada quantidade suficiente para 3 (três) dias de tratamento.

§ 5º. É vedado o fornecimento de medicamentos para meses anteriores à data da realização da dispensa.

Art. 11º. Em casos excepcionais, quando for paciente em viagem, a medicação requisitada for essencial à saúde poderá ser realizado a dispensação de medicamento, desde que:

I – O receituário está de acordo coma legislação estadual de Mato Grosso e/ou Federal no que se refere ao Art. 3º desta Portaria;

II – Somente será aceita prescrição de profissional legalmente habilitado pelo estado de Mato Grosso e/ou pela União;

III – A apresentação dos documentos pessoais, principalmente o cartão nacional de saúde, são requisitos imprescindíveis para dispensação.

§ 1º. Para os casos deste artigo, as medicações serão atendidas para 10 dias de tratamento ou no máximo 30 dias em casos que não puder ocorrer o fracionamento ou para os medicamentos da Portaria 344/98 e da RDC 20/11 que necessitam ser atendidos conforme legislação específica.

Art. 12º. É vedada, durante a dispensação, a prescrição farmacêutica que vier a caracterizar interferência - substituição ou alteração - da prescrição de outro profissional.

Art. 13º. A dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial e, os antimicrobianos deverão atender à legislação específica.

Art. 14º. No ato da dispensação devem ser avaliados na prescrição os seguintes dados:

I – identificação da Unidade Dispensadora;

II – identificação do usuário, endereço, sexo e idade;

III - identificação do medicamento, concentração, dosagem, forma farmacêutica e quantidade;

IV - legibilidade e ausência de rasuras e emendas;

IV - modo de usar ou posologia;

V - duração do tratamento;

VI - local e data da emissão;

VII - assinatura e identificação do prescritor com o número de registro no respectivo conselho profissional;

VIII - Não podem ser dispensados medicamentos cujas receitas estiverem ilegíveis ou que possam induzir a erro ou confusão;

IX - As informações registradas nas receitas de antimicrobianos e medicamentos sujeitos a controle especial deverão atender à legislação específica.

Parágrafo único - O prescritor deve ser contatado para esclarecer eventuais problemas ou dúvidas detectadas no momento da avaliação da receita.

X – A dispensação de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) cujo as linhas de cuidado estão definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde devem seguir o Capítulo II, Seção IV da Portaria GM/MS Nº 1.554 de 30 de julho de 2013 e suas atualizações referente a Dispensação.

Art. 15º. A unidade dispensadora será responsável pelo arquivamento da 2ª via da receita, por ordem cronológica, por 2 (dois) anos, das receitas de medicamentos sujeitos a controle especial e antimicrobianos, com exceção das receitas do medicamento talidomida que deverão ficar arquivadas por 5 (cinco) anos.

Art. 16º. É vedada a dispensação de medicamentos a menor de 14 (quatorze) anos, exceto à usuária de contraceptivos hormonais e à usuária que for mãe.

Art. 17º. É vedada a dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial a menor de 18 (dezoito) anos, exceto ao emancipado.

DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊTICA

Art. 18º. O Departamento da Assistência Farmacêutica (DAF) tem como principal objetivo a execução de ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos que tenham qualidade, segurança e eficácia, promovendo o seu uso racional, sob orientação técnica e em estreita consonância com a Política Municipal de Saúde e de Assistência Farmacêutica.

Art. 19º. O Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), vinculado à Secretaria de Municipal de Saúde (SMS) de Jaciara (JAC), tem a competência de:

I - Subsidiar a Secretaria Municipal de Saúde na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas e temas estratégicos, necessários à implementação da Política Nacional de Saúde, no âmbito de suas atribuições;

II - Formular, programar, e coordenar a gestão das Políticas Municipais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos, incluindo sangue, hemoderivados, vacinas, odontológicos e imunobiológicos, na qualidade de partes integrante subordinada a Secretaria Municipal de Saúde e sempre observada os princípios e as diretrizes do SUS;

III - Prestar cooperação técnica para o aperfeiçoamento da capacidade assistencial, gerencial e operacional dos profissionais de saúde, com educação continuada sobre farmacologia, farmacovigilância e farmacoecônomia, no âmbito de sua atuação;

IV - Coordenar a organização e o desenvolvimento de programas, projetos e ações relacionadas a medicamentos, em áreas e temas de abrangência municipal;

V - Normatizar, promover e coordenar a organização da assistência farmacêutica, nos diferentes níveis da atenção à saúde, obedecendo aos princípios e diretrizes do SUS;

VI - Elaborar o processo de licitação, programar a logística de aquisição a distribuição de produtos farmacêuticos, hospitalar e odontológicos e seus respectivos insumos e correlatos para a saúde, em particular para a assistência farmacêutica, em articulação com as Coordenadorias dos diversos níveis de atenção à saúde;

VII - Programar a aquisição e a distribuição de insumos estratégicos para a saúde, em particular para a assistência farmacêutica, em articulação com Vigilância Epidemiológica;

VIII - Orientar, capacitar e promover ações de suporte aos agentes envolvidos no processo de assistência farmacêutica e insumos, com vistas à sustentabilidade, racionabilidade e farmacoeconomia dos programas e projetos em sua área de atuação;

VIX - Elaborar e acompanhar a execução de programas e projetos relacionados à produção, à aquisição, à distribuição, à dispensação e ao uso de medicamentos no âmbito do SUS; e

X - Coordenar a implementação de ações relacionadas à assistência farmacêutica e ao acesso aos medicamentos no âmbito dos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde.

ORGANOGRAMA DO DAF

Art. 20º. Esta Portaria estabelece sua independência, organização estrutural e hierárquica do Departamento de Assistência Farmacêutica, definindo assim o organograma do Fluxo da Assistência Farmacêutica do município de Jaciara, da seguinte forma:

I - O DAF atuará independente, mas interligado diretamente às demais unidades de saúde de modo a garantir sua estrutura organizacional, sendo vinculada e diretamente subordinada a Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara;

II - O DAF será diretamente interligado a Central de Assistência Farmacêutica (CAF);

III - O organograma estrutural do DAF será da seguinte forma:

DA RESPONSABILIDADE SOBRE A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, A FARMÁCIA E A RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 21º. A responsabilidade técnica da assistência farmacêutica no âmbito do Município de Jaciara-MT será atribuída ao(s) Farmacêutico(s) da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 22º. Todo o profissional farmacêutico que ocupe cargo de carreira vier a assumir a Direção da Assistência Farmacêutica deverá receber por isso, sendo feito por meio de gratificação.

Parágrafo único - O Gestor municipal, no uso de suas atribuições legais, poderá nomear profissional farmacêutico de sua confiança para assumir a Diretoria da Assistência Farmacêutica conforme disposto na Lei Municipal nº 1.208, de 02 de dezembro de 2009.

Art. 23º. O profissional farmacêutico que responde pela Assistência Farmacêutica deverá observar e seguir todas as normas e legislações pertinentes ao setor farmacêutico.

Art. 24º. Cabe ao farmacêutico diretor o planejamento da Assistência Farmacêutica (seleção, programação, aquisição, recebimento, armazenamento, distribuição, dispensação de medicamentos), na perspectiva da farmacoeconomia, farmacovigilância e farmacoepidemiologia da Rede Municipal de Saúde.

§ 1º. A Diretoria da Assistência Farmacêutica deverá encaminhar para ao Gabinete do Secretário de Saúde as informações e problemas pertinentes a Assistência Farmacêutica.

§ 2º. A Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), os medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), os medicamentos do Componente Estratégico (Hanseníase, Tuberculose e DST/Aids) e dos Medicamentos de Alto Custo serão centralizados e dispensados na Farmácia Central de Jaciara, sob supervisão do farmacêutico conforme a Lei Federal nº 13.021, de 8 de agosto de 2014.

§ 3º. Os medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS nº 344/98) somente serão dispensados nas unidades com farmacêutico responsável técnico conforme legislação. Tais medicamentos são de responsabilidade exclusiva do farmacêutico, e a dispensação ocorre somente na presença deste profissional.

Art. 25º. Os medicamentos sujeitos ao controle especial devem ter a verificação de estoque e a guarda da chave dos armários sob responsabilidade exclusiva dos profissionais farmacêuticos.

Art. 26º. Nas Unidades de Saúde que não dispõem de profissional farmacêutico, cabe à Diretoria da Assistência Farmacêutica, junto com a coordenação local da unidade, designar uma pessoa como responsável local quanto ao recebimento, ao registro do atendimento, administração medicamentosa e à orientação ao usuário.

§ 1º. Somente poderão ser armazenados medicamentos nestas unidades as medicações de urgência e emergência, os injetáveis que fizeram parte do grupo de medicações do Programa Saúde da Mulher e as insulinas, do Programa Hiperdia, ou outros programas que vierem a substitui-los. A lista completa será deliberada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica e previamente aprovada pela autoridade sanitária competente.

§ 2º. Os insumos de saúde para nebulização, para sala de curativos, vacinas e medicamentos odontológicos de uso local não se aplicam ao disposto neste artigo, sendo estes de responsabilidade do Responsável Técnico da unidade de saúde.

§ 3º. O responsável local desenvolverá suas atividades segundo orientações desta normativa, buscando apoio técnico da Diretoria da Assistência Farmacêutica, cabendo ao farmacêutico zelar pelo Uso Racional de Medicamentos, analisando e contribuindo com as práticas farmacoterapêuticas junto às equipes locais de saúde em palestras, campanhas de vacinação, educação continuada e promoção da saúde.

Art. 27º. Ao farmacêutico é atribuído exercer suas atividades clínicas, visando atender às necessidades de saúde do paciente, da família, dos cuidadores e da sociedade e são exercidas em conformidade com as políticas de saúde, com as normas sanitárias vigentes e da Resolução CFF nº 585/2013 e suas atualizações.

Parágrafo Único - O farmacêutico, no exercício das atribuições clínicas, tem o dever de contribuir para a geração, difusão e aplicação de novos conhecimentos que promovam a saúde e o bem-estar do paciente, da família e da comunidade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28º. O gerente da Unidade de Saúde é o responsável por fazer cumprir as disposições desta Portaria.

Art. 29º. O receituário padrão a ser utilizado pelas Unidades de Saúde do Município de Jaciara (Anexo 3), deve ser o mesmo utilizado para prescrição de medicamentos não sujeitos a controle especial e para medicamentos sujeitos a controle especial, devendo neste caso serem preenchidos os dados requeridos conforme legislação específica.

Parágrafo único - Os modelos de receituários e de notificação de receita para os demais medicamentos sujeitos a controle especial devem atender à legislação específica.

Art. 30º. É proibida a dispensa de medicamento cuja receita não obedeça ao disposto nesta Portaria, independente da origem da receita.

Art. 31º. Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JACIARA-MT, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretário de Saúde

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

ANEXO 1

PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO CIRURGIÃO-DENTISTA

Art. 1º. Cirurgiões-dentistas – CD são profissionais da saúde legalmente aptos a prescrever, conforme estabelecido na Portaria Ministério da Saúde - MS nº 1.625 de 10 de julho de 2007.

§ 1º Compete ao CD a prescrição e aplicação de especialidades farmacêuticas de uso interno e externo para tratamento de agravos relativos à saúde bucal e é vedada ao CD a prescrição de medicamentos para tratamento de agravos que não sejam da competência da Odontologia.

§ 2º Os medicamentos comuns na rotina da prescrição odontológica são antissépticos, analgésicos, antibióticos e anti-inflamatórios não esteroides - AINES, com menos frequência, os corticosteroides.

§ 3º Dentre os psicofármacos que podem ser prescritos pelo CD estão os analgésicos opiáceos fracos derivados, sintéticos ou não, da morfina e outros utilizados no tratamento de nevralgia do trigêmeo, de disfunções da articulação temporomandibular (DTM) e de dores neuropáticas. Antiepilépticos e antidepressivos também podem ser prescritos para o tratamento desses agravos. Em pacientes ansiosos e/ou fóbicos, podem ser usados ansiolíticos somente no pré e pós-operatório.

PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO ENFERMEIRO

Art. 2º. A prescrição de medicamentos pela equipe de enfermagem é ação privativa do Enfermeiro. Os limites legais, para a prática desta ação, são os Programas de Saúde Pública e rotinas aprovadas em instituições de saúde públicas sob gestão municipal. Os medicamentos a serem prescritos estão incluídos em Protocolo específico deliberados pela CFT.

§ 1º Parâmetros legais:

I - Lei Federal nº 7.498/86

II - Decreto Presidencial nº 94.406/87

III - Portaria GM/MS nº 2488/2011

Parágrafo único: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara a dispensa de medicamentos será realizada exclusivamente quando a prescrição do enfermeiro for oriunda de serviços próprios.

PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA

Art. 3º. A prescrição pelo farmacêutico deve estar em acordo com o definido na Resolução CFF nº 586/2013 e suas atualizações, sendo permitido prescrever medicamentos de acordo com aANVISA -Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (LMIP), e outros produtos com finalidade terapêutica incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais - alopáticos ou dinamizados -, plantas medicinais, drogas vegetais e outras categorias ou relações de medicamentos que venham a ser aprovadas pelo órgão sanitário federal para prescrição do farmacêutico, ainda, poderá prescrever medicamentos cuja dispensação exija prescrição médica, condicionado à existência de diagnóstico prévio, e apenas quando estiver previsto em programas, protocolos, diretrizes ou normas técnicas estabelecidas e deliberadas pela CFT.

§ 1º Parâmetros legais:

I - Resolução RDC ANVISA nº 138, de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos.

II - Resolução CFF nº 586 de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.

Parágrafo único: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara a dispensa de medicamentos constantes de protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pela Comissão de Farmácia e Terapêutica será realizada exclusivamente quando a prescrição do farmacêutico for oriunda de serviços próprios.

PRESCRIÇÃO PELO FISIOTERAPEUTA

Art. 4º. A prescrição pelo fisioterapeuta deve estar de acordo com o Acórdão/COFFITO Nº. 611, de 1º de abril de 2017 que normatiza a utilização e/ou indicação de substâncias de livre prescrição relacionados à: Fitoterapia, Homeopatia, Florais, Ortomoleculares, Fotossensibilizadores para terapia fotodinâmica, iontoforese e fonoforese. A prescrição pelo fisioterapeuta deve adotar as referidas substâncias de forma complementar à sua prática profissional e somente quando os produtos prescritos tiverem indicações de uso relacionadas com o seu campo de atuação.

§ 1º Parâmetros legais:

I - Resolução-COFFITO Nº. 413, de 3 de maio de 2006 - Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional e dá outras providências.

II - Resolução-COFFITO Nº. 380, de 3 de novembro de 2010- Regulamenta o uso pelo Fisioterapeuta das PráticasIntegrativas e Complementares de Saúde e dá outras providências.

III - Acórdão Nº. 611, de 1º de abril de 2017 – normatização da utilização e/ou indicação de substâncias de livre prescrição pelo fisioterapeuta.

Parágrafo único: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara a dispensa de medicamentos constantes de protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pela Comissão de Farmácia e Terapêutica será realizada exclusivamente quando a prescrição do fisioterapeuta for oriunda de serviços próprios.

PRESCRIÇÃO PELO NUTRICIONISTA

Art. 5º. A prescrição pelo nutricionista deve estar em acordo com a recomendação CFN nº 004, de 21 de fevereiro de 2016 e demais parâmetros legais, se restringe a plantas medicinais, drogas vegetais e fitoterápicos como complemento da prescrição dietética.

§ 1º Parâmetros legais:

I - Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências.

II - Resolução CFN nº 390, de 27 de outubro de 2006. Regulamenta a prescrição dietética de suplementos nutricionais pelo nutricionista e dá outras providências.

III - Resolução CFN nº 525/2013. Regulamenta a prática da fitoterapia pelo nutricionista, atribuindo-lhe competência para, nas modalidades que especifica, prescrever plantas medicinais, drogas vegetais e fitoterápicos como complemento da prescrição dietética e, dá outras providências.

Parágrafo Único: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara a dispensa de medicamentos constantes de protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pela Comissão de Farmácia e Terapêutica será realizada exclusivamente quando a prescrição do nutricionista for oriunda de serviços próprios.

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE COMUNICADO AO PRESCRITOR	ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA
PREFEITURA DE **JACIARA - MT** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Unidade:
Prezado(a) prescritor(a): Este receituário está em desacordo com a Portaria Municipal nº 235/2017, a Lei Federal nº 5.991/73, a Portaria SVS-MS 344/98, a RDC Anvisa nº 44/2009 e RDC Anvisa nº 20/2011 e suas atualizações. Por gentileza considere a observação ou observações assinalada(s) abaixo que estão em desacordo com a legislação vigente:	
ÿ Não consta data de emissão ÿ Não consta dosagem ou concentração ÿ Não consta duração do tratamento ÿ Não consta o endereço do paciente ÿ Não consta a forma farmacêutica ÿ Não consta a Posologia ÿ Não consta a identificação da Unidade Emitente ÿ Não consta a identificação do prescritor ÿ Prescrição ilegível ÿ Medicamento não consta na Remume ÿ Medicação sob protocolo ÿ Não consta denominação pela DCB ou Genérica ÿ Notificação desacompanhada da receita ÿ Prescrição com rasura e/ou emendas ÿ Validade da prescrição expirada	
Obs.:	
Nome do Atendente: _____ Assinatura: _____ Data: ____/____/_____	

ANEXO 3

Modelo de receituário padrão para utilização nas Unidades pertencentes ao Sistema Único de Saúde sob gestão municipal.

Receituário **1º e 2º via**	ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA
Nº	
PREFEITURA DE **JACIARA - MT** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Unidade:
NOME: _____ IDADE: _____ ENDEREÇO: _____ SEXO: F M	
Jaciara – MT ___/___/_____ _____ Identificação do Prescritor	
Identificação do Paciente ou Responsável Legal (preenchido na Unidade Dispensadora) Nome: _____ CNS do usuário nº _____ Endereço: _____ RG: _____ Telefone: _____ Data: ____/____/_____	

JACIARA-MT, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS

Secretário de Saúde

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.236/17 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.208/2009, de 02 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - EXONERAR, o Sr. **AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS,** do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde, a partir de 18/12/2017.

Art. 2º - NOMEAR, o Sr. **AUDIMAR ROCHA DOS SANTOS,**no Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Governo, a partir de 19/12/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 18 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 237/17 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, as servidoras abaixo relacionadas, dos respectivos Cargos Comissionados, a partir do dia 20 de Dezembro de 2017, conforme segue:

- KEILA CAVALCANTE SCARPIM – Superintendente;

- SIDNÉIA DE SOUZA SOARES – Divisão.

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 238/17 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, as servidoras abaixo relacionadas, dos respectivos Cargos Comissionados, a partir do dia 16 de Dezembro de 2017, conforme segue:

- FRANCISCA APARECIDA MORAES – Coordenadora;

- JEAN SALIM CUZINATO ALLI – Diretor de departamento;

- JOSÉ DANIZETE ARAÚJO – Dirigente de Setor.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 22 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/17 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS** para compor a Comissão de Avaliação de Projetos, os seguintes servidores:

- PATRÍCIA MARIA BENTO LINS – Membro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

- FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN – Membro da Secretaria Municipal de Saúde;

- SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES – Membro do Conselho Municipal de Saúde;

- ADRIANA SOUZA MELO – Membro da Secretaria Municipal de Assistência Social;

- MICHELE AUREA ALEIXO CAMILLO – Membro do Conselho Municipal de Assistência Social;

- LELES COUTINHO ALEXANDRINO – Membro daSecretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

- ANA PAULA BARBOSA BUENO – Membro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

- SIDNEY FRANCISCO GOMES – Membro do Conselho Municipal da Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 26 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria n°. 173/2017

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 240/17 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados, dos respectivos Cargos Comissionados, a partir do dia 31 de Dezembro de 2017, conforme segue:

- CANUTO DO NASCIMENTO – Supervisor de Tributação e Fiscalização;

- ALDENIR SILVA SANTOS – Dirigente de Setor;

- ROMILDO BEZERRA DA SILVA – Diretor de Departamento de Manutenção de Praças e Jardins;

- ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – Tesoureiro Municipal;

- ANA PAULA BARBOSA BUENO – Secretária Adjunta de Cultura;

- IANARIA TABOSA LOPES – Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil – SMECDL;

- ANA REGINA DA SILVA RAMOS – Chefe de Divisão;

- RONALDO JOSÉ DE OLIVEIRA – Diretor de Departamento;

- AUDYNÉIA ROCHA ALMEIDA FERREIRA – Controladora Interna;

- ELLYS MARINA CORREA LUCCHIN – Ouvidora Municipal;

- FRANCISCA MOREIRA DO NASCIMENTO – Encarregada de Contabilidade;

- IVAN DE ALMEIDA SILVA – Gestor Governamental;

- JOSÉ EDUARDO BARTUCCI – Assessor Adjunto do Centro de Eventos;

- MARCIA CAMARGO RIBEIRO – Diretora de Departamento;

- **RENATA SOUSA LIMA –** Diretora de Departamento;

- **ROBSON RODRIGO MARCIDELLI DE ALMEIDA –** Superintendente;

- **RONIEVON MIRANDA DA SILVA –** Secretário Municipal de Administração e Finanças;

- **TIAGO RODRIGO ZENKNER –** Assessor Técnico de Comissão e Licitação;

- ADELSON LUIZ MENEZES BARBOSA – Coordenador;

- ADRIANA CASAROTTO FERNANDES DE MELLO – Diretor de Departamento;

- ADRIANA MAFORTE SILVA – Divisão;

- ADRIANA SOUZA MELO – Secretária Adjunta;

- ALDO PEREIRA DE SOUZA – Coordenador;

- ALEXANDRE VERNIANO – Chefe de Gabinete;
- ALINE CRISTINA MAFORTE SILVA – Diretor de Departamento;
- ALYNE ANDRIELY SHUENQUENER DE LIMA – Dirigente de Setor;
- ANA MARGARETE SOEHN – Supervisor;
- ANA PAULA FERREIRA TORRES – Chefe de Núcleo;
- ANALIA REZENDE DE OLIVEIRA CAMPOS – Diretor de Departamento;
- ANDERSON ROBERTO FRANÇA SOBRINHO – Diretor Técnico;
- ANDRÉ PATRIK MACHADO DA SILVA – Diretor de Departamento;
- ANDRÉIA CRISTINA COSMO DE FREITAS – Divisão;
- ANELLA CAROLINE CAPELARI PEREZ – Dirigente de Setor;
- ANNA CAROLINA CARVALHO DE SOUSA FABIAN – Coordenador;
- ANTÔNIO BASTOS PEREIRA – Chefe de Núcleo;
- ARIVALDO HOLSBACH PAVÃO – Chefe de Núcleo;
- AUDIMAR ROCHA SANTOS – Secretário Municipal de Governo;
- CAMILA CAROLINE CABRAL DA COSTA – Diretor de Departamento;
- CARMÉLIA ANDRADE PEREIRA – Dirigente de Setor;
- CÉLIO CAETANO DOS SANTOS – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
- **CLÁUDIO XIMENES LOPES –** Secretário Municipal de Infraestrutura;
- CLEIDE LEÃO COSTA – Dirigente de Setor;
- CLEONICE INÁCIA DA SILVA MELO – Dirigente de Setor;
- CORNÉLIO CASSIMIRO DE SOUZA – Assessor Adjunto;
- CRISTIANE CASTRO DA CUNHA – Coordenador;
- DEVANI XAVIER DE OLIVEIRA – Dirigente de Setor;
- DIEGO ASSALIN DOS SANTOS – Coordenador;
- ELIANE BARTUCCI MARCATO – Secretária Adjunta;
- ENIO ALVARES ATAIDE – Diretor de Departamento;
- ERNANDE SOUSA PEREIRA – Coordenador;
- EUNICE ARRUDA DE OLIVEIRA – Chefe de Núcleo;
- EVALDO DOS SANTOS – Chefe de Núcleo;
- EVALDO HOLSBACH PAVÃO – Divisão;
- FABIA CRISTINA NOGUEIRA STAUDT BETIM – Superintendente;
- FABIO PEDROSO DA SILVA – Diretor de Departamento;
- FABRICIO CARVALHO DE SOUSA FABIAN – Assessor Adjunto;
- GABRIEL PAULINO DOS SANTOS – Dirigente de Setor;
- GASPAR DO REIS GOMES – Coordenador;
- GILSON DELFINO DOS SANTOS – Coordenador;
- GISLENE MARA CARDOZO – Coordenador;
- ISADORA GOMES MENDONÇA – Diretor de Departamento;
- IZABEL CRISTINA DA SILVA – Dirigente de Setor;
- JAIR SILVA PESSOA – Diretor Técnico;
- JARDELINO DE OLIVEIRA NETO – Diretor de Departamento;
- JEFERSON SILVA DOS SANTOS – Diretor de Departamento;
- JEFFERSON LUIZ VIANA – Diretor de Departamento;
- JHENNEFER ALESSANDRA FONTANELLI DA SILVA – Divisão;
- JOEL DE SOUZA LIMA – Secretário Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente;
- JOEL LUIZ DE ARRUDA – Divisão;
- JOSÉ SOUZA DO NASCIMENTO – Dirigente de Setor;
- JOSEFA MARIA FERREIRA DOS SANTOS – Coordenadora;

- JOZIMAR ELIELTON DA SILVA – Assessor Técnico;
- JULIANO LAMEIRO DA SILVA – Coordenador;
- LEUDIETE MARQUES DA SILVA – Dirigente de Setor;
- LILIANE DELFINO GUIMARÃES – Diretor de Departamento;
- LORRAINY LEONEL CAMARGO – Diretor de Departamento;
- LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS – Secretária Municipal de Assistência Social;
- **LUCIANA PEREIRA DA SILVA MARTINS –** Supervisora;
- **LUZINETE AMARO DA SILVA –** Chefe de Equipe;
- **MANOEL ALVES DE SOUZA –** Diretor de Departamento;
- **MANOEL BATISTA DO CARMO –** Dirigente de Setor;
- **MARCELO MOURA JACOB –** Diretor de Departamento;
- **MARCONI PEREIRA DA SILVA –** Coordenador;
- MARCOS ANTÔNIO SILVA – Assessor Especial de Projetos;
- MARCOS VINICIOS DE JESUS ABRAHÃO – Diretor de Departamento;
- MARCOS VINICIUS SOUZA SILVA – Diretor de Departamento;
- MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUZA – Dirigente de Setor;
- MARIA INEZ LIMA DOS SANTOS – Dirigente de Setor;
- MARIA ROSA FERREIRA BUENO – Dirigente de Setor;
- MARLICE BARBOSA DA SILVA – Diretora de Departamento;
- MAURO BOSCO CABRAL – Assessor Especial de Projetos;
- MICHELE AUREA ALEIXO CAMILLO – Superintendente;
- NEUSA CAETANO DE ARAÚJO – Coordenadora;
- ODAIR FRANCISCO NOGUEIRA – Diretor de Departamento;
- PAMELLA MARA DE SOUZA NUNES – Chefe de Núcleo;
- PATRYCIA MOREIRA PINTO ASSUNÇÃO – Diretora de Departamento;
- PAULO RICARDO FRANCO EMIDIO DA SILVA – Controlador Geral do PAC;
- PAULO ROBERTO DA SILVA – Diretor de Departamento;
- PEDRO PAULO RUIZ – Coordenador;
- PLAUTINO MARTINS SANTANA – Diretor de Departamento;
- RICARDO DA COSTA PINTO – Assessor Técnico;
- ROBSON CASANOVA – Assessor Especial;
- RODRIGO MARCEL BARBOSA DOS SANTOS – Coordenador;
- ROSANGELA MARTINS PEREIRA DOS SANTOS – Dirigente de Setor;
- ROSANILDO FERNANDES DA SILVA – Coordenador;
- ROSIMEIRE APARECIDA SHINOCA – Diretor de Departamento;
- SAULO SCHMIDT DA SILVA – Diretor de Departamento;
- SILVAY JOSÉ DA SILVA – Coordenador;
- **SUSIMAGNA NILDE SOUZA DE FRANÇA –** Divisão;
- **TALITA NASCIMENTO NOGUEIRA –** Dirigente de Setor;
- **THAYANE ANDRADE GOMES SANTANA –** Coordenadora;
- **VALDINÉIA FERRAZ DE ARAÚJO –** Chefe de Núcleo;
- **VANILDO SILVESTRE ALVES –** Dirigente de Setor;
- **VICENTE FERREIRA DE FRANÇA –** Coordenador;
- **VINICÍUS HIGINO DE ARRUDA –** Diretor de Departamento;
- ZULENE LINO COSTA – Dirigente de Setor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 29 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2018 AO CONTRATO N.º 035/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME;** OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA OBRA até 05/06/2018;Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 035/2017; **ASSINATURA**: 07/02/2018.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 009/2017 AO CONTRATO N.º 050/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: LUMEN CONSULTORIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA;**OBJETO:PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA até 30/04/2018;Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 050/2010; **ASSINATURA**: 28/11/2017

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

FÉRIAS

Concede férias aos servidores: ANDREIA MARTINS DA SILVA, em 12/03/2018 a 10/04/2018, período aquisitivo 2016/2017; ANA PAULA BRAGATTO, em 05/03/2018 a 03/04/2018, período aquisitivo 2016/2017; WANUBERCI FRANCO MONTEIRO DA SILVA, em 12/03/2018 a 10/04/2018, período aquisitivo 2016/2017; MARIA LUCIA DE SOUZA DIAS DA SILVA, em 05/03/2018 a 03/04/2018; FERNANDA PEREIRA ARAUJO, em 05/03/2018 a 03/04/2018, período aquisitivo 2016/2017; LAURA THALITA DE ARAUJO GAKLIK, em 21/02/2018 a 22/03/2018, período aquisitivo 2015/2016; MARIA AUXILIADORA DA SILVA MATOS, em 26/02/2018 a 27/03/2018, período aquisitivo 2016/2017; DORALICE VIEIRA DE CASTRO, em 05/01/2018 a 03/02/2018, período aquisitivo 2017/2018; CARLOS DOS SANTOS SOUZA, em 01/03/2018 a 30/03/2018, período aquisitivo 2016/2017; LIDIANE BARON ANGELO, em 16/03/2018 a 14/04/2018, período aquisitivo 2015/2016; FRANCISCA ANDREA PINHEIRO DA SILVA, em 23/02/2018 a 24/03/2018, período aquisitivo 2016/2017.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 043/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI - ME; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para conclusão da execução de Obra da Escola Espaço Educativo Infantil Proinfância Creche do Bairro Zé Araçá, com área de administração, serviço, creche I, creche II, creche III, multiuso, pátio/refeitório, anfiteatro e outros";** PRAZO: 04 (quatro) meses;VALOR GLOBAL:**R$ 630.397,96 (Seiscentos e trinta mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos); ASSINATURA: 14/11/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 13:00 horas do dia 15/02/2018 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, Paco Municipal Júlio Domingos de Campos S/Nº, Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª)EDERZIO DE JESUS MENDES, assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL Nº2/2018, do tipo Menor Preço por Item, em decorrência do objeto: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT., para suprir necessidades da Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da(s) Empresa(s) abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo. 1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

5118 J. J. FAMILIA AUTO POSTO LTDA CNPJ Nº 15.319.954/0001-39						
ITEM	**CÓD ITEM**	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UND**	**QTD**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
01	1673	GASOLINA COMUM	*LITROS*	100.000	R$ 4,17	R$ 417.000,00
02	2726	OLEO DIESEL S-10	*LITROS*	135.000	R$ 3,74	R$ 504.900,00
03	20566	OLEO DIESEL COMUM	*LITROS*	195.000	R$ 3,60	R$ 702.000,00
04	28647	ETANOL	*LITROS*	10.000	R$ 2,53	R$ 25.300,00
05	434029	**ARLA GARRAFAO DE 20 LITROS**	*UNIDADE*	50	R$ 48,33	R$ 2.416,50

VALOR TOTAL ESTIMADO	**R$ 1.651.616,50**

1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, para a está PREFEITURA MUNICIPAL, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no Pregão Presencial Nº 002/2018.

1.5 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.7 - Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

2.2. – Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a Prefeitura Municipal não fica obrigada a utilizar, exclusivamente por intermédio da DETENTORA, os Produtos constantes no "Quadro Resumo", podendo utilizar para tanto outros meios, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, ficando assegurado à beneficiária do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 – O preço ofertado pela Detentora da presente Ata de Registro de Preços será o constante da proposta final apresentada, que integra a presente.

3.2 – Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que à "PREFEITURA" nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante nesta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – A Fornecimento dos Produtos deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (Cinco) dias após o recebimento do pedido.

4.2 – O valor do objeto licitado será pago à DETENTORA, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente após o recebimento definitivo dos produtos licitados, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura, instruídos com as respectivas certidões:

a) – Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União;

b) – Certidão de Inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social;

c) – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

4.3 – O pagamento será feito na Tesouraria da Prefeitura do Município de Jangada/MT.

4.4 – Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o prazo ficará suspenso até que estas sejam cumpridas.

4.5 – Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos Produtos.

4.6 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

4.7 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

4.8 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

4.9 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001.

4.10 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantida o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

4.11 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper a execução enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

4.12 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no Edital deste Pregão 002/2018.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO:

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 – Cabe à Prefeitura:

6.1.2 - Orientar aos funcionários responsáveis pelo recebimento dos Produtos licitados, de que não será permitida a entrega dos mesmos sem que a Administração emita previamente a respectiva autorização, ou seja, o Pedido e o Empenho.

6.1.3 - Informar e requerer de imediato ao fornecedor a substituição do produto entregue em desacordo com o Edital.

6.2 – Das Obrigações da Detentora

6.2.1 - O fornecimento deverá ser realizado, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2.2 – Informar com antecedência de 48 horas, quando da impossibilidade na entrega do material.

6.2.3 - Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com as especificações do Edital;

6.2.4 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

6.2.5 – Manter-se, durante todo Fornecimento do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

6.2.6 - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do ajuste, a Administração poderá aplicar a Detentora, garantida a esta última prévia defesa, a aplicação das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Ata de Registro de Preços e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 025/2006 e demais normas pertinentes, as seguintes penalidades:

8.1.1 – Advertência escrita;

8.1.2 – Multa;

8.1.2.1 – De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto;

8.1.2.2 – De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a critério da PMJ;

8.1.2.3 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, quando sem justificativa aceita pela Administração, a Detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

8.1.2.4 - Multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da Nota de Empenho/dia de atraso na entrega dos Produtos.

8.1.2.5 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por descumprimento de cláusula contratual.

8.2 – As penalidades referidas serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3 – As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos, podendo, entretanto, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa na forma da Lei, caso em que estarão sujeitas ao procedimento executivo.

8.4 – O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

8.5 – Para aplicação das penalidades fica garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, contados da intimação.

8.6 - O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Jangada/MT, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, que se tornará parte integrante deste processo, ficando autorizada a retenção de créditos que a Detentora tenha, junto à contratante, no montante da penalidade, sem embargo de eventual inscrição na divida ativa.

8.7 – Ocorrendo à recusa da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, será aplicada multa no valor de 10% do valor da proposta comercial sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Jangada/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da Administração, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2018 e a proposta comercial de preços do PROMITENTE CONTRATADO. 9.2. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO:

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JANGADA – MT, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

ADILSON PEREIRA NUNES EDERZIO DE JESUS MENDES

Pregoeiro Prefeito Municipal

J. J. FAMILIA AUTO POSTO LTDA

Participante

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 002/2018

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Participante(s) e vencedora(s) da			
5118	J. J. FAMILIA AUTO POSTO LTDA		15.319.954/0001-39
		TOTAL DO VENCEDOR	R$ 1.651.616,500

Objeto

REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT.

JANGADA - MT, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA-MT.

VALOR: R$ 1.651.616,50 (UM MILHÃO SEISCENTOS E CINQUENTA E UM MIL SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

PRAZO: 21/02/2018 A 30/12/2018

CONTRATADO: J.J FAMILIA AUTO POSTO LTDA

CONTATANTE: EDERZIO DE JESUS MENDES

JANGADA/MT, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 002/2018

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LIC ITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

Vencedor(es)

Código

Nome

CPF/CNPJ

5118 J. J. FAMILIA AUTO POSTO LTDA 15.319.954/0001-39

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de licitação constante do Processo nº. 416/2018 Dispensa de Licitação nº.009/2018, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 19/02/2018, para**Locação de Ônibus para Transporte dos Alunos do Ensino Superior para Araputanga e São Jose dos Quatro Marcos.**

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 21 de fevereiro de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA 045/2018

PORTARIA N.º 045 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

NOMEAR, a partir do dia 16 de fevereiro de 2018, o Sr. ANDERSON PAVINI, portador do CI-RG nº 832378 SSP/MT e CPF nº 523.323.061-53, Secretário Municipal de Administração de acordo com a portaria 044/2018, para exercer o cargo de Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru – Previ-Jauru, em conformidade com a Lei Complementar nº 098 de 27 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez”, em Jauru - MT, 20 de fevereiro de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação nomeados através da Portaria nº. 001/2018 de 08 de janeiro "ADJUDICA" aEmpresa **SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR MATENEDORA DO HOSPITAL JAURU** devidamente inscrita no CNPJ nº 03.009.149/0001-20 com sede na Rua Dom Pedro II, nº 625, Centro, na Cidade de Jauru-MT, visto que a mesma foi Vencedora da Licitação na Modalidade Inexigibilidade **nº004/2018, no valor de R$ 728.325,00 (setecentos e vinte e oito mil trezentos e vinte cinco reais)**, nas mesmas condições e em conformidades constantes do Edital e seus anexos.

Jauru - MT, dia 21 de fevereiro de 2018

POLIANA CANDIDA VIEIRA

Presidente da CPL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente á **INEXIGILIBILIDADE 004/2018**, Objeto da Presente Licitação para aquisição de serviços médicos e hospitalares, nas mesmas condições e em conformidades constantes no Edital e com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e Pela Comissão de Licitação nomeado através da Portaria nº. 001/2018 FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o Processo Licitatório Modalidade Inexigibilidade n° **004/2018**, aEmpresa SOCIEDADE PATRONATO NOSSA SENHORA DO PILAR MATENEDORA DO HOSPITAL JAURU, devidamente inscrita no CNPJ nº.03.009.149/0001-20, com sede na Rua Dom Pedro II, nº625, Centro, da Cidade de Jauru-MT, por sagrar Vencedora da Licitação Supra Referenciada.

Jauru - MT, dia 21 de fevereiro de 2018

Pedro Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de licitação constante do Processo nº.460/2018 Dispensa de Licitação nº.010/2018, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 19/02/2018, para **Aquisição de Ar Condicionado de 18.000 BTUS para Atender o Consultório Odontológico do PSF I.**

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 21 de fevereiro de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE CANCELAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Niterói, 81, centro, Juara - MT, inscrita no CNPJ 15.072.663/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Interino o Sr. Carlos Amadeu Sirena, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/MT e do CPF nº 578.160.189-91, torna público aos interessados o CANCELMENTO da Ata de Registro de Preços n.º 050/2017/, oriunda do processo licitatório de Pregão n.º 058/2017, firmada entre a municipalidade e a empresa Cosmotron Construtora, Saneamento e Tecnologia LTDA, conforme orientação e parecer jurídico anexo ao processo.

Juara-MT, em 21 de fevereiro de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Presidente-CISVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILAO 01/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

"EU, Edvaldo Alves dos Santos – Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, FAÇO SABER que nesta data fica "ADJUFICADO" o presente processo de Licitação na modalidade leilao nº 01/2018 em favor do arrematante Agrimar Fernandes Brinquedo sagrou se vencedor dos LOTE 01 (HONDA/NLR 125 ES, ano/mod 2002/02, combustível gasolina, cor azul, placas JZK 5794 – RENAVAN 780047656) valor da arrematação R$ 1.000,00 (um mil mil reais) , Rogerio Correa Dias sagrou vencedor dos LOTES 02 (FIAT/UNO MILLE WAY ECON, ano/mod 2013/2013, combustível flex, cor preta, placa NPE 0735 – RENAVAN 00575817585), valor arrematação R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) LOTE 07 (FIAT/STRADA FIRE FLEX, ano/mod 2005/2006, combustível FLEX, cor branca, placa KAE 0384 – RENAVAN 867186321) valor arrematação R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)E LOTE 09 (SAVEIRO G5, ano/mod 20012/200112, combustível flex, cor preta, placa NPK 3674 – NÚMERO DO PATRIMONIO) valor arrematação R$ 5.000,00 (cinco mil reais), Jovanil Rosa Dos Santos LOTE 04 (GM/S10 2.8 4X2 ROTAN AMB, ano/mod 2010/2011, combustível diesel, cor branca, placa NPQ 0226 – RENAVAN 00273930710) valor arrematação R$ 10.000,00(dez mil reais), Silvio Das Neves Domigues LOTE 10 (GM/D20 CUSTOM S, ano/mod 1994/1994, combustível diesel, cor azul, placa JZX 9850 – RENAVAN 137293119) valor arrematação R$ 9.000,00 (nove mil reais) , Rodrigo Simplicio Dos Reis LOTE 11 (UNO/MILLER, ano/mod 2006/2007, combustível flex, cor branca, placa KAS 4919 – RENAVAN 00898710634 – NÚMERO DO PATRIMONIO) valor arrematação R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e Ronivaldo Correa Dias LOTE 12 (GOL POWER 1.6, ano/mod 2009/2010, combustível flex, cor preta, placa NPO 1138 – RENAVAN 00174727089

) valor arrematação R$ 6.000,00 (seis mil reais) totalizando R$ 37.250,00 (trinta e sete mil duzentos e cinquenta reais)).

LAMBARI D'OESTE - MT, 22 de fevereiro de 2018.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

- Prefeito –

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO – LEILÃO PUBLICO N. 001/2018

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO – LEILÃO PUBLICO N. 001/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 16 de Fevereiro de 2018, através da comissão permanente de licitação (CPL), desta prefeitura municipal, torna público para conhecimento os interessados, que a licitação " LEILÃO" nº 01/2018 tendo como objeto a "alienação de bens móveis veículos inservíveis e obsoletos pertencentes ao Município de Lambari D'Oeste - MT." Conforme nota de arrematação:, Agrimar Fernandes Brinquedo sagrou se vencedor dos LOTE 01 (HONDA/NLR 125 ES, ano/mod 2002/02, combustível gasolina, cor azul, placas JZK 5794 – RENAVAN 780047656) valor da arrematação R$ 1.000,00 (um mil mil reais) , Rogerio Correa Dias sagrou vencedor dos LOTES 02 (FIAT/UNO MILLE WAY ECON, ano/mod 2013/2013, combustível flex, cor preta, placa NPE 0735 – RENAVAN 00575817585), valor arrematação R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) LOTE 07 (FIAT/STRADA FIRE FLEX, ano/mod 2005/2006, combustível FLEX, cor branca, placa KAE 0384 – RENAVAN 867186321) valor arrematação R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)E LOTE 09 (SAVEIRO G5, ano/mod 20012/200112, combustível flex, cor preta, placa NPK 3674 – NÚMERO DO PATRIMONIO) valor arrematação R$ 5.000,00 (cinco mil reais), Jovanil Rosa Dos Santos LOTE 04 (GM/S10 2.8 4X2 ROTAN AMB, ano/mod 2010/2011, combustível diesel,

cor branca, placa NPQ 0226 – RENAVAN 00273930710) valor arrematação R$ 10.000,00(dez mil reais), Silvio Das Neves Domigues LOTE 10 (GM/D20 CUSTOM S, ano/mod 1994/1994, combustível diesel, cor azul, placa JZX 9850 – RENAVAN 137293119) valor arrematação R$ 9.000,00 (nove mil reais) , Rodrigo Simplicio Dos Reis LOTE 11 (UNO/MILLER, ano/mod 2006/2007, combustível flex, cor branca, placa KAS 4919 – RENAVAN 00898710634 – NÚMERO DO PATRIMONIO) valor arrematação R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e Ronivaldo Correa Dias LOTE 12 (GOL POWER 1.6, ano/mod 2009/2010, combustível flex, cor preta, placa NPO 1138 – RENAVAN 00174727089

) valor arrematação R$ 6.000,00 (seis mil reais) totalizando R$ 37.250,00 (trinta e sete mil duzentos e cinquenta reais) . Informamos que os demais lotes, 03,05,06,08 foram fracassados, não havendo interessados .

Lambari D´Oeste –MT 16 de fevereiro de 2018.

Micaela Catarine Gonçalves de abreu

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 015/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da servidora Sra. Eva Terezinha Harres".

A Diretora Executiva do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II" e "III", "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de dezembro de 2003, Art. 81, da Lei Municipal n. º 761/2011, de 29 de março de 2011, Art. 96, incisos "I", "II", "III", "IV", da Lei Municipal n. º 805/2012, de 17 de setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por tempo de contribuição** à servidora **Sra. Eva Terezinha Harres,** portadora do RG. n.º 17/R-1. 695.903– SSP/SC, inscrita no CPF/MF n.º 722.168.759-53 e da Cédula Eleitoral de n.º 117824118/21, Zona "023", Seção "0274", servidora efetiva no cargo de Professora 30 Horas, nível "VIII", classe "C", contando com um total de **9.138 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos e 13 (treze) dias de contribuições**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matricula n.º 109, com **proventos integrais e com direito a paridade**, conforme o processo do PREVILANDIA, n.º 2017.09.00000001, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia/MT, 20 de fevereiro de 2018.

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILANDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 001-2018 ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 03.238.987/0001-75
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 1/2018

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 963/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 551.000,00 (Quinhentos e cinquenta e um mil reais).

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00|125000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 Material de Consumo	R$ 300.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo	R$ 150.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
Sub-Total:	**R$ 551.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 551.000,00**

Artigo 2.o - Para fazer face as Suplementacoes consignadas no artigo anterior serao anuladas as Dotacoes Orcamentarias descritas abaixo, conforme artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 101.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 Material de Consumo	R$ 400.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 Material de Consumo	R$ 50.000,00
Sub-Total:	**R$ 551.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 551.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
Rua Guaira, 777, Centro, 78.535-000
Telefone: (066) 3536.3100, Fax: (066) 3536.1828
CNPJ: 03.238.987/0001-75
e-mail: marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 1/2018

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marcelandia, 02 de Janeiro de 2018.

ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 001 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe os termos de referência e procedimentos administrativos de licenciamento ambiental de atividades de consideradas de impactos locais, com possível degradação do meio ambiente localizado no município de Matupá.

Considerando a Portaria n. 91/2018, que reconhece o Município de Matupá como sendo habilitado para exercer as ações de Licenciamento Ambiental de âmbito local das atividades listadas na Resolução CONSEMA n. 85 de 1º de outubro de 2014;

Considerando a necessidade de definir os documentos administrativos e técnicos necessários para licenciamento de algumas atividades de pequeno e médio potencial poluidor relacionado no Anexo Único da Resolução CONSEMA n. 85/2014;

RESOLVE:

Art.1º- Para o licenciamento ambiental no município de Matupá ficam estabelecidos os Termos de Referência no Anexo Único desta Resolução.

Art.2º- Para as demais atividades que não possuem um termo de referência específico, deverão seguir o Termo de Referência Geral da Secretaria Municipal Meio Ambiente, também no Anexo Único desta Resolução.

Art.3º- Para a Renovação de Licença de Operação ficam estabelecidos roteiros dispostos no Anexo Único.

Art.4º- Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais que não constam nos termos de referência.

Art.5º- O processo de licenciamento ambiental só será protocolado e avaliado após constar todos os documentos requeridos nos roteiros de licenciamento, sendo submetido previamente a um CHECKLIST.

Art.6º- Os documentos deverão estar na ordem conforme Termo de Referência da atividade a ser licenciada ou do Termo de Referência Geral.

Art.7º- A falta de documento exigido no respectivo roteiro do Anexo Único impedirá a análise e consequentemente a obtenção da licença ambiental requerida.

Art.8º- Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Matupá - MT, 19 de fevereiro de 2018.

	Homologada por:
GILBERTO MARTINS BELLO DA SILVA Vice-Presidente do COMDEMA	**VALTER MIOTTO FERREIRA** Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO ÚNICO

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 001/2018

Objeto: Documentos Administrativos Pessoa Física e Pessoa Jurídica

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

1.1. Requerimento padrão modelo SEMMA/MATUPÁ, assinado pelo proprietário com reconhecimento de firma em cartório;

1.2. Cópia da(s) guia(s) de recolhimento de TAXA(s) de análise devidamente quitada(s);

1.3. Cópia da DECLARAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, expedido pelo departamento de tributação;

1.4. Apresentar Cadastro Ambiental Rural – CAR, quando se tratar de imóvel rural;

1.5. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido da(s) licença(s);

1.6. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido da(s) licença(s) (original);

1.7. Cópia do(s) documento(s) do(s) representante(s) legal(is) RG e CPF;

1.8. Cópia do Registro do imóvel;

1.9. Caso o empreendimento faça USO DA ÁGUA (retirada/lançamento), apresentar, de acordo com a situação:

1.9.1. Cadastro ou licenciamento ou concessão de outorga do poço;

1.9.2. Concessão de outorga da água; ou,

1.9.3. Comprovante da concessionária de águas local (última fatura);

1.10. Caso o empreendimento faça USO DE ENERGIA ELÉTRICA, apresentar comprovante da concessionária de energia (última fatura);

1.11. Caso exista CONTRATO DE LOCAÇÃO, o mesmo deverá ter firma reconhecida em cartório;

1.12. Caso o requerente seja representado por terceiros, apresentar PROCURAÇÃO PÚBLICA do requerente para o representante, cópia dos documentos do representante/procurador (RG e CPF) (exceto para técnicos devidamente cadastrados junto a SEMMA/MATUPÁ);

2. PESSOA JURÍDICA

2.1. Todos os itens da pessoa física;

2.2. Cópia do CNPJ (documento emitido da internet);

2.3. Cópia da Inscrição Estadual (documento emitido da internet);

2.4. Cópia do contrato social ou certidão simplificada emitida pela junta comercial (empresas por cotas limitadas – LTDA);

2.5. Cópia da ATA da última assembleia onde se definiu a diretoria, no caso das sociedades anônimas (S/A);

2.6. Cópia do estatuto social, ATA de eleição e posse da diretoria atual em caso de cooperativa, associação ou similar;

2.7. Cópia do Alvará Municipal de Funcionamento ou cópia da taxa junto com o comprovante de pagamento.

2.8. Cópia do Alvará de Construção

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 002/2018 PARA LP, LI, LO

Objeto: Todos os empreendimentos que não possuem TR com objeto específico nesta resolução

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1 ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2 Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3 Caso o empreendimento esteja localizado na faixa de domínio de rodovias, apresentar declaração do órgão competente atestando que não há impedimento da atividade no local pretendido;

3.4 Caso o empreendimento necessite suprimir a vegetação, apresentar Autorização de Desmate;

3.5 Caso o empreendimento possua poço tubular, deverá ser providenciado o processo de outorga junto a SEMA/MT; caso necessite de escavação de poço tubular, apresentar Certidão de Cadastro (poço até 50m de profundidade) ou a licença ambiental LO (poço com mais de 50m de profundidade), ou documento que comprove o requerimento da mesma ou protocolo SEMA/MT do processo de outorga;

3.6 Projeto Ambiental contendo no mínimo:

3.6.1 Descrição das atividades desenvolvidas e/ou praticadas, período de funcionamento, descrição de vizinhanças e área de entorno;

3.6.2 Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo industrial ou no desenvolvimento da atividade do empreendimento informando a utilidade, uso, quantidade, forma de estocagem, etc;

3.6.3 Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo industrial ou no desenvolvimento da atividade do empreendimento informando a utilidade, uso, potência, quantidade, especificações em geral, etc;

3.6.4 Fluxograma do processo industrial ou da atividade desenvolvida;

3.6.5 Descrição dos impactos ambientais (levando em consideração os aspectos como: ruídos, vibrações, emissão de particulados/gases, água, solo, interferências sociais, principalmente nas proximidades de núcleos urbanos, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais);

3.6.6 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cotas, carimbo devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário. Caso haja ampliação futura da infra-estrutura, mencionar e locar em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar a mesma planta baixa aprovada pelo departamento de engenharia.

3.6.7 Descrição do tratamento: de dejetos/efluentes, destinação final do efluente ou resíduo, recuperação de áreas degradadas, retenção de gases/particulados dentre outros pertinentes a cada empreendimento ou situação, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias executadas no local;

3.6.8 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cotas, carimbo devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário;

OBS: Os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados e pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, memorial de cálculo, plantas (baixa, corte e detalhes) e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.6.9 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS (Industrial ou de Serviço de Saúde) elaborado de acordo com a legislação vigente, Termos de Referência da SEMA/MT e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante seu conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.6.10 Carta imagem georreferenciada ou croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada (quando for o caso), confrontantes, as vias de acesso, curso d'água, área construída, localização do poço (quando houver), localização dos equipamentos de tratamento;

3.6.11 Relatório Fotográfico dos setores da administração e operacional/ industrial do empreendimento com identificação das imagens (legenda).

4 OBSERVAÇÕES

4.1 Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2 Apresentar as coordenadas preferencialmente no DATUM SIRGAS 2000;

4.3 É recomendada a inserção de números de páginas e índice no projeto;

4.4 Os processos que estavam sendo analisados pela SEMA/MT e que passarem a ser analisados pela SEMMA/MATUPÁ, devem apresentar cópia do processo anteriormente protocolado no órgão ambiental estadual;

4.5 Os processos em análise junto a SEMMA/MATUPÁ só poderão ser retirados mediante apresentação do protocolo constante no requerimento padrão, pelo requerente e ou procurador, munidos de documentos de identificação;

4.6 Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.7 Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

4.8 Todas as cópias de documentos apresentadas devem ser devidamente autenticadas;

4.9 Em casos em que a atividade do empreendimento possui Roteiro de Licenciamento Ambiental específico elaborado pela SUIMIS – Superintendência de Infra-estrutura, Mineração, Industria e Serviços da SEMA/MT, o mesmo será levado em consideração na análise dos processos de licenciamento ambiental (EX: Avicultura, Laticínio, Suinocultura, Industrias, Projetos Agropecuários, etc).

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 003/2018

Objeto: Todos os empreendimentos que necessitarem de RLO – Renovação de Licença de Operação

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Requerimento padrão modelo SEMMA/MATUPÁ, assinado pelo proprietário ou representante legal acompanhado de procuração com reconhecimento de firma em cartório; 1.2. Cópia da guia de recolhimento de TAXA de análise (RLO) devidamente quitada; 1.3. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido da licença; 1.4. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido da licença (original); 1.5. Se houver ocorrido alguma alteração de representante legal ou proprietário, apresentar cópia do(s) documento(s) RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) e/ou do(s) proprietário(s); 1.6. Caso exista CONTRATO DE LOCAÇÃO, o mesmo deverá ter firma reconhecida em cartório dentro do prazo de validade; 1.7. Apresentar Declaração de Uso e Ocupação do Solo expedida pelo departamento de tributação.

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Cópia da Inscrição Estadual (documento emitido da internet);

2.2. Cópia do Alvará Municipal de Funcionamento no ano vigente;

2.3. Caso a empresa tenha passado por alguma alteração (CNPJ, alteração do contrato social / ata da última assembleia / estatuto social / estatuto social, perda/acréscimo de sócio, etc) apresentar nova documentação.

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Projeto Ambiental contendo no mínimo: 3.3.1. Laudo técnico (contendo a atual situação do empreendimento e condições do atendimento das condicionantes e solicitações da Licença Anterior), com relatório fotográfico; 3.3.2. Apresentar Inventário de Resíduos Industriais da atual empresa conforme classificação da NRB 10004. 3.3.3. Reapresentar Planta Baixa do empreendimento com identificação dos setores, carimbo, escala adequada, cotas, assinada por profissional responsável e proprietário, caso tenha passado por alguma alteração nos últimos 02 (dois) anos. Caso o empreendimento não tenha sofrido nenhuma alteração, mencionar no projeto; 3.3.4. Reapresentar Planta (baixa, corte e detalhes) dos sistemas de tratamento de efluentes / água residuária / esgoto doméstico, etc, caso tenha passado por alguma alteração nos últimos 02 (dois) anos. Caso os sistemas não tenham sofrido nenhuma alteração, mencionar no projeto; 3.3.5. Apresentar cópia

da última Licença de Operação expedida pela SEMA/MT ou pela SEMMA/MATUPÁ acompanhada do Parecer Técnico;

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2. Caso haja necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.3. O Roteiro para Renovação de Licença de Operação é genérico e, dessa forma, o Projeto de Renovação deverá conter as particularidades de cada atividade;

4.4. Caso a última Licença de Operação tenha sido expedida por outro órgão ambiental, deverão ser encaminhados TODOS os documentos referentes ao licenciamento ambiental conforme roteiros por atividade.

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 004/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Torre meteorológica, televisão e de telefonia móvel

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Diagnóstico Ambiental contendo:

3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo;

3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3. Área construída;

3.3.4. Descrição da área de entorno.

3.4. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras, compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pelo empreendimento;

3.4.3. Especificar a altura das torres/poste ou similares, indicar o tipo de delimitação a ser utilizada (cerca, muro, etc), distâncias de “pé” de torre até os limites do terreno ou unidade habitacional;

3.4.4. Relacionar as estruturas e equipamentos que serão instalados, especificando tipo, características técnicas, quantidade e capacidade de potência por equipamento;

3.4.5. Fotografias do entorno, devendo contemplar a situação local sem a instalação e com a fotomontagem da situação proposta;

3.4.6. Laudo técnico radiométrico teórico assinado por Físico ou Engenheiro da área de radiação, acompanhado da respectiva ART-CREA contendo:

3.4.6.1 Faixa de frequência de transmissão;

3.4.6.2 Número máximo de canais e potência máxima irradiada das antenas quando o número máximo de canais estiver em operação;

3.4.6.3 A altura, a inclinação em relação à vertical e o ganho de irradiação das antenas;

3.4.6.4 A estimativa de densidade máxima de potência irradiada (quando se tem o máximo de canais em operação), bem como os diagramas vertical e horizontal de irradiação da antena, gratificados em plantas, contendo a indicação de distâncias e respectivas densidades de potência;

3.4.6.5 A estimativa de distância mínima da antena, considerando o limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, avaliada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade, de sorte a garantir a saúde da população afetada;

3.4.6.6 Indicação de medidas de segurança a serem adotadas, de forma a evitar o acesso do público em zonas onde a radiação ponha em risco a saúde humana.

3.5 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (na instalação do empreendimento):

3.5.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.2 Destinação final dos resíduos gerados durante os processos;

3.5.3 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.4 Quantificação;

3.5.5 Forma de coleta;

3.5.6 Forma Segregação;

3.5.7 Acondicionamento/armazenamento;

3.5.8 Classificação dos resíduos;

3.5.9 Forma de tratamento;

3.5.10 Transporte;

3.5.11 Destino final.

3.6 **Outros documentos técnicos necessários:**

3.6.1 Croqui de localização da torre e seu entorno, especificando todos os usos das construções ou áreas existentes no entorno, até uma distância mínima de 50 (cinquenta) metros. Indicar, se for o caso, a presença de residências, centro de saúde, áreas de lazer, creche, escola, perímetro do imóvel e da área licenciada, vias de acesso e cursos d’água;

3.6.2 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta.

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

4. OBSERVAÇÕES

4.1 Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2 Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.3 Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 005/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Serviços de coleta e transporte de efluentes de fossa séptica

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Cópia autenticada do documento de Certificado e Registro e Licenciamento do (s) Veículo (s) emitido pelo DETRAN/MT;

3.4. Cópia da Licença de Operação do Lavador onde os caminhões são lavados;

3.5. Cópia da LO do local de descarte do efluente;

3.6. Diagnóstico Ambiental contendo:

3.6.1 Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo;

3.6.2 Local onde o (s) caminhão (s) ficam estacionado (s);

3.6.3 Mão de obra empregada;

3.6.4 Período de funcionamento;

3.6.5 Descrição da área de entorno;

3.6.6 Relação de matéria-prima e insumos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.6.7 Relação de máquinas e equipamentos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.6.8 Informar a capacidade de armazenamento do (s) veículo (s);

3.6.9 Informar a média de coletas e descargas em local adequado;

3.7. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.7.1 Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.7.2 Especificar quais são as medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.7.3 Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.7.4 Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.8. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.8.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.8.2 Destinação final dos resíduos gerados durante os processos;

3.8.3 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.8.4 Quantificação;

3.8.5 Forma de coleta;

3.8.6 Forma Segregação;

3.8.7 Acondicionamento/armazenamento;

3.8.8 Classificação dos resíduos;

3.8.9 Forma de tratamento;

3.8.10 Transporte;

3.8.11 Destino final.

3.9. Outros documentos técnicos necessários:

3.9.1 Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.9.2 Imagens dos setores do empreendimento;

3.9.3 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.9.4 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário;

3.9.5 Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 006/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Recondicionamento de Pneumático

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Diagnóstico Ambiental contendo:

3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo;

3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3. Área construída;

3.3.4. Quantidade e capacidade de armazenamento dos silos;

3.3.5. Mão de obra empregada;

3.3.6. Período de funcionamento;

3.3.7. Descrição da área de entorno;

3.3.8. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.9. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo industrial ou no desenvolvimento da atividade, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.10. Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo industrial ou no desenvolvimento da atividade, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.3.11. Fluxograma do processo industrial ou da atividade desenvolvida;

3.4. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo;

3.4.2. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.3. Especificar quais serão as medidas mitigadoras, compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.4. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.5. Especificar a quantidade e os tipos de fornalhas e caldeiras ou quaisquer outros dispositivos/equipamentos de queima de combustível utilizados nas atividades, fornecendo suas características (capacidade de produção de vapor kg/h), temperatura máxima de vapor e sistema de limpeza – manual, automático ou por sopragem;

3.4.6. Caso seja necessária a utilização de lenha como fonte de energia na atividade, deverá ser apresentado o Cadastro de Consumidor de Produtos Florestais - CC-SEMA emitido pela SEMA/MT e a destinação final dos resíduos gerados pela queima;

3.4.7. Apresentar número e altura da (s) chaminé (s) com relação ao nível do solo e das construções vizinhas;

3.4.8. Caracterizar sistema de controle de emissões atmosféricas, de forma que não venham ocorrer emissões de material particulado para o meio ambiente acima do previsto na legislação ambiental vigente;

3.4.9. Caso haja, caracterizar o sistema de controle de ruídos, de forma que a população circunvizinha não seja prejudicada pela atividade;

Observação: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.5. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.1. Destinação final dos resíduos gerados durante os processos executados;

3.5.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.3. Quantificação;

3.5.4. Forma de coleta;

3.5.5. Forma Segregação;

3.5.6. Acondicionamento/armazenamento;

3.5.7. Classificação dos resíduos;

3.5.8. Forma de tratamento;

3.5.9. Transporte;

3.5.10. Destino final;

3.6. Outros documentos técnicos necessários:

3.6.1. Carta imagem georreferenciada ou croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.6.2. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

3.6.3. Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário.

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 007/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Preparação de massa de concreto e argamassa para construção

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Diagnóstico Ambiental contendo:

3.3.1 Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2 Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3 Área construída;

3.3.4 Mão de obra empregada;

3.3.5 Período de funcionamento;

3.3.6 Descrição da área de entorno;

3.3.7 Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8 Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo industrial ou no desenvolvimento da atividade, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9 Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção ou no desenvolvimento da atividade, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.3.10 Fluxograma do processo de produção.

3.4. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1 Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2 Especificar quais serão as medidas mitigadoras, compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3 Apresentar sistema de controle de efluentes industriais e domésticos, especificando quais sistemas serão utilizados;

3.4.4 Descrever o sistema de recirculação e decantação do processo.

3.4.5 Caso a empresa tenha algum tipo de oficina mecânica ou lavador, deverá apresentar todos os sistemas e exigências para estes tipos de atividades;

3.5 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.5.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.2 Destinação final dos resíduos gerados durante os processos;

3.5.3 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.4 Quantificação;

3.5.5 Forma de coleta;

3.5.6 Forma Segregação;

3.5.7 Acondicionamento/armazenamento;

3.5.8 Classificação dos resíduos;

3.5.9 Forma de tratamento;

3.5.10 Transporte;

3.5.11 Destino final.

3.6 Outros documentos técnicos necessários:

3.6.1 Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.6.2 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

3.6.3 Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário.

4 OBSERVAÇÕES

4.1 Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2 Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.3 Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 008/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Diagnóstico Ambiental contendo:

3.3.1 Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo;

3.3.2 Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3 Área construída;

3.3.4 Mão de obra empregada;

3.3.5 Período de funcionamento;

3.3.6 Descrição da área de entorno;

3.3.7 Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8 Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9 Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.3.10 Fluxograma do processo industrial ou da atividade desenvolvida;

3.4 Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1 Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2 Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3 Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.4 Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.5 Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.6 Apresentar notas de entrega da lama abrasiva gerada no processo de beneficiamento do mármore;

Observação: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por téc-

nico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.5.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.2 Destinação final dos resíduos gerados durante os processos;

3.5.3 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.4 Quantificação;

3.5.5 Forma de coleta;

3.5.6 Forma Segregação;

3.5.7 Acondicionamento/armazenamento;

3.5.8 Classificação dos resíduos;

3.5.9 Forma de tratamento;

3.5.10 Transporte;

3.5.11 Destino final.

3.6 **Outros documentos técnicos necessários:**

3.6.1 Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, via de acesso e cursos d'água;

3.6.2 Imagens dos setores do empreendimento;

3.6.3 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta. O projeto arquitetônico deverá ser aprovado pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pelo departamento de engenharia.

3.6.4 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário;

3.6.5 Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4 DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1 Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro;

4.2 Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.3 Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 009/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Manutenção de veículos e automotores

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1 ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2 Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3 Diagnóstico Ambiental contendo:

3.6.1 Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.6.2 Área total onde o empreendimento está localizado;

3.6.3 Área construída;

3.6.4 Mão de obra empregada;

3.6.5 Período de funcionamento;

3.6.6 Descrição da área de entorno;

3.6.7 Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.6.8 Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.6.9 Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.6.10 Fluxograma do processo industrial ou da atividade desenvolvida;

3.4 Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1 Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2 Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3 Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.4 Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.5 Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de resíduos contaminantes, como filtros, estopas, papel, papelão, etc, contaminados com óleo ou qualquer outro resíduo Classe I, por empresas licenciadas e autorizadas a destinar de forma correta este tipo de resíduo; 3.5 Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de óleo usado por empresas licenciadas e autorizadas a destinar de forma correta este tipo de resíduo; 3.6 Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de sucatas metálicas; 3.6.1 Caso o empreendimento exerça atividades de pintura ou funilaria e chapeação de peças e/ou automóveis, deverá apresentar cabine de pintura apropriada e sistema de tratamento de resíduos/efluentes (a cabine deve ser vedada, com piso cimentado, sistema de exaustão e controle de material particulado.). Além disso, apresentar comprovantes de entrega de resíduos de tinta.

Obs: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento.

3.7 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.7.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço

de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.7.2 Destinação final dos resíduos gerados durante os processos; 3.7.3 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.7.4 Quantificação; 3.7.5 Forma de coleta; 3.7.6 Forma Segregação; 3.7.7 Acondicionamento/armazenamento; 3.7.8 Classificação dos resíduos; 3.7.9 Forma de tratamento; 3.7.10 Transporte; 3.7.11 Destino final. 3.8 Outros documentos técnicos necessários: 3.8.1 Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água; 3.8.2 Imagens dos setores do empreendimento; 3.8.3 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinado pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.8.4 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário; 3.8.5 Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 010/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Loteamentos para fins residenciais ou comerciais

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1 ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2 Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3 Caso o empreendimento esteja localizado na faixa de domínio de rodovias, apresentar declaração do órgão competente atestando que não há impedimento da atividade no local pretendido; 3.4 Caso o empreendimento necessite suprimir a vegetação, apresentar Autorização de Desmate; 3.5 Caso o empreendimento possua poço tubular, deverá ser providenciado o processo de outorga junto a SEMA/MT; Caso necessite de escavação de poço tubular, apresentar Certidão de Cadastro (poço até 50m de profundidade) ou a licença ambiental LO (poço com mais de 50m de profundidade), ou documento que comprove o requerimento da mesma ou protocolo SEMA/MT do processo de outorga; 3.6 PARA LICENÇA PRÉVIA 3.6.1 Declaração da possibilidade de abastecimento de água emitida pela concessionária, ou outorga do uso da água; 3.6.2 Declaração da possibilidade do provável destino do esgoto sanitário emitido pela concessionária, ou protocolo de outorga de diluição; 3.6.3 Mapa de localização da área do empreendimento em escala 1:50.000 ou maior, contendo a área do loteamento, articulação viária, rede de drenagem da área do micro bacia de interferência e coordenadas geográficas da área a ser licenciada; 3.6.4 Aspectos gerais do empreendimento contendo a concepção do projeto (tipo de uso, tamanho da área, número de apartamentos, tamanho dos apartamentos, área verde, densidade populacional prevista, fonte de abastecimento de água, o tipo de tratamento dos efluentes líquidos a ser adotado, a forma e disposição final, coleta e disposição dos resíduos e demais infraestruturas básicas, objetos e justificativas para sua implantação; 3.6.5 Caracterização da área nos seus aspectos físico e biótico; 3.6.6 Descrição dos prováveis impactos ambientais e sócio ambientais que poderão ocorrer durante a implantação, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicar os métodos, técnicas e critérios para sua identificação, quantificando e interpretando. Descrição preliminar das principais medidas mitigadoras preventivas e corretivas dos prováveis impactos ambientais e socioambientais. 3.7 LICENÇA DE INSTALAÇÃO 3.7.1 Cópia do Alvará do Corpo de Bombeiros; 3.7.2 Projeto de Água e Esgoto aprovado pelo departamento de engenharia; 3.7.3 Outorga de captação ou diluição de efluentes; 3.7.4 Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil; 3.7.5 Plano de Controle Ambiental; 3.7.6 Projeto de engenharia das obras de implantação do empreendimento, contendo parcelamento do solo, abastecimento de água, tratamento de água, tratamento de esgoto, drenagem de águas pluviais, pavimentação, como detalhamento das etapas, atividades e cronograma físico de execução, aprovado pelo departamento de engenharia da Prefeitura; 3.7.7 Mapa planialtimétrico da área em escala de 1:2.000 ou maior, com curvas de nível de 0,5 m a 0,5 m, contendo com configuração final da construção, projeto de abastecimento de água e esgoto. 3.7.8 Caso haja necessidade de área de empréstimo de obra de bota-fora para implantação do empreendimento, apresentar informações sobre a área e o Plano de Recuperação de Área Degradada com cronograma físico de implantação. 3.8 LICENÇA DE OPERAÇÃO 3.8.1 Cronograma das atividades de controle ambiental e monitoramento, complementares na fase de operação; 3.8.2 Relatório técnico consolidado contendo as obras de infraestrutura, e os planos e medidas mitigadoras implantadas, durante a fase de construção, acompanhada de relatório fotográfico; 3.8.3 Apresentar comprovantes de destinação adequada dos resíduos produzidos durante a fase de construção; 3.8.4 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da atividade; 3.8.5 Cópia do Alvará da Vigilância Sanitária; 3.8.6 Cópia do Alvará de Construção.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";* 4.4. Apresentar as coordenadas preferencialmente no SIRGAS 2000; 4.5. É recomendada a inserção de números de páginas e índice no projeto;

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 011/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Lavagem de veículos

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3 Diagnóstico Ambiental contendo: 3.3.1 Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2 Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3 Área construída;

3.3.4 Mão de obra empregada;

3.3.5 Período de funcionamento;

3.3.6 Descrição da área de entorno;

3.3.7 Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8 Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9 Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.4 Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1 Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2 Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3 Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.4 Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.5 Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de resíduos contaminantes, caso gere, por empresas licenciadas e autorizadas a destinar de forma correta este tipo de resíduo;

Obs: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.5.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.5.2 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.5.3 Quantificação; 3.5.4 Forma de coleta; 3.5.5 Forma Segregação; 3.5.6 Classificação dos resíduos; 3.5.7 Acondicionamento/armazenamento; 3.5.8 Forma de tratamento; 3.5.9 Transporte; 3.5.10 Destino final. 3.6 Outros documentos técnicos necessários: 3.6.1 Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água; 3.6.2 Imagens dos setores do empreendimento; 3.6.3 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja; 3.6.5 Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 012/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Farmácias de manipulação

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Cópia autenticada do Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária – Secretaria de Estado de Saúde/MT ou cópia do protocolo do pedido da liberação do Alvará Sanitário. 3.4. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.4.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.4.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.4.3. Área construída;

3.4.4. Mão de obra empregada;

3.4.5. Período de funcionamento;

3.4.6. Descrição da área de entorno;

3.4.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.4.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.4.9. Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.5. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.5.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.5.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.5.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.5.4. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.6. Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de resíduos contaminantes, como os resíduos de saúde (Classe I), por empresas licenciadas e autorizadas a destinar de forma correta este tipo de resíduo; 3.7. Especificar, detalhadamente, como são realizados os processos de higienização e desinfecção de todos os materiais envolvidos na atividade.

Observações: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento.

3.8. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.8.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.8.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.8.3. Quantificação;

3.8.4. Forma de coleta;

3.8.5. Forma Segregação;

3.8.6. Classificação dos resíduos;

3.8.7. Acondicionamento/armazenamento;

3.8.8. Forma de tratamento;

3.8.9. Transporte;

3.8.10. Destino final.

3.9. Outros documentos técnicos necessários:

3.9.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.9.2. Imagens dos setores do empreendimento;

3.9.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.9.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja;

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 013/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Fabricação de produtos de concreto

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3. Área construída;

3.3.4. Mão de obra empregada;

3.3.5. Período de funcionamento;

3.3.6. Descrição da área de entorno;

3.3.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9. Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.3.10. Fluxograma do processo de produção.

3.4. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.4. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.5. Caso a empresa tenha algum tipo de oficina mecânica ou lavador, deverá apresentar todos os sistemas e exigências para estes tipos de atividades.

3.5. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.5.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.5.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.5.3. Quantificação; 3.5.4. Forma de coleta; 3.5.5. Forma Segregação; 3.5.6. Classificação dos resíduos; 3.5.7. Acondicionamento/armazenamento; 3.5.8. Forma de tratamento; 3.5.9. Transporte; 3.5.10. Destino final. 3.6. Outros documentos técnicos necessários: 3.6.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água; 3.6.2. Imagens dos setores do empreendimento; 3.6.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo,

com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja; 3.6.5. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 014/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Fabricação de móveis e outros artefatos com predominância em madeira

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3. Área construída;

3.3.4. Mão de obra empregada;

3.3.5. Período de funcionamento;

3.3.6. Descrição da área de entorno;

3.3.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9. Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.3.10. Fluxograma do processo de produção.

3.4. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3. Especificar quais são as medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.4. Caso a empresa utilize uma quantidade acima de 20 m³ de produtos florestais mensais (exceto madeiras do tipo MDF ou OSB) deverá apresentar o Cadastro de Consumidor de Produtos Florestais – CC-SEMA emitido pela SEMA/MT (Portaria Nº 30, de 4 de abril de 2007);

Observação: Mesmo com a dispensa no cadastro, a aquisição de produtos florestais deverá ser feita, obrigatoriamente, através da GF3 (Guia Florestal para transporte interestadual e/ou para exportação) e deverão ser apresentadas as notas de aquisição deste material;

3.4.5. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.6. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.7. Caso o empreendimento exerça atividades de pintura de móveis ou de qualquer outro artefato, deverá apresentar barracão/cabine de pintura apropriada e sistema de tratamento de resíduos/efluentes/particulado (a cabine deve ser vedada, com piso cimentado, sistema de exaustão e controle de material particulado.). Além disso, apresentar comprovantes de entrega de resíduos de tinta para empresas licenciadas;

Observação: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento.

3.5. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.5.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.3. Quantificação;

3.5.4. Forma de coleta;

3.5.5. Forma Segregação;

3.5.6. Classificação dos resíduos;

3.5.7. Acondicionamento/armazenamento;

3.5.8. Forma de tratamento;

3.5.9. Transporte;

3.5.10. Destino final.

3.6. Outros documentos técnicos necessários:

3.6.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.6.2. Imagens dos setores do empreendimento;

3.6.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devida-

mente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja;

3.6.5. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - "Elaborar ou apresentar, no licenciamento*, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 015/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Fabricação de estruturas metálicas

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3. Área construída;

3.3.4. Mão de obra empregada;

3.3.5. Período de funcionamento;

3.3.6. Descrição da área de entorno;

3.3.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9. Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, polimento e lixamento das peças, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.3.10. Fluxograma do processo de produção.

3.4. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.4.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.4. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.5. Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de sucatas metálicas;

3.4.6. Caso o empreendimento exerça atividades de pintura de peças e/ou estruturas, deverá apresentar barracão/cabine de pintura apropriada e sistema de tratamento/contenção de resíduos/efluentes/particulado (a cabine deve ser vedada, com piso cimentado, sistema de exaustão e controle de material particulado.). Além disso, apresentar comprovantes de entrega de resíduos de tinta.

Observação: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento.

3.5. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.5.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.3. Quantificação;

3.5.4. Forma de coleta;

3.5.5. Forma Segregação;

3.5.6. Classificação dos resíduos;

3.5.7. Acondicionamento/armazenamento;

3.5.8. Forma de tratamento;

3.5.9. Transporte;

3.5.10. Destino final.

3.6. Outros documentos técnicos necessários:

3.6.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.6.2. Imagens dos setores do empreendimento;

3.6.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja;

3.6.5. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*;

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 016/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo – GLP

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Caso o empreendimento esteja próximo (raio de até 10 km) a áreas de interesse de Conservação Ambiental: apresentar documento de anuência do órgão ambiental municipal, estadual ou federal; 3.4. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.4.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.4.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.4.3. Área construída;

3.4.4. Mão de obra empregada;

3.4.5. Período de funcionamento;

3.4.6. Descrição da área de entorno;

3.4.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.4.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.4.9. Fluxograma do processo de produção.

3.4.10. Informar a classificação da área de armazenamento segundo a normativa NBR 15514/08 bem como seguir as determinações apresentadas nesta NBR. 3.5. Plano de Controle Ambiental contendo:

3.5.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.5.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.5.3. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.5.4. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento inclusive hidrossanitários;

3.6. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.6.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.6.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.6.3. Quantificação;

3.6.4. Forma de coleta;

3.6.5. Forma Segregação;

3.6.6. Classificação dos resíduos;

3.6.7. Acondicionamento/armazenamento;

3.6.8. Forma de tratamento;

3.6.9. Transporte;

3.6.10. Destino final.

3.7. Outros documentos técnicos necessários:

3.7.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água;

3.7.2. Imagens dos setores do empreendimento;

3.7.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.8. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário;

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*;

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 017/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Apresentar registro da empresa junto ao INDEA/MT. 3.4. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.4.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.4.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.4.3. Área construída;

3.4.4. Mão de obra empregada;

3.4.5. Período de funcionamento;

3.4.6. Descrição da área de entorno;

3.4.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.4.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.4.9. Relação de máquinas e equipamentos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral. 3.5. Plano de Controle Ambiental contendo: 3.5.1. Localização do empreendimento, respeitando as normas e critérios de localização constados na legislação vigente; 3.5.2. Descrição da área de entorno contemplando as distâncias mínimas exigidas para cada tipo de edificação, área ou zona, conforme legislação vigente; 3.5.3. Descrição sucinta da área construída do depósito, contemplando altura do pé direito, sistema de exaustão localizado na parte superior do depósito, canaletas ou ressaltos para conter vazamento, etc; 3.5.4. Descrever brevemente o sistema adotado com relação à segurança do trabalho no local, equipamentos, procedimentos adotados e EPI´s utilizados; 3.5.5. Especificar quais são as medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento; 3.5.6. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos (doméstico e industrial) existentes no empreendimento; 3.5.7. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e as alternativas de controle empregadas; 3.5.8. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais; 3.5.9. Destinação dos efluentes líquidos gerados na atividade; 3.5.10. Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de entrega de embalagens vazias, rompidas ou de serragem contaminada com algum produto.

Observação: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.6. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.6.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.6.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.6.3. Quantificação; 3.6.4. Forma de coleta; 3.6.5. Forma Segregação; 3.6.6. Classificação dos resíduos; 3.6.7. Acondicionamento/armazenamento; 3.6.8. Forma de tratamento; 3.6.9. Transporte; 3.6.10. Destino final. 3.7. Outros documentos técnicos necessários: 3.7.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água; 3.7.2. Imagens dos setores do empreendimento; 3.7.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.8. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário; 3.9. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*.

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 018/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Criação de frangos para corte (regime de confinamento)

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.3.1 Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2 Direção dos ventos predominantes; 3.3.3 Área total onde o empreendimento está localizado; 3.3.4 Área construída; 3.3.5 Período de funcionamento; 3.3.6 Descrição da área de entorno; 3.3.7 Descrição das atividades desenvolvidas no local; 3.3.8 Disponibilidade de água para abastecimento e consumo (m³/dia); 3.3.9 Aspectos gerais (tipo de atividade explorada, área total da propriedade e do empreendimento, quantidade de animais, número de funcionários, ciclo produtivo, produção e produtividade prevista, manejo sanitário, etc.) e concepção do projeto com alternativas tecnológicas e locacionais, com justificativa da alternativa escolhida; 3.3.10 Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo de lavagem e lubrificação de veículos, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento; 3.3.11 Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de lavagem e lubrificação de veículos, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral; 3.4 Plano de Controle Ambiental contendo: 3.4.1 Breve descrição dos prováveis impactos ambientais e socioambientais que poderão ocorrer durante a implantação e operação do empreendimento (alteração da qualidade da água, contaminação do lençol freático, escoamento superficial de dejetos, processo de erosão, presença de vetores, intensificação de tráfico de veículos, entre outros). Especificar quais são as medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento; 3.4.2 Descrever quais são as medidas adotadas para controle de vetores e propagação de doenças; 3.4.3 Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento; 3.4.4 Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas; **Observação:** os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro

de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento. 3.5 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.5.1 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.5.2 Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.5.3 Quantificação; 3.5.4 Forma de coleta; 3.5.5 Forma Segregação; 3.5.6 Classificação dos resíduos; 3.5.7 Acondicionamento/armazenamento; 3.5.8 Forma de tratamento; 3.5.9 Transporte; 3.5.10 Destino final. 3.6 Outros documentos técnicos necessários: 3.6.1 Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água mais próximos; 3.6.2 Imagens dos setores do empreendimento; 3.6.3 Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando toda a área construída (aviários, composteira, local de deposição dos resíduos da criação, área de armazenamento da ração, etc), com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4 Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja; 3.6.5 Apresentar plano operacional para a retirada dos dejetos incluindo: tipo de destino final; periodicidade, frequência de retirada, áreas previstas para deposição informando: nome(s) do(s) proprietário(s), classificação do(s) solo(s), tipo de cultura onde o resíduo será disposto, distância dos cursos d'água mais próximos. 3.6.6 Caso seja necessária a utilização de lenha na atividade, deverá apresentar o cadastro de consumidor de produtos florestais emitido pela SEMA.

4 DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1 Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2 Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3 Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*;

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 019/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Confecção de produtos de vestuário e malharia

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Diagnóstico Ambiental contendo: 3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado;

3.3.3. Área construída;

3.3.4. Mão de obra empregada;

3.3.5. Período de funcionamento;

3.3.6. Descrição da área de entorno;

3.3.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local;

3.3.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados no processo, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento;

3.3.9. Fluxograma do processo de produção.

3.3.10. Relação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de corte, produção, pintura, estampagem, etc, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral;

3.4. Plano de controle ambiental contendo:

3.4.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais;

3.4.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras e compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento;

3.4.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento;

3.4.4. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas;

3.4.5. Descrever sistema de controle de efluentes industriais e domésticos, especificando quais sistemas são utilizados;

3.4.6. Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de resíduos contaminantes, caso gere, por empresas licenciadas e autorizadas a destinar de forma correta este tipo de resíduo;

Observação: os projetos de tratamento de efluentes (doméstico e industrial), tratamento de água, controle de poluição do ar, retenção de gases e particulados pertinentes, deverão ser elaborados de acordo com bibliografias referentes ao assunto/tema, leis e normas vigentes, bem como por técnico habilitado dentro de suas atribuições perante seu conselho de classe, e possuir memorial descritivo, de cálculo, plantas e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento.

3.5. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo:

3.5.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento;

3.5.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial;

3.5.3. Quantificação;

3.5.4. Forma de coleta;

3.5.5. Forma Segregação;

3.5.6. Classificação dos resíduos;

3.5.7. Acondicionamento/armazenamento;

3.5.8. Forma de tratamento;

3.5.9. Transporte;

3.5.10. Destino final.

3.6. Outros documentos técnicos necessários: 3.6.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água; 3.6.2. Imagens dos setores do empreendimento; 3.6.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando os setores do mesmo, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.7. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário; 3.8. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*;

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 020/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Clínicas médicas e odontológicas (clínicas, consultórios e ambulatórios)

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Cópia autenticada do Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária – Secretaria de Estado de Saúde/MT ou cópia do protocolo do pedido da liberação do Alvará Sanitário. 3.4. Diagnóstico ambiental contendo: 3.4.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.4.2. Área total onde o empreendimento está localizado; 3.4.3. Área construída; 3.4.4. Mão de obra empregada; 3.4.5. Período de funcionamento; 3.4.6. Descrição da área de entorno; 3.4.7. Descrição das atividades desenvolvidas no local; 3.4.8. Relação de matéria-prima e insumos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento; 3.4.9. Relação de máquinas e equipamentos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral. 3.5. Plano de controle ambiental contendo: 3.5.1. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais; 3.5.2. Especificar quais são as medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento; 3.5.3. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos (doméstico e industrial) existentes no empreendimento; 3.5.4. Descrever quais são as fontes geradoras de resíduos líquidos, gasosos, sólidos e ruídos e as alternativas de controle empregadas; 3.5.5. Apresentar documentos / notas fiscais / comprovantes de coleta de resíduos contaminantes, como os resíduos de saúde (Classe I), por empresas licenciadas e autorizadas a destinar de forma correta este tipo de resíduo; 3.5.6. Especificar, detalhadamente, como são realizados os processos de higienização e desinfecção de todos os materiais envolvidos na atividade;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.6.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.6.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.6.3. Quantificação; 3.6.4. Forma de coleta; 3.6.5. Forma Segregação; 3.6.6. Classificação dos resíduos; 3.6.7. Acondicionamento/armazenamento; 3.6.8. Forma de tratamento; 3.6.9. Transporte; 3.6.10. Destino final. 3.7. Outros documentos técnicos necessários: 3.7.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água mais próximos; 3.7.2. Imagens dos setores do empreendimento; 3.7.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando toda a área construída (aviários, composteira, local de deposição dos resíduos da criação, área de armazenamento da ração, etc), com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.7.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja; 3.7.5. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*;

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO 021/2018, PARA LP, LI, LO

Objeto: Armazéns gerais de produtos não perigosos

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA FÍSICA

1.1. Conforme TR 001/2018;

2. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PESSOA JURÍDICA

2.1. Conforme TR 001/2018;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento; 3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade; 3.3. Diagnóstico ambiental contendo: 3.3.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.3.2. Área total onde o empreendimento está localizado; 3.3.3. Área construída; 3.3.4. Quantidade e capacidade de armazenamento dos silos; 3.3.5. Mão de obra empregada; 3.3.6. Período de funcionamento; 3.3.7. Descrição da área de entorno; 3.3.8. Descrição das atividades desenvolvidas no local; 3.3.9. Relação de matéria-prima e insumos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e forma de estocagem/armazenamento; 3.3.10. Relação de máquinas e equipamentos utilizados na atividade, informando a utilidade, quantidade e especificações em geral.

3.3.11. Fluxograma do processo industrial ou da atividade desenvolvida

3.4. Plano de controle ambiental contendo: 3.4.1. Caracterização do meio físico (vegetação e fauna locais) e descrição do relevo; 3.4.2. Descrição dos impactos ambientais, levando em consideração os aspectos como ruídos, emissão de particulados, gases, água, solo, interferências sociais, contaminação do lençol freático, controle de erosão, drenagem de águas pluviais; 3.4.3. Especificar quais serão as medidas mitigadoras, compensatórias e de controle ambiental executadas no local para minimizar os danos causados pela atividade do empreendimento; 3.4.4. Apresentar memorial descritivo e de cálculo de todos os sistemas de tratamentos existentes no empreendimento; 3.4.5. Apresentar direção predominante dos ventos; 3.4.6. Apresentar os tipos e a quantidade de combustíveis utilizados, bem como a forma de armazenamento, controle ambiental e documento ou cálculo realizado pelo Responsável Técnico que comprove o volume do tanque. Caso o tanque de combustível seja acima de 15.000 l, deverá apresentar licença ambiental expedida pela SEMA/MT. 3.4.7. Especificar a quantidade e os tipos de fornalhas e caldeiras ou quaisquer outros dispositivos/equipamentos de queima de combustível utilizados nas atividades, fornecendo suas características (capacidade de produção de vapor kg/h), temperatura máxima de vapor e sistema de limpeza – manual, automático ou por sopragem; 3.4.8. Caso seja necessária a utilização de lenha como fonte de energia na atividade, deverá ser apresentado o Cadastro de Consumidor de Produtos Florestais - CC-SEMA emitido pela SEMA/MT e a destinação final dos resíduos gerados pela queima; 3.4.9. Apresentar número e altura das chaminés com relação ao nível do solo e das construções vizinhas; 3.4.10. Caracterizar sistema de controle de emissões atmosféricas, de forma que não venham ocorrer emissões de material particulado para o meio ambiente acima do previsto na legislação ambiental vigente; 3.4.11. Caracterizar o sistema de controle de ruídos, caso haja, de forma que a população circunvizinha não seja prejudicada pela atividade; 3.4.12. Caso haja utilização de agrotóxicos para controle de vetores, descrever o modo de armazenamento, manuseio e destinação final das embalagens; 3.4.13. Caso a empresa tenha algum tipo de oficina mecânica ou lavador, deverá apresentar todos os sistemas e exigências para estes tipos de atividades.

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.5. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS contendo: 3.5.1. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS (Industrial, Serviço de Saúde e Doméstico) elaborado de acordo com a legislação vigente e por técnico habilitado dentro das suas atribuições perante o conselho de classe e ART do responsável técnico com respectivo comprovante de pagamento; 3.5.2. Identificação dos resíduos – sólido, líquido ou gasoso – doméstico ou industrial; 3.5.3. Quantificação; 3.5.4. Forma de coleta; 3.5.5. Forma Segregação; 3.5.6. Classificação dos resíduos; 3.5.7. Acondicionamento/armazenamento; 3.5.8. Forma de tratamento; 3.5.9. Transporte; 3.5.10. Destino final. 3.6. Outros documentos técnicos necessários: 3.6.1. Croqui de localização da área e seu entorno, identificando: perímetro do imóvel e da área licenciada, confrontantes, vias de acesso e cursos d'água mais próximos; 3.6.2. Imagens dos setores do empreendimento; 3.6.3. Planta baixa atualizada do empreendimento, identificando toda a área construída (aviários, composteira, local de deposição dos resíduos da criação, área de armazenamento da ração, etc), com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário e com locação dos sistemas de tratamentos. Caso haja ampliação futura da infraestrutura, mencionar e local em planta;

Observação: os empreendimentos que entrarem com solicitação de licenciamento ambiental (LP, LI e LO) a partir da publicação deste termo de referência deverão apresentar planta baixa aprovada pela Secretaria de Infraestrutura e Obras.

3.6.4. Planta (baixa, corte e detalhes) dos mecanismos para controle de efluentes e/ou poluição, com escala adequada, dimensões, cota, carimbo e devidamente assinada pelo profissional e pelo proprietário. Além disso, indicar declividade da rampa/local de lavagem, caso haja; 3.6.5. Planta de locação do empreendimento bem como do sistema de tratamento de esgoto doméstico – STED, sistema de tratamento de água residuária – STAR ou qualquer outro mecanismo de controle.

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Os documentos deverão estar na mesma sequência do roteiro; 4.2. Havendo necessidade, a SEMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais; 4.3. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa"*;

TERMO DE REFERÊNCIA 022/2018 PARA LP

JAZIDAS DE EMPRÉSTIMO PARA OBRAS CIVIS PÚBLICAS

(Área total menor ou igual a 5 hectares)

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

1.1. Requerimento Padrão modelo SEMMA/MATUPÁ, assinado pelo proprietário com reconhecimento de firma em cartório;

1.2. Cópia da(s) guia(s) de recolhimento de TAXA(s) de análise devidamente quitada(s);

1.3. Cópia da DECLARAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, expedida pelo DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO;

1.4. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido de licença(s);

1.5. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido de licença(s);

1.6. Cópia do documento de registro do imóvel;

1.7. Caso exista CONTRATO DE LOCAÇÃO, o mesmo deverá ter firma reconhecida em cartório;

1.8. Cópia(s) autenticada(s) do RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) ou do(s) proprietário(s);

1.9. Caso o empreendimento seja representado por terceiros, apresentar PROCURAÇÃO com reconhecimento de firma em cartório, do requerente para o representante e cópia dos documentos do representante/procurador (RG e CPF);

1.10. Para projetos supressão de vegetação para a instalação do empreendimento em área pública, deverá ser comprovada a arrecadação da área não titulado, conforme prevê o art. 31, inciso 8º da LCE nº 592/2017;

com exceção dos casos de concessão para empreendimento de utilidade pública;

2. PESSOA JURÍDICA

2.1. Cópia do CNPJ (documento emitido na internet);

2.2. Cópia da Inscrição Estadual (documento emitido na internet);

2.3. Cópia do Alvará Municipal de Funcionamento atualizado;

2.4. Cópia do contrato social ou certidão emitida pela junta comercial (empresas por cotas limitadas – LTDA);

2.5. Cópia da ATA da última assembleia onde se definiu a diretoria, no caso das sociedades anônimas (S/A);

2.6. Cópia do estatuto social, ATA de eleição e posse da diretoria atual em caso de cooperativa, associação ou similar;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Descrição dos aspectos gerais, concepção sucinta do projeto, objetivos e justificativas;

3.4. Cadastro Ambiental Rural – CAR (Para empreendimentos no meio rural);

3.5. Apresentar um RAP – Relatório Ambiental Prévio, contendo: relatório fotográfico, período de funcionamento, área de entorno;

3.6. Caso o empreendimento possua poço tubular, deverá ser providenciado o processo de outorga junto a SEMA/MT; caso necessite de escavação de poço tubular, apresentar Certidão de Cadastro (poço até 50m de profundidade) ou a licença ambiental LO (poço com mais de 50m de profundidade), ou documento que comprove o requerimento da mesma ou protocolo SEMA/MT do processo de outorga;

3.7. Mapa colorido de acesso e localização da área de lavra e do depósito minerário, em escala adequada para perfeita visualização, partindo da cidade de Matupá ou outro local de amplo conhecimento e contendo distâncias e coordenadas;

3.8. Carta Imagem georreferenciada ou croqui de localização do empreendimento;

3.9. Arquivo digital oriundos das plantas, cartas e mapas, referente ao empreendimento, deverão ser apresentados em dois formatos:

3.10. Em ".PDF";

3.11. Em *"Shapefiles"*, todos os dados geoespaciais (brutos, intermediários e finais) devem estar organizados e agrupados em pastas com nomes autoexplicativos;

4. OBSERVAÇÕES

4.1. Havendo necessidade, a SMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.2. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

4.3. Apresentar as coordenadas preferencialmente no DATUM SIRGAS 2000;

TERMO DE REFERÊNCIA 023/2018 PARA LI

JAZIDAS DE EMPRÉSTIMO PARA OBRAS CIVIS PÚBLICAS

(Área total menor ou igual a 5 hectares)

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

1.1. Requerimento Padrão modelo SMMA/MATUPÁ, assinado pelo proprietário com reconhecimento de firma em cartório;

1.2. Cópia da Licença Prévia emitida pela órgão competente e publicação da mesma;

1.3. Cópia da(s) guia(s) de recolhimento de TAXA(s) de análise devidamente quitada(s);

1.4. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido de licença(s);

1.5. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido de licença(s);

1.6. Cópia(s) autenticada(s) do RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) ou do(s) proprietário(s);

1.7. Caso o empreendimento seja representado por terceiros, apresentar PROCURAÇÃO com reconhecimento de firma em cartório, do requerente para o representante e cópia dos documentos do representante/procurador (RG e CPF);

1.8. Para projetos supressão de vegetação para a instalação do empreendimento em área pública, deverá ser comprovada a arrecadação da área não titulado, conforme prevê o art. 31, inciso 8º da LCE nº 592/2017; com exceção dos casos de concessão para empreendimento de utilidade pública;

1.9. Via impressa do requerimento da área junto ao DNPM

2. PESSOA JURÍDICA

2.1. Caso ocorra alteração nas informações dispostas na solicitação da LP, deverá solicitar que seja juntada toda a documentação anteriormente requerida.

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Apresentar um PCA – Plano de Controle Ambiental, ;

3.4. Se houver necessidade, realizar o Plano de Exploração Florestal (PEF);

3.5. Mapa colorido de acesso e localização da área de lavra e do depósito minerário, em escala adequada para perfeita visualização, partindo da cidade de Matupá ou outro local de amplo conhecimento e contendo distâncias e coordenadas;

3.6. Carta Imagem georreferenciada ou croqui de localização do empreendimento;

3.7. Arquivo digital oriundos das plantas, cartas e mapas, referente ao empreendimento, deverão ser apresentados em dois formatos:

3.8. Em ".PDF";

3.9. Em *"Shapefiles"*, todos os dados geoespaciais (brutos, intermediários e finais) devem estar organizados e agrupados em pastas com nomes autoexplicativos;

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Havendo necessidade, a SMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.2. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcial-*

mente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";

4.3. Apresentar as coordenadas preferencialmente no DATUM SIRGAS 2000;

TERMO DE REFERÊNCIA 024/2018 PARA LO

JAZIDAS DE EMPRÉSTIMO PARA OBRAS CIVIS PÚBLICAS

(Área total menor ou igual a 5 hectares)

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

1.1. Requerimento Padrão modelo SMMA/MATUPÁ, assinado pelo proprietário com reconhecimento de firma em cartório;

1.2. Cópia da Licença de Instalação emitida pela órgão competente e publicação da mesma;

1.3. Cópia da(s) guia(s) de recolhimento de TAXA(s) de análise devidamente quitada(s);

1.4. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido de licença(s);

1.5. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido de licença(s);

1.6. Cópia(s) autenticada(s) do RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) ou do(s) proprietário(s);

1.7. Caso o empreendimento seja representado por terceiros, apresentar PROCURAÇÃO com reconhecimento de firma em cartório, do requerente para o representante e cópia dos documentos do representante/procurador (RG e CPF);

1.8. Para projetos supressão de vegetação para a instalação do empreendimento em área pública, deverá ser comprovada a arrecadação da área não titulado, conforme prevê o art. 31, inciso 8º da LCE nº 592/2017; com exceção dos casos de concessão para empreendimento de utilidade pública;

2. PESSOA JURÍDICA

2.1. Caso ocorra alteração nas informações dispostas na solicitação da LP, deverá solicitar que seja juntada toda a documentação anteriormente requerida.

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Anexar o PCA da atividade e medidas que estão sendo tomadas com relatório fotográfico;

3.4. Relatório de cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação;

3.5. Se for solicitado apresentar plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)

3.6. Se houver necessidade, realizar o Plano de Exploração Florestal (PEF);

3.7. Mapa colorido de acesso e localização da área de lavra e do depósito minerário, em escala adequada para perfeita visualização, partindo da cidade de Matupá ou outro local de amplo conhecimento e contendo distâncias e coordenadas;

3.8. Carta Imagem georreferenciada ou croqui de localização do empreendimento;

3.9. Arquivo digital oriundos das plantas, cartas e mapas, referente ao empreendimento, deverão ser apresentados em dois formatos:

3.10. Em ".PDF";

3.11. Em *"Shapefiles"*, todos os dados geoespaciais (brutos, intermediários e finais) devem estar organizados e agrupados em pastas com nomes autoexplicativos;

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Havendo necessidade, a SMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.2. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

4.3. Apresentar as coordenadas preferencialmente no DATUM SIRGAS 2000;

TERMO DE REFERÊNCIA 025/2018 PARA RLO

JAZIDAS DE EMPRÉSTIMO PARA OBRAS CIVIS PÚBLICAS

(Área total menor ou igual a 5 hectares)

1. DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

1.1. Requerimento Padrão modelo SMMA/MATUPÁ, assinado pelo proprietário com reconhecimento de firma em cartório;

1.2. Cópia da(s) guia(s) de recolhimento de TAXA(s) de análise devidamente quitada(s);

1.3. Cópia da DECLARAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, expedida pelo DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO;

1.4. Publicação no DIÁRIO OFICIAL do pedido de licença(s);

1.5. Publicação no JORNAL LOCAL do pedido de licença(s);

1.6. Cópia do documento de registro do imóvel;

1.7. Caso exista CONTRATO DE LOCAÇÃO, o mesmo deverá ter firma reconhecida em cartório;

1.8. Cópia(s) autenticada(s) do RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) ou do(s) proprietário(s);

1.9. Caso o empreendimento seja representado por terceiros, apresentar PROCURAÇÃO com reconhecimento de firma em cartório, do requerente para o representante e cópia dos documentos do representante/procurador (RG e CPF);

1.10. Para projetos supressão de vegetação para a instalação do empreendimento em área pública, deverá ser comprovada a arrecadação da área não titulado, conforme prevê o art. 31, inciso 8º da LCE nº 592/2017; com exceção dos casos de concessão para empreendimento de utilidade pública;

1.11. Via impressa do requerimento da área junto ao DNPM;

1.12. Cópia da LO vigente, dentro do prazo de validade.

2. PESSOA JURÍDICA

2.1. Cópia do CNPJ (documento emitido na internet);

2.2. Cópia da Inscrição Estadual (documento emitido na internet);

2.3. Cópia do Alvará Municipal de Funcionamento atualizado;

2.4. Cópia do contrato social ou certidão emitida pela junta comercial (empresas por cotas limitadas – LTDA);

2.5. Cópia da ATA da última assembleia onde se definiu a diretoria, no caso das sociedades anônimas (S/A);

2.6. Cópia do estatuto social, ATA de eleição e posse da diretoria atual em caso de cooperativa, associação ou similar;

3. DOCUMENTOS TÉCNICOS

3.1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica perante seu Conselho de Classe, com comprovante de pagamento;

3.2. Cópia do CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL (SEMA/MT) do profissional responsável pela elaboração do projeto dentro do prazo de validade;

3.3. Descrição dos aspectos gerais, concepção sucinta do projeto, objetivos e justificativas;

3.4. Apresentar um RAP – Relatório Ambiental Prévio, contendo: relatório fotográfico, período de funcionamento, área de entorno;

3.5. Cadastro Ambiental Rural – CAR (Para empreendimentos no meio rural);

3.6. Quando necessário realizar o Plano de Exploração Florestal (PEF);

3.7. Apresentar o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD;

3.8. Caso o empreendimento possua poço tubular, deverá ser providenciado o processo de outorga junto a SEMA/MT; caso necessite de escavação de poço tubular, apresentar Certidão de Cadastro (poço até 50m de profundidade) ou a licença ambiental LO (poço com mais de 50m de profundidade), ou documento que comprove o requerimento da mesma ou protocolo SEMA/MT do processo de outorga;

3.9. Se houver necessidade, realizar o Plano de Exploração Florestal (PEF);

3.10. Mapa colorido de acesso e localização da área de lavra e do depósito minerário, em escala adequada para perfeita visualização, partindo da cidade de Matupá ou outro local de amplo conhecimento e contendo distâncias e coordenadas;

3.11. Carta Imagem georreferenciada ou croqui de localização do empreendimento;

3.12. Arquivo digital oriundos das plantas, cartas e mapas, referente ao empreendimento, deverão ser apresentados em dois formatos:

3.13. Em ".PDF";

3.14. Em *"Shapefiles"*, todos os dados geoespaciais (brutos, intermediários e finais) devem estar organizados e agrupados em pastas com nomes autoexplicativos;

4. DOCUMENTOS TÉCNICOS

4.1. Havendo necessidade, a SMMA/MATUPÁ se reserva o direito de solicitar documentos adicionais;

4.2. Tanto o requerente quanto o responsável técnico responderão pelas informações prestadas no processo de licenciamento ambiental, com base no artigo 69-A da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - *"Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11. 284, de 2006) - Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa";*

4.3. Apresentar as coordenadas preferencialmente no DATUM SIRGAS 2000;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO Nº. 054/2016

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: IURGUEN ARAI SCHWIRCK - ME

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONSTRUÇÃO CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO", de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 067/2016 do respectivo **Tomada de Preço nº 09/2016.**

Onde – se Lê:

OBJETIVO: Ficando **ADITIVADO** o valor de **R$ 5.055,06 (Cinco mil, cinquenta e cinco reais e seis centavos).**

Leia-se:

OBJETIVO: Ficando **ADITIVADO** o valor de **R$ 5.046,26 (Cinco mil, quarenta e seis reais e vinte e seis centavos)**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1452

Lei nº 1452 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310

03755477/0001-75 Exercício: 2018

Abre no orçamento vigente crédito

adicional especial e da outras providências

O PREFEITO DO MUNI CIPIO DE MIRASSOL DOESTE,EUCLIDES DA

SILVA PAIXÃO, Faço saber que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada

em 154 de fevereiro do corrente ano aprovou e eu sanciono e promulgo a

seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito

adicional especial na importância de R$ 1.965.505,00 distribuídos as

seguintes dotações:

02 04 02 DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

657 20.602.0004.1227.0000 AQS. DE PATRULHA MECANIZADA 877. 500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1

1 Recursos do Exercício Corrente

24

100 016 Aqs. de Patrulha Mecanizada

658 20.602.0004.1227.0000 AQS. DE PATRULHA MECANIZADA 16. 005,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R.: 0 1

1 Recursos do Exercício Corrente

00

110 000 GERAL

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

659 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAI 1.000.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1

1 Recursos do Exercício Corrente

24

100 022 Conv. INCRA - P. A. - Silvio Rodrigues

660 26.782.0016.1086.0000 MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DAS ESTRADAS VICINAI 72.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 0 1

1 Recursos do Exercício Corrente

00

110 000 GERAL

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior

será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: 1.877.500,00

Fontes de Recurso

1 24 1.877.500,00

Anulação:

02 04 03 DIVISÃO DE IND. COM. TURISMO E MEIO AMBIENTE

129 23.695.0032.2138.0000 INCENTIVO AO TURISMO URBANO - EVENTOS -16.005,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 0 1 00

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

465 15.451.0019.1234.0000 URBANIZAÇÃO DA PRAÇA DA COHAB -72. 000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 0 1 00

-88.005,00

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE

RUA ANTONIO TAVARES, 3310

03755477/0001-75 Exercício: 2018

07 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS 02 02 E SERVICOS URBANOS

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste,

Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal em 21 de fevereiro

de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO MUNICIPAL

Artigo 3o.- Esta Lei entra em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
DECRETO N.º 3271 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 DO SAEMI – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Senhor Euclides da Silva Paixão, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto municipal nº 3213/2017 e o Edital do Concurso Público nº 001/2016 de 20/10/2016 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal exclusivo da SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE:

DECRETA:

Art. 1° Fica convocado para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo efetivo no interesse da SAEMI, o seguinte candidato classificado dentro do número de vagas:

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

SANDRA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Classificação: 2º

Art. 2º. O candidato ora convocado na forma deste Decreto deverá comparecer ao Departamento Pessoal da SAEMI, sito à Rua: Ricardo Druzian Gallo, nº 161, Bairro: Mirassol D'Oeste II, o mais urgente possível ou em até 30 dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho.

Art. 3°. Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar em cópias, xerox ou fotocópias autenticadas, toda documentação que comprove:

a) Ser brasileiro ou estrangeiros nos termos da Lei (art. 12 e Art. 37, I da CF/88);

b) Estar em dias com as obrigações eleitorais para candidatos de ambos os sexos e com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino;

c) Escolaridade, através de certificado ou diploma conforme exigência do cargo;

d) Idoneidade civil e criminal através de certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da comarca onde reside;

e) Não haver infringido as leis constantes deste Decreto (apresentar declaração);

f) Não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos **(apresentar declaração)**

g) Estar exercendo ou não outro cargo ou função pública **(apresentar declaração)**

h) Ter aptidão de sanidades física e mental para o exercício do cargo, comprovado por baterias de exames feitos por médico credenciado no Ministério do trabalho deste Município;

i) Exame Urina Tipo I;

j) Hemograma Completo;

k) VDRL;

l) Parasitológico;

m) Cédula de Identidade;

n) Cartão de Identificação do Contribuinte (C.P.F);

o) Cartão do PIS PASEP (se possuir);

p) Título Eleitoral (**com comprovante de votação da última eleição**)

q) 02 (duas) Fotos 3x4 coloridas

r) Comprovante ou Declaração de Endereço Residencial.

s) Certidão de Casamento ou Nascimento.

t) Certidão de Nascimento dos Filhos.

u) Carteira de Vacinação dos Filhos Menores de 7 anos;

v) Carteira de Trabalho

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo único – A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Fevereiro de 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito Municipal

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
DECRETO N.º 3270 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 DO SAEMI – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-MT.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Senhor Euclides da Silva Paixão, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto municipal nº 2887/2015 e o Edital do Concurso Público nº 001/2015 de 08/06/2015 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal exclusivo da SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE:

DECRETA:

Art. 1° Fica convocado para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo efetivo no interesse da SAEMI, o seguinte candidato classificado dentro do número de vagas:

ENCANADOR DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO

ALEXSANDRO ROCHA DE SOUZA

Classificação: 3º

Art. 2º. O candidato ora convocado na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento Pessoal da SAEMI, sito à Rua: Ricardo Druzian Gallo, nº 161, Bairro: Mirassol D'Oeste II, o mais urgente possível ou em até 30 dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho.

Art. 3°. Para tomada de posse, o candidato deverá apresentar em cópias, xerox ou fotocópias autenticadas, toda documentação que comprove:

a) Ser brasileiro ou estrangeiros nos termos da Lei (art. 12 e Art. 37, I da CF/88);

b) Estar em dias com as obrigações eleitorais para candidatos de ambos os sexos e com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino;

c) Escolaridade, através de certificado ou diploma conforme exigência do cargo;

d) Idoneidade civil e criminal através de certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da comarca onde reside;

e) Não haver infringido as leis constantes deste Decreto (apresentar declaração);

f) Não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos **(apresentar declaração)**

g) Estar exercendo ou não outro cargo ou função pública **(apresentar declaração)**

h) Ter aptidão de sanidades física e mental para o exercício do cargo, comprovado por baterias de exames feitos por médico credenciado no Ministério do trabalho deste Município;

i) Exame Urina Tipo I;

j) Hemograma Completo;

k) VDRL;

l) Parasitológico;

m) Cédula de Identidade;

n) Cartão de Identificação do Contribuinte (C.P.F);

o) Cartão do PIS PASEP (se possuir);

p) Título Eleitoral (**com comprovante de votação da última eleição**)

q) 02 (duas) Fotos 3x4 coloridas

r) Comprovante ou Declaração de Endereço Residencial.

s) Certidão de Casamento ou Nascimento.

t) Certidão de Nascimento dos Filhos.

u) Carteira de Vacinação dos Filhos Menores de 7 anos;

v) Carteira de Trabalho

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário;

Parágrafo único – A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Euclides da Silva Paixão

Prefeito Municipal.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROGRAMA DE ESTÁGIO - Edital nº 002/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2018

APROVADOS e CLASSIFICADOS

O Prefeito do Município de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, senhor EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, no uso de suas atribuições, visando atender o princípio da publicidade e, nos termos do Edital nº 002/2016, RESOLVE:

I - Divulgar o resultado dos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Estágio - Edital nº 002/2018, conforme Anexo Único deste edital;

II - Conceder conforme definido no Anexo V do Edital nº 002/2018, os dias 21 e 22/02/2018 até às 12h, para interposição de recursos contra a lista de aprovados e classificados.

Mirassol D' Oeste-MT, 20 de fevereiro de 2018

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito Presidente da Comissão

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROGRAMA DE ESTÁGIO - Edital nº 002/2018

ANEXO ÚNICO DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2018

ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
FERNANDA RAMOS DE ALENCAR	19/01/1998	8	1. APROVADO

ARQUITETURA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ANDRE BOSSOLANI ARAUJO	26/09/1999	14	1. APROVADO
BRUNA CONCEIÇÃO MORETTI	01/06/1996	11	2. APROVADO

CIENCIAS CONTÁBEIS

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
TAYNARA CARINE OLIVEIRA DA SILVA	05/03/1997	16	1. APROVADO
EDSON SOBRINHO DE MELO FREITAS	27/07/1997	15	2. APROVADO
SILVANI PEREIRA DA SILVA	28/11/1986	14	3. APROVADO
ODIRLENE MEIRA DE SOUZA	07/09/1982	13	4. APROVADO
DANIELLE ANDRE CORTE	24/07/1999	12	5. APROVADO
SILENE DA SILVA SANCHES	20/12/1976	11	6. APROVADO
PAMELA ANDRESSA DE SOUZA LIMA	05/05/1995	11	7. CLASSIFICADO
ANA DE JESUS ANDRADE	10/02/1993	10	8. CLASSIFICADO
MARIA MAGALY GONÇALVES SÁ	07/12/1996	9	9. CLASSIFICADO
REGIANE FERREIRA DOS SANTOS ARAUJO	11/12/1987	9	10. CLASSIFICADO
LETICIA GONÇALVES DOS SANTOS	28/04/1988	8	11. CLASSIFICADO
ALEXRUAN LOMPIAS DA SILVA	20/12/1995	6	12. CLASSIFICADO
BEATRIZ DE PALA E SILVA	23/12/1998	6	13. CLASSIFICADO
KATHEEM KARINI SOUZA	29/06/1998	6	14. CLASSIFICADO
ALAN LAURINDO DOS SANTOS			AUSENTE/ELIMINADO
BRUNA LARISSA SANTOS DA SILVA			AUSENTE /ELIMINADO

DIREITO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA GERAIS	ESPECIFICO	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
IGOR EDUARDO DEL MOURA TRINDADE	12/06/1998	17	8	25	1. APROVADO
MATHEUS GUERREIRO FARIA	23/09/1999	17	8	25	2. APROVADO
SINARA MENANDES PORTO	25/12/1997	15	9	24	3. APROVADO
WEBERSON THIAGO DIAS GONÇALVES	30/03/2000	18	6	24	4. APROVADO
MILLENA RONCONI DALMAS	20/10/1998	12	10	22	5. CLASSIFICADO
LAVINIA OLIVEIRA ALMEIDA	20/02/1997	11	9	20	6. CLASSIFICADO
BRUNA CAROLINE DE CASTRO PEREIRA	04/03/1997	12	8	20	7. CLASSIFICADO
TAYNARA GUIDINI DOS REIS	13/08/1999	13	7	20	8. CLASSIFICADO
MAYCON BRENDON DE OLIVEIRA SILVA	01/07/1997	9	10	19	9. CLASSIFICADO
MARIA EDUARDA BARBOSA PEIXOTO	29/03/2000	12	7	19	10. CLASSIFICADO
NATALIA THARYANE DE MATOS	25/12/1995	13	6	19	11. CLASSIFICADO
DELVIS VERSALLI SOUZA	24/10/1991	11	7	18	12. CLASSIFICADO
DHIENIFFER THAIS RODRIGUES	15/10/1997	11	7	18	13. CLASSIFICADO
JOÃO VICTOR COELHO DE CAMPOS	15/11/1999	12	6	18	14. CLASSIFICADO
MARIANA BRENDA RAMOS NOGUEIRA DE OLIVEIRA	01/05/1997	12	5	17	15. CLASSIFICADO
WELLEN CRISTINA DA SILVA MELO	27/01/1993	10	5	15	16. CLASSIFICADO
GABRIELA CRSTINA DE MATOS GONZAGA	27/09/1995	8	5	13	17. CLASSIFICADO
HANIELLE MURIEL TORQUATO DELUQUE	22/05/1995	7	5	12	18. CLASSIFICADO
LA FONTAINE CORREIA DA COSTA NETO	09/05/1996	6	5	11	19. CLASSIFICADO
DEBORA CRISTINA ALVES FERREIRA	24/06/1996	6	3	9	20. CLASSIFICADO
DEBORA GONÇALVES CASTILHO					AUSENTE/ELIMINADO
GABRIELA ORLANDO PESSOA					AUSENTE/ELIMINADO

EDUCAÇÃO FISICA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
TATIANE DOS SANTOS COUTINHO	11/08/1984	10	1. APROVADO
CLEITON SOARES ARAUJO DA SILVA	25/09/1996	8	2. APROVADO
HILDEVANI CELES TRINDADE	06/09/1993	8	3. APROVADO
ANA KAROLINE DE OLIVEIRA GONÇALVES	14/11/1996	7	4. APROVADO
JOSIANE FLORIANO DA SILVA SOUSA			AUSENTE/ ELIMIDADO
LUIZ EDUARDO PERES SIQUEIRA			AUSENTE/ELIMINADO

ENFERMAGEM

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
LUIZA VANESSA DO AMARAL RIBEIRO	25/08/1991	12	1. APROVADO
GABRIELA DA SILVA ALVES	14/08/1997	11	2. CLASSIFICADO

ENGENHARIA CIVIL

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO

EDVILSON GABRIEL TAVARES DA SILVA	27/01/1998	15	1. APROVADO
AILTON MANIERI CASTRO	10/07/1998	15	2. APROVADO
WELLINGTON DOS SANTOS MACEDO			AUSENTE/ELIMINADO

FISIOTERAPIA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
MARIELY MENDES MAMEDES	23/11/1996	13	1. APROVADO
RAFAELA APARECIDA LOPES VIEIRA	22/07/1999	12	2. CLASSIFICADO
BEATRIZ DE OLIVEIRA GUIMARAES PONTES	02/10/1999	12	3. CLASSIFICADO
AMANDA PATRICIA DOS SANTOS	26/05/1998	10	4. CLASSIFICADO
FERNANDO AUGUSTO GAMA COSTA	13/02/1999	9	5. CLASSIFICADO
ELUANA DOS SANTOS	29/10/1998	8	6. CLASSIFICADO
JULIANA SILVA LADEIRA	27/03/1998	7	7. CLASSIFICADO
RENATA DE AQUINOVALVERDE			AUSENTE/ELIMINADO
THAMIRIS CASTILHO QUEIROZ SANTOS			AUSENTE/ELIMINADO

PEDAGOGIA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
QUEILA FRANCELINA PUGER	05/06/1996	14	1. APROVADO
VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA	04/07/1987	13	2. APROVADO
MARILENA DAS GRAÇAS LOSANO	27/08/1989	13	3. APROVADO
MARIA APARECIDA DE MIRANDA	03/04/1990	13	4. APROVADO
MARIA DE LOURDES CATELLAN SILVA	17/02/1965	12	5. APROVADO
LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	29/08/1982	12	6. APROVADO
MERCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	14/01/1988	12	7. APROVADO
GESSICA VIVANA CANDIDO SILVA	05/11/1996	12	8. APROVADO
DANIELE DAIANE ARDAIA GREVE	24/04/1998	12	9. APROVADO
ISLEIDE ALVES DA SILVA	01/05/1974	11	10. APROVADO
ELAINE VIANA DE CASTILHO	15/05/1975	11	11. APROVADO
ROSENIR CARDOSO LOMPIAS	05/04/1976	11	12. APROVADO
MARCELO DANIEL DA SILVA	07/02/1972	10	13. APROVADO
ELDA SANTOS DE AGUIAR	06/08/1974	10	14. APROVADO
ROSENIU PAIXAO CRISTINA	06/10/1979	10	15. APROVADO
THAIS CRISTINA GUERRA SILVA	30/01/1987	10	16. APROVADO
SUELLEN LOMPIAS SILVA	31/07/1992	10	17. APROVADO
MARIANA GUTIERREZ DA SILVA	25/07/1994	10	18. APROVADO
ELIZAINE PEREIRA CARVALHO	27/07/1995	10	19. APROVADO
LUCIMAR JOSE DIAS	20/03/1981	9	20. APROVADO
RAFAELLA DIDONE TIBALDE DA SILVA	29/03/1996	9	21. APROVADO
ANDRIELY FERREIRAFERRAZ	13/04/1999	9	22. APROVADO
ELENIR FELIX PEREIRA	06/04/1976	8	23. APROVADO
LUCIENE SOARES	03/09/1979	8	24. APROVADO
PATRICIA FRANZIN DA SILVA CAMPOS	11/06/1985	8	25. APROVADO
JAINE APARECIDA DA SILVA	30/07/1988	8	26. APROVADO
MARIA ROSA FERREIRA	13/03/1980	7	27. APROVADO
PRISCILA JOSE FERREIRA GONSALVES	28/03/1984	7	28. APROVADO
THAYLA CRISTINA DA SILVA PEREZ	12/03/1996	7	29. APROVADO
MARLI DE JESUS	03/05/1980	6	30. APROVADO
JULIANA CAVALCANTE DE ARAUJO	17/02/1981	5	31.CLASSIFICADO
RONILDA CINTRA MENDES	07/08/1982	5	32. CLASSIFICADO
CRISTIANE FEITOSA DA SILVA	17/05/1990	5	33. CLASSIFICADO
CLEIA JOCIANE DAS NEVES TEIXEIRA	25/04/1976	4	34. CLASSIFICADO
BEATRIZ FERREIRA COTRIM LEITE			AUSENTE/ELIMINADO
DANIELLE DA SILVA VIEIRA			AUSENTE/ELIMINADO
EDILEUZA DANTAS DA SILVA DE MELLO			AUSENTE/ELIMINADO
FRANCISLAINE VERSALLI			AUSENTE/ELIMINADO
LAIANE SOUZA PIRES			AUSENTE/ELIMINADO
LUCIA HELENA DA SILVA			AUSENTE/ELIMINADO
LUZIA APARECIDA DA PAIXAO			AUSENTE/ELIMINADO
MARIANA ALBERTA SANTANA			AUSENTE/ELIMINADO
MARLENE ALVES DA SILVA			AUSENTE/ELIMINADO
MICHELLY CANDIDA DE CENA			AUSENTE/ELIMINADO
ROSEANE SANTOS COUTINHO			AUSENTE/ELIMINADO
SONIA REGINA CALASTRO			AUSENTE/ELIMINADO
VANDA PIRES SANTANA			AUSENTE/ELIMINADO

PSICOLOGIA

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
KAROLINNE CRISTINE GONZAGA	03/08/1994	14	1. APROVADO
IRENE SOARES BARBOSA SOARES	09/12/1945	12	2. APROVADO
DAYANA SANCHES DE ARRUDA	15/12/1993	11	3. CLASSIFICADO
EDILZA BISOLA DE MIRANDA	08/02/1997	11	4. CLASSIFICADO
JUCELIA MARTINS PEREIRA			AUSENTE/ELIMINADO
JUCIMAR SALDANHA DANTAS DO NASCIMENTO			AUSENTE/ELIMINADO

JUSCELIA APARECIDA DANTAS DO NASCIMENTO			AUSENTE/ELIMINADO
LUCAS ANDRE SIMIONE			AUSENTE/ELIMINADO
PABLO DIEGO FERRAS MONTEIRO			AUSENTE/ELIMINADO
PATRICIA D JESUS NOVAIS			AUSENTE/ELIMINADO
SARAH MARIA SANTOS GARCIA			AUSENTE/ELIMINADO
STEFANI RAYANE BARBOSA FERREIRA			AUSENTE/ELIMINADO
TATIANE DA CRUZ NUNES			AUSENTE/ELIMINADO

SERVIÇO SOCIAL

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
LETICIA DE LAZARI ONORIO	26/08/1989	9	1. APROVADO
ELIANA BATISTA COUTINHO	18/03/1982	6	2. APROVADO
DIELLE MEDIANERIA DE OLIVEIRA	13/05/1984	6	3. CLASSIFICADO
ALDELICE DE SANTANA SILVA			AUSENTE/ELIMINADO
CAROLAINE SANTIAGO BRONZE			AUSENTE/ELIMINADO
JOSEFINA MARIA CORREIA			AUSENTE/ELIMINADO
ROSIMEIRE ALVES DA SILVA			AUSENTE/ELIMINADO

SISTEMA DA INFORMAÇÃO

NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO PEDRO JAMARIQUELI DE LIMA	23/08/2000	13	1. APROVADO
VALDIMIR CASTILHO QUEIROZ JUNIOR	29/06/1994	12	2. APROVADO
WESLEY PEREIRA DOS ANJOS	03/09/1998	11	3. APROVADO

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Prefeito Presidente da Comissão

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE DESISTENCIA DE CARGO EM CONCURSO PÚBLICO

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D´OESTE - MT

Comunica que o Sr. Gilmar Ferreira de Souza, convocado para tomar posse do cargo de Encanador de Rede de Água e Esgoto, pelo Decreto nº 3254 de 15 de janeiro de 2018, referente ao concurso público nº 001/2015, sob a classificação nº 2º colocado, se manifesta de livre e espontânea vontade a desistência de assumí-lo, renunciando a qualquer direito inerente ao concurso prestado. O termo de desistência encontra-se no estabelecimento do SAEMI, publicado em mural na data de 24 de janeiro de 2018.

Mirassol D´Oeste - MT, 21 de fevereiro de 2018.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LC 127/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 127 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013

Reeditado por força da Lei 171/2018

AUTORIZA A INSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO, CUJA FINALIDADE SERÁ A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, **ELIAS MENDES LEAL FILHO,** faço saber que a Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste aprovou em Sessão Extraordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2013 e eu, e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a instituir fundação de assistência à saúde, de caráter filantrópico, interesse coletivo e utilidade pública, denominada "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve", com sede no municipio de Mirassol D´Oeste, por tempo indeterminado, cujos estatutos de sua instituição deverão ser inscritos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, regendo-se, no que couber, pelas disposições do Código Civil, observando-se o que segue:

I - integrará a administração pública indireta e vincular-se-á à Secretaria Municipal de Saúde, compondo a rede do Sistema Único de Saúde - SUS;

II - terá por finalidade a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do sistema SUS moradores de Mirassol D'Oeste e Microrregião Jaurú.

III - terá patrimônio e receitas próprias e gozará de autonomia administrativa, operacional e financeira;

IV - será fiscalizada pelo sistema de controle interno do Município, pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no que couber;

V - deverá observar as seguintes premissas de gestão:

a) estabelecimento de metas de desempenho para cada serviço a ser prestado, vinculadas diretamente aos recursos que serão recebidos pela Fundação;

b) comprometimento dos seus dirigentes com as metas contratadas e a vinculação dos respectivos mandatos ao êxito da gestão;

c) sistema de governança profissional, democrático, com participação social e subordinado a controles internos e externos da Administração Pública.

Art. 2º - O patrimônio da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve" será constituído por bens móveis e imóveis, valores, direitos e outros que lhes sejam destinados por lei ou por doações e os que adquirirem com suas receitas próprias.

Art. 3º - Constituirão receitas da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve":

I - remuneração pela prestação de serviços e aplicação de seus recursos;

II - rendas resultantes da exploração dos seus bens e do seu patrimônio;

III - contribuições, auxílios, transferências, doações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV - recursos oriundos de convênios, contratos ou acordos de cooperação técnica firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

V - valores provenientes dos rendimentos das aplicações de suas disponibilidades financeiras;

VI - outras rendas extraordinárias ou eventuais.

Art. 4º - A “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve” poderá celebrar contrato de gestão com o Poder Público, na forma prevista no art. 37, § 8º, da Constituição Federal.

§ 1º - O contrato de gestão poderá ter por objeto a contratação de serviços e/ou fixação de metas de desempenho para a entidade.

§ 2º - Os relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão celebrado com o Poder Público deverão ser publicados em extrato no Diário Oficial e divulgados integralmente em meio eletrônico de comunicação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o encerramento do exercício financeiro.

Art. 5º - Os empregados da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve” serão admitidos mediante Concurso Publico de provas e provas e títulos, e, ou processo seletivo e regidos pelo regime Celetista.

Art. 6º - O Município poderá disponibilizar servidores públicos integrantes de seu quadro de pessoal à “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”, sem ônus para o órgão de origem.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º - A “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve” contará com os seguintes órgãos:

I - Conselho Curador;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

DO CONSELHO CURADOR

Art. 8º - O Conselho Curador, órgão superior de direção, fiscalização e controle da Fundação, será constituído de 7 (sete) membros titulares e suplentes com mandato de 2 (dois) anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos, sendo:

I - 4 (Quatro) membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, ocupantes de cargo de provimento efetivo;

II - 1 (um) membro indicado pelo Conselho da Cidade;

III - 1 (um) membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dentre os representantes dos usuários;

IV - 1 (um) membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”;

“I – 02 (dois) membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, ocupantes de cargos de provimento efetivo;

II – 02 (dois) membros indicados pelo pela Sociedade Civil Organizada (Clubes de Serviço);

III – 01 (um) membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dentre os representantes dos usuários;

IV – 01 (um) membro eleito entre os empregados e servidores da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.

"Nova redação dada por força da LC 171/2018"

§ 1º - O Conselho Curador será presidido por um dos membros indicados a critério do Poder Executivo Municipal, de acordo com o inciso I deste artigo.

§ 1º - A diretoria do Conselho Curador será escolhida entre seus membros em eleição direta.”

"Nova redação dada por força da LC 171/2018"

§ 2º - A cada membro titular corresponde um suplente indicado pelo mesmo processo previsto neste artigo.

§ 3º - Em casos de falecimento, renúncia, destituição, incompatibilidade e impedimento de um membro titular, o Conselho empossará o suplente e solicitará a substituição, no prazo máximo de trinta dias.

§ 4º - É obrigatória a participação dos membros da Diretoria Executiva da Fundação nas reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto.

§ 5º - Os membros do Conselho Curador respondem pelos danos resultantes de omissão do cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação do Estatuto.

Art. 9º - É da competência privativa do Conselho Curador:

I - instituir e reformar o Estatuto;

II - opinar sobre a extinção da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”, que só poderá se efetivar mediante Lei com quórum qualificado;

III - aprovar e reformar o regimento interno que disporá sobre os assuntos de interesse da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve” e, especialmente, do sistema de gestão do trabalho;

IV - encaminhar ao Prefeito Municipal proposta de plano de carreira dos empregados, plano de empregos e salários, os critérios de avaliação de desempenho e desenvolvimento, bem como os reajustes salariais e a remuneração da Diretoria Executiva, a concessão de reajustes de quaisquer benefícios indiretos, que após análise, serão submetidos ao Chefe do Poder Executivo;

V - opinar sobre a inclusão ou exclusão de unidades hospitalares e serviços auxiliares na estrutura da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”;

VI - aprovar e reformar o regimento interno das unidades hospitalares que componham a estrutura da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve

VII - aprovar:

a) proposta de contrato de gestão e seu detalhamento através de plano operativo da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”, anual ou plurianual;

b) a prestação de contas anual da Diretoria Executiva;

c) contratação de empresas de auditoria independente para a realização do exame das demonstrações financeiras, exigidas por Lei, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Estado;

VIII - deliberar sobre as nomeações dos membros da Diretoria Executiva da Fundação e das unidades hospitalares, a serem indicados pelo Diretor Executivo;

IX - exercer a fiscalização e o controle dos atos da Diretoria Executiva;

X - solicitar aos empregados, com cargos de direção, esclarecimentos, informações e prestações de contas eventuais;

XI - aprovar o recebimento de doações com encargos;

XII - deliberar, em instância final, sobre os demais assuntos de interesse da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”.

Parágrafo Único - As deliberações sobre as matérias constantes dos incisos I a VI deste artigo serão tomadas pelo voto de maioria absoluta do Conselho e, sobre os demais assuntos, com o voto da maioria simples, observado quorum mínimo de três membros.

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 10 - O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da “Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve”, com mandato de 2 (dois) anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos, terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal da Saúde;

II - 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal Fazenda;

III - 1 (um) membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dentre os representantes dos usuários;

III – 01 (um) representante indicado pela Sociedade Civil Organizada (Clubes de Serviços);

"Nova redação dada por força da LC 171/2018"

IV - 1 (um) membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve";

§ 1º - Os membros indicados para o Conselho Fiscal deverão possuir capacidade e notório conhecimento da área econômico-financeira ou contábil.

§ 2º - O Presidente do Conselho Fiscal será nomeado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, em eleição direta."

"Nova redação dada por força da LC 171/2018"

Art. 11 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - proceder à fiscalização contábil, financeira e patrimonial da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve";

II - examinar as contas, balanços e quaisquer outros documentos e, ao final, apresentar parecer contábil, no mínimo anual, acerca da prestação de contas da administração da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve";

III - analisar e emitir parecer acerca da prestação de contas de recursos específicos e que devem, isoladamente, ser encaminhadas aos órgãos da Administração Pública que os concederam;

IV - sem prejuízo das funções do Conselho Curador, avaliar a gestão financeira da Diretoria Executivo, inclusive a fiscalização das atividades dos administradores, assim como o exame da contabilidade;

V - solicitar ao Conselho Curador e a Diretoria Executiva esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal respondem pelos danos resultantes de omissão do cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação do Estatuto.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 12 - A Diretoria Executiva, órgão responsável pela gestão da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve" e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento:

I - 1 (um) Presidente;

II - 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro;

III - 1 (um) Diretor Técnico-Assistencial;

IV - 1 (um) Diretor Jurídico;

V – 1 (um) Secretário Executivo.

§ 1º - O Diretor Executivo, será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, detentor de formação acadêmica (curso superior) com status equiparado a Secretário Municipal, para efeito de remuneração.

§ 2º - Os membros indicados para Diretoria Executiva deverão possuir, formação de nível superior, reputação ilibada, capacidade e notório conhecimento nas suas respectivas áreas.

§ 3º - O Diretor Presidente será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Administrativo-Financeiro e, na ausência deste, pelo Diretor Técnico-Assistencial.

Art. 13 - É da competência da Diretoria Executiva:

I - gerir a Fundação e coordenar, supervisionar e controlar as unidades que integrarem sua estrutura;

II - gerir a prestação dos serviços contratados, em consonância com as metas de desempenho e atividades fixadas no Contrato de Gestão celebrado entre a Fundação e o Poder Público, e constante no Plano Operativo;

III - exercer o controle interno das atividades da Fundação, nos termos do Estatuto e segundo as diretrizes e os critérios fixados no Plano Operativo e no Contrato de Gestão da Fundação;

IV - elaborar, para deliberação do Conselho Curador:

a) o Plano Operativo da Fundação, anual ou plurianual;

b) os atos de instituição da Fundação;

c) os regimentos internos.

Art. 14 - Constituem atribuições e deveres do Presidente, além dos que o Conselho Curador lhe conferir:

I - representar a Fundação em Juízo ou fora dele;

II - convocar o Conselho Curador e o Conselho Fiscal, na forma do Estatuto;

III - presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - nomear, após a deliberação do Conselho Curador, os demais membros da Diretoria Executiva;

V - cumprir e fazer cumprir o Estatuto e o Regimento da Fundação.

A FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 15 - O acompanhamento e a fiscalização da execução de Contrato de Gestão, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos e de controle interno e externo do Município, serão efetuados pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 16 - A prestação de contas da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve", após a devida apreciação do Conselho Curador, será apresentada trimestralmente ou, a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, à Secretaria Municipal da Saúde, por meio de relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros, que serão disponibilizados por meio eletrônico.

Parágrafo Único - Ao final de cada exercício financeiro, a "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve" deverá elaborar consolidação dos relatórios e demonstrativos de que trata este artigo e os encaminhará à Secretaria Municipal da Saúde, ao Ministério Púbico e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 17 - O órgão competente da Secretaria Municipal da Saúde, responsável pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve" na execução do Contrato de Gestão, bem como sobre a eficiência e economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades e o encaminhará ao Secretário Municipal de Saúde, ao Conselho Curador da Fundação e ao Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º - Caso as metas pactuadas no Contrato de Gestão não sejam cumpridas, o Secretário Municipal de Saúde deverá submeter os relatórios técnicos de que trata o caput deste artigo, acompanhados de justificativa a ser apresentada pela Fundação ao Conselho Municipal de Saúde, que se manifestará acerca da execução do Contrato de Gestão.

§ 2º - Com base na manifestação do Conselho Municipal de Saúde, o Secretário de Saúde deverá, conforme o caso, decidir as medidas de saneamento necessárias e a repactuação dos valores financeiros pertinentes às metas do próximo exercício.

§ 3º - Após a manifestação do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal da Saúde será elaborada consolidação dos respectivos relatórios técnicos de que trata este artigo, devendo o Secretário de Saúde

encaminhá-la, acompanhada de seu parecer conclusivo ao Tribunal de Contas do Estado e à Câmara Municipal.

Art. 18 - Os servidores da Secretaria Municipal da Saúde, responsáveis pela supervisão, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dela darão ciência, preliminarmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, ao Secretário da Pasta que, por sua vez, cientificará à Auditoria do Município e ao Tribunal de Contas do Estado, e ao Ministério Público, quando for o caso.

DO FINANCIAMENTO

Art. 19 - Os recursos do Município para contraprestação de serviços da Fundação, mediante contrato de gestão, integrarão o orçamento fiscal do Município.

Parágrafo Único - Não será admitido contingenciamento de recursos orçamentários destinados ao Contrato de Gestão.

Art. 20 - Os recursos para o custeio dos serviços realizados pela Fundação serão fixados a partir da definição de preços pelo conjunto de serviços prestados, previstos no Contrato de Gestão.

Art. 21 - Poderão ser previstos recursos de investimento a partir das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde e que farão parte do Contrato de Gestão.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - A "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve", instituída nos termos desta lei, fica entidade beneficente de assistência social, para todos os efeitos legais.

Art. 23 - Os bens, rendas e serviços afetados ao serviço público de saúde são impenhoráveis.

Art. 24 - A contabilidade da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve" submete-se às regras estabelecidas para as empresas estatais, no que couber, até que seja editado regulamento próprio.

Art. 25 - Poderão ser cedidos servidores da Administração Pública, nos termos previstos na legislação específica e no Contrato de Gestão.

Parágrafo Único - A cessão prevista no '*caput*' dar-se-á pelo prazo de doze meses, prorrogável sempre pelo mesmo prazo, a partir da solicitação oficial por parte da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve", podendo ser cancelada a qualquer tempo.

Art. 26 - Os servidores cedidos ficarão sujeitos ao mesmo regime de carga horária aplicável aos empregados da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve" com idênticas atribuições e qualificação profissional.

Art. 27 - A Prefeitura Municipal deverá tomar as providências necessárias à completa instituição da Fundação no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único – As despesas decorrentes da implantação desta Lei serão suportadas até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) correndo à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

02.001.04.122.0002.2002 – 339014 – R$ 1.000,00

02.001.04.122.0002.2002 – 339030 – R$ 3.000,00

02.001.04.122.0002.2002 – 339035 – R$ 5.000,00

02.001.04.122.0002.2002 – 339036 – R$ 2.000,00

02.001.04.122.0002.2002 – 339039 – R$ 4.000,00

Art. 28 – Fica o Poder Executivo autorizado a abertura de crédito especial no valor de R$ 2.300.000,00 (Dois milhões e trezentos mil reais), para atender repasse a "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve", cuja codificação institucional e orçamentária será definida no respectivo decreto de abertura.

Art. 29 - As despesas, decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta da anulação parcial ou total das dotações orçamentárias, de acordo com o Art. 43 da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único - Ficam incluídas as alterações, previstas no caput, a Unidade Gestora "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve", na Lei Municipal nº 945 de 2009 (PPA), período 2010-2013 e Lei Municipal nº 1.110/2012 (LDO) para o exercício de 2013.

Art. 30 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Mirassol D'Oeste-MT; 04 de fevereiro de 2013.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

Reeditada por força da LC nº 171/2018 de 21 de Fevereiro de 2018

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LC 171/2018

LEI COMPLEMENTAR Nº 171 DE 21 FEVEREIRO DE 2018

DISPÓE SOBRE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2018, APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 8º da Lei Complementar nº 127, de 04 de fevereiro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I – 02 (dois) membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, ocupantes de cargos de provimento efetivo;

II – 02 (dois) membros indicados pelo pela Sociedade Civil Organizada (Clubes de Serviço);

III – 01 (um) membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dentre os representantes dos usuários;

IV – 01 (um) membro eleito entre os empregados e servidores da "Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve.

§ 1º - A diretoria do Conselho Curador será escolhida entre seus membros em eleição direta."

Art. 2º - Fica alterado o inciso III e o § 2º, do artigo 10 da Lei Complementar nº 127, de 04 de fevereiro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"III – 01 (um) representante indicado pela Sociedade Civil Organizada (Clubes de Serviços);

§ 2º - O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, em eleição direta."

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando autorizada a reedição da Lei Complementar nº 127, de 04 de fevereiro de 2013, com as alterações da presente Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 21 de fevereiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1451

LEI Nº 1451 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ASSOCIAÇÃO RENASCER DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o disposto no art. 127 da Lei Orgânica de Mirassol D´Oeste;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Mato Grosso em sessão ordinária realizada em 15 de fevereiro do corrente anos, APROVOU e eu Prefeito SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão Uso, com ASSOCIAÇÃO RENASCER DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES, com a finalidade de ceder 01 (UM) Resfriador de Leite (VA) 1.000 Lts.

Artigo 2º - O Resfriador é de propriedade do Estado, recebidos pelo município de Mirassol D´Oeste-MT através de Termo de Cessão de Uso nº 023/SEAF/2017 por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários-SEAF, desta, em Convênio Federal 810911/2014 MAPA e tem a seguinte descrição:

ÍTEM	REGISTRO PATRIMONIAL	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO FÍSICA
01	751378 (Estado)	Resfriador de leite com estrutura em aço com capacidade de 1000l.	Novo

Artigo 3º - No decorrer da vigência do Termo de Cessão de Uso a ser firmado com a Associação a mesma ficará obrigada a utilizar o bem cedido, segundo sua natureza e destinação, respondendo por perdas e danos, inclusive contra terceiros, empregando todo zelo na guarda, manutenção e conservação, efetuando todos os reparos necessários por sua própria e inteira responsabilidade.

Parágrafo Único: O Termo de Cessão de Uso disciplinará a utilização do bem cedido, bem como a responsabilidade do cessionário quanto a devolução, sua data de vigência, e condições de rescisão.

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal em 21 de fevereiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1451 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM ASSOCIAÇÃO RENASCER DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o disposto no art. 127 da Lei Orgânica de Mirassol D´Oeste;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Mato Grosso em sessão ordinária realizada em 15 de fevereiro do corrente anos, APROVOU e eu Prefeito SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão Uso, com ASSOCIAÇÃO RENASCER DOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES, com a finalidade de ceder 01 (UM) Resfriador de Leite (VA) 1.000 Lts.

Artigo 2º - O Resfriador é de propriedade do Estado, recebidos pelo município de Mirassol D´Oeste-MT através de Termo de Cessão de Uso nº 023/SEAF/2017 por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários-SEAF, desta, em Convênio Federal 810911/2014 MAPA e tem a seguinte descrição:

ÍTEM	REGISTRO PATRIMONIAL	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO FÍSICA
01	751378 (Estado)	Resfriador de leite com estrutura em aço com capacidade de 1000l.	Novo

Artigo 3º - No decorrer da vigência do Termo de Cessão de Uso a ser firmado com a Associação a mesma ficará obrigada a utilizar o bem cedido, segundo sua natureza e destinação, respondendo por perdas e danos, inclusive contra terceiros, empregando todo zelo na guarda, manutenção e conservação, efetuando todos os reparos necessários por sua própria e inteira responsabilidade.

Parágrafo Único: O Termo de Cessão de Uso disciplinará a utilização do bem cedido, bem como a responsabilidade do cessionário quanto a devolução, sua data de vigência, e condições de rescisão.

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, sede provisória do Paço Municipal em 21 de fevereiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
SOLICITAÇÃO DE LICENÇA - SEMA

Solicitação de LP-LI - Sema

A Prefeitura Municipal de MIRASSOL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.755.477/0001-75, torna público que requereu junto a SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia de Instalação (LP-LI), referente ao projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais, nas Ruas Valdecir A. Pereira, 1° de Maio e Bahia, no município de Mirassol D' Oeste/MT.''

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 061/2018

PORTARIA Nº. 061/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Mario Cesar de Arruda,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Mario Cesar de Arruda***, portadora do RG nº. 1072325-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 655.094.711-15, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Manutenção na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 062/2018

PORTARIA Nº. 062/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Selmo Ferreira de Moura,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Selmo Ferreira de Moura***, portadora do RG nº. 1651927-2 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 03 3.480.491-48, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Manutenção na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 056/2018

PORTARIA Nº. 056/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Thiago Albuquerque,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Thiago Albuquerque***, portadora do RG nº. 1531983-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 024.689.111-48, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria de Educação e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 037/2018

PORTARIA Nº. 037/2018

"Institui Comissão de Sindicância para apurar possíveis irregularidades cometidas, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica determinada a abertura de Sindicância Administrativa e igualmente instituída a Comissãode Sindicância no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades cometidas, pela Sra. M. A. S., Servidora efetiva matricula n.º 485, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os servidores abaixo relacionados comporão a Comissão instituída no *caput:*

Presidente: José Dias Filho Membro: Fabiano José da Silva Membro: Josué Pereira Mendes

Art. 2º. Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar informações e testemunhos necessários à instrução processual.

Art. 3º. A Comissão do Processo Administrativo deverá obedecer ao disposto na Lei 992/2006 respeitando os procedimentos e prazos, devendo apresentar relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º. As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão do Processo Administrativo não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 07 de fevereiro de 2017.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 038/2018

PORTARIA Nº. 038/2018

"Dispõe sobre o parecer conclusivo da comissão para análise de histórico profissional, que define a função de Auxiliar de Enfermagem da Sra. Sebastiana Marques Siscon Fonseca".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica definido à Sra. Sebastiana Marques Siscon Fonseca a função de Auxiliar de Enfermagem no Anexo II – J, classe D, Nível I, conforme parecer conclusivo da comissão para análise de histórico profissional de servidores aposentados que apresentam irregularidades no pagamento de remuneração, enquadramento e no vínculo trabalhista.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 07 de fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 057/2018

PORTARIA Nº. 057/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Fabiano Albuquerque,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Fabiano Albuquerque***, portadora do RG nº. 1407925-9 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 010.957.191-65, para exercer o cargo em Comissão de Supervisor de Secretaria na Secretaria de Educação e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 039/2018

PORTARIA Nº. 039/2018

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2018".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação para o exercício financeiro de 2018, deste Município:

Presidente: Juliane Castro Pereira

Secretário: Edson Friedrich

Membro: José Carlos da Silva

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 10 de Janeiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Nobres/MT, em 12 de Fevereiro de 2018

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 040/2018

PORTARIA Nº. 040/2018

*"Dispõe sobre a concessão de afastamento sem remuneração da Sra.**DENISE SOUZA DA SILVA."***

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à Sra. **Denise Souza da Silva**, portador do RG nº. 989262 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 001.710.461-02, servidor público efetivo no cargo de Ajudante de Serviços Gerais, **afastamento sem remuneração,** pelo período de 02 (dois) anos a partir de **09/02/2018 a 09/02/2020,** para tratar de assuntos particulares.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 09 de fevereiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 15 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 058/2018

PORTARIA Nº. 058/2018

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Walter Max Prehl,**e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr. **Walter Max Prehl***, portadora do RG nº. 476494 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 281.237.359-87, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria na Secretaria de Fiscalização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 055/2018

PORTARIA Nº. 055/2018

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Tiago de Menezes Trajano,**e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr. **Tiago de Menezes Trajano***, portadora do RG nº. 2241663-3 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 050.693.731-37, para exercer o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria de Educação e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 044/2018

PORTARIA Nº. 044/2018

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr. **Carmelindo de Souza**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Exonerar o Sr. ***Carmelindo de Souza***, portador do RG nº. 00851 CTPS/MG, e devidamente cadastrado no CPF nº. 034.199.832-04, do cargo em Comissão de Gestor Técnico da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 045/2018

PORTARIA Nº. 045/2018

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Carmelindo de Souza**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Nomear o Sr. ***Carmelindo de Souza***, portador do RG nº. 00851 CTPS/MG, e devidamente cadastrado no CPF nº. 034.199.832-04, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador da Secretaria da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 046/2018

PORTARIA Nº. 046/2018

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Denis Adriano de Campos**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Denis Adriano de Campos***, portador do RG nº. 10398678 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 688.441.401-44, para exercer o cargo em Comissão de Supervisor de Secretaria da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Mineração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 054/2018

PORTARIA Nº. 054/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Willian de Souza Romero,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Willian de Souza Romero***, portadora do RG nº. 40057638-7 SSP/SP, devidamente cadastrada no CPF nº. 735.045. 051-68, para exercer o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria de Educação e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 059/2018

PORTARIA Nº. 059/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Luis Carlos de Campos,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Luis Carlos de Campos***, portadora do RG nº. 2166402-1 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 041.030.551-03, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Manutenção na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 064/2018

PORTARIA Nº. 064/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Aureli Moreira Serra,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Aureli Moreira Serra***, portadora do RG nº. 0496011-4 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 062.941.191-38, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Depar

tamento de Manutenção na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 047/2018

PORTARIA Nº. 047/2018

"Dispõe sobre a concessão de FG à Sra. ***Vitória Benedita da Cruz****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal Complementar nº. 002/2017.

Art. 1º. Conceder FG de 50% para *a Sra.* ***Vitória Benedita da Cruz***, portador do RG nº. 606.936 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 383.821.561-34.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 053/2018

PORTARIA Nº. 053/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Arthur Brazilino da Silva Neto,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Arthur Brazilino da Silva Neto***, portadora do RG nº. 2070797-5 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 022.987.641-23, para exercer o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria de Educação e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 048/2018

PORTARIA Nº. 048/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Fábio Wenner Sérvio Rondon****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Fábio Wenner Sérvio Rondon***, portadora do RG nº. 538583 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 772.742.611-34, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Mineração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 060/2018

PORTARIA Nº. 060/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Diego Ferreira Lara da Silva,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Diego Ferreira Lara da Silva***, portadora do RG nº. 2327861-7 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 045.552.241-32, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Manutenção na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 002/2018

RESOLUÇÃO Nº. 002/2018

O Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1051, de 06 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde; e dá outras providencias;

Considerando a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providencias;

Considerando a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Considerando a Resolução nº 543/2012 de 10 de maio de 2012, que aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos conselhos de saúde

Considerando a deliberação do Pleno do CMS na reunião extraordinária de 12 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

Art.1° - Publicar representatividade da Câmara de Dirigentes Lojistas de Nobres, no Conselho Municipal de Saúde de Nobres – MT.

Titular: Gladecir Colognese Valandro Firmino

Suplente: Leuda Vitoy da Silva

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Nobres/MT, 12 de fevereiro de 2018.

_____

Marcel Karllay Albues Santiago

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada: _____

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 063/2018

PORTARIA Nº. 063/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Tiago Augusto de Jesus Serra,****e dá outras providências"****.***

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Tiago Augusto de Jesus Serra***, portadora do RG nº. 2117048-7 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 033.974. 511-83, para exercer o cargo em Comissão de Monitor Técnico de Manutenção na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 052/2018

PORTARIA Nº. 052/2018

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Italo Matheus Monteiro de Oliveira,****e dá outras providências"****.***

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o *Sr.* ***Italo Matheus Monteiro de Oliveira***, portadora do RG nº. 2357930-7 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 060.342. 511-92, para exercer o cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 049/2018

PORTARIA Nº. 049/2018

"Dispõe sobre a nomeação da Sra. ***Yasmim Ayumi Sauer****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Yasmim Ayumi Sauer***, portadora do RG nº. 12. 523.509-3 SSP/PR, devidamente cadastrada no CPF nº. 037.109.311-26, para exercer o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Mineração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 12 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 050/2018

PORTARIA Nº. 050/2018

" "Dispõe sobre a concessão de FG à Sra. ***Andrea Cristina da Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal Complementar nº. 002/2017.

Art. 1º. Conceder FG de 30% para *a Sra.* ***Andrea Cristina da Silva***, portador do RG nº. 1547205-1 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 005.773.881-50.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 12/2018

PORTARIA N.º 12/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª Evanilde Santana de Almeida"***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres; e Lei 1190 de 03/07/2011 que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Administração Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Nobres-MT; alterada pela Lei Municipal nº 1.297 de 02/12/2013 e anexo I do Decreto nº. 19/2017 que versa sobre o reajuste salarial.

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a **SRª. EVANILDE SANTANA DE ALMEIDA**, brasileira, SOLTEIRA, portadora da cédula de Identidade nº 0445905-9 SJ-MT e do CPF nº 304. 242.911-34, servidora Efetiva, no cargo de Professora, Classe "B", Nível "05", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 horas semanais, devidamente matriculada sob o nº 317, contando com 25 anos, 05 meses e 07 dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** n.º **2017.04. 01010P**, a partir de 01 de fevereiro de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de fevereiro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 19 de fevereiro de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 051/2018

PORTARIA Nº. 051/2018

"Dispõe sobre a nomeação da Sra. ***Karina Raielle Cardoso Weber****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Karina Raielle Cardoso Weber***, portadora do RG nº. 2373346-2 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 021.284. 952-29, para exercer o cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 11/2018

PORTARIA N.º 11/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª. Eliran Queiroz de Carvalho Arnoldo"***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres; e Lei 1190 de 03/07/2011 que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Administração Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Nobres-MT; alterada pela Lei Municipal nº 1.297 de 02/12/2013 e anexo I do Decreto nº. 19/2017 que versa sobre o reajuste salarial.

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Srª. ELIRAN QUEIROZ DE CARVALHO ARNOLDO**, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 450628 SSP/MT e do CPF n.º 419.943.291-49, servidora Efetiva, no cargo de Professora, Classe "C", Nível "04", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 horas semanais, devidamente matriculada sob o n.º 917, contando com 25 anos, 1 mês e 27 dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** n.º **2017. 04.01023P**, a partir de 01 de fevereiro de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 19 de fevereiro de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 001/2018

RESOLUÇÃO Nº. 001/2018

O Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1051, de 06 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Gestão do Sistema Único de Saúde; e dá outras providencias;

Considerando a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providencias;

Considerando a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Considerando a Resolução nº 543/2012 de 10 de maio de 2012, que aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos conselhos de saúde

Considerando a deliberação do Pleno do CMS na reunião extraordinária de 12 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar com ressalva o Plano das Ações de controle do vetor transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika. (Plano de Contingência).

Art. 2º - Ressalva: O Pleno não é favorável à aplicação do Malation, pela sua toxidade e agressividade aos agentes da fauna, flora, e do próprio ser humano. O uso do inseticida Malation é preconizado pelo Ministério de Saúde.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Nobres/MT, 12 de fevereiro de 2018.

_____

Marcel Karllay Albues Santiago

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada: _____

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 13/2018

PORTARIA N.º 13/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *à servidora* ***Srª Tereza Agnello da Cruz"***

A Diretora Executiva do PREVI-NOBRES - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6°, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 86, inciso I, II, III e IV da Lei nº 1.325 de 22/07/2014 que rege a previdência municipal de Nobres; e Lei 1190 de 03/07/2011 que Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Administração Pública Municipal da Prefeitura Municipal de Nobres-MT; alterada pela Lei Municipal nº 1.297 de 02/12/2013 e anexo I do Decreto nº. 19/2017 que versa sobre o reajuste salarial.

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, a **SRª. TEREZA AGNELLO DA CRUZ**, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 528995 SSP-MT e do CPF nº 361.505.411-34, servidora Efetiva, no cargo de Professora, Classe "C", Nível "04", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 horas semanais, devidamente matriculada sob o nº 621, contando com 26 anos, 01 mês e 18 dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NOBRES** n.º **2017.04.01011P**, a partir de 01 de fevereiro de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **01 de fevereiro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nobres/MT, 19 de fevereiro de 2018.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURÍDICO
DECRETO Nº 277/2018 - FIXA CRITÉRIOS PARA BENEFICIÁRIOS DO PMCMV-E

DECRETO Nº 277, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DEFINE OS PARÂMETROS DE PRIORIZAÇÃO PARA SELEÇÃO DA DEMANDA DOS BENEFICIÁRIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS A SEREM EDIFICADAS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Jossimar José Fernandes, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais e considerando que o Conselho Municipal de Habitação definiu os parâmetros de seleção de demanda dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, do Ministério das Cidades, em consonância com a legislação de regência do aludido Programa Habitacional, e em cumprimento aos dispositivos emanados do Ministro de Estado de Cidades, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade Entidades,

DECRETA:

Art.1º A hierarquização e seleção da demanda dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, atenderão primeiramente aos critérios nacionais, a saber:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias de que façam parte pessoas portadoras de necessidades especiais; e,

c) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 2º Complementando os critérios nacionais para a seleção da demanda dos beneficiários, o Conselho Municipal de Habitação aprovou a minuta do presente decreto, por intermédio do qual se ratifica os seguintes critérios locais adicionais hierarquizados por este Município, como segue:

a) que os beneficiários sejam eleitores no Município, caracterizando assim, seu vínculo legal com o Município;

b) que residam a mais de 01(um) ano no Município;

c) terão prioridade os integrantes de cadastros anteriores promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Do total das unidades habitacionais será feita reserva de 3% (três por cento), para atendimento aos idosos, em cumprimento ao que dispõe o inciso I do artigo 38 da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, ao 20º dia do mês de fevereiro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 20/02/2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MÁRCIA DEUNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 249/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Concede progressão por tempo (Nível) aos servidores municipais lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSE FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo (Nível) aos servidores abaixo relacionados, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 167/2017, de 06 de Setembro de 2017.

Nº	SERVIDOR	CARGOS	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Daniel Bergson R. de Ramalho	Técnico de Transporte Escolar	B	II	B	III
02	Iracema Pereira de S. Meira	Técnico Administrativo Educacional	E	XI	E	XII
03	Luiz Elízio de Almeida	Técnico de Transporte Escolar	B	II	B	III

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 59 à 63 da Lei Complementar nº 155/2010, de 12/02/2010 e Lei Complementar nº 245/2012, de 02/05/2012, (Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação da Rede Pública da Educação Básica Municipal).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 21º dia do mês de Fevereiro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 21/02/2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Sec. de Admin., Planej. e Finanças

FLORINDO DE OLIVEIRA ALMEIDA

Sec. de Educ., Cult., Desp. e Lazer.

JURÍDICO
RESOLUÇÃO Nº 001/2018/CMH - FIXA CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS BENEFICIÁRIOS DO PMCMV-E DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA/MT

RESOLUÇÃO Nº 001/2018/CMH

APROVA OS PARÂMETROS DE PRIORIZAÇÃO PARA SELEÇÃO DA DEMANDA DOS BENEFICIÁRIOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS A SEREM EDIFICADAS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, E A MINUTA DE DECRETO QUE COLOCARÁ EM VIGÊNCIA OS CRITÉRIOS APROVADOS POR ESTE CMH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Habitação do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe conferem os arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 222, de 06 de julho de 2011,

Considerando o quanto foi decidido na reunião ordinária do dia 21 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados os parâmetros/critérios de priorização para seleção da demanda dos beneficiários das unidades habitacionais a serem edificadas nos termos da legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV – Entidades, do Ministério das Cidades, no âmbito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A hierarquização e seleção da demanda dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades atenderão primeiramente aos critérios nacionais, a saber:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias de que façam parte pessoas portadoras de necessidades especiais; e,

c) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 3º Complementando os critérios nacionais para a seleção da demanda dos beneficiários, o Conselho Municipal de Habitação aprovou a minuta do presente decreto, por intermédio do qual se ratifica os seguintes critérios locais adicionais hierarquizados por este Município, como segue:

a) que os beneficiários sejam eleitores no Município, caracterizando assim, seu vínculo legal com o Município;

b) que residam a mais de 01(um) ano no Município;

c) terão prioridade os integrantes de cadastros anteriores promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Do total das unidades habitacionais será feita reserva de 3% (três por cento), para atendimento aos idosos, em cumprimento ao que dispõe o inciso I do artigo 38 da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Sede do Município de Nortelândia, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2018, 65º da Emancipação Política.

IRINEU DA SILVA MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Habitação

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 248, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

PORTARIA Nº 248, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, e dá outras providencias.

O Senhor JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, e decretos Municipais 006/2007 e 010/2007,

Considerando o disposto no art. 51 da Lei 8.666/93, que determina o critério de formação da comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nortelândia, para julgar as propostas e habilitação das empresas, bem como adjudicar a licitante vencedora:

I. Presidente: Edna Alves da Silva

II. 1º Membro: Thiago José dos Santos

III. 2º Membro: Gian Carlo Hidalgo de Quadros

IV. 1º Suplente: Nivete Rodrigues Godois

V. 2º Suplente: Ellen Cristina Desidério de Oliveira Almeida

§ 1º Na ausência do presidente da Comissão, o primeiro membro assumirá a função de presidente, e será convocado um membro suplente, para recompor a Comissão;

§ 2º Nas ausências do 1º ou do 2º membro, serão convocados suplentes, na ordem da suplência.

Art. 2º Designar os servidores abaixo nominados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nortelândia:

I. Pregoeiro Oficial: Bruna Beato de Micheli

II. Equipe de Apoio: a. Geisiane de Campos Mello; b. Graziele Gubert.

Art. 3º São atribuições do Pregoeiro Oficial:

I. Aprovar e/ou retificar o edital de licitação, após o parecer especializado da Assessoria Jurídica, submetendo-o à nova análise jurídica toda vez que houver alteração substancial nos seus termos;

II. Promover a publicidade da licitação, nos termos da legislação;

III. Receber, examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre esclarecimentos e impugnações, com o apoio da Assessoria Jurídica, quando necessário;

IV. Estabelecer e coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

V. Realizar a abertura, o exame e a classificação das propostas de preços;

VI. Promover análises e diligências referentes ao cumprimento do objeto licitado, sendo-lhe facultado solicitar ao Prefeito Municipal, o apoio especializado para auxiliar sua decisão;

VII. Conduzir os procedimentos de disputa de lances e de julgamento da proposta ou do lance de menor valor apresentado;

VIII. Analisar a documentação, para fins de habilitação ou inabilitação dos licitantes;

IX. Responder aos questionamentos relativos aos seus atos e ao procedimento licitatório e adotar as providências necessárias;

X. Adjudicar o objeto do certame ao vencedor, desde que não haja manifestação de interposição de recursos;

XI. Propor penalização do licitante, durante a sessão pública de licitação, caso ocorra descumprimento de legislação ou ato grave;

XII. Determinar a elaboração da ata da sessão de licitação e assinar em conjunto com a equipe de apoio, técnicos especializados convocados e participantes;

XIII. Fazer o juízo de admissibilidade dos recursos manifestados durante a sessão pública de licitação;

XIV. Encaminhar ao Prefeito Municipal, para subsidiar sua decisão final, as razões de recursos interpostos no prazo legal, as contrarrazões de recursos de qualquer interessado e o relatório da comissão de licitação;

XV. Coordenar a completa instrução do processo.

Art. 4º São atribuições da Equipe de Apoio:

I. Cumprir as determinações do pregoeiro;

II. Instruir o processo licitatório com os documentos e anexos necessários;

III. Operacionalizar o sistema da modalidade Pregão;

IV. Responsabilizar-se pelos materiais de expedientes utilizados para a realização do pregão;

V. Lavrar a ata da sessão e colher as assinaturas dos licitantes presentes;

VI. Responsabilizar-se, após a sessão pública, pela juntada dos documentos, confecção de documentos para instrução, se necessário e pela numeração e rubricas das páginas do processo;

VII. Levar ao conhecimento do pregoeiro qualquer ato ou informação que possa alterar os procedimentos do certame.

Art. 5º Todos os procedimentos licitatórios, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nortelândia, deverão ser autorizados prévia e expressamente pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º Fica autorizada a substituição do pregoeiro designado para o certame, por outro pregoeiro oficial, desde que devidamente justificado o impedimento e ou ausência.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria nº 219/2018, de 04/01/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 4º dia do mês de Janeiro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 4.1.2018.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Marlene Júlia de Oliveira Scarpat

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA ONG "AMOR A VIDA"

ESTADO DE MATO GROSSO

NORTELÂNDIA – MT

ONG "AMOR A VIDA"

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA ONG "AMOR A VIDA"

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete as quatorze horas reuniram-se no Prédio da Câmara Municipal de Nortelândia, nas dependências do Plenário "Vereador Niedson Rocha", os membros sócios da Diretoria Executiva, Secretaria Executiva e Conselho Fiscal, titulares e suplentes, sócios fundadores e convidados representando a sociedade nortelandense, tanto do poder Público Municipal quanto da Sociedade Civil organizada, em Assembleia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da **ONG "AMOR À VIDA"** bem como a apreciação, eleição e posse para o man-

dato bienal de 02 (dois) anos compreendidos entre 07(sete) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete) a 07(sete) de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove) pelas razões que abaixo passamos a expor. A Senhora Presidenta Luzineth Marques da Silva Moitim iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes. Posteriormente, constatada a presença de quórum para deliberação, fez a prestação de contas do exercício de 2017, colocando em apreciação e votação da Assembleia. A prestação de contas foi analisada e aprovada pelo Conselho Fiscal e pelos membros da Assembleia. Após, a Presidenta fez uma breve explanação sobre a atual situação da ONG em especial com relação a situação do Hospital e das atividades e funções do gerenciamento da ONG, principalmente com relação as novas demandas e ações com que a ONG deverá atuar a partir desta data. Há alguns meses a Diretoria do ONG vem mantendo conversações com representantes da sociedade civil Diamantinense para assumir a gestão do Hospital São João Batista em Diamantino, que vem sendo administrado pelo CISCN desde julho de 2013 (dois mil e treze). Ao assumir a gestão de mais um hospital na região, a ONG "Amor à Vida" terá mais força junto ao Poder Público, terá um maior corpo clínico a disposição de seus usuários, terá maiores recursos técnicos na prestação de serviços e maior poder de barganha junto a seus fornecedores, além de ampliar suas atividades beneficentes e contribuir para a melhoria das condições de saúde da região, razão de sua existência. Para assumir a gestão do Hospital São João Batista em Diamantino – MT se faz necessário eleger uma nova Diretoria para a ONG, com novos membros tanto da Diretoria Executiva quanto do Conselho Fiscal para um novo mandato de 02 (dois) anos, tendo em vista que a Presidente nesta data pede seu afastamento do cargo, por questões de ordem pessoal, anunciando que não pretende continuar a dirigir esta ONG. Desta forma, serão eleitos por esta Assembleia os Diretores da ONG que exercerão suas atribuições tanto em Nortelândia quanto em Diamantino – MT, com poderes para

nomear administradores para o Hospital São João Batista, pois diversas tratativas com o Poder Público do Município de Diamantino/MT, com pessoal para trabalhar no Hospital, com fornecedores e com os próprios proprietários do Hospital precisam ser feitas imediatamente ante a iminência de fechamento do Hospital São João Batista, bem como diante da grave situação em que se encontra o Hospital e Maternidade Nossa Senhora Sant'Ana. Os representantes da Diretoria da ONG terão todos os poderes da Direção previstos no Estatuto, podendo fazer contratos de qualquer espécie, contratar pessoal, abrir e gerir contas bancárias, firmar convênios com o Poder Público, dentre outros. Como forma de controle, fica estipulado que os representantes da Direção da ONG junto ao Hospital São João Batista e ao Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Sant'Ana devem prestar contas de seus atos junto ao Conselho Fiscal de forma mensal, apresentando todas as certidões, recibos de quitação, contratos, relatório de compras, contratação de pessoal, enfim toda e qualquer documentação relacionada a gestão dos Hospitais em Diamantino e em Nortelândia, ambos localizados na microrregião do Alto Paraguai Diamantino. O corpo clínico contratado pela ONG poderá ser utilizado tanto no Hospital Nossa Senhora de Sant'Ana quanto no Hospital São João Batista, respeitadas as diferenças salariais porventura existentes bem como as atribuições e serviços já agendados em cada Unidade Hospitalar. As unidades hospitalares da ONG poderão também prestar serviços médico-hospitalares a qualquer Município da região, mediante celebração do respectivo convênio. Os recursos arrecadados, recebidos por cada unidade hospitalar da ONG será administrado individualmente pela unidade que fez a captação do recurso sendo nela aplicados. Fica acordado que hospital São João Batista será porta aberta para os pacientes moradores de Nortelândia, com endereço comprovado, nas especialidades de Ginecologia e obstetrícia e cirurgia geral de baixa complexidade sempre que o hospital Santana não tiver condições para realizar o atendimento. Para adequar-se a essa nova forma de gestão da ONG foi deliberado que serão feitas alterações no Estatuto, subscrito abaixo. Após a Assembleia deverão ser feitos os procedimentos legais para averbação do mandato no registro geral da ONG. Todos os procedimentos legais, administrativos e contábeis sevem ser realizados tanto no Cartório de Registro Civil quanto na União, Estado, Município e Bancos, por sua Autarquias e Fundações, como a Receita Federal e o INSS, assim como quaisquer outros órgãos. Agradecem o empenho e a dedicação de todos em prol do funcionamento da ONG "Amor a Vida". Em seguida entre os membros presentes, foi apresentado a Chapa Única abaixo relacionada para a composição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e sócios Fundadores, para análise apreciação dos presentes, eleição e posse para o mandato de 02 (dois) anos compreendidos entre 07(sete) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete) a 07(sete) de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove), sendo a seguinte:

1) DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE: **ANA DOS ANJOS PERON**

VICE-PRESIDENTE: **SELMA PAULINA DA SILVA SIQUEIRA (DIAMANTINO)**

TESOUREIRA: **GRACIELE CARNEIRO BEZERRA (DIAMANTINO)**

2º TESOUREIRO: **ELENA REGINA CAMPANHOLI**

1º SECRETÁRIO: **MARA INÊZ PINHEIRO VIEIRA**

2º SECRETÁRIO: **ALIANE PIOVEZAN GOMES**

2) CONSELHO FISCAL

CONSELHEIROS TITULARES**:**

DIOGENES SOUZA AMARAL

LUZINETH MARQUES DA SILVA MOITIM

JOCELIO PEREIRA DOS SANTOS

MARIA CONCEIÇÃO DE LIMA ROCHA

ISOLETE DALMOLIN SIMON (DIAMANTINO)

CONSELHEIROS SUPLENTES**:**

VILMA DE SOUZA UCHOA

PASTOR DILTON CARLOS

PADRE MELQUIOR CASALI

JULIANA DE SOUZA ALVES OLIVEIRA

ALINE SOARES NUNES (DIAMANTINO)

3) SÓCIOS FUNDADORES:

LINEALDO DE AGUIAR SOBRAL DONIZETI APARECIDO DA SILVA

MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA FERREIRA

Após a apresentação da composição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal foi feita a eleição por declaração e aclamação sendo eleita por unanimidade dos presentes, que assinam a lista de presença anexa à presente Ata e que estiveram presentes na Assembleia. Após a Eleição com a aprovação unânime foi dado posse à nova Diretoria Executiva, Secretária Executiva e Conselho Fiscal para o mandato bienal de 02 (dois) anos compreendidos entre 07(sete) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete) a 07(sete) de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove). Em seguida foi dada por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e ata foi lavrada, aprovada e devidamente assinada por mim, Mara Inez Pinheiro Vieira, escolhida e indicada pela Presidente para secretariar os trabalhos e pela Diretoria e Membros do Conselho Fiscal Eleitos, que assinam todas as páginas, e os presentes que assinam a lista de presença anexa, já sendo convocada pela Diretoria atual Reunião Ordinária a realizar-se nessa mesma data e em seguida no mesmo local para as deliberações, discussões e tomadas de decisões pertinentes as funções da nova Diretoria, Conselho Fiscal, Sócios Fundadores e demais presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONVÊNIO N° 01/2018

CONVÊNIO N° 01/2018

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA NOVA DE VÁRZEA GRANDE E O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT.

Por este instrumento, neste e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT**, pessoa jurídica de direito publico interno, escrita no CNPJ sob o n°03.507.514/0001-26, com sede na Av.Coronel Botelho, n. 458, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**, brasileiro casado, RG: N° 279284 SSP/MT, CPF N° 167.522.791-87, e de outro lado a **Associação Beneficente Vida Nova de Várzea Grande**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 06.254.660/0001-85, com sede na cidade de Várzea Grande – MT, neste ato representado pelo Sr**. João Leonardo Hauer**, portador do RG nº 2117400-8 SSP/MT e CPF 043.388. 871-76, ajustam entre si o presente convênio, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O presente convênio tem por finalidade a cooperação das entidades envolvidas, visando o amparo de até 04 (quatro) crianças de 0 à 09 anos do Município de Nossa Senhora do Livramento, vítimas de abandono, maus tratos e abuso sexual que não possuem mais condições de permanência em sua família natural, necessitando de abrigamento até que seja possível a reintegração em sua família natural, ou ampliada, ou em família substituta, na modalidade de guarda ou adoção. As crianças que se refere este termo serão encaminhadas à instituição através de Guia de Acolhimento Judicial expedida pelo Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande/MT, que lhes garantirá abrigo seguro na defesa de seu bem estar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

O presente convênio terá vigência com início na data de 15 de Fevereiro de 2018, terminando em 31 de Dezembro de 2018 podendo ser aditado.

Parágrafo único: O prazo acima estipulado poderá ser renovado por acordo das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

I – São obrigações da **Associação Beneficente Vida Nova de Várzea Grande:**

1. Acolher até o limite de 04 (quatro) crianças do sexo masculino e feminino de idade entre 0 a 9 anos vítimas de abandono, maus tratos e abuso sexual encaminhados pelo Poder Judiciário e residente no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, para descanso, abrigo internamento e moradia, lhes dispensando cuidados especiais, garantindo-lhes a dignidade, e seu direito a vida, abrigo seguro e tratamento humanitário, no período integral de 24 horas por dia;

2. Garantir instalações adequadas para a proteção da criança, refeições e demais alimentações necessárias a sua subsistência e tratamento condizente com o respeito e a dignidade humana;

3. Efetuar programas de educação, cultura, esportes e lazer para o preenchimento do tempo de aproveitamento na manutenção da saúde e do bem estar dos idosos;

4. Desenvolver demais atividades próprias e necessárias dentro da política de atendimento à criança.

5. Apresentação dos relatórios mensais das despesas e atividades, e conseqüente prestações de contas, para que se possa atender as determinações dos órgãos de controle externo, condicionada ao recebimento dos recursos discriminados neste Convênio.

II – São obrigações da **Prefeitura:**

1. Disponibilizar por sua conta dirigidas aos serviços gerais e de cuidados às crianças desenvolvida pela **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE Vida Nova de Várzea Grande,** até o limite de R$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais) mensais, de acordo com o número de crianças acolhidas pela instituição;

2. Encaminhar até limite de 04 (quatro) crianças de 0 a 9 anos do Município de Nossa Senhora do Livramento que tenham necessidade de cuidados especiais, internamento e proteção;

3. As crianças serão encaminhadas para a Instituição através do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande – MT, com Guia de Acolhimento Judicial;

4. Deverá ser encaminhado ao setor financeiro até o 5º dia útil de cada mês um relatório indicando a quantidade de crianças acolhidas pela instituição para a realização do pagamento de acordo com o número de crianças;

5. Praticar demais atos para obtenção satisfatoriamente dos fins desejados neste convênio.

6. Realizar o depósito de cada parcela até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria constante no orçamento anual da PREFEITURA, no valor total de até R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais)**,** a serem pagos em 10 parcelas mensais de R$ 6.480,00 a começar em Março de 2018 que serão depositados no Banco do Brasil, Ag. 2764-2 C/C 32.962-2, utilizando-se a seguinte discriminação:

Descrição: Proj/Ativ: 2022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social.

Reduzido: 060008

Dotação n° 3.3.9.0.39.00.0 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)

Valor: R$ 64.800,00 (Sessenta e quatro mil e oitocentos reais)

Parágrafo único – O valor correspondente a cada criança acolhida é de R$ 1.620,00, sendo o limite máximo de 04 (quatro) crianças que totalizam o valor de R$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais) mensal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO.

I. Fica facultado ao Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, o direito de rescindir unilateralmente o presente convênio caso não haja o respectivo cumprimento das obrigações pela **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE Vida Nova de Várzea Grande,** ou se o mesmo se apresentar irregular, ou quando houver interesse publico devidamente justificado.

II – O não cumprimento de qualquer das cláusulas deste, implicará na sua dissolução onde qualquer uma das partes poderá pedir a rescisão do presente, notificando as partes com prazo de 30 dias de antecedência.

Parágrafo único – A denuncia de rescisão deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO COMPETENTE:

Para dirimir questões surgidas acerca do presente feito, fica eleito o foro a que está subordinado o Município de Nossa Senhora do Livramento, com renúncia expressa de qualquer outro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOSOS.

Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, pelos princípios gerais de direito e pelos usos e costumes.

E por estarem assim juntos e conveniados, após lerem, as partes assinam o presente instrumento, que foi redigido em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento, 15 de Fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal.

João LEONARDO Hauer

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE Vida Nova de Várzea Grande

Testemunhas:

RG:
CPF:

RG:
CPF:

CONVÊNIO N° 03/2018

CONVÊNIO N° 03/2018

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O LAR SÃO VICENTE DE PAULA E O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT.

Por este instrumento, neste e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT**, pessoa jurídica de direito publico interno, escrita no CNPJ sob o n°03.507.514/0001-26, com sede na Av.Coronel Botelho, n. 458, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**, brasileiro casado, RG: N° 279284 SSP/MT, CPF N° 167.522.791-87, e de outro lado o lar **SÃO VICENTE DE PAULA**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 12.287.415/000-77, com sede no Jardim Paula I, na cidade de Várzea Grande – MT, neste ato representado pelo Sr**. SEBASTIÃO PAVANI DA SILVA**, portador do RG: 259572 SSP/MT e CPF 255. 055.301-25, ajustam entre si o presente convênio, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O presente convênio tem por finalidade a cooperação das entidades envolvidas, visando o amparo das pessoas idosas do Município de Nossa Senhora do Livramento, lhes garantindo abrigo seguro, na defesa de seu bem estar e na garantia do seu direito

à vida.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

O presente convênio terá vigência com início na data de 15 de Fevereiro de 2018, terminando em 31 de Dezembro de 2018 podendo ser aditado.

Parágrafo único: O prazo acima estipulado poderá ser renovado por acordo das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

I – São obrigações do **LAR SÃO VICENTE DE PAULA:**

1. Acolher até o limite de 08 (oito) idosos encaminhados pelo Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, para descanso, abrigo internamento e moradia, lhes dispensando cuidados especiais, garantindo-lhes a dignidade, e seu direito a vida, abrigo seguro e tratamento humanitário, no período integral de 24 horas por dia sete dias da semana, tudo em consonância com a política nacional de proteção aos idosos;

2. Garantir instalações adequadas para a proteção do idoso, refeições e demais alimentações necessárias a sua subsistência e tratamento condizente com o respeito e a dignidade humana;

3. Efetuar programas de educação, cultura, esportes e lazer para o preenchimento do tempo de aproveitamento na manutenção da saúde e do bem estar dos idosos;

4. Desenvolver demais atividades próprias e necessárias dentro da política de atendimento ao idoso.

5. Apresentação dos relatórios mensais das despesas e atividades, e conseqüente prestações de contas, para que se possam atender as determinações dos órgãos de controle externo, condicionada ao recebimento dos recursos discriminados neste Convênio.

II – São obrigações da **Prefeitura:**

1. Disponibilizar por sua conta dirigidas aos serviços gerais e de cuidados a idosos desenvolvidos pelo **LAR SÃO VICENTE DE PAULA,** até o limite de R$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais) mensais, de acordo com a quantidade de idoso atendido;

2. Encaminhar até limite de 08 (oito) idosos do Município de Nossa Senhora do Livramento que tenham necessidade de cuidados especiais, internamento e proteção, que corresponderá pelo valor de R$ 900,00 (Novecentos reais) por idoso acolhido por mês;

3. Praticar demais atos para obtenção satisfatoriamente dos fins desejados neste convênio.

4. Deverá ser encaminhado ao setor financeiro até o 5º dia útil de cada mês um relatório indicando a quantidade de crianças acolhidas pela instituição para a realização do pagamento de acordo com o número de crianças;

5. Realizar o depósito de cada parcela até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria constante no orçamento anual da PREFEITURA, no valor total de até R$ 72.000,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais)**,** a serem pagos em 10 parcelas mensais de R$ 7.200,00 a começar em Março de 2018 que serão depositados no Banco do Brasil, Ag. 7139-0 C/C 5.392-9 utilizando-se a seguinte discriminação:

Descrição: Proj/Ativ: 2022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social.

Reduzido: 060008

Dotação n° 3.3.9.0.39.00.0 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)

Valor: R$ 72.200,00 (Sessenta e dois mil e duzentos reais)

Parágrafo único – O valor correspondente a cada idoso acolhido é de R$ 900,00, sendo o limite máximo de 08 (oito) idoso que totalizam o valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) mensal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO.

Fica facultado ao Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, o direito de rescindir unilateralmente o presente convênio caso não haja o respectivo cumprimento das obrigações pelo **LAR SÃO VICENTE DE PAULA,** ou se o mesmo se apresentar irregular, ou quando houver interesse publico devidamente justificado.

Parágrafo único – A denuncia de rescisão deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO COMPETENTE:

Para dirimir questões surgidas acerca do presente feito, fica eleito o foro a que está subordinado o Município de Nossa Senhora do Livramento, com renúncia expressa de qualquer outro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOSOS.

Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, pelos princípios gerais de direito e pelos usos e costumes.

E por estarem assim juntos e conveniados, após lerem, as partes assinam o presente instrumento, que foi redigido em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento, 15 de Fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal.

LAR SÃO VICENTE DE PAULO

SEBASTIÃO PAVANI DA SILVA

Testemunhas:

RG:
CPF:

RG:
CPF:

PORTARIA Nº. 084/2018

PORTARIA Nº. 084/2018

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve**:**

Art. 1o Conceder progressão de Nível aos servidores municipais de carreira que se enquadrar na data base de fevereiro de 2018, conforme relação anexa, a ser inserida na ficha funcional de cada servidor com as respectivas alterações das remunerações conforme tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de fevereiro de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018. PROCESSO: 320/2018.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018.

Processo: 320/2018.

Assunto: -

AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE FORMA EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a

AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE FORMA EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº.001/2018, Empresa**: SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME CNPJ: 24.717.067/0001-00**, no valor total contratado de **R$ 23.814,50 (VINTE E TRÊS MIL, OITOCETOS E QUATORZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão á conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretária/Programa	**Recurso**	Projeto/Atividade	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
Educação	Próprio	2216-Manutenção do Transporte Escolar	050028	33.90.30.00 Material de Consumo	100	R$ 23.814,50
VALOR TOTAL ESTIMADO						**R$** 23.814,50

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **23.814,50 (VINTE E TRÊS MIL, OITOCETOS E QUATORZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, em favor da Empresa-**SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME CNPJ: 24.717.067/0001-00,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 001/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 19 de Fevereiro de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONVÊNIO N° 02/2018

CONVÊNIO N° 02/2018

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO RESGATANDO CIDADANIA E O MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT.

Por este instrumento, neste e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT**, pessoa jurídica de direito publico interno, escrita no CNPJ sob o n°03.507.514/0001-26, com sede na Av.Coronel Botelho, n. 458, na Cidade de Nossa Senhora do Livramento, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**, brasileiro casado, RG: N° 279284 SSP/MT, CPF N° 167.522.791-87, e de outro lado o lar **ASSOCIAÇÃO RESGATANDO CIDADANIA**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 11.072.427/0001-11, com sede na Pc do Rosário, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato representado pelo Sr**. LUCILO LIBANIO DE SOUZA**, portador do RG: 104.886 SSP/MT e CPF 008.331.691-49, ajustam entre si o presente convênio, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE

O presente convênio tem por finalidade a cooperação das entidades envolvidas, visando acolhimento e promoção da recuperação de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso de substância psicoativas do Município de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA.

O presente convênio terá vigência com início na data de 15 de Fevereiro de 2018, terminando em 31 de Dezembro de 2018 podendo ser aditado.

Parágrafo único: O prazo acima estipulado poderá ser renovado por acordo das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

I – São obrigações da **ASSOCIAÇÃO RESGATANDO CIDADANIA:**

1. Acolher até o limite de 03 (três) pessoas encaminhadas pelo Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, para recuperação de transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento, por período prolongado, do ambiente no qual se iniciou/desenvolveu/estabeleceu o uso/dependência de substância psicoativa, como o álcool, *crack* e outras drogas, no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias ;

2. Garantir tratamento humanitário, no período integral de 24 horas por dia sete dias da semana, em consonância com as legislações vigentes;

3. Garantir instalações adequadas para a proteção da pessoa em recuperação, refeições e demais alimentações necessárias a sua subsistência e tratamento condizente com o respeito e a dignidade humana;

4. Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora do Livramento a ocorrência de qualquer intercorrência ou agravo a saúde do recuperando;

5. Informar à pessoa acolhida e/ou responsável, as normas da entidade, bem como o caráter gratuito do serviço prestado;

6. Preservar como direitos da pessoa acolhida:

a. Assistência integral em saúde, incluindo a busca de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde, quando necessário;

b. Visitação de familiares, conforme rotina da entidade;

c. Acesso aos meios de comunicação que permitam contato com familiares durante o acolhimento, conforme rotina da entidade;

d. Privacidade, uso de vestuário próprio e de objetos pessoais, sendo estes de responsabilidade da pessoa acolhida e/ou de seus familiares, ou responsáveis .

7. Apresentar mensalmente a prestação de contas das despesas e atividades, para que se possa atender as determinações dos órgãos de controle externo, condicionada ao recebimento dos recursos discriminados neste Convênio.

II – São obrigações da **Prefeitura:**

1. Disponibilizar por sua conta dirigidas aos serviços gerais e de promoção a recuperação de pessoas usuárias, dependentes de substância psicoativa, como o álcool, *crack* e outras drogas desenvolvidas pela **ASSOCIAÇÃO RESGATANDO CIDADANIA,** até o limite de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, de acordo com o número de crianças acolhidas pela instituição;

2. Encaminhar até limite de 03 (três) pessoas do Município de Nossa Senhora do Livramento que tenham necessidade de recuperação do uso, dependência de substância psicoativa, como o álcool, *crack* e outras drogas;

3. Praticar demais atos para obtenção satisfatoriamente dos fins desejados neste convênio.

4. Deverá ser encaminhado ao setor financeiro até o 5º dia útil de cada mês um relatório indicando a quantidade de pessoas acolhidas pela instituição para a realização do pagamento de acordo com o número de crianças;

5. Realizar o depósito de cada parcela até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria constante no orçamento anual da PREFEITURA, no valor total de até R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a serem pagos em 10 parcelas mensais de R$ 1.800,00 a começar em Março de 2018 que serão depositados no Banco do Brasil, Ag. 0046-9 C/C 29.364-4, utilizando-se a seguinte discriminação:

Descrição:

Proj/Ativ: 2022 – Manutenção da Secretaria de Ação Social.

Reduzido: 060008

Dotação n° 3.3.9.0.39.00.0 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)

Valor: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Parágrafo único – O valor correspondente a cada pessoa acolhida é de R$ 600,00 (Seiscentos reais) sendo o limite máximo de até 03 (três) pessoas que totalizam o valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO.

Fica facultado ao Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, o direito de rescindir unilateralmente o presente convênio caso não haja o respectivo cumprimento das obrigações pela **Associação Resgatando Cidadania,** ou se o mesmo se apresentar irregular, ou quando houver interesse publico devidamente justificado.

Parágrafo único – A denuncia de rescisão deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO COMPETENTE:

Para dirimir questões surgidas acerca do presente feito, fica eleito o foro a que está subordinado o Município de Nossa Senhora do Livramento, com renúncia expressa de qualquer outro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOSOS.

Os casos omissos serão regulados pela legislação em vigor, pelos princípios gerais de direito e pelos usos e costumes.

E por estarem assim juntos e conveniados, após lerem, as partes assinam o presente instrumento, que foi redigido em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento, 15 de Fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal.

LUCILO LIBANIO DE SOUZA

Associação Resgatando Cidadania

Testemunhas:

RG:
CPF:

RG:
CPF:

PORTARIA N° 002/2018

PORTARIA N° 002/2018

Maria Auxiliadora da Silva Cunha, Secretária Municipal de Educação e Esporte, do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, nomeia o Senhor **Vanderley Santana de Campos – Professor Efetivo,** para o cargo de Diretor da Escola Municipal Manoel Santana da Silva – Comunidade de Coxos, a partir de 01/02/2018.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 21 de Fevereiro de 2018.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretária Municipal Educação

PORTARIA Nº. 085/2018

PORTARIA Nº. 085/2018

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Retornar as atividades do cargo de Técnico Administrativo Educacional o servidor Vauir Multa de Alcântara, matricula 493 lotado na Secretaria Municipal de Educação que se encontrava em afastamento de licença por interesse particular sem ônus no período compreendido de 09/11/2015 a 08/11/2018, antecipando o retorno para 01/02/2018 a pedido do servidor.

Art. 2º - Esta portaria retroage seus efeitos a data de 01/02/2018.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 19 de fevereiro de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

DECRETO Nº: 00007/2018

DECRETO Nº: 00007/2018

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00844, de 11/12/2017

DECRETA:	
Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 98.000,00 (NOVENTA E OITO MIL REAIS),	
para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.001.449052.04.122.0002.02004 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339039.08.122.0090.02022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	71.000,00
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	
09.001.319013.04.124.0002.02035 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
13.001.339039.13.392.0015.02289 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
13.001.339036.13.392.0015.02289 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**98.000,00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o	
proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº	
4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339030.04.122.0002.02089 MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339039.08.244.0007.02254 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
06.001.449051.08.122.0090.02022 OBRAS E INSTALAÇÕES	21.000,00
06.001.339030.08.244.0007.02254 MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	
09.001.319113.04.124.0002.02035 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.000,00
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
13.001.339036.13.392.0015.02267 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
13.001.339030.13.392.0015.02289 MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**98.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 23 DE JANEIRO DE 2018.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO Nº 003/2018

DECRETO Nº 003/2018

"DECLARA EXTINÇÃO DE MANDATO E VACÂNCIA DO CARGO DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Senhor **Adelino Schmoller**, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o Regimento Interno desta Casa de Leis especialmente no artigo 56, que trata das competências do Presidente da Câmara;

CONSIDERANDO o artigo 93 do Regimento Interno desta Casa de Leis e o artigo 26 da Lei Orgânica Municipal que tratam da renúncia do mandato de Vereador;

CONSIDERANDO a Renúncia formulada por escrito pelo Vereador Dr. Marcio Laurindo, protocolada em 19 de fevereiro de 2018;

DECRETO:

Artigo 1º - Fica declarado extinto o mandato do Vereador Dr. Marcio Laurindo em razão da renúncia realizada por escrito.

Artigo 2º - Fica declarada a vacância do cargo de Vereador, a partir desta data.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir do dia 19 de fevereiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de fevereiro de 2018

Adelino Schmoller

Presidente – Biênio 2017/2018

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

***PROCESSO Nº.: Nº.** 006/2018*

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018

***TIPO**: MENOR PREÇO GLOBAL*

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, (PESSOAS CARENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM OUTRAS CIDADES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS) NO ÂMBITO ESTADUAL, DESTINADAS A ATENDER AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

***DATA DE ABERTURA/HORA**: 7 (sete) de Março de 2018 às 07:30 horas.*

***LOCAL:** Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.*

***INFORMAÇÕES:** O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no site da Prefeitura (www.novabandeirantes.mt.gov.br) ou noSetor de Licitações - das 07:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel. : (66)-98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br*

Nova Bandeirantes/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

(Decreto 250/2017)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2018.

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 003/2018,**no **dia 07/03/2018 às 10:30 horas,**(Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TRUCADO COM CARROCERIA TIPO PRANCHA OU TOREIRA PARA TRANSPORTE DE VEICULOS/MÁQUINAS PESADAS, À DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL POR PERIODO INTEGRAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA NO ANEXO I.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site da Preeitura (www.novabandeirantes.mt.gov.br), ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018.

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 004/2018,**no dia **08**/03/2018 **às 7:30 horas,**(Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: *Prestação de serviços de Fornecimento de ponto de acesso* ***a rede internet mais vlan de alta velocidade com estrutura rádio frequência responsabilizando-se pela implantação configuração manutenção suporte técnico, de todas os equipamentos necessários dos órgãos de todas as secretarias e da Prefeitura Municipal De Nova Bandeirantes pelo período de 12 mês.***

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura (www.novabandeirantes.mt.gov.br) ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018.

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da CPL, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Tomada de Preços 001/2018,**no dia **19/03/2018 às 09:00 horas** (Horário de Mato Grosso). Esta Licitação será regida pela Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO COM ESTRUTURA MIXTA (ALVENARIA E TELA DE ARAME GALVANIZADO) COM ÁREA TOTAL DE 196,00m², SENDO UTILIZADO OS RECURSOS DO SALDO DE RENDIMENTOS FINANCEIROS DA OBRA DA ESCOLA MUNICIPAL PADRÃO FNDE, OBJETO DO CONVÊNIO Nº 703519/2010-FNDE, CONFORME PLANILHAS E PROJETOS EM ANEXO.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados pelo site www.novabandeirantes.mt.gov.br. Informações pelo telefone (66) 98437-1137 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de fevereiro de 2018.

Bruna Neiverth

Presidente CPL

Portaria 187/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2018.

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da CPL, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Tomada de Preços 002/2018,**no dia **20/03/2018 às 09:00 horas** (Horário de Mato Grosso). Esta Licitação será regida pela Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL C/SINALIZACAO VIARIA, NAS RUAS LÁZARO MOREIRA DOS SANTOS E AMAZONAS, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, COM ÁREA TOTAL DE 4. 461,20m², CONFORME PLANTAS, CRONOGRAMAS, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA, E DEMAIS DOCUMENTOS DE ENGENHARIA ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados pelo site www.novabandeirantes.mt.gov.br. Informações pelo telefone (66) 98437-1137 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de fevereiro de 2018.

Bruna Neiverth

Presidente CPL

Portaria 187/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

LEI N.º 691/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018. "AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DO TRECHO DA ESTRADA VICINAL – SITUADA NA FAZENDA LARANJAL QUE LIGA O LIMITE DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA ATÉ O LIMITE

LEI N.º 691/2018, de 21 de fevereiro de 2018.

"Autoriza a transferência do trecho da Estrada Vicinal – situada na Fazenda Laranjal que liga o Limite do Município de Planalto da Serra até o Limite com o Município de Rosário Oeste, no município de Nova

Brasilândia – Mato Grosso para cumprir processo de estadualização da Rodovia Municipal nos termos da Lei Estadual nº. 8.452 de 13 de janeiro de 2006."

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Estadual nº 8.452 de 13 de janeiro de 2006, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência do trecho **da Estrada Vicinal – situada na Fazenda Laranjal** que liga o município de Planalto da Serra/MT (Latitude Inicial -14,465634 / Longitude Inicial -54,905293) até o Limite com o Município de Rosário Oeste/MT (Latitude Final -14,480385/ Longitude Final -54,997212) situada no município de Nova Brasilândia – Mato Grosso.

Art. 2º. - O trecho da estrada de que trata o art. 1º, inicia-se no limite com o município de Planalto da Serra/MT (Latitude Inicial -14,465634 / Longitude Inicial -54,905293) até o Limite com o Município de Rosário Oeste/MT (Latitude Final -14,480385/ Longitude Final -54,997212) situada no município de Nova Brasilândia – Mato Grosso, totalizando a extensão de 10,10 Km (dez quilômetros e cem metros), permitindo o acesso às regiões do Médio Norte e Sudeste, passando pelo território municipal Paranatinga, Planalto da Serra, Nova Brasilândia e Rosário Oeste.

Art. 3º. - Fica liberada a faixa de domínio de 40 m (quarenta metros), sendo 20m (vinte metros) de cada lado a partir do eixo da pista rolante.

Art. 4º. - A recuperação, manutenção da estrada e obras de arte especiais de que trata esta lei serão de responsabilidade do Governo do Estado de Mato Grosso, que estabelecerá o cronograma de execução das obras de acordo com critérios próprios.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia/MT, 21 de fevereiro de 2018.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 013/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI**

CNPJ: **nº 07.838.209/0001-78**

OBJETO: O objeto do presente contrato é o fornecimento de peças originais e/ou genuínas, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de Nova Brasilândia- MT, para atender as necessidades do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

VALOR: R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil)

ASSINATURA**: 16 de fevereiro de 2018.**

VIGENCIA: **16 de fevereiro de 2018 a 16 de Abril de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇOS N°. 004/2018

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **n°. 004/2018** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** de acordo com as leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, Lei Complementar Federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014** edos Decretos Municipais nº. 024/2016 e nº. 025/2016 de 06/05/2016. OBJETO:Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e material permanente de uso comum para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Conforme Proposta: **Nº. 11940.918000/1160-07** Ministério Saúde, Recurso de Emenda Parlamentarna expectativa das quantidades contidas no **ANEXO I** TERMO DE REFERENCIA deste Edital com abertura dia 05 de Março de 2018 ás 08:00 (oito horas) horário do Estado de Mato Grosso Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Compras, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 21 de Fevereiro de 2018.

Cíntia Karine Carvalho dos Santos

Pregoeira

Portaria: 015/2018

DECRETO N° 013/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018. REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CRIADO PELA LEI Nº 585/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N° 013/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CRIADO PELA LEI Nº 585/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita do Município de **Nova Brasilândia**, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo §1º do Art. 54 da Lei Municipal nº 585 de 05 de maio de 2015,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º- Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pelo Capitulo IV, Seção II e artigo 54, da Lei n. 585 de 05 de maio de 2015, que será gerido e administrado na forma deste Decreto.

Artigo 2º - O Fundo tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º - As ações de que trata o *caput*deste artigo referem-se**,** prioritariamente, aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente expostos a situação de risco pessoal ou social, cujas necessidades extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas, bem como o disposto no parágrafo 2º, do artigo 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Eventualmente, os recursos deste Fundo poderão se destinar à pesquisa e estudos da situação da infância e da adolescência no Município, bem como à capacitação de recursos humanos.

§3º - Dependerá de deliberação expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros programas que não os estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º - Os recursos do Fundo serão administrados segundo o plano de aplicação elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal, constituindo parte integrante do orçamento do Município.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

Artigo 3º - O Fundo Municipal se subordinará operacionalmente ao Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social , Contador do Município e se vinculará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO I

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 4º - São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - elaborar o plano de ação municipal para defesa dos direitos da criança e do adolescente e o plano de aplicação dos recursos do Fundo;

II - estabelecer os parâmetros técnicos e as diretrizes para aplicação dos recursos;

III - acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo;

IV - avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual do Fundo;

V - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo;

VI - mobilizar os diversos segmentos da sociedade no planejamento, execução e controle das ações do Fundo;

VII - fiscalizar os programas desenvolvidos com recursos do Fundo, requisitando, quando entender necessário, auditoria do Poder Executivo;

VIII - aprovar convênios, ajustes, acordos e contratos firmados com base em recursos do Fundo;

IX - publicar, no periódico de maior circulação dentro do Município, ou afixar, em locais de fácil acesso à comunidade, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relativas ao Fundo.

SEÇÃO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Artigo 5º— São atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social

I - coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com o plano de aplicação referido no artigo 4º, inciso I, deste Decreto;

II - apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proposta para o plano de aplicação dos recursos do Fundo;

III - apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para aprovação, balanço anual e demonstrativos mensais das receitas e das despesas realizadas pelo Fundo;

IV - emitir e assinar juntamente com o (a) Prefeito (a) notas de empenho, cheques e ordens de pagamento referentes às despesas do Fundo;

V - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos e contratos firmados pelo Município e que digam respeito ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do Fundo;

VII - manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, o controle dos bens patrimoniais com carga ao Fundo;

VIII - encaminhar à contabilidade geral do Município:

a) mensalmente, demonstração da receita e da despesa;

b) trimestralmente, inventário de bens materiais;

e) anualmente, inventário dos bens móveis e imóveis e balanço geral do Fundo;

IX - firmar, em conjunto com o responsável pelo controle da execução orçamentária, a demonstração mencionada anteriormente;

X - providenciar, junto à contabilidade geral do Município, que se indique, na referida demonstração, a situação econômico-financeira do Fundo;

XI - apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo;

XII - manter controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não-governamentais;

XIII - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relatório mensal de acompanhamento e avaliação do plano de aplicação dos recursos do Fundo;

XIV - encaminhar semestralmente, até os dias 10 de fevereiro e 10 de agosto de cada ano, ao Ministério Público, demonstrativo de origens e aplicações de recursos integrantes do Fundo, acompanhado de relatório descritivo das atividades desenvolvidas a partir desses recursos, bem como de extratos bancários relativos às movimentações efetuadas.

CAPÍTULO III

RECURSOS DO FUNDO

Artigo 6º - São receitas do Fundo:

I - a dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, previstas no artigo 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - valores provenientes das multas previstas no artigo 214, do Estatuto da Criança e do Adolescente, oriundas das infrações descritas nos artigos 228 a 258 do mesmo diploma legislativo;

IV - transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - doações, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais;

VI - produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor, bem como da venda de material, de publicações e da realização de eventos;

VII - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do plano de aplicação;

VIII - outros recursos que porventura lhe forem destinados.

Artigo 7º - Constituem ativos do Fundo:

I - disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis destinados à execução de programas e projetos do plano de aplicação.

Parágrafo único — Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos, vinculados ao Fundo, que pertençam à Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IV

CONTABILIZAÇÃO DO FUNDO

Artigo 8º - A contabilidade tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Artigo 9º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subseqüente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Paragrafo Único – o Fundo é administrado pelo poder executivo municipal, em conjunto com uma junta administrativa composta por um gestor e um tesoureiro.

CAPÍTULO V

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Artigo 10 - (Até 15 dias) após a promulgação da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de Assistência Social apresentará ao Conselho Municipal, para análise e aprovação, o quadro de aplicação dos recursos do Fundo para apoiar os programas e projetos contemplados no plano de aplicação.

Parágrafo único - O Tesouro Municipal fica obrigado a liberar para o Fundo os recursos a ele destinados, no prazo máximo de 2 (dois) dias.

Artigo 11 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Parágrafo único — Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

Artigo 12 - A despesa do Fundo constituir-se-á:

I - do financiamento total, ou parcial, dos programas de proteção especial, constantes do plano de aplicação;

II - do atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, observado o §1º, do artigo 2º, deste Decreto.

Parágrafo único — É vedada a aplicação de recursos do Fundo para pagamentos de atividades do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como do Conselho Tutelar.

Artigo 13 - A execução orçamentária da receita se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas neste Decreto e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial, em conta especial aberta para esse fim.

CAPÍTULO VI

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 14 - O Fundo está sujeito à prestação de contas de sua gestão ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas, bem como ao Estado e à União, quanto aos recursos por este transferido ao Fundo Municipal, conforme a legislação pertinente.

Artigo 15 - As entidades de direito público ou privado que receberem recursos transferidos do Fundo a título de subvenções, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos segundo os fins a que se destinarem, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Artigo 16 - A prestação de contas de que trata o artigo anterior será feita por transferência realizada no exercício financeiro subsequente aos recebimentos.

Artigo 17 - A prestação de contas de subvenções e auxílios sociais compor-se-á de:

I - ofício de encaminhamento da prestação de contas;

II - plano de aplicação a que se destinou o recurso;

III **-** nota de empenho;

IV - liquidação total/parcial de empenho;

V - quadro demonstrativo das despesas efetuadas;

VI - notas fiscais de compras ou prestação de contas de serviços;

VII - recibos, quando for o caso de trabalhador avulso, sem vínculo empregatício;

VIII - ata da comissão de licitação, quando for o caso de aquisição de material ou serviços que ultrapassem os valores estabelecidos em legislação específica;

IX - extratos bancários;

X- avisos de créditos bancários.

Artigo 18 - A prestação de contas de convênios compor-se-á de:

I - ofício de encaminhamento da prestação de contas;

II - cópia de convênio e respectivo termo aditivo (quando houver);

III - publicação da aprovação do convênio pela Câmara de Vereadores no Diário Oficial;

IV - publicação do convênio e termo aditivo (quando houver) no Diário Oficial;

V - autorização governamental para o Secretário de firmar o convênio;

VI - nota de empenho;

VII - liquidação total/parcial de empenho;

VIII - quadro demonstrativo das despesas efetuadas;

IX - notas fiscais de compras ou prestações de serviços;

X - recibos, quando se tratar de trabalhador avulso, sem vínculo empregatício;

XI - ata da comissão de licitação, quando for o caso de aquisição de materiais ou serviços que ultrapassem os valores estabelecidos em legislação específica;

XII - avisos de créditos bancários;

XIII - parecer contábil;

XIV - parecer técnico e laudo do engenheiro responsável, caso o objeto do convênio seja a realização de obras.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19 - O Fundo terá vigência indeterminada.

Artigo 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, Nova Brasilândia, 08 de Fevereiro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 690/2018, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018. "ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 75 DA LEI MUNICIPAL Nº 512/2013 DE 30 DE JULHO DE 2013 QUE REESTRUTURA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL D

LEI COMPLEMENTAR N.º 690/2018, de 21 de fevereiro de 2018.

"Altera a redação do Art. 75 da Lei Municipal nº 512/2013 de 30 de julho de 2013 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Brasilândia e dá outras providências."

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - O Art. 75 da Lei Municipal nº 512/2013 de 30 de julho de 2013 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Brasilândia passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 75. O Cargo de Diretor Executivo, nos termos desta Lei, será escolhido pelos Servidores Municipais Efetivos, Efetivos Estáveis, Estáveis, mas não Efetivos, Aposentados, através de eleição, para mandato de 02 (dois) anos, sem direito a reeleição**."**

I – No "caput" do Art. Anterior não se aplica ao pleito eleitoral em curso, haja vista que as candidaturas ao cargo de Diretor Executivo estarem devidamente registradas.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Brasilândia – MT, 21 de Fevereiro de 2018.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

DECRETO N° 012/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018. "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO E RETIFICAÇÃO NO REGULAMENTO Nº 001/2018 PARA ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DA PREVBRAS – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO

DECRETO N° 012/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO E RETIFICAÇÃO NO REGULAMENTO Nº 001/2018 PARA ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DA PREVBRAS – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA BRASILANDIA/MT – GESTÃO 2018/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Considerando que a Lei Municipal nº 512/2013, é a norma infralegal que trata sobre o processo de escolha do Diretor Executivo, do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Brasilândia/MT - PREVBRAS, sendo que, em seu corpo normativo não dispõe e nem menciona explicitamente que os servidores que pretendam ser candidatos, preencham requisito de estabilidade no cargo, mas que sejam servidores do quadro efetivos.

Considerando houver equívoco na formulação do texto do Regulamento 001/2018, quanto a requisito para procedimento de inscrição e registro de candidaturas;

Considerando que a Comissão Eleitoral em reunião analisou e discutiu o ponto conflitante do texto, aprovando alteração e a retificação no Regulamento nº 001/2018.

Considerando o atendimento a deliberação proposta pela Comissão Eleitoral:

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, Senhora MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica alterado o § 1º, do artigo 1º e o inciso I do artigo 9º do Regulamento nº 001/2018, aprovado pelo Decreto nº 010/2018, que passa ter a seguinte redação:

Artigo 1º...

§ 1º. O cargo de Diretor Executivo deverá, necessariamente, ser preenchido por servidor público ocupante de cargo efetivo, que esteja em atividade.

Artigo 9º...

Inciso I. Ser ocupante de cargo efetivo, e estar em plena atividade.

Art. 2º. As alterações dos dispositivos do Regulamento 001/2018, estipuladas neste ato normativo, incidirá sobre o requisito anteriormente publicado no Edital de Convocação, que declara aberta as inscrições aos servidores interessados em participar como candidato no citado pleito eleitoral.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Brasilândia/MT, 16 de fevereiro de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO 007/2018 SRP 004/2018

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **09h00min (Horário Local), do dia 08 de março de 2018**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 – SRP Nº. 004/2018**, do tipo **Menor preço por item**, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (OLEO DIESEL COMUM, OLEO DIESEL S 10, GASOLINA COMUM E ALCOOL COMUM), PARA ABASTECIMENTO NA CIDADE DE NOVA MARILÂNDIA E CUIABÁ.** O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com ou pelo site www.novamarilandia.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 13h00min, através do telefone (65) 3352-1122.

Nova Marilândia – MT, 21 de fevereiro de 2018

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 798/2018

LEI MUNICIPAL Nº 798/2018

Data: 21 de Fevereiro de 2018

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ESTABELECER NORMAS DE LANÇAMENTO E DE COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO – IPTU DE 2018 **E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, Senhor **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano será lançado no mês de março de 2018 em Cota Única ou em até 04 (quatro) parcelas mensais consecutivas.

Art. 2º - A cota única do IPTU de 2018 será lançada e poderá ser concedido incentivo para o efetivo pagamento nas seguintes condições:

I - cota única com vencimento até 30/04//2018 - concessão de desconto de 20% (vinte pontos percentuais);

a) Até 100 (cem) reais - pagamento em uma única parcela;

b) Acima de 100 (cem) reais até 1.000,00 (mil reais) - pagamento em até 2 (duas) parcelas sem desconto;

c) Acima de 1.000,00 (um) mil reais - pagamento em até 4 (quatro) parcelas da seguinte forma:

1. Com vencimento no dia 30/04/2018 – cota única (20%) de desconto;

2. Com vencimento no dia 30/04/2018 – 1ª parcela, sem desconto;

3. Com vencimento no dia 31/05/2018 – 2ª parcela sem desconto;

4. Com vencimento no dia 30/06/2018 – 3ª parcela sem desconto;

5. Com vencimento no dia 30/07/2017 – 4ª parcela sem desconto;

Art. 3º - O parcelamento poderá ser feito mediante requerimento do interessado junto ao Departamento de Cadastro e Tributação da Prefeitura Municipal, ou efetuado no próprio carnê com a opção de parcelamento;

Art. 4º - As guias (carnês de pagamento ou boletos bancários) para recolhimento do Imposto IPTU/2018) serão entregues pela Prefeitura, através de seus agentes de serviços, ou no Departamento de Cadastro e Tributação do Município.

Art. 5º - O contribuinte que não concordar com o valor do lançamento do IPTU, poderá requerer a sua revisão por meio de impugnação até o dia 30/04/2018;

§ 1º - Ao requerer a revisão do lançamento do IPTU, o contribuinte deverá fazer juntada dos documentos comprobatórios de suas alegações.

§ 2º - Nos casos em que não houver prova das alegações, o contribuinte deverá juntar declaração assinada pelo mesmo assumindo a responsabilidade pelas informações apresentadas.

Art. 6º - O lançamento não impugnado e não pago no dia do vencimento poderá ser inscrito em dívida ativa no próprio exercício de origem;

Art. 7º - O prazo para requerer a isenção prevista no Código Tributário Municipal, será de até o dia 31/03/2018.

Art. 8º - Fica autorizado a inserção nos cadastros de proteção ao crédito e Protesto dos contribuintes com débitos inscritos em dívida ativa;

Art. 9º - O Chefe do Poder Executivo fará ampla divulgação dos benefícios concedidos por esta lei, com o objetivo de promover e ampliar a arrecadação de tributos municipais, tanto os lançados no corrente exercício como os inscritos ou não na dívida ativa.

Art. 10 - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, sendo que os benefícios dela resultante não constitui em renúncia de receita.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 12 - Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia, aos 21 (vinte e um) dias de fevereiro de 2018.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 937/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Súmula: *"Proíbe o Ingresso ou Permanência de Pessoas Utilizando Capacete ou Qualquer Tipo de Cobertura que Oculte a Face nos Estabelecimentos Comerciais, Públicos ou Privados no Município de Nova Maringá – MT, e dá Outras Providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados.

§ 1º – Os efeitos desta lei estendem-se aos prédios que funcionam no sistema de condomínio.

§ 2º – Nos postos de combustíveis, os motociclistas deverão retirar o capacete antes da faixa de segurança para abastecimento.

§ 3º – Os bonés, capuzes e gorros não se enquadram na proibição, salvo se estiverem sendo utilizados de forma a ocultar a face da pessoa.

Art. 2º Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata a presente lei deverão afixar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, uma placa indicativa na entrada do estabelecimento, contendo a seguinte inscrição:

"É PROIBIDA A ENTRADA DE PESSOA UTILIZANDO CAPACETE OU QUALQUER TIPO DE COBERTURA QUE OCULTE A FACE".

Parágrafo único – Deverá ser feita menção, na placa indicativa, ao número desta lei, bem como à data de sua publicação, logo abaixo da inscrição à qual se refere o "caput" deste artigo.

Art. 3º A infração às disposições da presente lei acarretará ao responsável infrator multa no valor de 50 UPF (UNIDADE PADRÃO FISCAL DE NOVA MARINGÁ), aplicada em dobro em caso de reincidência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 21 de fevereiro de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 083/2018

"Dispõe sobre a Exoneração do Cargo Efetivo de Agente Comunitário de Saúde ***Sra Andreia Cristina Rodrigues Miranda"***

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a Sra. ANDREIA CRISTINA RODRIGUES MIRANDA, portadora do RG nº. 17894301 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 015.198.531.65, do Cargo AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, da SECRETARIA DE SAUDE E SANEAMENTO de Nova Maringá-MT, a partir desta data , 06 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 06/02/2018 revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 21 Fevereiro de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 085/2018

"Dispõe sobre Posse/Nomeação de Servidora em cargo Efetivo"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR , a partir de 21 de Fevereiro de 2018, em Cargo Efetivo, a Servidora:

NOME	RG	CPF	CARGO
EIZENIRA NUNES DE ARAUJO	612.872 SSP/RO	626.270. 902-91	PROFESSORA 25 HORAS

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 15/02/2018, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 22 de Fevereiro de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 935/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Súmula: "*Revoga a Lei Municipal nº 149/1997 e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 149 de 01 de dezembro de 1997, na qual previa a doação de lote para a sede do INDEA-MT, sendo o Lote 14, QD 01, no bairro Jardim Mayra, no município de Nova Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 21 de fevereiro de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 936/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Súmula: "*Altera Artigos da Lei Municipal nº 344/2004 e dá outras providências."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Lei Municipal nº 344/2004, que passará a ter seguinte redação:

"Art. 1º -. Fica estabelecido que os idosos definidos na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) residentes e domiciliados em Nova Maringá Estado de Mato Grosso, que consumirem o volume de até 20m³, pagarão somente o valor correspondente à taxa mínima definida no Art. 1º, § 1º da Lei Municipal nº 894/2016 para a cobrança de gastos com água."

Art. 2º - Havendo imóvel residencial e comercial no mesmo lote, a cobrança do consumo de água será considerada como comercial, conforme definido no Art. 1º, § 2º da Lei Municipal nº 894/2016.

Parágrafo único: Para que não haja a cobrança de consumo de água como comercial definido no artigo anterior, o proprietário deverá solicitar uma nova ligação de água.

Art. **3º** - As demais disposições da Lei Municipal nº 344/2004, permanecem inalteradas.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 21 de fevereiro de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 084/2018

"Dispõe sobre Posse/Nomeação de Servidora em cargo Efetivo"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR , a partir de 21 de Fevereiro de 2018, em Cargo Efetivo, a Servidora:

NOME	RG	CPF	CARGO
MARYHEKEN BIRKHAHN E SILVA	3816.014 SSP/SC	036.115. 329-59	ENFERMEIRA

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 21/02/2018, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 22 de Fevereiro de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Súmula: "*Dispõe sobre a instituição de verba indenizatória para os cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Motorista do Pronto Atendimento Municipal e para o Cargo de Motorista de Vagas da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Maringá – MT, e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º -Fica instituído o pagamento de verba indenizatória para os cargos de enfermeiro, técnico de enfermagem e Motorista vinculados ao Pronto Atendimento do Município de Nova Maringá e para o cargo de Motorista da Central de Vagas da Secretaria Municipal de Saúde, que passarão a receber os seguintes valores:

CARGOS	VALOR (R$)
Enfermeiro	R$ 1.250,00
Técnico de Enfermagem	R$ 600,00
Motorista do Pronto Atendimento	R$ 400,00
Motorista da Central de Vagas da Secretaria de Saúde	R$ 1.000,00

§1º. A Verba Indenizatória de que trata o caput deste artigo, será devida, única e exclusivamente, aos servidores designados e nomeados pelo (a) Secretario (a) Municipal de Saúde, mediante Portaria.

§2º. A verba indenizatória visa compensar aos motoristas, enfermeiros e técnicos em enfermagem, devidamente designados na forma do §1º deste artigo, a realização de escalas de sobreavisos e de plantões e por quaisquer despesas ou perdas desembolsadas com recursos próprios, como alimentação, hospedagem, locomoção, etc., na transferência de pacientes para fora do município e nas viagens realizadas em razão de sua função.

§3º. A verba indenizatória será paga mensalmente aos servidores designados e nomeados pelo (a) Secretario (a) Municipal de Saúde, desde que as prestações de contas, do mês anterior a sua concessão, estejam regularmente prestadas.

§4º. Os servidores que receberem verba indenizatória, não farão jus à percepção de diárias e demais indenizações referentes ao custeio das viagens realizadas na forma do §2º deste artigo.

§5º. Os servidores que receberem verba indenizatória, não farão jus à percepção de valores relacionados a sobreaviso e plantões.

§6º. Quando necessário, os enfermeiros, técnicos em enfermagem e motoristas designados na forma do §1º deste artigo, receberão diárias para o custeio de cursos, palestras e demais atividades de capacitação profissional, na forma do estipulado pela Lei Municipal nº 933/2017.

§7º. O (a) Secretário (a) Municipal poderá, a qualquer tempo, alterar os ocupantes dos cargos abrangidos pela Verba Indenizatória, não podendo, o servidor destituído, reclamar qualquer verba ou auxílio complementar em razão de sua destituição.

Art. 2º - Os servidores designados e nomeados pelo (a) Secretário (a) Municipal de Saúde submeter-se-ão a prestação de contas mensal, com apresentação de relatório que justifique as despesas com as transferências realizadas até o dia 15 de cada mês.

§1º. O relatório de prestação de contas deverá ser apresentado ao Secretário (a) Municipal de Saúde.

§2º. O (a) Secretário (a) Municipal de Saúde deverá encaminhar a prestação de contas das verbas indenizatórias ao departamento competente para dar início ao processo de pagamento até o dia 20 de cada mês.

§3º. Caso as datas estipuladas pelos parágrafos anteriores recaiam em sábados, domingos, feriados ou qualquer outro dia em que não haja expediente, o prazo será estendido até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º - A verba indenizatória tratada pelo artigo 1º desta Lei Complementar não possui natureza remuneratória, e nesta condição:

I – não poderá ser computada para efeito do limite remuneratório previsto pelo artigo 37, XI da Constituição Federal;

II – Não incorpora a remuneração do servidor para quaisquer fins;

III – Não poderá ser considerada para efeitos de 13º (décimo terceiro) salário;

IV – Não poderá ser considerada para o cálculo de férias;

V – Não configura rendimento tributável ao servidor;

VI – Não gera efeitos de incorporação em vencimento, proventos de aposentadorias e pensões.

Art. 4º - Ficam mantidos os plantões estabelecidos para os médicos no Pronto Atendimento, que terão o seguinte valor:

Cargo	Plantão hospitalar 12 horas
Médico	**R$ 900,00**

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 6º - Fica revogada a Lei Complementar Municipal nº 004/2015 e a Lei Complementar Municipal nº 006/2016 e demais normas que tratam do mesmo assunto.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 21 de fevereiro de 2018.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DA QUARTA SESSÃO DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE RECURSOS E INABILITAÇÃO. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 001/2018. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2018, às 13:30horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, **através do Prefeito Municipal,** mediante **a PREGOEIRA OFICIAL ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA,** designado (a) pela Portaria nº 309/2017/GAPRE de 18 de Outubro de 2017 e seus membros de apoio, para apreciarem e julgarem Recursos e Inabilitação das Empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 001/2018, do tipo menor preço POR LOTE, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando O **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,conforme edital do certame. A Pregoeira fez a abertura de sessão informando que não houve registro de Contrarrazões e, considerando o Parecer Jurídico e Decisão Administrativa proferida pela Comissão, fica decidido por Inabilitar a empresa **MARTENDAL L.S. LTDA-ME** com **CNPJ 20.280.952/0001-13**, tento em vista que o Atestado de Capacidade Técnica não atende as exigências do item 9.1.3, alínea a) do Edital e declara vendedor do Lote 01 a empresa **ERONILDO DE MELO – ME** inscritano **CNPJ 11.502.779/0001-60** com proposta no valor de R$149.240,00 (cento e quarenta e nove mil e duzentos e quarenta reais) e Lote 04 a empresa **EDILSON MARCOLINO DA CRUZ – ME** com **CNPJ 23.865.946/0001-16** com proposta no valor deR$ 267.340,80 (duzentos e sessenta e sete mil e trezentos e quarenta reais e oitenta centavos). Informamos a todos e a quem possa interessar que no dia 23 de Fevereiro de 2018 as 09:00 realizaremos a abertura do envelope de Habilitação da empresa **EDILSON MARCOLINO DA CRUZ – ME** com **CNPJ 23.865.946/0001-16** a ser analisado e julgado. Caso não haja interesse dos licitantes participantes do certame participarem da abertura e conferencia dos documentos habilitatórios informamos que caso atenda ao edital o mesmo será declarado vencedor. Eu Rosimeire Pregoeira encerro a sessão e lavro a presente Ata, que lida e conforme vai assinada pela equipe de apoio.

Rosimeire da Silva Souza

Pregoeira Oficial

Maria Eulina Pinto de Barros

Equipe de Apoio

Ana Flavia Fachin

Equipe de Apoio

Welder de Souza Cunha

Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 034/2018

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SR. ILSON RODRIGUES DA CRUZ, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 84 e seguintes da Lei Municipal nº 335/2007, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 19 de fevereiro de 2018;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade ao servidor público efetivo ILSON RODRIGUES DA CRUZ, cargo de Professor de Pedagogia, lotada na Secretaria de Educação, por 90 (Noventa) dias consecutivos a partir de 21 de Fevereiro de 2018, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 022/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a piora do cenário econômico e a crise que se agrava cada vez mais, que tem como consequência a queda de receitas publicas, bem como os constantes atrasos nos repasses dos recursos federais para a execução dos serviços ofertados pelo CRAS.

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas publicas, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a redução da carga horária dos trabalhadores do referido órgão não afetara os serviços prestados à população;

CONSIDERANDO ainda que é dever do administrador público defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços publico em prol da coletividade.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado novo horário de expediente no Centro de Referencia Assistência Social (CRAS), que atenderá a partir de 1º de Março de 2018 de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga as disposições em contrário.

Nova Monte Verde–MT, 21 de Fevereiro de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 021/2018

SÚMULA: ALTERA O DECRETO Nº 139/2013 NOMEANDO A SENHORA TÂNIA DA SILVA JUSTO PARA O CARGO DE GERENTE DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica alterado o decreto nº 139/2013, para constar a nomeção da Sra. TÂNIA DA SILVA JUSTO para o cargo de Gerente de Departamento de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, do Município de Nova Monte Verde, Estado do mato Grosso.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 19 de Fevereiro de 2018.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO do **DECRETO Nº. 021/2018**

vinculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 20 de Fevereiro de 2018 na página nº 227, sob nº 2.920, por motivo de erro na publicação do decreto acima qualificado.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

Alzira Faitão

Assessora Administrativa de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº. 048/2018

PORTARIA Nº. 048/2018

"Dispõe sobre Comissão para reestruturar o Regimento Interno e Lei Orgânica do município".

Reginaldo Martins Del Colle, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e, em consonância ao artigo 92 e incisos e parágrafos do Regimento Interno desta Casa:

Considerando: O Art. 142º e seus parágrafos e incisos e;

Considerando: A necessidade de reestruturar o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Munícipio e;

Considerando: Que as Leis encontra –se defasadas e tendo a necessidade de fazer atualização.

R E S O L V E:

Art. 1º - Compor a Comissão de Estudo com objetivo de apresentar proposta de Alteração do Regimento Interno e Lei Orgânica do Município de Nova Nazaré-MT.

Art. 2º - Designar os Vereadores abaixo relacionados para compor a Comissão de estudo com objetivo de apresentar proposta de alteração do Regimento Interno e lei Orgânica Municipal.

Rosana Aires de Souza Silva

Genecy Celestino de Souza

Moises André da Silva

Patrícia Costa Gonçalves Reckziegel

Lucélia dias Carvalho da Silva

Marcio Tulio Ribeiro Gonçalves

Gilvan Luiz da Silva

Ademar Matias dos Reis

Art. 3º - A Presidência, Vice-presidência e a Relatoria da Comissão ficara a cargo da escolha dos vereadores acima definido na primeira reunião.

Art. 4º - A Comissão deverá seguir as normas do Regimento Interno, onde reunir-se sempre que convocada pelo Presidente.

Art. 5º- O prazo de 120 (cento e vinte dias) para a conclusão dos trabalhos e apresentar minuta da alteração regimental, a contar da publicação da presente portaria.

Art. 6° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogada as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2018.

Reginaldo Martins Del Colle

Presidente

PORTARIA Nº 1337 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

PORTARIA Nº 1337 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"Nomeia Comissão do Processo Seletivo Publico nº 01/2018 E do Processo Seletivo Simplificado 01 e 02/2018 e dá outras providências."

O Senhor **JOÃO TEODORO FILHO** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE,

Art. 1º Constituir comissão de ***PROCESSO SELETIVO PUBLICO 01/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01 e 02/2018***, para designação e contratação temporária, a qual ficará responsável pela execução do presente processo, compreendendo-se nessa competência todos os atos concernentes à sua realização, desde a confecção dos editais de inscrição até a divulgação oficial dos resultados, que será composta pelos seguintes membros:

FUNÇÃO	NOME	MAT	CPF
Presidente	LAURA LORENZ RESENDE PEREIRA	91	887.499.831-72
Membro	LUCIENE LEITE DA SILVA	17	014.303.071-02
Membro	ELSON HIDEYOSHI KAMIGUCHI	261	338.506.888-60

Parágrafo único. A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e PÚBLICO.

Art. 2º Todas as decisões referente ao processo seletivo serão decididos pelos membros desta comissão e aprovados pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, aos cinco dias do mês de fevereiro de 2.018.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2018

RESOLUÇÃO Nº 001/2018

21 de Fevereiro de 2018.

O Conselho Municipal de Transporte Escolar Estadual- PNATE de Nova Nazaré-MT, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Reunião Ordinária realizada no dia 15 de Fevereiro de 2018, às 09h00-min nas dependências do CRÀS Municipal de Nova Nazaré.

Considerando o teor contido na Lei de Criação, do Conselho Municipal do PNATE de n°. 210/07 de maio de 2007, que regulamenta as atividades dos programas de educação.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR COM RESALVA A PRESTAÇÃO DE CONTA REFERENTE AO SEGUNDO REPASSE DO EXERCÍCIO DE 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré-MT, 21 de Fevereiro de 2018.

_____

Elisangela Adelaide Stein

Presidente do Conselho Municipal do Transporte Escolar Estadual

Conselheiro Municipal.....

Conselheiro Municipal.....

Conselheiro Municipal.....

Conselheiro Municipal.....

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE REPETIÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

REGISTRO DE PREÇOS

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Pregoeiro Oficial do município de Nova Nazaré-MT, torna público que por ausência de interessados na sessão pública que realizou-se em **21/02/2018 às 08:00 (Cuiabá)**, foi declarado **DESERTO** o **Pregão Presencial nº 003/2018** que tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas de gás liquefeito de petróleo 13kg para atender as necessidades das secretarias municipais de Nova Nazaré-MT**, conforme especificações do edital. O Pregoeiro comunica aos interessados que o certame será **REPETIDO**, em sessão pública a ser realizada **às 08:00 hrs do dia 06/03/2018** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Esta licitação será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/2002, suas alterações e demais disposições aplicáveis.O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo endereço eletrônico **licitacaonovanazare@hotmail.com** ou no site **www.novanazaré.mt.gov.br**.

Nova Nazaré-MT, 21 de fevereiro de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro Oficial

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 49/2018

PORTARIA Nº 49/2018

"Dispõe sobre nomeação de comissão Especial para readaptação de funcionário em desvio de função e da outras providencias".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

Considerando o Art. 12 e 13 da Lei Complementar nº. 023 de 23 de Agosto de 2007 e,

Considerando o Art. 18 e 17 da Lei Municipal de n° 129 de 18 de junho de 2004 e,

Considerando o Laudo Médico Pericial.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial da Câmara Municipal de Nova Nazaré conforme ART. 17 da Lei nº 037/2010, sendo:

Presidente: Rosemar de Oliveira Siqueira;

Vice-Presidente: Maria Auxiliadora Ferreira Coelho;

Secretario: Ataise Campos;

Art. 2º O Segurado insuscetível de recuperação para suas atividades habituais, devera submeter-se ao processo de readaptação profissional, em outra atividade em cargo de atribuições afins, respeitando a habilitação exigida e não implicará em aumento ou diminuição de remuneração.

Art.3º- Esta comissão tem prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação.

Art.4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Sala da presidência aos 21 dias do mês de fevereiro de 2018

Reginaldo Martins Del Colle

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO Nº 007/2018 PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO N.º 007/2018 REF: AO CONTRATO 008-2017, ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017/PMNO.

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MTE A EMPRESA **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME**,INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 11.601.924/0001-60.

MOTIVO: TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO 008/2017/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA, TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME.

VIGENCIA: 20/02/2018 ATE 20/02/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação, hospedagem e armazenamento de dados) de softwares integrados em web de gestão pública, incluindo os serviços de conversão de banco de dados, implantação, de treinamento de usuário, de suporte técnico, de atualização e manutenção do sistema.

Nova Olímpia, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL N.º 103 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-CMDE, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 028 DE 12 DE MAIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELO INCISO IV DO ARTIGO 72 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E CONSONANTE DITAMES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028 DE 12 DE MAIO DE 2011, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico CMDE, instituída pela Lei Complementar Municipal nº 028 de 12 de maio de 2011, as pessoas a seguir caracterizadas:

I – Jaime Ari Manica, RG nº 2377927-6 SSP/MT e CPF nº 134.734.099-87, como representante do Órgão Municipal de Desenvolvimento de Industria e Comércio e Serviços;

II - Idamildo Dunga Lira, RG nº 3100221-8 SSP/MT e CPF nº 811.847.351-15, como representante do Órgão Municipal de Planejamento;

III - Jaime Antônio Sganzerla, RG nº 1029418777 SSP/RS e CPF nº 439.965.900-91, como representante do Órgão Municipal de Desenvolvimento Rural;

IV- Gonçalo Trindade, RG nº 805222 SSP/MT e CPF nº 514.383.721-91, como representante da Associação Comercial e Industrial de Nova Olímpia – ACINO;

V - Osvaldo Rafael Souza Guedes Quirino, RG nº 16627806 SSP/MT e CPF nº 016.206.761-50, como representante dos produtores Rurais de Nova Olímpia;

VI - Valdeci dos Anjos Gonçalves, RG nº 103955-9 SSP/MT e CPF nº 784.263.831-49, como representante do Órgão Ambiental de Nova Olímpia.

Art. 2º - O presidente da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE será eleito pelos seus membros, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Paragrafo Único – Os membros da "CMDE" pelo exercício de suas funções não receberão remuneração de nenhuma espécie, sendo considerada atividade de relevância para o município.

Art. 3º - A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, reunir-se-á mensalmente podendo ser convocada extraordinariamente mediante solicitação de seu presidente, e do Prefeito Municipal.

Art. 4º - As atribuições da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE, estão definidas na Lei Complementar Municipal nº 028 de 12 de maio de 2011 e suas consequentes alterações posteriores.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 21 dias do mês de fevereiro de 2018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS - Nº. 001 /2018/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 013/2018/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria nº 035/2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 001/2018/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE**

EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇAO DA FACHADA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 09 de março de 2018**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 20 de fevereiro de 2018

Aldeni Antônia do nascimento

Presidente Da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018/PMNO SISTEMA D EREGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2018/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 005/2018/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE REFEIÇOES PREPARADAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia 07 de março de 2018. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 21 de fevereiro de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 208/2017

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 102 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **ENCARREGADO DE SERVIÇOS**, de acordo com a Lei 775/2008, Símbolo DAI-02, o Senhor **CICERO ALVES DA ROCHA**, brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG: 335835 - SSP-MT e do CPF: 303.643.101-20, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em lei e restritas a ela, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, TURISMO E LAZER**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - A remuneração do servidor ora nomeado será em nível de Encarregado de Serviços, em consonância com o princípio da Lei Municipal nº. 775 de 13/02/2008.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos para o dia 15/02/2018 revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia – MT, 21 de Fevereiro de 2018.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO DE ADITAMENTO Nº 006/2018 SEXTO TERMO DE ADITAMENTO N.º 006/2018 REF: AO CONTRATO N.º 031/2015

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.

CONTRATADA: TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES LTDA.

MOTIVO: TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO 031/2015/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA, TOP TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES LTDA.

VIGENCIA: 21/02/2018 ATE 21/02/2019.

OBJETO: PAVIMENTAÇAO ASFALTICA NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA.

NOVA OLÍMPIA- MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Excelentíssima Srª. Terezinha Guedes Carrara, Prefeita do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, para cargos de provimento temporário.

TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, REPROVADOS E DESCLASSIFICADOS

Da relação contida no Anexo I dos candidatos aprovados, reprovados e desclassificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2018 de prova realizado no dia 28 de janeiro de 2018.

ANEXO I

CARGO: ZELADORA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	MAIUSA APARECIDA SOARES MARIA	04	04	05	04	04	**42**	Aprovada
02	CLAUDIA PEREIRA DA MOTA	04	03	04	04	04	**38**	Aprovada
03	THIARA TEODORO DA SILVA	04	03	04	03	04	**36**	Aprovada

04	FRANCILEIA VERONEZE CEBRIAN	03	02	04	05	03	**34**	Aprovada
05	CERES PATRICIA RIBEIRO SOARES SIMONI	06	01	03	04	03	**34**	Aprovada
06	IZAURA APARECIDA CALDEIRA	03	02	04	04	03	**32**	Aprovada
07	VALDIRENE ADRENINA LANDIN	05	02	03	03	03	**32**	Aprovada
08	MARIA JOSE DELABENETA SOUZA	04	00	05	04	02	**30**	Desclassificada
09	IZABEL CRISTINA DOS SANTOS	02	00	05	03	03	**26**	Desclassificada
10	MATILDE SARATE	03	01	02	05	02	**26**	Reprovada
11	DELVIGE MARIANO SOARES FARIAS	03	01	02	04	02	**24**	Reprovada
12	ANA DE PAULA	01	02	04	03	01	**22**	Reprovada
13	IVANETE MOREIRA DO ESPIRITO SANTO	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
14	NEIOVANIA MARAN DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
15	PAMELA RODRIGUES DA SILVA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: VIGIA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geo	C. Esp.	NF	RF
01	GEOVANI CARLOS DOS SANTOS	04	03	05	04	05	**42**	Aprovado
02	PAULO DOS SANTOS DE SOUZA	03	03	06	05	03	**40**	Aprovado
03	PAULINO TARCILIO BORGES	05	02	04	05	03	**38**	Aprovado
04	EDIMAR RAMOS DE OLIVEIRA	04	03	05	03	04	**38**	Aprovado
05	AILTON CARLOS DA SILVA	05	03	01	04	02	**30**	Aprovado
06	FABIO SGOTI	03	02	03	04	02	**28**	Reprovado
07	PEDRO ALEXANDRE SARAN DE SOUZA	01	03	03	04	02	**26**	Reprovado
08	MARIA JOSE DA CRUZ	03	01	03	05	01	**26**	Reprovada
09	KEITE DAIANE QUIRINO DE ALMEIDA	00	01	02	05	02	**20**	Desclassificada
10	ANDERSON MULLER MENDES DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
11	ANTONIO CARLOS BEZERRA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
12	GABRIEL DE SOUZA MESQUITA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
13	ZIMAR OLIVEIRA SABINO	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
14	MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: MERENDEIRA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	EDITE FRANÇA	03	03	04	05	04	**38**	Aprovado
02	CARMENCITA RODRIGUES	03	02	03	04	05	**34**	Aprovada
03	ANA PAULA SILVA MELLO	03	02	03	04	04	**32**	Aprovado
04	IVONE APARECIDA DOS SANTOS	03	01	02	04	03	**26**	Reprovado
05	REGINA ARAUJO DA SILVA	02	02	04	03	02	**26**	Reprovado
06	JANETE MARIA MARTINS	04	02	02	02	02	**24**	Reprovado
07	VILMA APARECIDA PINHEIRO DA CONCEIÇÃO	00	01	04	05	02	**24**	Desclassificada
08	SUZICREI ALVES SOARES	01	01	02	04	03	**22**	Reprovado
09	ROSELI DE OLIVEIRA SANTOS	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
10	JOSIANE FLAVIA NASCIMENTO COSTA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: MOTORISTA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	AILSON SIQUEIRA	05	05	06	05	06	**54**	Aprovado
02	MARCOS JOSE DA CUNHA	05	05	06	05	06	**54**	Aprovado
03	CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS	05	04	06	05	06	**52**	Aprovado
04	NELSON RODRIGUES TENORIO	05	04	05	05	06	**50**	Aprovado
05	LAURI MONTEIRO	04	04	05	06	05	**48**	Aprovado
06	SILVERIO NICOLAU DE MELO	05	04	03	06	03	**42**	Aprovado
07	JUNIOR CESAR DA SILVA	03	03	02	06	04	**36**	Aprovado
08	NATALICIO BORGES	01	05	04	04	03	**34**	Aprovado
09	IVANILDO DA SILVA RIBEIRO	02	05	02	03	04	**32**	Aprovado
10	ZELIMAR CHAGAS MENDONÇA	03	03	03	03	04	**32**	Aprovado
11	ALEX SANDRO PEREIRA	03	04	04	03	04	**32**	Aprovado
12	VALDIR SILVA SANTOS	03	01	03	04	04	**30**	Aprovado
13	ILSON CARNEIRO GONÇALVES JUNIOR	02	02	01	06	02	**23**	Reprovado
14	GILSON CARNEIRO PIRES	02	02	01	01	01	**14**	Reprovado
15	ADRIANO JOSE FERNANDO DE SOUZA SANTOS	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
16	AGNALDO CALISTO DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
17	ALEXANDRE SOARES	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
18	EDMAR DE JESUS PEREIRA RIBEIRO		-	-	-	-	**-**	Ausente
19	MARCELO BRIGIDO GOMES	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
20	SILVINO GONÇALVES DE SOUZA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
21	VADECIR SOARES DA SILVA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
22	WAGNER DA SILVA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
23	WILLIAN FERNANDO FELSKI	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ord	Nome	Port	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	FABIANE DA SILVA	05	03	04	04	05	**42**	Aprovada
02	POLIANA CAETANO DA SILVA	04	03	04	04	05	**38**	Aprovada
03	JOSENILDE GONÇALVES DA SILVA	05	03	03	04	04	**38**	Aprovada
04	CLAUDINEIA ALVES DOS SANTOS	04	04	03	04	03	**36**	Aprovada
05	RAFAELA MARIA DA SILVA	05	02	03	04	04	**36**	Aprovada
06	QUELI DIOVANA SARATE DE ALMEIDA	05	02	05	02	04	**36**	Aprovado
07	ERICA PRISCILA CARVALHO LOPES	06	01	02	03	05	**34**	Aprovado
08	BEATRIZ POLACI SOUZA	04	02	03	03	03	**30**	Aprovado
09	LUCIANA ALVES DA SILVA	03	02	02	02	05	**28**	Reprovado
10	KARLEANE MATOS ALVES	04	00	03	01	04	**24**	Desclassificada
11	LUZIMAR ALEXANDRE DOS SANTOS AMORIM	04	03	01	00	04	**24**	Desclassificada
12	FRANCISCA FABIANA CARDOSO BERNARDES	05	01	01	02	02	**22**	Reprovado
13	JESSICA MILENA NASCIMENTO DE FELIPE	04	02	03	00	01	**20**	Desclassificada
14	PAMELA TUANE DA CRUZ GODOY	05	02	01	00	01	**18**	Desclassificada
15	VERA LUCIA MARTINS WISENFAD	02	02	03	01	00	**16**	Desclassificada
16	VIVIANE RODRIGUES DE ALMEIDA	04	02	00	00	02	**16**	Desclassificada
17	PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS MIRANDA	04	01	01	01	01	**16**	Reprovado
18	TAIS ESPANHOL	03	01	00	02	00	**12**	Desclassificada
19	ZENAIDE FONSECA DA CRUZ DOMINGUES	02	01	00	01	01	**10**	Desclassificada
20	CATIANE ARANDA	01	00	00	00	00	**02**	Desclassificada
21	ALINE RAIMUNDO DIAS DA MOTA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
22	ARIANE DE LIMA COSTA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
23	BRUNA VIEIRA RODRIGUES	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
24	CLAUDICEIA MUNIZ	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
25	ELZA DA SILVA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
26	LAUDILENE NUNES DE SOUZA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
27	SARA GOMES EVARISTO	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: PROFESSOR I

Ord	Nome	Port	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	MARCELA BRIGIDO GOMES	04	03	05	04	06	**44**	Aprovada
02	DENISE APARECIDA DA SILVA	05	03	04	04	05	**42**	Aprovada
03	CRISTIANE ROSA DA ROCHA	05	04	04	04	04	**42**	Aprovada
04	ELIANE DA SILVA ARAUJO	04	04	04	03	05	**40**	Aprovada
05	LIDIANA LAURA DE ARRUDA	04	03	03	05	04	**38**	Aprovada
06	LUCILEIA LUNA	03	03	04	04	04	**36**	Aprovada
07	ALESSANDRA BORTOLIN DOS SANTOS	04	03	05	03	03	**36**	Aprovada
08	FABIOLA CARRARA PEREIRA	03	03	05	04	03	**36**	Aprovada
09	JESSICA APARECIDA DE OLIVEIRA	03	03	04	04	03	**34**	Aprovada
10	LETICIA MAYARA SILVA SANTOS	02	02	03	02	06	**30**	Aprovada
11	MILENA BATISTA FOGAÇA	03	02	03	01	06	**30**	Aprovada
12	GIOVANE ALMEIDA DE OLIVEIRA	03	02	04	01	05	**30**	Aprovado
13	BRUNO CEZAR MARIANO FRITSCH	05	02	02	02	04	**30**	Aprovado
14	MAYARA CANDIDO DE LIMA	04	01	05	02	03	**30**	Aprovada
15	GISLAINE CRISTINA LIMA RIBEIRO	03	00	04	02	05	**28**	Desclassificada
16	VALDETE FRANCISCA DOS SANTOS	05	02	03	00	04	**28**	Desclassificada
17	PATRICIA CAIVE DA SILVA	06	03	02	00	03	**28**	Desclassificada
18	NATANAEL BRITES CALDAS	03	01	04	01	04	**26**	Reprovado
19	ANDRESSA ARAUJO DOS REIS	04	03	04	01	01	**26**	Reprovada
20	ELIENE OLIVEIRA MENDONÇA	02	03	01	03	03	**24**	Reprovada
21	TATIELLI PEREIRA LUZ	02	03	03	00	04	**24**	Desclassificada
22	GELSON JOSE DA SILVA BARROS	05	00	02	02	03	**24**	Desclassificado
23	VANESSA SOARES FORTE	05	01	02	00	03	**22**	Desclassificada
24	VITORIA DOS SANTOS NEVES	04	00	04	00	03	**22**	Desclassificada
25	FRANCIANE CARVALHO DOS SANTOS	05	01	02	00	03	**22**	Desclassificada
26	CAROLINE ALVES BOMFIM	06	03	01	00	01	**22**	Desclassificado
27	ANDRESSA APARECIDA RODRIGUES CAMARGO	03	00	03	02	02	**20**	Desclassificada
28	ROSANE CLEIA FELIPE	04	01	01	00	04	**20**	Desclassificada
29	MARINES ISAEL BEZERRA	05	00	02	01	02	**20**	Desclassificada
30	JANAINA FLAVIA DO NASCIMENTO	03	01	02	01	02	**18**	Reprovada
31	ANDRESSA FABIANA SILVEIRA DA SILVA	04	00	02	01	01	**16**	Desclassificada
32	BENEDITO JUSTINO DO CARMO	04	01	01	01	01	**16**	Reprovado
33	KARINE ARISTIDES DE ALMEIDA	03	01	01	00	03	**14**	Desclassificada
34	RENATA MANHÕES DOS SANTOS	02	01	02	01	01	**14**	Reprovada
35	JESSICA BARRIN FERREIRA	02	01	00	00	01	**08**	Desclassificada
36	ELIENAI DO CARMO SOARES	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
37	ADILSON ARAUJO	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
38	JAKELINE DUARTE DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
39	LAUDICEIA MONTEIRO DE SOUZA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
40	PERLA APARECIDA DRUNM MOLINAS	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Ord	Nome	Port	Mat	Hist	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	JHONATAN BONFIM DE SOUZA	06	03	02	05	02	**36**	Aprovado

CARGO: PROFESSOR II

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	DANIELA PRISCILA DUARTE DE OLIVEIRA	04	04	04	02	05	**38**	Aprovada
02	ROSANGELA DA SILVA ADAMI	04	03	03	04	04	**36**	Aprovada
03	THIAGO DE OLIVEIRA ONEDA	03	04	02	04	04	**34**	Aprovado
04	GEZIANE DE SOUZA LOPES	06	02	03	03	03	**34**	Aprovada
05	DAIANE SANTOS SANTANA	04	02	04	02	04	**32**	Aprovada
06	EUNICE CABRAL RUBIO	03	03	03	04	03	**32**	Aprovada
07	CRISTINA APARECIDA DE OLIVERA	03	03	02	02	05	**30**	Aprovada
08	SEBASTIAO CANDIDO	03	02	02	03	05	**30**	Aprovado
09	MARIOZAN APARECIDO FOGAÇA	02	04	02	03	04	**30**	Aprovado
10	SOLANGE ADRIANA DE MORAES PAIXÃO	02	02	04	03	04	**30**	Aprovada
11	TALITA MARIA PEREIRA MARCONDES	03	01	04	03	04	**30**	Aprovada
12	RONIZE APARECIDA CHIODI	03	02	04	03	03	**30**	Aprovada
13	WANDA SILVA MONTEIRO	03	02	04	03	03	**30**	Aprovada
14	LUCIANA MUNIZ DOS SANTOS	03	02	03	04	03	**30**	Aprovada
15	CAMILA STEFANI CARVALHO	02	04	03	02	03	**28**	Reprovada
16	RENATA ALMEIDA	04	04	04	02	00	**28**	Desclassificada
17	MARILZA ANTUNES PEREIRA	03	02	03	00	04	**24**	Desclassificada
18	MICHELLE FERNANDA MATIAS LEITE	01	03	05	00	03	**24**	Desclassificada
19	IZABEL SOARES DE OLIVEIRA	03	01	02	03	03	**24**	Reprovado
20	HEBERT MOREIRA DA SILVA	02	04	04	01	01	**24**	Reprovado
21	LUIZ AUGUSTO DA SILVA	02	01	02	02	04	**22**	Reprovado
22	DANIEL CASSENOTE	04	01	01	01	03	**20**	Reprovado
23	ANDRE LUIZ GALVAO DOS SANTOS	03	03	02	00	02	**20**	Desclassificado
24	SOLANGE PINTO DA SILVA LORCA	02	01	02	00	04	**18**	Desclassificada
25	MAICOU MOOR CANDIDO DE LIMA	01	03	03	00	02	18	Desclassificado
26	ALESSANDRO DE MATTOS MACHADO	00	02	03	02	02	**18**	Desclassificado
27	VANIA KOVALSKI DE OLIVEIRA	03	01	02	01	02	**18**	Reprovada
28	MARIA LUCIA MENDES	03	00	02	00	03	**16**	Desclassificado
29	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	01	01	02	03	01	**16**	Reprovada
30	THAIS RIBEIRO MEDEIROS	01	00	02	00	04	**14**	Desclassificada
31	ALEXANDRA RODRIGUES DE CAMARGO CARRARA	00	01	02	01	03	**14**	Desclassificada
32	CAMILA LEVINSKI STOCCO	01	00	04	00	02	**14**	Desclassificada
33	MARIZETE SAUER	02	00	02	01	02	**14**	Desclassificada
34	MARTA DE MELO CARVALHO	01	01	01	01	01	**10**	Reprovado
35	DRIELLY VERONICA GUERRA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
36	EDNEIA APARECIDA DE OLIVEIRA BANIN	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
37	MARIA APARECIDA DE LIMA	-	-	-	-	-	-	Ausente
38	PRISCILA PEREIRA ROSSI DA SILVA MACHADO	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
39	WELSON ALVES CARVALHO	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

CARGO: RECEPCIONISTA

Ord	Nome	Port.	Mat.	Hist.	Geo.	C. Esp.	NF	RF
01	SILVIA LETICIA DE LIMA RIBEIRO	03	02	04	03	04	**32**	Aprovada
02	DANIELE LIMA CHIOCHET	05	03	03	02	02	**30**	Aprovada
03	PATRICIA STROHSCHEIN	05	03	04	02	01	**30**	Aprovada
04	LEANDRO DIAS DA SILVA	05	02	02	04	01	**28**	Reprovado
05	RAISSA PORTUGUES NOVAIS	05	02	03	01	02	**26**	Reprovada
06	CRIZEIDE COSTA DA SILVA	03	02	05	00	01	**22**	Desclassificada
07	MARCIA ALVES	03	02	01	01	03	**20**	Reprovada
08	GABRIELA MENDES LAZZARETTI	05	01	01	01	02	**20**	Reprovada
09	ALINE DAIANE DUARTE DRACHLER	04	02	02	00	01	**18**	Desclassificada
10	ANGELINA MATIAS LEITE	04	02	01	01	01	**18**	Reprovada
11	JOCELI LOPES	04	01	02	01	01	**18**	Reprovada
12	KARINA LEITE PINHEIRO	05	01	02	00	01	**18**	Reprovada
13	THAINA SAUER DE SOUZA	03	02	01	00	02	**16**	Desclassificada
14	LEANDRO DOS SANTOS FARIAS	03	00	02	02	01	**16**	Desclassificado
15	GABRIEL SALVALAGIO GAMA	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
16	MARIA APARECIDA CARRARA TREVIZAN	-	-	-	-	-	**-**	Ausente
17	MATHEUS JUNIOR DE SOUZA SANTOS	-	-	-	-	-	**-**	Ausente

Nova Santa Helena/MT, 21 de fevereiro de 2018

Leila Pimenta Zaneti

Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado 001/2018

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

RGF 2º SEMESTRE DE 2017

A Exmaº. **Sra. TEREZINHA GUEDES CARRARA, PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena referente ao **RGF DO 2º SEMESTRE DE 2017**, a realizar-se no dia 28 de Fevereiro de 2018, a partir das 15h00min no Plenário da Câmara Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, 20 de Fevereiro de 2018.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESPÉCIE: RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2018

No extrato de publicação do Convênio nº 002/2018, firmado em 15/02/2018, entre Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18 e Conselho Da Comunidade Escolar Da Escola De Educação Infantil "Professor José Alves Govea, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.213.748/0001-43, publicado no DOM – Mato Grosso, Nº 2.914, de 09/02/2018, pagina 348, onde se lê: Data Assinatura: 08/02/2018 leia-se: Data Assinatura: 15/02/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESPÉCIE: RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2018

No extrato de publicação do Convênio nº 004/2018, firmado em 15/02/2018, entre Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18 e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Escola Mun. Branca de Neve, CNPJ: 02.574.615/0001-57, publicado no DOM– Mato Grosso, Nº 2.914, de 09/02/2018, pagina 349, onde se lê: Data Assinatura: 08/02/2018 leia-se: Data Assinatura: 15/02/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESPÉCIE: RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2018

No extrato de publicação do Convênio nº 004/2018, firmado em 15/02/2018, entre Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18 e o Conselho Da Comunidade Escolar Da Escola De Educação Infantil "Monteiro Lobato, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.047.977/0001-95, publicado no DOM– Mato Grosso, Nº 2.914, de 09/02/2018, pagina 349, onde se lê: Data Assinatura: 08/02/2018 leia-se: Data Assinatura: 15/02/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESPÉCIE: RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 005/2018

No extrato de publicação do Convênio nº 005/2018, firmado em 15/02/2018, entre Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18 e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar Antonio Pelissari, CNPJ: 03.197.972/0001-06, publicado no DOM– Mato Grosso, Nº 2.914, de 09/02/2018, pagina 347, onde se lê: Data Assinatura: 08/02/2018 leia-se: Data Assinatura: 15/02/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO MUNICIPAL N. º 016/2018

21 DE FEVEREIRO DE 2018

SÚMULA: INSTITUI LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. **ANTONIA LOVERDE FABRÍCIO**, residente no Município desde 1974.

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. **JOSÉ DE SOUZA,** residente no Município a muitos anos.

CONSIDERANDO, a falta que ambos fará a suas famílias e a toda comunidade Nova Ubiratanense;

DECRETA:

Art. 1º – Fica Decretado **LUTO OFICIAL,** de 03 (três) dias, no Município de Nova Ubiratã, em razão do falecimento da Sra. **ANTONIA LOVERDE FABRÍCIO** e do Sr. **JOSÉ DE SOUZA,** ambos ocorridos no dia 20 de fevereiro de 2018, neste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam – se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 21 de fevereiro de 2018.

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n.° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
ERRATA

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

RESULTADO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP Nº 002/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 002/2.018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DA AGROVILA BANCO SAFRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL. **RESULTADO DA LICITAÇÃO** – Empresa Vencedora JEZIEL DE A. OLIVEIRA & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 97.527.315/0001-23, com o valor global de R$ 108.632,03 (cento e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e três centavos).

Nova Xavantina – MT, 21 de fevereiro de 2.018.

Juscelino da Rocha Reis

Pregoeiro Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO PP 062/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade

PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2.017, processo administrativo nº 059/2.017, o qual tem por Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONERS E CARTUCHOS, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. Sagrou-se vencedora a **Empresa MARCOS S. BIUDES – ME, inscrita no CNPJ nº 08.257.279/0001-03, com o valor global de R$ 143.269,73 (cento e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos).**

Nova Xavantina – MT, 20 de fevereiro de 2.018.

JUSCELINO DA ROCHA REIS –

Pregoeiro Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO TP. 003/2018

RESULTADO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP Nº 003/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 003/2.018, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DO PISO E ARQUIBANCADA COBERTA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO "A" – P. A. SAFRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.** Empresa vencedora habilitada: JEZIEL DE A. OLIVEIRA & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 97.527.315/0001-23, com o valor global de R$ 121.330,00 (cento e vinte e um mil, trezentos e trinta reais).

Nova Xavantina – MT, 21 de janeiro de 2.018.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

RESULTADO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP Nº 002/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 002/2.018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DA AGROVILA BANCO SAFRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS MEMORIAIS DESCRITIVOS E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL. **RESULTADO DA LICITAÇÃO** – Empresa Vencedora JEZIEL DE A. OLIVEIRA & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 97.527.315/0001-23, com o valor global de R$ 108.623,03 (cento e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e três centavos).

Nova Xavantina – MT, 21 de fevereiro de 2.018.

Juscelino da Rocha Reis

Pregoeiro Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
AVISO PP 004/2018

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2.018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL - objeto: AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS, do tipo menor preço, data de abertura dos envelopes **14/03/2.018**, às **09h00min (horário de Brasília)**, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão retirar junto ao setor de Licitações, no endereço supracitado, pelo endereço eletrônico compraspmnx@gmail.com e/ou através do telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 20 de fevereiro de 2.018.

Juscelino da Rocha Reis

Pregoeiro

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO N.º 001/2018

NOTIFICAÇÃO N.º 001/2018

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, inscrito no CPNP n.º 15.024.045/0004/73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal - João Batista Vaz da Silva– Cebola, brasileiro, casado, servidor público municipal – advogado, portador do CI/RG n.º 1392532-SSP/GO, inscrito no CPF sob o n.º 282.509.151-00, residente e domiciliado em Nova Xavantina – MT; nos termos do inciso II do § 1º do art. 3º e do art. 4º da Lei Municipal n.º 1.975, de 29 de dezembro de 2016, que "*Institui, nos termos do Art. 182, § 4º da Constituição Federal, os instrumentos para o cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana no Município de Nova Xavantina, através do IPTU Progressivo, e dá outras providências",* **N O T I F I C A** os **proprietários de imóveis não edificados** para promover o seu adequado aproveitamento nos termos estabelecidos na legislação e demais normais legais vigentes; sob pena de em caso de descumprimento, ser aplicado sobre os imóveis de que trata a presente notificação, o **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo**, mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

Nova Xavantina – MT, 25 de janeiro de 2018.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°. 002/2018/COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ- FAMÍLIA.

"O Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família do Município de Novo Mundo – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando que o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente."

O Programa Pró- Família é um Programa do Governo do Estado de Mato Grosso, e tem por objetivo assegurar o desenvolvimento humano e social por meio de serviços públicos essenciais, com a finalidade de garantir melhores condições de saúde, educação, cidadania, além de oportunidades de trabalho e de geração de renda. Sendo assim, o município de Novo Mundo foi contemplado com 61 famílias a serem beneficiadas, com um cartão alimentação.

RESOLVE:

Art.1° De acordo com a reunião realizada no dia vinte do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, conforme registrado na ata nº 002/2018, foi realizada a Substituição de uma Família beneficiada pelo Programa Zenaide Pereira da Silva portadora do CPF nº 700.647.741-16, mudou-se para outro município, sendo assim, será substituída por outra família que se enquadra nos padrões do Programa. Portanto a família beneficiaria será Carmem Celia Santos de Souza portadora do CPF nº 029.282.112-33.

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo - MT, 20 de fevereiro de 2018.

_____

Maria de Fatima Neres

Presidente do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

PROCESSO Nº 007/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E MOLDAGEM DE PRÓTESES DENTARIA INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS REALIZADOS PELO LABORATÓRIO DE PRÓTESES E MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA,** em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 13h: 30mim até às 14h: 00 min do dia **06 de Março de 2018**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 14h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antonio – MT, 21 de Fevereiro de 2018.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº: 008/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 002/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº: 008/2018

Dispensa de Licitação nº: 002/2018

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

O Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio estado de Mato Grosso o **SENHOR ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, considerando o que consta do presente Processo Administrativos de Dispensa de Licitação n° 002/2018, **RATIFICA** a declaração de Dispensa de Licitação para a Contratação de empresa para locação de imóvel para funcionamento do almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT. Justificativa Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 002/2018.

FAVORECIDO: EDMARIO GONSALVES RESENDE

CPF: 058.966.491-34

VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 Inciso X da Lei nº 8.666/93.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Novo Santo Antônio-MT 21 de Fevereiro de 2018

_____

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004/2018

"Divulga a decisão da Comissão examinadora sobre o recurso no gabarito oficial para o cargo de Assistente Social.".

A Presidenta da Comissão de Processo Seletivo Simplificado 001/2018, nomeada através da Portaria Municipal nº 019/2018 de 16 de janeiro de 2018, visando atender o princípio da publicidade:

Resolve:

I – Divulgar a decisão da Comissão Examinadora sobre o recurso apresentado pela Candidata Srª. Maria Tereza Valadão de Deus, concorrente ao cargo de Assistente Social.

II – Após a análise da questão 32 recorrida pela candidata, a comissão examinadora concordou com o recurso interposto e acrescentou 02 (dois) pontos na nota da prova escrita da candidata e para os demais candidatos que optaram pela opção da questão 32 na letra "C" conforme publicado o gabarito no site oficial.

Novo São Joaquim, 21 de fevereiro de 2018.

_____

EUDINALIA FERNANDA DA SILVA

Pres. da Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 07 de março de 2018**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 07 de março de 2018**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM NA ARRECADAÇÃO DO ICMS A VIGORAR EM ANOS SUBSEQUENTES AO ATUAL EXERCÍCIO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 07h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** Pelo telefone**:** (0**66)3479-1158 ou e-mail licitação@novosaojoaquim.mt.gov.br.

Novo São Joaquim - MT, 21 de fevereiro de 2018.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 01450/2018. FL. 01/02.

D E C R E T O Nº 01450/2018. FL. 01/02.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1537/2018, de 19 de janeiro de 2018, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 312.500,00 (Trezentos e Doze Mil e Quinhentos Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial.:

Font.: 0.1.24.00000 – Transferência de Convênio - Outros.

09.002.15.452.0003.1170.4490.52.00.....
.R$ 250.000,00

Fonte.:

0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.

09.002.15.452.0003.1170.4490.52.00.....
.R$ 62.500,00

TOTAL
.....R$ 312.500,00

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação, conforme art.43, § 1º, Inciso II da Lei 4320/64. Na fonte do Convênio Concedente Ministério da Integração Nacional Proposta n.º 11325/2016.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.:

0.1.24.00000 – Transferência de Convênio – Outros.

Excesso.....
..R$ 250.000,00

Fonte.:

0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.

Excesso.....
..R$ 62.500,00

---------- TOTAL DO EXCESSO.....R$ 312.500,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 19 de janeiro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

19 / 01 / 2018.

_____

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

ARP Nº 03/2018 - Contratante:Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **JOANA FERNANDES – ME/CNPJ 22.753.337/0001-02, tendo por objeto:**Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 15/02/2018 A 15/02/2019**.** Valor Global: R$ 982.318,57. Preços Registrados:

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	491357	BISCOITO - De Tipo Cream- Cracker crocante, sabor e cor característico, embalagem dupla face de polietileno atóxico de 400g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.Validade 6 meses. Caixa com 20 uni x 400 g.	CAIXA	R$ 121,00	1.300,00	R$ 157.300,00
2	346262	BISCOITO - Doce Maisena Chocolate, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes.(Caixa: 20 un de 400 g)	CAIXA	R$ 96,00	465	R$ 44.640,00
3	16749	BISCOITO - Doce tipo leite, sem recheio e cor caracteristico, textura crocante, embalagem de 400 g, dupla face de polietileno atoxico, com identificação do produto, rotulo com ingredientes. Cx 20 un de 400 g) -	CAIXA	R$ 118,00	565	R$ 66.670,00
4	346261	BISCOITO - Doce tipo maisena, de sabor e cor característico, textura crocante, embalagem de 400g, dupla face de polietileno atóxico, com identificação do produto, rótulo com ingredientes.(Caixa: 20 un de 400 g).	CAIXA	R$ 118,00	515	R$ 60.770,00
5	346259	BISCOITO - Doce tipo rosquinha de coco, de sabor e cor caracteristico, textura crocante, embalagem de 400 g, dupla face de polietileno atoxico, comm identificação do produto, rotulo com ingredientes.(20 un de 400 g)	CAIXA	R$ 164,00	565	R$ 92.660,00
6	494194	BISCOITO DE ARROZ INTEGRAL - sem gluten, arroz integral e sal. pacote de 150g.	UNIDADE	R$ 5,00	770	R$ 3.850,00
7	494197	BISCOITO DE POLVILHO - isento de gluten, formato tipo argola, embalado em sacos plasticos transparente resistentes. pesando 300 gramas. 90% do produto deve estar com suas caracteristicas fisicas intactas.	PACOTE	R$ 3,90	1.590,00	R$ 6.201,00
8	346367	BISCOITO DE SAL INTEGRAL - Biscoito de 400gr, consistencia crocante deve conter no minimo 4 gr de fibra em 100gr de biscoito, em embalagem plástica atóxica com dupla proteção. Validade minima 6 meses a contar da data da entrega.	PACOTE	R$ 3,95	4.770,00	R$ 18.841,50
9	494196	BISCOITO DE SAL SEM GLUTEN - feculo de batata, farinha de arroz, farinha de trigo sarraceno, ovos, gordura vegetal nao hidrogenada, amido de milho modificado, dextrose, sal iodado, levedura, espessante: hidroxipropilmetilcelulose, pacote 210g.	PACOTE	R$ 10,00	870	R$ 8.700,00

10	490304	BISCOITO DOCE - ZERO LACTOSE, DE SABOR E COR CARACTERISCO, TEXTURA CROCANTE, EMBALAGEM DE 400G, DUPLA FACE POLIETILENO ATOXICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, DATA DE FABR. E VALIDADE. CX 20 X 400G	CAIXA	R$ 57,94	183	R$ 10.603,02
11	346360	BISCOITO DOCE INTEGRAL - Biscoito de 400gr. Farinha de trigo enriquecido com ferro e acido folico, trigo integral, gordura vegetal sal e fermento. Validade minimo 6 meses a contar com a data da entrega	PACOTE	R$ 4,90	2.170,00	R$ 10.633,00
12	494193	BISCOITO DOCE SEM GLUTEN - amido de milho, margarina vegetal nao hidrogenada, farinha de milho, acucar, tapioca modificada, ovo, leite integral em po, xarope de beterraba. pacote 125g.	UNIDADE	R$ 8,81	720	R$ 6.343,20
13	494195	BISCOITO SAL ZERO LACTOSE - de sabor caracteristico, testura crocante, embalagem de 400g dupla face de polietileno atoxico, com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional,peso, data da fabricacao e validade. cx 20 pct x 400g	CAIXA	R$ 58,90	204	R$ 12.015,60
14	346437	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA - Sabores variados, com consistência cremosa ou liquida, acondicionada em pote, garrafa ou frasco de plastico, atoxico e esteril, fechado a vacuo, acondicionados em caixas lacradas. 1litro.	LITRO	R$ 3,96	6.710,00	R$ 26.571,60
15	346439	IOGURTE ZERO ACUCAR - Desnatado com polpa de fruta, sem adição de açúcar. Embalagem tipo garrafinha com 170 grs.	UNIDADE	R$ 2,30	1.290,00	R$ 2.967,00
16	346442	IOGURTE ZERO LACTOSE - Leite Integral, preparado de frutas, agua, amido modificado, aroma identico ao natural de morango, espessantes goma xantana, gomar guar, conservador sorbato de potassio, corantes naturais. Embalagem tipo garrafinhas 170gr	UNIDADE	R$ 2,35	1.440,00	R$ 3.384,00
17	346444	LEITE DE SOJA- Alimento preparado a base de soja se, lactose, sem colesterol, embalagem de 1lt tipo terra pack, com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricacao e validade.(6 und x1lt).	CAIXA	R$ 30,49	371	R$ 11.311,79
18	346282	LEITE DESNATADO UHT - Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de (EMB. 12 un x 1 litro).	CAIXA	R$ 32,40	730	R$ 23.652,00
19	24909	LEITE EM PO - Integral instantaneo embalagem aluminizada, pacote 25 x 400gr, enriquecido com vitaminas e minerais e deverá ser de boa solubilidade, sem gluten. O produto devera estar de acordo com a com a Portaria MA-369.	FARDO	R$ 274,96	53	R$ 14.572,88
20	494199	LEITE EM PO DE SOJA - alimento em po a base de soja, enriquecido de vitaminas e minerais, sem lactose. Em lata de 300g de folha de flandres e verniz sanitario. sabores variados, tipo soy milk	UNIDADE	R$ 18,50	630	R$ 11.655,00
21	340187	LEITE EM PO PARA LACTENTES - Infantil em po para a limentacao de lactentes com intolerancia a lactose ou alergia ao leite de vaca, contendo proteína isolada de soja, acrescida de metionina, rica em vitamina e sais. Lata de 400g.	UNIDADE	R$ 18,50	500	R$ 9.250,00
22	494198	LEITE EM PO SEM LACTOSE - maltodextrina, soro de leite, enzima lactase, mineirais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, regulador de acidez hidroxido de potassio e acidulante acido citrico. lata 380g.	UNIDADE	R$ 18,50	780	R$ 14.430,00
23	340189	LEITE EM PO SEM LACTOSE PARA LACTENTES - Formula Infantil em po para a alimentacao de lactentes com intolerancia a lactose ou alergia ao leite de vaca, contendo proteina isolada de soja, acrescida de metionina, rica em vitamina e sais. Lata de 400g.	UNIDADE	R$ 18,07	150	R$ 2.710,50
24	21025	LEITE INTEGRAL UHT- Longa Vida, embalagem tetra Pack de 1 litro com selo SIF, SIM ou SIE e validade de no mínimo 04 meses; acondicionados em caixa de 12 litros.	CAIXA	R$ 46,83	5.570,00	R$ 260.843,10
25	490309	LEITE SEM LACTOSE - semidesnatado sem lactose, embalagem de 1 litro tipo Tetra Pack, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e Validade mínima de 6 meses. Caixa com 6 unidades.	CAIXA	R$ 22,08	616	R$ 13.601,28
26	346457	QUEIJO CURADO - Pasteurizado com teor de gordura, cloreto de calcio, leite coalho líquido, leite salga em salmoura fermento latico mesofilico. Manipuladas em condicoes satisfatorias. Embalagem primaria (Peça).	UNIDADE	R$ 23,59	3.390,00	R$ 79.970,10
27	494203	SEQUILHOS - sabor coco, zero gluten, zero lactose. pacote de 150g.	PACOTE	R$ 6,81	1.200,00	R$ 8.172,00

Departamento de Licitações e Contratos, em 15 de Fevereiro de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

ARP Nº 04/2018 - Contratante:Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **LUCAS RESENDE SANTEIRO – ME/CNPJ 26.521.467/0001-70, tendo por objeto:**Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 15/02/2018 A 15/02/2019**.** Valor Global: R$ 734.491,00. Preços Registrados:

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	490285	CARNE BOVINA MOIDA - Carne moida, patinho, fresca de primeira qualidade, com tres a quatro por cento de gordura, inspecionada. carne de 2°, sem osso, constando o numero de inscricao no SIF ou SIE. aspecto : nao amolecida, nem pegajosa.	KILO	R$ 18,00	20.730,00	R$ 373.140,00
2	21084	CARNE BOVINA PALETA EM PEDACOS - de segunda proveniente de machos de especie bovina, sadios, abatidos sob inspecao veterinaria, manipulada em condicoes de higienicas. inscricao no SIF e SIE. nao amolecida, nem pegajosa, sem manchas, embalagem de 2kg	KILO	R$ 16,88	15.150,00	R$ 255.732,00
3	346787	CARNE BOVINA SALGADA (CHARQUE) - curada e seca, de 1a qualidade, com baixo teor de gordura,	KILO	R$ 13,00	2.780,00	R$ 36.140,00
4	494212	CARNE DE SOL BOVINA SALGADA - curada seca embalada a vacuo em sacos plasticos transparentes e atoxicos, limpos, nao violados, resistentes, que garantam a integridade do produto . ministerio da agricultura sif/dipoa kg.	KILO	R$ 12,00	4.310,00	R$ 51.720,00
5	346305	FIGADO BOVINO - Tipo víscera, sem excessos de gorduras, cartilagens e aponevroses. Características adicionais: firme, não pegajoso, isento de manchas esverdeada. Podendo ser iscas, cubos ou tirinhas. Registro no SISE ou SIM.	KILO	R$ 6,02	2.950,00	R$ 17.759,00

Departamento de Licitações e Contratos, em 15 de Fevereiro de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2018

PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

ARP Nº 02/2018 - Contratante:Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **E. R. LOPES -EPP/CNPJ 08.656.178/0001-05,** tendo por objeto:Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 15/02/2018 A 15/02/2019**.** Valor Global: R$ 1.387.595,62. Preços Registrados:

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	346309	ACHOCOLATADO EM PO - Pote de 400gr , a base de acucar, cacau,maltodextrina, complexo vitaminico, sal leite em po integral. Identificacao do produto , rotulo com ingredientes, valor nutricional peso e dadta de fabricacao validade minima 6 meses.	UNIDADE	R$ 7,25	4.530,00	R$ 32.842,50
2	346310	ACHOCOLATADO EM PO DIET - Pote de 210gr , contendo maltodextrina, cacau lecitinado, leite desnatado em po, soro de leite, vitaminas e minerais, valor nutricional peso e data de fabricacao validade minima 6 meses.	UNIDADE	R$ 9,50	675	R$ 6.412,50
3	325291	ACUCAR - Cristal branco, puro, natural, embalado em sacos de polietilleno transparente de 2 kg, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem: (15 X 2 kg).	FARDO	R$ 53,11	710	R$ 37.708,10
4	346333	ACUCAR MASCAVO - Acucar granulado embalagem de 1kg com identificação do produto,rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	KILO	R$ 8,50	150	R$ 1.275,00
5	346335	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO - Adocante de 80ML ingrediente agua edulcorantes naturais glicosideos de steviol conservantes benzoato de sódio e sordato de potassio, acido sitrico. Prazo de validade 2 anos a contar da data de entrega.	UNIDADE	R$ 1,79	87	R$ 155,73
6	346394	ADOCANTE EM PO PARA CULINARIA - A base de sacarina sodica e ciclamato de sodio, pote de 500g, proprio para culinaria.	UNIDADE	R$ 11,99	75	R$ 899,25
7	346336	AMIDO DE MILHO - Embalagem de 1KG com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricacao e validade. Prazo de validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	KILO	R$ 7,00	955	R$ 6.685,00
8	346350	ARROZ INTEGRAL - Integral tipo I de boa qualidade, integro, em embalagem de 1KG com identificacao do produto. Validade minima de 6 meses a contar da data da entrega.	KILO	R$ 6,99	220	R$ 1.537,80
9	346349	ARROZ POLIDO BENEFICIADO - Longo fino tipo 1, sem glúten, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade, com rendimento após o cocção de no mínimo 2,5 vezes a mais; devendo também apresentar coloração branca. 6 X 5 KG.	FARDO	R$ 66,00	1.050,00	R$ 69.300,00
10	346353	AVEIA EM FLOCOS - Isenta de mofo, livre de parasitas e substancias, acondicionada em embalagens de 200 GR. prazo de validade 10 meses a contar com a data da entrega	UNIDADE	R$ 3,59	310	R$ 1.112,90
11	346968	BATATA PALHA, contendo 500 gramas com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	PACOTE	R$ 7,50	325	R$ 2.437,50
12	1813	CANJICA DE MILHO AMARELA- Tipo 1, contendo 80% de grãos inteiros, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritosanimais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade - emb. 500g	PACOTE	R$ 1,98	2.400,00	R$ 4.752,00
13	346428	CEREAL INFANTIL - Cereal Infantil de Arroz e Aveias, tipo mucilon lácteo de preparo instantaneo, preparado a partir de materias primas sas, limpas, enriquecidos com vitaminas. 400GR	UNIDADE	R$ 9,75	400	R$ 3.900,00
14	346425	CEREAL INFANTIL - Cereal Infantil de Multicereais, tipo mucilon lácteo de preparo instantaneo, preparado a partir de materias primas sas, limpas, enriquecidos com vitaminas. 400GR	UNIDADE	R$ 9,80	400	R$ 3.920,00
15	17955	CHOCOLATE EM PO SOLUVEL 50 A 70% CACAU - cacau em po soluvel, estabilizante, sem adicao de acucar, sem lactose, com 50 a 70% de cacau. Pacote de 200g.	PACOTE	R$ 11,00	500	R$ 5.500,00
16	1865	COCO RALADO SECO SEM ACUCAR. 100 gr. Deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos sãos e maduros não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca. 100GR.	PACOTE	R$ 3,89	3.560,00	R$ 13.848,40
17	325322	EXTRATO DE TOMATE - concentrado embalagem tipo "tetra rex" (caixinha) 140g, rotulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricacao e validade. validade minima de 6 meses a contar data de entrega. Caixa com 48 unidades.	CAIXA	R$ 51,60	4.230,00	R$ 218.268,00
18	346411	FARINHA DE ARROZ - Tipo flocos, farinha de arroz flocada. Embalagem plastica com 500g com idenficação do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional do produto, data da fabricação e validade. Validade minima de 6 meses.	PACOTE	R$ 2,20	480	R$ 1.056,00
19	490307	FARINHA LACTEA - Enriquecida com vitaminas, de preparo instantaneo. Fabricada a partir de materias primas sas e limpas, devera apresentar aspecto e cheiro carcteristico, livre de sujidades e substancias nocivas. 400gr	UNIDADE	R$ 11,99	300	R$ 3.597,00
20	332867	FEIJAO CARIOCA novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isenta de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade; em pacotes de 1Kg, acondicionados em fardos de 30kg; validade no minimo 12 meses.	FARDO	R$ 170,69	324	R$ 55.303,56
21	8442	FEIJAO PRETO - Tipo 1, embalagem de 1kg com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses. fardo de 30kg	FARDO	R$ 125,00	45	R$ 5.625,00
22	1904	FERMENTO BIOLOGICO - Fermento biologico (para pao), embalagem de 125g, com identificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricacao e validade.	UNIDADE	R$ 6,40	884	R$ 5.657,60
23	29213	FERMENTO QUIMICO - Instantâneo para bolos, embalagem de 100g, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UNIDADE	R$ 2,99	2.910,00	R$ 8.700,90
24	491494	FILE DE FRANGO - sem pele, congelado embalagem deve estar intacta, polietileno, transparente, atoxica, data de processamento e data de validade, carimbo de inspecao estadual ou federal.	KILO	R$ 12,99	6.860,00	R$ 89.111,40
25	346435	LENTILHA - Tipo 1, grãos inteiros. embalagem de 500g com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	UNIDADE	R$ 3,00	470	R$ 1.410,00
26	346291	LINGUICA DE FRANGO - Linguica de carne de frango tipo pura, embalagem propria.Contendo certificado sanitaria, selo da industria, identificacao do produto peso marca do fabricante, prazo de validade carimbos com ministério da agrlcultura e ANVISA	KILO	R$ 12,54	3.350,00	R$ 42.009,00
27	490327	MACARRAO - Tipo conchinha, com ovos, farinha de trigo enriquecida com ácido fólico. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isenta de qualquer substância estranha ou nociva. Com identificação do produto no rotulo.	PACOTE	R$ 2,99	1.500,00	R$ 4.485,00
28	490326	MACARRAO - Tipo espaguete, com ovos, farinha de trigo enriquecida com ácido fólico. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isenta de qualquer substância estranha ou nociva. Com identificação do produto no rotulo.	PACOTE	R$ 2,89	3.800,00	R$ 10.982,00

29	346447	MACARRAO - Tipo Integral espaquete, farinha de trigo enriquecida com ferro, acido folico, corante natural de urucum e curcuma. Embalagem plastica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g.	PACOTE	R$ 2,89	980	R$ 2.832,20
30	324951	MACARRAO - Tipo Parafuso, com ovos, farinha de trigo enriquecida com ácido fólico. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isenta de qualquer substância estranha ou nociva. Com identificação do produto no rotulo.	PACOTE	R$ 2,89	3.800,00	R$ 10.982,00
31	494200	MACARRAO SEM GLUTEN - com ovos, sem leite e sem gordura trans. pocote de 500g.	PACOTE	R$ 3,41	940	R$ 3.205,40
32	346446	MACARRAO-Tipo letrinha, com ovos, farinha de trigo enriquecida com ácido fólico. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isenta de qualquer substância estranha ou nociva.	PACOTE	R$ 2,50	1.000,00	R$ 2.500,00
33	346283	MARGARINA - 1KG - Creme vegetal cremoso,com no mínimo 60% de lipídios, embalagem plástica atóxica, lacrada, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante. Validade minima 6 meses.	KILO	R$ 7,99	3.270,00	R$ 26.127,30
34	325319	MARGARINA LIGTH - À base de água, óleos vegetais líquidos e hidrogenados, sal (1,8%), leite em pó desnatado, vitamina A, estabilizante: Mono e diglicerídeos e ésteres de poliglicerol. Embalagem plástica atóxica de 500 g, lacrada.	UNIDADE	R$ 5,99	380	R$ 2.276,20
35	494201	MARGARINA SEM LACTOSE E SEM SAL - oleos liquidos e interesterificados,vitaminas,estabilizates mono e digliceridios de ácidos graxos,conservadores benzoato de sodio e sorbato de potassio,acidulante,aromatizantes,antioxidante tb hq e , pote 100 a 500g.	UNIDADE	R$ 9,50	525	R$ 4.987,50
36	20153	MILHO VERDE - Em conserva, em latas de 200 a 300g, acondicionadas em caixas; com data de fabricação, validade,valor nutricional, peso, fabricante. Validade mínima de 6 meses	UNIDADE	R$ 2,35	4.000,00	R$ 9.400,00
37	341546	OLEO DE SOJA VEGETAL - Refinado, obtido de matéria prima vegetal, isento de substâncias transgênicas à sua composição. Aspecto límpido e isento de impurezas, garrafas plásticas transparente de 900 mlL. Acondicionado em caixas 20 x 1.	CAIXA	R$ 67,00	472	R$ 31.624,00
38	346293	OVOS - Ovos de galinha tipo 2 grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Validade e aviario de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA	DUZIA	R$ 5,89	5.500,00	R$ 32.395,00
39	346296	PEIXE - Peixe de agua doce ou salgada. Eviscerado sem cabeca, sem nadadeiras cauda sem espinha. Cubo, posta ou file. Registro no SIF ou SIM	KILO	R$ 17,50	3.900,00	R$ 68.250,00
40	340174	POLPA DE FRUTA - Kg Natural congelado em pacote, preparadas com frutas sadias.	KILO	R$ 14,99	3.160,00	R$ 47.368,40
41	346455	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA - Tipo de flocos grosso ou flocos finos granulados de proteina texturizada de soja. Embalagem de 500g.	PACOTE	R$ 6,80	840	R$ 5.712,00
42	340177	QUIRERA - De milho, de cor amarela, fina em pacotes de polietileno transparente atóxico com 500g. Deve estar livre de mofo, odores estranhos ou qualquer substância nociva. Prazo de validade mínimo 6 meses	PACOTE	R$ 1,00	1.370,00	R$ 1.370,00
43	332875	SAGU - fecula de mandioca, embalagem primaria plastica, pacote de 500g, prazo minimo de validade 12 meses.	PACOTE	R$ 5,00	1.190,00	R$ 5.950,00
44	21181	SAL REFINADO - Iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, não pegajoso ou empedrado, embalado em pacotes de 1 kg, acondicionados em fardos de 30 unidade. Validade no mínimo 1 ano.	FARDO	R$ 31,03	92	R$ 2.854,76
45	346298	SALSICHA DE FRANGO - Salsicha de frango, fresca ou congelada com idendificacao do produto e rotulo contendo a data de fabricacao e validade e registro no SIM ou CISPOA	KILO	R$ 14,00	3.730,00	R$ 52.220,00
46	340179	SARDINHA - Ao próprio suco com óleo comestível, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido, imersa em óleo comestível e sal, embalada em lata com revestimento interno apropriado, vedada, isento de ferrugens com peso líquido de 125 g.	UNIDADE	R$ 2,89	2.450,00	R$ 7.080,50
47	346288	SOBRECOXA DE FRANCO - Congelada in natura. A ave deve ter contornos definidos firmes e sem manchas, pele aderente, com aspecto, cor e cheiro caracteristicos. Nao deve apresentar sujidades, penas e carcacas. Inspencao estadual e federal e prazo de val	KILO	R$ 7,49	21.550,00	R$ 161.409,50
48	11061	SUCO CONCENTRADO - Sem açúcar, com identificação do produto, rotulo de ingredientes, valor nutricional, embalagens de 1 litro, com prazo de validade de no mínimo 6 meses, redimento aproximado 7 litos. Embalagem 12x1.	FARDO	R$ 140,00	1.840,00	R$ 257.600,00
49	324848	SUCO DE SOJA - 200ml para crianças com intolerância a Lactose, a base de extrato de soja mist. com suco de frutas natural de maçã. O produto deverá ser isento de colesterol e conter no máximo 25mg de sódio por 100 ml. Deverá estar de acordo com a NTA	UNIDADE	R$ 5,90	1.310,00	R$ 7.729,00
50	340181	VINAGRE DE MACA - Produto Natural, fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livres de sujidade, material terroso e detritos de animais ou vegetais, acondicionado em frasco plástico de 750 ml.	UNIDADE	R$ 4,38	1.194,00	R$ 5.229,72

Departamento de Licitações e Contratos, em 15 de Fevereiro de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

ARP Nº 01/2018 - Contratante:Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **APARECIDA MARCIA TOMAZINI – EPP/CNPJ: 00.145.325/0001-62,** tendo por objeto:Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Vigência: 15/02/2018 A 15/02/2019**.** Valor Global: R$ 1.178.364,53. Preços Registrados:

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	346137	ABACATE - Deve apresentar casca intacta, sem ferimentos, podridao ou deformacao, isento de danos fisicos oriundo do manuseio e transporte, em bom estado de conservacao.	KILO	R$ 8,00	1.120,00	R$ 8.960,00
2	346252	ABACAXI - De qualidade apresentando grau de maturação que lhe permite suportar a manipulacao, o transporte e a conservacao em condições adequadas, e em bom estado de conservacao.	UNIDADE	R$ 7,50	7.455,00	R$ 55.912,50
3	346138	ABOBORA CABOTIA - Com ausencia de rachaduras ou corte na casca. Sem ressecamento ou queimaduras. Livres de umidades extrema, terra, parasitas e residuos de fertilizantes.	KILO	R$ 2,39	3.370,00	R$ 8.054,30
4	346253	ABOBRINHA VERDE - Com ausencia de rachadura ou cortes na casca. Sem ressecamento ou queimaduras. LIvres de umidades externa, terra parasitas e residuos, e em bom estado de conservacao.	KILO	R$ 4,98	1.520,00	R$ 7.569,60
5	346315	ACAFRAO - Pacote de 100 gr. O produto em po devera apresentar-se com coloracao amarelo intenso, com odor caracteristico, isento de contaminação parasitas. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	UNIDADE	R$ 5,50	60	R$ 330,00
6	490281	ACAFRAO - Pacote de 500 gr. O produto em po devera apresentar-se com coloracao amarelo intenso, com odor caracteristico, isento de contaminação parasitas. Validade minima de 6 meses a contar da data de entrega.	UNIDADE	R$ 20,28	416	R$ 8.436,48

7	346254	ACELGA - De qualidade, isenda de partes putridas, nao podera estar murcha. Embalagem em saco plasticos resistentes,conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	KILO	R$ 7,90	1.790,00	R$ 14.141,00
8	346140	ALFACE - Folhas verdes, frescas, sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas de sujas de terra, ausencia de insetos e residuo, e em bom estado de conservacao.	UNIDADE	R$ 4,20	2.580,00	R$ 10.836,00
9	346255	ALHO FRESCO - Alho integro de qualidade, compacto e firme, sem lesoes de origem fisica ou mecanica, perfuracoes e corte, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em embalagem proprias.	KILO	R$ 19,00	1.700,00	R$ 32.300,00
10	346141	BANANA DA TERRA - De qualidade, grau de maturacao que permite suportar a manipulacao, transporte e conservacao adequada. ausencia de rachadura ou corte na casca. Livres de parasitas.	KILO	R$ 5,20	1.025,00	R$ 5.330,00
11	346142	BANANA MACA - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas , sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e mecanicos, isenta de partes putridas.	KILO	R$ 7,20	11.000,00	R$ 79.200,00
12	346143	BANANA NANICA - De qualidade, grau medio de amadurecimento, com cascas sas, sem rupturas, com tamanho e coloracao uniforme, com polpa firme e intacta, devendo estar bem desenvolvida, sem danos fisico e isenta de partes putridas.mecanicos,	KILO	R$ 3,30	10.000,00	R$ 33.000,00
13	346144	BATATA DOCE- Branca ou roxa, de qualidade tamanho grande ou medio, inteira, sem ferimentos ou desfeitos casca lisa e com brilho, sem terra isenta de partes putridas embalagem em caixas plasticas resistentes	KILO	R$ 2,05	1.555,00	R$ 3.187,75
14	346145	BATATA INGLESA: Devera ser da variedade Monalisa Escovada; Porte médio/grande,apresentando tamanho uniforme e suficientemente desenvolvido, sem danos de origem física/mecânica (rachaduras, perfuraçõese cortes).	KILO	R$ 3,22	5.370,00	R$ 17.291,40
15	346146	BETERRABA - De qualidade e coloração vermelha intensa, sem rachaduras e lesões de insetos. Porte médio/grande, fresca, compacta e firme, sem defeitos sérios rachaduras e cortes, apresentando tamanho e cor.	KILO	R$ 2,99	2.400,00	R$ 7.176,00
16	491505	CAMOMILA - sementes, naturais, sabor e cor caracterisco, em embalagens plasticas de 10g.	PACOTE	R$ 3,20	2.000,00	R$ 6.400,00
17	17057	CANELA EM CASCA (10 GR)	UNIDADE	R$ 1,75	1.310,00	R$ 2.292,50
18	340166	CANELA EM PO 10G	PACOTE	R$ 1,75	1.460,00	R$ 2.555,00
19	346147	CEBOLA - Branca, compcta e firme, sem lesoes de origem fisica, perfuracoes e cortes, tamanha e coloracao uniformes, devendo ser bem desenvolvidas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	KILO	R$ 2,99	2.860,00	R$ 8.551,40
20	346148	CENOURA - Sem folhas, fresca, com ausencia de rachaduras ou cortes na casca. Livres de umidade extrena, terra parasitas e residuos de fertilizandes.O transporte deve ocorrer em caixa de platico limpa.	KILO	R$ 2,99	2.890,00	R$ 8.641,10
21	346150	CHUCHU - verde claro. Deverá ser de porte médio/grande de boa qualidade, fresco, compacto e firme, sem defeitos sérios (rachaduras e cortes),	KILO	R$ 2,90	2.240,00	R$ 6.496,00
22	1820	COLORAU - produto obtido a partir do urucum, sem adição de sal, embalado em pacotes de 500g. Constar data de fabricação e prazo de validade de 6 meses	PACOTE	R$ 5,50	704	R$ 3.872,00
23	346149	COUVE MANTEIGA - Folhas verdes, frescas, sem tracos de descoloracao e ressecamentos, livres de folha sujas.Deve ser entregue em forma de maco(com media de 10 folhas cada), levemente amarado. O transporte deve ocorrer em caixa de platico limpa. 300g	UNIDADE	R$ 3,99	990	R$ 3.950,10
24	20188	CRAVO DA INDIA - natural, sabor e cor característicos, embalagens plásticas, 10g.	PACOTE	R$ 2,10	910	R$ 1.911,00
25	490292	ERVA DOCE - sementes, natural, sabor e cor caracteriscos, em embalagens plasticas de 10 g.	PACOTE	R$ 1,60	12.500,00	R$ 20.000,00
26	346266	ESPINAFRE - .Boa qualidade ter coloração verde, fresco, estar sem ataques de pragas e doenças e não apresentar-se com folhas amareladas e danos mecânicos que afetem a aparencia. MACO	KILO	R$ 7,00	855	R$ 5.985,00
27	346154	FARINHA DE MANDIOCA - Aspecto de po fino ou granulado Sem presenca de terra, insetos fungos, parasitas e objetos estranhos. Nao teve ser rancosas ou fermentadas. Embalagem de polietileno contendo 1kg com dados identificação prazo de validade.	KILO	R$ 6,60	4.500,00	R$ 29.700,00
28	346431	FARINHA DE MILHO - Tipo flocao. Embalagem plastica com 500g com indetificacao do produto, rotulo com ingredientes, valor nutricional do produto, peso, fabricante, data de fabricacao e validade.	PACOTE	R$ 3,51	750	R$ 2.632,50
29	1939	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL- 10 X 1- Produto obtido a partir de cereal limpo, desgerminado e são, isento de matéria prima terrosa e em perfeito estado de conservação. Com aspecto de pó fino, cor branca, cheiro e sabor próprios; sem fermento.	FARDO	R$ 35,55	840	R$ 29.862,00
30	1680	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL- fina, de 1ª qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem primaria: sacos de papel de 1 kg. embalagem secundária: fardos de papel de 10 kG. prazo mínimo de validade: 6 meses.	FARDO	R$ 110,00	172	R$ 18.920,00
31	324831	FUBA DE MILHO MIMOSO - Sabor e cor característicos, embalagem plástica de 1kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses	PACOTE	R$ 3,40	1.530,00	R$ 5.202,00
32	346270	LARANJA PERA - Deverá ser fresca, com grau de maturação que permita a manipulação no transporte, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura. As frutas não poderão apresentar mancha.	KILO	R$ 2,20	16.150,00	R$ 35.530,00
33	346271	MACA VERMELHA NACIONAL - As macas devem se apresentar: inteiras; sãs; limpas, praticamente isentas de matérias estranhas e impurezas visíveis; isentas de parasitas, de umidade e de odores estranhos; tamanho medio	KILO	R$ 5,20	13.850,00	R$ 72.020,00
34	346220	MAMAO FORMOSA - De qualidade apresentado grau de maturacao que lhe permita suportar a manipulacao, nao estar amassado, ferida, manchas na casca ou qualquer outra alteracao. Tamanho medio	KILO	R$ 4,20	1.775,00	R$ 7.455,00
35	346157	MANDIOCA DESCASCADA - A polpa deve estar intacta e limpa. Descascada, embalada em embalagens plasticas transparentes ate 1 kg. Livres de umidade externa, em bom estado de conservacao.	KILO	R$ 4,38	1.730,00	R$ 7.577,40
36	346273	MELANCIA - De qualidade tamanho medio, frutas firmes limpas e maduras, sem machucados.	KILO	R$ 2,20	8.200,00	R$ 18.040,00
37	346355	MELAO - De primeira qualidade, amarelo, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados.	KILO	R$ 4,50	1.400,00	R$ 6.300,00
38	346275	MILHO VERDE - Espigas sem casca, verde de tamanho medio graos firmes, limpo, sem machucados peso por espiga 150 a 250 gr	UNIDADE	R$ 0,05	2.100,00	R$ 105,00
39	2499	OREGANO - Produtos naturais construidos de folhas genuinas da especie, sas, limpas, desidratado e especifico para culinaria. Caracteristicas organolépticas - Aspecto: po, cor amarela ou amarelo - esverdeada. 100gr	PACOTE	R$ 8,00	2.950,00	R$ 23.600,00
40	346454	PAO DE CACHORRO QUENTE - Unidade media de 60g, macio, sem presenca de sujidade, nao deve ser embalado quente.	UNIDADE	R$ 1,38	54.000,00	R$ 74.520,00
41	494202	PAO DE FORMA INTEGRAL - pacote de 500g,fresco, macio, sem presenca sujidades, embalagem atoxica, com identificacao do produto, rotulo com ingrediente, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricacao, validade e registro no sim ou sif.	UNIDADE	R$ 7,92	3.070,00	R$ 24.314,40
42	346452	PAO DOCE - Tipo Rosca, com creme, unidade de 70g, macio, sem presenca de sujidade. Nao deve ser embalado quente.	UNIDADE	R$ 1,35	54.000,00	R$ 72.900,00

43	346289	PAO FRANCES- Pão francês, unidade de 50g, fresco, macio, sem presença de sujidades. Não deve ser embalado quente. Validade mínima de 5 dias, a contar da data da entrega.	KILO	R$ 15,20	18.700,00	R$ 284.240,00
44	346161	PEPINO - Pepino integros, com coloracao verde - escura, firmes, isentos de sujidades, corpos estranhos e residuos de fertilizantes. Nao deve apresentar quaiquer lesoes de origem fisica	KILO	R$ 2,90	1.740,00	R$ 5.046,00
45	346357	PERA - De boa qualidade, casca sa, lisa, sem picadas de insetos, sem imperfeicoes, cor uniforme, sem rupturas, sem danos fisicos e mecanicos, isento de partes putridas. Devendo estar bem desenvolvidas e maduras, devendo apresentar boa maturacao.	KILO	R$ 12,00	750	R$ 9.000,00
46	346164	POLVILHO AZEDO - tipo 1, origem amiláceo mandioca,tipo grupo fécula. Embalagem de 500 g.	UNIDADE	R$ 4,60	815	R$ 3.749,00
47	346165	POLVILHO DOCE - tipo 1, origem amiláceo mandioca,tipo grupo fécula. Embalagem de 500 g.	UNIDADE	R$ 3,60	815	R$ 2.934,00
48	346167	REPOLHO - Folhas verdes, frescas sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas sujas de terra, com ausência de insetos e residuos de fertilizantes.	KILO	R$ 2,99	6.250,00	R$ 18.687,50
49	346168	TEMPERO VERDE (CEBOLINHA) - Folhas verdes, frescas sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas sujas de terra, ausencia de insetos e residuos de fertilizantes.Entregue em maco. 300GR	UNIDADE	R$ 4,05	2.540,00	R$ 10.287,00
50	346278	TEMPERO VERDE (COENTRO) - Folhas verdes, frescas sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas sujas de terra, ausencia de insetos e residuos de fertilizantes.Entregue em maco 300GR	UNIDADE	R$ 4,05	2.360,00	R$ 9.558,00
51	346277	TEMPERO VERDE (SALSINHA) - Folhas verdes, frescas sem tracos de descoloracao, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas sujas de terra, ausencia de insetos e residuos de fertilizantes.Entregue em maco	UNIDADE	R$ 4,05	2.540,00	R$ 10.287,00
52	346169	TOMATE - De qualidade, frescos, nao estar amassado ou apresentado feridas, manchas na casca ou qualquer alteracao que afete sua aparencia. Com ausencia de umidade e bolor.	KILO	R$ 7,20	3.090,00	R$ 22.248,00
53	346215	VAGEM - Fresca, tamanho e coloracao uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta isenta de material terroso, sem manchas, livre de residuos de fertilizadas.	KILO	R$ 11,99	940	R$ 11.270,60

Departamento de Licitações e Contratos, em 15 de Fevereiro de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 090 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

PORTARIA N° 090 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. VESTES MELO RODRIGUES**, Matrícula 3768, portadora do RG sob o nº 0732210-0 SJSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 997.198.941-72, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA I"**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2011/2016	20/02/2018 À 20/05/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 20 de fevereiro de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 05/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 022 de 19 de Janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **Dispensa Nº. 05/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a **Aquisição de Cavaletes com Estrutura Metálica Chapeada com adesivo Aplicado 90x120cm,** atendendo a Secretaria Municipal de Transportes de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Empresa Vencedora: **APP IMPRESSAO DIGITAL LTDA - ME /CNPJ 11.049.370/0001-30 - R$ 7.800,00.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 21 de Fevereiro de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 092/2018

PORTARIA Nº 092/2018

DISPÕE SOBRE O USO DE VESTIMENTOS PELOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 024/97.

CONSIDERANDO a necessidade para não prejudicar a regular fluência dos serviços municipais e não se criar situações de desconforto a Gestão Municipal, Secretários e munícipes, nos seguintes termos:

Art. 1º - É proibido os servidores públicos municipais trabalharem com vestimentas incompatíveis com o decoro e a dignidade nos termos do artigo 203, da Lei Municipal n. 024/97.

§ 1º. Consideram-se como tal os trajes:

I - Femininos:

a) com decotes profundos a ponto de deixarem mais da metade do colo dos seios visíveis;

b) transparentes a ponto de permitir entrever-se partes do corpo ou de peças íntimas;

c) sem alças;

d) que deixem a barriga ou mais de um terço das costas desnudas;

e) do tipo shorts ou bermuda, ainda que com o uso conjugado de meias-calças;

f) do tipo saia, que não cubra pelo menos 2/3 (dois terços) das coxas;

g) do tipo chapéu, gorro, boina ou boné;

h) chinelo.

II - Masculinos:

a) do tipo camiseta regata;

b) do tipo camiseta com gola "U" ou "V" que deixe mais da metade do tórax exposto;

c) do tipo shorts ou bermuda;

d) do tipo chapéu, gorro, boina ou boné;

e) chinelo.

Art. 2º. É também proibido o ingresso ao serviço descalças ou que apresentem péssimas condições de higiene.

Art. 3º. Quando a pessoa que se encontrar em alguma das situações previstas nos arts. 1º e 2º apresentar para trabalhar, a Chefia Imediata deverá comunicar o Departamento de Recursos Humanos, para que, caso entenda necessário, adote as providências cabíveis no âmbito administrativo disciplinar.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando expressamente revogadas todas as disposições em contrário constantes em normas administrativas emanadas da Diretoria deste Fórum.

Publique-se e registre-se, afixando-se cópias lado a lado e em fonte 14 no interior de todos os órgãos público municipal, dando-se ciência aos Secretários.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 21 de fevereiro de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1554/2018.

LEI Nº 1554/2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER RECOMPOSIÇÃO DA PERDA SALARIAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA APROVOU E PROMULGOU, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder recomposição da perda salarial, referente ao ano de 2016, para os servidores públicos municipais, na ordem de 2,0% (dois por cento) sobre o salário base do mês de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - O anexo da Lei n. º 035/2003 e da Lei n. º 533/2008, que tratam das tabelas salariais dos cargos de provimento efetivo, passam a vigorar conforme os anexos da presente Lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 21 de fevereiro de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 01449/2018. FL. 01/02.

D E C R E T O Nº 01449/2018. FL. 01/02.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1534/2018, de 19 de janeiro de 2018, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 236.289,00 (Duzentos e Trinta Seis Mil e Duzentos e Oitenta e Nove Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial.:

Font.: 0.1.24.00000 – Transferência de Convênio - Outros.

10.002.20.601.0009.1169.4490.52.00.....
.R$ 231.562,50

Fonte.:

0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.

10.002.20.601.0009.1169.4490.52.00.....
.R$ 4.726,50

TOTAL
.....R$
236.289,00

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação, conforme art.43, § 1º, Inciso II da Lei 4320/64. Na fonte do Convênio Concedente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento n.º 832820/2016.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.:

0.1.24.00000 – Transferência de Convênio – Outros.

Excesso.....
..R$ 231.562,50

Fonte.:

0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.

Excesso.....
..R$ 4.726,50

---------- TOTAL DO EXCESSO.....R$ 236.289,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 19 de janeiro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

19 / 01 / 2018.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 01451/2018. FL. 01/02.

D E C R E T O Nº 01451/2018. FL. 01/02.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei

Municipal nº 1540/2018, de 19 de janeiro de 2018, de conformidade com o artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação no valor de R$ 743.598,33 (Setecentos e Quarenta e Três Mil, Quinhentos e Noventa e Oito Reais e Trinta e Três Centavos), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial.:

Font.: 0.1.24.00000 – Transferência de Convênio - Outros.

09.002.15.451.0003.1171.4490.51.00.....
.R$ 721.302,33

Fonte.:

0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.

09.002.15.451.0003.1171.4490.51.00.....
.R$ 22.296,00

TOTAL

.....R$ 743.598,33

ARTIGO 2º -Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação, conforme art.43, § 1º, Inciso II da Lei 4320/64. Na fonte do Convênio Concedente Secretaria de Estado das Cidades-SECID, Proposta nº 2112/2017.

Parágrafo I – Excesso de :

Fonte.:

0.1.24.00000 – Transferência de Convênio – Outros.

Excesso.....
..R$ 721.302,33

Fonte.:

0.1.00.00000 – Recursos Ordinários.

Excesso.....
..R$ 22.296,00

---------- TOTAL DO EXCESSO.....R$ 743.598,33

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 19 de janeiro de 2018.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

19 / 01 / 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO N° 021/2018. DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DECRETA:

Artigo 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de R$ 180. 852,37 (cento e oitenta mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos)no Orçamento Vigente (LOA - Lei Municipal nº 1020/2017)**,** com detalhamento da natureza de despesa, conforme descrito:

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PRESIDENTE

FUNÇÃO: (01) – LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO: (031) – AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA: (0001) – PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: (2001) – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PRESIDENTE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc.e Vant. Fixas Pessoal Civil.....		68.
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	910,40
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	14.
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	471,20
33909300000 – Indenizações e Restituições.....		41. 470,77

Fonte de Recursos: Recursos Próprios

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DA CAMARA

FUNÇÃO: (01) – LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO: (031) – AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA: (0001) – PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: (2003) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		46.
.....	R$	000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	10.
.....		000,00

Fonte de Recursos: Recursos Próprios

TOTAL GERAL	**R$**	**180.852,37**

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no Artigo Anterior, serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial (Redução) das dotações orçamentárias abaixo descritas:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (28) – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: (843) - ENCARGOS ESPECIAIS

PROGRAMA: (999) – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: (9999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

99000000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99999000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

999999999000 – Reserva de Contingencia.....	R$	180. 852,37
.....		

Fonte de Recursos: Recursos Próprios

TOTAL GERAL	**R$**	**180.852,37**

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2018.

Juvenal Pereira Brito

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 090/2018. DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre Fiscalizacao e Levantamento do Patrimonio Municipal Por Servidores do Municipio e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito do Município de Pedra Preta **–** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam os Servidores do Departamento de Patrimônio do Município, responsáveis pela Fiscalização e Levantamento do Patrimônio Municipal, para que os dados sejam incluídos no Sistema de Informática da Prefeitura.

Art. 2º Os Servidores do Departamento de Patrimônio, realizaram seus trabalhos com base em suas atribuições, expostas no artigo 55, item 18 da lei complementar 16/2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIA MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 088/2018. DE 20 DE FEVEREIRO DE 2.018.

Dispõe sobre PRORROGAÇÃO DE PRAZO da portaria 622/2017, de 20 de Dezembro de 2017 e dá outras providências;

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que não houve prazo suficiente para ouvir todos os envolvidos na Dispensa de Licitação nº 012/2017.

RESOLVE:

ART. 1º - **PRORROGAR** o prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da comissão.

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada o Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 089/2018. DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

Conceder FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor Público Municipal da Secretaria Geral e Coordenadoria Administrativa, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **02/01/2017 à 02/01/2018.**

RESOLVE:

WELITON WAGNER GARCIA.

Procurador Geral Do Município

ART. 1º Conceder férias ao Servidor Publico Municipal **WELITON WAGNER GARCIA,** ocupante do cargo de Procurador Geral Do Município, lotado na Secretaria Geral e Coordenadoria Administrativa, a serem usufruídas no período de **26/02/2018 à 17/03/2018,** sendo 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário conforme disposto no artigo 72 da Lei Municipal nº 075/98 de 23 De Março de 1.998.

ART. 2º Caso necessário à convocação do servidor em gozo de férias antes do término do período acima designado, o mesmo gozará os dias faltantes entre o período de conforme deliberação da Secretaria.

ART.3º Esta Portaria entrara em vigor a partir do dia 26.02.2018.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE UM DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial AMM.

EDITAL Nº 003/2018, 21 DE FEVEREIRO 2.018 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Súmula: Edital de Convocação do Seletivo Simplificado nº 001/2018 – Áreas Afins, e dá outras providências.

O Sr. JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, CONVOCAÇÃO de pessoal por tempo determinado para substituição de servidores de carreira afastados de suas funções devido a licenças/afastamentos legalmente concedidos e/ou para situações temporárias de excepcional interesse público – conforme Processo Seletivo 001/2018. Faz-se necessário a convocação dos mesmos, pois não foi possível preencher o quadro de vagas em virtude de alguns deles terem desistido.

As necessidades são:

AGENTE DE VIGILÂNCIA - SEDE

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
5º	000041	MARCIO RODOLFO	EM SUBSTITUIÇÃO A AGENTE DE VIGILANCIA	Secretaria Municipal

		VIEIRA DE MORAES	JOSIANE DE SOUSA BORGES, QUE FALECEU EM 2017	de Educação
6ª	000368	GABRIELA FELIX DE SOUZA	EM SUBSTIUIÇÃO AO AGENTE DE VIGILANCIA JOAQUIM GUSTAVO DE OLIVEIRA	Secretaria Municipal de Educação
7º	000492	BRUNO ALEXANDRE DE BASTIANE	EM SUBSTITUIÇÃO AO AGENTE DE VIGILANCIA MARINALVA DE SOUZA, QUE FOI REMOVIDA PARA O CEI ARLINDO DOMINGOS	Secretaria Municipal de Educação
8º	000080	EDDIE DOS SANTOS RODRIGUES	EM SUBSTITUIÇÃO AO AGENTE DE VIGILANCIA ANTONIO DO CARMO FERNANDES, QUE FOI REMOVIDO PARA A ADMINISTRAÇÃO	Secretaria Municipal de Educação
9º	000598	IGOR FERREIRA LUSTOSA	EM SUBSTITUIÇAO AO AGENTE DE VIGILANCIA MANOEL DE DEUS, QUE ECNTRA-SE DE ATESTADO MEDICO	Secretaria Municipal de Educação

MONITOR - SEDE

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
1º	000111	ADAIR DA SILVA	EM SUSBTITUIÇÃO A MONITORA, MARIA MADALENA MOREIRA, QUE ESTA CEDIDA PARA ADMINISTRAÇÃO	Secretaria Municipal de Educação

MONITOR – OUTRAS LOCALIDADES

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
2º	000162	JACQUELINE APARECIDA DA SILVA SOUZA	VAGA LIVRE-NÃO TEM CANDIDATA A SER CHAMADO DO CONCURSO Nº 001/2016	Secretaria Municipal de Educação

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – VILA GARÇA BRANCA

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
5º	000168	ELIZABETE GASPAR DE OLIVEIRA LIMEIRA	VAGA LIVRE – DIVISÃO DE SALA	Secretaria Municipal de Educação

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL - SEDE

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
29º	000450	MARIA JAQUELINE S. RAMOS	CANDIDATA ASSINOU O TERMO DE DESISTENCIA	Secretaria Municipal de Educação
30º	000044	MARILEIDE RAMIRES DA SILVA	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA, MARIA APARECIDA CLEMENTE DE LARA	Secretaria Municipal de Educação
31º	000550	MARIA APARECIDA FERREIRA	EM SUBSTIUIÇÃO A PROFESSORA, VERA LUCIA CONTO – LICENCA PREMIO	Secretaria Municipal de Educação

PROFESSOR DE HISTÓRIA - SEDE

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
5º	000211	ELAINE ARAUJO SILVA	CANDIDATA ASSINOU O TERMO DE DESISTENCIA	Secretaria Municipal de Educação
6º	000338	GUSTHAVO EDDUARDO C. DA COSTA	EM SUBSTITUIÇÃO AO PROFESSOR DE HISTÓRIA, EVAIR CLAUDIO DE LARA	Secretaria Municipal de Educação

PROFESSOR DE MATEMÁTICA – SEDE

CLASSIF.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	JUSTIFICATIVA	LOTAÇÃO
1º	000470	DENIVAN BALEEIRO BONADIO	CANDIDATO ASSINOU O TERMO DE DESISTENCIA	Secretaria Municipal de Educação
2º	000409	SILVANA GONÇALVES DE FONSECA	EM SUBSTITUIÇÃO A PROFESSORA, SIRLEI DE TAVARES – LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO (MESTRADO)	Secretaria Municipal de Educação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE HUM DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 001/2018 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 545/2017 de 20 de outubro de 2.017, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **TOMADA DE PREÇO**

Objeto. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa, para realização da Obra de Drenagem Urbana no bairro Emissário do Jardim Morumbi, mediante o regime empreitada por menor preço global, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Planilha de Custos e Formação de Preços, Composição do BDI, Cronograma Físico Financeiro os mesmos são parte integrante deste Edital.

Data da Abertura: Dia 09/03/2018 ÀS 14h00min.

Data de Cadastramento e Atualização de Cadastro das Empresas: Do Dia 23/02/2018 a 05/03/2018.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, sito Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13h00min às 17h00min).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4416, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 21 de Fevereiro de 2018.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 062/2018. CONCURSO PUBLICO Nº 001/2016.

Dispõe sobre a convocação de Aprovado no Concurso Público nº 001/2016 e da outras providencias.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

O Prefeito Municipal de Pedra Preta – Estado de Mato Grosso o Senhor **JUVENAL PEREIRA BRITO**, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Decreto nº 045, de 29 de abril de 2016, de autoria do Executivo Municipal, homologando o resultado final do Concurso Público nº 001/2016, Publicado no diário oficial da AMM no dia 02/05/2016, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 30 (Trinta) dias**, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme **EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2016**, publicado no Diário Oficial (AMM) em 06/06/2016 e no *site* da Prefeitura, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva

vaga. O não comparecimento dentro de 30 (dias) dias da publicação deste, implicará em desistência do candidato, podendo a Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

SECRETARIA GERAL E COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

AGENDE ADMINISTRATIVO - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO
038850	VALÉRIA PAIVA DE SOUZA	57,50	4º

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, publique-se o presente Edital no quadro de avisos e site da Prefeitura de Pedra Preta.

O presente Edital entra em vigor na data da sua publicação

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Pedra Preta, 16 de Fevereiro de 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA ESPECIAL N°027/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO SERVIDOR BENEDITO PAULA DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 40 (quarenta) dias de Férias para o servidor **Benedito Paula de Oliveira**, brasileiro, efetivo no cargo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, portador do RG Nº 1471324-1 SSP/MT e CPF: 994.655.151-91, no período de 08/02/2018 a 19/03/2018, referente ao exercício 2016 e 2017, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 20 de março de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 08 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA ESPECIAL Nº 031/2018

"Dispõe sobre a concessão do beneficio Salário- família em favor da servidora **Rosangela Gonçalves de Aguiar** e dá outras providências."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS GESTOR DO IMPAS– Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Planalto da Serra-MT uso de suas atribuições legais e nos termos da do Artigo 20 da Lei Municipal 2010/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário- família, a Sra. **Rosangela Gonçalves de Aguiar**, portadora do RG: 19935617SSP/MT e do CPF: 027.063.161-52, residente neste município, servidora efetiva no cargo de Auxiliar serviços gerais, lotada na secretária Municipal de Educação, devidamente matriculado, sob nº 553, referente à **Larissa Gonçalves Ribeiro** sua filha menor de 14(quatorze) anos, a partir de 16/02/2018 e com término em 24/10/2030, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º2018.09.00004P.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 16 de fevereiro de 2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

RG nº 04511594-8 SSP/RJ

CPF: 347.286.277-72

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA ESPECIAL Nº 030/2018

"Dispõe sobre a concessão do beneficio Salário- família em favor da servidora **Valdicelia Rodrigues de Camargo** e da outras providências."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do *Município de Planalto da Serra,* no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 art.201,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário- família, a Sra. **Valdicelia Rodrigues Camargo**, portadora do RG: 4582833 SSP/MT e do CPF: 003.414.141-31, residente neste município, servidora temporária no cargo de Auxiliar Agente Comunitário de Saúde, lotada na secretária Municipal de Saúde, devidamente matriculado, sob nº 1096, referente à **João Guilherme Camargo Campos Cândido** e **Lucas Rafael de Camargo Bittencourt** seus filhos menores de 14(quatorze) anos, a partir de 09/02/2018 e com término na rescisão do contrato da mesma.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 09 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

PORTARIA ESPECIAL Nº 029/2018

"Dispõe sobre a concessão do beneficio Salário- família em favor da servidora **ROSELI PONTES DOMINGUES** e dá outras providências.'

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do *Município de Planalto da Serra,* no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 art.201,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário- família, a Sra. **Roseli Pontes Domingues**, portadora do RG: 916511SSP/MT e do CPF: 014.554.161-42, residente neste município, servidora temporária no cargo de Auxiliar Agente Comunitário de Saúde, lotada na secretária Municipal de Saúde, referente à **Emanuelly Valentina Pontes Cândido** e **Rhander Pontes Domingues** seus filhos menores de 14(quatorze) anos, a partir de 09/02/2018 e com término na rescisão do contrato da mesma.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 09 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal Interino

PORTARIA ESPECIAL N°028/2018

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA N° 055/2017, REFERENTE A LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA **MARIA SILVA DE CAMPOS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito Municipal interino de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei.

RESOLVE:

Artigo 1º - REVOGAR, em todos os seus efeitos, a Portaria nº 055/2017, que concedeu licença prêmio a Servidora Municipal **MARIA SILVA DE CAMPOS**, efetiva no cargo de vigia, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social do Município de Planalto da Serra-MT.

Artigo.2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, em 08 de fevereiro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal Interino

PORTARIA N.º 033/2018.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO – DOENÇA A SERVIDORA **ELMA CRISTINA BATISTA FELICIANO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra **Elma Cristina Batista Feliciano** portadora do RG n.º 918892 SSP/MT e do CPF n.º. 873.593.321-68 servidora efetiva no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 16/02/2018 e término em 30/04/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º 2018.05.00002P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3°- Revogam se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Planalto da Serra-MT, 14 de fevereiro de 2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

RG nº 04511594-8 SSP/RJ

CPF: 347.286.277-72

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 032/2018.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO – DOENÇA A SERVIDORA **CLEDINETE DO CARMO MARQUES DE SOUZA."**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra **CLEDINETE DO CARMO MARQUES DE SOUZA** portadora do RG n.º 08823703 SSP/MT e do CPF n.º. 770.222.201-82, servidora efetiva no cargo de **TECNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 01/02/2018 e término em 30/03/2018, conforme processo administrativo do IMPAS, n.º 2018.05.00003P.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data retroativa de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Planalto da Serra-MT, 09 de fevereiro de 2018.

SALVADOR MASSAMI MIYASAK

Secretário Municipal de Administração, Economia e Finanças

RG nº 04511594-8 SSP/RJ

CPF: 347.286.277-72

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 01/2018**, do tipo menor preço por item

, cujo objeto é Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Limpeza, Manutenção de Ar Condicionado. Teve como vencedora a empresa: Cleonice Maria Pessatto de Lima Rocha 39075176287 inscrito no CNPJ: 23.262.351/0001-76 valor Total R$ 116.310,00;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº 02/2018**, do tipo menor preço por item

, cujo objeto é Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para Fornecimento de Gênero Alimentício (Leite Longa Vida). Teve como vencedora a empresa: Marinho e Cardoso e Cia LTDA – ME inscrita no CNPJ: 15962186/0001-37 valor Total R$ 47.494,05

Porto Alegre do Norte/MT, 16 de Fevereiro 2018.

Valdisson dos Santos Barbosa

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 08-2018

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 08-2018

OBJETO: serviços de mão de obra mecânica preventiva e corretiva de defeitos estruturais, mecânicos, elétricos e eletrônicos em máquinas, equipamentos e veículos, leves e pesados que compõe a frota municipal

CONTRATADA: **RETIFICA MIRASSOL BOMBAS INJETORAS LTDA – EPP CNPJ:18.396.422/0001-93**

VALIDADE: O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias para a execução e entrega dos serviços, a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, conforme interesse das partes.

VALOR: O valor global ajustado é de R$ 145.600,00 (cento e quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

WELINTON CESAR CARRERA CURRIEL

CPF: 923.742.981-91

FISCAL DO CONTRATO

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 02/2018

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de mateirais de higiene, kimpeza e materiais diversos, para atender as secretarias de saúde, educação e administração.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião - MT, no uso das suas atribuições e com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e dos itens 24.6 do Edital, e considerando que:

- em 19 e 20/02/18 foi realizada sessão para credenciamento e abertura dos envelopes de proposta de preços, restando suspensa para análise de dúvidas quanto ao local de entrega dos produtos a serem adjudicados;

- em 20/02/18 foi solicitado ao jurídico analise e emissão de parecer referente ao conflito de entendimento surgido durante a sessão pública do pregão supra mencionado;

- tal resultado do parecer jurídico, opina pela revogação do processo em questão, haja vista que as dúvidas emergidas poderiam torna o processo moroso, já que se fosse para uma disputa judicial, o mesmo poderia prolongar-se no tempo e causar o desabastecimento e a decorrente paralização das unidades e órgãos referidos ;

- Sabemos que, antes da homologação ou da adjudicação do objeto os concorrentes detêm somente expectativa de direito, o que não enseja a aplicação do contraditório, conforme os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - REVOGAÇÃO - CONTRADITÓRIO. 1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. 2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado. 3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido. 4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. 5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. 6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório. 7. Recurso ordinário não provido." (STJ - RMS 23.402/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 02/04/2008)

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 49, § 3º, DA LEI 8.666/93. 1. A autoridade administrativa pode revogar licitação em andamento, em fase de abertura das propostas, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. 2. É salutar que o sistema de comunicações possa ser executado de modo que facilite a concorrência entre empresas do setor e possibilite meios de expansão do desenvolvimento da região onde vai ser utilizado. 3. Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93. 4. Ato administrativo com a característica supramencionada é de natureza discricionária quanto ao momento da abertura de procedimento licitatório. 5. Só há aplicabilidade do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame. 6. Mandado de segurança denegado."(MS 7.017/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 18/12/2000, DJ 02/04/2001 p. 248);

- o item 24.6 do Edital instrumento estabelecem que: **"24.6 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação;**."grifo nosso.

RESOLVE, a bem do interesse público, **REVOGAR** o Pregão Presencial n.º 02/2018 – PMPE.

Publique-se. Intime-se.

Porto Esperidião, 21 de Fevereiro de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 014/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2018

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei 123/2006 e pelo Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATÉ 176 (cento e setenta e seis) DIAS LETIVOS.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 08/3/2018 A PARTIR DAS 08:00HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer download da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço disponível nomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 21 de fevereiro de 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2018

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento

dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 07/3/2018, A PARTIR DAS 08h30min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer download da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço disponível no mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 21 de fevereiro 2018.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal

CONTRATADO: AUTO POSTO BOLA SETE LTDA

CNPJ Nº.: 15.361.488/0001-50

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de combustível, (Diesel, Álcool e Gasolina) em caráter emergencial , para todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT.

VALOR: R**$ 57.235,00 (Cinquenta e Sete Mil, Duzentos e Trinta e Cinco Reais).**

VIGENCIA: 04.01.2018 a 05.03.2018.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 033/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA O SENHOR FÁBIO JUNIOR NEGRIS PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DO SETOR AGROPECUARIA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia o Senhor **FÁBIO JUNIOR NEGRIS** para o cargo de Diretor de Departamento do Setor Agropecuário, desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 15 de Fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 21 de Fevereiro de 2018.

REGISTRE-SE-

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2018

DISPENSA 07/2018

A Prefeitura Municipal de Reserva do CABAÇAL-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000 torna público que realizará no dia **12/03/2018 às 09h00min horas, a Chamada Pública do FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL/MT, CONFORME LEI 11.947/09 E RESOLUÇÃO FNDE Nº. 38 DE 16/07/2009.** Conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Os interessados poderão retirar o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, link Editais e Licitações gratuitamente.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal-MT, 15 de fevereiro de 2018.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA DE Nº 021/2018 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018

ONDE SE LE: Art. 1º - Exonerar a pedido O Servidor **JOSMAR JOSE MOREIRA** do cargo de Controlador Interno desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

PASSA A LER: Art. 1º - Exonerar a pedido O Servidor **JOSMAR JOSE MOREIRA** do cargo de **Técnico de Controle Inter**no desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

RESERVA DO CABAÇAL – MT, 21 DE FEVEREIRO 2018.

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
DECRETO N.º 61/2017.

APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT PARA O EXERCÍCIO DE 2018, CONFORME ANEXO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal Srº. Tarcísio Ferrari, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e objetivando a operacionalização do Sistema de Auditoria Interna do Município, no âmbito do Poder Executivo.

CONSIDERANDO, que o Sistema de Auditoria Interna é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64 Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município, e o Decreto nº 29/2014, de 09 de Julho de 2014, bem como as normas específicas do TCE/MT;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa SCI 02/2011, dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna e estabelece os padrões e procedimentos para a realização das auditorias internas;

CONSIDERANDO que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

CONSIDERANDO que as atividades de competência da Auditoria Interna do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo prováveis recomendações para o aprimoramento de tais controles;

CONSIDERANDO que o Manual de Auditoria Interna, o documento que orienta as normas para as Auditorias Internas, especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados.

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI é para execução no ano de 2018, visando atender aos dispositivos legais e regulamentares e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018, da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, conforme Anexo Único.

Caberá a equipe de Auditoria prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal-MT, 16 de Dezembro de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADE – PAAI/2018

SISTEMAS	ÀREA	PERÍODO ESTIMADO (dias úteis)	EQUIPE	DATA INICIAL	DATA FINAL
AUDITORIAS ENTRE OS MESES DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2018					
STR-Controle de frotas	Sec. Mun. Finanças	05 dias	UCI	06/02	12/02
STR-Sistema Financeiro Programa Aprimora-TCE-MT	Sec. Mun. de Finanças Dep. Tesouraria.	10 dias	UCI	19/02	01/03
Compras, Licitação e Contratos / aditivos.	Dep. de Compras	05 dias	UCI	07/05	14/05
.					
AUDITORIAS ENTRE OS MESES DE JULHO A NOVEMBRO DE 2018					
Logística de Medicamentos Programa Aprimora-TCE-MT	Sec.de Saúde	05 dias	UCI	02/07	09/07
Alimentação Escolar Programa Aprimora-TCE- MT	. Sec.Mun.de Educação	05 dias	UCI	06/08	13/08
SPA- Almoxarifado e Patrimônio	Setor de Patrimônio	05 dias	UCI	03/09	10/09
SCO- Contabilidade	Sec. de finanças	05 dias	UCI	08/10	15/10
MÊS DE DEZEMBRO					
PAAI - 2018	(Elaboração)	02 dias	Auditoria	10/12/2018	12/12/2018

Reserva do Cabaçal-MT, 16 de Dezembro de 2017.

Roseli Martins Ferreira

Auditor Público Interno

Port. nº 140/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 034/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"EXONERA A SENHORA DEOLIRA VALÉRIO DO NASCIMENTO DO CARGO DE COORDENADORA DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

TARCISIO FERARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a Senhora **DEOLIRA VALÉRIO DO NASCIMENTO** do cargo de Coordenadora de Programas e Projetos Educacionais desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 21 de Fevereiro de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 031/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"EXONERA O SENHOR ADÃO MARTINS DIAS DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DO SETOR AGROPECUARIA DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Senhor **ADÃO MARTINS DIAS** do cargo de Diretor de Departamento do Setor Agropecuário, desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 15 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 21 de fevereiro de 2018.

REGISTRE-SE-

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 032/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA O SENHOR ADÃO MARTINS DIASAO CARGO DE DIRETOR CHEFE DE DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR o Senhor ADÃO MARTINS DIAS ao cargo de Diretor de chefe de Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios, Contratos e Prestação de Contas desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 15 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 21 de Fevereiro de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA AO CONTRATO Nº 01/2018.

O Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso inscrito no C.N.P. J sob nº. 01.367.788/0001-31 com sede à Avenida Mato Grosso, nº. 221, neste ato representado por seu Prefeito, Excelentíssimo Sr. **TARCISIO FERRARI,** brasileiro, casado, residente a Avenida José Júlio de Lima, s/n portador da Cédula de Identidade RG nº. 648.139 SSP/MT, e no CPF nº. 567.672.001-82, doravante denominada de "**CONTRATANTE**"; e de outro lado a empresa: AUTO POSTO BOLA SETE LTDA **CNPJ 15.361. 488/0001-50,** com Sede na Rua Carlos Luz nº 947, Bairro **Centro** na cidade de Araputanga - MT, neste ato **representada pelo Senhor Denilson Piveta, portador do RG 0953193-9 SSP/MT e no CPF 630.207.501-72,** Doravante denominada "**CONTRATADA",** nos termos da Lei Federal nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993, tem como justos pactuados e contratados este ajuste conforme as cláusulas e condições seguintes: resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

1. Cláusula Primeira – Do prazo de vigência do Contrato

1.1 – O prazo de vigência do Contrato do fornecimento de material de Consumo no edital de licitação tipo Dispensa nº. 01/2018, previsto em sua cláusula nona, caput, fica prorrogado por mais 30 (Trinta) dias a contar de 05 de março 2018, de acordo com o previsto no Artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

2. Cláusula segunda – Das disposições Gerais

2.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, em Reserva do Cabaçal - MT, 20 de fevereiro de 2018.

Dr. Delair Teixeira de Alcântara.

Assessor Jurídico

OAB/MT Nº 15351

CONTRATADOCONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

AUTO POSTO BOLA SETE LTDA TARCÍSIO FERRARI

CNPJ: 15.361.488/0001-50 PREFEITO MUNICIPAL

RESPOSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 01/2018

Testemunhas:

Nome: Regiane Lucas dos Reis Nome: Lear Teixeira

CPF n.º: 036.603.601.71 CPF: nº:473.976.831-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

CONTABILIDADE
EDITAL 001.2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº001/2018

O SENHOR LUIZ CARLOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições em cumprimento ao artigo 31, § 3° da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, comunica que as Contas Anuais da Câmara Municipal de Rio Branco - MT, referente ao exercício financeiro de 2017, encontra-se a disposição a partir de 15/02/2018 pelo prazo de 60 (sessenta dias) para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

Rio Branco - MT, 15 de fevereiro de 2018.

_____

LUIZ CARLOS

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
DECRETO NO 1.405/GAB/PMR, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

PODER EXECUTIVO

Nomeia Comissão Especial destinada a realizar Processo Seletivo Simplificado Público destinado à contratação de pessoal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito o Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 89, inciso X, alínea "b" da Lei Orgânica, artigos 279 a 282 da Lei Complementar nº 3, de 17 de outubro de 2007 e o disposto na Lei nº 65, de 23 de Dezembro de 2002 e,

Considerando o teor do processo administrativo n.º 073/2018-SEMAD, de 16 de Fevereiro de 2018;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Especial destinada a realização Processo Seletivo Simplificado Público destinado a contratação de pessoal para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração mediante contratação temporária para atender excepcional interesse público, com a seguinte composição, sob a Presidência do primeiro:

I – Luiz Francisco da Silva;

II – Neidson Gomes Temponi;

III – Rosangela Miranda Carvalho.

Art. 2º - A Comissão deverá proceder, instruindo os autos, na forma prevista na legislação aplicável.

Art. 3º - Fica autorizado aoPresidente da Comissão proceder à requisição diretamente dos Secretários Municipais a disponibilização de qualquer meio necessário a garantir a execução do processo seletivo, inclusive à disponibilização de servidores.

Art. 4º - A Comissão deverá concluir os seus trabalhos no prazo de (30) trinta dias, podendo ser prorrogado mediante requisição ao Gabinete do Prefeito.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário.

Rondolândia – MT, 16 de Fevereiro de 2018.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
PARECER UNIFICADO 002/2017

PARECER UNIFICADO 002/2017

Aos cinco dias do mês de outubro de 2017, reuniram-se os membros da Comissão Pró-Família para análise e aprovação dos beneficiários considerando a Instrução Normativa SETAS Nº. 001 de Maio de 2017, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para execução da Lei Estadual Nº 10.523 de 17 de Março de 2017, que cria o programa Pró-Família; atestamos que as famílias abaixo relacionadas atendem os critérios de elegibilidade e condicionalidades do Programa, encaminhamos, para análise, validação e publicação em veículo oficial.

Relação das famílias:

Nº	NOMES DAS FAMÍLIAS INDEFERIDAS	CPF
001	LUCIENE ELIETH DA S. MATOS	791.413.311-68
002	NEUZA FRANCISCA DE SANTANA	459.334.801-34
003	CATARINA F. DE ALMEIDA	459.318.601-34
004	ROSINEIA DA SILVA	063.284.791-31
005	MARINALVA JOSE DA SILVA	053.713.621-50
006	ERICA M. DA S. RODRIGUES	030.769.761-41
007	ALTINO ZATAR DA SILVA	019.939.111-46
008	ELZA ISABEL DA SILVA	741.254.001-72
010	NATALINA MORAES DA SILVA	166.299.780-06
011	EMILIA LEMES GONÇALVES	947.332.441-34
012	ELIANE RODRIGUES SANTANA	045.005.981-05
013	EVININ MORAES DA SILVA	062.187.791-30
014	MARCIA JUSTINA DA SILVA	029.017.801-05
015	BIONDA APARECIDA JESUS DA GUIA	161.346.340-35
016	MARINALVA GUIA MARTINS DOS SANTOS	033.936.931-07
017	REGIANE DAMASCENO DA SILVA (FAMÍLIA CORRIGIDA)	049.968.651-99
Nº	**NOMES DAS FAMÍLIAS DEFERIDAS**	**CPF**
001	CLAUDILENE FERREIRA DE MORAES	058.810.011-09
002	EVELLYN FRANCISCA DE AMORIM	056.750.561-81
003	FRANCISCO NETO DE ALMEIDA	496.852.871-04
004	JULIANA SORENSEN DA SILVA	012.749.501-04
005	LEIR DOS SANTOS ASSUNÇÃO	011.969.691-23
006	MARIELY VENTURA GOMES	053.440.211-94
007	SONIA SILVA RIBEIRO	020.842.701-54
008	CIRLEIA APARECIDA DE ALMEIDA	023.484.041-25
010	GLACIELE MARQUES SOARES	028.071.341-06
011	ALESSANDRA APARECIDA NUNES DE SIQUEIRA	041.457.771-07
012	JOSCILENE MARIA DA SILVA	031.679.191-16
013	MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	005.271.311-30
014	ELLEN CRISTINE DE SA BRITO	063.546.471-35
015	MARIA ACELINA DE ALMEIDA	029.237.021-07
016	LEA ROSA DE JESUS	028.726.281-26
017	REGIANE DAMASCENO DA SILVA	049.968.651-99

Rosário Oeste MT, 05 de Outubro de 2017.

_____ _____

JUSCÉLIA MEDEIROS DE SOUSA ELINALVA ALVES COUTO

PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR SECRETÁRIA DO COMITÊ

_____ _____

JOSUEL LUCIANO DE MORAES THALITA HELENA PEIXOTO PERON

MEMBRO DO COMITÊ GESTOR MEMBRO DO COMITÊ GESTOR

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2018

DO OBJETO: : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ECT – NA FORMA AUTORIZADA PELA ECT: CARTA SIMPLES, E REGISTRADAS, ENCOMENDAS AEROGRAMAS E OUTROS SERVIÇOS BÁSICOS CONFORME NECESSIDADE DA COMUNIDADE DO MARZAGÃO NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, conforme o convenio firmado com a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, bem como todas as normas regulamentadoras as normas regulamentadoras

CONTRATO Nº 033/2018

PRAZO:31 de Julho de 2018.

Prestação de Serviços

VALOR R$ **$ 5.622,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais)**.

FELIPE MATEUS DE BONFIM

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT 07 DE FEVEREIRO DE 2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2018

OBJETO: DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA, CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

CONTRATO Nº 032/2018

PRAZO:1 de Dezembro de 2018.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 001/2018:

VALOR R$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

*Empresa:**WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS – ME**,*

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT 07 DE FEVEREIRO DE 2018

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 25/2018 BENEFÍCIO APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PORTARIA N.º 25/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Edna Aparecida Alves Santos."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c no art. 80, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº. 975 de 15 de abril de 2004, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rosário Oeste/MT, Lei Municipal nº 1243/2011 que dispõe sobre reestruturação do PCCS dos Profissionais Básicos da Educação do Município; e Lei Municipal n° 1. 443 de 18 de março de 2016 que dispõe sobre a aplicação do piso salarial aos professores e servidores profissionalizados da rede municipal de educação do Município;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora Sra. **EDNA APARECIDA ALVES SANTOS**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0576577-3 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 427.784.501-06, servidora Efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "10", com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, devidamente matriculada sob nº 77, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contando com 29 (vinte e nove) anos e 08 (oito) dias de tempo de contribuição, exclusivos na função de magistério, **com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo,** conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º **2018.04.00008P,** a partir de **02/02/2018,** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rosário Oeste - MT, 20 de Fevereiro de 2018.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PARECER UNIFICADO

PARECER UNIFICADO
Considerando a Instrução Normativa SETAS Nº. 001 de Maio de 2017, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para execução da Lei Estadual Nº 10.523 de 17 de Março de 2017, que cria o programa Pró-Família; atestamos que as famílias abaixo relacionadas atendem os critérios de elegibilidade e condicionalidades do Programa, encaminhamos, para análise, validação e publicação em veículo oficial.

RELAÇÃO DAS FAMILIAS	CPF
1. ADAIL MARIA DA SILVA	02760331164
2. ADELAIDE NATALINA MARTINS	000.417.151-95
3. ADELIA DIOGA DA GUIA RONDON	02348408112
4. ADRIANA DA ROSA	459.461.201-20
5. ADRIANA JOAQUINA PEREIRA	02438609192
6. ADRIANE MERCE DE SOUZA	045.783.631-80
7. ADRIELE SEBASTIANA DA SILVA	04134902118
8. AERIKA APARECIDA DA SILVA	010.338.361-17
9. ALAIDE SOARES PINTO	01474704123
10. ALANA DA SILVA ROCHA	39360350168
11. ALCINA BARBOSA RIBEIRO	018.154.261-79
12. ALCINDO DOS SANTOS	26752239134
13. ALESSANDRA APARECIDA NUNES SIQUEIRA	04145777107
14. ALESSANDRA PEREIRA DOS SANTOS	73777773115
15. ALEXANDRA MARIA DE SOUZA	96489456168
16. ANA MARIA DA SILVA	005.681.031-81
17. ANA MARIA PEREIRA DE ARAUJO	054.193.371-00
18. ANA PAULA APARECIDA DA CRUZ	03846777110
19. ANA ROSA ALDAIA	007.366.241-04
20. ANGELICA DA SILVA BRITO	060.967.141-37
21. ANI CAROLINE P. RODRIGUES	071.556.630-79
22. ANTONIO FILHO DE ASSIS	17158575187
23. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA	939.879.001-72
24. ANTONIO LUZIO DIAS	047.048.281-82
25. ANTONIO NUNES MENDES	327.715.509-97
26. APARECIDA EVA DE A. COSTA	045.691.311-40
27. ARIELLE DOS SANTOS CORREA	04656742163
28. ARLETE LEMES DE OLIVEIRA	06848756679
29. AZELINA ADELIA DA SILVA	03098393190
30. AZENEIDE PEDROZA DE BARROS	050.044.091-37
31. BENEDITA ANTONIA DA COSTA	747.293.061-04
32. BENEDITA DA SILVA RONDON	82590630182
33. BENEDITA FLORENTINA DA SILVA	73899836120
34. BENEDITA VITAL DE O. E SILVA	779.908.541-04
35. BENEDITO DOMINGOS DA SILVA	65225325149
36. BETANIA C. I DA SILVA	044.399.361-05
37. BRUNA DA S. L. NASCIMENTO	045.261.501-18
38. CARLA CRISTINE SAVOINE	024.590.711-40
39. CASSIONIRA MARIA DA SILVA	02186549107
40. CEZARINA DOS SANTOS BONDESPACHO	65508947191
41. CILENE ANTONIA DA SILVA	02908294109
42. CIRLEIA APARECIDA DE ALMEIDA	02348404125
43. CLAUDILENE FERREIRA DE MORAES	058.810.011-09
44. CLEIDE MARIA NUNES DE SOUZA	06920670194
45. CLEISIANE DELUQUE DA SILVA	04442622108
46. CLEUZA VANCHESKI RITA MACHADO	67607071920
47. CREUSA ROSA DE O. SILVA	021.370.611-39
48. CRISTYELLE MENDES CORREA	035.779.141-06
49. DAIZE AP DA SILVA ARRUDA	062.834.721-92
50. DAYANE BRITO DE OLIVEIRA	018.592.491-32
51. DEBORA PEREIRA	001.424.441-11
52. DELZINHA DE ARRUDA CHAVES	50221396187
53. DEVANIRA MARIA DA COSTA	02925626165
54. DIANA REGINA FERREIRA DE ALMEIDA	05996246120
55. DIVINA BRANDINA DE ALMEIDA	015.778.031-75
56. DOMINGA SATURNINA SANTANA	022.292.061-09
57. DOMINGAS DA PAIXAO CAMPOS	1.463.779.151
58. DONATA MARIA DA SILVA ALMEIDA	45931739149

59. DULCE MIGUEL SANTANA DA SILVA	02940101140
60. DULCELI A. G. PORTILHO	445.285.401-00
61. DULCINEIA DA SILVA FIGUEIREDO	70316158100
62. EDILEUZA DE ALMEIDA	05266506130
63. EDINETE DAS NEVES	04995622160
64. EDINETE MARIA DE OLIVEIRA	02972782107
65. EDNA DE CAMPOS DE ALMEIDA	765.343.671-49
66. EDNA SUZANA DA S. RODRIGUES	021.375.101-11
67. EDNALVA MARIA DA SILVA	03656848130
68. EDNEIA DA SILVA	00640040152
69. ELEN KENIA SOARES SILVA	01599324164
70. ELIANE ANTONIA LEGE	05316866126
71. ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	03698627167
72. ELIAS SANTANA DA SILVA	502.278.401-78
73. ELIETE SIGARINE	867.569.151-34
74. ELISANGELA MONTEIRO	407.840.288-77
75. ELIZABETE ANTONIA DE ALMEIDA	040.473.001-95
76. ELIZABETH RODRIGUES DE SOUZA	01782323198
77. ELIZANGELA DE SOUZA	752.073.971-68
78. ELIZANGELA RODRIGES COSSETIN	051.658.931-89
79. ELIZELIA RODRIGUES MOREIRA	029.822.131-41
80. ELIZETE DE SOUZA	025.892.991-09
81. ELLEN CRISTINE DE SA BRITO	06354647135
82. EUCLIDES ASSUNÇÃO DOS SANTOS	10748717153
83. EUNICE ANTONIA DA SILVA	03226368176
84. EUZIRIA MARIA DA SILVA	327.449.271-04
85. EVA ANTONIA LEGE	04221864141
86. EVA CARLOS DA SILVA	02533609196
87. EVA SOUZA DAS NEVES	78675316100
88. EVELLYN BRIZOLA DOS SANTOS	70367286122
89. EVELLYN FRANCISCA DE AMORIM	056.750.561-81
90. EVINEY DOMINGAS BATISTA DA SILVA	85528846109
91. FABIANA NERIS DA SILVA	03707065103
92. FATIMA AVELINA DE ARRUDA	00861068130
93. FATIMA MARIA DOS SANTOS	014.979.671-47
94. FAUSTINA SOUZA DA SILVA	00190093137
95. FERNANDA REGINA DE FRANÇA	04107017184
96. FLÁVIA NERIS DA SILVA	03208849109
97. FRANCISCA PEREIRA DA COSTA	030.360.551-00
98. FRANCISCO NETO DE ALMEIDA	496.852.871-04
99. FRANCISCO PEREIRA DA COSTA	20525192115
100. GABRIELA L. P. BRITO	045.782.211-21
101. GEDIANE RODRIGUES DOS SANTOS	070.342.761-02
102. GENIANE COWASKI AUGUSTO	700.327.681-09
103. GICELMA AVELINA DE ALMEIDA	02692806182
104. GIZELE MARTINS DE SANTANA	05304025130
105. GLACIELE MARQUES SOARES	02807134106
106. GLORINHA VERONICA DE ARRUDA	01357991126
107. HELENA CRISTINA DOS SANTOS	00767714156
108. HILDA JUSTINA DE L. BARROS	780.203.441-87
109. ILDA RODRIGUES CORINGA	545.127.351-00
110. INENE JONAS DA COSTA	033.268.131-98
111. IRENY TOMAIS DE OLIVEIRA	522.887.651-00
112. JESSICA DAIANE DE OLIVEIRA	057.524.821-09
113. JESSICA GADANHO DE O. PINTO	465.179.428-90
114. JOEL AVELINO DA SILVA	40538605120
115. JOSCILENE MARIA DA SILVA	03167919116
116. JOSE CAMILO RIBAS	043.432.008-09
117. JOSEFINA GUIA DE SOUZA	01357958188
118. JOSEFINA RAMOS DOS SANTOS TOLEDO	95392874134
119. JOSELINA BEZERRA DA SILVA	025.466.131-97
120. JOSINETE DE A.FERREIRA	721.045.111-00
121. JUCÉLIA DOMINGAS DA SILVA	16198320341
122. JUCIENE APARECIDA DA SILVA	034.952.611-76
123. JUCILEI SILVINO DE SOUZA	09874489127
124. JUCILENE MARIA DE A. COSTA	030.246.501-48
125. JUCILENE SOUZA DE ARRUDA	065.518.281-00
126. JULIANA PIRES DE CAMARGO	99220458187
127. JULIANA SORENSEN DA SILVA	012.749.501-04
128. JUNEMARY QUEIROZ FERNANDES COSTA	06095881170
129. JUSCILENE GONÇALVES DA SILVA	02895557101
130. JUSSARA SIMAO DE ALMEIDA	01396908161
131. KELEN CRISCIA DOS SANTOS REGINALDO	04201864170
132. LAURENIL VICUNA DE ALMEIDA	977.960.501-00
133. LAURIENE MARIENE DENIZ	067.584.611-06
134. LEA ROSA DE JESUS	02872628126
135. LEANDRO SILVA CAMPOS	178.630.821-53
136. LEIDIANE DANIELLEI DE ALMEIDA	04287079124
137. LEIR DOS SANTOS ASSUNÇÃO	011.969.691-23
138. LENICE D. DE ALMEIDA	014.979.751-66
139. LIETE MARIA DA SILVA	031.593.731-93
140. LOURDES MARIA DA SILVA	00861104110
141. LUCIA Mª CHAGAS GALDINO	473.396.101-91
142. LUCIAMARA FERREIRA DE GODOIS	03713119180
143. LUCIANA DA SILVA ALMEIDA FERREIRA	00782218113
144. LUCIANA DE OLIVEIRA	060.155.031-57
145. LUCILA ALVES NUNES	01097626148
146. LUCILENE SOUZA LEITE	044.080.791-38
147. LUCIMARA DE MATOS	04118011123
148. LUCIMARA MARIA DE ALMEIDA	049.051.691-27
149. LUCIMARA R. JERONIMO	022.233.511-40
150. LUCYNEIDE MARIA DE ALMEIDA	053.530.981-37
151. LURDES MARIA DE ALMEIDA	04751977121
152. LUZIA CATARINA DA SILVA	016.809.014-43
153. LUZIA MARIA C. DO ESPIRITO SANTO	050.593.391-81
154. LUZINETE ROSA DOS SANTOS	346.159.701-53
155. MARCIA MARA DE ALMEIDA	04048799185
156. MARCIO FERREIRA DA COSTA	205.020.101-00
157. MARCOS JOSE DA SILVA	908.876.541-34
158. MARGARIDA CLAUDIA FERREIRA DE SOUZA	00568109112
159. MARIA ACELINA DE ALMEIDA	02923702107
160. MARIA APARECIDA A. DA SILVA	003.674.341-05
161. MARIA APARECIDA MAGALHÃES DE SOUZA	00448896150
162. MARIA BENEFRIDA RODRIGUES	014.942.961-44
163. MARIA CAROLINA DE ARRUDA	034.794.191-51
164. MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	00527131130
165. MARIA CRISTINA SANTANA DA SILVA	03568073129
166. MARIA DE FÁTIMA LEMES	02932546139
167. MARIA DOMINGAS DA SILVA	01808899156
168. MARIA FERREIRA DE TOLEDO	40534510191
169. MARIA GUIA CRUZ SILVA	054.263.191-11
170. MARIA JOANICE DE ALMEIDA	01072034131
171. MARIA JOSE BRASILINA DE CAMPOS	16506609282
172. MARIA JOSE R. DA CRUZ	537.783.591-34
173. MARIA JOSE SOARES SANTOS	005.130.931-92
174. MARIA LIVINA DE FIGUEIREDO	49686755187
175. MARIA MARGARETH PALOMA DIAS DE ALMEIDA	01364161109
176. MARIA MERCY PEREIRA	00565459163
177. MARIA TEREZA S. DOS SANTOS	007.333.311-57
178. MARIELY VENTURA GOMES	053.440.211-94
179. MARILDA Mª DA SILVA	047.742.491-06
180. MARINA MARIA DA SILVA	04100004184
181. MARINA MARIA DA SILVA	49672061153
182. MARINA PAULINA DA SILVA LEITE	01148640126
183. MARIZA MARQUES DA SILVA	819.861.141-04
184. MARLY PEREIRA DA GUIA	009.996.821-56
185. MARLY V. DOS S. RIBEIRO	621.980.921-15
186. MARTINHA PIEDADE CHAVIER	00861039114
187. MAURICIA Mª SANTANA	020.514.831-08
188. MAURIZE MIRANDA CANAVARROS	033.208.101-03
189. MAYSA RAFAELA RODRIGUES SILVA	05036520165
190. MIGUELINA MARIA DOS SANTOS PANTALHÃO	40538540168
191. MILENTINA CAMPOS DENIZ	038.281.161-59
192. MILITINA DE SANTANA	86281003187
193. MIRIAN FERREIRA NUNES	07262793152
194. NATIL LUIZ DE FRANÇA	926.890.431-49
195. NATIVE JOSÉ GOMES	40534936172
196. NEIRIANE APARECIDA DE SANTANA	040.954.373-38
197. NELE NERES DA SILVA	007.934.231-04
198. NEUZA ODILIA DE MORAES	031.393.841-57
199. NEUZAMARIA NOBRES	00288221109
200. NILCE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	02686598182
201. NILZA MARIA CORREA	12768598404
202. PATRICIA C. P. ROCHA	967.636.392-87
203. PATRICIA SOUZA PENHA	04053946166
204. PAULINA DA GUIA VERA	918.973.781-49
205. PAULINA DE ARRUDA	02669426107
206. PAULO DE ALMEIDA	89922395134
207. PEDRO ALVES DA SILVA	385.500.241-04
208. PEDRO PAULO DE ARRUDA	405.298.781-00
209. PEDROSA DOMIGAS DA SILVA	229.576.691-53
210. QUERINO JOSÉ DA SILVA	03574195109
211. REGIANE DAMASCENO DA SILVA	04996865199
212. REGINALDA DA S. LIMA	292.655.925-91
213. RENATO JOSE DE S. CRUZ	545.971.451 -68
214. RENATO MARQUES DA SILVA	18195385168

215. ROBSON DE OLIVEIRA	024.500.821-74
216. ROSANA JANAINA DA CUNHA	008.808.161-39
217. ROSELINA BATISTA DA CONCEIÇÃO	1054464162
218. ROSELY MATEUS F. CRUZ	500.545.621-04
219. ROSEVAYNE APARECIDA DA SILVA	02235282180
220. ROZINETE DOS SANTOS MIRANDA	010.834.521-18
221. RUFINA JACINTA DOS SANTOS ALMEIDA	03162506190
222. SABINA NUNES DA SILVA	229.625.901-44
223. SANDRA FELIPE CAVALCANTE	963.592.001-63
224. SANDRA PEREIRA DOS SANTOS	98133730163
225. SEBASTIANA B. F. DA CRUZ	878.643391-15
226. SEBASTIANA ONOFRE G. DENIZ	005.616.061-40
227. SILBENE MARIA DO ESPIRITO SANTO MATOS	02151265137
228. SIRLENE FRANCISCA DOS S. AMANCIO	607.967.311-87
229. SIRLENE R. C. MACHADO	021.372.181-35
230. SIRLEY DIAS DA CRUZ	513.527.961-04
231. SONIA SILVA RIBEIRO	020.842.701-54
232. SUELI APARECIDA GOMES	19047495268
233. SUELLEN IZABEL DA SILVA	03022241143
234. SUELY APARECIDA DA SILVA	01460905199
235. SUELY DA S. OLIVEIRA CRUZ	027.434.431-97
236. SUELY GONÇALVES DAVIS	13222403405
237. TANIA DA SILVA MARQUES	03809198188
238. TEREZINHA CLEMENTINA DA SILVA	17265061187
239. TEREZINHA MARIA DA CRUZ	04236549182
240. TEREZINHA S. DE O. PAES	953.043.391-34
241. THAIZA CAROLINE DA SILVA MACEDO	048.527.651-89
242. VALDENI Mª DA S. LIMA	502.643.461-49
243. VALDETE APARECIDA DE MESSIAS	03672918199
244. VALDETE DE OLIVEIRA GOS	02048573177
245. VANDA Mª DA ANUNCIAÇAO	027.061.851-12
246. VANDERLEIA LEMES DA SILVA	05611192106
247. VANDERLI SALVADOR AGUIAR	03814626176
248. VANESSA DA SILVA CAMPOS	00411716167
249. VANUZA DE SOUZA	05344061145
250. VENINA FELIMNINA DE AMEIDA	834.589.481-04
251. VERA LUCIA DE A. ALVES	486.761.141-15
252. VITORINO DA SILVA	739.139.441-68
253. ZENAIDE RODRIGUES DA PAIVA	056.397.831-76
254. ZILDA DA SILVA	992.635.301-06
255. ZITA VITORINA DE SOUZA	056.777..751-00
256. ZULMIRA SIMONE M. DE ALMEIDA	039.982.141-43

Diante do exposto, ficam validadas as 256 famílias pelo Comitê Gestor ao Programa Social Estadual “Pró- Família”.

Rosário Oeste, 01 de Agosto de 2017.

Talitha Helena Peixoto Peron

Gilson Nei Xavier

Ednalva Nunes Pereira Muller

Elinalva Alves do Couto

Juscélia Medeiros de Sousa

Josuel Luciano de Moraes

Heloisa Talarico Jacob Braga

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2018

OBJETO:é **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ESPECIAIS, LEITE DESNATADO A DISTRIBUIÇÃO PARA PACIENTES CARENTES EM SITUAÇÃO VULNERAVEL ATENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE**, conforme descrição constante no Anexo I.

CONTRATO Nº 031/2018

PRAZO:31 de Dezembro de 2018.

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 093/2017 – SORRISO / MT,

VALOR R$ **40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS),**

Empresa: ***NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME***

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT 15 DE FEVEREIRO DE 2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2018

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA, ORGANIZAÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS, ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS COM DOS ÓRGÃOS FEDERAIS EM BRASÍLIA/DF DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

CONTRATO Nº 030/2018

PRAZO:31 de Dezembro de 2018.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

VALOR R$ 16.500,00 (Dezesseis mil e Quinhentos reais).

Empresa: IMPERIAL CONSULTORIA, TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO EIRELI,

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT 15 DE FEVEREIRO DE 2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2018

OBJETO: CONTRATO tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INSTALAÇÃO DE PONTOS DE INTERNET VIA RADIO PARA ATENDER AS NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT, tendo como finalidade atender as secretaria do município de Rosário Oeste.

CONTRATO Nº 029/2018

PRAZO:31 de Dezembro de 2018.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

VALOR R$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais)

RONIE CESAR FELIX DAS NEVES-ME,

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT 15 DE FEVEREIRO DE 2018

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2018

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRADOR DA WEB SITE www.rosariooeste.mt.gov.br , SUPORTE TÉCNICO, ATENDIMENTO, ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS DE E-MAIL, LOCAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRADOR, ALTERAÇÃO DE VISUAL E DE DADOS SEMPRE QUE NECESSÁRIO, E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIA E SIC.

CONTRATO Nº 028/2018

PRAZO:31 de Dezembro de 2018.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

VALOR R$ 7.800,00 (Sete mil e Oitocentos reais).

GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA-ME

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT 15 DE FEVEREIRO DE 2018

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

A Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, através do PREGOEIRA, torna público, que no Pregão Presencial nº. 002/2018, com o objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MERENDA ESCOLAR (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS) PARA ATENDER A REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.Obteve o seguinte resultados empresa: CARLOS DALMOLIN E CIA LTDA - ME o valor total de R$ 101.987,50 (Cento e Um mil Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos, a empresa SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA - ME o valor total de R$ 210.325,20. O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Otavio Costa, Bairro Santo Antonio, S/n, neste município de Rosário Oeste/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Rosário Oeste - MT, 19 de Fevereiro de 2018.

DELMA BOTELHO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2017 – Seleção de MELHOR PROPOSTA objetivandoa **"REFORMA e AMPLIAÇÃO do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no município de Salto do Céu – MT",** conforme Memorial Descritivo, Projeto Básico, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e Minuta de Contrato em anexo. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE CONTRATO ao Contrato 039/2017, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: MIRASSOL CONSTRUTORA EIRELI-ME CNPJ: 27.885.794/0001-74.** Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **"Contratação de Empresa para prestar serviços de anúncios e divulgação de matérias, propaganda dos pontos turísticos e eventos realizados no Município de Salto do Céu – MT, em Jornal da região e site de divulgação**. A contratação se fará pelo período de **Fevereiro/2018 à 31/12/2018;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 007/2018**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 06.005.13.392.2048.33.90.39.662; f) Valor: VALOR: R$ 10.890,00 (dez mil, oitocentos e noventa reais); g) Contratada: D.D. ANDRE – ME CNPJ: 27.152.383/0001-70; h) Autorização: em 09/02/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 20/02/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PORTARIA Nº 046/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

SÚMULA: REESTRUTURA E NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei,e;

Considerando o disposto da Lei municipal complementar nº 048/2015 de 16 de Maio de 2013 e o Decreto nº 55/2015 de 31 de Julho de 2015.

Resolve,

Art. 1º - Fica o Comitê de Investimentos do Santa Rita Previ, composto como titulares e suplentes os membros abaixo mencionados:

ü Represente do Poder Executivo

Rogério Aparecido de Araujo

ü Representante do Poder Legislativo

Edson Luiz Ludwig

ü O Gestor de Investimento membro nato

Clovis Heusner

Art. 2º - O Comitê de investimentos do Santa Rita Previ, terá mandato por três anos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0122/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre, publique-se, cumpra-se.

PREVIDENCIA
ANEXO 12- DESPESAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Exercício de 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.191.615,00	1.191.615,00	424.608,91	422.033,74	419.835,56	35,63	767.006,09
DESPESAS CORRENTES	724.000,00	724.000,00	421.178,91	418.603,74	416.405,56	58,17	302.821,09
Pessoal e Encargos Sociais	612.000,00	615.200,00	353.007,36	353.007,36	353.007,36	57,38	262.192,64
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	112.000,00	108.800,00	68.171,55	65.596,38	63.398,20	62,65	40.628,45
DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	3.430,00	3.430,00	3.430,00	68,60	1.570,00
Investimentos	5.000,00	5.000,00	3.430,00	3.430,00	3.430,00	68,60	1.570,00
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	273.915,00	273.915,00					273.915,00
RESERVA DO RPPS	188.700,00	188.700,00					188.700,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	8.385,00	8.385,00					8.385,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	1.200.000,00	1.200.000,00	424.608,91	422.033,74	419.835,56	35,38	775.391,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.200.000,00	1.200.000,00	424.608,91	422.033,74	419.835,56	35,38	775.391,09
SUPERÁVIT (XIII)			486.839,26				-486.839,26
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.200.000,00	1.200.000,00	911.448,17	422.033,74	419.835,56	75,95	288.551,83

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)	8.385,00	8.385,00					8.385,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.385,00	8.385,00					8.385,00
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL (II)							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	8.385,00	8.385,00					8.385,00
SUPERÁVIT (IV)	580.155,00	580.155,00	549.913,57	549.913,57		94,78	30.241,43
TOTAL (V) = (III + IV)	588.540,00	588.540,00	549.913,57	549.913,57		93,43	38.626,43

Emissão: 05/02/2018 19:05:20

Página 1

Homologado

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**26.622.421,16**	**27.616.915,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.650.991,03**	**2.231.340,63**
IMPOSTOS	1.471.414,79	2.005.865,14
TAXAS	150.914,27	194.815,10
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	28.661,97	30.660,39
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**203.373,65**	**188.395,42**
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	203.373,65	188.395,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**240.526,85**	**288.681,15**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	60.434,74	59.403,89
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	180.092,11	229.277,26
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**24.339.872,12**	**24.633.696,92**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	92.809,62	22.543,99
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	24.247.062,50	24.584.713,26
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		26.439,67
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**143.746,08**	**274.800,88**
GANHOS COM ALIENACAO		3.960,00
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	143.746,08	258.000,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		12.840,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**43.911,43**	
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	43.911,43	

Emissão: 08/02/2018 14:14:17 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**24.464.280,72**	**24.261.267,36**
PESSOAL E ENCARGOS	**9.284.931,02**	**10.905.378,64**
REMUNERACAO A PESSOAL	8.039.675,35	9.455.492,33
ENCARGOS PATRONAIS	1.245.255,67	1.449.886,31
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**11.456,35**	**16.682,97**
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	11.456,35	16.682,97
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**9.497.262,07**	**8.186.332,18**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.875.012,22	3.499.595,61
SERVICOS	5.599.151,50	4.641.889,30
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.023.098,35	44.847,27
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**4.838.882,78**	**4.600.486,59**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.273.000,00	1.100.000,04
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	3.332.667,78	3.297.526,11
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	233.215,00	
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		202.960,44
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**73.853,53**	**73.749,88**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	19,34	2.529,29
PERDAS COM ALIENACAO		55.213,16
PERDAS INVOLUNTARIAS	26.166,13	7.373,86
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	47.668,06	8.633,57
TRIBUTÁRIAS	**212.110,58**	**224.090,99**
CONTRIBUICOES	212.110,58	224.090,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**545.784,39**	**254.546,11**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	545.784,39	254.546,11
Resultado Patrimonial do Período	**2.158.140,44**	**3.355.647,64**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	2.582.058,91	2.784.014,93
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		43.400,00

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CRC MT 17.281/O-8

MARLENE CORREA CARNELOCCI
SEC. DE FINANCAS

EGON HOEPERS
PREFEITO MUNICIPAL

Emissão: 08/02/2018 14:14:17 Página 3

Homologado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE RGF 2017

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inc. I, do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), faz saber os munícipes, que a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato realizará Audiência Pública para apresentação e avalia-

ção das metas fiscais – RGF relativo ao 3º Quadrimestre de 2017, no seguinte local, data e horário:

Local: Auditório do Centro Municipal de Eventos, situada na Avenida 28 de Dezembro, Bairro: Centro, Santa Rita do Trivelato, MT.

Data: 27 de Fevereiro de 2018.

Horário: 15h00min.

Assim, todos ficam devidamente convocados para, querendo, participar desta Audiência Pública.

Santa Rita do Trivelato – MT, 20 de Fevereiro de 2018.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

BALANÇO PATRIMONIAL

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2017

Data de emissão: 12/02/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	**2.703.402,59**	**2.654.248,90**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.652.379,84	2.654.248,90
ESTOQUES	51.022,75	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**16.804.763,23**	**14.012.275,37**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.234.510,48	1.169.820,27
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	1.234.510,48	1.169.820,27
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	1.282.178,54	1.169.820,27
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-47.668,06	
IMOBILIZADO	15.570.252,75	12.842.455,10
BENS MOVEIS	5.984.174,79	5.041.448,49
BENS IMOVEIS	10.213.821,20	8.435.455,77
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-627.743,24	-634.449,16
TOTAL	**19.508.165,82**	**16.666.524,27**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	**179.184,76**	**374.900,45**
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	61.098,63	23.166,94
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	38.436,44	278.414,33
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	11.524,35	12.045,65
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	68.125,34	61.273,53
PATRIMÔNIO LIQUIDO		
TOTAL DO PASSIVO	**179.184,76**	**374.900,45**

PATRIMÔNIO LIQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RESULTADOS ACUMULADOS	19.328.981,06	16.291.623,82
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.037.492,71	
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.291.623,82	16.301.543,02
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-135,47	-9.919,20
TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**19.328.981,06**	**16.291.623,82**
TOTAL	**19.508.165,82**	**16.666.524,27**

ATIVO FINANCEIRO	**2.652.379,84**	**2.654.248,90**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**727.208,91**	**386.116,81**
ATIVO PERMANENTE	**15.621.275,50**	**12.842.455,10**	**PASSIVO PERMANENTE**		
SALDO PATRIMONIAL				**17.546.446,43**	**15.110.587,19**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Ativos	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO Saldo dos Atos Potenciais Passivos	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.843.023,15	5.030.275,90
			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	210.075,45	
TOTAL			**TOTAL**	**4.053.098,60**	**5.030.275,90**

Emissão: 12/02/2018 17:37:42 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2017

Data de emissão: 12/02/2018

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2016
ORDINÁRIA		
100000000 - Recursos Ordinarios	585.079,84	852.735,96
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	56.178,48	150,07
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	136.146,83	152,42
116000000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	102,87	
117000000 - Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	28.661,97	
124000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	58.452,04	-45.677,13
129000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS	212.867,38	45.699,27
130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	225.492,99	
300000000 - Recursos Ordinarios	-24.960,00	
301000000 - Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao		35,19
314000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	-23.063,76	288.690,41
315000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE		120.032,75
318000000 - Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remuneracao dos profissionais do Magisterio em efetivo exer		36.326,48
322000000 - Transferencias de Convenios - Educacao		66.806,19
324000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)		350.480,90
329000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		79.768,00
VINCULADA		
114000000 - Transferencia de Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS - Uniao	342.789,49	239.040,51
115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	48.243,53	149.967,61
118000000 - Transferências do FUNDEB 60%	69.449,51	52.635,31
119000000 - Transferências do FUNDEB 40%	103.705,23	
122000000 - Transferências de Convênios - Educação	23.123,58	31.288,15
142000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	82.900,95	
TOTAL	**1.925.170,93**	**2.268.132,09**

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2017

Data de emissão: 12/02/2018

*Nota Explicativa: O saldo anterior do ativo permanente no valor de R$ 12.842.455,10 (+) as aquisições dos bens moveis no valor de R$ 803.693,48 (+) as obras em andamento liquidadas em 2017 no valor de R$ 1.634.875,05 (+) as aquisições de imoveis no valor de R$ 143.490,38 diminuindo (-) as baixas de bens moveis no valor de R$ 26.166,13 (-) as desvalorização de Bens no valor de R$ 19,34 apura-se o valor Contabil dos bens moveis e imoveis de R$ 15.570.252,75, a Diferença de R$ 3.547.266,90 entre o livro inventário e o balanço Patrimonial refere-se as obras em andamento que nao foram incorporadas ao patrimonio.No resultado Patrimonial demonstra um valor de R$ 135,47 relativo as despesas de exercício anterior.

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CRC MT 17.281/O-8

MARLENE CORREA CARNELOCCI
SEC. DE FINANCAS

EGON HOEPERS
PREFEITO MUNICIPAL

Homologado

DECRETO Nº 015/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO "COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

Considerando, as alterações impostas pela Portaria MPS nº. 170 de 25/04/2012, que alterou a Portaria MPS/GM nº. 519 de 24/08/2011 e da Lei Complementar Municipal 048/2013 de 16 de Maio de 2013 Art. 60, e havendo a necessidade de implementações e adequações nas exigências do Ministério da Previdência Social para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária,

Art. 1º. Como órgão auxiliar no processo decisório quanto a execução da política de investimentos, fica criado e regulamentado o Comitê de Investimentos no âmbito do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita do Trivelato - MT.

Art. 2º. O Comitê de Investimentos dos Recursos do **SANTA RITA PREVI** tem por objetivo auxiliar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos ativos do RPPS, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos anual aprovada pelo Conselho Curador.

Art. 3º. O Comitê de Investimentos será composto por 03 (três) membros, ocupantes de cargos efetivos no município de Santa Rita do Trivelato - MT, a saber:

I- 01 (um) represente do Poder Executivo indicado pelo Prefeito Municipal;

II- 01 (um) representante do Poder Legislativo indicado por este órgão.

III- O Gestor de Investimento, membro nato;

Parágrafo único. As funções de Presidente e Secretario do Comitê de Investimento serão definidas por seus membros e renovadas conforme a previsão do art. 4º.

Art. 4º. O Comitê de Investimentos de que trata esta Lei terá mandato de 03 (três) anos permitida a recondução, caso não haja nenhum óbice de ordem legal.

§ 1º. São requisitos mínimos para os membros do Comitê de Investimento:

a) Conhecimento em finanças e contabilidade;

b) Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

c) Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação previdenciária, ou como servidor público;

d) E outras sanções previstas no Estatuto do Servidor público, ou determinações nas demais legislações federais.

§ 2º. Os membros do Comitê de Investimentos serão destituídos desta investidura por:

a) Renúncia;

b) Decisão da maioria dos seus membros;

c) Faltas sem justificativa a três reuniões do colegiado, consecutivas ou intercaladas;

d) Conduta inadequada, incompatível com os requisitos de ética e profissionalismo requeridos para o desempenho do mandato;

e) Por denúncia, devidamente comprovada, da prática de atos lesivos aos interesses da Previdência.

§ 3º. Os representantes do Comitê de Investimento não receberão remuneração pelas funções desempenhadas.

Art. 5 º. Ao Comitê de Investimentos compete subsidiar a Diretoria Executiva, o Conselho Curador e o Fiscal nas definições das Políticas de Aplicações e Investimentos e especificamente:

I- analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado financeiro;

II- traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação com base nos cenários;

III- avaliar as opções de investimento e estudar as propostas de oportunidades de participação em novos negócios;

IV- avaliar riscos potenciais;

V- propor alterações na Política de Investimentos, quando estabelecidas alterações na legislação que rege a matéria;

VI-Encaminhar ao Conselho Fiscal os pareceres que forem remitidos à diretoria e ao Conselho Curador;

VII- Auxiliar o Conselho Fiscal, quando solicitado, para esclarecimentos referentes à Carteira de Investimento do SANTA RITA PREVI;

VIII- Submeter à aprovação do Diretor Executivo a contratação ou substituição de Gestores/Administradores terceirizados e Agente Custodiante, com base em parecer técnico e relatórios específicos;

IX- Garantir a gestão ética e transparente;

X- Sugerir medidas legais de seleção e contratação das instituições financeiras para aplicação dos recursos do SANTA RITA PREVI.

Art. 6º. - O Comitê terá uma reunião ordinária bimestral, e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

Parágrafo Único: O Comitê se reunirá com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo obrigatória a presença do Gestor de Investimento.

Art. 7º. As reuniões do Comitê ocorrerão quando convocadas pelo Presidente do Comitê de Investimento do SANTA RITA PREVI e na sua ausência pelo Gestor de Investimento.

Art. 8°. Qualquer dos membros poderá convocar reunião do Comitê, se a urgência do assunto assim o exigir.

Art. 9º. Nas reuniões ordinárias os seguintes assuntos deverão compor a pauta:

a) Manter os membros do Comitê atualizados acerca do cenário macroeconômico das expectativas de mercado;

b) Manter os membros do Comitê atualizados acerca do desempenho dos segmentos de aplicação;

c) Apresentação dos pareceres relacionados aos investimentos propostos para o bimestre em curso e até a reunião seguinte, com indicações e estratégias sugeridas para a Diretoria Executiva e para o Conselho Curador;

d) O Gestor de Investimento apresentará o fluxo de caixa dos resgates e aplicações previstas para o bimestre em curso e demonstrativo da movimentação dos investimentos durante o bimestre anterior;

e) Outros assuntos relacionados à sua competência, prevista no art. 2º desta lei.

Art. 10. As matérias analisadas e/ou aprovadas pelo Comitê de Investimentos serão registradas em atas, que depois de assinadas ficarão arquivadas juntamente com os pareceres/posicionamentos que subsidiarão as recomendações e decisões.

Art. 11. Os membros representantes do Comitê de Investimento poderão ser assessorados por empresas de consultorias específicas contratadas pelo SANTA RITA PREVI.

Art. 12. Esta Decreto lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Decreto nº 055/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREVIDENCIA
ANEXO 15

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**10.178.442,62**	**2.301.165,19**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
IMPOSTOS		
TAXAS		
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	**905.868,46**	**810.787,91**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	905.868,46	810.787,91
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**14,03**	**628,10**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	14,03	628,10
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**0,88**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,88	
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**1.086.826,12**	**1.305.535,29**
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS APREENDIDOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR PRODUCAO		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	1.086.826,12	1.305.535,29
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**8.185.733,13**	**184.213,89**
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	8.185.733,13	184.213,89
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 05/02/2018 19:19:45 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**10.845.202,89**	**1.381.073,53**
PESSOAL E ENCARGOS	**13.487,41**	**12.533,83**
REMUNERACAO A PESSOAL	13.487,41	12.533,83
ENCARGOS PATRONAIS		
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**339.519,95**	**355.015,72**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	111.702,66	64.687,32
PENSOES	123.120,53	108.087,14
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	104.696,76	182.241,26
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**56.789,62**	**59.263,47**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		
SERVICOS	56.481,90	59.263,47
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	307,72	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**73.450,70**	**52.806,19**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	73.450,70	52.806,19
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		
TRIBUTÁRIAS	**9.114,48**	**9.852,77**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	9.114,48	9.852,77
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**10.352.840,73**	**891.601,55**
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	10.352.840,73	891.601,55

Emissão: 05/02/2018 19:19:45 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**10.845.202,89**	**1.381.073,53**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**-666.760,27**	**920.091,66**

Emissão: 05/02/2018 19:19:45 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	3.430,00	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

Emissão: 05/02/2018 19:19:45 Página 4

Homologado

EDITAL N° 002.001.2018

Em cumprimento às determinações do Senhor **EGON HOEPERS** Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Chamada Pública, nomeada pela Portaria nº 042 de 15 de Fevereiro de 2018 resolve:

TORNAR PÚBLICO:

A DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS na Chamada Pública com finalidade de credenciamento e de contratação por prazo determinado de professor (es) que irão atuar no Ano Letivo de 2018, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 001/2018 Chamada Pública.

PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA LÍNGUA INGLESA		INSCRIÇÃO
01	Luana da Rocha de Abreu	DEFERIDA

Será realizado em ETAPA ÚNICA no dia 23/02/2018 – por meio de análise curricular e documental para contagem de pontos, de caráter eliminatório e classificatório, pelos seguintes critérios:

Formação Acadêmica/Titulação:	**Valor Atribuído**
Quesito I. Pós Graduação Stricto Sensu Doutorado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função;	25
Quesito II. Pós Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo função.	20
Quesito III. Pós Graduação Lato Sensu Especialização em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo/função.	15
Curso de Formação/Certificação:	
Quesito IV. Curso de Formação Continuada na área de Educação com carga horária igual ou superior a 180 horas concluído.	5
Quesito V – Curso de Formação Continuada inerente ao cargo/função ofertado na chamada pública (carga horária mínima de 4 horas).	1
Experiência Profissional:	
Quesito VI. Experiência Profissional na área cargo/função descrito na chamada pública.	4 pontos a cada ano de comprovada experiência profissional.
Quesito VII. Experiência profissional em educação infantil	2 pontos a cada ano de comprovada experiência profissional.

Serão computados os pontos por meio da análise dos documentos apresentados pelo candidato no momento da inscrição.

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de Fevereiro de 2018.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

_____

CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Organização e

Avaliação para Realizar a Chamada Pública

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.868.875,00	22.273.749,71	21.457.655,54	20.909.631,39	20.798.571,97	96,33	816.094,17
DESPESAS CORRENTES	19.536.875,00	19.247.662,33	18.482.046,44	18.327.572,48	18.224.967,09	96,02	765.615,89
Pessoal e Encargos Sociais	11.181.015,00	9.034.047,45	8.809.871,79	8.809.871,79	8.748.773,16	97,51	224.175,66
Outras Despesas Correntes	8.355.860,00	10.213.614,88	9.672.174,65	9.517.700,69	9.476.193,93	94,69	541.440,23
DESPESAS DE CAPITAL	1.282.000,00	3.026.087,38	2.975.609,10	2.582.058,91	2.573.604,88	98,33	50.478,28
Investimentos	1.282.000,00	3.026.087,38	2.975.609,10	2.582.058,91	2.573.604,88	98,33	50.478,28
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	451.125,00	519.907,38	484.641,80	484.641,80	484.641,80	93,21	35.265,58
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	21.320.000,00	22.793.657,09	21.942.297,34	21.394.273,19	21.283.213,77	96,26	851.359,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.320.000,00	22.793.657,09	21.942.297,34	21.394.273,19	21.283.213,77	96,26	851.359,75
SUPERÁVIT (XIII)	1.180.000,00		826.617,86				-826.617,86
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.500.000,00	22.793.657,09	22.768.915,20	21.394.273,19	21.283.213,77	99,89	24.741,89
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas Até o Mês (h)	Despesas Liquidadas Até o Mês (i)	Despesas Pagas Até o Mês (j)	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
DESPESAS CORRENTES (I)	451.125,00	519.907,38	484.641,80	484.641,80	484.641,80	93,21	35.265,58
Pessoal e Encargos Sociais	451.125,00	519.907,38	484.641,80	484.641,80	484.641,80	93,21	35.265,58
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	451.125,00	519.907,38	484.641,80	484.641,80	484.641,80	93,21	35.265,58
TOTAL (V) = (III + IV)	451.125,00	519.907,38	484.641,80	484.641,80	484.641,80	93,21	35.265,58

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CRC MT 17.281/O-8

MARLENE CORREA CARNELOCCI
SEC. DE FINANCAS

EGON HOEPERS
PREFEITO MUNICIPAL

Emissão: 12/02/2018 08:10:57

Página 1
Homologado

PREVIDENCIA
ANEXO 14

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício de 2017

Data de emissão: 05/02/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**9.692.633,11**	**8.195.100,64**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.198,18**	**1.890,76**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39.363,09	13.633,65	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.198,18	1.890,76
CREDITOS A CURTO PRAZO		7.229,02			
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		7.229,02			
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	9.653.270,02	8.174.237,97			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**3.889,85**	**767,57**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**8.610.219,85**	**6.443.112,25**
IMOBILIZADO	3.889,85	767,57	PROVISOES A LONGO PRAZO	8.610.219,85	6.443.112,25
BENS MOVEIS	7.549,00	4.119,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**8.612.418,03**	**6.445.003,01**
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-3.659,15	-3.351,43	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
			ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
			RESULTADOS ACUMULADOS	1.084.104,93	1.750.865,20
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-666.760,27	920.091,66
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.750.865,20	830.773,54
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**1.084.104,93**	**1.750.865,20**
TOTAL	**9.696.522,96**	**8.195.868,21**	**TOTAL**	**9.696.522,96**	**8.195.868,21**

ATIVO FINANCEIRO	**9.692.633,11**	**8.187.871,62**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**7.348,52**	**1.890,76**
ATIVO PERMANENTE	**3.889,85**	**7.996,59**	**PASSIVO PERMANENTE**	**8.610.219,85**	**6.443.112,25**
SALDO PATRIMONIAL				**1.078.954,59**	**1.750.865,20**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.335,17	
TOTAL			**TOTAL**	**6.335,17**	

Emissão: 05/02/2018 19:13:44 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício de 2017

Data de emissão: 05/02/2018

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2016
ORDINÁRIA		
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	9.611.182,43	8.133.345,37
153000000 - Recursos da Taxa de Administração	76.677,33	52.635,49
TOTAL	**9.687.859,76**	**8.185.980,86**

Emissão: 05/02/2018 19:13:44 Página 2

Homologado

PREVIDENCIA
ANEXO 13

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Exercício de 2017

Data de emissão: 05/02/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**911.448,17**	**860.055,12**	**Despesa Orçamentária**	**424.608,91**	**435.945,79**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária		860.055,12	Ordinária		435.945,79
Vinculadas			Vinculadas		
Recurso Próprio de Previdência Social	911.448,17		Recurso Próprio de Previdência Social	424.608,91	
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**12.193,01**	**8.799,87**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**81.096,90**	**15.819,22**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	4.773,35	1.890,76	Pagos no período	1.890,76	8.896,01
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	7.419,66	6.909,11	Outras movimentações extra-orçamentárias	7.419,66	6.923,21
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias	71.786,48	
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho	**1.086.826,12**	**1.305.535,29**			**52.806,18**
Ajuste de Investimentos - Ganho	1.086.826,12	1.305.535,29			52.806,18
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**8.187.871,62**	**6.518.052,53**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**9.692.633,11**	**8.187.871,62**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	13.633,65	143.935,13	Bancos conta movimento	39.363,09	13.633,65
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS	8.174.237,97	6.374.117,40	Aplicações financeiras - RPPS	9.653.270,02	8.174.237,97
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão: 05/02/2018 19:02:06 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Exercício de 2017

Data de emissão: 05/02/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	10.198.338,92	8.692.442,81	TOTAL	10.198.338,92	8.692.442,81

Emissão: 05/02/2018 19:02:06 Página 2

Homologado

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 007/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2018

EXTRATO CONTRATO N° 007/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**:BOXTOP DO BRASIL ELEVADORES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 03.726.402/0001-66; **VIGÊNCIA:** 19/02/2018 ATÉ 31/12/2018; **VALOR:** R$ 9.200,00**; OBJETO:**O objeto do presente contrato é a Aquisição de um **Elevador para automóveis, utilitários e caminhonetes (02 colunas), marca/modelo BOXTOP/ EBP – 4200 AUTO LUBRIFICADO A ÓLEO**. **DATA:** 19/02/2018.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		9.549,92	605,00	605,00	8.944,92	
Pessoal e Encargos Sociais		1.199,05			1.199,05	
Outras Despesas Correntes		8.350,87	605,00	605,00	7.745,87	
DESPESAS DE CAPITAL		1.666,44			1.666,44	
Investimentos		1.666,44			1.666,44	
TOTAL		11.216,36	605,00	605,00	10.611,36	

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		63.087,92	63.087,92		
Pessoal e Encargos Sociais		23.166,94	23.166,94		
Outras Despesas Correntes		39.920,98	39.920,98		
DESPESAS DE CAPITAL		250.539,00	250.539,00		
Investimentos		250.539,00	250.539,00		
TOTAL		313.626,92	313.626,92		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

MARCELO FOGAÇA SALDANHA	MARLENE CORREA CARNELOCCI	EGON HOEPERS
CRC MT 17.281/O-8	SEC. DE FINANCAS	PREFEITO MUNICIPAL

PREVIDENCIA
ANEXO 12- RESTOS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		1.890,76	1.890,76		
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		1.890,76	1.890,76		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		1.890,76	1.890,76		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

BALANÇO FINANCEIRO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2017

Data de emissão: 12/02/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**22.768.915,20**	**23.890.654,30**	**Despesa Orçamentária**	**21.942.297,34**	**22.264.386,35**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	15.112.361,32	23.032.329,76	Ordinária	8.561.413,38	18.231.855,20
Vinculadas			Vinculadas		
Assistência social	263.296,62		Assistência social	186.645,05	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	33.520,93		Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	251,08	
Educação	4.353.485,67	2.938.286,15	Educação	5.513.392,53	2.955.384,01
Outras áreas	2.136.717,65		Outras áreas	2.116.571,14	
Saúde	4.248.211,21	1.239.941,36	Saúde	5.564.024,16	1.077.147,14
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	3.378.678,20	3.319.902,97			
Transferências Financeiras Recebidas	**92.809,62**	**22.543,99**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**1.273.000,00**	**1.100.000,04**
Transferências Financeiras Recebidas	92.809,62	22.543,99	Transferências Financeiras Concedidas	1.273.000,00	1.100.000,04
Recebimentos Extra-Orçamentários	**2.287.587,30**	**2.154.491,97**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**1.935.883,84**	**2.481.417,52**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	659.083,57	324.843,28	Pagos no período	314.231,92	598.414,53
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	1.628.503,73	1.829.648,69	Outras movimentações extra-orçamentárias	1.621.651,92	1.883.002,99
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Ajuste de Investimentos - Ganho					
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**2.654.248,90**	**2.432.362,55**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**2.652.379,84**	**2.654.248,90**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		

Emissão: 12/02/2018 07:57:47 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2017

Data de emissão: 12/02/2018

Exercício: 2017 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Bancos conta movimento	2.654.248,90	2.432.362,55	Bancos conta movimento	2.652.379,84	2.654.248,90
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**27.803.561,02**	**28.500.052,81**	**TOTAL**	**27.803.561,02**	**28.500.052,81**

Nota Explicativa: Considerando o saldo anterior de depositos de R$ 61.273,53, (+) as entradas no exercicio de 2017 correspondente a 1.628.503,73 (-) os recolhimentos efetuados no valor de R$ 1.621.651,92, passa para o exercicio seguinte o valor de R$ 68.125,34. Quanto aos restos a pagar sua movimentação apresentou os seguintes resultados: Saldos anteriores R$ 324.843,28 (-) Baixas por pagamento/Cancelamentos no valor de R$ 324.843,28.

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CRC MT 17.281/O-8

MARLENE CORREA CARNELOCCI
SEC. DE FINANCAS

EGON HOEPERS
PREFEITO MUNICIPAL

Emissão: 12/02/2018 07:57:47 Página 2

Homologado

PREVIDENCIA
ANEXO 12- RECEITAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Exercício de 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	611.460,00	611.460,00	361.534,60	59,12	249.925,40
RECEITAS CORRENTES	611.460,00	611.460,00	361.534,60	59,12	249.925,40
RECEITA TRIBUTARIA					
Impostos					
Taxas					
Contribuição de Melhoria					
(-)Dedução da Receita Tributaria					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	403.260,00	403.260,00	361.519,69	89,64	41.740,31
Contribuições Sociais	403.260,00	403.260,00	361.519,69	89,64	41.740,31
Contribuições Econômicas					
(-)Dedução da Receita de Contribuições					
RECEITA PATRIMONIAL	188.700,00	188.700,00			188.700,00
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários	188.700,00	188.700,00			188.700,00
Receitas de Concessões e Permissões					
Outras Receitas					
(-)Dedução da Receita Patrimonial					
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Receita da Produção Vegetal					
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias					
(-)Dedução da Receita Agropecuária					
RECEITA INDUSTRIAL					
Receita da Indústria de Transformação					
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
(-)Dedução da Receita Industrial					
RECEITA DE SERVIÇOS					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
Transferências Intergovernamentais					
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Convênios					
Transferências para o Combate à Fomte					
(-) Dedução para foemação do FUNDEB					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.500,00	19.500,00	14,91	0,07	19.485,09
Multa de Juros de Mora	2.500,00	2.500,00	14,03	0,56	2.485,97
Indenizações e Restituições	17.000,00	17.000,00	0,88		16.999,12
Receita da Dívida Ativa					
Receitas Diversas					
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
Operações de Crédito Internas					
Operações de Crédito Externas					
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
Transferências Intergovernamentais					
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Outras Instituições Públicas					
Transferências de Convênios					
Bens Imóveis para o Combate a Fome					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.					
Restituições					
Receita de Capital Diversas					
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	588.540,00	588.540,00	549.913,57	93,43	38.626,43
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	1.200.000,00	1.200.000,00	911.448,17	75,95	288.551,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.200.000,00	1.200.000,00	911.448,17	75,95	288.551,83
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)					
TOTAL(VII) = (V + VI)	1.200.000,00	1.200.000,00	911.448,17	75,95	288.551,83

Emissão: 05/02/2018 19:05:20

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Exercício de 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)					
Superávit Financeiro					
Reabertura de Créditos Adicionais					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 05/02/2018 19:05:20 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

FUNDO DE PREVIDENCIA DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Exercício de 2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	588.540,00	588.540,00	549.913,57	93,43	38.626,43
RECEITA TRIBUTÁRIA					
Taxas					
Contribuição de Melhoria					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	588.540,00	588.540,00	549.913,57	93,43	38.626,43
Contribuições Sociais	588.540,00	588.540,00	549.913,57	93,43	38.626,43
Contribuições Econômicas					
RECEITA PATRIMONIAL					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Receita de Concessões e Permissões					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Receita da Produção Vegetal					
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA INDUSTRIAL					
Receita da Indústria de Transformação					
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
RECEITA DE SERVIÇOS					
Receita de Serviços					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					
Multas e Juros de Mora					
Indenizações e Restituições					
Receitas Diversas					
RECEITAS DE CAPITAL					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
Operações de Crédito Internas					
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Receitas de Capital Diversas					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	588.540,00	588.540,00	549.913,57	93,43	38.626,43
DÉFICIT (IV)					
TOTAL (V) = (III + IV)	588.540,00	588.540,00	549.913,57	93,43	38.626,43

Emissão: 05/02/2018 19:05:20

Homologado

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2017

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (c - a)
			Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.500.000,00	22.500.000,00	22.768.915,20	101,19	-268.915,20
RECEITAS CORRENTES	21.830.000,00	21.830.000,00	21.928.915,20	100,45	-98.915,20
RECEITA TRIBUTARIA	1.467.000,00	1.467.000,00	1.453.800,57	99,10	13.199,43
Impostos	1.320.000,00	1.320.000,00	1.324.257,30	100,32	-4.257,30
Taxas	177.000,00	177.000,00	151.998,24	85,87	25.001,76
Contribuição de Melhoria	1,000,00	1,000,00			1,000,00
(-)Dedução da Receita Tributaria	-31.000,00	-31.000,00	-22.454,97	72,43	-8.545,03
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	35.000,00	35.000,00	28.661,97	81,89	6.338,03
Contribuições Econômicas	35.000,00	35.000,00	28.661,97	81,89	6.338,03
RECEITA PATRIMONIAL	319.500,00	319.500,00	180.092,11	56,36	139.407,89
Receitas de Valores Mobiliários	319.500,00	319.500,00	180.092,11	56,36	139.407,89
RECEITA DE SERVIÇOS	202.000,00	202.000,00	203.373,65	100,68	-1.373,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.739.200,00	19.739.200,00	19.902.470,51	100,82	-163.270,51
Transferências Intergovernamentais	23.147.200,00	23.147.200,00	23.235.138,29	100,37	-87.938,29
(-) Dedução para foemação do FUNDEB	-3.408.000,00	-3.408.000,00	-3.332.667,78	97,78	-75.332,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	67.300,00	67.300,00	160.516,39	238,50	-93.216,39
Multa de Juros de Mora	20.300,00	20.300,00	60.372,47	297,40	-40.072,47
Indenizações e Restituições	4.500,00	4.500,00	43.911,43	975,80	-39.411,43
Receita da Dívida Ativa	36.500,00	36.500,00	79.783,94	218,58	-43.283,94
Receitas Diversas	10.000,00	10.000,00	4,00	0,04	9.996,00
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes	-4.000,00	-4.000,00	-23.555,45	588,88	19.555,45
RECEITAS DE CAPITAL	670.000,00	670.000,00	840.000,00	125,37	-170.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00			20.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00			20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	650.000,00	650.000,00	840.000,00	129,23	-190.000,00
Transferências Intergovernamentais	350.000,00	350.000,00			350.000,00
Transferências de Convênios	300.000,00	300.000,00	840.000,00	280,00	-540.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	22.500.000,00	22.500.000,00	22.768.915,20	101,19	-268.915,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.500.000,00	22.500.000,00	22.768.915,20	101,19	-268.915,20
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)		293.657,09			293.657,09
TOTAL(VII) = (V + VI)	22.500.000,00	22.793.657,09	22.768.915,20	99,89	24.741,89
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Adicionais)	2.097.769,42	2.097.769,42	1.628.968,16	77,65	468.801,26
Superávit Financeiro	2.097.769,42	2.097.769,42	1.628.968,16	77,65	468.801,26

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

DÉFICIT (IV)	451.125,00	519.907,38	484.641,80	93,21	35.265,58
TOTAL (V) = (III + IV)	451.125,00	519.907,38	484.641,80	93,21	35.265,58

* Nota Explicativa: O valor do orcamento da administracao direta corresponte ao montante de R$ 22.500.000,00 conforme Lei Municipal nº 546/2016. Durante a execucao do Orçamento foram arrecadados R$ 22.768.915,20 que somado a devolução da Camara no valor de R$ 92.809,62 apurou-se um total acumulado de R$ 22.861.724,82. Na execução da despesa empenhada tivemos as seguintes movimentações R$ 23.215.297,34 que ao final houve R$ 353.572,52 de despesa a maior que o valor arrecadado no mesmo período. Ocorre que para o exercicio de 2017 a Prefeitura Municipal executou R$ 1.323.536,07 relativo ao Superávit Financeiro apurado em exercicio anterior autorizado pela Lei 548 /2017. E Foram repassados para o poder Legislativo o montante de R$ 1.273.000,00 dos quais a Camara devolveu aos cofres públicos o correspondente ao valor de R$ 92.809,62.

MARCELO FOGAÇA SALDANHA
CRC MT 17.281/O-8

MARLENE CORREA CARNELOCCI
SEC. DE FINANCAS

EGON HOEPERS
PREFEITO MUNICIPAL

Emissão: 12/02/2018 08:10:57

Página 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 08/2018

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço por Item, com a finalidade de selecionar propostas para: Locação de veículos para atender necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania e saúde e atender necessidades de transporte de alunos nas escolas municipais no ano letivo de 2018, cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 06/03/2018 às 09:00 horas, (horário de Brasília)** no departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 a 18:00 horas ou solicitado pelo email licitacao@santaterezinha.mt.gov.br. Santa Terezinha – MT, 21 de fevereiro de 2018.**GUSTAVO KOVALSKI- Pregoeiro**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 002-2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 155- CENTRO- SANTO AFONSO–MT

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICA, EM ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade **Pregão Presencial nº 002/2018, Registro de Preço nº 002/2018** do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu aos **19/02/2018 às 09h00min horas**, e a análise da documentação no dia **21/02/2018 as 08h30min** na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora a empresa: **LABORATÓRIO PRONTO ANALISES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ: **01.657.629/0001-71,** com o valor total dos itens 001 A 073 de **R$-87. 280,50(oitenta e sete mil duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos).**

SANTO AFONSO- MT, em 21 de fevereiro de 2018.

MICHELE GUEDES RODRIGUES

Pregoeira Oficial

PORTARIA MUNICIPAL Nº 025/2018

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sra. ELISÂNGELA MOURA DOS SANTOS,** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 010/2018, tendo como objeto: **“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO – PEDAGÓGICO DE ENSINO VOLTADO E COMPOSTO PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NÍVEIS I, II, III,PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT”.**

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGAO 003-2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

OBJETO DO PREGÃO: - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO(A)– CLINICO GERAL-PARA ATENDIMENTOS MÉDICOS NOS POSTOS DE SAÚDE: PADRE SHINAIDER NA GLEBA UNIÃO - NO ASSENTAMENTO PADRE JOSE TENCAT, NO ASSENTAMENTO PECUAMA E ATENDIMENTOS DE PLANTÕES NOTURNOS NO PSF VILA ALTA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 003/2018, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, a **RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGAO 003/2018**, no JORNAL OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - AMM, na data 21 /02/2018, Edição N° 2.921, pag.299 a 300,

ONDE SE LÊ: cuja abertura ocorreu aos 20/08/2018 às 09:00 horas,

PASSA-SE A LER: cuja abertura ocorreu aos 20/02/2018 às 09h00min horas.

Santo Afonso-MT, em 21 de fevereiro de 2018.

MICHELE GUEDES RODRIGUES

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
LEI 1.236/GP/2017

Lei 1.236/GP/2017

"INSTUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, Valdir Pereira de Castro Filho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei denominada "Código Tributário Municipal", de Santo Antonio de Leverger - CTM", obedece aos mandamentos oriundos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, do Código Tributário Nacional e das demais leis complementares e resoluções do Senado Federal.

TITULO I LEGISLAÇÃOTRIBUTARIA DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - A legislação tributária do Município de Santo Antonio de Leverger compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes. Parágrafo Único - São normas complementares das leis e dos decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidas pelo Secretário Municipal, responsável pela Gestão Fazendária e Diretores dos órgãos administrativos, encarregados da aplicação da lei;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III - os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios;

Art. 3º - Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, com observância das regras de interpretação estabelecidas neste Código Tributário.

TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 4º - São Tributos Municipais:

I - O Imposto Predial e Territorial Urbano;

II - O Imposto sobre transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de garantia, bem como a Cessão de Direito à sua Aquisição;

III - O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV - As taxas, especificadas nesta Lei, remuneratórias de serviços públicos ou devidas em razão do exercício do poder de polícia do Município;

V - A Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;

TÍTULO II

TRIBUTAÇÃO

PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO E PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Art. 5º - Compete ao Executivo disciplinar, por decreto, o procedimento tributário relativo aos tributos de que trata esta lei.

Parágrafo primeiro - O procedimento tributário terá início, alternativamente, com:

I - a impugnação, pelo sujeito passivo, do lançamento ou de ato administrativo dele decorrente;

II - a lavratura de auto de infração;

III - a lavratura de termos pela autoridade fiscal, inclusive ao ensejo da apreensão de livros e documentos fiscais.

Paragrafo segundo - A autoridade que realizar ou presidir quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, inclusive para os fins de observância do prazo para a sua conclusão, a ser fixado em regulamento.

Parágrafo terceiro - Os termos, referidos no parágrafo anterior, serão lavrados, sempre que possível, em livros fiscais e, caso emitidos por outra forma, deles se entregará uma cópia à pessoa, empresa ou estabelecimento fiscalizado.

Art. 6º - O Executivo expedirá decreto regulamentando o processo administrativo fiscal, previsto, obrigatoriamente:

I - Duplo grau de jurisdição;

II - Recurso de ofício, a ser interposto das decisões de primeira instância contrárias à Fazenda Municipal.

Parágrafo único – Salvo quando efetuado depósito do montante integral do crédito tributário impugnado, as defesas, reclamações e recursos não terão efeito suspensivo.

APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 7º - A lei tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrario.

Art. 8º - A lei tributária tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

Art. 9º- Quando ocorrer dúvida ao contribuinte, quanto à aplicação de dispositivo da lei, este poderá, mediante petição, consultar a hipótese concreta do fato.

TITULO III OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º - As obrigações tributárias são: principal ou acessória.

Parágrafo primeiro - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Parágrafo segundo - A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da finalização dos tributos.

Parágrafo terceiro - A ilicitude do fato gerador, inclusive a prática do ato simulado, nulo ou anulável, bem como a prática do ato sem licença, licença ainda não concedida ou inconcebível, não exime o pagamento dos tributos correspondentes, bem como das penalidades decorrentes dos atos fraudulentos, nem do procedimento cabível.

Parágrafo quarto - A inobservância da obrigação acessória converte-a em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 11 - Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

FATO GERADOR

Art. 12 - O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código Tributário como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Municipio.

Art. 13 - O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 14 - O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:

I - a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II – os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 15 - Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

SUJEITO ATIVO

Art. 16 - Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa Jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Parágrafo único – O município de Santo Antonio de Leverger é a pessoa de direito público titular competente para lançar, cobrar, arrecadar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas Leis municipais tributárias posteriores.

Art. 17 - A competência tributária é indelegável, salvo atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa de direito público.

Parágrafo primeiro - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao município.

Parágrafo segundo - A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo terceiro - Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Art. 18 - O cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado deverá ser feito através de Decreto do Executivo, com fundamentadas razões de interesse do Município, tendo em vista melhorias no sistema de arrecadação e real incremento da receita municipal.

SUJEITO PASSIVO

Art. 19 - Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador:

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

Art. 20 - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 21 - O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

Parágrafo primeiro - A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste CodigoTributario.

Parágrafo segundo - Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar:

I – da data da ciência aposta no auto;

II - da data do recebimento, por via postal, eletrônica ou equivalente. Se a data for omitida, contar-se-á o prazo após a ciência ou entrega da intimação à agencia postal.

III - da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 22 – A capacidade tributaria passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens e negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 23 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins deste Código, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município.

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem a obrigação, o de cada estabelecimento.

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município;

Parágrafo primeiro - Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação;

Parágrafo segundo - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior;

Parágrafo terceiro - Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo quarto - O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

SOLIDARIEDADE

Art. 24 – São solidariamente obrigados:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal.

II – as pessoas expressamente designadas por lei.

III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo primeiro - A solidariedade não comporta benefício de ordem.

Parágrafo segundo - A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do credito fiscal.

Art. 25 **-** Salvo os casos expressamente previstos em lei, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

I - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

II - A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

III - A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Parágrafo único – As disposições expressas neste Código a respeito da responsabilidade tributária, são válidas para todos os tributos municipais, no que couber.

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SUCESSORES E TERCEIROS

DISPOSIÇÕES GERAIS – substituição tributaria

Art. 26 - O Município poderá atribuir de modo expresso, via substituição tributaria, tanto para impostos quanto para taxas, através de Decreto especifico, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este em caráter supletivo o cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

Parágrafo primeiro - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

Parágrafo segundo - Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis.

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços.

SUCESSORES

Art. 27 - O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 28 - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis e, bem assim, os relativos às taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do titulo a prova de sua quitação.

Parágrafo Único - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 29 - São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Art. 30 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado, fundidas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social.

Art. 31 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio, estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquiridos, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

TERCEIROS

Art. 32 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervirem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados.

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.

IV – o inventariante, pelo tributos devidos pelo espolio.

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.

V - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício.

VI - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 33 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior.

II – os mandatários, prepostos e empregados.

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 34 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributaria.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações previstas neste Código independe da intenção do agente, do responsável, da efetividade, da natureza e da extensão dos efeitos do ato.

Art. 35 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

TÍTULO IV

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 – O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 37 - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão, seus efeitos, suas garantias, seus privilégios ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 38 - O crédito tributário regularmente constituído, somente se modifica, extingue ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, por previsão legal, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, quanto a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 39 - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária somente poderá ser concedida através de lei específica municipal, nos termos do art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO/LANÇAMENTO

Art. 40 - Compete privativamente à autoridade administrativa, constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 41 - O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único - Aplica-se ao lançamento, a legislação que posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributaria a terceiros.

Art. 42 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, somente pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo.

II – recurso de oficio.

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 50 deste Código.

Art. 43 - Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, através:

I – da notificação direta.

II - da afixação de edital no quadro de editais da Prefeitura Municipal. III - da publicação em pelo menos um dos jornais de circulação regular no Município. IV - da publicação no órgão de imprensa oficial do Município.

V – da remessa do aviso por via postal ou equivalente.

parágrafo primeiro - Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

Parágrafo segundo - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal,eletrônica ou equivalente, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma dos incisos II, III e IV deste artigo.

Parágrafo terceiro - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de outras vias, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recurso.

Parágrafo quarto – A notificação de lançamento conterá:

I – o nome do sujeito passivo e seu domicilio tributário.

II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere.

III – O valor do tributo, sua alíquota e a base de calculo.

IV – O prazo para recebimento ou impugnação.

V - O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

VI - Demais elementos estipulados em regulamento.

Parágrafo quinto - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou procedidas, a revisão e a retificação daqueles que contiverem irregularidade ou erro.

Art. 44 - Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo para pagamento e para impugnação do lançamento, se outro não for estipulado, especificamente neste Código Tributário.

Art. 45 - Quando o cálculo do tributo tenha por base ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé, as declarações ou os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial;

Art. 46 - É facultado ainda à Fazenda Municipal, o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação, cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em vista de ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 47 - A modificação introduzida, de ofício ou em conseqüência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

Art. 48 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos municipais ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Fazenda, podendo entretanto, o Poder Executivo Municipal destinar as funções de cadastramento, lançamento e arrecadação a outras pessoas de direito público ou privado, nos termos deste Código e do artigo 7º e §§ da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 49 **-** A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita.

SUSPENSÃO/DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50- Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória.

II - o depósito do seu montante integral.

III - as reclamações e os recursos nos termos deste Código.

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.

MORATÓRIA

Art. 51 - Constitui moratória, a concessão mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

Parágrafo único - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 52 – A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal, aprovada por maioria absoluta da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único - A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 53– Alei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor.

II - as condições da concessão.

III - os tributos alcançados pela moratória.

IV - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados.

V –as garantias oferecidas.

Art. 54 - Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data, por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Art. 55 - A concessão da moratória em caráter individual, não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apurar que o beneficiado não satisfez as condições ou não cumpriu os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo primeiro - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

Parágrafo segundo -No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

DEPÓSITO

Art. 56 - O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

I - quando preferir o depósito à consignação judicial.

II - para atribuir efeito suspensivo.

a) à consulta formulada na forma deste Código.

b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 57 - A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código.

Art. 58 - A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto.

b) lançamento por declaração.

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade.

d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação.

b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante.

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo.

IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 59 - Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 60 - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I - em moeda corrente do país.

II – por deposito ou transferência bancaria e/ou meio eletrônico permitido e/ou por cheque.

Parágrafo Único - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

Art. 61 - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo Único - A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto.

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 62 - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código.

II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código.

III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte.

IV - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

EXTINÇÃO/MODALIDADES DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 63 - Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento, inclusive sob forma de dação em pagamento.

II -a compensação.

III - a transação.

IV - a remissão.

V - a prescrição e a decadência.

VI - a conversão de depósito em renda.

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do artigo 150 e §§ 1º e 4º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – CTN.

VIII - a consignação em pagamento, julgada procedente.

IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

X - a decisão judicial transitada em julgado.

PAGAMENTO E RESTITUIÇÃO

Art. 64- O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou transação eletrônica bancaria, dentro dos prazos estabelecidos em lei ou fixados por ato do Executivo Municipal.

Parágrafo primeiro - O pagamento é efetuado nas agencias bancarias autorizadas, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento bancário, desde que devidamente autorizado por ato do executivo.

Art. 65 – O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições estabelecidas em regulamento.

Art. 66 -Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma regulamentar.

Parágrafo Único - No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, administrativa, civil e criminalmente todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou participado da emissão fraudulenta.

Art. 67 - É facultado à Administração, a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 68 - O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares ou que for autuado em processo administrativo-fiscal ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

I – atualização monetária.

II - multa de mora.

III – Juros de mora.

IV – multa de infração.

Parágrafo primeiro - A atualização monetária será calculada mensalmente, em função da variação do poder aquisitivo da moeda, de acordo com os índices oficiais da variação nominal da Unidade Padrão Fiscal do Município – UPFM -, fixados pelo Poder Executivo.

Parágrafo segundo - O principal será atualizado monetariamente mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado da UPFM do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Unidade vigente no mês fixado para pagamento.

Parágrafo terceiro - A multa de mora decorrente do inadimplemento será de 2%(dois por cento) do valor do debito.

Parágrafo quarto - Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.

Parágrafo quinto - A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

Parágrafo sexto - Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

Parágrafo sétimo - No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação ou ainda quando tenham sua base de cálculo fixada em Unidade Padrão Fiscal do Município(UPFM), será feita a atualização destes, levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.

Parágrafo oitavo - No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte, sem lançamento prévio pela repartição competente ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte, dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo nono - As disposições deste artigo aplicam-se a quaisquer débitos fiscais anteriores a esta lei, apurados ou não.

Art.69 - Se dentro do prazo fixado para pagamento, o contribuinte efetuar depósito na forma regulamentar da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada. Parágrafo Único - Caso o depósito de que trata este artigo, for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 70 - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 71 - O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor o sujeitará às normas contidas neste código**.**

Art. 72 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decomponha.

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou outros tributos.

Art. 73 - Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

.Art. 74 - A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 75 - O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito, na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Parágrafo primeiro -O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Parágrafo segundo - Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo, serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 76 - A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebe-la.

Art. 77 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 78 -O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art.75 deste Código, da data da extinção do credito tributário.

II - na hipótese do inciso III do art. 75 deste Código, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 79 - Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 80 - O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do credito.

Art. 81 - A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo Único - A não restituição no prazo definido neste artigo, implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

Art. 82 - Somente após decisão irrecorrível, favorável ao contribuinte, no todo ou em parte, serão restituídas, de ofício, ao impugnante as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

COMPENSAÇÃO E TRANSAÇÃO

Art. 83 - A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente nas condições fixadas em regulamento.

Parágrafo primeiro - É competente para autorizar a compensação o Secretário Municipal da Fazenda, mediante fundamentado despacho em processo regular.

Parágrafo segundo - Para o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

Parágrafo terceiro - Para o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

Parágrafo quarto - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Parágrafo quinto - O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação, com condições e garantias estipuladas em convênio e em regulamento, quando o sujeito passivo da obrigação for:

I - empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal.

II – estabelecimento de ensino.

III – empresa de radio, jornal e televisão.

IV – estabelecimento de saúde.

Parágrafo sexto - As compensações de crédito a que se referem os incisos II e IV do parágrafo anterior, somente efetuar-se-ão para benefício, dos servidores municipais, ativos, inativos e seus filhos menores ou inválidos, cônjuge e ascendentes sem renda própria para seu sustento.

Art. 84 - Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

Parágrafo primeiro - A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo Secretário Municipal da Fazenda ou pelo Procurador Geral do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

I - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento.

II - a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida.

III - ocorrer erro ou ignorância escusáveis, do sujeito passivo quanto à matéria de fato.

IV - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno.

V - a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

Parágrafo segundo - Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão da dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o credito tributário.

Art. 85 - Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

REMISSÃO

Art. 86- Lei específica aprovada por maioria absoluta da Câmara Municipal de Vereadores, poderá autorizar remissão total ou parcial de créditos tributários, com base em despacho fundamentado em processo regular, atendendo:

I – à situação econômica do sujeito passivo.

II - ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato.

III – à diminuta importância do credito tributário.

IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato.

V - a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo Único - A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Art. 87 - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Art. 88–A prescrição se interrompe:

I – pela citação pessoal feita ao devedor.

II – pelo protesto feito ao devedor.

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do debito pelo devedor.

V - durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 89 - O direito da Fazenda Municipal constituir o crédito tributário decai após 05 (cinco) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 90 - Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 91 - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável ou judicial transitada em julgado que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

I – declare a irregularidade de sua constituição.

II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem.

III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação.

IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Único - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas no art. 50 deste Código.

Art. 92 - Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I – Para garantia de instancia.

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo Único - Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco, será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

EXCLUSÃO, ISENÇÃO E ANISTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 93 - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes;

Art. 94 - A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e sendo o caso, o prazo de sua duração.

Art. 95 - Salvo disposição em contrário, a isenção só atingirá os impostos.

Art. 96 - A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada.

Art. 97 - A isenção pode ser concedida:

I - em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares.

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

parágrafounico - Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

Art. 98 -O despacho referido no artigo anterior não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

Art. 99 - A anistia, assim entendidos o perdão das infrações cometidas e a consequente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele.

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores.

III - às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 100 - A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral.

II – limitadamente.

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo.

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares.

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

Parágrafo primeiro - Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada caso, por despacho do Prefeito ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

Parágrafo segundo - O despacho requerido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

INFRAÇÕES E PENALIDADES/INFRAÇÕES

Art. 101 - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias, em especial, deste Código Tributário.

Parágrafo Único - Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 102 - Constituem agravantes de infração:

I - a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não.

II - a reincidência.

III - a sonegação.

Art. 103 - Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, com a respectiva redução de culpa, aquelas previstas na lei civil, a critério da Fazenda Pública.

Art. 104 - Considera-se reincidência, a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa, natural ou jurídica, dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior. Art. 105 - A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida aos agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei.

II - inserir elementos inexatos, omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza, de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a

intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal.

IV - fornecer ou emitir documentos graciosos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 106 - O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo primeiro - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

Parágrafo segundo - A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

.Art. 107 - Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação, sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

PENALIDADES

Art. 108 - São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

I - a multa.

II - a perda de desconto, abatimento ou deduções.

III - a cassação do benefício da isenção.

IV - a revogação dos benefícios de anistia ou moratória.

V - a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal.

VI - a sujeição a regime especial de fiscalização.

Parágrafo Único - A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 109 - A penalidade, além de impor a obrigação de fazer ou deixar de fazer, será pecuniária, quando consista em multa e deverá ter em vista:

I - as circunstâncias atenuantes.

II - as circunstâncias agravantes.

Parágrafo primeiro - Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo segundo - Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 110 - Independente das penalidades previstas para cada tributo nos capítulos próprios, serão punidas:

I - com multa de 200 (duzentas) UPFM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício, função, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal.

II - com multa de 50 (cinqüenta) UPFM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta lei.

Art. 111 - Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

TITULO V

INSCRIÇÃO E CADASTRO FISCAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 112 - Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei, em regulamento ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo, destinados a complementá-los.

Art. 113 - O Cadastro Fiscal da Prefeitura é composto:

I - do Cadastro Imobiliário Fiscal.

II - do Cadastro de Atividades Econômico-sociais, abrangendo:

a) atividades de produção.

b) atividades de indústria.

c) atividades de comércio.

d) atividades de prestação de serviços.

III - de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.

Parágrafo primeiro - O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais, fixando as penalidades aplicáveis a cada caso, limitadas estas, quando de cunho pecuniário, a 255 (duzentas e cinqüenta e cinco) UPFM ou valor equivalente, observadas as demais disposições deste Código.

Parágrafo segundo - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de classe, com vistas à ampliação e à operação de informações cadastrais.

TITULO VI

TRIBUTOS MUNICIPAIS E OUTRAS RECEITAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114 - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Art. 115 - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei.

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 116 - Os tributos são: impostos, taxas, contribuição de melhoria e o custeio do sistema de previdência dos servidores públicos municipais.

Parágrafo primeiro - Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Parágrafo segundo -Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo terceiro - Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

Art. 117 - Compete ao executivo municipal fixar e reajustar periodicamente os preços públicos e as tarifas, destinados a remunerar a utilização de bens e serviços públicos, bem como os relativos ao custeio de despesas com a prática de atos administrativos do interesse dos que o requerem.

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 118 - O Município de Santo Antonio de Leverger, Mt, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, da lei complementar e deste Código, tem competência legislativa plena, quanto a incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 119 - A competência tributaria é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar, de fiscalizar tributos, ou de executar Leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

Parágrafo primeiro - A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem a pessoa jurídica de direito público que a conferir.

Parágrafo segundo - A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

Parágrafo terceiro - Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 120 - É vedado ao Município:

I - exigir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça.

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores,ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea "b".

IV - utilizar tributo com efeito de confisco.

V - estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos.

VI - cobrar imposto sobre:

A) patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios;

b) patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei

c) templos de qualquer culto;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua competência ou destino.

Parágrafo primeiro - A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Parágrafo segundo -As vedações do inciso VI, "a" e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

Parágrafo terceiro - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

Parágrafo quarto - O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Parágrafo quinto - O disposto na alínea "b" do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título que possa representar rendimento, ganho ou lucro para os respectivos beneficiários;

b) aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo sexto - Não se considera instituição sem fins lucrativos aquela que:

a) praticar preços de mercado.

b) realizar propaganda comercial.

c) desenvolver atividades comerciais não vinculadas à finalidade da instituição.

Parágrafo sétimo - No reconhecimento da imunidade, poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houver, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

Parágrafo oitavo - No caso do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais previstas em lei.

Parágrafo nono - Na falta do cumprimento do disposto nos §§ 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

Art. 121 - Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo Único - Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes à entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 122 - A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

Art. 123 - A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

TITULO VII

IMPOSTOS

Art. 124 - Os impostos de competência privativa do Município são:

I - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

II - Imposto Predial e Territorial Urbano.

III - Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA/INCIDÊNCIA EFATO GERADOR

Art. 125 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviços arrolados na lista de serviços abaixo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Parágrafo primeiro - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.

Parágrafo segundo - Ressalvado as exceções expressas neste Código Tributário, os serviços mencionados na lista própria, não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS -, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Parágrafo terceiro - Os impostos de que trata este Código Tributário incidem ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos, explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com ou sem pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Parágrafo quarto - Considera-se também ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços, quando:

a - a base de cálculo for o preço do serviço, no momento da prestação.

b - quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, no primeiro dia seguinte ao de início da atividade e nos exercícios subseqüentes, no primeiro dia de cada ano.

Lista de serviços tributáveis:

1 - Serviços de informática e congêneres;

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas;

1.02 – Programação;

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, paginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres;

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da maquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres;

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

1.06 - Assessoria e consultoria em informática;

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados;

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas;

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagens e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prest6adoras de Serviço9 de Acesso Condicionado, de que trata a Lei 12.485 de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS);

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza;

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza;

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres;

3.01 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda;

3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands,quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões,canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza;

3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso,compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza;

3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres;

4.01 - Medicina e biomedicina;

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres;

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos socorros,ambulatórios e congêneres;

4.04 - Instrumentação cirúrgica;

4.05 – Acupuntura;

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares;

4.07 - Serviços farmacêuticos;

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia;

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental;

4.10 – Nutrição;

4.11 – Obstetrícia;

4.12 – Odontologia;

4.13 – Ortopédica;

4.14 - Próteses sob encomenda;

4.15 – Psicanálise;

4.16 – Psicologia;

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres;

4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres;

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie;

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres;

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência, médica, hospitalar, odontológica e congêneres;

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados,credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário;

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres;

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia;

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária;

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária;

5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres;

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie;

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres;

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres;

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinário;

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres;

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres;

6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres;

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres;

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas;

6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres;

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres;

7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres;

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo econgêneres;

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

7.04 – Demolição;

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço;

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres;

7.08 – Calafetação;

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores;

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização,pulverização e congêneres;

7.14 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baias, lagoas, represas, açudes e congêneres;

7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de arvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação. Manutenção e colheita da florestas, por quaisquer meios;

7.17 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;

7.18 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres;

7.19 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais;

7.20 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres;

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza;

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior;

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza;

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres;

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis,hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços);

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres;

9.03 - Guias de turismo;

10 - Serviços de intermediação e congêneres;

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada;

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer;

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial,artística ou literária;

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil(leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring);

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios;

10.06 - Agenciamento marítimo;

10.07 - Agenciamento de notícias;

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios;

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial;

10.10 - Distribuição de bens de terceiros;

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres;

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações;

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes;

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas;

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres;

12.01 - Espetáculos teatrais;

12.02 - Exibições cinematográficas;

12.03 - Espetáculos circenses;

12.04 - Programas de auditório;

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres;

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres;

12.07 - shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres;

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não;

12.10 - Corridas e competições de animais;

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador;

12.12 - Execução de música;

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas,shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo;

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres;

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles,óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres;

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza;

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia;

13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres;

13.02 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução,trucagem e congêneres;

13.03 - Reprografia, microfilmagem e digitalização;

13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia;

13.05- Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS;

14 - Serviços relativos a bens de terceiros;

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração,blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS);

14.02 - Assistência técnica;

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS);

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus;

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer;

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido;

14.07 - Colocação de molduras e congêneres;

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento;

14.10 - Tinturaria e lavanderia;

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral;

14.12 - Funilaria e lanternagem;

14.13 - Carpintaria e serralheria;

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento;

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados porinstituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito;

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito econgêneres, de carteira de clientes, de cheques prédatados e congêneres;

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas;

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral;

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade,atestado de capacidade financeira e congêneres;

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais;

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral abono de firmas, coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia;

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas, acesso a outro banco e a rede compartilhada fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo;

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão,alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins;

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing);

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, auto-

mático ou por máquinas de atendimento; fornecimento deposição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral;

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos,reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados;

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários;

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio;

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético,cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres;

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo,inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento;

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral;

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão;

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra,análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário;

15.19 – manutenção de títulos vencidos;

15.20 - quaisquer outros serviços correlatos de cobrança ou recebimento, tais como cancelamento de títulos de seguros;

15.21 - emissão de cheques administrativos, visamento e fornecimento de cheques de viagem;

15.22 - transferência de fundos;

15.23 - ordem de pagamento e de créditos, por qualquer meio;

15.24 - consultas em terminais eletrônicos;

15.25 - pagamento por conta de terceiros, inclusive feito fora do estabelecimento;

15.26 - guarda de bens em cofres ou caixas-fortes;

15.27 - fornecimento de segundas vias de aviso de lançamento e de extratos de conta;

15.28 - emissão de carnês;

15.29 - manutenção de contas inativas;

15.30 - abono de firmas, SPC, recolhimento e remessa de numerário;

15.31 - licenciamento, expediente, informações estatísticas e contratação de operações ativas (emissão de guias de importação e exportação, cheque especial, crédito em geral de outros);

15.32 - outros serviços de expediente, secretaria e congêneres, não abrangidos nos incisos anteriores;

15.33 - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;

15.34 - agenciamento de créditos ou de financiamento;

15.35 - recebimento de carnês, aluguéis, dividendos, títulos e contas em geral;

15.36 - administração e distribuição de co-seguros;

15.37 - intermediação na liquidação de operações garantidas por direitos creditórios;

15.38 - serviço de agenciamento e intermediação em geral;

15.39 - auditoria e análise financeira;

15.40 - fiscalização de projetos econômico-financeiros;

15.41 - consultoria e assessoramento administrativo;

15.42 - processamento de dados e atividades auxiliares;

15.43 - locação de bens móveis;

15.44 - resgate de letras com aceite de outras empresas;

15.45 - recebimento de tributos, contribuições, como PASEP/PIS, Previdência Social, FGTS e outras tarifas;

15.46 - pagamento de vencimento, salários, pensões e benefícios;

15.47 - administração de crédito educativo e seguro-desemprego;

15.48 - pagamento de contas em geral;

15.49 - outros serviços não especificados nos incisos anteriores, desde que não constituam fato gerador de imposto de competência da União ou do Estado;

16 – Serviços de Transporte de Natureza Municipal:

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviario de passageiros;

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal;

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres;

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens destalista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares;

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres;

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra;

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários;

17.07 - Franquia (franchising);

17.08 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;17.09 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

17.10 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS);

17.11 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros;

17.12 - Leilão e congêneres;

17.13 – Advocacia;

17.14 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica;

17.15 – Auditoria;

17.16 - Análise de Organização e Métodos;

17.17 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza;

17.18 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares;

17.19 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira;

17.20– Estatística;

17.21 - Cobrança em geral;

17.22 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral,relacionados a operações de faturização (factoring);

17.23 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres;

17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita);

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres;

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres;

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos,cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos,cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários,ferroviários e metroviários;

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios,movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo,serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres;

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros,armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres;

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres;

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

22 - Serviços de exploração de rodovia;

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais;

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres;

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres;

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners,adesivos e congêneres;

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners,adesivos e congêneres;

25 - Serviços funerários;

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres;

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos;

25.03 - Planos ou convênio funerários;

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios;

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento;

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bensou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, courrier e congêneres:

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres;

27 - Serviços de assistência social;

27.01 - Serviços de assistência social;

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza;

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza;

29 - Serviços de biblioteconomia;

29.01 - Serviços de biblioteconomia;

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química;

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química;

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres;

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres;

32 - Serviços de desenhos técnicos;

32.01 - Serviços de desenhos técnicos;

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres;

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres;

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres;

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres;

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas;

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas;

36 - Serviços de meteorologia;

36.01 - Serviços de meteorologia;

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins;

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins;

38 - Serviços de museologia;

38.01 - Serviços de museologia;

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação;

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço);

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda;

40.01 - Obras de arte sob encomenda;

Art. 126 - A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo.

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais. regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis.

III- do resultado financeiro obtido ou do pagamento do serviço prestado.

IV – da destinação dos serviços.

V – da denominação do serviço prestado.

VI – do fornecimento simultâneo de mercadorias.

Art.127 **-** Considera-se ocorrido o fato gerador no momento da prestação do serviço, para o caso de imposto fixo, no dia primeiro de janeiro de cada exercício ou em se tratando de inicio de atividade, na data de inicio declarada.

NÃO INCIDENCIA

Art. 128 -O imposto não incide sobre:

I **-** as exportações de serviços para o exterior do País.

II **-** a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

III **-** o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Art. 129 **-** Não se enquadram no disposto no inciso I do artigo anterior, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

ISENÇÃO

Art. 130 **-** São isentos do ISSQN, ficando apenas sujeitos ao pagamento da Taxa pelo exercício do Poder de Policia:

I **-** os vendedores ambulantes de bilhetes de loteria.

II **-** os serviços prestados, pessoalmente pelo próprio contribuinte e nas atividades unipessoais de caráter artesanal, doméstica ou musical.

III **-** bailes e festas tipicamente populares promovidos por particulares, entidades carnavalescas, sociedades e federações de sociedades prómelhoramentos de bairros e entidades de assistência social e religiosa, desde que franqueados ao público em geral, mediante pagamento de ingressos a preços módicos, na forma definida em Decreto.

IV **-** as demais situações previstas na legislação municipal esparsa, vigente em data anterior à da publicação desta Lei.

Art. 131 **-** A isenção prevista no inciso III do artigo anterior, deverá ser requerida a cada promoção e com antecedência mínima de cinco dias úteis da data da realização do evento.

CONTRIBUINTE

Art. 132 - O contribuinte do imposto sobre serviço de qualquer natureza é o prestador do serviço,empresa, profissional autônomo ou sociedade uniprofissional que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer das atividades relacionadas nesta lei.

Parágrafo Único **-** Para os efeitos deste imposto, entende-se:

I **-** por profissional autônomo, todo aquele que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício, com o auxílio de, no máximo,três empregados que não possuam a mesma habilitação profissional do empregador.

II **-** por empresa, todo aquele que exerce atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços,inclusive:

a) **-** toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive a sociedade de fato, que exercer a atividade econômica de prestação de serviços.

b) **-** toda e qualquer sociedade em comum que exercer a atividade econômica de prestação de serviços.

c) **-** a pessoa física que admita, para o exercício de sua atividade profissional, mais de três empregados e/ou um ou mais profissionais de mesma habilitação.

d) - o empreendimento instituído para a prestação de serviços com interesse econômico.

e) - o condomínio que prestar serviços a terceiros.

f) - as entidades que prestem serviços de registros públicos,cartorários e notariais.

g) - os clubes de investimentos registrados em Bolsa de Valores,segundo normas fixadas pela CVM.

h) - toda e qualquer espécie de cooperativa.

III - por sociedade uniprofissional, aquelas que prestem serviços relacionados nos subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12,4.13, 4.14, 4.16, 5.01 a 5.09, 7.01, 10.03, 17.13, 17.15, 17.18, 17.19 do art. 125 deste código, e que:

a) - possuírem até 05 (cinco) empregados não habilitados, para cada profissional habilitado.

b) - não tenham por sócio pessoa jurídica.

c) - não tenham natureza comercial, assim entendidas aquelas sujeitas a Registro Público de Empresas Mercantis.

d) **-** não tenham mais de um estabelecimento de qualquer espécie.

e) - não tenham, por objeto, atividade diversa da habilitação profissional de seus integrantes.

f) - possuam, em seu objeto social, os serviços relacionados neste inciso, salvo aquelas que pratiquem, de fato, tais serviços.

RESPONSÁVEL

Art. 133 - São solidariamente obrigados, perante a Fazenda Municipal, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.

Parágrafo primeiro - A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

Parágrafo segundo - A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo, entretanto, o sujeito passivo, atingido por seus efeitos, efetuar o pagamento do imposto incidente sobre o serviço antes de iniciado o procedimento fiscal.

Parágrafo terceiro - Consideram-se substitutos tributários os Titulares de Serviços Notariais e de Registros Públicos pela retenção e pagamento do ISS, tendo eles a obrigação de pagar ao Fisco Municipal os valores do imposto apurado e efetivamente pago no mês anterior pelos usuários dos serviços.

Art. 134 - São também solidariamente responsáveis com o prestador do serviço:

I - o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel para frete ou de transporte coletivo no território do Município.

II - o proprietário da obra.

III - o proprietário ou seu representante que ceder dependência ou local para a prática de jogos e diversões.

IV - os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas, de construção civil, de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros estabelecidos ou não no Município.

V - os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratadas, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra contratante.

VI - os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens pelo imposto devido pelos construtores ou empreiteiros.

VII - os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, para diversão publica ou não, pelo imposto ou taxas, devidos pelos locatários estabelecidos no Município e relativos à exploração desses bens.

VIII - os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, para diversão publica ou não, pelo imposto ou taxas, devidos pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens.

IX –Todo aquele que permitir em seu estabelecimento ou domicílio, exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto ou taxa, devido sobre essa atividade.

X –Todo aquele que efetuar pagamento de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto ou taxa cabível nas operações.

XI - Aquele que utilizar serviços de empresas, pelo imposto ou taxa incidente sobre as operações, se não exigir dos prestadores documentos fiscais idôneos;

XII - Aqueles que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto ou taxa incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição municipal;

XIII - As empresas administradoras de cartão de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados, localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitidos;

XIV - As companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas às vendas de passagens áreas.

Parágrafo primeiro - A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento:

I –Da taxa ou do imposto retido das pessoas físicas, à alíquota de 5% (cinco por cento), sobre o preço do serviço prestado ou pelo valor pré fixado no caso de taxa.

II –Da taxa ou do imposto retido das pessoas jurídicas, com base no preço do serviço prestado, aplicada a alíquota de 5% (cinco por cento) de imposto e pré fixado para taxa.

III –Da taxa ou do imposto incidente, nos demais casos.

Parágrafo segundo - A responsabilidade prevista é inerente a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária.

ESTABELECIMENTO PRESTADOR

Art. 135–O serviço considera-se prestado e o imposto devido, no local do estabelecimento prestador ou na falta do estabelecimento, no local do domicilio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, da lista de serviços.

Parágrafo primeiro - considera-se estabelecimento prestador:

I - o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

II - o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto,mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas,equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

Parágrafo segundo- Unidade Econômica ou Profissional é uma Unidade FísicaAvançada, não necessariamente de Natureza Jurídica, onde oprestador de serviço exerce atividade econômica ou profissional.

Paragrafo terceiro -A existência da Unidade Econômica ou Profissional é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos*:*

I – Manutenção de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos ou de equipamentos.

II – Estrutura organizacional ou administrativa.

III – Inscrição em órgãos públicos, inclusive previdenciários.

IV – Indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos.

V– Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica ou social da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários,correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda,publicidade, telefone, contas de energia elétrica, água, gás e outras.

Art. 136 - Será ainda devido o imposto neste Município, nos seguintes casos:

I - quando o prestador do serviço utilizar-se de estabelecimento situado no seu território seja sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras denominações que venham a ser utilizadas;

II - quando a execução de obras de construção civil se localizar no seu território;

III - quando o prestador do serviço, ainda que nele não domiciliado, venha exercer atividades no seu território, em caráter habitual, permanente ou temporário;

IV - quando os serviços forem prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, sempre que houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário do serviço.

V - em relação aos estabelecimentos bancários e/ou assemelhados, cujos serviços estão elencados no item 15 da lista de serviços do art. 125 deste código.

Parágrafo primeiro - Não serão incluídos na base de cálculo dos serviços de que trata o item “V” supra, os valores cobrados a título de despesas com portes do correio, telex e tele processamentos necessários à prestação dos serviços.

Parágrafo segundo - As sociedades de créditos, investimento e financiamento terão o imposto calculado sobre os seguintes serviços:

a)cobrança de créditos ou de obrigações de qualquer natureza.

b) custódia de valores.

c) comissão sobre o agenciamento e intermediação da captação direta e indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais.

d) serviços de planejamento ou assessoramento financeiro.

e) taxa de distribuição sobre a administração de fundos.

f) taxa de cadastro.

g) administração de clube de investimento.

h) outros serviços não especificados.

Parágrafo terceiro - As entidades a que se refere o parágrafo precedente devem exigir de seus agentes autônomos, para o exercício de suas atividades, a inscrição no Cadastro de Atividades Econômicos do Município, sob pena de serem consideradas responsáveis pelo pagamento do imposto por eles devido.

Parágrafo quarto - A captação direta de recursos oriundos de incentivos fiscais, entendida como a desenvolvida pela própria entidade administradora (bancos de investimentos, sociedades de créditos e financiamento e sociedade corretoras), fica excluída da base de cálculo dos serviços prestados pelas entidades referidas no § terceiro.

Parágrafo quinto - As sociedades de crédito, investimento e financiamento ficam liberadas da emissão de notas fiscais de serviços e da escrituração do livro de Registro de Serviços Prestados.

Art. 137 - O imposto incidente sobre a prestação de serviços, através de Cartão de Crédito, será calculado sobre o preço total dos serviços decorrentes de:

I - taxa de inscrição do usuário no Cartão de Crédito.

II - taxa de alteração contratual e outras congêneres.

III - taxa de renovação anual do Cartão de Crédito.

IV - taxa de filiação do estabelecimento.

V - comissão recebida dos estabelecimentos filiados (lojistas, associados), a título de intermediação.

VI - todas as demais taxas a títulos de administração.

Parágrafo primeiro - Os serviços de locação de veículos, barcos, aviões, helicópteros e assemelhados, a terceiros, estão sujeitos ao recolhimento do imposto sobre serviços pela receita bruta.

Parágrafo segundo - Aqueles que se dedicam ao agenciamento de transporte intermunicipal, sem frota própria, terão como receita tributável, a diferença entre o preço recebido e o preço efetivamente pago à transportadora.

Parágrafo terceiro - O imposto apurado pelos Titulares dos Serviços Notariais e de Registros Públicos será acrescido ao valor pago a título de emolumentos pelo Usuário do Serviço, e terá como base de cálculo o valor previsto na Tabela Estadual vigente à época da prestação do serviço.

BASE DE CALCULO

Art.138- A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Parágrafo primeiro - Entende-se por preço do serviço, a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de condição.

Parágrafo segundo - Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza

Parágrafo terceiro- Na falta de preço do serviço ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.

Art. 139 - Quando os serviços descritos no subitem 3.03 da lista de serviços constante do art. 125, forem prestados no território demais de um Município, a base de cálculo será proporcional,conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza ou ao número de postes, existentes em cada Município.

Parágrafo primeiro - Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços constante do artigo 125 deste codigo.

Parágrafo segundo - Incluem-se na base de cálculo, quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço, bem assim o valor do imposto incidente.

Parágrafo terceiro – Incluem-se também na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos.

.Art. 140 - Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição, integram o preço do serviço, quando previamente contratados.

Art. 141 - Os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie, constituem parte integrante do preço.

Art. 142 - A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, do ônus relativo à obtenção de financiamento, ainda que cobrado em separado.

Art. 143 - Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

Art. 144 - No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não ilide a tributação pelo exercício de atividade de prestação de serviços no território do Município, segundo as regras gerais.

Art. 145 - O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.

Parágrafo Único - O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

Art. 146- Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.

Parágrafo único - Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

Art. 147- Mercadoria:

I – é o objeto de comércio do produtor ou do comerciante, que a adquire para revender a outro comerciante ou ao consumidor.

II – é a coisa móvel que se compra e se vende, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados, feiras e comercio em geral.

III – é todo bem móvel sujeito ao comércio, ou seja, com destino aser vendido.

IV – é a coisa móvel que se encontra na posse do titular de um estabelecimento comercial, industrial ou produtor, destinando-se a ser por ele transferida, no estado em que se encontra ou incorporada a outro produto.

Art. 148- Material:

I – é o objeto que, após ser comercializado, pelo comércio do produtor ou do comerciante, é adquirido pelo prestador de serviço,não para revender a outro comerciante ou ao consumidor, mas para ser utilizado na prestação dos serviços previstos na lista de serviços constante deste código.

II – é a coisa móvel que, comprada, por atacado ou a varejo, nas lojas, armazéns, mercados ou feiras, adquirida, pelo prestador de serviço, para ser empregada na prestação dos serviços previstos na lista de serviços constante deste código.

III – é todo bem móvel que, não sujeito mais ao comércio, ou seja,sem destino a ser vendido, por se achar no poder ou na propriedade de um

estabelecimento prestador de serviço, é usado na prestação dos serviços previstos na lista de serviços constante deste código.

IV – é a coisa móvel que, logo que sai da circulação comercial, se encontra na posse do titular de um estabelecimento prestador de serviço, destina-se a ser por ele aplicada na prestação dos serviços previstos na lista de serviços constante deste código.

Art. 149 - Sub-empreitada:

I – é a terceirização total ou parcial de um serviço global previsto na lista de serviços constante deste código.

II – é a terceirização de uma ou de mais de uma das etapas específicas de um serviço geral previsto na lista de serviços constante deste código.

Art. 150- O preço do serviço ou a receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída a sua prestação.

Art. 151- Os sinais e os adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos.

Parágrafo primeiro - O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05da lista de serviços do art. 125 deste código, não se inclui na base de calculo de incidência do ISSQN;

Parágrafo segundo- O valor da dedução dos materiais previstos nos itens 7.02 e 7.05, do art. 125, que trata o inciso I do parágrafo anterior, deverá ser comprovado contabilmente pela escrituração fiscal individualizada do material utilizado em cada obra, devendo ainda, serem acobertados por Notas Fiscais de compra dos materiais e comprovada a sua incorporação à obra, que passará a integrar o patrimônio do tomador dos serviços, caracterizando a acessão física prevista no Código Civil.

Parágrafo terceiro- Não sendo possível comprovar o montante e o valor dos materiais utilizados e incorporados à obra, exatamente na forma do parágrafo anterior, considerar-se-á como valor Base de Cálculo de incidência do ISSQN, o equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do valor da Nota Fiscal e ou do serviço de execução da obra, como sendo de materiais incorporados, incidindo a alíquota sobre os 50%(cinqüenta por cento) restantes.

Parágrafo quarto - Para efeitos deste artigo, consideram-se materiais fornecidos pelo prestador do serviço tão somente àqueles que permanecerem incorporados à obra após sua conclusão, desde que a aquisição pelo prestador seja comprovada por documento fiscal idôneo e discriminados com o seu valor, no documento fiscal emitido em decorrência da prestação de serviços. c) - material aplicado e incorporado, quanto às obras civis e prestação de serviços de hotelaria, pousadas e day-use.

Art. 152 - Para a apuração da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando a nota fiscal for composta por serviços, materiais e mercadorias, será considerado:

.I - o valor discriminado na nota fiscal de prestação de serviços a título de:

a) - mão-de-obra.

b) - taxa de administração.

c) - material aplicado e incorporado, quanto às obras civis e a prestação de serviços de hotelaria, pousadas e similares com day-use.

II - o valor total da nota fiscal de prestação de serviços, quando se tratar de serviço de terraplenagem.

III - 50% (cinqüenta por cento) do valor total da nota fiscal, como prestação de serviços, quando não houver a comprovação dos materiais e mercadorias aplicados, à obra e aos serviços de hotelaria, pousadas e similares com day-use.

Parágrafo primeiro- Quando se tratar de emissão de nota fiscal de prestação de serviços com discriminação dos serviços e do material incorporado à obra, deverá o contribuinte ou responsável, manter em arquivo os documentos (notas fiscais) referentes ao material pelo prazo de 5(cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao que se deu a emissão da nota fiscal de prestação de serviços e apresentar à fiscalização municipal quando solicitada.

Parágrafo segundo- As notas fiscais que visam comprovar os materiais aplicados deverão conter obrigatoriamente: a data, o nome da empresa construtora e o endereço da obra, sob pena de serem desconsiderados os documentos para fins de dedução.

Parágrafo terceiro**-** Somente poderão ser consideradas para fins de comprovação de materiais aplicados na obra, as notas fiscais de materiais cujas datas estejam dentro do período inicial da construção,estipulado no contrato de prestação de serviços e a data de emissão da última nota fiscal de prestação de serviços, desde que devidamente escrituradas no movimento contábil da empresa construtora ou sub-empreiteira.

Parágrafo quarto - A empresa construtora poderá deduzir da base de cálculo do imposto, o valor tributado através de estimativa e recolhido por ocasião da expedição do Alvará de Construção, mediante comprovação da antecipação do recolhimento.

Parágrafo quinto- O valor tributado através de estimativa por ocasião da expedição do Alvará de Construção, será deduzido observando a ordem cronológica das notas fiscais para cada obra, mediante atualização do valor estimado recolhido até a data da emissão da primeira nota fiscal. O saldo remanescente também será atualizado até a data da emissão da próxima nota fiscal e sucessivamente até zerar o valor recolhido por estimativa.

Parágrafo sexto- A atualização prevista no parágrafo anterior será efetuada considerando o disposto no Código Tributário Municipal.

Art. 153- Quando a prestação do serviço for subdividida em partes,considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Parágrafo único- A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação ao outro.

Art. 154- As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Art. 155- Na falta do preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, poderá ser fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

ARBITRAMENTO

Art. 156- A autoridade administrativa lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

I - o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória.

II - o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas.

III - serem omissos ou pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo ou quando estes não possibilitem a apuração da receita.

IV - existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço.

V - não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé.

VI - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente.

VII - prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado.

VIII - flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados.

IX - serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

Parágrafo Único - O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 157 - Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o fisco considerar:

I - os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;

II - as peculiaridades inerentes à atividade exercida.

III - os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo.

IV - o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.

Parágrafo primeiro - A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo, o somatório dos valores das seguintes parcelas:

a)o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;

c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;

d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

Parágrafo segundo - Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

Art. 158 - A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo, lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto ao próprio sujeito passivo,relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores ou a contribuintes que promovam prestações semelhantes.

Parágrafo primeiro- O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do estabelecimento ou à efetivação das prestações.

Art. 159- O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

I - a identificação do sujeito passivo.

II - o motivo do arbitramento.

III - a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo.

IV - as datas, inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham sido desenvolvidas as atividades.

V - os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária.

VI - o valor da base de cálculo arbitrado, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados.

VII - o ciente do sujeito passivo ou se for o caso, a indicação de que este se negou a apor o ciente.

Parágrafo primeiro - Se houver documentos, deverão acompanhar o Termo de Arbitramento, as cópias daqueles que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificadas.

ALIQUOTAS

Art. 160- O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,será calculado mediante a aplicação das alíquotas estabelecidas nas Tabelas em Anexo a esta Lei, sobre a receita bruta da atividade declarada pelo prestador dos serviços e constante em seus documentos constitutivos.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – TRABALHO PESSOAL

Art. 161- Quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será fixo e anual,estabelecido em função da formação escolar ou profissional exigida para o exercício da atividade, de acordo com a categoria declarada e constante das Tabelas em anexo.

Parágrafo primeiro- Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte, aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo, sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

Parágrafo segundo- Não descaracteriza o serviço pessoal, o auxílio ou ajuda de quem não colabora para a produção do serviço.

Parágrafo terceiro - Quando os serviços forem prestados por sociedades simples, porém, realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma do artigo anterior,calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio,empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Parágrafo quarto– As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

APURAÇÃO

Art. 162- O imposto a recolher será apurado:

I- mensalmente, pelo próprio sujeito passivo, através da aplicação da alíquota sobre a receita bruta da atividade respectiva.

II – pela Autoridade Fiscal, quando fixo ou devido por estimativa.

Parágrafo primeiro- Em substituição ao regime de apuração mencionado no inciso I retro:

I - a apuração será feita por prestação de serviço.

II - quando realizada por contribuinte não inscrito no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC ou que esteja desobrigado de manter escrituração fiscal.

III- quando realizada por contribuinte com inscrição temporária,deferida em despacho do Diretor de Tributos Municipais.

IV- quando realizada por contribuinte submetido a regime Especial de Fiscalização.

Parágrafo segundo- O valor do imposto apurado nos termos deste artigo será declarado em Guia de Informação Fiscal – GIF, arquivo eletrônico ou meio magnético, conforme dispuser regulamento.

ESTIMATIVA FISCAL

Art. 163- Quando o volume ou modalidade dos serviços aconselhar tratamento fiscal diferente, a autoridade fiscal poderá exigir ou autorizar o lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza por estimativa mensal fundamentada.

Parágrafo primeiro - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade fiscal, a qualquer tempo, de modo geral, por categoria ou individualmente.

Parágrafo segundo- Os valores da estimativa, que deverá ser confirmada ou modificada anualmente, podem ser revistos, a qualquer tempo,reajustando as parcelas do imposto.

Art. 164 - O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório.

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização.

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação.

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade, volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.

Parágrafo primeiro - No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Parágrafo segundo - Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente, sob pena de inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

Art. 165 - O Regime especial de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, por estimativa mensal, obedecerá as seguintes regras e as demais previstas no Código Tributário Municipal:

I – com base em informações do contribuinte ou em outros elementos,será estimada a receita bruta e conseqüentemente o respectivo valor do imposto.

II - na ausência de informações contábeis, o contribuinte poderá utilizar os dados informados à Secretaria da Receita Federal em cumprimento da legislação específica, relativos ao Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

III – o imposto calculado na forma deste artigo será lançado para um exercício financeiro ou proporcionalmente ao número de meses,na hipótese do início ou da baixa da atividade ocorrer no de curso do exercício de referência.

IV - o contribuinte que estiver recolhendo o imposto na forma prevista neste artigo deverá, até 30 (trinta) dias após o encerramento do período previsto no Inciso anterior, apresentar uma Guia de Informação Fiscal – GIF de ajuste, confrontando os valores recolhidos por estimativa com os apurados regularmente em sua escrita, observado o seguinte:

a)- se constatado que o valor recolhido foi inferior ao que seria efetivamente devido, deverá recolher a importância apurada, no prazo de 30 (trinta) dias após a apuração, independentemente de qualquer iniciativa por parte do Poder Público, quando a este for devido.

b)- se constatado que o valor recolhido foi superior ao que seria efetivamente devido, compensar a importância com o montante a recolher no período seguinte.

c)- o pagamento e a compensação prevista nas alíneas “a” e “b”,extinguem o crédito tributário sob condição resolutória da ulterior homologação pela autoridade fiscal.

V – O imposto será pago por estimativa em doze parcelas, nos meses de janeiro a dezembro, até o 10º dia do mês subsequente da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único – Apurado o valor a recolher na revisão da estimativa poderá o município conceder parcelamento em 05 (cinco)parcelas, iguais e sucessivas, na forma da legislação aplicável,respeitando o limite mínimo de cada parcela equivalente a 08 (oito) UPFM.

Art. 166- O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza deverá ter em conta a situação fática dos serviços prestados no momento de sua prestação.

Art. 167- Sempre que julgar necessário à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da datada cientificação, prestar declarações sobre as prestações de serviços, com base nas quais poderá ser lançado o imposto.

Art. 168 - O valor da estimativa será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.

Art. 169 - O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.

Art. 170- Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.

LIQUIDAÇÃO

Art. 171- A obrigação tributária considera-se vencida no último dia do período de apuração e será liquidada:

I - tratando-se de imposto proporcional à receita bruta, por compensação ou mediante pagamento em dinheiro, observando-se o seguinte:

a) - por compensação até o montante dos créditos fiscais apurados e escriturados na escrita fiscal.

b) - se o montante dos créditos for insuficiente para cobrir o imposto apurado no período, a diferença será liquidada em até 10 dias após o encerramento do período de apuração.

c) -se o montante dos créditos superar o imposto apurado noperíodo, a diferença será transportada para o período seguinte.

II- tratando-se de imposto fixo, em dinheiro.

FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

Art. 172- O imposto será recolhido em qualquer agência bancária da rede autorizada, através de Documento de Arrecadação Municipal, em modelo oficial, estabelecido em portaria da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 173- O Imposto Sobre Serviços será recolhido:

I - por meio de guia/boleto emitida/autorizada pelo Poder Público, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos, através de ato do Executivo Municipal.

II - por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação.

Parágrafo primeiro - No caso de notificação de lançamento, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega da notificação ao contribuinte.

Parágrafo segundo - É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, operação por operação ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.

Parágrafo terceiro - Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar, em guia própria, a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência do imposto.

Art. 174- No ato da inscrição e encerramento, o recolhimento do tributo será proporcional à data da respectiva efetivação da inscrição ou encerramento da atividade.

Art. 175 - A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, na forma e nos prazos que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.

Parágrafo Único - A falta da retenção do imposto implica em responsabilidade do pagador pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas neste Código Tributário.

Art. 176 - Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 177 - O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, será efetuado:

I - de ofício pela autoridade fiscal, nos seguintes casos:

a) - na prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte.

b) - na prestação de serviço sob a forma de sociedade de profissional liberal.

c) - conforme a lei determinar.

d) - quando a declaração não é prestada ou inexata, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

e) - quando houver inexatidão do lançamento por homologação.

f) - quando houver comprovação de ação ou omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

g) - quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal.

II – efetuado, pelo próprio sujeito passivo, sujeito a ulterior homologação pela Autoridade Fiscal, quando estiver sujeito à tributação sobre a receita bruta.

III – por estimativa.

Parágrafo primeiro - Sobre o crédito tributário constituído na forma deste artigo, incidirão os juros moratórios e as multas previstas na legislação tributária.

Parágrafo segundo - O pagamento antecipado do sujeito passivo extingue,potencialmente, o crédito tributário, todavia, a extinção,efetiva, fica condicionada à resolução da ulterior homologação do lançamento.

Parágrafo terceiro- Nos casos previstos nas alíneas “a” e “b”, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou de sociedade de profissional liberal será recolhido, através de Documento de Arrecadação Municipal, em cota única, pela rede bancária, até o dia 15 do mês de fevereiro do exercício a que se referir.

Parágrafo quarto- Nos casos previstos nas alíneas “c” a “f”, o Imposto Sobre Serviços- ISS será recolhido, com os devidos acréscimos legais, até30(trinta) dias após o ciente do fato gerador.

Parágrafo quinto - Nos casos previstos nos incisos II e III, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN deverá ser recolhido, de forma espontânea, diretamente, pelo próprio sujeito passivo, através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, até o 10º dia do mês subseqüente de ocorrência do fato gerador.

Art. 178– O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando retido na fonte ou por substituição tributária será recolhido, diretamente pelo próprio sujeito passivo, através de Documento de Arrecadação Municipal, até o 10º dia do mês subseqüente da ocorrência do fato gerador. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,será recolhido, por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes deste Município.

Art. 179- O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, devido na construção civil deverá ser recolhido, à vista ou parceladamente, durante a execução da obra.

I - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – sobre construção, reforma e demolição, de edificações residenciais uni familiares, será calculado pelo valor previsto no Código Tributário Municipal e nas disposições desta Lei.

II - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, sobreconstrução, reforma e demolição, de edificações residenciais Multifamiliares, comerciais e industriais, será calculado,mensalmente, através da apuração dos serviços realizados na referida obra.

Parágrafo primeiro - No caso de Sub-empreitada, será calculado, através da aplicação de alíquota constante de Tabela própria, sobre o valor da Nota Fiscal de prestação de serviço ou Contrato de Empreitada. A tomadora dos serviços deve fazer a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme preceituam os arts.196 e seguintes.

Parágrafo segundo- O contribuinte deverá apresentar o cálculo das áreas reais das unidades autônomas, sendo que a soma das áreas das unidades autônomas deve ser igual à área total do empreendimento aprovado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo terceiro - Quando do pedido de liberação da carta de *habite-se*, o contribuinte deverá apresentar os comprovantes de recolhimento doISSQN, para que a fiscalização possa verificar se os valores recolhidos suprem os valores estimados.

Parágrafo quarto -Se o total do ISSQN recolhido sobre a referida obra for menor que os previstos na legislação, o contribuinte deverá efetuar o pagamento da diferença apurada. A Prefeitura somente liberará o Habite-se, mediante a comprovação de quitação do ISSQN da diferença apurada.

Art. 180- Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte osserviços prestados aos órgãos da administração pública da União,do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Parágrafo único - Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

Art. 181- As entidades mencionadas no artigo anterior deverão fornecer, em duas vias, aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte - CRIF, em modelo aprovado em Portaria pelo Secretário Municipal de Fazenda.

Parágrafo único - O comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido ao prestador no momento do pagamento do serviço.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 182- Compete à Secretaria Municipal de Fazenda a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Art. 183– Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não,que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária.

Art. 184- Presumir-se-á prestação de serviço tributável nãoregistrada, quando se constatar:

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário,quer esteja escriturado ou não.

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte.

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze)meses imediatamente anteriores.

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente.

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário.

VI - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços,despesas e outros ativos e passivos, em valores superiores às disponibilidades do período.

VII - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e nãoescriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada.

VIII - a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processament ode dados ou outro meio qualquer, utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurado mediante a leitura do equipamento.

Parágrafo primeiro- Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

Parágrafo segundo- Não produzirá os efeitos previstos no § 1º a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos.

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos, contiverem omissões ou vícios ou quando se verificar que as quantidades,operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido.

IV- o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exibir seus livros e documentos para exame.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 185 - Constitui infração, toda ação ou omissão voluntária ou involuntária que importe em inobservância, por parte da pessoa física ou jurídica, de normas estabelecidas por este Código Tributário, regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações independe da intenção do agente, do responsável, efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 186 - As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 20 (vinte) UPFM, no caso de falta de comunicação da inexistência de receita tributável no prazo previsto para recolhimento do tributo.

II - multa de importância igual a 50 (cinquenta) UPFM, nos casos de:

a) não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotação das alterações ocorridas;

b) inscrição ou alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do evento.

III - multa de importância igual a 55,00 (cinquenta e cinco), UPFM nos casos de:

a) falta de livros e documentos fiscais.

b) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previsto em regulamento.

c) falta de apresentação de informação econômico-fiscal de interesse da Administração Tributária.

d) quebra da sequência das notas fiscais.

e) atraso na entrega da DMS.

IV - multa de importância igual 20% (vinte por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das ações abaixo, observada a imposição mínima de 37,00 (trinta e sete) UPFM e máxima de 755,00 (setecentos e cinquenta e cinco) UPFM, sem prejuízo das demais cominações legais:

a)falta de emissão de nota Fiscal ou outro documento admitido pela Administração.

b) falta de autenticação de livros e documentos fiscais.

c) uso indevido de livros e documentos fiscais.

d) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais.

e) falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.

f) escrituração atrasada ou em desacordo com o regulamento.

g) falta, erro ou omissão de declaração de dados.

V - multa de importância igual a 30% (trinta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das ações abaixo, observada a imposição mínima de 188,00 (cento e oitenta e oito) UPFM e máxima de 1.130,00 (um mil, cento e trinta) UPFM, sem prejuízo das demais cominações legais.

a) impressão sem autorização prévia da Administração Tributária, aplicável ao impressor e ao usuário.

b) impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados aplicável ao impressor e ao usuário.

c) fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais quando falsos, aplicável ao impressor e ao usuário.

d) inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros e documentos por 05 (cinco) anos, não comunicada na forma da lei.

e) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração de crédito fiscal, por período de apuração.

VI - multa de importância igual a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto nas infrações qualificadas em decorrência das ações abaixo, observada a imposição mínima de 226,00 (duzentos vinte e seis) UPFM e máxima de 1.886,00 (um mil, oitocentos e oitenta e seis) UPFM, sem prejuízo das demais cominações legais:

a) emissão e expedição de nota fiscal ou outro documento, previsto em lei, com duplicidade de numeração em bloco diverso.

b) preço diferente ou diverso nas vias da nota fiscal de mesma numeração e série.

c) declaração, no documento fiscal, de preço inferior ao valor real da operação.

d) utilização de notas fiscais sem a devida autorização da repartição fiscal competente.

e) utilização de notas fiscais com prazo de validade vencido.

f) adulteração de livros e documentos fiscais que resultem ou possam resultar em falta de recolhimento de tributos.

VII - multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção devida, sem prejuízo das demais cominações legais.

VIII - multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto retido, sem prejuízo das demais cominações legais.

IX - multa equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto devido, em caso de comunicação falsa em documento de arrecadação, da inexistência de movimento tributável, sem prejuízo das demais cominações legais.

X - multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, em caso de não recolhimento, no todo ou em parte, do imposto devido, apurado em auto de infração sem prejuízo das demais cominações legais.

XI - aquele que embaraçar ou causar impedimento de qualquer forma à fiscalização, será punido com as seguintes multas:

a)de 56,00 (cinquenta e seis) UPFM pelo não atendimento ao primeiro pedido de intimação no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

b) de 94,00 (noventa e quatro) UPFM pelo não atendimento ao segundo pedido de intimação no prazo máximo de 03 (três) dias.

c) de 188,00 (cento e oitenta e oito) UPFM pelo não atendimento ao terceiro pedido de intimação no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Parágrafo Único - Verificado o não atendimento das 3 (três) intimações a que se refere o inciso XI deste artigo, proceder-se-á ao arbitramento, na conformidade do que dispõe o art. 154 e seguintes, deste Código.

Art. 187- Os contribuintes infratores, após o devido processo fiscal-administrativo, poderão ser declarados devedores remissos e proibidos de transacionar a qualquer título com a Administração Pública Municipal, inclusive com suas Autarquias e Fundações.

Paragrafo primeiro - A proibição de transacionar compreende a participação em licitação pública, bem como a celebração de contrato de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

Paragrafo segundo - A declaração de devedor remisso será feita decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão condenatória no processo fiscal-administrativo, desde que o contribuinte infrator não tenha feito prova da quitação do débito ou não ajuíze ação judicial para anulação do crédito tributário.

Art. 188- O contribuinte que, repetidamente cometer infração às disposições do presente Código Tributário, poderá ser submetido por ato do Secretário Municipal da Fazenda, a sistema especial de controle e fiscalização, conforme definido em regulamento.

Paragrafo primeiro - A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.

Paragrafo segundo - Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.

Paragrafo terceiro - O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

Art. 189 - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 190 – Para o caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária, será aplicada a de maior penalidade.

DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

Art. 191 - Na prestação dos serviços referentes aos subitens 7.02 e 7.05 da lista constante deste Código, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação, que fica sujeita ao ICMS.

Art. 192- Considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o objetivo de promover e realizar a construção para alienação total ou parcial de edificações ou conjunto de edificações de unidades autônomas.

Paragrafo primeiro - Considera-se incorporador qualquer pessoa física ou jurídica que, embora não efetuando a construção, compromisse ou realize a venda de frações ideais de terreno, efetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, às edificações em construção ou a serem construídas sob regime de condomínio ou ainda, a pessoa que meramente aceite proposta para efetivação dessas transações, coordenando ou levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega das obras concluídas, pelo seu preço e demais condições estipuladas.

I - Entende-se também como incorporador, o proprietário ou titular de direitos aquisitivos, que contrate a construção de edifícios destinados à constituição de condomínios, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.

II - Nos casos de obras executadas dentro do Plano Nacional de Habitação, caracteriza-se a ocorrência do fato gerador do imposto, pelo compromisso de venda de cada unidade antes do "habite-se", sendo o momento da incidência determinado pelo comprovante do sinal de aquisição da unidade, correspondente ou não a parcela das cotas de construção e do terreno.

Paragrafo segundo - São compreendidos como parte integrante das obras a que se refere o art. 150 deste Código, apenas quando realizados pela própria empresa construtora ou pelos respectivos subempreiteiros, os seguintes serviços:

a) escavação,movimento de terra, desmonte de rocha manual ou mecânico, rebaixamento de lençol freático, submuração e ensecadeiras que integram a obra.

b) serviços de fundação, estacas, tubulações e carpintaria de formas;

c) serviços de mistura de concreto ou asfalto.

d) serviços de ladrilheiro, azulejista, pastilheiro e estucador, compreendendo revestimento em todas as modalidades.

e) serviços de colocação de esquadrias, armações, vidros e telhados;

f) serviços de serralheria.

g) pavimentação de prédios com tacos, frisos, lajes e outros materiais não especificados.

h) impermeabilização e pintura em geral.

i) instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.

j) demolição, quando for prevista no contrato para execução de obra, no lugar do prédio a ser demolido.

Paragrafo terceiro - As construções civis que envolvam atividades de incorporação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Paragrafo quarto - A tributação a que se sujeitam as atividades de incorporação referidas no parágrafo antecedente, obedecerá ao regime de dedução estabelecido neste Código Tributário Municipal.

Paragrafo quinto - Ficam sujeitas à incidência do ISS as incorporações imobiliárias em que o incorporador assuma as funções de construtor, seja sob a modalidade de empreitada ou administração.

Art. 193 - O Poder Executivo disciplinará em regulamento, controle, operacionalidade e forma de usufruir as disposições desta seção.

BASE DE CÁLCULO FIXA

Art. 194 - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

Art. 195 - Quando se tratar de prestação de serviços de diversão pública,aparelhos, máquinas ou outros equipamentos, na modalidade de jogos de mesas – futebol/sinuca ou assemelhados,mediante a venda de fichas, o imposto poderá ser pago a critério do contribuinte, semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho e/ou anualmente,em 15 de janeiro, do ano corrente,através do recolhimento do valor fixado pelo Poder Público, porcadaunidade utilizada no estabelecimento.

RETENÇÃO – substituição tributaria

Art. 196 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte, como substituição tributária, pelo tomador dos serviços prestados, por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:

I - os órgãos da Administração Direta da União, Estado e do Município, bem como suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Santo Antonio de Leverger.

II - estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

III - empresas de rádio, televisão e jornal.

IV - incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra.

V - todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados.

VI - todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.

VII - as companhias de aviação em relação às comissões pagas pelas vendas de passagens aéreas e de transporte de cargas.

VIII - as incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pelas corretagens do imóvel.

IX - as empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pelas corretagens de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de consertos de bens sinistrados.

X - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou concessionários.

XI - as instituições financeiras, em relação ao pagamento dos serviços de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, transporte de valores e fornecimento de mão-de-obra.

Paragrafo único – O Poder Executivo regulamentará as condições da substituição tributaria, através da emissão de Decreto expedido especialmente para tal finalidade;

Art. 197 - Ficam excluídos da retenção, a que se refere este artigo, os serviços prestados por profissional autônomo, inscritos no Cadastro de Contribuinte deste Município, cujo regime de recolhimento do ISS seja fixo mensal.

Paragrafo primeiro - No caso deste artigo, se o contribuinte prestador do serviço comprovar ter sido pago o imposto neste Município, cessará a responsabilidade da fonte pela retenção do tributo.

Paragrafo segundo - Além das prestações de serviço catalogadas nos respectivos incisos deste artigo, o alcance da norma estender-se-á a qualquer outra atividade, aqui não arrolada, prestada ao contribuinte.

Paragrafo terceiro - O poder Executivo fica autorizado a acrescentar ou excluir qualquer contribuinte do regime de substituição tributaria, na forma que dispuser o regulamento.

Paragrafo quarto - A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação de serviço.

Paragrafo quinto - Não será retido na fonte o Imposto Sobre Serviços das empresas sob regime de estimativa ou quando o prestador de serviço apresentar nota fiscal avulsa, emitida pela Secretaria Municipal, responsável pela Gestão Fazendária.

Art. 198 - As empresas sob regime de estimativa deverão comprovar seu enquadramento com a apresentação da Portaria de Estimativa expedida pela Secretaria Municipal, responsável pela Gestão Fazendária.

Art. 199 - Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS,fornecerão ao prestador de serviço recibo da retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.

Art. 200 - Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhes foram retidos na fonte pagadora, tendo por documento hábil o recibo a que se refere o artigo anterior.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 201- Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou isentas do imposto, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.

Art. 202 - As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excetuam outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria.

Art. 203 - O contribuinte poderá ser autorizado a se utilizar de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO

Art. 204 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços previsto neste Código Tributário, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município.

Art. 205 - A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica.

II - antes do início da atividade, no caso de pessoa física.

Art. 206-As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Municipal, que as poderá rever a qualquer tempo, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Parágrafo Único - A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas cabíveis.

Art. 207 -A obrigatoriedade da inscrição se estende às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 208- O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

Paragrafo primeiro - Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício na forma que dispuser o regulamento.

Paragrafo segundo - A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 209 - É facultado à Fazenda Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital, dos contribuintes.

DECLARAÇÕES FISCAIS

Art. 210 - Além da inscrição e as respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e nos prazos que dispuser o regulamento.

ESCRITURAÇÃO FISCAL

Art. 211 - Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:

I - manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados.

II - emitir notas fiscais eletronicas dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços.

Art. 212 - O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.

Art. 213 - Os prestadores de serviços ficam obrigados a inscrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.

Art. 214 - Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

Art. 215 - O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços, terá início com:

I - a lavratura do termo de início de fiscalização.

II - a notificação e/ou intimação de apresentação de documento.

III - a lavratura do auto de infração.

IV - a lavratura de termos de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais.

V - a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.

Parágrafo primeiro - O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

Parágrafo segundo - O ato referido no inciso I valerá por 90 (noventa) dias, prorrogável por até mais 2 (dois) períodos sucessivos, com qualquer ato escrito que indique o prosseguimento da fiscalização.

Parágrafo terceiro - A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em notificação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados neste Código Tributário.

DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 216 - A prova de quitação do Imposto Sobre Serviços é indispensável para:

I - a expedição do visto de conclusão (habite-se) de obras de construção civil.

II - o recebimento de obras e/ou serviços contratados com o município.

III - o arquivamento de quaisquer alterações contratuais de registro nos órgãos competentes.

Parágrafo primeiro - Quando se tratar do inciso I deste artigo, deverá o processo ser acompanhado do certificado de visto fiscal a ser emitido pela autoridade competente, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo segundo - Estão dispensados de prévia demonstração da situação fiscal:

I - as edificações novas, cuja área total não ultrapasse 60 (sessenta) metros quadrados.

II - as obras de acréscimos de construções cuja área total, incluída a edificação anterior, não ultrapasse o limite fixado no inciso anterior.

III - as construções novas em situação de mutirão, fato comprovado por documento hábil.

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO- IPTU

INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 217 - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - tem como fato gerador a propriedade, a posse ou o domínio útil, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

Parágrafo primeiro - Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observada a existência de pelo menos 2 (dois) dos seguintes incisos construídos ou mantidos pelo poder público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.

II - abastecimento de água.

III - sistema de esgotos sanitários.

IV - rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Paragrafo segundo - Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de glebas ou de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do parágrafo anterior.

Art. 218 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o possuidor do imóvel ou o detentor do domínio útil a qualquer título.

Parágrafo primeiro - Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

Parágrafo segundo - Para fins de registro junto ao cadastro imobiliário, lançamento e pagamento do IPTU, o contribuinte deverá apresentar algum documento que caracterize a sua ligação com o imóvel. Para o caso de não possuir documento algum, o interessado fará uma declaração de responsabilidade quanto à posse ou ocupação, situação definida no art. 1196 e seguintes do novo CCv, acompanhada de documentos pessoais.

Parágrafo terceiro - O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes.

Art. 219 - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide sobre:

I - imóveis sem edificações.

II - imóveis com edificações.

Art. 220- Considera-se terreno.

I - o imóvel sem edificação;

II - o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada ou em ruínas.

III - o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

IV - o imóvel com edificação, considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma.

V - o imóvel que contenha edificações com valor não superior à 1/20 (Um vinte avos) do valor do terreno.

Art. 221 - Consideram-se prédios:

I - todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que não compreendido no artigo anterior.

II - os imóveis com edificações em loteamentos aprovados e não aceitos.

Art. 222- A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 223 - Ainda que localizadas fora da zona urbana do Município, segundo definida pelo artigo anterior, considerar-se-ão urbanas, para os efeitos deste imposto, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana, destinadas à habitação, inclusive residências de recreio, à indústria ou ao comércio, a seguir enumeradas:

I - as áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal, mesmo que executados irregularmente.

II - as áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente.

III - as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente.

IV - as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações.

Parágrafo primeiro – as áreas referidas nos incisos deste artigo terão seu perímetro delimitado por ato do Executivo.

Parágrafo segundo – O imposto predial não incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana, seja comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, independentemente de sua área.

Parágrafo terceiro – Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino.

INSCRIÇÃO

Art. 224 - A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser instruída com os elementos necessários para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, tendo sempre como titular o proprietário ou possuidor a qualquer título.

Parágrafo Único - A cada unidade imobiliária autônoma caberá uma inscrição.

LANÇAMENTO

Art. 225 - Far-se-á o lançamento em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado na repartição.

Parágrafo primeiro - Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

Parágrafo segundo - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.

Parágrafo terceiro - Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

Parágrafo quarto - No caso de imóveis objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.

Parágrafo quinto - Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.

Parágrafo sexto - Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados, os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

Parágrafo sétimo - Em não sendo cadastrado o imóvel, por haver seu proprietário ou possuidor omitido a inscrição, o lançamento será feito, em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância no termo de inscrição.

Parágrafo oitavo - O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, será feito anualmente com base em elementos cadastrais e tomando-se em consideração a situação do imóvel em 1º de janeiro do exercício a que corresponder o lançamento.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA

Art. 226 - A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU - é o valor venal do imóvel.

Art. 227 - O Imposto Predial e Territorial Urbano será devido anualmente e calculado mediante a aplicação, sobre o valor venal do imóvel, somados respectivamente o valor da área construída, se houver, e, o valor do imóvel sem construção, da alíquota de 0,40% (zero quarenta por cento) sobre o total.

Art. 228 - O valor dos imóveis será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, alem da planta de valores genéricos, quando houver, os seguintes elementos:

I - para os terrenos:

o valor declarado pelo contribuinte.

b) o índice de valorização correspondente à região em que esteja situado o imóvel.

c) os preços dos terrenos nas últimas transações de compra e venda.

d) a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno.

e) a existência de equipamentos urbanos, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza pública e outros melhoramentos implantados pelo Poder Público.

f) quaisquer outros dados informativos obtidos pela Administração e que possam ser tecnicamente admitidos.

II – para edificações:

a) a área construída.

b) o valor unitário da construção.

c) o estado de conservação da construção;

d) o valor do terreno, calculado na forma do inciso anterior.

Parágrafo primeiro - Os valores venais que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto serão apurados e atualizados anualmente pelo Executivo, na forma em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo segundo - Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.

Art. 229 - Ato do Poder Executivo, adotará a apuração do valor venal dos imóveis, realizada com base em Planta de Valores Genericos, elaborada por comissão especialmente designada, da qual participarão, o Secretario da Fazenda, um Engenheiro da Prefeitura e um Corretor de imoveis, com conhecimento imobiliário local.

Parágrafo primeiro - Quando houver desapropriação de terrenos, o valor atribuído por metro quadrado da área remanescente poderá ser idêntico ao valor estabelecido em juízo, devidamente corrigido, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo segundo - Todas e quaisquer alterações que possam modificar as bases de cálculo deverão ser comunicadas à Administração Municipal,

sob pena de incorrer o contribuinte, nas sanções previstas neste Código Tributário.

Parágrafo terceiro - Para efeito de apuração do valor venal, será deduzida a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, Estado ou União.

PAGAMENTO

Art. 230 - O recolhimento do imposto será anual e se dará nos prazos e condições constantes da respectiva notificação ou do regulamento.

Paragrafo primeiro - Para efeito do pagamento, o valor do imposto será atualizado monetariamente, de acordo com o índice de variação da Unidade Padrão Fiscal doMuinicipio – UPFM - ou outro índice que venha substituí-lo, ocorrido entre a data do fato gerador e a do mês do pagamento de cada prestação, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

Paragrafo segundo - No caso de pagamento total antecipado, o imposto será atualizado monetariamente na forma do parágrafo anterior, pela variação ocorrida no período entre a data do fato gerador e do mês do pagamento.

Paragrafo terceiro - O pagamento será efetuado através da rede bancária autorizada.

Paragrafo quarto - Em hipótese alguma haverá causa para compensação ou restituição do imposto, quando decorrido o prazo estipulado para apresentação de impugnação de lançamento e tendo sido efetuado voluntariamente o seu recolhimento. Art. 231 - A Administração poderá conceder descontos em razão do pagamento do imposto da cota única ou cotas trimestrais na forma em que, Decreto do Poder Executivo.

NÃO INCIDÊNCIA

Art. 232 - Fica isento do imposto o bem imóvel:

I - pertencente a particular, quando houver fração cedida gratuitamente para uso do Município ou de suas autarquias e fundações.

II - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorre a emissão da posse ou a ocupação efetiva pelo Poder Público desapropriante.

III - pertencente a pessoas idosas e/ou aposentados acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade relativamente ao imóvel integrante do seu patrimônio, classificado na categoria estritamente residencial e onde efetivamente resida e que não percebam rendimentos superiores a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

IV - pertencente a pessoas portadoras de deficiência física relativamente ao imóvel integrante do seu patrimônio, classificado na categoria estritamente residencial, onde efetivamente resida e que possuam um único imóvel, no município.

V -pertencente a templo de qualquer culto, associações culturais, beneficentes, profissionais, esportivas e sem fins lucrativos.

Paragrafo primeiro - As isenções previstas nos incisos I, III, IV e V, só serão efetivadas mediante requerimento fundamentado do interessado, anualmente, mediante a apresentação da seguinte documentação:

I - cópia do carnê de benefício da aposentadoria, pensão ou de documento que comprove a renda mensal.

II - cópia da carteira de identidade ou outro documento que comprove sua idade.

III - atestado médico que comprove deficiência física ou mental, em grau que impossibilite o desempenho de qualquer atividade laboral.

Paragrafo segundo - A permissão para fracionamento a que se refere o inciso I não se estende a quaisquer outras hipóteses.

Paragrafo terceiro - O Beneficiário das isenções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo, que for proprietário de um ou mais imoveis, gozará dos benefícios da isenção tão somente relativo àquele imóvel onde efetivamente resida.

Parágrafo quarto - Quando houver mais de uma construção no imóvel cadastrado, somente fará jus a isenção prevista no parágrafo terceiro, quando a soma das edificações não ultrapassar a 120m² (cento e vinte metros quadrados).

Parágrafo quinto - A comprovação da situação para a Isenção, de que trata o Parágrafo 2º deste artigo, deverá ser encaminhada, através de requerimento protocolado na Prefeitura Municipal, durante o segundo semestre do ano anterior ao exercício de lançamento do IPTU e das Taxas, objeto da isenção.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 233 - Para as infrações, serão aplicadas penalidades à razão de percentuais sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:

I - multa de 1% (um por cento), quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados.

II - multa de 2% (dois por cento), quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto, assim como embargo ao cadastramento do imóvel.

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS- ITBI

INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 234 - O imposto de competência do Município, sobre a transmissão por ato oneroso intervivos, de bens imóveis (ITBI), bem como cessão de direitos a eles relativos, tem como fato gerador:

I - a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil.

II - a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Parágrafo Único - Para efeitos deste Código é adotado o conceito de imóvel e de cessão constantes da Lei Civil.

Art. 235 - A incidência do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes.

II - dação em pagamento.

III – permuta.

IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça.

V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência.

VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores.

VII - formas ou reposições que ocorram:

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte de valor maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis.

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino, cota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal.

VIII - mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda.

IX - instituição de fideicomisso.

X - a superfície.

XI - rendas expressamente constituídas sobre imóvel.

XII - concessão real de uso.

XIII - cessão de direitos de usufruto.

XIV - cessão de direitos ao usucapião.

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação.

XVI - acessão física quando houver pagamento de indenização.

XVII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis.

XVIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

XIX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

XX - incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

XXI - transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

XXII - cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

Parágrafo primeiro - Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza.

II - a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

Parágrafo segundo - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste Código Tributário Municipal.

Parágrafo terceiro - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

Parágrafo quarto - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

NÃO INCIDÊNCIA

Art. 236- O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito.

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo Único - O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

SUJEITO PASSIVO

Art. 237 - O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I - o adquirente dos bens ou direitos;

II - nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

Art. 238 - Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

I - o transmitente.

II - o cedente.

III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados ou que por eles tenham sido coniventes, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que foram responsáveis.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 239 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.

Parágrafo Único - Quando o valor venal da transmissão for superior ao encontrado no Cadastro Imobiliário do Município, o contribuinte ficará sujeito ao pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, por ato "inter vivos" com base no valor maior.

Art. 240 - A alíquota é de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Será de 0,5% (meio por cento), a alíquota sobre o valor do financiamento realizado através do Sistema Financeiro de Habitação e de 2% (dois por cento) sobre o valor restante.

PAGAMENTO

Art. 241 - O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, exceto:

I - nas formas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público.

II - na arrematação ou adjudicação, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente.

III - na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

Parágrafo primeiro - Considerar-se-á ocorrido o fato gerador, na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

Parágrafo segundo - O recolhimento do tributo se fará por meio de guia específica em estabelecimento bancário autorizado pela Administração.

Parágrafo terceiro - O poder executivo poderá estabelecer, nos casos em que couber, o recolhimento deste imposto mediante aposição de estampilhas, segundo os critérios que vierem a ser adotados.

Parágrafo quarto - As estampilhas que vierem a ser adotadas, deverão ser inutilizadas pelo Tabelião por onde corre o ato da transmissão do imóvel, vedada a restituição de seu valor em qualquer hipótese.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 242 - O descumprimento das obrigações previstas neste Código Tributário, quanto ao ITBI, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos, sem o pagamento do imposto nos prazos legais.

II - 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento.

III - 100% (cem por cento) do imposto devido no caso do inciso anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta.

TITULO VIII

PLANTA DE VALORES GENÉRICOS

Art. 243- A Planta de Valores Genéricos consiste na atualização permanente e constante do Cadastro Imobiliário do Município de Santo Antonio de Leverger, através do levantamento dos imóveis prediais e territoriais, localizados na zona urbana do Município, bem como da definição das zonas fiscais onde os mesmos se localizam, acompanhando a dinâmica do desenvolvimento urbano.

Parágrafo único **-** O número de zonas fiscais poderá ser aumentado ou diminuído em decorrência do comportamento do mercado imobiliário.

Art. 244 - A Planta de Valores Genéricos determinará o valor venal dos imóveis, o qual servirá de base de cálculo para lançamento dos seguintes tributos municipais:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

II - Imposto sobre Transmissão "intervivos" de bens imóveis e direitos reais a eles relativos – ITBI.

Art. 245 - Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário.

II - custo de reprodução.

III - locações correntes.

IV - características da região onde se situa o imóvel.

V - padrão ou tipo de construção.

VI - fator de obsolescência.

Parágrafo primeiro - Na determinação da base de cálculo não serão considerados:

I - O valor dos bens móveis mantidos, em caráter temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

II - as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Parágrafo segundo - A Planta de Valores Genéricos será regulamentada por Decreto do Executivo, após estudos realizados por uma Comissão, constituída de 01 corretor de imóveis, 01 engenheiro e 01 representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo terceiro - Após a implantação, a Planta de Valores Genericos será revisada e seus valores atualizados, a cada três (03) anos, mediante a constituição de comissão especial citada no parágrafo anterior.

Art. 246 – Para os efeitos de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel, constante do Cadastro Imobiliário no mês de dezembro anterior ao lançamento e para os efeitos de lançamento do ITBI, a base de cálculo será o valor venal do imóvel constante do Cadastro Imobiliário à época do pagamento.

TITULO IX

TAXAS

TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 247 - As taxas a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

I - de licença;

II - de fiscalização;

III - de serviços urbanos;

IV - de expediente e serviços diversos.

Art. 248 - As taxas classificam-se:

I - pelo exercício regular do Poder de Polícia

II - pela utilização de serviço público.

Parágrafo primeiro - Considera-se poder de polícia, a atividade da Administração Pública Municipal que limitando ou disciplinando direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, ao meio ambiente, à vigilância sanitária, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do município.

Parágrafo segundo - São taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município:

I - Taxa de Licença para Localização e funcionamento de Estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços.

II - Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial e Exercício do Comércio Eventual ou Ambulante.

III - Taxa de Licença e fiscalização de obras, arruamentos e loteamentos.

IV - Taxa de Licença para Publicidade.

V - Taxa de Licença para ocupação de solo em Logradouros Públicos e áreas privadas.

VI – Taxa de consulta previa de viabilidade quanto ao risco geológico.

VII – Taxa de licenciamento ambiental especial, para ocupação do solo em áreas urbanas.

VIII - Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiros

IX – Taxa para cobrança de licença relativa ao abate de animais.

X - Taxa de vistoria e licenciamento da vigilância sanitária.

Parágrafo terceiro –Entende-se, por vigilância sanitária, um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, administrado e executado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município, através de equipe tecnicamente habilitada.

Parágrafo quarto - São Taxas decorrentes da utilização de serviços públicos:

I - Taxa de Serviços Urbanos.

A -Taxas de Coleta de Lixo, Limpeza Pública e fornecimento de água pelo DAE.

B - Taxas de Conservação de Vias e Logradouros Públicos.

II - Taxa de Expediente e Serviços Diversos.

INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 249 - A Taxa de Serviços Públicos tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do Município, a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Parágrafo primeiro - São Taxas de Serviços Públicos, os serviços de coleta de lixo, fornecimento de água, conservação de vias e logradouros públicos, limpeza pública,cemitérios públicos, expediente e serviços diversos,

tudo prestado pelo Município ao contribuinte ou colocados à sua disposição, com a regularidade necessária.

Parágrafo segundo - Para efeitos da incidência da Taxa de serviços de coleta de lixo, considera-se “lixo” o conjunto heterogêneo de materiais sólidos residuais, provenientes das atividades humanas e para a Taxa de fornecimento de água, será considerado, onde houver o instrumento regulador do consumo, para apuração do total consumido pelo titular do hidrômetro. Onde não houver controle do consumo por hidrometro, será cobrada a taxa mínima, que será fixada anualmente por Decreto Municipal.

Parágrafo terceiro - A Taxa de serviços de coleta de lixo, poderá ser lançada e arrecadada em conjunto com o Imposto Predial ou Imposto Territorial Urbano ou com a Taxa de fornecimento de água, o que será regulado por Decreto Municipal, aplicando-se-lhes, em qualquer caso, as normas relativas aos citados impostos.

Parágrafo quarto - Entende-se por serviço de coleta de lixo, a remoção periódica de lixo gerado em imóvel edificado.

Parágrafo quinto–A remoção especial de lixo, não está sujeita ao pagamento da respectiva taxa.

Parágrafo sexto - Entende-se como remoção especial de lixo a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores e outros materiais inservíveis e ainda a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado.

Parágrafo sétimo - Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, estradas municipais, praças, jardins e similares, que visem manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, quais sejam:

a) raspagem do leito carroçável, com o uso de ferramenta ou máquinas.

b) conservação e reparação de calçamento e asfalto.

c) recondicionamento de guias e meios-fios.

d) melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamentos, sinalização e similares.

e) desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos.

f) sustentação e fixação de encostas laterais, remoção de barreiras.

g) fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos.

h) manutenção e desobstrução de bueiros e de canalização de águas pluviais.

i) manutenção de praças, parques, jardins, lagos e fontes.

Parágrafo oitavo - Entende-se por serviços de limpeza pública os que consistam em varrição, lavagem, limpeza e capina de vias e logradouros públicos.

Parágrafo nono - A taxa de expediente é devida pela apresentação de documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação, despacho ou arquivamento pelas autoridades municipais ou pela lavratura de atos em geral, inclusive inscrição em cadastro, emissões de guias para pagamento de tributos, termos, contratos e demais atos emanados do Poder Público Municipal

SUJEITO PASSIVO

Art. 250 - Contribuinte da taxa é o usuário do serviço ou o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel situado em local onde o Município mantenha os serviços referidos no artigo anterior.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 251- A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição e dimensionados, para cada caso, da seguinte forma:

I - em relação aos serviços de limpeza pública, para cada imóvel considerado, por metro linear de testada em relação ao meio-fio, a taxa corresponderá à quantidade de UPFM calculada de acordo com Tabela deste Código.

II - em relação aos serviços de conservação de vias e logradouros públicos, para cada imóvel considerado, por metro linear de testada deste em relação ao meio-fio, vias e logradouros públicos, a taxa corresponderá à quantidade de UPFM calculada de acordo com Tabela deste Código;

III - em relação aos serviços de coleta de lixo, para cada imóvel considerado, por metro quadrado de testada deste em relação ao meio-fio, a taxa corresponderá à quantidade de UPFM calculada de acordo com Tabela deste Código ou de outra forma, devidamente justificada e editada por Decreto do Executivo expedido especialmente para tal finalidade.

IV - em relação à taxa de serviços diversos relacionados com cemitérios públicos, será cobrada por atos especificados e Tabelados neste codigo, cabendo aos responsáveis pelos órgãos municipais encarregados de realizar tais atos tributados, a verificação do respectivo pagamento.

V - em relação à taxa de expediente e serviços diversos, por serviços prestados, com aplicação das alíquotas correspondentes, constantes da Tabela deste Código, tendo como base o valor da UPFM vigente à data da prestação.

Parágrafo primeiro - Em relação à taxa de coleta de lixo será cobrada por metro quadrado de área construída em UPFM x o percentual (%), e o valor apurado deverá ser dividido por 12 (doze), parcelas mensais, de acordo com tabela deste Código.

Parágrafo segundo - A taxa de expediente independerá de lançamento e será cobrada antes da realização de quaisquer atos especificados nas Tabelas deste código.

Parágrafo terceiro - A expedição do alvará, constante das Tabelas,III, IV, V, VI e VII,fica condicionada a vistoria a ser realizada in loco, sendo que a autorizada deverá garantir 1,5m (um metro e meio) livre para que os transeuntes possam deslocar-se pelo passeio público.

Parágrafo quarto - A taxa de expediente e serviços diversos não incide sobre.

a) requerimentos e certidões para fins militares e eleitorais;

b) requerimentos e certidões solicitados por servidores municipais, ativos e inativos.

LANÇAMENTO

Art. 252 - As taxas serão lançadas periódica ou anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo os prazos e formas assinalados para pagamento coincidirem, a critério da Administração, com os prazos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Parágrafo primeiro - A Administração poderá aplicar em relação às taxas de serviços públicos, as disposições capituladas neste Código, relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, no tocante à arrecadação, cadastramento, infrações e penalidades.

Parágrafo segundo - O Lançamento da Taxa de Coleta de Lixo, Limpeza Pública e fornecimento de água pelo DAE, poderá ser feito num único documento, mensalmente e com um único vencimento, regulado por Decreto do Poder Executivo, editado anualmente.

Parágrafo terceiro - No pagamento das taxas e na aplicação dos dispositivos do parágrafo anterior não incluem:

I - o pagamento:

a) de preços ou tarifas, pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de "containers", entulhos de obras, bens móveis imprestáveis, lixo extraordinário, animais mortos e veículos abandonados, bem como a capinação de terrenos, limpeza de prédios e terrenos, dispo-

sição de lixo em aterros e destruição ou incineração de material em aterro ou usina.

b) de penalidades decorrentes de infrações ou inobservância às normas de limpeza e posturas municipais.

II - o cumprimento de quaisquer normas ou exigências administrativas relacionadas com a coleta de lixo domiciliar, hospitalar, comercial e industrial, na forma do regulamento ou a conservação e limpeza das vias e logradouros públicos.

Paragrafo quarto - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que imunes ou isentas de impostos, ficam obrigadas ao pagamento das taxas de serviços públicos.

ARRECADAÇÃO

Art. 253 - As taxas serão pagas de uma vez ou periodicamente, na forma e prazo, previstos nas Tabelas próprias e outras normas regulamentares, editadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo primeiro - O Poder Executivo poderá delegar competência ao órgão ou instituição prestadora do serviço público, para promover a cobrança, das respectivas taxas.

NÃO INCIDÊNCIA

Art. 254 - Fica isento das taxas de serviços de coleta de lixo, de conservação de vias elogradouros públicos e de limpeza pública, o bem imóvel:

I - pertencente a particular, quando houver fração cedida gratuitamente para uso do Município ou de suas autarquias e fundações.

II - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorre a emissão da posse ou a ocupação efetiva pelo Poder Público desapropriante.

III - pertencente a pessoas idosas e ou aposentados acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, relativamente ao imóvel integrante do seu patrimônio, classificado na categoria estritamente residencial, onde efetivamente residam e que não percebam rendimentos superiores a 2 (dois) salários mínimos nacionais.

IV - pertencente a pessoas portadoras de deficiência física relativamente ao imóvel integrante do seu patrimônio, classificado na categoria estritamente residencial e onde efetivamente residam e que possuam um único imóvel, no município.

V -pertencente a templo de qualquer culto, associações culturais, beneficentes, profissionais, esportivas e sem fins lucrativos.

Parágrafo primeiro - A permissão para fracionamento a que se refere o inciso I não estende a quaisquer outras hipóteses

parágrafo segundo - As isenções previstas no incisos I, III, IV e V, só serão efetivadas mediante requerimento do interessado, renovado anualmente e com a apresentação da seguinte documentação:

I - cópia do carnê de benefício da aposentadoria, pensão ou documento que comprove a renda mensal.

II - cópia da carteira de identidade ou outro documento que comprove sua idade.

III - atestado médico que comprove deficiência física ou mental, em grau que impossibilite o desempenho de qualquer atividade laboral.

.Parágrafo terceiro - O Beneficiário das isenções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo, que for proprietário de mais de um imóvel, gozará dos benefícios da isenção tão somente relativo àquele imóvel onde efetivamente resida.

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Art. 255 - A Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiros,tem como fato gerador o exercício regular e permanente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e cargas, prestados por permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria nos veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Parágrafo único - O Município realizará vistoria semestral nos veículos empregados no transporte de passageiros, visando verificar a adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras condições necessárias à prestação do serviço.

Art. 256 - O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore o transporte de passageiros e cargas dentro do território do Município.

Parágrafo primeiro – A Taxa de Fiscalização de Transportes de Passageiros é devida anualmente de acordo com a Tabela X, Anexa a esta lei.

Parágrafo segundo - É vedada a inclusão da taxa de fiscalização de transporte de passageiros na planilha de composição de custos operacionais, bem como o seu repasse para o usuário do serviço.

Parágrafo terceiro - O pagamento da taxa de fiscalização de transporte de passageiros, anual, devida por veículo, será antecipado à realização da vistoria anual, cuja data de vencimento será o dia anterior ao da vistoria.

Art. 257 - O sujeito passivo da Taxa de fiscalização de transporte de passageiros deverá promover sua Inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do veículo.

Parágrafo único - A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 258 - Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, na forma e prazos regulamentares.

Art. 259 - Sem prejuízo da atualização monetária e da cobrança de juros, segundo previsto nesta lei, a falta de pagamento da Taxa de fiscalização de transporte de passageiros no prazo regulamentar implicará na aplicação das seguintes multas;

I - recolhimento fora do prazo regulamentar, efetuado antes do início de ação fiscal: multa de 10 UPFM sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor;

II - recolhimento fora do prazo regulamentar, exigido através de ação fiscal ou efetuado após seu início: multa de 10 UPMF sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor.

Art. 260 - As infrações às normas relativas à Taxa de fiscalização de transporte de passageiros, sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I – infrações relativas à inscrição e às alterações cadastrais: multa de 04 Unidade Padrão Fiscal do Município - UPFM, aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início.

II- infrações relativas às declarações de dados de natureza tributária:multa de 10 Unidades Padrão Fiscal do Município - UPFM, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações que estejam obrigados ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da taxa devida, na forma e prazos regulamentares.

III - infrações relativas à ação fiscal:multa de 03 Unidade Padrão Fiscal do Município - UPFM, aos que recusarem a exibição do registro cadastral da Inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos, embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para apuração da Taxa;

IV - infrações para as quais não haja penalidade especifica prevista nesta lei:multa de 10 Unidades Padrão Fiscal do Município - UPFM.

Art. 261 - Na aplicação de multas por descumprimento de obrigações acessórias relativas à Taxa, que tenham por base a Unidade Padrão Fiscal

do Município - UPFM, deverá ser adotado o valor vigente no mês da lavratura do auto de Infração correspondente.

TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 262- Constitui fato gerador da Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de conservação do calçamento e dos leitos pavimentados.

Art. 263 - A Taxa não incide quanto a trechos, pavimentados ou não, situados na área rural.

Art. 264 - Sujeito passivo à Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel, construído ou não, situado em logradouro beneficiado pelos serviços referidos no artigo.

Art. 265 - A Taxa é calculada tomando-se por base a testada do imóvel, por metro linear ou fração, que limita com a via ou logradouro público, à razão de:

I – 0,14(quatorze centésimos) da UPFM, quando pavimentado todo ou em parte da sua largura;

II – 0,04 (quatro milésimos) da UPFM, quando não compreendido no inciso anterior.

Art. 266 - A cobrança da Taxa, sempre que possível, será feito em conjunto com o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

TAXA DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO SOLO – LOCAIS PUBLICOS E PRIVADOS

PUBLICOS

Art. 267 - O município poderá licenciar estabelecimentos comerciais para lanches rápidos, tipo hot-dog, lanchonetes e afins, em locais públicos, pré determinados e aprovados pela Prefeitura, sob as seguintes condições:

1 – A licença para funcionamento será fornecida a titulo precário.

2 – As instalações deverão, obrigatoriamente, ser colocadas sobre rodas.

3 – As condições de higiene e apresentação serão fiscalizadas periodicamente pela prefeitura.

Art. 268 - Para obtenção da licença de funcionamento, o interessado deverá apresentar os documentos exigidos para Pessoa Jurídica, especialmente:

A - Comprovante de Constituição Jurídica (sociedade ou individual).

B – Comprovante de inscrição estadual.

C – Comprovante de inscrição no CNPJ.

D – Documentos pessoais (RG/CPF/endereço) do responsável pela PJ.

Art. 269 - Os locais públicos a serem ocupados deverão ser aprovados pela Prefeitura Municipal, ficando proibida a ocupação do trecho entre o monumento de entrada da cidade, próximo à estrada de acesso à Varginha e Av. Santo Antonio, em ambos os lados e na Avenida Santo Antonio em toda a sua extensão, em ambos os lados. Nas ruas adjacentes à Avenida Santo Antonio deverá ser observada a distancia mínima de 20 metros, para colocação das instalações.

Art. 270 - Fica permitido o licenciamento em locais públicos, prédeterminados e aprovados pela Prefeitura:

1 - De barracas moveis instaladas em feiras livres, em locais, dias e horários estabelecidos pela Prefeitura e segundo as prescrições especiais deste código.

2 – De barracas provisórias, instaladas para funcionar nas festas de caráter publico e religioso.

3 – De estandes para venda de revistas, jornais e afins.

PRIVADOS

Art. 271 - A Taxa de licenciamento ambiental fundada no exercício do Poder de Policia do Município, tem como Fato Gerador a implantação e funcionamento, no perímetro urbano, das atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, em observância à Legislação que regulamenta a matéria.

.Art. 272 - O município concederá licença ambiental especial de uso do solo para atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, exercidas no seu perimetro urbano, mediante a apresentação de projeto com detalhamento do pretenso uso, bem como a aprovação do setor competente de meio ambiente municipal, acompanhado do pagamento da Taxa de Licenciamento própria, de acordo com a Tabela deste código.

Art. 273 - O Poder Público responderá por escrito, se for do interesse do requerente, sobre consulta previa de viabilidade de implantação de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental do município, que serão avaliadas de acordo com o risco geológico que as mesmas venham a representar ao meio ambiente, no que tange a sua localização, certificando sobre a decisão do agente fiscalizador.

Art. 274–Quando houver interesse, o Município de Santo Antonio de Leverger, poderá firmar junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA -, convenio ou acordo de descentralização de analises para implantação de projetos industriais, comerciais e de serviços no município e assumir, com equipe própria, a responsabilidade de liberação dos mesmos para todo o território municipal.

LANÇAMENTO

Art. 275 - A consulta previa de viabilidade de concessão do licenciamento ambiental, quanto ao risco geológico, deverá vir acompanhada do pagamento da respectiva Taxa, que precede ao pedido.O lançamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, será efetuado de ofício ou quando da liberação /solicitação da instalação e funcionamento do empreendimento.

Art. 276 - Será exigida a quitação da taxa antes da entrega da Licença.O pedido da licença ambiental,será promovido mediante a apresentação do projeto e o preenchimento de formulários próprios de inscrição pela Secretaria Municipal responsável pelo meio ambiente municipal.

Atividades:

I – para extração mineral:

A - Areia, calcareo e assemelhados.

B - Britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado.

II – Pequenas Centrais Hidreletricas–PCHs.

III – Tanques para piscicultura e implantação de poços artesianos com vazão superior a 10m3 por segundo.

IV – Atividades industriais, comerciais e prestadoras de serviços.

V – Implantação de Loteamentos e Construções de conjuntos habitacionais.

VI – Criação e conservação de cemitérios.

VII – Outras atividades poluidoras e/ou degradadoras não especificadas.

TAXAS DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO FISCAL

INCIDÊNCIA E FATO GERADOR

Art. 277 - A taxa de licença é devida em decorrência da atividade da Administração Pública que no exercício regular do poder de polícia do Município, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, higiene, saúde, ordem, costumes, localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, tranquilidade pública, propriedade, direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.

Paragrafo primeiro - Estão sujeitos à prévia licença:

a)a localização e o funcionamento de estabelecimentos.

b) o funcionamento de estabelecimentos em horário especial.

c) a veiculação de publicidade em geral.

d) a execução de obra, arruamento e loteamento.

e) o abate de animais.

f) a ocupação de área em terrenos, vias ou logradouros públicos.

g) as atividades econômicas exercidas de forma ambulante e/ou eventual.

h)de vigilância sanitária, sendo a licença outorgada pela Vigilância Sanitária Municipal, analisando as condições de higiene que posam representar riscos à saúde e a população.

Parágrafo segundo - Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo da produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços, poderá, sem prévia licença da Prefeitura, exercer suas atividades no Município, sejam elas permanentes, intermitentes ou por período determinado.

Parágrafo terceiro - As taxas de licença independem de lançamento e serão pagas por antecipação na forma prevista nas tabelas e nos prazos regulamentares.

Art. 278 - Nenhuma licença poderá ser concedida por prazo superior a um ano, salvo os casos expressos neste Código e do qual conste o seu prazo no respectivo alvará.

Parágrafo primeiro - Em relação à localização e ao funcionamento:

I - haverá incidência da taxa a partir da constituição ou instalação do estabelecimento.

II - a obrigação da prévia licença independe de estabelecimento fixo e é exigida ainda quando a atividade for prestada em recinto ocupado por outro estabelecimento ou no interior de residência.

III - a taxa será devida e emitido o respectivo Alvará de Licença, por ocasião do licenciamento inicial, pela verificação fiscal do exercício de atividade em cada período anual subsequente e toda vez que se verificar mudanças no ramo de atividade, transferência de local ou quaisquer outras alterações, mesmo quando ocorrerem dentro de um mesmo exercício, sendo, neste caso, a taxa cobrada proporcionalmente aos meses restantes do exercício, na base de duodécimos.

IV - as atividades múltiplas num mesmo estabelecimento, sem delimitação de espaço, por mais de um contribuinte, são sujeitas ao licenciamento e à taxa, isoladamente, nos termos do inciso II deste artigo.

V - a taxa é representada pela soma de duas atividades administrativas indivisíveis quanto à sua cobrança.

a) no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para localização do estabelecimento face às normas urbanísticas, sanitárias e de polícia administrativa;

b) enquanto perdurar o exercício da atividade no estabelecimento, para efeito de fiscalização das normas de que trata a alínea anterior e das posturas e regulamentos municipais.

VI - no caso de atividades intermitentes ou período determinado a taxa poderá ser calculada proporcionalmente aos meses de sua validade, conforme estabelecido em regulamento.

VII - Os contribuintes obrigados à inscrição no Cadastro Mobiliário do Município, das categorias econômicas de indústria comércio e prestação de serviços sujeitos ao ICMS, deverão apresentar, em cada período anual, informações econômico-fiscais necessárias a estudos e controle da arrecadação de interesse de Santo Antonio de Leverger,conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo segundo - Fora do horário normal, admitir-se-á o funcionamento de estabelecimento em horário especial, mediante prévia licença extraordinária, na forma do regulamento e pelo período solicitado, nas seguintes modalidades, em conjunto ou não:

I - de antecipação.

II - de prorrogação.

III - em dias excetuados, considerados como tais os domingos e feriados nacionais.

Paragrafo terceiro - A taxa de licença para publicidade será devida pela atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização quanto às normas concernentes à estética urbana, a poluição do meio ambiente, higiene, costumes, ordem, tranquilidade e segurança pública, a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, em vias e logradouros públicos, em locais visíveis ou de acesso ao público, nos termos do regulamento, restando que:

a) sua validade será a do prazo constante no respectivo alvará;

b) não se consideram publicidade as expressões de indicação, tais como placas de identificação dos estabelecimentos, tabuletas indicativas de sítios, granjas, serviços de utilidade pública, hospitais, ambulatórios, prontos-socorros e nos locais de construção, as placas indicativas dos nomes dos engenheiros, empresas e arquitetos responsáveis pelo projeto ou pela execução de obra pública ou particular.

Parágrafo quarto - São sujeitos à prévia licença do Município e ao pagamento da taxa de licença para execução de obras, a construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edifícios, casas, edículas, assim como o arruamento, o loteamento e o desmembramento de terrenos e quaisquer outras obras em imóveis, observando-se que:

a) a licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas e projetos das obras, na forma da legislação edilícia e urbanística aplicável.

b) a licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra, e será cancelada se sua execução não for iniciada dentro do prazo estabelecido no alvará.

c) se insuficiente para execução do projeto, o prazo concedido no alvará, a licença poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte.

Parágrafo quinto - O abate de animais destinado ao consumo público, quando for feito em matadouro público, só será permitido mediante licença do Município, precedida de inspeção sanitária ou relativamente a animais cujo abate tenha ocorrido em outro Município, após a reinspeção sanitária para distribuição local.

Parágrafo sexto - A taxa por ocupação de área e estacionamento em terrenos, vias e logradouros públicos tem como fato gerador a utilização de espaços nos mesmos, com bens móveis e imóveis, mesmo que a título precário, nos quais tenham ou não os usuários instalações de qualquer natureza.

Art. 279 - Em relação a taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante:

a) considera-se comércio eventual aquele exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemoração e os exercidos com utilização de instalações removíveis, colocadas nas vias e logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes.

b) considera-se comércio ambulante aquele exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização permanente.

c) o exercício do comércio eventual ou ambulante só será permitido nos locais, pontos, épocas e outros requisitos que venham a ser estabelecidos em regulamento, mediante prévia licença concedida a título precário, revogável ad nutum, quando o interesse público assim o exigir.

Parágrafo primeiro - Será considerado abandono de pedido de licença a falta de qualquer providência requerida pela autoridade diligente, no prazo de 30 dias da ciência do requerente, importando em arquivamento do processo sem exclusão das sanções cabíveis.

Parágrafo segundo - As licenças de que trata o § 1º deste artigo terão os seguintes prazos e condições de validade:

I - as relativas à alínea "a", validade no exercício em que forem concedidas;

II - as concernentes às alíneas "b" e "f", pelo período solicitado ou autorizado;

III - a referente à alínea "e", ao número de animais a serem abatidos;

IV - as demais, pelo prazo e condições constantes do respectivo alvará, fixados em regulamento ou estabelecidos em conformidade com este Código.

Parágrafo terceiro - O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à fiscalização, requisitos, restrições e demais institutos asseguradores do pleno exercício do poder de polícia municipal.

SUJEITO PASSIVO

Art. 280- Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do art. 247 e seguintes deste Código.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 281 - As bases de cálculo das taxas são as constantes das Tabelas, III, IV, V,VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII anexas a este Código.

Parágrafo primeiro - Quando da verificação fiscal do exercício da atividade, a cada período anual subsequente, relativo à localização e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, anteriormente licenciados, situados em locais ou zonas não reservados para essa atividade ora de uso não tolerado pelas normas urbanísticas municipais, desde que seu funcionamento proporcione incômodos, poluição sonora ou ambiental, incompatíveis com o uso predominantemente residencial da região ou cuja atividade ponha em risco a vida dos transeuntes, a taxa ficará sujeita ao acréscimo progressivo anual de 50% (cinquenta por cento) do seu valor inicial.

Parágrafo segundo - O acréscimo de que trata o parágrafo anterior será aplicado após a constatação, no local, pela autoridade competente ou comissão formada especialmente para o fim de elaborar um parecer técnico, atestando a nocividade ou inconveniência do estabelecimento para a área.

LANÇAMENTO

Art. 282 - A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no cadastro.

Parágrafo primeiro - A taxa será lançada a cada licença requerida e concedida ou a constatação de funcionamento de atividade a ela sujeita.

Parágrafo segundo - O sujeito passivo é obrigado a comunicar à repartição própria do Município, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas a seu estabelecimento:

a) alteração da razão social, do quadro social, do ramo de atividade ou de qualquer outra na estrutura organizacional da empresa.

b) alterações físicas do estabelecimento.

ARRECADAÇÃO

Art. 283 - As taxas serão arrecadadas de acordo com o disposto no regulamento.

Parágrafo primeiro -Poderá ser autorizado o parcelamento da taxa de licença nos casos, formas e prazos estabelecidos em regulamento, firmando-se termo de compromisso.

Parágrafo segundo - Em caso de prorrogação da licença para execução de obras, a taxa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

ISENÇÕES

Art. 284 - São isentos do pagamento da taxa de licença:

I - para localização e funcionamento:

a)as associações de moradores de bairros, idosos,pessoas classificadas como PNEs, clube de mães e centros comunitários.

b) as entidades beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento exclusivo à indigente, à infância, à juventude e a velhice desamparada.

c) sindicatos, partidos políticos e suas fundações.

d) os órgãos da administração direta da União, dos Estados e dos Municípios, assim como as suas respectivas fundações e autarquias e as missões diplomáticas.

e) os templos de qualquer culto.

II - para o exercício de comércio eventual ou ambulante, desde que regularmente autorizados para tanto.

a) os cegos e mutilados que exercem atividades de comércio ou indústria, em escala ínfima.

b) os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas.

c) os engraxates ambulantes.

d) os comerciantes que vendam diretamente a consumidores, frutas, legumes, verduras, aves, ovos, amendoim, pipoca, doces e demais guloseimas, desde que este comércio seja efetuado em carrinhos de mão, cestas ou tabuleiros.

III - para execução de obras:

a) a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades.

b) a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura.

c) a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

d) a reforma de prédios desde que não acarrete alterações na planta original aprovada pela Prefeitura.

IV - de veiculação de publicidade:

a) cartazes, letreiros ou dizeres destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes, culturais, esportivos ou eleitorais, desde que em locais previamente indicados e/ou aprovados pela autoridade competente.

b) placas e dísticos de hospitais, casas de saúde, repartições, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas, quando afixados nos prédios em que funcionem.

c) placas de indicação do nome de fantasia ou razão social, desde que no modelo aprovado pelo órgão competente e afixado no prédio do estabelecimento.

V - para a ocupação de terrenos, vias e logradouros públicos, desde que regularmente autorizados para tanto:

a) os carrinhos de tração animal, cadastrados nos pontos fixados pela Prefeitura;

b) os feirantes cadastrados na Feira do Produtor;

c) os clubes de serviço e as entidades filantrópicas, religiosas e assistenciais, sem fins lucrativos.

Parágrafo Único - A isenção de que trata este artigo:

a) não é extensiva às taxas de expediente e serviços diversos, devidas para o licenciamento.

b) não exclui a obrigação prevista no § 2º do art. 247 deste Código, bem como da inscrição e renovação de dados ao cadastro respectivo.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 285 - Constituem infrações às disposições das taxas de licença:

I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta.

II - exercer atividade em desacordo para a qual já foi licenciada.

III - exercer atividade após o prazo constante da autorização.

IV - deixar de efetuar pagamento da taxa no todo ou em parte, ou realizar o pagamento fora de prazo.

V - utilizar-se de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa.

VI - a não manutenção do alvará em local de fácil acesso à fiscalização no estabelecimento.

Parágrafo primeiro - As infrações às disposições das taxas de licença aqui constantes, serão punidas com as seguintes penalidades, além das demais previstas neste Código:

I - multa por infração.

II - cassação de licença.

III - interdição do estabelecimento.

Parágrafo segundo - A multa por infração será aplicada sob a forma de múltiplos da UPFM, de acordo com o seguinte escalonamento, sem prejuízo do pagamento integral da taxa e das demais penalidades cabíveis:

I - de 50 (cinquenta) UPFM ou valor equivalente, nos casos de:

a) exercer atividade em desacordo para a qual foi licenciada.

b) deixar de efetuar o pagamento da taxa, no todo ou em parte.

c) não afixar o alvará em local de fácil acesso e visível à fiscalização.

II - de 75 (setenta e cinco) UPFM ou valor equivalente, nos casos de:

a)exercer atividade após o prazo constante da autorização.

b) iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta.

c) deixar de comunicar ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, informação indispensável para alteração cadastral necessária ao lançamento ou cálculo do tributo.

III - de 100 (cem) UPFM ou valor equivalente, nos casos de utilização de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;

IV - cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão ou deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público, concernente à ordem, saúde, segurança e aos costumes, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário.

V - multa diária de 100 (cem) UPFM, quando não cumprido o Edital de Interdição do Estabelecimento e/ou as exigências administrativas decorrentes da cassação da licença, por funcionar em desacordo com as disposições legais e regulamentares que lhes forem pertinentes.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

INCIDÊNCIA

Art. 286 - A contribuição de melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total, a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 287 - Será devida a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas.

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos.

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema.

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidades públicas.

V - proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d`água e irrigação.

VI - construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem.

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos.

VIII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

CÁLCULO

Art. 288 - O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

Art. 289 - O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo Único - A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição de melhoria, será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 290 - A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua testada ou área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.

Parágrafo Único - Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra, na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

SUJEITO PASSIVO

Art. 291 - Contribuinte é o proprietário do imóvel beneficiado por obra pública.

Art. 292 - Responde pelo pagamento do tributo, o superficiário em relação ao imóvel objeto de concessão de superfície, de conformidade com o estabelecido no art. 1.371, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

LANÇAMENTO E COBRANÇA

Art. 293 - Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a administração deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto.

II - orçamento total ou parcial do custo da obra.

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

IV - delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 294 -Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas, têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo Único - A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 295 -Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 296 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 297 - O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.

Art. 298 - As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.

Parágrafo Único - Será atualizada, a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.

Art. 299 - O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 20% (vinte por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.

Parágrafo Único - O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que no caso de condomínio:

a)quando "pro-indiviso", em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;

b) quando "pro-diviso", em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 300 -O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 68 e seguintes deste Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único - O descumprimento da obrigação de recolher, na qualidade de contribuinte substituto, o imposto retido na fonte, constitui apropriação indébita de valores do Erário Municipal.

TITULO X

CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 301 - Fica o Prefeito expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TITULO XI

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA/DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 302 - Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

Art. 303 - A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Paragrafo primeiro -A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Paragrafo segundo - A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

INSCRIÇÃO

Art. 304 - A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas, relações em folhas soltas ou outros meios, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.

Paragrafo primeiro - Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos equivalentes em UPFM ou qualquer outro índice que for adotado em sua substituição.

Paragrafo segundo - O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:

I - a inscrição fiscal do contribuinte.

II - o nome e o endereço do devedor e sendo o caso, dos co-responsáveis.

III - o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais.

IV - a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal.

V - a data de inscrição na Dívida Ativa.

VI - o exercício ou o período de referência do crédito.

VII - o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.

Parágrafo terceiro - É competência exclusiva da Secretaria Municipal da Fazenda a inscrição da Dívida Ativa Municipal.

Art. 305 - A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:

I - por via amigável.

II - por via judicial.

Parágrafo primeiro - Na cobrança da Dívida Ativa, o Poder Executivo poderá, mediante solicitação, autorizar o parcelamento de débito, para tanto, fixando os valores mínimos para pagamento mensal, conforme o tributo, para pessoas físicas e jurídicas.

Parágrafo segundo - O contribuinte beneficiado com o parcelamento do débito deverá manter em dia os recolhimentos sob pena de cancelamento do benefício.

Parágrafo terceiro - O não recolhimento de quaisquer das parcelas referidas no parágrafo anterior tornará sem efeito o parcelamento concedido, vencendo o débito em uma única parcela, acrescido das cominações legais.

Parágrafo quarto - As duas vias de cobrança são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim

exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável ou ainda, proceder simultaneamente aos dois tipos de cobrança.

Parágrafo quinto - A critério da autoridade administrativa poderá ser concedido mais de um parcelamento para o mesmo contribuinte, desde que observados os requisitos deste Código e do regulamento.

Art. 306 - Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos, serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.

Art. 307 - No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

Art. 308 - O Poder Executivo poderá licitar e executar programa de obras ou serviços ou ainda, efetuar aquisição de bens condicionando seu pagamento à cobrança, pelo licitante vencedor contratado da Dívida Ativa Municipal regularmente inscrita.

Parágrafo Único - No caso de que trata o caput deste artigo, o produto da arrecadação da Dívida Ativa, cobrada pelo contratado será recolhido por guia especial emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda e depositada em conta-corrente específica, não constituindo, eventual arrecadação maior que o valor das obras, serviços ou mercadorias adquiridas, motivo para qualquer antecipação do pagamento.

Art. 309 - No interesse da Administração e verificada qualquer insuficiência operacional quanto à cobrança da Dívida Ativa, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório específico, contratar pessoas físicas e jurídicas para tal fim.

FISCALIZAÇÃO

Art. 310 - Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.

Parágrafo Único - A administração fazendária e seus fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, por força do disposto no art. 37, inciso XVIII, da Constituição da República. Art. 311 - Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo Único - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados, serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. Art. 312–A Fazenda Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária.

II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável.

III - exigir informações escritas e verbais.

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária.

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis.

VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

Art. 313 -Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.

II - bancos, casas bancárias, caixas econômicas, cooperativas de credito e demais instituições financeiras.

III - empresas de administração de bens.

IV - corretores, leiloeiros e despachantes oficiais.

V – inventariantes.

VI - síndicos, comissários e liquidatários.

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.

Parágrafo primeiro - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo segundo - A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária

Art. 314 - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente:

I - a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

II - nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 315 - A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 316 - A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa expedida à vista de pedido verbal ou requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Parágrafo primeiro - Não havendo débito a certidão será expedida em 5 (cinco) dias e terá validade de 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo - Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido arquivado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do conhecimento do débito pelo contribuinte.

Art. 317- Para fins de aprovação de projetos de arruamentos e loteamentos, concessão de serviços públicos, apresentação de propostas em licitação, será exigida do interessado a certidão negativa.

Art. 318- O contribuinte que estiver em débito com tributos e penalidades pecuniárias devidas ao Município não poderá participar de licitações, ter concessão de serviços públicos e aprovação de projetos de arruamentos

e loteamentos, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou ainda, transacionar a qualquer título, com exceção da transação prevista nos arts. 83 e seguintes deste código, com órgãos da administração direta e indireta do Município de Santo Antonio de Leverger.

Parágrafo único. Será obrigatória, para prática dos atos previstos neste artigo, a apresentação da certidão negativa de débitos na forma estabelecida na legislação tributária.

Art. 319 - Sem a prova por certidão negativa, por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a quaisquer outros ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Art. 320 - A expedição de certidão negativa não exclui o direito de exigir a Fazenda Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

Art. 321 - Tem os mesmos efeitos dos previstos nos art. 316 e seguintes deste Código, a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Parágrafo primeiro - O parcelamento com a confissão da dívida não elide a expedição da certidão de que trata este título, que se fará sob a denominação de "Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa".

Parágrafo segundo - O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 322 - Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 323 - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em dias feriados ou não úteis. Art. 324 - Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 325 - Para efeito de reconhecimento da imunidade a que se refere o art. 122, deste Código Tributário Municipal, o Poder Executivo baixará ato dispondo sobre os prazos e procedimentos administrativos, no que couber.

Art. 326 - São facultados à Fazenda Municipal o arbitramento e a estimativa de bases de cálculo tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

Parágrafo Único - O arbitramento ou a estimativa a que se refere este artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

TITULO XII

PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

INÍCIO DO PROCESSO

Art. 327 - O processo fiscal terá início com:

I - a notificação do lançamento nas formas previstas neste Código.

II - a intimação a qualquer título, ou a comunicação de início de procedimento fiscal.

III - a lavratura do auto de infração.

IV - a lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais.

V - a petição do contribuinte ou interessado, reclamando contra lançamento do tributo ou do ato administrativo dele decorrente.

Parágrafo primeiro - Iniciado o procedimento fiscal, terão os agentes fazendários o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-lo, salvo quando o contribuinte esteja submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo segundo - Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Coordenação de Fiscalização pelo período por este fixado.

Art. 328- A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR E AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 329 - Na ocorrência de infração não dolosa de lei ou regulamento, será expedida notificação preliminar contra o infrator para que regularize a situação no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser convertida em auto de infração.

Parágrafo primeiro - Na lavratura da notificação preliminar exclui-se a aplicação de multa de infração.

Parágrafo segundo -Esgotado o prazo de que trata este artigo sem que o contribuinte tenha regularizado a situação, lavrar-se-á auto de infração quando serão incluídos os acréscimos legais.

Parágrafo terceiro - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Parágrafo quarto - Na reincidência de faltas relacionadas com os termos do art. 186 deste Código Tributário Municipal não cabe a aplicação da notificação preliminar.

Parágrafo quinto - As demais situações não mencionadas neste artigo serão objeto da lavratura de auto de infração.

Art. 330 - Verificada a infração de dispositivo deste Código ou regulamento, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:

I –data, hora e local da lavratura.

II - nome e endereço do infrator, com o número da respectiva inscrição, quando houver.

III - descrição clara e precisa do fato que constitui infração e se necessário, as circunstâncias pertinentes.

IV - capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade.

V - intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias.

VI - assinatura do agente autuante e a indicação do seu cargo ou função.

VII - assinatura do próprio autuado ou infrator ou dos seus representantes, ou mandatários ou prepostos ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

Parágrafo primeiro - A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

Parágrafo segundo - As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando do processo constem elementos para a determinação da infração e a identificação do infrator.

Art. 331 - O autuado será notificado da lavratura do auto de infração:

I - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo, datada no original ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusa a assinar.

II - por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido ao destinatário ou pessoa de seu domicílio.

III - por publicação, no órgão do Município, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 332- O valor das multas constantes do auto de infração sofrerá, desde que haja renúncia à apresentação de defesa ou recurso, as seguintes reduções:

I - 80% (oitenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 10 (dez) dias contados da lavratura do auto.

II - 70% (setenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 20 (vinte) dias contados da lavratura do auto.

III - 50% (cinquenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 30 (trinta) dias contados da lavratura do auto.

Art. 333- Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa e autorização do titular da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo regular.

Parágrafo Único - Lavrado o auto, o autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

TERMO DE APREENSÃO DE LIVROS FISCAIS E DOCUMENTOS

Art.334 - Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.

Parágrafo Único - A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 335 - A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados, o nome do destinatário e se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo Único - O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 336 - O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando de uma só vez toda matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo primeiro - A impugnação da exigência fiscal mencionará, obrigatoriamente:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida.

II - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação.

III - os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado.

IV - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta.

V - as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões.

VI - o objetivo visado.

Parágrafo segundo - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo terceiro - A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo quarto - Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

Parágrafo quinto - Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa prolatará despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação. Art. 337 – O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo.

Art. 338 - Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

Art. 339 - É autoridade administrativa para decisão o Secretário da Fazenda ou as autoridades fiscais a quem delegar.

Paragrafo primeiro - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, a autoridade administrativa recorrerá de ofício, obrigatoriamente.

Paragrafo segundo - É admitido o pedido de reconsideração da decisão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua ciência, diretamente ao Secretário da Fazenda.

Art. 340 - É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 341 - Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes do Município.

Parágrafo Único - O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 342- A segunda instância é exercida pelo Conselho de Contribuintes do Município.

Paragrafo primeiro - A decisão na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se, para ciência do despacho, as modalidades previstas para a primeira instância.

Paragrafo segundo - Decorrido o prazo definido no parágrafo anterior sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Paragrafo terceiro - Da decisão da última instância administrativa, será dada ciência com intimação, para que o sujeito passivo a cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 343- O julgamento pelo órgão de segunda instância far-se-á nos termos deste Código e do seu regimento.

Art. 344 - O recurso será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância, dele dando-se recibo ao recorrente.

Paragrafo primeiro - Com o recurso poderá ser oferecida prova documental exclusivamente, vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Paragrafo segundo - Aos julgamentos definitivos do Conselho de Contribuintes do Município, salvo proferidos por equidade, poderá ser atribuída eficácia normativa, por ato do Secretário Municipal da Fazenda.

Paragrafo terceiro - A normatividade poderá ser modificada com fundamento em novo julgamento do próprio Conselho de Contribuintes do Município.

Paragrafo quarto - É assegurada às partes ou a terceiros, que provem legítimo interesse, o direito de obter vista ou certidão das decisões definitivas em processos fiscais.

TITULO XIII

CONSELHO DE CONTRIBUINTES

COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art. 345 - O Conselho de Contribuintes do Município de Santo Antonio de Leverger é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória e tem a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância, por força de suas atribuições.

Art. 346 - O Conselho de Contribuintes será composto por 7 (sete) membros, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Executivo e 3 (três) dos contribuintes e reunir-se-á nos prazos fixados em regimento.

Parágrafo Único - Será nomeado um suplente para cada membro do Conselho, convocado para servir nas faltas ou impedimentos dos titulares.

Art. 347 - Os membros titulares do Conselho de Contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos.

Paragrafo primeiro - Os membros do Conselho deverão ter ilibada conduta e reconhecida experiência em matéria tributária.

Paragrafo segundo - Os membros representantes dos contribuintes, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados em listas tríplices apresentadas:

I - pela Associação Comercial e Industrial ou equivalente do Municipio.

II - pela Câmara Municipal de Vereadores, que pode indicar membros da sociedade ou de sua composição.

Paragrafo terceiro - Os membros representantes do Município, tantos os titulares como os suplentes, serão indicados pelo Secretário de Fazenda dentre servidores efetivos da Secretaria Municipal, responsável pela Gestão Fazendária versados em assuntos tributários.

Paragrafo quarto - A representação da Procuradoria Geral do Município, junto ao Conselho, será exercida por Procurador do Município ou seu substituto, designados no mesmo ato pelo Procurador Geral.

Art. 348 - A posse dos membros do Conselho de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 349 - Perderá o mandato o membro que:

I - deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado.

II - usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude.

III - recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo.

IV - contrariar normas regulamentares do Conselho.

Art. 350 - Os membros do Conselho de Contribuintes não serão remunerados e seu funcionamento e ordem dos trabalhos, será regulado por ato do Poder Executivo.

JULGAMENTO PELO CONSELHO

Art. 351 -O Conselho de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único - As sessões de julgamento do Conselho serão públicas.

Art. 352 - Deverão se declarar impedidos de participar do julgamento os membros que:

I - sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvida no processo.

II - sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.

Art. 353 - As decisões do Conselho serão proferidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias e constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.

Parágrafo Único - O Prefeito poderá avocar os processos para decisão, quando esta, não tenha sido proferida no prazo fixado neste artigo;

CONSULTA TRIBUTÁRIA

Art. 354 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art. 355 - A consulta será dirigida ao Secretário da Fazenda, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais e instruída com documentos.

Art. 356 - Nenhum procedimento tributário ou ação fiscal será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Art. 357 - A consulta não suspende o prazo para recolhimento do tributo e tampouco, as atualizações e penalidades decorrentes do atraso no seu pagamento.

Art. 358 - Os efeitos previstos no artigo anterior não se produzirão em relação às consultas:

I - meramente protelatórias, assim entendidas, as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

II - que não descrevam completa e exatamente a situação de fato.

III - formuladas por consultores que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, de auto de infração ou termo de apreensão ou citados para ação judicial de natureza tributária, relativamente à matéria consultada. Art. 359 - Na hipótese de mudança de orientação fiscal a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 360 - A autoridade administrativa dará solução à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, encaminhando o processo ao Secretário da Fazenda, que decidirá.

Parágrafo Único - Do despacho prolatado em processo de consulta, caberá recurso e pedido de reconsideração, desde que protocolada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da notificação do contribuinte.

Art. 361 - A autoridade administrativa, ao homologar a solução dada à consulta, fixará ao sujeito passivo prazo não inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias, para o cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Único - O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação da decisão. Art. 362 - A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consultante.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 363 - Fica criado a Unidade Padrão Fiscal do Município de Santo Antonio de Leverger - MT – UPFM –com valor atual em R$21.10 (vinte e um reais e dez centavos), atualizadas anualmente, sempre no mês de janeiro,

pela variação do INPC - IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo Único - No caso de extinção do INPC, fica o Executivo autorizado a utilizar outro indexador que vir substituí-lo ou outro que melhor aferir a inflação.

Art. 364 - Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

Parágrafo Único - A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

Art. 365 - São revogadas todas as isenções de tributos, exceto as constantes deste Código e as concedidas mediante condição e prazo determinado, que ficam mantidas até seu termo final.

Art. 366- São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recursos, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 367- Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Parágrafo Único - No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 368 - Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

.Art. 369 - Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavratura da escritura de transferência ou venda de imóvel, certidão de aprovação do loteamento, certidão negativa de tributos incidentes sobre o imóvel e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.

Paragrafo primeiro - Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento de Imposto devido ou do reconhecimento de sua exoneração;

Paragrafo segundo - Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão de licença quando for o caso.

Art. 370 - Ficam mantidos e resguardados os direitos a manutenção das isenções concedidas, até a presente data, em cumprimento a Lei Municipal nº 739, de 23 de junho de 1.999, que dispõe sobre a remissão de débitos, bem como a isenção do pagamento do IPTU e Taxas de coleta de lixo, de limpeza pública e de conservação de vias, até a extinção dos benefícios até então concedidos.

Art. 371 - Consideram-se integrantes do presente Código Tributário as tabelas que o acompanham.

Art. 372 - O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

Art. 373 - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Parágrafo Único - Em consonância com o art. 3º, §§ 3º, 4º e 10 e o art. 6º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, poderá o Poder Executivo Municipal instituir mecanismos de controle e apuração do valor agregado relacionado com as operações sujeitas ao ICMS, em que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos neste Município.

Art. 374 - Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos parceladamente, na forma, prazos e condições que o Poder Executivo estabelecer em regulamento.

Art. 375 -Nos casos em que qualquer tributo municipal for pago parceladamente, seu valor será corrigido pela aplicação da UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal).

Art. 376- O Poder Executivo regulamentará o Código Tributário Municipal, nos prazos que a conveniência exigir.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal da Fazenda orientará a aplicação do presente Código Tributário Municipal, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 377- Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre a nota fiscal eletrônica – avulsa - de prestação de serviços, através de regulamento.

Art. 378 - O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código, relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência, até 31 de janeiro de cada ano.

Art. 379 - Esta Lei entra em vigor, 90 dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, respeitando o disposto nas alíneas "a" e "b" inciso III, do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 28 de Dezembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Concurso Público nº 001/2017, realizado em 03/12/2017, tendo o resultado sido homologado pelo Decreto Municipal nº 004/2018 de 16/01/2018, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme termos da Lei Municipal 055/2001 de 28 de dezembro de 2001, Art. 28, nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionados no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do Concurso Público, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munidos dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2018.

MIGUEL BRUNETTA ***Prefeito Municipal***

ANEXO I

FISCAL SANITÁRIO

Nº	NOME
01	ANDRESA DE MORAES COSTA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	NOME
01	THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ
02	MARTA DE SOUSA SILVA

03	MARCELO AGUILAR
04	DINALVA GOMES DA SILVA
05	DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais;

p) Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

q) Ter nacionalidade brasileira;

r) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

JURIDICO
EXTRATO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 067/2013.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo aditivo a prorrogação do prazo constante à CLÁUSULA QUARTA do contrato nº 067/2013 de 03/06/2013.

Período: de 26/12/2017 a 31/03/2018

Data de Assinatura: 26/12/2017

Contratado: **RONAN DE OLIVEIRA SOUZA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2018

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº005/2018

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº001/2018

OBJETO: Despesas com Fornecimento de Energia Elétrica.

Base Legal: Art. 25, da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/1993.

CREDOR: Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A – CPMJ: 03.467.321/0001-99, Rua Vereador João Barbosa Caramuru nº. 184, Bairro: Bandeirantes CEP – 78.010-900 Cuiabá – Mato Grosso.

Valor total Estimado anual de R$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

Prazo: até 31 de Dezembro de 2018.

Fundamento legal: Art. 25, da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/1993.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no: Art. 25, da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/1993.

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 25 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Santo Antônio do Leste - MT, em 16 de Fevereiro de 2018

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 105, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE PAULO ROGERIO MARTINS DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 105, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor PAULO ROGERIO MARTINS DE OLIVEIRA, no Cargo em Comissão de SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **PAULO ROGERIO MARTINS DE OLIVEIRA**, Brasileiro, Convivente, Servidor Público Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 922.564 - SSP-MT, e inscrito no CPF nº 535.548.841-20, no Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 106, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE AMÉRICO ALVES COSTA

PORTARIA Nº 106, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor AMERICO ALVES COSTA, no Cargo em Comissão de CHEFE DE GABINETE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **AMERICO ALVES COSTA**, Brasileiro, Casado, Motorista, portador da Cédula de Identidade RG nº 606.369 - SSP-DF, e inscrito no CPF nº 202.377.581-72, no Cargo em Comissão de **CHEFE DE GABINETE.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 107, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE ELVECINO ALVES RODRIGUES

PORTARIA Nº 107, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor ELVECINO ALVES RODRIGUES, no Cargo em Comissão de TESOUREIRO.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **ELVECINO ALVES RODRIGUES**, Brasileiro, Casado, Servidor Público Municipal (Operador do DAE), portador da Cédula de Identidade RG nº 333.648 - SSP-MT, e inscrito no CPF nº 328.775.441-68, no Cargo em Comissão de **TESOUREIRO.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 85, DE 31 DE JANEIRO DE 2018 - EXONERAÇÃO DE ALEXANDRE CARDOSO DE MIRANDA

PORTARIA Nº 85, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração do Senhor ALEXANDRE CARDOSO DE MIRANDA, do Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor **ALEXANDRE CARDOSO DE MIRANDA**, Brasileiro, Convivente, Radialista, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.966.050-0 - SSP-SP, e inscrito no CPF nº 557.515.121-20, do Cargo em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 104, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE EMIVALDO DE CASTRO E SILVA

PORTARIA Nº 104, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor EMIVALDO DE CASTRO E SILVA, no Cargo em Comissão de SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **EMIVALDO DE CASTRO E SILVA**, Brasileiro, Casado, Aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0.244.131-4 - SESP-MT, e inscrito no CPF nº 081.001.871-34, no Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE FINANÇAS.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 103, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE ALEXANDRE CARDOSO DE MIRANDA

PORTARIA Nº 103, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor ALEXANDRE CARDOSO DE MIRANDA, no Cargo em Comissão de SECRETÁRIO DE TURISMO.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **ALEXANDRE CARDOSO DE MIRANDA**, Brasileiro, Convivente, Radialista, portador da Cédula de Identidade RG nº 32. 966.050-0 - SSP-SP, e inscrito no CPF nº 557.515.121-20, no Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE TURISMO.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2018, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: **DIOGO RIBEIRO DA SILVA**, Brasileiro, Solteiro, Professor de Música, residente e domiciliado na Rua Oito, s/nº - Próximo ao PSF da Vila - CEP 78.670-000 - Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 038.194.381-06 e Identidade nº 1.976.156-2 - SSP-MT, inscrito no PIS/PASEP sob nº 2.033.399.223-1, nascido no dia 24/09/1986

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 005/2018

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 21 de fevereiro de 2018

VIGÊNCIA: **15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018**

PRAZO DE VIGÊNCIA: **10 meses e 4 dias**

CARGA HORÁRIA: **40 (quarenta) horas semanais**

REMUNERAÇÃO MENSAL: **R$ 2.298,80** (dois mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

FUNÇÃO: PROFESSOR - **INSTRUTOR DE MÚSICA**, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - **BANDA DE MÚSICA MUNICIPAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 109, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE RÔMULO LACERDA BISPO

PORTARIA Nº 109, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor RÔMULO LACERDA BISPO, no Cargo em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **RÔMULO LACERDA BISPO**, Brasileiro, União Estável, Servidor Público Estadual, portador da Cédula de Identidade RG nº 196.4000-7360860 - SSP-GO, e inscrito no CPF nº 479.871.971-49, no Cargo em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 108, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018 - NOMEAÇÃO DE PAULO HENRIQUE SOUSA MENESES

PORTARIA Nº 108, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação do Senhor PAULO HENRIQUE SOUSA MENESES, no Cargo em Comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **PAULO HENRIQUE SOUSA MENESES**, Brasileiro, Convivente, Moto-Táxi, portador da Cédula de Identidade RG nº 2. 084.657 - SSP-GO, e inscrito no CPF nº 317.888.821-72, no Cargo em Comissão de **ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE.**

Parágrafo único. O nomeado fica obrigado ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal nº 69 de 21 de novembro de 2011, especialmente pelas alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 88 de 21 de março de 2015, nº 102 de 3 de abril de 2017 e nº 104 de 1º de junho de 2017, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA Nº 86, DE 31 DE JANEIRO DE 2018 - EXONERAÇÃO DE EMIVALDO DE CASTRO E SILVA

PORTARIA Nº 86, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração do Senhor EMIVALDO DE CASTRO E SILVA, do Cargo em Comissão de TESOUREIRO.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor **EMIVALDO DE CASTRO E SILVA**, Brasileiro, Casado, Aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0.244. 131-4 - SESP-MT, e inscrito no CPF nº 081.001.871-34, do Cargo em Comissão de **TESOUREIRO.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS Nº 03/2018

A Comissão Fiscalizadora no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICA a divulgação da lista dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo nº 001/2018.

CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
ELAINE CRISTINA BRAGA DE SOUZA	8,5	1º	APROVADO
CRIS DAYANE FERRARI COUTINHO	5,5	2º	CLASSIFICADO
MARIA ZILMAR VICENTE DE SOUZA	**NÃO COMPARECEU**	3º	ELIMINADO

CARGO: NUTRICIONISTA			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
EDMILSON OLIVEIRA SILVA	5,0	1º	APROVADO
LIGIA VIEIRA AFONSO	2,5	2º	CLASSIFICADO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
NÁGILA LOPES DE MORAES	9,5	1º	APROVADO
CARGO: CONTADOR			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
JOSILENE NUNIS DOS SANTOS	9,5	1º	APROVADO
VANIA GONÇALVES DOS SANTOS	**NÃO COMPARECEU**	2º	ELIMINADO

CARGO: TRATORISTA					
NOME	**PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRATICA**	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
MATEUS FERNANDES MORAES	7,5	15,0	22,5	1º	APROVADO
URIEL DIAS DE SOUZA	6,5	15,0	21,5	2º	APROVADO
HÉLIO MARIO DA SILVA	6,0	12,0	18,0	3º	CLASSIFICADO
JOSÉ ILSON SOARES DE CARVALHO	3,0	14,0	17,0	4º	CLASSIFICADO
CLAUDINEI CAETANO DE OLIVEIRA	**NÃO COMPARECEU**	**NÃO COMPARECEU**	**	5º	ELIMINADO

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
NOME	**MÉDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
ALINE PEREIRA DE ALMEIDA	8,5	1º	APROVADO
ELISSANDRA FERREIRA DA SILVA	8,0	2º	APROVADO
DAIANE MATOS SANTOS	6,0	3º	CLASSIFICADO
EDNA ALCANTARA DE PAULA	4,5	4º	CLASSIFICADO
DANUBIA GABRIEL LOPES	3,0	5°	CLASSIFICADO
ADILZA ROSA SAMPAIO GOMES	**NÃO COMPARECEU**	6º	ELIMINADO

CARGO: PROFESSOR DE CIENCIAS BIOLOGICAS E GEOGRAFIA			
NOME	MÉDIA FINAL	COLOCAÇÃO	SITUAÇÃO
PAULO CESAR BARBOSA DOS SANTOS	5,0	1º	APROVADO
JOSE OLDAIR DE SOUZA	NÃO COMPARECEU	2º	ELIMINADO
SOAIR TAVARES PEREIRA	NÃO COMPARECEU	3º	ELIMINADO

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA			
NOME	**MEDIA FINAL**	**COLOCAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
ELAINE TEXEIRA DE LIMA	9,5	1º	CLASSIFICADO
FABIANA DE SOUZA OLIVEIRA	8,5	2º	CLASSIFICADO
MONICA PINHEIRO BELÉN	6,5	3º	CLASSIFICADO
MARIZA MENEZES DA SILVA ROCHA	5,0	4º	CLASSIFICADO
LUCIDALVA SILVA LICERAS	5,0	5º	CLASSIFICADO
IRENE QUEIROZ DE SOUZA	5,0	6º	CLASSIFICADO
MARTA SOUZA RODRIGUES	5,0	7º	CLASSIFICADO
MARINA LEITE DA COSTA	5,0	8º	CLASSIFICADO
ESTER MACHADO DE SOUZA	5,0	9º	CLASSIFICADO
ARLETE DIAS DE SOUZA MOURA	4,5	10º	CLASSIFICADO
REGINA CORREA DE SOUZA	4,0	11º	CLASSIFICADO
MARIA LUCINEIDE MACHADO DE SOUZA	3,5	12º	CLASSIFICADO
GRAZIELE ROCHA DE JESUS	3,0	13º	CLASSIFICADO
HELENA ALVES DE SOUZA	2,5	14º	CLASSIFICADO
ODETE MOREIRA PESSOA	2,0	15º	CLASSIFICADO
CARMEM A. RODRIGUES GOMES	NÃO COMPARECEU	16º	ELIMINADO

IZABEL CRISTINA DA SILVA	NÃO COMPARECEU	17º	ELIMINADO
KLÉZIA MARIA DE OLIVEIRA	NÃO COMPARECEU	18º	ELIMINADO
LEDA BORGE NATES	NÃO COMPARECEU	19º	ELIMINADO
MARIA HELENA DA SILVA SOUZA	NÃO COMPARECEU	20º	ELIMINADO
PRISCILA MARI DEMONICO BUENO	NÃO COMPARECEU	21º	ELIMINADO
VANESSA RAFAELA CINTRA	NÃO COMPARECEU	22º	ELIMINADO

São José do Povo – MT; 21 de fevereiro de 2018.

Marcia Cristina Medeiros Aristóteles Alves PRESIDENTE DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO

Mirian Vieira Freire Maria de Fatima B. Costa MEMBRO DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: 12- PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2018** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018 DESTE MUNICÍPIO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.**

NO Dia 06 de Março de 2018 ás 13:30 horas . (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 924, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br,ou/WWW.SAOJOSED... OU PELO EMAIL: irandiduarte @bol.com.br, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

São Jose do Povo –MT , 21 de Fevereiro 2018

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

MARIA IRANDI DUARTE

PREGOEIRA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 003/2018 DE APOSENTADORIA POR IDADE

PORTARIA N.º 003/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria Por Idade** a servidora Sra. **Maria Gabriel Lopes**."

O Prefeito do Município de São Jose do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, § 1º, inciso III, aliena "b" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da **Lei Municipal nº 563 de 11 de novembro de 2013,** que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social; Lei Complementar n.º 519/2012 PCCS que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargo, carreias e vencimento da Administração Publica do Município de São Jose do Povo, Anexos VII, e Lei Municipal nº 021/2014, 26/2015, 22/2016 e 28/2017, que corrige o salário dos servidores públicos municipais em virtude da revisão geral anual da remuneração;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício **Aposentadoria Por Idade**, a Sra. **Maria Gabriel Lopes**, brasileira, portadora do RG n.º 2032295-0 SSP/MT e do CPF n.º 569.539.331-00, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Classe "D", Grau "01", lotada na Secretaria de Obras e Transporte de São José do Povo, devidamente matriculada sob o n.º 186, contando com 17 anos, 10 meses e 21 dias de tempo de contribuição com Proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do **FUNPREV**, n.º 2018.02.00002P, a partir de 10 de fevereiro de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2018 revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

São Jose do Povo - MT, 20 de fevereiro de 2018.

EURÍPEDES GARCIA DE MOURA

Diretora do FUNPREV

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 01/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 001/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores MAURO SÉRGIO TOMÁZ e KLEITON DE OLIVEIRA SILVA SANTOS, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 001/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE DE PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO A CUIABÁ.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 23 de janeiro de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 02/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores LUIZ FERNANDO DE AQUINO e RICARDO FERNANDO DE SOUZA, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 002/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINAS PESADA E CAMINHÕES, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE LEITOS DE ESTRADAS VICINAIS E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLENAGEM NA ZONA RURAL E URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 26 de janeiro de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA SECAD Nº 03/2018, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2018.

ERCÍLIA TEREZINHA TIMM SOCOLOSKI, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores MAURO SÉRGIO TOMÁZ e KLEITON DE OLIVEIRA SILVA SANTOS, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução do **Contrato nº 003/2018**, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO A CUIABÁ PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração e Coordenaçao Geral, São José do Rio Claro/MT, 1º de fevereiro de 2018.

Ercília Terezinha Timm Socoloski

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Município de São José do Rio Claro – MT, por seu Prefeito Municipal, **VALDOMIRO LACHOVICZ**, em cumprimento ao disposto no § 4º do Art. 9º e § 1º do Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, referente à apresentação de Demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2017.

A audiência será realizada no dia 26/02/2018, as 14:00 horas, na sede do Plenário da Câmara Municipal, Avenida Mato Grosso, nº 38, Centro, São José do Rio Claro – MT.

São José do Rio Claro - MT, 20 de fevereiro de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O **Município de São Jose do Rio Claro – MT**, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDOMIRO LACHOVICZ**, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no processo para Contratação da empresa **VIAÇÃO TANGARÁ TRANSPORTE COLETIVO EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ: 22.430.238/0001-90, para a prestação de serviço no transporte dos alunos do perímetro rural do assentamento P. A. Campinas do Município de São José do Rio Claro, estima-se para essa contratação o valor de **R$ 28.380,00 (vinte e oito mil e trezentos e oitenta reais)** e serão pagos com recurso próprio do Município, após a verificação e autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de Dispensa de licitação, fulcrada no *caput* do art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São Jose do Rio Claro – MT, 20 de fevereiro de 2018. **VALDOMIRO LACHOVICZ -** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº 036/2018

PORTARIA Nº 036/2018

São José do Xingu – MT, 19 de fevereiro de 2018.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

1- Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, **Diego Ribeiro da Silva,** Servidor de cargo seletista de motorista da Secretaria Municipal Infraestrutura/Obras matrícula funcional nº 10113**,** para exercer a função de fiscal do contrato nº 001/2018.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se o Sr Diego Spanholi matrícula funcional nº 10.000 em cargo Comissionado como Coordenador de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 19 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA-ME

VALOR GLOBAL: R$ 71.640,00 (SETENTA E UM MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 31/12/2017 ATÉ 31/06/2018

OBJETO: O CONTRATADO ACIMA QUALIFICADO SE COMPROMETE EM DAR CONTINUIDADE, AO FORNECIMENTO DO MATERIAL (AR CONDICIONADO) DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, CONFORME A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **18/2016** REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT.

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT.

DATA: 29/12/2017

DECRETO N° 020/2018

DECRETO N° 020/2018 São José do Xingu – MT, 16 de fevereiro de 2018.

“DECRETA AS DISPOSIÇÕES INERENTES A ADQUAÇÃO DO SALARIO MINIMO AOS PADRÕES QUE REGULAMENTA A LEI FEDERAL 13.152 DE 29 DE JULHO DE 2015 A CONTRAPRETAÇÕES MENSAIS PAGAS PELA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO XINGU-MT”.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado do Mato Grosso, Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art.84, caput, Inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Art.2º da Lei Federal 13.152, de 29 de julho de 2015.

CONSIDERANDO, O Decreto Federal de nº 8.618, de 29 de Dezembro de 2016, que fixou em R$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais) o valor do salario mínimo nacional a partir de 01 de janeiro de 2017.

CONSIDERANDO, as disposições da Lei Federal 13.152,de 29 de julho de 2015, sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019.

CONSIDERANDO, a existência no quadrode pessoal do Município de servidores públicos, nomeados e contratados que recebem remuneração inferior ao novo salario mínimo.

CONSIDERANDO, não ser licito promover o pagamento de salários em valor “a quem” do montante estipulado ao salario mínimo nacional.

DECRETA:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2018, o salario mínimo será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), conforme Constituição Federal e tendo em vista o disposto no Art.2º da Lei Federal 13.152, de 29 de julho de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 16 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

e cumpra-se

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PUBLICA

Nº. 02/2018

A Prefeita Municipal de São José do Xingu - MT, senhor **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca as pessoas interessadas para participarem da Audiência Pública Municipal a realizar-se na data, horário e local abaixo descrito, para tratar de assuntos referentes: prestação de contas da execução fiscal do 3º (terceiro) quadrimestre (RGF) e sexto bimestre (RREO) do exercício de 2017 em cumprimento das exigências da LRF.

Terça - feira (27 /02 / 2018).

Horário: às 16hs00 min.

Local: Câmara Municipal de São José do Xingu-mt

Gabinete da Prefeita Municipal de São José do Xingu-MT

São José do Xingu – MT, 19 de Fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 020/2017, torna público o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018**, pós-período de interposição de recursos, em conformidade com o disposto no referido certame e de acordo com a relação de aprovados e classificados a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR II - CIÊNCIAS:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	03432373180	Fernanda Cristina da Cunha	7,0	8,5	6,0	21,50	Aprovada
2º	01181648130	Valdinei Pereira da Costa	4,0	7,0	7,0	18,00	Aprovado
3º	00403289106	Fátima Gutierrez da Silva	5,0	5,5	7,5	18,00	Classificada
4º	65107179134	Elildy de Godoy	5,0	5,0	7,5	17,50	Classificada
5º	88966968104	Cristiane Alves Meire	4,0	3,0	6,7	13,70	Classificada
6º	84502657115	Jucelia Aparecida dos Santos	2,0	5,5	5,21	12,71	Classificada
7º	32478918897	Antônio Carlos Cardoso Borges	3,0	2,5	4,0	9,50	Classificado
	03914613114	Maria Ap. Vasconcelos de Souza					Ausente
	94330344149	Valeria Fernandes Ferreira					Ausente

PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	04343734196	Lupércio G. Rodrigues Ribeiro	5,0	9,5	7,0	21,50	Classificado
2º	01879915103	Fernanda da Silva Sabadim	4,0	8,5	4,0	16,50	Classificada
3º	01030099146	Juliana de Carvalho Alves	4,0	8,5	4,0	16,50	Classificada
4º	05440729100	Khelly Cristina Oliveira Simão	3,0	6,5	6,9	16,40	Classificada
5º	96568240168	Silvia Aparecida da Silva Néris	3,0	5,5	7,0	15,50	Classificada
6º	98393308100	Edmar Garcia Lopes	4,0	5,0	4,0	13,00	Classificado
7º	02216126101	Ana Mª Gonçalves dos Santos	4,0	4,0	4,0	12,00	Classificada
	05001570140	Jessica Puglia Alexandre					Ausente
	05103018195	José Luiz de Barros Silva					Ausente
	01502949130	Patrícia E. Rodrigues da Silva					Ausente

PROFESSOR II - GEOGRAFIA:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	02459607164	Marciel Henrique da Silva	10,0	9,5	8,0	27,50	Aprovado
2º	85713023168	Leonice Reinoldes Francisqueti	8,0	9,5	7,5	25,00	Classificada
3º	03443684165	Elessandro Dutra Da Cruz	9,0	8,5	7,0	24,50	Classificado
4º	99114364115	Solange Coelho da Silva	6,0	9,5	7,0	22,50	Classificada
5º	02284202101	Marilda Alves da Silva	5,0	9,0	8,0	22,00	Classificada
	00121696170	Cristiana Ribeiro da Silva	0,0	Desclassificada conforme item 6.4.2 do Edital			
	01691912140	Edson Borges dos Santos					Ausente
	02472486146	Wanessa T. Pereira Rodrigues					Ausente

PROFESSOR II - HISTÓRIA:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	05746454117	Rosiane Pereira Viscovini	7,0	10,0	8,0	25,00	Classificada
2º	00996751106	Marilza Alves da Silva	7,0	8,5	7,0	22,50	Classificada
3º	03347633121	Keitty Cristina Gomes Rodrigues	7,0	8,5	7,0	22,50	Classificada
4º	03757224167	Katiane Aparecida da Silva	5,0	8,0	6,6	19,60	Classificada
5º	04235498126	Pamela Santolin da Silva	2,0	10,0	7,5	19,50	Classificada
6º	00243244185	Érica da S. M. Evangelista	6,0	5,0	7,0	18,00	Classificada
7º	99382482172	Cibila Iêda Silva Honorato	4,0	2,5	7,0	13,50	Classificada

PROFESSOR II – LÍNGUA PORTUGUESA:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	03053707152	Andréia Ribeiro Gilfrida	10,0	10,0	7,50	27,50	Aprovada
2º	02459204129	Flávia Alves da Silva	9,0	10,0	7,00	26,00	Aprovada
3º	99262819153	Fabiana Montanari de Melo	5,0	10,0	8,00	23,00	Classificada
4º	02739264119	Andréia P. Espírito Santo	6,0	9,5	6,25	21,75	Classificada
5º	65052056672	Janete Ap. Kameda Camilo	2,0	9,5	8,00	19,50	Classificada
6º	05100545100	Elquiane Gomes de Matos	4,0	3,0	8,00	15,00	Classificada
	00248863193	Blandina Fernandes					Ausente
	00008533130	Cristiane H. Pivotti Miller					Ausente
	05086052106	Danieli de Souza Paula					Ausente
	04626774199	Juliete Pereira Gabriel Luzini					Ausente

PROFESSOR II - MATEMÁTICA:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	73775681191	Fernanda A. da Silva Brandini	3,0	10,0	7,00	20,00	Classificada
2º	03166811133	José Cristiano Alves da Silva	6,0	7,0	7,00	20,00	Classificado
3º	01425748139	Alciene Santos Siqueira	5,0	7,5	7,00	19,50	Classificada
	05239836116	Sidimar Merotte Viscovini					Ausente
	02462995170	Simone Alves dos Santos					Ausente

PROFESSOR II - PEDAGOGIA:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	58068848134	Marizete de Fátima Gomes	10,0	10,0	8,0	28,00	Aprovada
2º	79491030191	Eliana Aparecida de Oliveira	10,0	9,5	7,0	26,50	Aprovada
3º	53634802120	Ivanilce Ap. Q. Vasconcelos	9,0	10,0	7,0	26,00	Aprovada
4º	35412372104	Veronice Dias Penachioni	9,0	9,5	7,5	26,00	Aprovada
5º	38823691168	Odete Rosa Paes	9,0	8,5	8,0	25,50	Aprovada
6º	92338674120	Maria Eleane de O. Baseggio	9,0	9,5	7,0	25,50	Aprovada
7º	00086739182	Mariza da Silva Santos	9,0	8,5	8,0	25,50	Classificada
8º	03864830192	Marluci D. Leite de Oliveira	9,0	9,0	7,5	25,50	Classificada
9º	01875529837	Onivaldo Luiz Custodio	8,0	10,0	7,0	25,00	Classificado
10º	51315734168	Benedita de Andrade Barbosa	7,0	10,0	8,0	25,00	Classificada
11º	59416955191	Luzemeire M. de A. Caldeira	8,0	9,0	8,0	25,00	Classificada
12º	48697575168	Edmar de Oliveira Almeida	7,0	10,0	8,0	25,00	Classificada
13º	90000404187	Angela Maria Camargo	9,0	9,0	7,0	25,00	Classificada
14º	00034598103	Ana Paula Wink	8,0	9,0	8,0	25,00	Classificada
15º	73224901187	Danila Paulino Leite Alves	8,0	10,0	7,0	25,00	Classificada
16º	02494732166	Luciana Dias dos Santos	9,0	8,5	7,0	24,50	Classificada
17º	05411508126	Meyriliani C. da Silva Santana	9,0	8,5	7,0	24,50	Classificada
18º	03013622113	Ana Paula de F. M. da Silva	8,0	9,0	7,5	24,50	Classificada
19º	00566485109	Stephania Susana P. Delboni	9,0	8,0	7,0	24,00	Classificada
20º	99570254149	Edicleia Aline F. Cabral Leal	8,0	9,0	7,0	24,00	Classificada
21º	0247509131	Janaina Vetoreti Goloni	8,0	10,0	5,8	23,80	Classificada
22º	04169962133	Adriana Coelho da Silva	6,0	10,0	7,0	23,00	Classificada
23º	82594686115	Edineia de O. Brito Pereira	6,0	10,0	6,75	22,75	Classificada
24º	04440810110	Viviene de Paula de Melo	6,0	9,5	7,0	22,50	Classificada
25º	93735626149	Andréia Patrícia Honorato	6,0	9,5	7,0	22,50	Classificada
26º	04768015166	Tathiane Gomes Petreli Vidoti	5,0	10,0	7,5	22,50	Classificada
27º	04833019140	Maria do C. de Souza Oliveira	5,0	9,5	7,5	22,00	Classificada
28º	93911858191	Erison Ricardo Marchi	4,0	10,0	8,0	22,00	Classificado
29º	93399278187	Cátia Oliveira Fernandes Peres	7,0	7,5	7,0	21,50	Classificada
30º	01487100183	Franciele Ricardo de Matos	6,0	8,5	7,0	21,50	Classificada
31º	00938276107	Luciangila Vieira Amaro	5,0	9,5	6,9	21,40	Classificada
32º	02284203183	Cheila C. dos S. de Oliveira	4,0	9,5	7,5	21,00	Classificada
33º	02123219193	Gislaine V. Fuzati Ambrósio	5,0	9,0	7,0	21,00	Classificada
34º	00107306131	Nilcéia de Paula Toledo	6,0	7,5	7,0	20,50	Classificada
35º	10007066724	Geise Sara Ribeiro Campos	5,0	10,0	5,00	20,00	Classificada
36º	95532374104	Adriana P. F. Castilheiro	4,0	9,0	6,5	19,50	Classificada
37º	89281900106	Creuza Mazete Carvalho	5,0	7,5	7,0	19,50	Classificada
38º	75856875168	Lucinéia Guevara Vieira	5,0	7,0	7,5	19,50	Classificada
39º	01313999180	Eliana Hipólito da Silva	6,0	8,5	4,9	19,40	Classificada
40º	02847289186	Gesiane F. da Silva de Jesus	4,0	8,0	7,0	19,00	Classificada
41º	82883220930	Juceli Sem	5,0	7,5	6,5	19,00	Classificada
42º	03108407163	Marcela A. Ossuci Pagotto	5,0	7,0	7,0	19,00	Classificada
43º	03278563190	Eslay da Silva Souza	6,0	8,0	4,65	18,65	Classificada
44º	73394246104	Jaqueline da Silva Borges	6,0	5,5	7,0	18,50	Classificada
45º	00249038170	Laudicéia P. de O. Molina	5,0	6,5	7,0	18,50	Classificada
46º	94261679191	Regiane Rios de Almeida	5,0	6,5	7,0	18,50	Classificada
47º	03556058138	Catiane Meschiare dos Santos	5,0	8,0	5,25	18,25	Classificada
48º	01481459147	Graziele Rosales Teixeira	3,0	8,5	6,5	18,00	Classificada
49º	00091818141	Rosimar da Silva Campos	3,0	8,0	6,75	17,75	Classificada
50º	00172882150	Ana Mª da S. de O. Bonfim	4,0	5,5	8,0	17,50	Classificada
51º	01250948177	Andreia P. Ribeiro de Carvalho	3,0	7,0	7,0	17,00	Classificada
52º	00518762142	Fernanda Moreira Sales	3,0	7,0	7,0	17,00	Classificada
53º	32143905149	Marlene Scarpazza Cavalcante	3,0	10,0	4,0	17,00	Classificada
54º	05722471178	Amanda de Jesus Marangoni	6,0	5,5	5,1	16,60	Classificada
55º	00669867101	Cristina Ap. Félix S. de Paula	3,0	6,5	7,0	16,50	Classificada
56º	01725292122	Danielli Paulino Leite	4,0	5,5	7,0	16,50	Classificada
57º	05338869101	Fabiane Gomides Rodrigues	5,0	5,0	6,5	16,50	Classificada
58º	82002037191	Zilene Ferreira Lemes	5,0	6,0	5,2	16,20	Classificada
59º	00172835151	Adeuza Pereira Gomides	3,0	6,5	6,5	16,00	Classificada
60º	02736726146	Aline Pereira da Silva	3,0	6,0	7,0	16,00	Classificada
61º	04769138105	Kátia Mara Atanázio Santos	1,0	8,5	6,25	15,75	Classificada
62º	03359677102	Igor Henrique Peralta Peres	4,0	5,0	6,6	15,60	Classificado
63º	04353500139	Josiely de Jesus Moura	3,0	5,0	7,0	15,00	Classificada
64º	96469021115	Luciana M. M. do Nascimento	3,0	4,5	7,50	15,00	Classificada
65º	58065083153	Regina Jose da Silva	3,0	5,0	7,0	15,00	Classificada
66º	00938199196	Sidineia da Silva Biazoto	4,0	4,0	6,9	14,90	Classificada
67º	29055777897	Clarice R. Santos de Oliveira	3,0	6,5	4,6	14,10	Classificada
68º	04607999164	Maralice V. de Souza	3,0	6,5	4,6	14,10	Classificada
69º	89071972100	Osanir Pereira Vicenti Negrini	2,0	6,0	5,6	13,60	Classificada
70º	02822541108	Karen Camila da C. Luzini	1,0	4,0	7,0	12,00	Classificada
71º	02459207140	Renata Porto de Souza	2,0	4,5	5,3	11,80	Classificada
	00312667116	Adriana C. de Melo Nogueira					Ausente
	41602986134	Adriana H. F. de Carvalho					Ausente
	96207795172	Angela Aparecida Vieira					Ausente
	99055791172	Aparecida Alves Cabral					Ausente
	72140950178	Cintia Marques Andreatti					Ausente

	00147402140	Cristiane Pires S. Penariol					Ausente
	00285043131	Daniele Garnica					Ausente
	86703056153	Edlaine Ap. S. Landim Pivotti					Ausente
	95556478104	Elaine Ap. Ferreira de Souza					Ausente
	91178282104	Eliane Aparecida Martinez					Ausente
	99146584153	Eliane Nalaza de Lima					Ausente
	01172829101	Ivone Lopes Da Trindade					Ausente
	01930746130	Ivone Torres Gomes					Ausente
	05130467124	Jaqueline Mila Lucena					Ausente
	01288662173	Kelli Antero de Souza Gomes					Ausente
	04712456159	Letícia Faria De Azevedo					Ausente
	03780470195	Liliane Rosa Siqueira					Ausente
	43221858191	Márcia B. Cassia Dos Santos					Ausente
	87532794172	Maria Ap. de C. Siqueira					Ausente
	84700246120	Maria Ap. do Nascimento					Ausente
	00033962154	Maria De Jesus Guimarães					Ausente
	01861597142	Michelle R. M. Cordeiro Alves					Ausente
	98271598104	Nelci Rodrigues Chaves Fialho					Ausente
	03604181127	Queille Priscila S. de Oliveira					Ausente
	69314985172	Rosalia Santana Magalhães					Ausente
	72578580120	Rose Vieira R. de Queiroz					Ausente
	59507438149	Roseli Bernardo De Passos					Ausente
	92506429115	Sandra De Fátima Garcia					Ausente
	46041923168	Sandra de F. Martelo Miler					Ausente
	75930463115	Silvana Ramos Dos Santos					Ausente
	01347661131	Simone P. da Silva Pereira					Ausente
	81479018104	Vera Lucia Coghi da Cruz					Ausente
	87336650104	Vera Lucia de Oliveira	Desclassificada em conformidade com o disposto no item 9.5 do Edital				
	53217632168	Vilma Geronimo Da Silva					Ausente
	59397527134	Zenilda Bonfim Lourenção					Ausente

PROFESSOR II – PEDAGOGIA – PNE:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	01933831103	Daniela Tábata P. Machado	3,0	4,0	7,0	14,00	Aprovada
	72927836191	Luciana Rodrigues de Lima	Desclassificada em conformidade com o disposto no item 9.5 do Edital				

PROFESSOR II – PEDAGOGIA – NEGROS/AFRODESCENDENTES:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Títulos	Total	Resultado
1º	04039056132	Valéria da Silva Ferreira	9,0	9,5	8,0	26,50	Aprovada
2º	77963148172	Eliana Gomes da Silva Ranzula	9,0	9,0	8,0	26,00	Aprovada
3º	03025714182	Ilizielma F.do Nascimento	10,0	7,0	7,0	24,00	Classificada
4º	59506857172	Suzelei B. A. Tomaz Ferreira	8,0	7,5	7,5	23,00	Classificada
5º	04058057130	Poliana dos S. Obara Peralta	5,0	9,0	6,2	20,20	Classificada

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS:

	CPF	CANDIDATO	Português	Matemática	C.Gerais	Total	Resultado
1º	04264995140	Ana Paula de Souza Travagini					Desclassificada
2º	02664302108	Jhenifer da Silva Ladeia					Desclassificada
3º	95931023100	Rony Peterson Elias Vieira	8,0	5,0	4,0	17,00	Aprovado
4º	70315439165	Aline Venturoli Caldeira	10,0	5,0	2,0	17,00	Aprovada
5º	04768080146	Ligia Karla dos S. Rezende	8,0	5,0	4,0	17,00	Aprovada
6º	02307536124	Renata Juliana de Castro Paes	8,0	5,0	3,0	16,00	Classificada
7º	03677622182	Aliny de Vasconcelos Bianchi	8,0	4,0	4,0	16,00	Classificada
8º	83528040149	Rosane de Almeida Rézio	7,0	4,0	4,0	15,00	Classificada
9º	03375858140	Aline de Melo Oliveira	7,0	5,0	3,0	15,00	Classificada
10º	07119978101	Aline Santos da Silva	9,0	3,0	3,0	15,00	Classificada
11º	01326044184	Jerrisson Pereira Oliveira	8,0	3,0	4,0	15,00	Classificado
12º	03675228100	Karine Torres Proni	8,0	3,0	4,0	15,00	Classificada
13º	06153170145	Letícia Fernanda F. de Souza	8,0	3,0	4,0	15,00	Classificada
14º	03664654145	Paulino Catarino de Assunção	9,0	3,0	3,0	15,00	Classificado
15º	01540052150	Ricardo Santos Dela Cruz	8,0	4,0	3,0	15,00	Classificado
16º	00672701154	Edilaine T. Oliveira Puglia	7,0	4,0	3,0	14,00	Classificado
17º	92676731149	Lucélia José De Souza	8,0	3,0	3,0	14,00	Classificada
18º	91587328100	Nancirleide Rosa Da Silva	6,0	4,0	4,0	14,00	Classificada
19º	05124141140	Queila Francelina Puger	7,0	4,0	3,0	14,00	Classificada
20º	01249710162	Silvania Estevo dos Santos	10,0	2,0	2,0	14,00	Classificada
21º	03505810100	Suele Inácio F. Borges	8,0	4,0	2,0	14,00	Classificada
22º	066562951-30	Bruna Regina Vitor Damaceno	8,0	2,0	3,0	13,00	Classificada
23º	03677504147	Camila Lopes Sicoti	7,0	4,0	2,0	13,00	Classificada
24º	94190194115	Eliane dos Santos Santiago	7,0	3,0	3,0	13,00	Classificada
25º	94111405134	Eliane Lopes de O. Marquinis	7,0	3,0	3,0	13,00	Classificada
26º	00355742160	Helio Saraiva dos Santos	7,0	3,0	3,0	13,00	Classificado
27º	03624074105	Jéssica A. Silva de Lima	7,0	4,0	2,0	13,00	Classificada
28º	06190038123	Jéssica Leticia da Silva Santos	8,0	2,0	3,0	13,00	Classificada

29º	87393212153	Nancirley Rosa Da Silva	7,0	4,0	2,0	13,00	Classificada
30º	01710019158	Simone C. da Silva Ranzulla	6,0	5,0	2,0	13,00	Classificada
31º	06268880188	Thiago V. da Silva Ferreira	7,0	3,0	3,0	13,00	Classificado
32º	8563375520	Alessandra Maria Soares	8,0	2,0	2,0	12,00	Classificada
33º	07836995143	Andressa de Sá Alves	9,0	2,0	1,0	12,00	Classificada
34º	05366586178	Camila da Silva Gardas	8,0	3,0	1,0	12,00	Classificada
35º	05010221128	Fernanda Paula de A. da Silva	7,0	3,0	2,0	12,00	Classificada
36º	03294058101	Fernanda Henrique Delforno	7,0	2,0	3,0	12,00	Classificada
37º	01512007188	Gislaine Mª Neves de Campos	7,0	2,0	3,0	12,00	Classificada
38º	65105303172	Jandecleia B.de Moura Negrini	9,0	1,0	2,0	12,00	Classificada
39º	93953640178	Jane da Silva Santos	7,0	3,0	2,0	12,00	Classificada
40º	01380554160	Jaqueline Obara Caldeira	8,0	1,0	3,0	12,00	Classificada
41º	03756199177	Laura A. Castro M. de Oliveira	7,0	3,0	2,0	12,00	Classificada
42º	00945608110	Luciana da Paz Gonçalves	7,0	2,0	3,0	12,00	Classificada
43º	65102002104	Lucilene Feltrim Testa Costa	8,0	1,0	3,0	12,00	Classificada
44º	04077066158	Pâmela Santiago de Brito	6,0	3,0	3,0	12,00	Classificada
45º	06979656198	Rafaela Cristina C. Rocha	6,0	4,0	2,0	12,00	Classificada
46º	01646231163	Regiane Cassia P. Castilheiro	8,0	2,0	2,0	12,00	Classificada
47º	01551293170	Renata Rodrigues de Souza	6,0	3,0	3,0	12,00	Classificada
48º	03508466183	Silvana do E. Santo Marcelino	7,0	3,0	2,0	12,00	Classificada
49º	04293227121	Simone Alves Rodrigues	7,0	2,0	3,0	12,00	Classificada
50º	02478584123	Vanessa A. H. Delforno	7,0	2,0	3,0	12,00	Classificada
51º	02683403151	Welder Ortega de Souza	7,0	3,0	2,0	12,00	Classificado
52º	02194742140	Wilton Ortega de Jesus	7,0	3,0	2,0	12,00	Classificado
53º	05557564160	Bruna Nayara A. dos Santos	6,0	3,0	2,0	11,00	Classificada
54º	05363559161	Cintia Souza Martins	7,0	2,0	2,0	11,00	Classificada
55º	92992161187	Cristina Aparecida Pereira	4,0	4,0	3,0	11,00	Classificada
56º	89289722134	Eliane Cristina de Oliveira	5,0	3,0	3,0	11,00	Classificada
57º	06300688100	Gislaine Ferreira Puger	6,0	3,0	2,0	11,00	Classificada
58º	00620737107	Regiane Fátima Pazeto	7,0	3,0	1,0	11,00	Classificada
59º	98152416134	Sueli Fatima Falchi Alexandre	7,0	3,0	1,0	11,00	Classificada
60º	06292431150	Tatielli da Silva Viscovini	7,0	2,0	2,0	11,00	Classificada
61º	04134763175	Thais Cristina Pereira Torres	6,0	3,0	2,0	11,00	Classificada
62º	92528104120	Adriana A. C. de Sá Botelho	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificada
63º	06309026151	Amanda L. de Oliveira Xavier	6,0	1,0	3,0	10,00	Classificada
64º	05862644180	Bruna Lorraine da Penha	5,0	2,0	3,0	10,00	Classificada
65º	01747697176	Cristina Pasqueto Peres	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
66º	03675210162	Darlin Miriely de Paula Nobre	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
67º	03523743141	Darly Mirielli dos A. Camargo	6,0	3,0	1,0	10,00	Classificada
68º	01407300105	Eliana Viscovine Mota	4,0	4,0	2,0	10,00	Classificada
69º	06238062150	Fernanda Valentin Mendes	7,0	2,0	1,0	10,00	Classificada
70º	03246356130	Flávia Mendes V. Oliveira	5,0	2,0	3,0	10,00	Classificada
71º	00665239238	Franciane Valke Eggerte	4,0	5,0	1,0	10,00	Classificada
72º	06222760180	Gabrielli Miranda Martins	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificada
73º	07480643110	Geovana dos Santos	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
74º	02768212113	Gisele Ferreira Lima	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
75º	02332495169	Izaque Costa de Oliveira	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificado
76º	04627968175	Jaquilaine Ap. de Andrade	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificada
77º	04081823189	Joyce Kéren Vieira Lima	6,0	1,0	3,0	10,00	Classificada
78º	98821440125	Lediane R. da Silva Moraes	6,0	2,0	2,0	10,00	Classificada
79º	891679371-87	Leomar M. Ferreira Sancoré	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
80º	01534077197	Liz Natállia Canuto Chaves	7,0	2,0	1,0	10,00	Classificada
81º	04593230675	Lucineide Mendes Dionisio	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
82º	03745579186	Luis Felipe Simão Santos	7,0	2,0	1,0	10,00	Classificada
83º	48776947149	Maria Eliete Vasconcelos	6,0	2,0	2,0	10,00	Classificada
84º	91064791115	Ronaldo Erliche Dos Santos	6,0	1,0	3,0	10,0	Classificada
85º	04722105138	Suziele Gonçalves Ferreira	6,0	1,0	3,0	10,00	Classificada
86º	05117659163	Thamires Ap. Pereira Torres	6,0	2,0	2,0	10,00	Classificada
87º	39726440866	Vanessa do N. Barlete Garcia	6,0	1,0	3,0	10,00	Classificada
88º	06244308123	Vinicius H. Ferreira Garcia	5,0	2,0	3,0	10,00	Classificada
89º	01385808128	Viviane Messias Dos Santos	7,0	1,0	2,0	10,00	Classificada
90º	05903370179	Adrieli Lima Rosa	4,0	3,0	2,0	9,00	Classificada
91º	00275551199	Beatriz Da Silva	6,0	0,0	3,0	9,00	Classificada
92º	03336993199	Danilo Valverde Garibaldi	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
93º	98441418187	Doralice Ermelino de Araujo	4,0	2,0	3,0	9,00	Classificada
94º	25130576861	Edna Lourdes X. de Oliveira	7,0	0,0	2,0	9,00	Classificada
95º	01121303137	Eliana Gomes da Silva	4,0	2,0	3,0	9,00	Classificada
96º	05922486152	Erica C. de Oliveira Xavier	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada
97º	05555794177	Fabiano Santana Cordeiro	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada
98º	05399031167	Felipe Teixeira Cassia	3,0	3,0	3,0	9,00	Classificada
99º	00755482166	Fernando M. de A. Rodrigues	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada
100º	02576926142	Jaini Viana dos Santos	6,0	0,0	3,0	9,0	Classificada
101º	05656639177	Jaqueline Soares Leal	6,0	2,0	1,0	9,00	Classificada
102º	03677491142	Jeovana de Souza Santos	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
103º	04397542163	Jéssika Mayza Duarte Coelho	7,0	1,0	1,0	9,00	Classificada
104º	52268489191	Joana D'arc Lopes Sicoti	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada
105º	46066292153	José de Paula Nobre	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada

106º	04767817102	Josuellen da Silva Gomes	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
107º	06970642127	Juliana Vieira Cabullão	8,0	0,0	1,0	9,00	Classificada
108º	05130456190	Kácia Alves Lima	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
109º	02647367408	Karla Poliana Ribeiro Paes	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
110º	13221988885	Laurinete Veronezi De Oliveira	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
111º	02051393109	Leonice Vieira Barbosa	4,0	3,0	2,0	9,00	Classificada
112º	01534087150	Liz Daiane Canuto Chaves	4,0	4,0	1,0	9,00	Classificada
113º	01795525118	Lucia de Lima S. dos Santos	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
114º	92464386120	Lucilene Feitosa dos Santos	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
115º	06153694136	Luiz Eduardo Peres Siqueira	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
116º	95928030134	Marinete Cristina da Silva	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
117º	03582696103	Max Milliano C. da Silva	6,0	2,0	1,0	9,00	Classificada
118º	03864579139	Neidiane Honorato de Souza	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
119º	02991642173	Patricia Pateis S. Campos	7,0	0,0	2,0	9,00	Classificada
120º	00172879108	Rosa Odete Guirelli	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
121º	00239431146	Silvana Silva Gonçalves	3,0	3,0	3,0	9,00	Classificada
122º	70402275149	Thais da Silva Valverde	7,0	0,0	2,0	9,00	Classificada
123º	06228430106	Wesley Vinicius M. da Silva	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada
124º	01064798144	Zenaide Amparo Caldeira	5,0	1,0	3,0	9,00	Classificada
125º	69447080278	Auzení de Souza Rocha	5,0	0,0	3,0	8,00	Classificada
126º	05069047175	Benedita M. do Prado Freitas	6,0	0,0	2,0	8,00	Classificada
127º	03588895108	Brany T. dos Santos Soares	5,0	2,0	1,0	8,00	Classificada
130º	04081971102	Bruno Da Silva Rodriguês	4,0	1,0	3,0	8,00	Classificada
131º	01074744179	Claudineia A. de B. Damacena	4,0	0,0	4,0	8,00	Classificada
132º	00932286194	Daniela Reis de Sousa	5,0	1,0	2,0	8,00	Classificada
133º	72159910163	Elisangela Aparecida da Silva	5,0	2,0	1,0	8,00	Classificada
134º	04034788127	Fabiane Agustini Chaves	4,0	1,0	3,0	8,00	Classificada
135º	65106008115	Geralda Aparecida Paganini	6,0	1,0	1,0	8,00	Classificada
136º	05174545139	Géssica N. Neves de Campos	5,0	2,0	1,0	8,00	Classificada
137º	05783882194	Jucimari Piassali de Oliveira	5,0	0,0	3,0	8,00	Classificada
138º	04676069197	Laiara Francisca de S. Jafett	6,0	1,0	1,0	8,00	Classificada
139º	03590322144	Letícia de Matos Dias	4,0	2,0	2,0	8,00	Classificada
140º	00237901137	Letícia Molina	6,0	0,0	2,0	8,00	Classificada
141º	06266884186	Mariana Alberta Sant'ana	5,0	0,0	3,0	8,00	Classificada
142º	04457336165	Priscila Alberta Santana	5,0	1,0	2,0	8,00	Classificada
143º	04769215118	Priscila Lorraine M. da Silva	5,0	1,0	2,0	8,00	Classificada
144º	58070605120	Rosilei Heleno	6,0	0,0	2,0	8,00	Classificada
145º	01746479132	Simar Célia de Souza Mazete	5,0	2,0	1,0	8,00	Classificada
146º	65104013120	Sueli Aparecida da Silva	5,0	1,0	2,0	8,00	Classificada
147º	98441426104	Terezinha Boffo	6,0	2,0	0,0	8,00	Classificada
148º	97941263149	Viviane Máximo da Silva	5,0	2,0	1,0	8,00	Classificada
149º	81820208168	Ailton José Marques	4,0	1,0	2,0	7,00	Classificada
150º	03763159118	Ana Paula Ananias Garibaldi	5,0	0,0	2,0	7,00	Classificada
151º	04081314110	Angélica G. do E. S. de Oliveira	6,0	1,0	3,0	7,00	Classificada
152º	00799765160	Caio Mateus Da Silva Ribeiro	3,0	3,0	1,0	7,00	Classificada
153º	83663223191	Clara Eliane Bonafé	3,0	0,0	4,0	7,00	Classificada
154º	02779168102	Claudinéia da Silva Rocha	3,0	2,0	2,0	7,00	Classificada
155º	94950024191	Claudineia Maria De Souza	4,0	1,0	2,0	7,00	Classificada
156º	02166595154	Elaine Ap. Bento de Souza	4,0	2,0	1,0	7,00	Classificada
157º	00234344148	Geane Elói Neves	5,0	0,0	2,0	7,00	Classificada
158º	06246956114	Janaine Ap. G. dos Santos	3,0	2,0	2,0	7,00	Classificada
159º	06354328110	Loane Camila G. Batista	5,0	1,0	1,0	7,00	Classificada
160º	04156618110	Luana de Souza Jafett	5,0	1,0	1,0	7,00	Classificada
161º	77739353191	Mara Denize Correia	5,0	1,0	1,0	7,00	Classificada
162º	05447035104	Marina Costa de Oliveira	5,0	1,0	1,0	7,00	Classificada
163º	03219371124	Renata Glezieli dos S. Silva	4,0	1,0	2,0	7,00	Classificada
164º	02873164166	Rosemara Penha Carvalho	5,0	0,0	2,0	7,00	Classificada
165º	62674935120	Valeria Miranda das Chagas	4,0	1,0	2,0	7,00	Classificada
166º	05697086130	Wellington Pena Celestino	4,0	0,0	3,0	7,00	Classificada
167º	05262444105	Adaiana da Cruz	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
168º	06087984607	Alvânia Gregório Da Silva	4,0	0,0	2,0	6,00	Classificada
169º	03966788233	Bruno Garcia De Sales	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
170º	05136323108	Carlos Mendes Frazão	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
171º	88814521115	Cássia Aparecida Tonholo	2,0	2,0	2,0	6,00	Classificada
172º	04513939109	Cleidiane Pinheiro de Assis	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
173º	05768360107	Danielly Souza da Silva	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
174º	00515886173	Fatima Xavier De Sene	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
175º	03675234185	Gleis Kely Nobre da Silva	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
176º	06160350129	Helen B. Martins Cassiano	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
177º	98540734168	Heraldo de Lima Souza	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
178º	03072439150	Isamara Marques Gomes	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
179º	43824285215	Josefa Ferreira dos Santos	5,0	0,0	1,0	6,00	Classificada
180º	02793708143	Laudicéia Gomes da Silva	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
181º	48870293149	Leonice M. da Silva Souza	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
182º	05023344100	Maria Antonia Arroio Bassan	1,0	2,0	3,0	6,00	Classificada
183º	00497515148	Marinalva Moreira Bianchini	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
184º	70528012134	Marluce Guerra Pereira	4,0	0,0	2,0	6,00	Classificada

185º	04628127158	Natalino Machical Junior	4,0	0,0	2,0	6,00	Classificada
186º	99661322104	Orestes Neto F. de Souza	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
187º	97123730100	Renata Cristina da Silva	3,0	1,0	2,0	6,00	Classificada
188º	97901962100	Sandra Lucia Utre Agustini	4,0	0,0	2,0	6,00	Classificada
189º	99410222168	Silvana Mara M. Paniagua	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificada
190º	00654984107	Valdete Delfino dos Santos	2,0	2,0	2,0	6,00	Classificada
191º	00918974169	Ana Mara Minotti	4,0	0,0	1,0	5,00	Classificada
192º	96048220120	Claudio Junior A. dos Santos	3,0	0,0	2,0	5,00	Classificada
193º	035352981-80	Cleide da Penha S. Ricci	2,0	1,0	2,0	5,00	Classificada
194º	96734469115	Doralice da Silva	3,0	1,0	1,0	5,00	Classificada
195º	62146173149	Elizabeth Mila Ramos	2,0	1,0	2,0	5,00	Classificada
196º	04437868102	Graciele Amorim dos Santos	3,0	1,0	1,0	5,00	Classificada
197º	03675915107	Hanielle Muriel T. Deluque	2,0	1,0	2,0	5,00	Classificada
198º	03045495176	Luzimar Anaya Marques	1,0	2,0	2,0	5,00	Classificada
199º	73968609115	Maria Ap. de Jesus Silva	2,0	2,0	1,0	5,00	Classificada
200º	81197462104	Maria da Penha P. Oliveira	4,0	0,0	1,0	5,00	Classificada
201º	003670831-32	Marleia Rodrigues Boa	3,0	0,0	2,0	5,00	Classificada
202º	59416920134	Marta de Jesus Souza da Silva	5,0	0,0	0,0	5,00	Classificada
203º	02303118140	Patrícia Ferreira Gonçalves	1,0	1,0	3,0	5,00	Classificada
204º	01295042118	Rosilene Lemes Dourado	3,0	1,0	1,0	5,00	Classificada
205º	98342487172	Silene Justiniano da Silva	2,0	1,0	2,0	5,00	Classificada
206º	03194274120	Suzimar Morais Xavier	3,0	1,0	1,0	5,00	Classificada
207º	00171231198	Zenaide Silva Campos	3,0	0,0	2,0	5,00	Classificada
208º	05560135143	Cleiciane Ferreira de Oliveira	1,0	2,0	1,0	4,00	Classificada
209º	55943365168	Erenice Viana dos Santos	1,0	2,0	1,0	4,00	Classificada
210º	03880072140	Marinalva de Oliveira Silva	3,0	0,0	1,0	4,00	Classificada
211º	70399136150	Maxuele Cebalho Campos	3,0	1,0	0,0	4,00	Classificada
212º	05202829140	Marciana F. da Silva de Abreu	2,0	1,0	0,0	3,00	Classificada
213º	02379190100	José Carlos da Silva	0,0	1,0	1,0	2,00	Classificado
214º	04005541194	Marissol Oliveira de Souza	0,0	1,0	1,0	2,00	Classificada
215º	41153278120	Marlene da S.Viana do Santos	0,0	1,0	1,0	2,00	Classificada
216º	45859337191	Neuzeli Batista Facioni	0,0	0,0	1,0	1,00	Classificada
217º	59507829172	Vera Lucia dos Santos Duranti	0,0	0,0	1,0	1,00	Classificada
	03966202131	Maria Josilene Oliveira	0,0	0,0	0,0	0,00	Desclassificada
	73028649187	Terezinha Cabral De Melo	0,0	0,0	0,0	0,00	Desclassificada
	02499490160	Adriana Alves de Freitas					Ausente
	00934528157	Adriana da Silva Rici					Ausente
	03581664119	Adriana de Almeida Finoto					Ausente
	03395915107	Adriana Poquiviqui Sabino					Ausente
	02037024177	Alessandra S. T. dos Santos					Ausente
	02158742186	Alessandro Garibaldi Prieto					Ausente
	05337824147	Ana Beatriz A. de C. Siqueira					Ausente
	05131843170	Ana Flavia dos S. Nascimento					Ausente
	06883759107	Anderson H. de Sá Alves					Ausente
	02510542176	Andréia de Almeida Bonfim					Ausente
	04552496107	Andréia de Jesus Costa					Ausente
	06343238140	Andressa Marques de Oliveira					Ausente
	94450609115	Anita A. de Azevedo Angelo					Ausente
	03677578183	Celso Junior Gomes Cabral					Ausente
	04599874108	Cesar H. Martins de Barros					Ausente
	98870262120	Cleonice Francelina Puger					Ausente
	01508068178	Creuzenir Francilina Puger					Ausente
	03175418123	Dayane C. Rocha dos Santos					Ausente
	03797377100	Débora R. Gonçalves Palermo					Ausente
	02503168116	Devânica B. da S. Paula Lui					Ausente
	01144627125	Dimas da C. F. Moreira Neto					Ausente
	01644813114	Dioriza Ribeiro Dos Santos					Ausente
	97123773187	Divanei Rodrigues Dos Santos					Ausente
	06250431174	Edlaine F. do Nascimento					Ausente
	02591072124	Elaine Coleta Leal					Ausente
	99561344149	Elessandra dos Santos					Ausente
	05533578161	Eliana Maria de Jesus Silva					Ausente
	047678491-36	Elisany da Silva Souza Azenha					Ausente
	94112460104	Eni Zancanaro					Ausente
	17788262706	Erika Ferreira Rocha					Ausente
	01044248181	Ernandes Zocal de Lima					Ausente
	00337437114	Fabiana E. dos S. Florêncio					Ausente
	02762695174	Fábio Alencar Dias Marangão					Ausente
	04658726114	Gabriel Palermo Charupá					Ausente
	06160588109	Gabriela Araujo da Silva					Ausente
	98011537172	Gilcinei Leite Batista					Ausente
	70494918101	Graciele Oliveira Silva					Ausente
	06188233100	Guilherme H. Santana Lopes					Ausente
	95218750115	Helena de Oliveira					Ausente
	05430350184	Herlen Aylaine Da Silva Vieira					Ausente
	05761080141	Ilza Da Silva Horácio					Ausente
	03840090180	Jakeline Dos Santos Alves					Ausente

	04363170107	Jecielle Falconi Garcia		Ausente
	05216652132	Jeferson E. Silva Menezes		Ausente
	87009714134	João Mario Garcia		Ausente
	06017757164	Joeder Moreira dos Santos		Ausente
	00768265207	Juliano Onézimo Paixão		Ausente
	05021911120	Juslei Bonfim de Carvalho		Ausente
	04697881192	Karla F. da Silva de Moura		Ausente
	05131726107	Katilei Dos Santos Perez		Ausente
	04769255179	Katiussola Correia Da Silva		Ausente
	95696318134	Keila de Cassia dos S. Chialle		Ausente
	03349115160	Keli dos Santos Ferrari		Ausente
	05363526158	Kénia Ferreira da Silva		Ausente
	02583842129	Larissa Ap. Lemos Roncoleta		Ausente
	05205508116	Letícia Ferreira Mota		Ausente
	70494969105	Lorayne Oliveira Silva		Ausente
	00831766166	Lúcia da Costa Alves		Ausente
	00307782123	Lucineia Teotoni Cordeiro		Ausente
	00442258143	Marcia Aparecida da Silva		Ausente
	84209429104	Marcia Trindade da Silva		Ausente
	85136360100	Margarete Borba Salomão		Ausente
	00069995141	Maria Ap. Lucena da Silva		Ausente
	01221265130	Maria de F. Flores Andrade		Ausente
	01962991105	Maria Izabel da Silva		Ausente
	41153928191	Maria Jose Alves Gomes		Ausente
	62677020149	Maria Jose Araujo dos Santos		Ausente
	03772065988	Maria José Pereira		Ausente
	05707666133	Maria José P. da Conceição		Ausente
	00515891177	Maria Lucia Xavier de Sene		Ausente
	58065849172	Maria Madalena Guirelli		Ausente
	50329316168	Maria Rosa da Costa		Ausente
	04207341129	Marilza Oliveira		Ausente
	93920474104	Marlete de Arruda Silva		Ausente
	06228088181	Matheus Souza Rezende		Ausente
	04281409122	Naiara da Silva Milla		Ausente
	83220399134	Nilva Rodrigues da Cruz		Ausente
	02141490138	Osmair Soares do Bonfim		Ausente
	06136604124	Pablo H. Alves Dourado		Ausente
	04767868190	Pâmela Raiane Marin Mussato		Ausente
	06289841114	Rafael Gomes Honorato		Ausente
	06290413180	Rafael Rosa Da Silva		Ausente
	05910946145	Raquiel do Nascimento Dias		Ausente
	05425226160	Regislaine Neves Ruiz		Ausente
	49626930187	Renato Santana Mendes		Ausente
	05192226161	Rodinéia Izidório Soares		Ausente
	02321077182	Rosana da Costa Nogueira		Ausente
	04999424185	Rozemeire Kayabi		Ausente
	053115591-95	Sara de Almeida		Ausente
	01064790160	Sicleide Luiza de Jesus		Ausente
	00556970110	Simone Cibele P. Silva		Ausente
	98342509168	Sirlene da Silva Rocha		Ausente
	000267329121	Sueli Pereira dos Santos		Ausente
	04767855101	Valéria Alves Flores Mendes		Ausente
	06296363117	Vanessa C. dos Santos Alves		Ausente
	62674480106	Vera Lúcia Rici		Ausente
	02833213182	Vitor Hugo de Melo Alves		Ausente
	06048154178	Wallaci H. Puger de Oliveira		Ausente
	05384867167	Wullen Alves Puger		Ausente
	03237849170	Weslen Júnior da Silva Guerra		Ausente
	85732249168	Zidalvo Rodrigues de Souza		Ausente
	02870498179	Zilma Ap. Horácio Marchi		Ausente

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – NEGROS/AFRODESCENDENTES:

	CPF	CANDIDATO	Português	Matemática	C.Gerais	Total	Resultado
1º	03582695123	Marilena das Graças Lozano	8,0	2,0	2,0	12,00	Aprovada
2º	05729171129	Marilene Gomes S. de Souza	9,0	0,0	3,0	12,00	Classificada
3º	00162071140	Vanda Pires Santana	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificada
4º	01126308129	Maria Aparecida J. Rocha	6,0	1,0	2,0	9,00	Classificada
5º	03491133190	Thais Cristina Sicoti	6,0	2,0	1,0	9,00	Classificada
6º	00273071157	Valdelani Santana Santos	5,0	2,0	2,0	9,00	Classificada
7º	06523492184	Saulo Thiago Pereira da Silva	4,0	2,0	3,0	9,00	Classificado
8º	06225360104	Ana Carolina Lopes de Oliveira	7,0	0,0	1,0	8,00	Classificada
9º	00744778001	Estela Jesuina da Silva	4,0	1,0	2,0	7,00	Classificada
10º	93210760187	Suzamar Regina Vieira	3,0	2,0	2,0	7,00	Classificada
11º	01725879131	Cláudia da S.Nogueira da Cruz	5,0	0,0	1,0	6,00	Classificada
12º	74121863100	Elisangela de Souza Rodrigues	5,0	0,0	1,0	6,00	Classificada
13º	96853158172	Rosangela Honorato	4,0	0,0	1,0	5,00	Classificada

	02028437189	Estela Ferreira de Faria		Ausente
	06327198180	Lohayne J.dos Santos Pompeo		Ausente
	01820890104	Silvaneide Silva Nogueira		Ausente

MOTORISTA:

	CPF	CANDIDATO	Português	Matemática	C.Gerais	Total	Resultado
1º	03588894136	Dione Molina Corsini	8,0	4,0	4,0	16,00	Aprovado
2º	04022764180	Juciel Sandro de Barros	7,0	4,0	4,0	15,00	Classificado
3º	04587277189	Adalberto Pazeto	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificado
4º	98264346120	Almir Alves dos Santos	5,0	3,0	2,0	10,00	Classificado
5º	13462605836	Marcos Tagliaferro	5,0	1,0	4,0	10,00	Classificado
6º	02447181132	Valdir da Silva Mussato	5,0	1,0	2,0	8,00	Classificado
7º	03127250193	Adilson Ferreira Da Silva	4,0	1,0	2,0	7,00	Classificado
8º	00430632258	Eber Junior Eggerh	2,0	2,0	3,0	7,00	Classificado
9º	86425250100	Mauro Junior de Moraes	3,0	2,0	2,0	7,00	Classificado
10º	89867580168	Amarildo Fernandes Da Silva	4,0	0,0	2,0	6,00	Classificado
11º	03347665163	Claudinei de Assis Silva	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificado
12º	04645566199	Tiago Galor Vaz	4,0	1,0	1,0	6,00	Classificado
13º	01626452104	Fabio José Vieira	1,0	1,0	3,0	5,00	Classificado
14º	89057945134	Eliton Rodrigo de Paula Souza	1,0	2,0	1,0	4,00	Classificado
15º	48872954134	José Braz da Silva Piassali	1,0	1,0	2,0	4,00	Classificado
	02180946120	Oederson de Lima Grillo	0,0	0,0	0,0	0,00	Desclassificado
	84923652187	Agnaldo Alves Pereira					Ausente
	01112137114	Alexandre Mendes Da Luz					Ausente
	48873020100	Allison Moreira Da Silva					Ausente
	51320118100	Alonio Aparecido Pereira					Ausente
	04670551140	André A. Pivotti Junqueira					Ausente
	02589678118	Bruno D. Gomes Cabral					Ausente
	91548349100	Gilson Da Silva Nobre					Ausente
	40820262234	Ibraim Dos Santos					Ausente
	00618835148	Jamilson Marques Santana					Ausente
	O2619056195	Jean Carlos Zocal					Ausente
	02466710700	Jefferson Bertolin Soares					Ausente
	65099605168	Jorge Idinei Cebalho					Ausente
	98393219191	Márcio De Souza Nascimento					Ausente
	98658468100	Marcos Germano Mendes					Ausente
	94200726149	Marcos R. O. Tomé Dourado					Ausente
	88293920149	Reinaldo Estevan Dos Santos					Ausente
	04735785140	Rudnei Luiz de C. Toledo					Ausente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

ASSISTENTE SOCIAL:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Total	Resultado
1º	008.036.381-40	Kallita dos Anjos Moraes	9,0	8,0	17,00	Aprovada
2º	626.761.051-91	Ivanilda C. Pinto de Arruda	5,0	9,0	14,00	Classificada
3º	035.070.971-84	Thayssa Silva Almeida	5,0	8,5	13,50	Classificada
4º	010.462.971-12	Gilcelaine G. dos Santos	6,0	5,5	11,50	Classificada
5º	895.978.691-87	Lucileia C. da Conceição	5,0	6,5	11,50	Classificada
6º	012.212.171-60	Lucilene Rodrigues Da Silva	5,0	4,0	9,00	Classificada
7º	436.696.466-04	Aparecida de F.M.Nascimento	2,0	6,5	8,50	Classificada
8º	007.960.011-54	Roberjani Meire Rosa	2,0	6,0	8,00	Classificada
9º	020.584.001-94	Any Marcia Malheiros Silva	2,0	5,5	7,50	Classificada
10º	593.547.551-00	Heloisa R. Ronconi Dalmas	2,0	5,5	7,50	Classificada
11º	017.608.261-11	Elaine da Silva De Souza	5,0	2,0	7,00	Classificada
12º	913.534.241-20	Lucines do Carmo Rocha	3,0	0,0	3,00	Classificada

PSICÓLOGO:

	CPF	CANDIDATO	P.Objetiva	P.Dissertativa	Total	Resultado
1º	041.384.851-55	Verônica Soares de Oliveira	6,0	9,5	15,50	Aprovada
2º	048.386.271-14	Aluani Vieira de Freitas	5,0	8,5	13,50	Classificada
3º	036.330.171-27	Franciane Silva Lopes	6,0	7,5	13,50	Classificada
4º	049.829.311-43	Vanessa da Silva Santana	4,0	8,5	12,50	Classificada
5º	998.490.111-49	Raul Camilo Guimarães Garcia	6,0	6,0	12,00	Classificado
6º	727.754.751-91	Maria Aparecida Ferreira	4,0	7,0	11,00	Classificada
7º	729.273.481-20	Jeysson Ricardo F. da Cunha	4,0	6,5	10,50	Classificado
8º	022.033.131-61	Rodrigo José S. de Andrade	5,0	5,5	10,50	Classificado
9º	805.439.281-87	Agnaldo Antonio de Souza	2,0	8,0	10,00	Classificado
10º	009.710.791-37	Janne Marques Santana	3,0	7,0	10,00	Classificada
11º	037.332.121-00	Rayane Thaisa F. de Jesus	4,0	6,0	10,00	Classificada
12º	886.395.091-15	Adriana Dutra Dos Santos	3,0	6,5	9,50	Classificada
13º	045.370.741-67	Amanda C. Moreira Schneider	5,0	4,0	9,00	Classificada
14º	036.777.251-51	Gleici Ap. Ferreira de Souza	6,0	2,5	8,50	Classificada
15º	023.907.541-20	Juliana da Silva Ferreira	4,0	4,0	8,00	Classificada

16º	041.944.301-07	Debora Cristina De Arruda	2,0	5,5	7,50	Classificada
17º	952.402.761-53	Kelly Cristina Casado Da Silva	2,0	5,0	7,00	Classificada
18º	041.991.171-56	Maisa Cristina G. Salomão	2,0	5,0	7,00	Classificada
19º	012.121.861-92	Maria da Silva do Nascimento	2,0	4,5	6,50	Classificada
20º	020.368.381-11	Regiani Freitas de Souza	3,0	0,0	3,00	Classificada
21º	944.979.581-91	Elineia I. de Paula de Souza	2,0	0,0	2,00	Classificada
	650.998.851-87	Lucimara de Arruda Ferreira				Ausente

São José dos Quatro Marcos, 20 de fevereiro de 2018.

Emerson Souza Miler

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Prefeitura Municipal

PREVIQUAM
PORTARIA N.º 018/2018

PORTARIA N.º 018/2018 - PREVIQUAM

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Pensão por Morte** em favor da **Sra. Ana Ferreira Duarte,** em decorrência do falecimento do servidor **Sr. Valentim Meucci**."

ODiretor Executivo do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 28, inciso I, art. 29, inciso I, todos da Lei Municipal nº 006 de 01 de junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 004 de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos do município, Anexo V da Lei Complementar Municipal Nº 1.617 de 09 de março de 2016, que corrige o salário dos servidores públicos municipais em virtude da revisão geral anual da remuneração;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr. Valentim Meucci**, brasileiro, portador da cédula de identidade sob n.º 759.017 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 202.598. 081-72, servidor efetivo, no cargo de Vigia, Nível "1", Referencia "13', sob matricula n.º 208, lotado Secretaria de Saúde – 40 horas, conforme processo administrativo do PREVIQUAM sob n.º 2018.18.00005P na proporção de **100%** (cem por cento) e vitalício em favor da **Sra. Ana Ferreira Duarte,** *companheira do "de cujos"*, portadora da cédula de identidade nº 0355245-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 411.527.861-72, a partir de **14/06/2016,** data de falecimento do segurado, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **14 de junho de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

São José dos Quatro Marcos -MT, 20 de fevereiro de 2018.

Jairo de Lima Souza DIR/PREVIQUAM

Homologo:

Ronaldo Floreano dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
RECURSOS CONTRA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 020/2017, vem por meio deste dar uma devolutiva ao disposto nos requerimentos de interposição de recursos contra o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 – conforme a seguir:

PROFESSOR II – PEDAGOGIA – NEGROS/AFRODESCENDENTES:

Candidata: Valéria da Silva Ferreira, solicitou recontagem dos títulos e foi acatado seu requerimento tendo em vista que a somatória dos títulos apresentados dá um total de 8,0 pontos.

PROFESSOR II – MATEMÁTICA:

Candidata: Fernanda Alves da Silva Brandini, solicitou recontagem dos títulos e foi acatado seu requerimento tendo em vista que a somatória dos títulos apresentados dá um total de 7,0 pontos.

PROFESSOR II – PEDAGOGIA:

Candidato: Érison Ricardo Marchi, solicitou recontagem dos títulos e foi acatado seu requerimento tendo em vista que a somatória dos títulos apresentados dá um total de 8,0 pontos.

PROFESSOR II – PEDAGOGIA:

Candidata: Ana Paula Wink, solicitou recontagem dos títulos e foi acatado seu requerimento tendo em vista que a somatória dos títulos apresentados dá um total de 8,0 pontos.

PROFESSOR II – PEDAGOGIA:

Candidata: Janaína Vetoreti Goloni, interpôs recurso contra a resposta disponibilizada no gabarito referente à questão nº 7 da prova objetiva aos cargos de Professor II. Segundo o gabarito, a resposta é a letra D; no entanto, após verificação, a comissão acatou o disposto no requerimento, tendo em vista que para tal questão a alternativa correta é a letra C, optando-se, assim, pela anulação da referida questão.

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS:

Após análise da gestão municipal junto à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, ao que se refere às provas ministradas aos candidatos ao cargo de Auxiliar de Serviços Internos, não foi encontrado qualquer indício que comprometesse a lisura do certame, tendo em vista nesse bojo a aprovação de candidatas com grau de parentesco com membros da referida comissão. No entanto, considerando os princípios que garantem a impessoalidade e transparência sobre a Administração Pública, em consideração ao disposto na Constituição Federal de 1988 (Art. 37 caput), entendido como aquele princípio que vem excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas do processo seletivo, a Comissão decidiu pela desclassificação das candidatas aprovadas em 1º e 2º lugar ao cargo supramencionado.

Sendo o que consta,

São José dos Quatro Marcos, 20 de fevereiro de 2018.

Emerson Souza Miler

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 001/2018, para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CASA DE APOIO NO MUNICIPIO DE AGUA BOA – MT, PARA HOSPEDAGEM DE PACIENTES E ACOMPANHANTES FORA DO DOMICILIO, INCLUINDO REFEIÇÕES DIARIAS (CAFÉ, ALMOÇO, LANCHE DA TARDE E JANTA) E DESLOCAMENTOS (CASA DE APOIO/HOSPITAL/CLINICAS/CASA DE APOIO), EM ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.**A Sessão de Abertura será realizada no dia **06 de março de 2018, às 9h00min (horário oficial de Brasília - DF)**. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal diretamente na sala da CPL no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Em Serra Nova Dourada - MT, em 21 de fevereiro de 2018.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018.

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, SENDO: ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SERRA NOVA DOURADA – MT.** Aberto no dia 19 de fevereiro de 2018, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedores as empresas abaixo:

Valores Registrados.

AUTO POSTO 4 J LTDA - EPP, inscrito no CNPJ n.º 08.191.753/0001-33.							
Item	**Código TCE-MT.**	**Descrição**	**Unid.**	**Quantidade**	**Valor Unitário.**	**Valor Total.**	**% Desconto.**
01	3465-7	**Álcool (Etanol).**	Litros	50.000	-	-	-
02	142931-0	Gasolina Comum.	Litros	50.000	R$ 4,95	R$ 247.500,00	1%
03	149109-1	Óleo Diesel Comum.	Litros	120.000	R$ 3,96	R$ 475.200,00	1%
Total Geral						**R$ 722.700,00**	

Os interessados poderão obter informações referentes ao processo na sede da Prefeitura Municipal no horário das 08h00min às 12h00min e as 14h00min às 18h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Serra Nova Dourada - MT, em 21 de fevereiro de 2018.

Atenciosamente,

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2018.

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018, cujo objeto e o **Registro de Preço para a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de luminárias, para melhorias da iluminação publica de avenidas e ruas do município de Serra Nova Dourada – MT.** Aberto no dia 16 de fevereiro de 2018, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedores as empresas abaixo:

Valores Registrados.

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ n.º 15.984.883/0001-99.						
LOTE 01 - MATERIAIS ELÉTRICOS.						
Item	**Descrição.**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Unitário**	**Total.**	
01	LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA, ALUMÍNIO INJETADO, COM ALOJAMENTO PARA EQUIPAMENTO AUXILIAR, BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO, ALTO RENDIMENTO, TAMPA EM POLICARBONATO, ENCAIXE PARA TUBOS DE 30-50mm, PARA LÂMPADAS DE 250 - 400W, PINTADA NA COR AZUL ROYAL.	Unid.	217	R$ 402,7712	R$ 87.401,35	
02	BRAÇO ORNAMENTAL TIPO CURVO DUPLO, CONFECCIONADO EM TUBOS DE AÇO 1010/1020 GALVANIZADOS A FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, COM COMPRIMENTO DE 3 METROS, DIÂMETRO DE 1,3/4" (44,45mm), DE ESPESSURA 3,0mm, COM ADORNO EM CHAPA FINA FRIA DE 1,2mm, TENDO NA EXTREMIDA-	Unid.	217	R$ 549,5088	R$ 119.243,41	

	DE SUPERIOR 1 LUVA DE ACRÉSCIMO PARA 60,3mm. BASE PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE 550x76x38x38mm, ESPESSURA DE 3/16" (4,76mm).				
03	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2.	M	2.170	R$ 1,7557	R$ 3.809,87
04	CONECTOR PARALELO DE ALUMÍNIO, UNIVERSAL, 1 PARAFUSO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	Unid.	434	R$ 6,4190	R$ 2.785,85
05	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO CDP-70.	Unid.	434	R$ 7,3654	R$ 3.196,58
06	RELÉ FOTOELÉTRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE.	Unid.	217	R$ 13,7388	R$ 2.981,32
07	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M.	Unid.	48	R$ 14,2291	R$ 683,00
08	LÂMPADA VAPOR METÁLICO TUBULAR DE 250W, E-40, VIDA ÚTIL DE 12.000 HORAS, GARANTIA DE FÁBRICA MÍNIMA DE 01 ANO.	Unid.	217	R$ 96,5710	R$ 20.955,91
09	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 250 MM, DIÂMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABEÇA QUADRADA.	Unid.	434	R$ 6,6585	R$ 2.889,79
10	PORCA ZINCADA, QUADRADA, DIÂMETRO 5/8".	Unid.	154	R$ 1,2769	R$ 196,64
11	PARAFUSO M16 EM AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 150 MM, DIÂMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABEÇA QUADRADA.	Unid.	30	R$ 5,0737	R$ 152,21
12	CINTA CIRCULAR EM AÇO GALVANIZADO DE 210 MM DE DIÂMETRO.	Unid.	10	R$ 23,6698	R$ 236,70
13	REATOR DE USO INTERNO PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 250W, REATOR ELETROMAGNÉTICO INTERNO INTEGRADO MONTADOS EM CHASSIS PINTADO, AFP PARA LÂMPADAS VAPOR METÁLICO DE 250W X 220V X60HZ FATOR DE POTENCIA MINIMO 0,94, PERDA MÁXIMA PERMITIDA DE 24W, ELEVAÇÃO DE TEMPERATURA MÁXIMA DO ENROLAMENTO DO REATOR (ΔT) 65ºC. O ENROLAMENTO DO NUCLEO DEVERÁ SER FEITO EM FIO DE COBRE, BAIXA PERDA. ESTE REATOR DEVERÁ SER FABRICADO EM CONFORMIDADE COM A NBR E POSSUIR SELO INMETRO/PROCEL. DEVERÁ TAMBÉM POSSUIR REGISTRO ATIVO NO RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AVALIADA RAC DO INMETRO.	Unid.	217	R$ 80,4948	R$ 17.467,37
LOTE 02 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA.					
Item	**Descrição.**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Unitário**	**Total.**
01	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	H	120	R$ 120,8751	R$ 14.505,01
02	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	H	240	R$ 26,1415	R$ 6.273,96
03	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	H	240	R$ 22,0705	R$ 5.296,92
04	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA, ALUMÍNIO INJETADO, COM ALOJAMENTO PARA EQUIPAMENTO AUXILIAR, BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO, ALTO RENDIMENTO, TAMPA EM POLICARBONATO, ENCAIXE PARA TUBOS DE 30-50mm, PARA LÂMPADAS DE 250 - 400W, PINTADA NA COR AZUL ROYAL.	Unid.	217	R$ 56,2518	R$ 12.206,64
05	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE BRAÇO ORNAMENTAL TIPO CURVO DUPLO, CONFECCIONADO EM TUBOS DE AÇO 1010/1020 GALVANIZADOS A FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA, COM COMPRIMENTO DE 3 METROS, DIÂMETRO DE 1,3/4" (44,45mm), DE ESPESSURA 3,0mm, COM ADORNO EM CHAPA FINA FRIA DE 1,2mm, TENDO NA EXTREMIDADE SUPERIOR 1 LUVA DE ACRÉSCIMO PARA 60,3mm. BASE PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE 550x76x38x38mm, ESPESSURA DE 3/16" (4,76mm).	Unid.	217	R$ 61,8845	R$ 13.428,94
06	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2.	M	2.170	R$ 0,9089	R$ 1.972,31
07	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CONECTOR PARALELO DE ALUMÍNIO, UNIVERSAL, 1 PARAFUSO.	Unid.	434	R$ 9,3710	R$ 4.067,01
08	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CONECTOR PERFURANTE ISOLADO CDP-70.	Unid.	434	R$ 9,3838	R$ 4.072,57
09	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO P/ COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 220V/1000W.	Unid.	217	R$ 10,3952	R$ 2.255,76
10	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LÂMPADA LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO/METÁLICA DE 250WX220V.	Unid.	217	R$ 3,4308	R$ 744,48
11	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CINTA CIRCULAR EM ACO GALVANIZADO DE 210 MM DE DIAMETRO.	Unid.	10	R$ 16,91113	R$ 169,11
12	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE REATOR VAPOR METÁLICO DE 250W.	Unid.	217	R$ 18,1423	R$ 3.936,88
13	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE CONJUNTO DE ILUMINAÇÃO EXISTENTE, COMPOSTO POR BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E LUMINÁRIA, CADA UMA CONTENDO RELÉ, LÂMPADA E REATOR. TRANSPORTE ATÉ ALMOXARIFADO DA PREFEITURA.	Unid.	217	R$ 51,0157	R$ 11.070,41
VALOR GLOBAL				R$ 342.000,00	

Os interessados poderão obter informações referentes ao processo na sede da Prefeitura Municipal no horário das 08h00min às 12h00min e as 14h00min às 18h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Serra Nova Dourada - MT, em 21 de fevereiro de 2018.

Atenciosamente,

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITEX), PARA OS FUNCI-**

ONÁRIOS DOS DEPARTAMENTOS: TÉCNICO, ATERRO SANITÁRIO E OPERACIONAL DO SAMAE, a empresa **ELIZABETE ROSA FERREIRA – ME, CNPJ: 13.448.620/0001-30.**

Tangará da Serra/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 015/ADM/2018.

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CLARO S.A/ O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade adquar as dotações orçamentárias indicadas na **CLÁUSULA TERCEIRA** do Termosupramencionado, da seguinte maneira:
- Diminuir o valor de R$ 728,17 (setecentos e vinte e oito reais e dezessete centavos) da Dotação Orçamentária nº 2309-3.3.90.39.58.00.0102000000 – Empenho nº 02628/01/2017 – Secretaria Municipal de Saúde;
- Logo, acrescentar o valor de R$ 184,91 (cento e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos) – Que no ano de 2017 era a Dotação: 2701.33.90.39.58.00.0100000000 passa a apostilar a dotação equivalente em 2018: 2701.3.3.90.39.47.00.0100000000 à Secretaria Municipal de Fazenda;
- Acrescentar o valor de R$ 375,34 (trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) – Que no ano de 2017 era a Dotação: 2801.33.90.39.58.00.01000000 passa a apostilar a dotação equivalente em 2018: 28069 – 3.3.90.39.47.00.0100000000 à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Acrescentar o valor de R$ 95,21 (noventa e cinco reais e vinte e um centavos) – Que no ano de 2017 era a Dotação: 2201.33.90.39.58.00.01.00000000 passa a apostilar a dotação equivalente em 2018:2201 – 3.3.90.39.47.00.0100000000 à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Acrescentar o valor de R$ 72,71 (setenta e dois reais e sétenta e um centavos) – Que no ano de 2017 era a Dotação: 2601.33.90.39.58.00.0100000000 passa a apostilar a dotação equivalente em 2018: 2601 – 3.3.90.39.47.00.0100000000 à Secretaria Municipal de Esporte./Data da Assinatura **15/02/2018**.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº001/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ **Casa Transitória da Criança** / Constitui objeto do presente Termo de Fomento o repasse de recursos financeiros no valor de R$ 4000.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender as atividades desenvolvidas no Plano de Ação da Casa transitória da Criança, o qual faz parte integrante do presente Termo./Data da Assinatura **14/02/2018**.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA _ PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DE SUPERFICIAL, ÁGUA TRATADA, ÁGUA DE POÇOS TUBULARES E EFLUENTES SANITÁRIOS, PARA CONTROLE DE QUALIDADE DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 06 de Março de 2018**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EDINEIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SAMAE
AVISO DE SUSPENSÃO/PARALIZAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO/PARALIZAÇÃO** da licitação supracitada, publicada no dia 07/02/2018, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA TÉRMICA PORTÁTIL (MATERIAL PERMANENTE) PARA USO NOS COLETORES DE LEITURA DO SAMAE**. Motivo da suspensão é a Alteração no Termo de Referência com revisão do valor estimado. Será publicado nova data de sessão. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado dentro de alguns dias no Site: www.samaetga.com.br, onde será publicado a Prorrogação do Certame. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 21 de Fevereiro de 2018.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação – SAMAE

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO CONVÊNIO Nº002/ADM/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ **ASSOCIAÇÃO NOSSO LAR – Casa do Idoso** / Constitui objeto do presente Termo de Fomento o repasse de recursos financeiros no valor de **R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais),** para atender as atividades desenvolvidas no Plano de Ação da Associação Nosso Lar, o qual faz parte integrante do presente Termo../.Data da Assinatura **16/02/2018**.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através dos(a) Pregoeiros(a), nomeados(a) pelas Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016 e 652/GP/2017 de 31.07.2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **08 DE MARÇO DE 2018, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por Item. Objeto**:** de **REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS ESTOCÁVEIS,** para atender programa de alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação e suprir necessidades das demais Secretarias do município**,**conforme especificações contidas no Termo de Referência, **Anexos II e III, parte Integrante do Edital.** O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 23 de Fevereiro de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 21 de Fevereiro de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 020/2018 - P S 003/2017 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 020/2018

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Renato Ribeiro de Gouveia,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para CONVOCAR os candidatos classificados e/ou aprovados no Processo Seletivo nº 003/2017**, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP), situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho e atribuição de horas aulas**:

1.1 – Para Atribuição: Dia 22/02/2018 às 07h30min para atribuição de local de trabalho e/ou atribuição de horas aulas para todos os cargos relacionados abaixo:

Cargo.:	659 - PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
24	4729	EDNA RIBEIRO DE SOUZA	05/04/1981	15	45	6,00	51,00	Classificado
25	455	RALBENI CEZARIO DE MENEZES	24/04/1990	17	51	0,00	51,00	Classificado

Cargo.:	654 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
13	690	ANDREIA DA CRUZ CASSIANO	30/05/1975	17	51	6,50	57,50	Classificado

Cargo.:	1115-PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME JUCILEIDE PRAXEDES							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
10	3958	MARLENE FRANCISCA MAGALHAES	25/07/1976	18	54	8,00	62,00	Classificado
11	5008	ANE CAROLINE CARNEIRO DA SILVA	29/11/1984	18	54	7,25	61,25	Classificado

Cargo.:	657 -PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
68	3889	ROSILENE DE MELO SANTOS	22/07/1988	21	63	6,00	69,00	Classificado
69	4406	FERNANDA DE SOUZA PEREIRA	19/01/1991	21	63	6,00	69,00	Classificado

Cargo.:	676 -PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO/ANOS INICIAIS-ZONA RURAL							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
4	4367	ALINE DA PAIXÃO MACHADO	20/06/1993	19	57	5,50	62,50	Classificado
5	5253	JESSICA DA SILVA ALMEIDA	15/11/1990	18	54	8,00	62,00	Classificado
6	625	LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	29/11/1981	18	54	6,00	60,00	Classificado

Cargo.:	1110-AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED ESPECIAL CME DIVA M JUNQUEIRA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
6	4536	RAPHAELA MICHELY OLIVEIRA DA SILVA	11/09/1990	20	60	6,00	66,00	Classificado

Cargo.:	578 -AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL - ZONA URBANA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
78	4935	ADRIANA DE SOUZA TAQUES	20/01/1995	22	66	0,00	66,00	Classificado
79	3226	FABIANE ARAUJO BURGOS	08/12/1997	22	66	0,00	66,00	Classificado
80	631	MILENA GABRIELLE KISHI	03/01/2000	22	66	0,00	66,00	Classificado
81	784	PATRICIA DANTAS DINIZ	12/05/1988	21	63	2,50	65,50	Classificado
82	66	VALERIA DOS SANTOS	12/02/1991	21	63	2,50	65,50	Classificado

Cargo.:	1113-AJUDANTE DE SER. GERAIS - CME DIVA M. JUNQUEIRA							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Títulos	Total	Resultado
7	3279	LUCIENE APARECIDA SANTANA LIMA	01/05/1996	16	57	Classificado	7	3279

Cargo.:	792 -VIGIA SEMEC					
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Resultado
10	4989	JOSE ANTONIO AVELINO FERREIRA	21/04/1999	26	87	Classificado
11	2699	JOAO PAULO FRANKE	24/06/1962	25	85	Classificado

Cargo.:	573 -MOTORISTA-ZONA RURAL LEI 126/07							
Nº	Insc. Nº	Nome	Data Nasc.	Acertos	Prova Objetiva	Prova de Prática	Total	Resultado
23	100	PEDRO RENILDO ANTON	16/12/1962	21	63	10,00	73,00	Classificado
24	4003	ELIEL JOSÉ THEODORO	08/07/1980	21	63	10,00	73,00	Classificado

2. Para entrega de documentos: Dia 22/02/2018 e 23/02/2018 das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h.

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com **ORIGINAIS E CÓPIAS** dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho, com data igual ou posterior a data de convocação;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) possuir curso de transporte de passageiros (Movimento Operações de Produtor Especiais – MOPE) e Transporte Escolar;

h.4) não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos 12 (doze) meses.

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

s) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2017/Ano - Calendário 2016 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 21 de fevereiro de 2018.

Eng. Renato Ribeiro de Gouveia

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 033/2018

Revoga na íntegra a Portaria nº 021/2017 de 02 de janeiro de 2017 e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e considerando razões de conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica revogada na íntegra a Portaria nº 021/2017 de 02de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de fevereiro de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2018

Dispõe sobre prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora efetiva Sra. ROSELI ENGSTER ZANQUI – Controladora Interna, Vinculada ao Gabinete do Prefeito, portadora do RG nº 1.704.452-9 SSP/MT e CPF nº 632.094.201-06, pelo período de 20 de fevereiro de 2018 a 05 de abril de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença, a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 20 de fevereiro de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2018

Redefine as gratificações FG concedidas às servidoras que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado nos arts. 73, 74, 75, 76 e 76-A da Lei Municipal Nº 551, de 28 de novembro de 2014 (Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Educação do Município);

R E S O L V E:

Art. 1º - Redefinir os percentuais das Gratificações **FG** (Função Gratificada), concedidas pelas Portarias nºs. 019/2017, 020/2017 e 030/2017 às servidores da Educação abaixo relacionadas, aplicáveis sobre o vencimento-base dos respectivos cargos efetivos, na forma do Anexo X da Lei nº 551, de 28 de novembro de 2014:

a) ADRIANE SALETE DAROLD – RG: 11/R-2.819.781 SSP/SC – CPF: 001.151.309-85 – Diretora de Escola = FG de 40% (quarenta por cento);

b) CLÁUDIA REGINA ARMANI – RG: 3.816.559 SSP/SC – CPF 004.822. 169-48 – Diretora de Creche = FG de 20% (vinte por cento);

c) JOELIA VIANA DE SOUZA - RG nº 2292237-7 SSP/MT e do CPF nº 038.625.351-00 – Secretária Escolar = FG de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único - Com a redefinição das gratificações FG na forma desta Portaria, ficam sem efeito os percentuais das gratificações concedidas pelas Portarias nºs 019/2017, 020/2017 e 030/2017, ambas de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 21 de fevereiro de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 674, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, remanejamentos, transposições e transferências de uma categoria de despesa para outra e de um órgão para outro, no Orçamento Municipal do Exercício Financeiro de 2018, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, bem como efetuar remanejamentos, transposições e transferências de uma categoria de despesa para outra e de um órgão para outro, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei nº 663 de 04 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de União do Sul para o Exercício de 2018.

Art. 2º - Para atender aos créditos adicionais suplementares e aos remanejamentos, transposições e transferências de uma categoria de despesa para outra e de um órgão para outro, autorizados no artigo anterior, serão anulados total ou parcialmente, de acordo com o previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4.320/64, recursos das dotações orçamentárias do orçamento vigente, aprovados pela Lei nº 663 de 04 de dezembro de 2017, devidamente discriminados em Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - O percentual de limite estipulado no inciso I, do art. 4º, da Lei nº 663, de 04 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária do Exercício de 2018) e o percentual de limite disposto no *caput* do art. 1º da presente Lei, não são cumulativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de janeiro de 2018.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 21 de fevereiro de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 675, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos Professores, estabelecidos nas tabelas dos Anexos III, IV, V e XI, da Lei Municipal nº 551 de 28 de novembro de 2014, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso:

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e de conformidade com portaria do Ministério da Educação, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar os vencimentos dos Professores da Rede Municipal de Ensino, em percentual da ordem de 6,81% (seis vírgula oitenta e um por cento) sobre os valores dos seus vencimentos.

Parágrafo Único – O reajuste compreende o seguinte comparativo:

Cargo	Vencimento Atual 20 Horas/semana	Vencimento Atual 40 Horas/semana	Vencimento Reajustado 20 Horas/semana	Vencimento Reajustado 40 Horas/semana
PROFESSOR MAGISTÉRIO	1.149,40	2.298,80	**1.227,67**	**2.455,35**
PROFESSOR GRADUADO	1.724,09	3.448,19	**1.841,50**	**3.683,01**
PROFESSOR PÓS GRADUADO	1.972,71	3.965,44	**2.117,74**	**4.235,49**
PROFESSOR C/ MESTRADO	2.180,41	4.360,82	**2.328,89**	**4.657,79**
AUXILIAR DO MAGISTÉRIO	919,51	1.839,03	**982,13**	**1.964,27**

Art. 2º - Em decorrência do reajuste autorizado na forma do artigo 1º desta lei, ficam atualizados os anexos III, IV e V, e as tabelas de vencimentos dos Professores constantes do Anexo XI, da Lei nº 551, de 28/11/2014, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 21 de fevereiro de 2018.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 675, de 21/02/2018)

"ANEXO – III"

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos

Tabela Inicial de Remuneração

PROFESSORES

Cargo	Remuneração R$	Carga horária	vagas
Professor Magistério	**1.227,67**	20 horas semanais	02
Professor Graduado	**1.841,50**	20 horas semanais	60
TOTAL de vagas Professores 20 horas			**62**

Escolaridade inicial: Formação na área específica

"ANEXO – IV"

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos

Tabela Inicial de Remuneração

PROFESSORES

Cargo	Remuneração R$	Carga horária	vagas
Professor Magistério	**2.455,35**	40 horas semanais	01
Professor Graduado	**3.683,01**	40 horas semanais	08
TOTAL de vagas Professores 40 horas			**09**

Escolaridade inicial: Formação na área específica

"ANEXO – V"

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos

Tabela Fixa de Remuneração Professor de Nível Médio

PROFESSOR EM SUBSTITUIÇÃO

Cargo	Remuneração R$	Carga horária	vagas
Auxiliar de Magistério	**982,13**	20 horas semanais	08
TOTAL – Professores 20 horas			**08**

Escolaridade inicial: Formação Nível Médio s/ magistério

PROFESSOR EM SUBSTITUIÇÃO

Cargo	Remuneração R$	Carga horária	vagas
Auxiliar de Magistério	**1.964,27**	40 horas semanais	02
TOTAL – Professores 40 horas			**02**

Escolaridade inicial: Formação Nível Médio s/ magistério

“ANEXO – XI”

TABELA DAS REMUNERAÇÕES, PROGRESSÕES E PROMOÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO:

PROFESSORES

TABELA DE VENCIMENTOS						
CARGO: PROFESSOR CLASSES “A” a “D” (20 HORAS)						
NIVEL DE PROGRESSÃO		**COEFICIENTE**	**CLASSE DE PROMOÇÃO**			
			A (1,00)	**B (1,50)**	**C (1,725)**	**D (1,897)**
0 - 3 anos	**1**	1	**1.227,67**	1.841,51	2.117,73	2.328,89
3,1 - 6 anos	**2**	1,05	1.289,05	1.933,58	2.223,62	2.445,33
6,1 - 9 anos	**3**	1,1025	1.353,51	2.030,26	2.334,80	2.567,60
9,1 - 12 anos	**4**	1,157625	1.421,18	2.131,77	2.451,54	2.695,98
12,1 - 15 anos	**5**	1,215506	1.492,24	2.238,36	2.574,11	2.830,78
15,1 - 18 anos	**6**	1,276282	1.566,85	2.350,28	2.702,82	2.972,32
18,1 - 21 anos	**7**	1,340096	1.645,20	2.467,79	2.837,96	3.120,94
21,1 - 24 anos	**8**	1,4071008	1.727,46	2.591,18	2.979,86	3.276,98
24,1 - 27 anos	**9**	1,477456	1.813,83	2.720,74	3.128,85	3.440,83
TABELA DE VENCIMENTOS						
CARGO: PROFESSOR CLASSES “A” a “D” (40 HORAS)						
NIVEL DE PROGRESSÃO		**COEFICIENTE**	**CLASSE DE PROMOÇÃO**			
			A (1,00)	**B (1,50)**	**C (1,725)**	**D (1,897)**
0 - 3 anos	**1**	1	**2.455,35**	3.683,03	4.235,48	4.657,80
3,1 - 6 anos	**2**	1,05	2.578,12	3.867,18	4.447,25	4.890,69
6,1 - 9 anos	**3**	1,1025	2.707,02	4.060,54	4.669,62	5.135,22
9,1 - 12 anos	**4**	1,157625	2.842,37	4.263,56	4.903,10	5.391,98
12,1 - 15 anos	**5**	1,215506	2.984,49	4.476,74	5.148,25	5.661,58
15,1 - 18 anos	**6**	1,276282	3.133,72	4.700,58	5.405,67	5.944,66
18,1 - 21 anos	**7**	1,340096	3.290,40	4.935,61	5.675,95	6.241,90
21,1 - 24 anos	**8**	1,40771	3.454,92	5.182,39	5.959,75	6.553,99
24,1 - 27 anos	**9**	1,477455	3.627,67	5.441,51	6.257,73	6.881,69

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE LICITAÇÃO

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520 :**MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL 04/2018. **OBJETO**: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BORRACHARIA. **DATA DA ABERTURA**: 07/03/2018 AS 08:00 HORAS. **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 05/2018. **OBJETO**: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA TENDER DIVERSAS SECRETARIAS. **DATA DA ABERTURA**: 08/03/2018 AS 08:00 HORAS O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 das 13:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058.Vale de São Domingos – MT, 21 de Fevereiro de 2018. Edinaldo Ferreira de Santana Pregoeiro

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna publico aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 01/2018**, **objeto: LOCAÇÃO DE ONIBUS ESCOLAR PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICIPIO**, e sagrou vencedores as empresas M. P. DE BARBOSA TRANSPORTE - ME, inscrita no CNPJ: 07.866.344/0001-27, e a empresa ROBSON DE MELO CASTRO – MEI, inscrita no CNPJ: 20.237.969/0001-98. Vale de São Domingos-MT, 21 de Fevereiro de 2018. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 02-2018

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 02-2018 teve como vencedor, **a empresa: REALT SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ: 06.964.303/0001-00, vencedora de todos os itens, que perfaz um valor Global de R$ 61.200,00,** Objeto **EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS SEM CONDUTO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.** Vale de São Domingos – MT, 21 de Fevereiro de 2018. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVIOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 02/2018

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna publico aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 02/2018**, **objeto: LOCAÇÃO DE VEICULOS SEM CONDUTO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, e sagrou vencedor a empresa REALT SERVIÇOS EIRELI -EPP, inscrita no CNPJ: 06.964.303/0001-00. Vale de São Domingos-MT, 21 de Fevereiro de 2018. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2017, CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO M. P. BARBOSA TRANSPORTE - ME, INSCRITA NO CNPJ: 07.866.344/0001-27, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** LOCAÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR **VALOR CONTRATO:** R$ 130.

000,00 **DATA EMISSÃO:** 21/02/2018, **DATA VENCIMENTO:** 31/12/2018, **TIPO LICITAÇÃO :** PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2017, CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO ROBSON DE MELO CASTRO, INSCRITA NO CNPJ: 20.237.969/0001-98, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** LOCAÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR **VALOR CONTRATO:** R$ 79.400,00 **DATA EMISSÃO:** 21/02/2018, **DATA VENCIMENTO:** 31/12/2018, **TIPO LICITAÇÃO :** PREGÃO PRESENCIAL 01/2018.

LEI Nº 508/2018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

"ALTERA O DISPOSTO NO ART. 15, § 2º E ACRESCENTA PARÁGRAFO AO PLANO DE CARGOS E DE CARREIRAS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE MATO GROSSO."

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. O disposto no § 2º do art. 15 da Lei 313/2012 passa a vigorar da seguinte forma:

"**Art. 15**. (...)

"§ 2º. A avaliação para progressão de que trata o parágrafo primeiro será realizada até o dia 30 de janeiro de cada ano e os benefícios dela decorrentes deverão ser auferidas no mês seguinte";

Art. 2º. Acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 313/2012, a seguir:

"**Art. 15**. (...)

"§ 4º. Caso tenha decorrido o prazo sem que tenha sido feita a Avaliação pela Comissão de Desempenho Funcional, para a evolução do servidor de um nível para outro, a progressão dar-se-á automaticamente.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Vale de São Domingos, 21 de Fevereiro de 2018.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2017

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, **CONTRATADO REALT SERVIÇOS EIRELI - EPP, INSCRITA NO CNPJ: 06.964.303/0001-00, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS SEM CONDUTO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO **VALOR CONTRATO:** R$ 61.200,00 **DATA EMISSÃO:** 21/02/2018, **DATA VENCIMENTO:** 21/02/2019, **TIPO LICITAÇÃO :** PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 113/2017

TEX PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa MÁXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.657.198/0001-20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentação na Lei Federal nº 8.666/1993 no artigo 65, I, b e § 1º e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo de Contrato nº 113/2017 e nos demais documentos acostados no Processo Gespro nº **498793/2018.** OBJETO: Contratação Emergencial dos Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos de Saúde classificados nos grupos: "A"e"E", para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, Unidade de Pronto Atendimento - (Upa/Ipase) e Unidades de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 26.006,25 (vinte e seis mil e seis reais e vinte e cinco centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.303. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ FONTE**:** 0114. DO: 09.02.10.302.0012 P/A: 2.304. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ FONTE: 0114/0142. DO: 09.02.10.122.0015. P**/A: 2.305 ND: 3.3.90.39.00.00.00 –** Outros Serviços de Terceiros PJ **FONTE:** 0114/0102 DO: 09.02.10.304.00021 P/A: 2308. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ FONTE: 0114**.**

DATA DE ASSINATURA: 19.02.2018.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

MÁXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP

Contratada

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO – EXCEDENTES DA CONTAGEM DE PONTOS.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, SílvioAparecido Fidelis, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica econsiderando a Lei Complementar N° 3.797/2012, O Edital 01/2018/GAB/SMECEL/VG/MTe a Portaria 2017/GS/SMECEL/VG/MT N° 120; torna público o Resultado do Processo Seletivo –Contagem de Pontos de Profissionais de Educação na SMECEL para oano de 2018.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	ANDRENIZE FÁTIMA MÁRIO	024.608.841-92	23/09/1988	23,00
002	Leonice Pedrosa da Costa	569.865.481-68	28/01/1972	18,80
003	KÁTIA CRISTINA MACHADO GILGLIOLI	017.079.991.39	08/09/1980	18,80
004	JULIANA EVA CAMPOS SILVA OLIVEIRA	696.411.531-53	19/03/1977	18,70
005	SEBASTIANA DOMINGAS DE ALMEIDA	830.404.041-72	12/02/1978	18,60
006	MAYARA DA COSTA SILVA SANTOS	844.337.011-49	28/03/1977	18,25
007	JUCIELLI DE SOUZA LIMA	984.318.621-49	22/01/1981	18,20
008	SILBENE PAULA DE APOLÔNIO	004.126.301-41	07/04/1981	18,20
009	DANIELE PATRICIA DE ALMEIDA	005.881.281-47	11/04/1985	18,20
010	Neidivânia Vital dos Santos Silva	015.005.171-94	11/08/1996	18,20
011	MARIA APARECIDA DE SOUZA	537.804.851-68	13/10/1970	18,10
012	Berenice Alves de Oliveira Silva	604.550.551-49	08/07/1973	18,10
013	ELAINE DE FATIMA MENESES MENDES	847.667.351-53	17/10/1976	18,10

014	EDNA OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	877.621.701-97	28/10/1976	18,10
015	CREUZELINA ZEFERINA MACEDO	866.262.131-72	02/07/1978	18,10
016	TELMA COSTA SAMPAIO	981.537.651-91	12/07/1982	18,10
017	ÉRIKA PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS QUEIROZ	908.630.891-00	12/02/1978	18,02
018	Leunira Bortoli Santa Catarina	409.617.379-72	06/09/1962	18,00
019	FRANCINEIA EUGENIA CORREA DA CUNHA	893.779.821-20	28/01/1975	18,00
020	CARMEM LUCIA SOUZA FLORES	772.385.401-34	13/07/1975	18,00
021	MARIA REGINA SILVA SOUZA	696.944.431-72	09/01/1980	18,00
022	LUCIANA GOMES DE ALMEIDA	009.765.521-08	23/08/1984	18,00
023	ANA ANGÉLICA LIMA LOPES	038.027.701-88	30/06/1991	18,00
024	ZENILDES DA SILVA RONDON	378.780.691-15	24/06/1966	17,80
025	Andreia Cristina Zangari	786.569.071-15	20/10/1976	17,20
026	Joselina Maria Camargo	420.260.591-87	19/03/1968	17,10
027	THÉA ROZANE DE BARROS	570.068.221-49	29/05/1974	17,10
028	VANILDES CLEUSA DE MORAES	361.518.821-72	12/07/1965	17,00
029	MARIA CONCEIÇÃO LIMA PIMENTEL	513.462.651-00	08/12/1969	17,00
030	Claudinice Campos Santos	615.390.831-15	03/01/1973	17,00
031	EUGENIA ROSARIA DA SILVA ARRUDA	032.174.041-65	09/09/1982	17,00
032	ANGELA MADALENA CURVO DIAS	284.381.671-87	15/08/1962	16,80
033	VEREDIANA MARTINS DE BRITO	024.944.131-41	31/07/1986	16,80
034	Maria Bessa da Fonseca	638.086.928-04	19/02/1949	16,50
035	VALNICE DE OLIVEIRA BASTOS	009.922.551-47	01/03/1986	16,30
036	NILVA NETE DE AMORIM GUEDES	841.445.801-72	23/04/1973	16,20
037	Luciana Isabel Lena	691.537.441-87	16/03/1978	16,20
038	Silvane Mendes de Jesus	844.470.871-20	24/07/1979	16,20
039	Josiane da Cruz Costa	012.431.421-03	15/12/1986	16,20
040	Clementina Lemes de Pádua	460.696.901-68	14/06/1963	16,10
041	Maria Neuza da Silva	361.796.471-00	03/12/1966	16,10
042	ROMISLAINE GONÇALVES DA SILVA	545.559.221-15	15/06/1975	16,10
043	Maria de Fátima Carneiro Moraes	944.299.791-20	14/10/1978	16,10
044	ANDRÉIA PEREIRA CABRAL	003.158.651-13	14/12/1979	16,10
045	VÂNIA MARIA TEIXEIRA DA COSTA	551.786.501.15	02/08/1974	16,05
046	GISLAINE VANESSA DE MORAES	007.169.781-05	25/05/1988	16,01
047	VERA LÚCIA DE MORAES	208.565.711-72	11/12/1960	16,00
048	RUTE DE ARAUJO SILVA	345.318.231-68	01/11/1966	16,00
049	Maria Leonor Sobrinho	507.474.721-34	07/12/1967	16,00
050	MARGARETH APARECIDA DA SILVA	523.040.191-53	13/08/1972	16,00
051	MARIA FERREIRA DE FRANÇA AMORIM	013.422.181-83	30/10/1972	16,00
052	Ana Maria Inês Baca Ferreira	015.171.271-90	09/08/1975	16,00
053	GRASIELY GONÇALINA MARTINS	965.458.441-72	15/12/1980	16,00
054	Lucinete de Souza Cebalho Barros	955.888.921-00	10/02/1981	16,00
055	GENI MARTA THOMAS	004.130.431-42	25/11/1981	16,00
056	Aionan Menina B. Amorim	003.662.051-37	09/07/1978	15,80
057	Mariluce Maria Gomes Carvalho	537.810.401-78	09/10/1970	15,60
058	Clélia Regina Corrêa da Silva	537.694.491-34	10/03/1970	15,30
059	ELEUSE DE SOUZA RICARTE	482.621.021-34	30/04/1968	15,00
060	CLESTIANE MARTINS PALMEIRAS	024.759.351-62	14/01/1987	14,80
061	Cristiane Gonçalves Pimentel	972.670.581-91	18/08/1978	14,60
062	Shirley da Silva Queiroz	000.374.311-02	25/09/1974	14,50
063	EROZAINE JULIETA DOS SANTOS COSTA	776.964.411-91	09/04/1969	14,37
064	CLAUDETE PEREIRA DA SILVA	000.821.301-16	18/03/1984	14,35
065	Maria Ivanira Araujo Bottino	621.412.871-20	12/09/1971	14,30
066	Josefa Viturina de Moraes Brasil	615.468.951-91	23/03/1965	14,20
067	Geslaine Barros de Lima	632.297.651-68	05/07/1976	14,20
068	CYNTIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	946.690.581-34	08/03/1981	14,01
069	FRANCISMARE REGINA BARBOSA	503.917.981-20	10/08/1972	14,00
070	Luana Vanessa de Jesus Silva Costa	694.446.171-49	20/11/1979	14,00
071	HELENA SALES DA SILVA	032.303.261-30	03/08/1990	14,00
072	Luciane de Oliveira Lemes	012.667.181-84	08/07/1986	13,70
073	JUSTINA FERREIRA DA SILVA	939.556.501-20	18/10/1977	13,60
074	Maria Elisangela Alves de Lima	861.078.281-68	21/03/1978	13,50
075	Danielle Aparecida dos Santos Queiroz	689.314.331-15	23/09/1982	13,50
076	ELENIRA DA SILVA MOREIRA NASCIMENTO	286.798.415-49	19/10/1974	13,40
077	eracy alves calazans	161.810.691-00	16/06/1956	13,30
078	RENATA LARA DE MORAIS	023.742.051-18	23/07/1987	13,20
079	SIDNAYARA ANTONIA GADELHA DA CRUZ	001.442.712-57	11/05/1990	13,15
080	TEREZA CRISTINA VALENTIM MOREIRA BARROS	576.310.006-97	27/08/1963	13,00
081	NEUELI FORTES DA SILVA	651.565.601-72	28/09/1964	13,00
082	EVA MARQUES DE ARRUDA	487.137.321-53	05/05/1966	13,00
083	Márcia Soraya Arantes da Silva	537.468.561-91	10/08/1972	13,00
084	TEREZA ALVES BARBOSA	866.487.141-91	03/10/1976	13,00
085	JUCILENE PEREIRA DA SILVA	263.424.358-80	30/06/1977	13,00
086	Jeovana Cavalcante Pereira	814.920.222-68	06/12/1980	13,00
087	Luciane da Silva Oliveira	870.168.181-87	03/07/1981	13,00

088	Cristina Benedita da Silva	962.901.961-20	24/10/1983	13,00
089	RENATA RAYANE PEREIRA DOS SANTOS	029.489.361-01	21/03/1989	13,00
090	SABRINA SERGIO FERREIRA BATISTA	045.580.111-80	03/01/1993	13,00
091	SAMAE NASSARDEN QUINTEIRO	027.279.571-22	15/04/1993	13,00
092	BENEDITA ANTONIA DE ARRUDA	698.181.421-87	08/06/1980	12,80
093	OTILIA RAMOS GONÇALVES SILVA	002.281.341-10	11/05/1983	11,60
094	Luiza Maria Aparecida de Queiroz	882.818.921-53	10/12/1977	11,20
095	NAIRA SANTANA DE SOUZA	495.892.531-72	19/09/1969	11,00
096	DERLAN SOUZA DE OLIVEIRA	840.823.301-76	22/11/1978	11,00
097	ROSELI GALDINA MAGALHÃES	705.352.211-34	06/06/1981	11,00
098	Roberta Maria Ferreira	049.108.566-41	10/02/1982	11,00
099	IVANI SILVA COSTA CAMARGO	929.061.681-49	17/02/1983	11,00
100	JENIFFER CAROLINE DE SOUZA OLIVEIRA	033.609241-50	05/02/1989	11,00
101	Elayne Ferreira do Nascimento Nunes	594.833.771-53	02/08/1971	10,20
102	CÉLIA GONÇALVES GOMES DE CAMPOS	655.665.561-91	07/09/1975	10,00
103	ELLEN CRISTIANE CAMPOS DE SOUZA COELHO	026.222.251-56	31/05/1988	10,00
104	JACONIAS PEREIRA DO CARMO	203.713.811-34	03/01/1958	09,80
105	DILMA DE GASPERE ALVES	458.782.261-20	29/09/1967	09,40
106	ROSIANE DA SILVA NEVES	942.627.051-53	07/07/1981	09,25
107	Rute Coluna Taques	840.404.241-15	30/10/1977	09,10
108	Cileide de Sousa Miguel	486.688.001-59	28/04/1968	09,00
109	ISAURA BOLONHOSE CANDIDO	460.343.311-53	27/05/1969	09,00
110	Mariangela da Silva	655.691.211-53	10/10/1974	09,00
111	JEANE DE ARAUJO SILVA COSTA	806.948.101-34	16/01/1975	09,00
112	Hellen Cristina Rocha de Melo	002.806.091-16	13/10/1983	09,00
113	REJANE APARECIDA PRADO DE JESUS LIMA	013.321.941-09	18/03/1984	09,00
114	SANDRA REGINA CARVALHO	468.841.651-20	09/03/1996	08,80
115	MARILZE AUXILIADORA DA SILVA CAMPOS	314.328.591-53	13/08/1963	08,50
116	Elza Cardoso	580.854.401-72	13/05/1975	08,50
117	ESMARENECILDES ASSIS	177.893.971-68	01/07/1960	08,40
118	FRANCIELE TEIXEIRA CARVALHO	918.886.111-20	20/04/1983	08,40
119	SUELI FARIAS ASSIS	594.345.381.49	17/06/1975	08,30
120	CLAUDINEIA FREITAS DA SILVA	012.636.771-00	12/06/1985	08,30
121	LAETE PASSOS DE SOUSA	851.343.251-20	02/07/1978	08,20
122	Glaucia Regina S. da Cruz	459.592.181-00	23/03/1968	08,15
123	PATRÍCIA KENYA PEREIRA FONSECA	264.019.828-96	12/03/1973	08,15
124	EVAIZE LEMES DOS SANTOS	617.168.041-91	23/12/1972	08,10
125	Andrielle Maria Alves Mendes	028.151.051-28	16/04/1989	08,10
126	ELLEN CAROLINE DE SOUZA BRUNO	034.027.651.79	27/11/1989	08,10
127	Dalvina Moreno Silva	257.934.463-20	06/12/1961	08,05
128	MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA	821.371.291.91	20/07/1977	08,05
129	Ana Paula da Silva Assunção	854.178.661-72	29/05/1985	08,05
130	Ana Rodrigues do Nascimento Aguiar	209.421.501-63	21/11/1955	08,00
131	HONORIO HONORATO DE MAGALHÃES FILHO	181.865.641-87	09/03/1957	08,00
132	EUNICE MARQUES DA SILVA MAGALHÃES	208.828.901-15	19/09/1957	08,00
133	MARISA APARECIDA COUTINHO	370.541.479-85	03/03/1958	08,00
134	Neide Benedita Sabino	270.258.451-91	05/04/1959	08,00
135	ELIANE GONÇALVES DE FREITAS	161.843.271-00	24/09/1959	08,00
136	Geni Aparecida Sogabe Queiroz	250.881.811-91	19/11/1959	08,00
137	ELENIR RODRIGUES MAGENO	161.654.11-34	26/12/1960	08,00
138	MARLI IVONE RIBEIRO FARIAS	486.704.721-04	13/07/1961	08,00
139	MARIZE OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO TOSTES	293.161.201-44	02/11/1961	08,00
140	MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA	340.090.351-53	06/11/1961	08,00
141	DALVINA MORENO SILVA	257.934.463-20	06/12/1961	08,00
142	Silvia Isabel e Souza Paixão	275.055.611-20	18/05/1962	08,00
143	MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS	304.302.751-53	19/06/1962	08,00
144	MARIA ILZA PATRICIO VIEIRA	344.834.701-91	21/10/1962	08,00
145	MARIA ANGELA CARLOS DA COSTA	328.162.431-68	27/08/1963	08,00
146	JACIRA DA CRUZ	340.035.251-91	17/02/1964	08,00
147	MARLENE DE SOUZA SANTIAGO	559.469.411-00	25/06/1964	08,00
148	Zoraide Freitas da Silva	418.992.452-00	05/08/1964	08,00
149	LENI RAMOS PEREIRA	411.339.191-20	19/08/1964	08,00
150	SIRLEI APARECIDA BRANCO	581.710.459-87	19/08/1964	08,00
151	MARCIA REGINA DE CAMPOS BORGES	353.883.821-68	21/08/1965	08,00
152	MARIA BOM DESPACHO FERREIRA	346.215.711-68	08/09/1965	08,00
153	DOMINGAS JOSÉ DE PINHO	005.652.351-33	16/12/1965	08,00
154	CATARINA DA CRUZ OLIVEIRA TAQUES	427.910.811-00	13/01/1966	08,00
155	Dilma da Silva Victor	460.803.761-72	05/03/1966	08,00
156	MARIA DE FÁTIMA GUEDES DOS SANTOS	058.842.918-09	09/03/1966	08,00
157	SUELI MEDEIROS	044.623.573-73	12/03/1966	08,00
158	BENEDITA LOADIR PEREIRA LEITE	411.800.891-20	05/06/1966	08,00
159	SONIA RANZELI	352.419.851-15	22/10/1966	08,00
160	CLEIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA	474.862.011.00	17/11/1966	08,00
161	LUCIA NAZARÉ MELONIO MORAIS	303.845.673-04	22/11/1966	08,00

162	CLEUZA LÚCIA DA COSTA CAMPOS	567.907.161-49	09/12/1966	08,00
163	REGIA SIMONE SALGADO	667.785.571-68	23/04/1967	08,00
164	EDNA LOPES DA SILVA PINTO	474.845.191-20	29/09/1967	08,00
165	REGINA CASSIA MAFFINI	483.728.031-53	08/03/1968	08,00
166	DELMIRA REGINA DE SIQUEIRA	459.760.071-04	18/04/1968	08,00
167	MARGARETH SILVA	453.077.841-04	06/06/1968	08,00
168	esmeralda barros da silva	482.748.011-72	25/09/1968	08,00
169	MAGDA ANGELICA SOBRAL TOMAS	442.643.051-87	22/10/1968	08,00
170	NILVANDETE FREITAS FOLHA	629.885.491-68	29/10/1968	08,00
171	ITAMAR S. DOS SANTOS ARAUJO	532.097.371-34	11/12/1968	08,00
172	Mônica Fátima Conceição Pimenta	453.347.731-34	24/02/1969	08,00
173	Suze Mara de Siqueira	459.219.031-91	27/04/1969	08,00
174	ana angela curvo garcia	482.612.621-79	07/07/1969	08,00
175	JANETE MARTINS DOS SANTOS PEREIRA	457.949.881-53	27/08/1969	08,00
176	LUCILENE REGINA DOS SANTOS	483.291.261-53	10/10/1969	08,00
177	ELZA MARIA DE ARRUDA	569.103.711-00	31/10/1969	08,00
178	Magda Regina de Arruda e Silva	813.259.851-04	26/02/1970	08,00
179	DALVA A. DA SILVA CRUZ	551.674.621-34	07/03/1970	08,00
180	MARIA DE FATIMA E SILVA RODRIGUES	183.127.038-29	14/03/1970	08,00
181	Josilene Venega Lisboa	532.106.971-91	19/03/1970	08,00
182	SELMA CRISTINA GOMES	496.030.351-49	27/05/1970	08,00
183	MARIA APARECIDA DA SILVA E SILVA	545.388.071-68	25/06/1970	08,00
184	EDENISE R. JARCEM DO NASCIMENTO	594.566.471-53	31/10/1970	08,00
185	GRAUCIA APARECIDA DE MORAES ESPIRITO SANTOS	603.910.061-34	27/03/1971	08,00
186	ZULMIRA GONÇALVES DA SILVA	793.408.301-72	10/07/1971	08,00
187	ARLETE GONÇALVES DE ARRUDA	496.716.501-04	29/07/1971	08,00
188	CELMA OENNING REZENDE	523.257.091-91	14/08/1971	08,00
189	LUCIENE PEREIRA DE MORAIS	615.592.237-04	21/09/1971	08,00
190	WANDINEIA NOGUEIRA FIXINA	604.455.041-53	09/10/1971	08,00
191	EDILEUZA RODRIGUES DE LIMA	488.030.811-00	28/11/1971	08,00
192	RISIMÁ SOARES PEREIRA	621.147.861-53	24/01/1972	08,00
193	CIRLENE MORAES DE ARRUDA	536.367.591-91	05/02/1972	08,00
194	CLEIDE ANTONIA DA SILVA	570.230.181-15	26/04/1972	08,00
195	ADRIANA BUENO DA SILVA VIEIRA	870.199.739-49	30/05/1972	08,00
196	ARLETE DE CAMPOS CURADO ARRUDA	522.266.971-87	02/06/1972	08,00
197	CELIA REGINA DA COSTA	594.812.851-20	14/08/1972	08,00
198	MARIA DE FATIMA PEREIRA	000.971.191-05	01/09/1972	08,00
199	SHIRLEY ASSUNÇÃO DE SOUZA	626.884.481-53	01/01/1973	08,00
200	KATIA REGINA NERY	567.833.881-15	17/02/1973	08,00
201	JUCILEY MARIA DA SILVA	569.146.441-87	14/03/1973	08,00
202	Maria Vanusia de Sousa	622.586.561-68	23/04/1973	08,00
203	CRISTINA BENEDITA DA SILVA	545.118.011-34	30/04/1973	08,00
204	JUCINEIA MARTINS SOARES DA SILVA	483.580.021-49	25/06/1973	08,00
205	ADNILCE EUGENIO DE CAMPOS SOUZA	649.980.611-00	06/07/1973	08,00
206	Bethania Erná Pereira	695.143.211-20	06/08/1973	08,00
207	Jaqueline Miranda de Sena	772.993.101-04	27/09/1973	08,00
208	ANA LUCIA DE ASSUNÇÃO	621.714.531-68	22/11/1973	08,00
209	IJOSIANE REIS PAIVA	545.500.331-34	06/01/1974	08,00
210	ADA APARECIDA ALVES DE ARRUDA	630.964.631-15	15/02/1974	08,00
211	EVA CRISTINA LEITE	621.328.731-00	11/09/1974	08,00
212	LUZINETE CATARINA DE LIMA SANTOS	667.458.451-72	24/09/1974	08,00
213	Valéria Cristina da Silva	983.590.021-49	24/11/1974	08,00
214	Néa Simone de Araújo Souza	544.271.771-15	26/11/1974	08,00
215	Eliane Aparecida de Pinho	894.512.851-20	26/11/1974	08,00
216	NEA SIMONE DE ARAÚJO SOUZA	544.271.771-15	26/11/1974	08,00
217	ROSANE ANDRADE DE OLIVEIRA	799.607.071-72	03/12/1974	08,00
218	ELANE CRISTINA MARQUES VIEIRA	631.793.421-53	14/02/1975	08,00
219	Elizabeth Ribeiro de Assunção	696.273.981-87	11/05/1975	08,00
220	VALERIA DIAS AMORIM	567.530.631-53	07/07/1975	08,00
221	Rivania Moura da Paz Lima	882.946.091-52	23/10/1975	08,00
222	Maria Valdenice Oliveira	688.239.161-00	26/11/1975	08,00
223	ANA DIVINA DE SOUZA	804.241.711-04	20/12/1975	08,00
224	ADRIANA ARAUJO GOMES	621.709.701-00	02/01/1976	08,00
225	PATRICIA JULIETA TORTATO COUTO	020.206.289-96	24/02/1976	08,00
226	SANDRA TELES PAREIRA	815.954.091-49	02/03/1976	08,00
227	Maria Lucia de Jesus Silva	629.677.701-91	06/04/1976	08,00
228	CRISTIANA DA SILVA BARROS	581.521.131-15	08/05/1976	08,00
229	Suely de Carli	790.295.071-87	21/05/1976	08,00
230	MAYSE FERNANDA DOS SANTOS CAMPOS	802.008.771 -00	13/09/1976	08,00
231	Silvana Ribeiro Oliveira	956.190.381-49	09/10/1976	08,00
232	LIDIANE ARRUDA FIALHO	854.985.721-15	12/10/1976	08,00
233	WANIA TEREZA PROFETA DA CRUZ	811.642.541-20	26/10/1976	08,00
234	MARIA APARECIDA DE LARA	838.964.571-87	21/11/1976	08,00
235	SILVIA ELENA PEREIRA	020.304.881-43	08/12/1976	08,00

236	MEIRE RODRIGUES DA SILVA	836.386.871-04	19/12/1976	08,00
237	MARIA VALDINEIA DE ALMEIDA	930.964.021-91	20/01/1977	08,00
238	SONIA DE SOUZA PEREIRA	630.700.571-87	05/02/1977	08,00
239	JUCINEIA DE ALMEIDA GONÇALVES BENEVIDES	935.916.911-00	27/03/1977	08,00
240	ADRIANA SANTOS BACANI AMORIM	689.467.751-49	29/04/1977	08,00
241	DEIZE LEMES DA COSTA LIMA	906.193.151-72	30/04/1977	08,00
242	RAQUEL SANTANA DE ARRUDA ALMEIDA	823.007.041-53	29/05/1977	08,00
243	GUIDIANE DO CARMO FERNANDES LAROCCA	914.494.131-53	13/06/1977	08,00
244	DEBORA RAMOS DIAS	825.463.391-68	26/06/1977	08,00
245	VERONICA DA SILVA PINTO	856.804.861-72	09/07/1977	08,00
246	GRECY KARLA DA SILVA	825.989.591-91	18/08/1977	08,00
247	ZILDA MARIA BARRETO	800.472.891-04	22/08/1977	08,00
248	LAURA MARIA PINHO FAUSTINO	697.506.291-91	26/08/1977	08,00
249	ELIZABETH KEILA DA SILVA	899.565.321-34	29/09/1977	08,00
250	CRISTIANNE TEODORO OJEDA	298.267.988-43	10/11/1977	08,00
251	Elisandra Gomes dos Santos	667.995.111-91	13/11/1977	08,00
252	Irineide Santos Costa	667.217.681-00	24/11/1977	08,00
253	JULIANA LINO DO AMARAL	692.941.511-15	09/12/1977	08,00
254	ELIZANGELA LUIZA DA SILVA BOABAID	883.864.901-44	04/02/1978	08,00
255	KELLENN KARYNNE PINHEIRO DA SILVA	689.505.001-91	31/03/1978	08,00
256	ROSILENE GUIA DE ALMEIDA PEREIRA LEITE	362.437.791-49	13/04/1978	08,00
257	Gianni Telma da Silva	867.638.301-49	15/04/1978	08,00
258	Edilza Maria de Almeida	944.081.571-04	05/07/1978	08,00
259	VERADY AUXILIADORA DE SOUZA RIBEIRO	861.876.601-10	24/07/1978	08,00
260	REGINA MOTA COSTA	688.365.201-97	10/09/1978	08,00
261	Terezinha Leite da Silva	916.997.701-15	29/09/1978	08,00
262	Elis Andreia Vilalva	904.617.031-49	07/11/1978	08,00
263	BENEDITA MORAES NUNES OLIVEIRA	693.951.601-87	11/11/1978	08,00
264	LUCIA BENEDITA DA SILVA	895.959.471-72	13/11/1978	08,00
265	MARINALVA MARA DO SANTOS	696.972.051-91	27/01/1979	08,00
266	SIMONE NOVAIS DA SIVA	006.564.061-60	03/03/1979	08,00
267	Elizabete Maria da Costa Oliveira	826.766.311.87	14/03/1979	08,00
268	EDINALVA BERNADETE CURVO	855.250.301-87	04/04/1979	08,00
269	LUCIMEIRE DA SILVA GOMES	875.289.911-04	20/05/1979	08,00
270	GIZELE AUXILIADORA DE SOUZA SILVA	011.628.011-58	12/06/1979	08,00
271	JOSELY AUXILIADORA DA SILVA	580.881.301-82	26/06/1979	08,00
272	LUCIANA SANTANA DE JESUS	988.089.761-87	07/08/1979	08,00
273	**ADRIANA SOARES DE MOURA**	030.913.804-32	28/09/1979	08,00
274	ROSANA MARQUES DE SOUZA	980.594.081-00	26/12/1979	08,00
275	Dorenicy Soares de Brito	702.424.611-15	17/01/1980	08,00
276	KELLY BENEDITA CARVALHO DA LUZ	702.685.251-53	30/01/1980	08,00
277	HELENA AMORIM PEREIRA	920.423.091-68	18/03/1980	08,00
278	NORMAN MARIA GALINDO DE SOUZA	692.474.801-59	10/05/1980	08,00
279	KARLA FREITAS FARIAS PFINGSTAG	874.571.481-91	13/05/1980	08,00
280	MARIA ANTONIA DA SILVA	984.390.491-53	13/06/1980	08,00
281	ADRIANA BENEDITA DE MORAES	950.297.451-49	18/06/1980	08,00
282	CRISTIANE RODRIGUES DO AMARAL SARAIVA	958.634.191-72	29/07/1980	08,00
283	Andreia de Almeida Arruda	003.100.641-80	19/10/1980	08,00
284	Gracielle Vilmara dos Santos	958.917.661-20	30/01/1981	08,00
285	Iracelma Azevedo Santos	980.262.751-87	10/02/1981	08,00
286	Edna Melo Baracat Neta	944.959.121-00	15/02/1981	08,00
287	Sirlene Mendes Gomes	011.894.191-73	11/03/1981	08,00
288	JESUINA GONÇALINA ALMEIDA DA SILVA	871.059.851-00	09/04/1981	08,00
289	GLECI CRISTINA DA SILVA	909.918.771-87	29/05/1981	08,00
290	ADRIANA APARECIDA DE CARVALHO	909.335.161-34	06/07/1981	08,00
291	DULCIMAR FARIAS DE SOUZA	719.441.501-10	13/11/1981	08,00
292	Jesuete Lemes Silva	002.735.341-90	29/03/1982	08,00
293	RAQUEL OLIVEIRA CUNHA	711.152.421-72	24/05/1982	08,00
294	Rosangela de Oliveira Cunha	006.496.111-79	30/05/1982	08,00
295	MARIA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	972.103.231-04	15/07/1982	08,00
296	PATRICIA GONÇALVES NORONHA DA LUZ SOUSA	956.070.481-87	24/08/1982	08,00
297	LUCINE FERREIRA MACIEL	925.896.261-34	27/12/1982	08,00
298	WESLAINE MARIA DA SILVA	947.843.021-15	11/01/1983	08,00
299	TATIANE CRISTINA DA SILVA	981.927.791-49	26/03/1983	08,00
300	LUZIA DE CASSIA FRANCO DA SILVA ALMEIDA	716.825.701-34	22/04/1983	08,00
301	SIMONE BATISTA DE SOUSA	009.166.361-00	20/05/1983	08,00
302	ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA BITENCOURT	014.093.071-07	10/09/1983	08,00
303	JOSIANNA BERENICE CAMPOS	999.111.401-72	24/09/1983	08,00
304	Itamara Nunes Rodrigues	710.199.101-78	09/11/1983	08,00
305	ADRIANA FERREIRA GOMES MELO	000.339.331-38	20/11/1983	08,00
306	CLEUZA HELENA SANTOS SILVA	966.852.981-20	15/01/1984	08,00
307	GEORGIA TAQUES DE FIGUEIREDO	009.482.201-80	21/02/1984	08,00
308	REJANE APARECIDA PRADO DE JESUS	011.321.941-09	18/03/1984	08,00
309	Josevania Guia dos Santos	006.222.081-01	29/04/1984	08,00

310	ANA PAULA FERREIRA DA ROSA	014.665.831-19	09/06/1984	08,00
311	SIMONE REGINA CURVO	002.782.771-28	07/07/1984	08,00
312	KASTIÚSCIA GUIA MIRANDA ALMEIDA	017.012.611-03	15/09/1984	08,00
313	zaira lucia galindo de souza	051.314.455-32	29/12/1984	08,00
314	LILIANE FERREIRA DE LIMA	009.464.771-24	04/03/1985	08,00
315	SILMARA DE PAULA E SILVA	010.182.591-98	01/04/1985	08,00
316	PATRICIA FRANCISCA GABRIEL	021.533.411-67	01/06/1986	08,00
317	RAFAELA PEDRITA DE PINHO	019.504.701-05	29/06/1986	08,00
318	CLARIANA D'ANA TERRA PORTO E SILVA	020.353.301-14	23/07/1986	08,00
319	Rosiani Moleiro Vaz	021.698.471-89	15/01/1987	08,00
320	TANIA DUARTE DE CAMPOS DO ESPIRITO SANTO	024.695.731-06	28/01/1987	08,00
321	DANIELE DE OLIVEIRA SOUZA	014.278.601-22	18/03/1987	08,00
322	JOANA DAR'C GEISISLAINE LIMA SANTANA	028.032.791-93	22/06/1987	08,00
323	laudiceia baros da silva	028.949.901-11	09/10/1987	08,00
324	FRANCIELE DE SOUZA CAMPOS	017.714.241-38	07/04/1988	08,00
325	JULIANA DE MORAES	034.351.461-33	06/09/1988	08,00
326	MARLI CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	032.450.031-96	16/03/1989	08,00
327	Simeile Glaucia da Silva	039.699.491-14	17/10/1989	08,00
328	ANGELA GRACIELLA TEIXEIRA SANTANA	030.416.321-01	08/02/1990	08,00
329	ANA CLAUDIA SANTOS HANCHET	033.894.981-09	24/02/1990	08,00
330	JAQUELINE DE OLIVEIRA TAVARES	027.047.011-56	02/05/1990	08,00
331	Claudia Pereira Sampaio	033.944.381-27	15/09/1990	08,00
332	ALINE LEITE ALONSO CORTEZ	042.522.801-09	18/10/1991	08,00
333	VERGILIA SENE DA SILVA	032.750.061-18	27/11/1991	08,00
334	EVELLYN DE SOUZA LOUSADA	036.772.721-81	20/01/1992	08,00
335	Angélica de Souza Pereira	046.710.051-90	05/02/1992	08,00
336	HAYNNARA JANNY TEIXEIRA SILVA	037.612.481-48	22/05/1992	08,00
337	JESSICA MHAYB AMORIM	033.654.121-07	26/07/1992	08,00
338	KATIELLY MARQUES MEDEIROS PEREIRA	037.092.801-80	11/08/1992	08,00
339	ÉRIKA DAIANE M. BATISTA	321.798.471-89	18/10/1992	08,00
340	ISABELLA DE SIQUEIRA BASTO	046.380.651-47	12/12/1992	08,00
341	PHAMELA FELIX DE SOUZA	048.490.371-35	28/01/1993	08,00
342	TATIANE REGINA PEREIRA MAGALHÃES0	049.459.961.80	22/04/1993	08,00
343	THAINARA QUEIROZ ALMEIDA DE SOUSA	056.221.091-16	03/05/1996	08,00
344	Vera Nildes de Souza	915.065.221-49	08/07/1998	08,00
345	NELISE MARIA OLIVEIRA DE MELO	798.693.431-04	16/05/1962	07,82
346	ELISABETH ELVIRA GRITTI	000.161.541-69	10/02/1981	07,50
347	MARIA LUCILA DE ALMEIDA	027.913.871-70	15/06/1981	07,50
348	GEGIANE DIOGO DE FREITAS FERNANDES	919.937.331.91	02/10/1982	07,50
349	SUELY PAIM VITCOV	581.479.421-68	18/02/1965	07,00
350	MARINEIDE FELICIANO CORREA	545.964.081.49	12/07/1967	07,00
351	sandra almeida de freitas	019.760.031-05	06/07/1980	07,00
352	OLERINA PEREIRA MARCELO	970.571.421-53	16/06/1981	07,00
353	EDNEIA TEIXEIRA	026.466.721-28	11/09/1989	07,00
354	TAMARA MARQUES FERNANDES	026.144.331-92	29/12/1989	07,00
355	BENEDITA GONÇALVES DE SOUZA MORAES	020.819.241.70	19/08/1965	06,50
356	FERNANDA AUGUSTA DE FRANÇA	801.612.861-00	22/03/7977	06,00
357	SHIRLEY REGINA BORDIN	314.226.321-72	08/12/1959	06,00
358	VALDEREZA VIANA DA COSTA	535.133.941-53	11/12/1961	06,00
359	Marilene Paes de Barros	293.298.761-53	13/01/1964	06,00
360	JOSÉ DOMINGOS TORTORELLI	346.036.461-00	23/01/1966	06,00
361	LUIZA GONÇALVES DOS SANTOS	432.950.961-04	22/05/1967	06,00
362	ELIZABETE AUXILIADORA RODRIGUES DO PRADO	474.340.231-04	07/02/1968	06,00
363	JOCILENE MARIA LEMES	523.010.441-49	19/03/1968	06,00
364	REGINA MARIA DE MELO	362.640.241-04	23/04/1968	06,00
365	RUTE KAYOKO AKIYAMA	600.906.349-34	02/12/1969	06,00
366	ELIANE LESSI DE OLIVEIRA SILVA	496.681.961-04	15/12/1969	06,00
367	BENEDITA DEVINA NUNES DE JESUS	559.212.721-91	17/06/1971	06,00
368	REGINA NAOMI AKIYAMA DE MATTOS	855.795.219-87	22/07/1971	06,00
369	Nilzenir Marques de Oliveira	569.827.201-87	04/07/1972	06,00
370	DEUZILIA pERREIRA DE MORAIS	654.697.981.00	12/07/1973	06,00
371	maria de lourdes batista souza donadel	754.829.673-87	01/01/1974	06,00
372	RAQUEL NUNES DE SIQUEIRA TAQUES	896.346.591-87	20/08/1974	06,00
373	PATRÍCIA FERNANDA DA SILVA	654.921.701-63	08/09/1974	06,00
374	LAURA LENNIECARVALHO LOPES	631.833.311-87	17/09/1974	06,00
375	HELENA APARECIDA BATISTA	772.879.591-00	08/02/1975	06,00
376	ADRIANA CARLA ELIAS	189.646.868-37	14/04/1975	06,00
377	ROSA MARIA DOS SANTOS	689.288.401-63	12/07/1975	06,00
378	IVONETE ALVES BRAGA	824.813.001-06	06/04/1976	06,00
379	Katia Pinto da Silva Gilioli	934.459.971-87	22/04/1976	06,00
380	ROSINETE ANA DOS SANTOS	814.715.991-91	31/05/1976	06,00
381	ANDREIA GOMES VICENTE	775.699.461-20	06/04/1977	06,00
382	LÚCIA MARIA DA SILVA	985.377.761-49	22/08/1977	06,00
383	DULCIMEIRE NEVES CIBRÃO ROSA	667.522.561-87	12/05/1978	06,00

384	ADRIANA LEONINA FERREIRA	688.876.711-68	02/10/1978	06,00
385	SANDRA APARECIDA DE SOUZA	981.532.421-72	27/10/1978	06,00
386	Simone Leite da Cruz Rodrigues	900.379.601-72	26/08/1979	06,00
387	BENEDITA LUCIANA DE MORAES	701.299.321-91	08/09/1979	06,00
388	VALDETE MARIA DA SILVA DIAS	006.901.601-19	28/04/1980	06,00
389	SIMONE CORREIA ALVES CHIODI	962.984.721-34	07/10/1980	06,00
390	LUIZ HAMILTON ZARK REIS	698.601.811-87	20/10/1980	06,00
391	eliane rodrigues vargas da silva	933.138.451-34	16/04/1981	06,00
392	JOCILENE DA COSTA NUNES	943.600.651-91	24/05/1981	06,00
393	LUCIANA RODRIGUES DE ARAUJO	697.064.091-49	15/06/1981	06,00
394	Maria do Socorro da Silva Siqueira	760.839.342-49	18/08/1981	06,00
395	POLLYANA GOMES NERI	963.562.861-72	18/11/1981	06,00
396	ELAINE DE CAMPOS FERNANDES	001.827.061-17	29/01/1983	06,00
397	RIQUENE APARECIDA FRANCO	011.730.501-40	05/03/1983	06,00
398	MARCILENE SOUZA DE ANDRADE	957.078.591-87	16/04/1983	06,00
399	JOÃO GONÇALO DE ARRUDA	984.667.391-49	12/07/1983	06,00
400	CAROLINA CORASSA VIEIRA	704.884.361-63	23/08/1983	06,00
401	Solange Paula da Costa	015.288.201-42	16/10/1983	06,00
402	Viviane Rubhia Moraes Belio	013.388.761-80	05/06/1984	06,00
403	KÁTIA NÚBIA DE OLIVEIRA MATOS	003.618.511-62	27/09/1984	06,00
404	Valquiria de Souza Silva	990.761.791-15	02/12/1984	06,00
405	GIZELE APARECIDA RODRIGUES MENDES SILVA	011.791.321-90	19/12/1984	06,00
406	KEDMA ASSIS DE AGUIAR	015.475.591-52	11/05/1985	06,00
407	Juniana Patrícia Silva de Souza	014.813.241-36	25/07/1985	06,00
408	FERNANDA RIBEIRO DEBASTIANI	018.981.021-12	27/04/1986	06,00
409	SUZANA MARQUES DE SOUSA	005.298.791-40	28/04/1986	06,00
410	Edna Rodrigues de Jesus	013.202.711-97	01/09/1986	06,00
411	Darcilene dos Santos	023.516.691-00	21/10/1986	06,00
412	DEANDERSON VIEIRA DE ARAUJO	023.164.581-30	08/02/1987	06,00
413	LUCIMARA MARIA DE ALMEIDA	015.029.331-36	02/09/1987	06,00
414	KARLA JANAÍNA SOARES DOS SANTOS	393.592.981.15	17/02/1988	06,00
415	KELEN CRISTINA DA SILVA TEIXEIRA	018.392.161-58	09/01/1989	06,00
416	DAYLLA SANY ALMEIDA DE MELLO	036.699.171-01	20/03/1990	06,00
417	FRANCIELE CRISTINA SILVEIRA SANTOS	000.917.722-14	23/06/1990	06,00
418	Joana Fernanda Arruda Ramos	033.254.771-00	07/07/1990	06,00
419	Thaylly de Jesus da Silva	028.975.931-56	02/12/1990	06,00
420	JOSELAINE LAURA DA SILVA SANTOS	045.064.591-28	06/05/1991	06,00
421	KATYUSSA SOUZA SILVA	032.542.111-03	10/06/1991	06,00
422	ANDREZA FEITOSA VIEIRA	034.365.461.00	02/08/1991	06,00
423	ANDRIELI JACOB DA SILVA REZENDE	033.915.331-88	24/10/1991	06,00
424	SILVIA AP. DE SÁ CASTÃO	026.044.311-57	31/10/1991	06,00
425	MACRICIELLY MEIRE DA SILVA	045.228.331-05	19/02/1992	06,00
426	GISELY MACIEL DA SILVA	046.463.021-52	14/05/1992	06,00
427	Marcia Fernanda Brogio Ribeiro Russi	009.503.612-16	15/03/1993	06,00
428	EMANUELA CARMUÇA DA ROSA	039.538.221-10	28/06/1993	06,00
429	MONICA DE ALMEIDA SILVA	700.558.095-36	21/06/1992	05,87
430	RAQUEL PACHECO MACEDO	980.097.371-00	06/12/1981	05,50
431	JUSCILEI RODRIGUES DO NASCIMENTO ARRUDA E SILVA	017.835.341-84	19/05/1985	05,50
432	FLÁVIA MORAES DA SILVA	046.247.781-97	06/04/1993	05,50
433	CRISTIANE MARIA DA CRUZ E SILVA	796.649.621-04	26/05/1977	05,30
434	Conceição Maria de Deus Silva	794.464.421-68	08/12/1953	05,00
435	SUELI MARIA DA SILVA	293.145.691-97	14/07/1962	05,00
436	ROSA APARECIDA CORREIA DE CAMPOS	622.456.031-04	25/01/1974	05,00
437	LUCIANA RODRIGUES DE ARAUJO	697.064.091-49	15/06/1981	05,00
438	LUCINEIA PINHEIRO DE SOUZA	018.235.591-82	23/10/1985	05,00
439	CLEIDE SIMONE DE BARROS	850.436.131-49	14/03/1977	04,85
440	MARCIA ADAO BISPO	732.244.211-34	02/03/1983	04,50
441	Sueli Aparecida Gonçalves	383.570.461-34	31/01/1967	04,00
442	JUCEMIRA RODRIGUES DA SILVA	551.727.921-04	31/07/1971	04,00
443	LUCILEI FERREIRA DA SILVA	807.514.151-20	04/12/1971	04,00
444	JUCELIA APARECIDA DA COSTA	622.443.701-78	31/07/1977	04,00
445	Valeria Soares Batista	917.015.381-72	06/10/1977	04,00
446	ELAINE CAROLINA DA SILVA	696.967.131-34	16/05/1978	04,00
447	KEDMA FERREIRA DA SILVA CARVALHO	944.226.051-00	04/09/1978	04,00
448	Leonilza Alves Matos	960.646.921-20	16/09/1978	04,00
449	ANGELA CRISTINA MARQUES BANDEIRA	810.334.513-04	27/08/1979	04,00
450	LUZIA EDILEIA DE CAMPOS	013.655.361.30	05/06/1980	04,00
451	ALESSANDRA CANDIDO DA SILVA	820.836.061-91	01/09/1981	04,00
452	JAKELINE NEVES MEIRA	004.847.671-43	02/05/1985	04,00
453	CRISLENE CERON	020.469.581-36	23/04/1988	04,00
454	KAMILA FÁTIMA DE CAMPOS	035.738.791-01	03/04/1989	04,00

PROFESSOR CBAC				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**

001	WILMA DA COSTA E SILVA	432.460.281-68	18/09/1966	20,00
002	ANA FIGUEIREDO DA SILVA	895.093.071-49	21/04/1980	18,60
003	Maria Aparecida da Silva	661.373.909-00	29/08/1962	18,50
004	LEONINA MARIA DE OLIVEIRA	621.976.141-34	25/03/1959	18,20
005	VALTENIA DE ALMEIDA	567.534.971-53	02/07/1973	18,20
006	EVANILDES MARIA DE MAGALHAES	162.002.171-49	31/01/1957	18,10
007	ROSANA LAURA SERRA TASSI	790.179.751-72	18/11/1976	18,10
008	ROSENI FRANÇA DE PINHO VEZETIV	474.795.311-68	04/12/1971	18,00
009	Clarice Paula dos Santos Silva	667.945.951-68	22/06/1970	17,90
010	Patrícia Jaquelina de Oliveira	883.457.501-68	25/09/1983	17,70
011	JOSELINA DE CAMPOS SHUBERT	789.326.709-78	28/10/1969	17,50
012	MELICIA GOMES DA SILVA	000.419.871-95	25/06/1973	17,40
013	REGIANE SIMONE DE CAMPOS TRENTINI	759.448.981-00	15/07/1972	17,00
014	ROSA MARIA DA SILVA	000.428.811-45	05/10/1979	17,00
015	CONCEIÇÃO DE ARRUDA	728.233.301-78	19/12/1980	17,00
016	MARIA FERNANDA ALVES	698.149.451-53	16/09/1981	17,00
017	EDNA VIEIRA SENTCHUK	780.912.338-68	13/10/1954	16,90
018	GERACINA MARIA DE FIGUEIREDO	672.992.451-91	05/05/1975	16,90
019	suzi crestinny almeida de souza	003.761.741-96	29/12/1982	16,80
020	MARINA CONSTANTE	006.359.481-17	11/06/1984	16,60
021	VILMA FERREIRA DA CRUZ SOUZA	937.532.331-53	03/01/1979	16,40
022	RAQUEL MARIA DE OLIVEIRA	318.619.621-34	19/05/1964	16,35
023	MARIA LUCINEIDE DE SOUZA	046.683.901-72	05/04/1963	16,30
024	Kelly Cristiane dos Santos	987.059.701-72	10/11/1983	16,30
025	ALESSANDRA PAULA E SILVA	487.765.481-04	03/09/1971	16,20
026	MIRIAN COSTA RESENDE NELSON	462.147.711-00	12/01/1969	16,10
027	CRISTINA XAVIER DA SILVA E SILVA	630.943.201-04	18/11/1974	16,10
028	adniilse de souza santos siqueira	495.456.631-20	26/08/1982	16,10
029	JACKELINE PEREIRA LEITE	005.263.511-28	19/08/1983	16,10
030	LENI BORDINHÃO FERREIRA DA SILVA	430.016.961-68	07/12/1967	16,00
031	grazieli auxiliadora vIeira totti	794.506.791-34	19/07/1977	16,00
032	lucilene santos de oliveira	817.980.912-91	25/08/1979	16,00
033	JEICI KELLY DA SILVA	018.600.041-30	24/10/1987	16,00
034	Doralice Ramos Brandini	819.042.231-68	23/10/1972	15,90
035	ISABEL NEVES NEVES DA SILVA	126.841.202-34	13/09/1958	15,80
036	VASTI NUNES DA SILVA	429.209.651-15	19-08-1960	15,70
037	Diana Pereira Leite	827.236.851-91	28/05/1973	15,70
038	Bruna Malha Lopes Oliveira Wazlawick	035.715.491-63	08/02/1991	15,40
039	NOLI MARIA MOREIRA	452.941.511-20	22/04/1968	15,30
040	VALDERES APARECIDA BERLUSSI	909.118.221-00	20/07/1975	15,20
041	ADNAIR DE OLIVEIRA PACHECO	362.217.911-20	18/11/1963	15,10
042	MARIA DE LOURDES SANTIAGO	569.633.191-20	20/03/1971	15,10
043	ELIZANDRA BET	945.013.609-25	06/01/1975	15,10
044	LILIAN GONÇALVES SOARES	001.725.481-79	06/06/1981	15,10
045	MARIA DE LOURDES CARDOSO	427.763.921-68	25/09/1966	15,00
046	valdirene felix de farias carvalho	405.903.211-53	25/11/1969	15,00
047	RAQUEL NOGUEIRA SAN MARTIN SILVA COSTA	831.974.601-97	15/07/1976	15,00
048	Maria Rodrigues Maciel	570.234.251-87	27/08/1972	14,70
049	ROSIVANE CASTANHO	567.797.711-04	31/10/1973	14,30
050	CLARICE CONCEIÇÃO DA SILVA	314.437.551-15	08/05/1693	14,20
051	Maria Solange Santos Silva	005.084.421-09	10/09/1983	14,20
052	ILZA SANTANA DA COSTA	345.925.551-04	19/06/1965	14,00
053	ANA PAULA DE ARRUDA NAZARIO	012.188.761-82	20/12/1984	14,00
054	IVANIL SEBASTIANA DA COSTA	888.612.791-04	30/03/1973	13,80
055	RITA DE CÁSSIA BARROS ALVES	346.641.221-87	07/05/1964	13,75
056	MARCELA GUIMARÃES DA COSTA	982.491.931-72	22/10/1982	13,75
057	MARIA DANUBIA PEREIRA DUTRA	691.066.304-72	23/03/1972	13,70
058	MARA MARQUES DE OLIVEIRA	893.314.641-15	17/06/1979	13,60
059	SARAH JANE DE CAMPOS	473.934.031-04	17/05/1969	13,48
060	JOCENIRA THEODORA DE CAMARGO	857.781.681-87	30-03-1975	13,20
061	TEREZA ALVES BARBOSA	866.478.141-91	03-10-1976	13,10
062	ELISIA ALMEIDA AMORIM DE PAIVA	441.960.241-49	13/08/1964	13,00
063	Maria da Gloria Antunes	393.656.031-53	26/08/1967	13,00
064	PAULINA MARQUES DE SOUZA	537.276.061-34	15-01-1970	13,00
065	NEUZA ANTUNES SOARES	511.400.711-49	29/08/1970	13,00
066	GISLENE FERREIRA DA SILVA	902.051.201-30	01/03/1980	12,80
067	LENIR BUENO DE BARROS	783.642.801-04	24/04/1973	12,50
068	IZABEL CRISTINA NUNES DA SILVA	486.788.991-15	06/10/1972	12,20
069	CRISTINA DE JESUS COSTA	009.965.021-57	07/02/1985	12,20
070	ROSEMARY TENUTES DA SILVA	460.632.421-04	24/10/1967	12,00
071	MARILUCE BATISTA DO ROSARIO	545.108.641-91	15/12/1970	12,00
072	MARIA GONÇALINA DE ARRUDA	850.279.361-68	19/04/1975	12,00
073	ALBIMARCIA APARECIDA AMORIM	570.207.521-87	09/08/1975	12,00
074	EULALIA FRANCISCA DA SILVA EVANGELISTA	822.570.511-49	10/12/1971	11,50

075	EVANDICÉIA LEMES DA SILVA MORAES	011.790.521-61	20/03/1983	11,50
076	UDIMAR FERREIRA	405.818.611-91	01/10/1965	11,30
077	CARMELITA PEREIRA	544.875.001.72	21/04/1965	11,06
078	FELICIANA LEMES FONSECA	103.840.811.34	06/03/1955	11,00
079	DELCI MARTINS	536.498.341-20	24/02/1970	11,00
080	TEULA REGINA DE ALMEIDA RODRIGUES	901.310.611-00	25/03/1977	11,00
081	ANA MARIA DA GUIA	944.823.141-53	13/07/1981	11,00
082	ivina munik de souza ferreira	017.918.881-00	21/08/1986	11,00
083	TÂNIA REGINA DE GODOY	469.191.801-97	28/09/1967	10,90
084	ALINE MARIS ZULIANO DOMINGOS	022.634.971.37	25/01/1989	10,90
085	ROZELIA MARIA DA SILVA FIGUEIREDO	813.545.171-72	16/04/1976	10,60
086	IOLESANDRA DO NASCIMENTO LIMA DIAS	030.017.634-18	30/08/1975	10,50
087	REGINA LÉA DE CAMPOS MORAES	346.319.091-53	22/03/1965	10,30
088	EDIVÂNIA MARIA BARBOSA	544.562.151-00	17/05/1970	10,30
089	CRISTIANE JESUS LEMES	017.572.201-35	16/03/1986	10,30
090	MAGNA RODRIGUES DO AMARAL	815.194.351-34	15/04/1975	10,20
091	FLAVIANE BASTOS GUIMARÃES	012.496.711.67	12/09/1983	10,15
092	LEONICE MARIA DOS SANTOS	768.231.481-87	19/08/1969	10,10
093	MÁRCIA PAULO DA SILVA MARIANO	488.807.011-34	13/10/1971	10,10
094	DRIELLY CASTANHO JUREMEIRA	030.734.661-77	25/11/1990	10,10
095	ANA MIRLEI CEBALHO DA SILVA	318.431.401-44	06/08/1961	10,00
096	MARISTELA BENEDITA DE ARRUDA SILVA	486.734.121-53	14/09/1962	10,00
097	SANDRA SOARES DA SILVA	817.253.961-49	23/01/1964	10,00
098	EUNICE E. DA SILVA SOUZA	325.739.101-30	13/06/1964	10,00
099	DILMA PAULUZE	525.288.989-91	05/02/1966	10,00
100	ADENIR ANTONIA DE CAMPOS	545.342.591-15	16/02/1966	10,00
101	ANGELA MARIA LINO RANZET	352.420.001-04	03/11/1966	10,00
102	Cibele Francisca Fonseca da Silva	673.169.641-20	11/05/1967	10,00
103	MARTA KEILA SILVA FARIAS	580.385.902-87	14/07/1967	10,00
104	CALITA PEREIRA NUNES E SILVA	857.665.341-91	14/10/1969	10,00
105	BELIZARIA MARIA DOMINGOS COSTA	537.451.241-20	13/05/1970	10,00
106	FRANCISLAIDE AZEVEDO DE OLIVEIRA	486.932.861-53	18/07/1970	10,00
107	BILDINETE IVONE DE ALMEIDA	594.329.691-34	02/06/1972	10,00
108	LUCINEI ALVES DOS SANTOS	854.535.791-53	09/08/1972	10,00
109	MEIRE APARECIDA CARGNELUTTI	502.767.271-34	15/01/1973	10,00
110	ELIZABETE FERREIRA DOS SANTOS	551.919.591-91	31/05/1973	10,00
111	ROSANGELA GOMES SILVA	810.742.801-30	05/02/1974	10,00
112	ANA CELIA PIMENTEL	961.527.291-49	13/03/1974	10,00
113	GLAUCIA MORENO DA SILVA	667.441.051-91	27/03/1974	10,00
114	SOLANGE DA CONCEIÇÃO GOMES ORTEGA	877.120.161-00	02/11/1974	10,00
115	MARIA DE LOURDES MOREIRA	551.663.691-49	07/02/1976	10,00
116	GEANNE PINHEIRO SILVA ALABI	805.686.101-72	18/01/1978	10,00
117	JORCELENE BEATRIZ DA SILVA	925.770.401-72	19/10/1978	10,00
118	KLEBERSON RODRIGO VASCONCELOS DE OLIVEIRA	011.323.211-07	13/07/1979	10,00
119	ANGELINA GONÇALINA DE ARRUDA	967.629.501-91	18/09/1979	10,00
120	Alexandra Mirelly da Silva Oliveira	881.935.191-91	01/12/1979	10,00
121	ROSELI VIEIRA DE OLIVEIRA	702.304.041-20	16/02/1981	10,00
122	RAFAELA DIAS LOPES	943.659.381-34	14/12/1981	10,00
123	EDINEIA PERREIRA DIAS SOUZA	001.729.801-60	28/04/1983	10,00
124	NISCHELLE MARIA PINHEIRO DAS FLORES DE ANDRADE	009.844.031-40	07/08/1983	10,00
125	Suelen Carvalho Cabral	011.195.231-07	18/08/1983	10,00
126	ADRIANA BARROS NAZARIO DA SILVA	001.420.721-41	21/09/1983	10,00
127	JOZINELI ALMEIDA DOS SANTOS	705.792.611-15	12/05/1985	10,00
128	MARIANA SOUZA MIRANDA	020.141.381-76	24/11/1987	10,00
129	LUENI PARECIDA DE CAMPOS SAMPAIO	026.775.301-00	04/03/1988	10,00
130	Cristina Anunciação dos Santos	001.266.191-07	16/10/1982	09,54
131	JUCELIA DOS SANTOS ARAUJO	626.881.541-68	07/08/1973	09,40
132	MONICA RIBEIRO SOUZA BEZERRA	139.447.128-97	05/07/1973	09,30
133	Bruna da Silva Barbosa	044.089.371-26	01/11/1994	09,10
134	FRANCISCA ROCHA RIBEIRO	435.131.312-91	08/08/1972	09,00
135	LUANA JACI MARTINS DE SIQUEIRA	013.803.611-09	29/05/1982	09,00
136	MARCIMEIRE DUARTE	514.048.421-87	16/07/1972	08,80
137	EDIVETE CECON	415.359.011-87	06/11/1967	08,60
138	TÂNIA BATISTA DE SOUZA	853.663.821-49	23/04/1977	08,60
139	ROZANE MARIA DE FRANÇA SOUZA	581.672.501-72	26/01/1972	08,40
140	CIBELE MARIA NOVAES PEREIRA	812.806.701-00	19/09/1978	08,20
141	MARIA LAUDENICE DOS SANTOS	581.740.871-68	19/05/1965	08,10
142	CLAUMIRANDA BATISTA LIMA	476.259.371-00	19/12/1967	08,10
143	LEODINO PEREIRA BORGES	378.010.741-49	13/10/1970	08,10
144	CLEIA FERREIRA MARTINS DA SILVA	784.854.871-68	23/10/1973	08,10
145	MONIQUE CURVO ARRUDA PILATE	889.099.801-68	10/05/1981	08,10
146	ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA	697.688.381-91	20/09/1981	08,10
147	DULCE ANTÔNIA DE JESUS	603.806.591.19	15/051971	08,00
148	VALDETI DE SOUZA E SILVA GENARO	627.963.641-00	26/05/1954	08,00

149	VILMA AUXILIADORA DE ARRUDA	778.084.601.68	04/12/1956	08,00
150	MARIA HELENA DE FIGUEIREDO	029.723.211-89	23/01/57	08,00
151	NILVA PINTO DE ALMEIDA SILVA	545.458.381-20	23/07/1958	08,00
152	ARILDES MARIA SILVA OLIVEIRA	545.458.381-20	08/06/1959	08,00
153	Deunizia Moreira da Silva	411.483.551-20	07/05/1960	08,00
154	IVANILDE BIAZOTO	536.336.281-34	20/08/1960	08,00
155	JAILDE COSTA SANTOS	380.348.911-34	30/12/1960	08,00
156	MARIA DE FÁTIMA SOUSA SILVA	161.635.911-00	21/01/1961	08,00
157	LUCIVANDA RAMOS PINTO	545.598.471-34	20/04/1961	08,00
158	MARIA APARECIDA DE ANDRADE	313.954.301-17	08/12/1962	08,00
159	CLEONICE MARIA RODRIGUES DA SILVA	314.450.711-34	16/10/1963	08,00
160	JUSSINEIDE DELIMA FREIRE	486.755.391.34	24/03/1964	08,00
161	BENEDITA BERNADETE DE MORAES OLIVEIRA	503.214.471-15	02/07/1964	08,00
162	MARGARETH TAVEIRA DOS SANTOS	361.551.521-87	10/04/1965	08,00
163	MEIRE FRANCISCA DE OLIVEIRA CARVALHO	857.868.701-97	28/11/1965	08,00
164	MARIA JOSÉ QUEIROZ	654.654.901-87	20/02/1966	08,00
165	Terezinha Marques do Nascimento Medeiros	844.488.811-72	12/03/1966	08,00
166	ADENILCE LARA ARAÚJO	395.485.971-87	06/03/1967	08,00
167	TEREZINHA LÚCIA DA SILVA DE MORAES	945.461.931-49	30/04/1967	08,00
168	Majulene Maria Arruda Campos Rondon	666.936.401-68	15/08/1967	08,00
169	LAURA TEREZINHA METELO	362.322.891-53	15/12/1967	08,00
170	Marinete Xavier de Souza Santos	605.699.805-34	03/02/1968	08,00
171	Jovail Soares de Carvalho	419.915.451.91	16.02.1968	08,00
172	NELIA LEMES DA SILVA	412.019.731-04	04/02/1969	08,00
173	CLAUDETE MIKUNI	459.566.181-91	30/05/1969	08,00
174	Valenil Rodrigues da Silva	652.054.991-68	09/06/1969	08,00
175	SUELI ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO	489.672.921-53	14/06/1969	08,00
176	CACILDA DO NASCIMENTO	459.215.551-34	22/07/1969	08,00
177	JAQLENIL MARIA ARRUDA MORAES	630.937.581-49	26/08/1969	08,00
178	MARIA ESTELA DA SILVA	523.215.381-20	26/10/1969	08,00
179	ELIETE GOMES DOS SANTOS	389.524.672-72	17/11/1969	08,00
180	ELIZABETH PASSARELI SEVERINO	522.774.021-68	09/04/1970	08,00
181	MARLY PEREIRA DE ARRUDA LOBO	551.809.061-72	06/09/1970	08,00
182	ROSINEI ZEFERINA DA ROSA	581.706.261-53	20/02/1971	08,00
183	LUIZA MARQUES DOS SANTOS	506.662.741-34	25/08/1971	08,00
184	TELMA GONÇALINA DA COSTA RIBEIRO	544.900.221-15	08/10/1971	08,00
185	RITA PLACIDA DE AMORIM	537.685.661-53	23/12/1971	08,00
186	\ADILES RODRIGUES DE CAMPOS E SILVA	473.919.871-15	05/01/1972	08,00
187	HELENA CORREIA DA SILVA	581.943.631-87	15/01/1972	08,00
188	ADAIR DA SILVA METZKER DE OLIVEIRA	468.648.221-68	27/01/1972	08,00
189	leide maria jardim da silva	956.986.041-34	28/02/1972	08,00
190	EUNICE GOMES NEVES	822.570.601-30	28/04/1972	08,00
191	DINALA APARECIDA DE MOURA	569.188.521-91	14/07/1972	08,00
192	MÔNICA BARROSO TRINDADE	014.436.267-83	21/07/1972	08,00
193	JOSLENE SILVA DE LIMA	820.159.021-04	11/07/1973	08,00
194	Laudineia Antonia da Silva	672.963.601-78	16/08/1973	08,00
195	VALDIRENE BEVILAQUA SABBADINI	652.051.541.87	28/02/1974	08,00
196	Maria Ilma de Campos	362.395.261-34	30/03/1974	08,00
197	atailce jesus de lima	362.429.201-97	17/08/1974	08,00
198	LAURA CRISTIANE SILVA MORAES MONTEIRO	793.244.361-04	25/09/1974	08,00
199	KATIANE ELISA ZAHLER	000.870.579-80	25/02/1975	08,00
200	ANGELA MARCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	654.942.451-87	16/06/1975	08,00
201	ELAINE CILENE DE MAGALHÃES	777.229.651-72	06/07/1975	08,00
202	jucineia marcia silva correia	621.693.601-82	06/07/1975	08,00
203	MARA RUBIA JACINTO	817.832.641-87	18/12/1975	08,00
204	EVA MARIA DA COSTA	808.661.901-04	02/06/1976	08,00
205	GLÓRIA REGINA PINTO DE SANTANA LELIS	594.046.631-15	14/06/1976	08,00
206	Lidia Vanete Marques	566.723.681-91	03.08.1976	08,00
207	Marcia Maria P.de Abreu	214.763.688-64	11/09/1976	08,00
208	ANA CELINA DOS SANTOS COSTA	832.280.981-68	06/06/1977	08,00
209	VANUSA MARIA DA SILVA	891.995.101-20	27/06/1977	08,00
210	CLAUDIA BASTOS DA SILVA	978.162.131-15	16/11/1977	08,00
211	FLAVIA MOURA DE CASTRO	875.789.301-25	11/01/1978	08,00
212	Elaine Cristina Silva	003.447.731-40	06.02.1978	08,00
213	NOELI DE SOUZA PINTO	980.293.121-72	16/02/1978	08,00
214	ELIANE BUENO DA SILVA	856.458.261-91	20/02/1978	08,00
215	MARTA DA COSTA VIANA	890.481.561-49	06/04/1978	08,00
216	SOLANGE MANOEL	005.921.301-93	12/06/1978	08,00
217	Nilva Santos Soares	693.607.151-15	09/08/1978	08,00
218	DIRCE DA SILVA MOREIRA NETa	849.393.111-04	23/09/1978	08,00
219	MARIZETH AUXILIADORA MENDES SILVA	000.424.891-05	17/10/1978	08,00
220	FRANCINEIA LUZIA DE SA MONTEIRO	837.895.021-20	28/10/1978	08,00
221	CLAUDIA DE MOURA REIS QUEIROZ	700.536.261-68	30/11/1978	08,00
222	KELLY CRISTINA SANTOS MOREIRA	910.140.851-87	30/11/1978	08,00

223	LUCIENE DE SOUZA CEBALHO SILVA	882.246.001-49	12/03/1979	08,00
224	LÉIA RODRIGUES DA MATA CAMPOS	696.485.731-15	17/03/1979	08,00
225	SUELY PORTO SILVA FERNANDO	690.330.561-00	27/03/1979	08,00
226	MARIA ANGELA FARIAS PINHO	697.613.291-00	13/08/1979	08,00
227	JANAINA FIRMO RODRIGUES	921.283.001-34	30/11/1979	08,00
228	WALDIR VERIDIANO DE OLIVEIRA	889.492.221-91	10/04/1980	08,00
229	Edilene Lucia da Silva	016.883.231-39	12/05/1980	08,00
230	DESIREE SALES GALLEGO	957.857.601-34	10/11/1980	08,00
231	ROSIRENE DOMINGAS CELADA DE SIQUEIRA	702.974.441-15	10/12/1980	08,00
232	GLAUCIA AUXILIADORA DE SOUZA	002.792.431-97	01/06/1981	08,00
233	Rozana Santiago da Silva Oliveira	899.921.641-15	01/08/1981	08,00
234	FABIANA RAMOS FEITOSA ARAUJO	707.403.721-49	25/10/1981	08,00
235	ANDRÉIA ALEXANDRINA PEDROSO DE QUEIROZ	959.481.391-15	23/01/1982	08,00
236	CLEIDIANE GONÇALVES DA SILVA	958.843.511-00	14/12/1982	08,00
237	MARIA ELAIDES DE FARIAS	023.975.641-06	14/01/1983	08,00
238	DANIELE SILVA ALMEIDA	031.321.421-23	14/02/1983	08,00
239	LUCILENE MALDONADO TEIXEIRA	922.310.981-72	24/03/1983	08,00
240	CLEMILDA PAULA DA SILVA GONÇALVES	968.490.961-68	09/07/1983	08,00
241	SUZELE CAMPOS SARAT	019.545.011-68	04/10/1983	08,00
242	JAKELINE RIBEIRO DE ARRUDA	007.194.111-81	31/10/1984	08,00
243	PATRICIA CARNEIRO ROCHA	008.891.971-48	22/11/1984	08,00
244	Claudia Trindade da Rocha	013.275.161-52	11/12/1984	08,00
245	LUCIMAR DA SILVA PIRES	016.735.411-60	06/02/1985	08,00
246	KELY PATRÍCIA DE MOURA SUDRÉ SOUZA	016.382.651-00	17/07/1985	08,00
247	PAULINHA LIDIANE LIMA SANTANA	007.357.471-64	14/08/1985	08,00
248	PRISCILA FABIELI MARTINS ANTUNES	013.698.721-43	01/08/1986	08,00
249	Cristina Teixeira Ladislau	021.227.201-23	13/12/1986	08,00
250	JANINE RODRIGUES LEITE DE SOUZA	013.578.551-09	01/03/1987	08,00
251	JAQUELINE DOS SANTOS SILVERIO	017.158.491-08	12/06/1987	08,00
252	MARIANA DE PAULA E SILVA NASCIMENTO	017.736.801-29	20/10/1987	08,00
253	LUANA DE ALMEIDA ELCIO	024.620.901-18	04/11/1987	08,00
254	LUANA FRANÇOISE MARQUES DE JESUS BRITO	734.557.501-25	13/12/1987	08,00
255	Angela Marques de Souza	736.782.361-20	27/01/1988	08,00
256	RENATA CRISTINA DE ASSIS	024.778.811-24	22/07/1988	08,00
257	SUSIANY ARRUDA LIMA	026.377.621-28	11/07/1989	08,00
258	JANAINA RIBEIRO DE LIMA	033.052.631-64	18/08/1990	08,00
259	GEANNY KAROLINY BASTOS	026.526.021-36	27/06/1991	08,00
260	JESSICA FERREIRA DE SOUZA	039.390.821-63	03/07/1992	08,00
261	Jessica Mhayb Amorim	033.654.121-07	26.07.1992	08,00
262	LUANA JANDIRA DE SOUZA	044.616.441-03	13/12/1992	08,00
263	WALACI MAIK CASTRO DE JESUS	046.920.681-08	19/11/1993	08,00
264	GISELLE CAROLINA DE LIMA E SILVA	044.249.761-06	27/03/1994	08,00
265	Amanda Pedroso de Oliveira	049.967.331-01	06/03/1996	08,00
266	SANDRA MARIA DE CAMPOS	345.670.701-00	18/06/1963	07,50
267	FABIANA ISOTON	629.293.051-34	10/11/1977	07,50
268	MARIZETE SANTANA MAGALHÃES	284.707.291-87	08/12/1959	07,00
269	JOELMA DE JESUS PEREIRA	581.394.271-87	23/08/1972	07,00
270	ROZECLER CRISTINA DA SILVA	661.729.691-53	29/09/1975	07,00
271	LEOMAR CRISTINA DE FIGUEIREDO	010.761.731-52	22/02/1985	07,00
272	VALDINEIDE DURVAL DOS SANTOS	003.182.111-14	02/02/1982	06,80
273	CAROLINA DE OLIVEIRA RAMOS	018.592.811-09	15/05/1988	06,30
274	Eliane Wagner Araujo	523.284.651-53	29/07/1971	06,15
275	ZILDA BRAGA DE OLIVEIRA	424.300.461-72	28/07/1967	06,10
276	MARIA VALDICELIA DA SILVA	779.776.881-15	12/01/1976	06,10
277	ADILENE MARINHO DOS SANTOS	925.277.011-91	12/051980	06,00
278	ENEDINA ROSA MORAES	275.013.881-72	20/12/1962	06,00
279	IVONETE ARRUDA DE MORAES	627.456.201-00	11/01/1966	06,00
280	LUCILA GOMES DO SANTOS	503.482.211-34	10/05/1968	06,00
281	Eva Leocadia Costa Arruda	503.158.971-04	09/12/1968	06,00
282	REGINA FÁTIMA DE BRITO	482.605.091-72	02/06/1970	06,00
283	MÁRCIA CRISTINA MARCHIORO	594.064.371-04	20/02/1971	06,00
284	Izabel Dalva da Cruz	567.905.891-04	18/11/1971	06,00
285	MARIA JOSÉ DE ALMEIDA	603.741.951-53	28/11/1971	06,00
286	ADRIANA REGINA TATSCH	824.782.799-91	25/03/1974	06,00
287	ANDRÉIA FATIMA DA SILVA	781.492.071-04	06/04/1976	06,00
288	Vilma Carvalho do Espírito Santo	007.935.331-20	21/05/1976	06,00
289	CLAUDINÉIA DE PINHO	858.471.001-91	27/08/1976	06,00
290	ADELIA CANDIDA DA SILVA	692.160.291-53	04/04/1977	06,00
291	REGINETE DOS REIS OLIVEIRA	999.327.091-15	26/05/1977	06,00
292	ANTONIO JUNIO PINTO DE OLIOVEIRA	696.058.661-53	09/01/1979	06,00
293	JUCILENE SILVANIA XAVIER	693.862.341-49	30/05/1979	06,00
294	Juranil Gaspar da Silva	938.673.721-15	28/06/1979	06,00
295	RENATA PEREIRA DE OLIVEIRA	912.500.301-10	18/07/1980	06,00
296	MAURICIO PEREIRA E SILVA	691.795.571-04	23/07/1980	06,00

297	EDILSON PINTO DA SILVA	909.697.581-20	16/10/1981	06,00
298	RUBIA MARA DO PRADO	904.361.301-06	25/11/1981	06,00
299	VIVIAN MICHELLE DA SILVA	915.073.751-15	24/12/1981	06,00
300	DANIELLY TEREZA BERWANGER DE SIQUEIRA	002.212.781-09	28/12/1981	06,00
301	nyoracy dias dos santos	703.273.601-78	28/04/1982	06,00
302	JULIANE CORTEZ ANDRADE	896.819.391-53	15/03/1983	06,00
303	LEIDIANE DE OLIVEIRA SILVA	007.582.811-10	25/05/1983	06,00
304	VANESSA PEREIRA ORTIZ	005.100.981-18	15/02/1984	06,00
305	Kátia Núbia de Oliveira Matos	003.618.511-62	27/09/1984	06,00
306	EDILAINE MARQUES DE MORAES	023.251.151-94	26/02/1985	06,00
307	RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO SILVA DE ARAUJO	990.392.812-20	08/03/1988	06,00
308	Kacilene Alves Torres de Azevedo	020.334.241-03	05.09.1988	06,00
309	DANIELA FERREIRA DOS SANTOS	036.248.641-73	16/03/1989	06,00
310	EMELLEN XAVIER DE ARAÚJO	033.497.141-10	18/04/1990	06,00
311	FERNANDA GRASIELE FERNANDES DE ALMEIDA	038.383.531-37	29/12/1991	06,00
312	STHEFANNY TAYLA DOS SANTOS ROCHA	048.563.011-79	04/06/1992	06,00
313	Letícia Pinheiro de Alencar	043.465.201-62	18/08/1992	06,00
314	IZABELLA MEIRA FONSECA RODRIGUES	046.752.451-37	30/10/1992	06,00
315	BÁRBARA BEATRIZ VAZ	032.686.931.05	13/12/1992	06,00
316	Silvana Tainã de Souza Dias	054.640.051-80	13/09/1995	06,00
317	ANGELA FELIX GRACIANO DA ROCHA	293.808.631-87	03/01/1962	05,75
318	ODINETH FERREIRA MARTINS SILVA	594.854.341.20	19/07/1971	05,60
319	HELENA PEREIRA DA SILVA	961.046.781-49	03/05/1980	05,50
320	ELIANE GISELIA RONDON ALVES	010.840.951-14	24/01/1986	05,50
321	RICHIELI AUXILIADORA DE BARRO COSTA	043.563.391-00	29/12/1993	05,00
322	CRISTIANE MORAES PIMENTEL	846.034.701-00	22/06/1977	04,60
323	JUSCEMARY DA CRUZ TEIXEIRA	000.781.691-00	16/06/1982	04,10
324	MARISTELA DE FÁTIMA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	362.669.731-20	18/10/1964	04,00
325	KÁTIA CRISTINA ASSUNÇÃO	603.821.041-53	31/01/1972	04,00
326	ZILMA DE OLIVEIRA	830.478.241-34	16/07/1976	04,00
327	SANDRA GONÇALVES PEREIRA	975.877.961-34	08/02/1978	04,00
328	celeste de jesus duarte	878.908.951-00	01/09/1979	04,00
329	THATIANA RAIOL TAKEI	979.899.081-15	27/07/1984	04,00
330	LIANE CRISTINA DE ALMEIDA	007.885.261-70	12/04/1985	04,00
331	Tania Silva de Matos Araujo	031.206.891-30	04.07.1988	04,00
332	LUCINEIA NERY FERREIRA OLIVEIRA	961.578.011-15	02/04/1976	02,00

PROFESSOR 4º E 5º ANO

Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	MARIA RODRIGUES S. ROSA ROSA	328.910.161-49	01/03/1964	21,00
002	GISELLE APARECIDA DE LIMA BEZ BATTI	413.184.631-49	21/05/1967	21,00
003	Ilma Xavier Siqueira	378.006.801-00	10/06/1965	18,50
004	MARIA ROSÁRIA GOMES	172.569.251-15	06/11/1954	18,32
005	Marli dos Santos Lourenço	738.227.751-20	27/01/1976	18,30
006	VÂNIA MARIA ORMONDES	549.929.311-20	26/08/1971	18,10
007	EDNALVA LAURA CURADO	931.791.201-00	02/04/1980	18,10
008	GRAZEELI MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA	025.172.231-73	30/09/1983	18,10
009	ROSIMERE DOS REIS FERREIRA RODRIGUES ROCHA	011.954.451-21	01/05/1984	18,10
010	LAURA PEREIRA DE MATOS	696.927.261-34	10/07/1980	17,70
011	Otemal Eva de A. Silva	318.420.111-20	16/11/1958	17,20
012	MARIA APARECIDA RODRIGUES	651.592.171-34	20/12/1974	16,10
013	ANDREA LUZIA DE ARRUDA	830.502.641-87	16/09/1979	16,10
014	Keile Regina da Silva	005.441.681-78	15/02/1984	16,10
015	LIBIA DE OLIVEIRA SILVA	990.170.081-72	22/01/1981	16,00
016	EDJANIA PEREIRA REIS DE BARROS	912.665.991-02	19/02/1985	16,00
017	Valdeci R. da Silva	384.319.041-00	06/11/1969	15,80
018	MELICIA GOMES DA SILVA	000.419.871-95	25/06/1973	15,10
019	Suely Ribeiro Felix	004.967.081-63	27.09.1984	14,75
020	Dayana Aparecida da Silva	021.501.941-08	04/12/1987	14,60
021	CIRLEIA EUGENIO DE CAMPO S	537.493.831-20	09/10/1971	14,20
022	MARIA DAS GRAÇAS MORAIS ROSA	926.832.821-68	23/07/1952	14,00
023	ILCILENE CRISTINA DA COSTA	796.141.161-53	15/12/1973	13,75
024	MARIA JAQUELINE DA SILVA VIEIRA	013.448.951-90	10/07/1984	13,75
025	ADRILENE BABORSA AURELIANO	672.989.821-68	19/10/1979	13,30
026	SALMA NASSARDEN QUINTEIRO	229.912.041-68	16/12/1961	13,10
027	GEISEBEL SILVA DE ARAÚJO	534.853.191-04	23/05/1973	13,00
028	Léa de Castro Araújo	328.842.811-34	20/07/1965	12,85
029	EDINETE REGINA DO PRADO	535.624.531-91	24/01/1973	12,30
030	GERSON CLÁUDIO COENGA FERREIRA	384.086.271-04	15/05/1967	12,00
031	Leila Maria Silva	689.708.201-59	28.11.1976	12,00
032	Anézia da Silva França	690.974.531-00	14.11.1980	12,00
033	Christiani Mendes da silva	925.419.501-44	13/03/1979	11,75
034	Cylly Viviane da Silva	841.093.191-53	03/09/1975	11,30
035	Odelza Benedita de Arruda	432.834.381-53	11/08/1969	11,10

036	ESTELA MARI PEDRASSANI ARAUJO	823.806.601-82	01/02/1978	11,10
037	GENICIANA AUXILIADORA DE FRANÇA	033.389.491.03	09/10/1965	11,00
038	GONÇALINA PAES DE ALMEIDA	631.028.031-72	O1/03/1974	11,00
039	MÔNICA KARLA ZANGARI	808.024.001-91	24/09/1977	11,00
040	Edjane Gomes da Silva	571.728.111-00	01/06/1974	10,55
041	Joilce Fátima da Silva	513.703.951-91	03.09.1971	10,00
042	EDINÉIA IZABEL CUSTÓDIO	688.905.321-49	27/08/1977	10,00
043	JOSILENE DE FRANÇA ARRUDA	826.444.541-15	22/05/1975	09,70
044	CREUSA CONCEIÇÃO LEITE	329.147.921-15	06/10/1964	09,00
045	MARILEYDE DA SILVA MOTA	361.523.901-68	04/05/1965	09,00
046	ROSIMEIRE ZORZIN	483.330.691-34	09/08/1969	09,00
047	ISABEL LEMES DE MORAIS	925.857.815-85	04/07/1970	09,00
048	ONÉZIA APARECIDA BRAGA	570.920.521-49	07/02/1975	09,00
049	GONÇALINA CEZARINA CURADO	697.659.011-00	21/11/1978	08,90
050	Silma Chagas da Silva	531.466.111-04	04/06/1961	08,70
051	GONÇALINA NEVES DE CAMPOS	318.360.681.91	05/10/1963	08,00
052	Fânia Campos dos Santos	914.591.451-00	08.01.1965	08,00
053	Elenir Marize de Campos Souza	362.089.221-00	07.07.1965	08,00
054	BENEDITA MENDES BASTOS	340.092.131-91	06/08/1965	08,00
055	LUIZ AGRÍCIO RONDON	452.864.931-49	13/01/1966	08,00
056	Ana Maria de Campos Popovicce	594.899.281-00	19/01/1967	08,00
057	Eliana Augusta Carvalho da Silva	461.068.041-68	02/08/1968	08,00
058	SUELY MARIA DE JESUS MOREIRA	327.857.471-00	14/12/1968	08,00
059	Julie Cristine dos Reis Teles	495.382.501-25	29/01/1969	08,00
060	Claudia de Fatima Barbosa Duval	441.952.731-53	26/05/1969	08,00
061	ANAIR MARIA DA COSTA APARECIDA	487.697.111-00	10/06/1970	08,00
062	Doraci Maria de Oliveira	442.117.751-20	31/10/1970	08,00
063	TÂNIA CRISTINA DE SOUZA	544.384.971-91	16/11/1972	08,00
064	Adriana Gonçalves de Almeida Silva	984.226.001-10	27/04/1973	08,00
065	ANA CLÁUDIA ALVES NECKEL	785.929.339-00	08/04/1974	08,00
066	Joacil Luiz do Nascimento	569.172.101-10	15/05/1974	08,00
067	ADMIR RODRIGUES GOMES	551.547.351-53	09/09/1974	08,00
068	Benedito Juciley Ferreira Leite	545.270.741-72	18/07/1975	08,00
069	Ruarlex Kleber Barbosa	766.706.271-49	24/11/1975	08,00
070	EDIL AUXILIADORA DE ALMEIDA MOLLINA	801.475.691-68	24/05/1976	08,00
071	Evanuza Etercia Gomes	621.411.631-53	02.07.1976	08,00
072	Jacilda Alves de Lima Araujo	834.538.811-68	08/12/1976	08,00
073	Adriana Borges de Santana Vila	666.736.901-00	01/07/1977	08,00
074	Vanilza Felix Moura	689.710.521-04	11/03/1978	08,00
075	Julciane de Paula Campos	642.759.732-91	23/01/1979	08,00
076	CARLA DE CÁSSIA PEDROSO	703.060.281-13	21/04/1980	08,00
077	Maris Helena P. Dias	954.251.521-91	05/03/1981	08,00
078	Isabel de Souza Figueiredo	011.512.761-54	23/11/1981	08,00
079	SHEILA ROCHA ALVES DE OLIVEIRA	925.087.231-34	17/02/1982	08,00
080	JOSIANI RITA SILVA DIAS	696.907.821-34	08/05/1982	08,00
081	Juliana Botelho Lobo da Silva Pinheiro	001.113.891-27	29.08.1983	08,00
082	EMERA MARIA PINTO DE MORAIS	000.132.011-40	23/12/1983	08,00
083	LIDIANE FERNANDA DA COSTA	726.270.181-91	26/06/1984	08,00
084	GLEICY KELLY FERREIRA DE LIMA	013.681.931-10	19/02/1986	08,00
085	Camila da Silva Cavalcante	013.473.841-11	28/03/1987	08,00
086	KETYLENE PEREIRA DA SILVA	021.349.661-57	18/01/1988	08,00
087	BÁRBARA MARIA MORAES MAGALHÃES	024.707.671-64	04/02/1988	08,00
088	Mayara kellen Albernaz	018.450.401-55	21/08/1989	08,00
089	ERIKA MIRANDA DA SILVA	017.374.361-75	18/10/1989	08,00
090	Adriana Fernanda Correa Alves	017.965.911-14	08/01/1990	08,00
091	ELIVELTO FARIA DA SILVA	014.834.312-07	18/08/1992	08,00
092	PRISCILA SILVA DOS SANTOS	046.878.341-59	15/12/1993	08,00
093	OSVALDO EULALIO DE OLIVEIRA	287.742.081-34	11/08/1963	07,50
094	Natalice Souza Moraes	325.697.931-91	25/12/1963	06,30
095	FRANCISLENY BARROS DE AMORIM	799.735.231.72	01/06/1978	06,10
096	Adalice Sanches Sabino	891.009.721-34	12/06/1979	06,00
097	GLEYSA APARECIDA JESUS CORTEZ	880.402.161-68	08/04/1981	06,00
098	Ana Claudia Batista de Oliveira	003.783.271-94	26/06/1982	06,00
099	ARLETE APARECIDA MARÇALO	022.124.081-02	06/04/1988	06,00
100	DENISE AUXILIADORA DA COSTA SANTANA	029.356.581-32	24/02/1990	06,00
101	Reginalva Rocha da Silva Santos	858.911.851-72	05/03/1978	04,00

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL (SRM)				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	MARTHA MAYRE BARBOSA DA SILVEIRA	205.858.531-34	05/02/1958	17,70
02	UDMIMAR FERREIRA	405.818.611-91	01/10/1965	17,50
03	NEVILCE CUSTÓDIO CAVALCANTI	427.658.621-68	23/09/1967	17,30
04	JOSENIL APARECIDA BENEVIDES	274.945.941-91	21/01/1963	16,10
05	JANINA LAURCANA DE ALMEIDA	396.067.081-87	10/07/1965	15,00

06	NILVA APARECIDA RIBEIRO	545.608.701-44	18/12/1972	11,00
07	LUCIANA COSTA SAMPAIO	667.800.551-15	26/06/1976	08,20
08	ROSANE MIRANDA COSTA CAMPOS	318.397.701-04	20/05/1963	08,00
09	CARMEM S. DE ALMEIDA RODRIGUES, 99524933	474.293.641-87	26/07/1970	08,00
10	MARILCE RODRIGUES MACIEL	990.176.011-91	12/09/1970	08,00
11	WALDENI CATARINA A.BARROS	535.610.151-15	05/08/1971	08,00
12	SILNEA GONÇALINA DE A.ASSUNÇÃO	672.966.101-15	22/11/1973	08,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – MATEMÁTICA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	jeremias batista rodrigues	362.118.341-87	08/03/1969	17,00
02	EDES FERREIRA GOMES	531.522.391-49	15/08/1970	14,00
03	REINAM MARIANO DA SILVA	442.045.661-20	02/11/1972	13,30
04	ODILZA SANTANA DE ALMEIDA	802.024.541-34	26/01/1977	11,00
05	DELINA MARIA DO ESPIRITO SANTO	831.738.701-15	20/04/1974	10,10
06	LEONICEIA ANA DA SILVA	920.526.061-49	24/05/1979	09,70
07	JUDITH ROSA DE FRNAÇA ARRUDA	024.867.721-70	14/07/1988	09,30
08	SANDRA DA SILVA AMARANTE	513.039.901-30	01/12/1968	08,00
09	MARINEIDE ARAUJO DE BRITO BLAISER	633.772.412-72	05/03/1972	08,00
10	ROSIMEIRE REZENDE DA SILVA	627.049.901-15	03/05/1974	08,00
11	ERIK JORGE DO NASCIMENTO	688.639.771-00	28/07/1977	08,00
12	FLAVIA PATRÍCIA RODRIGUES DA SILVA	654.662.681.00	26/10/1977	08,00
13	ELIZETE DE ALMEIDA	004.447.251-05	12/06/1986	08,00
14	FELIPE DO CARMO SILVA	018.865.631-60	14/11/1987	08,00
15	LUCAS PASTOR DOS SANTOS	013.035.301-95	03/05/1985	06,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – EDUCAÇÃO FÍSICA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	SERGIO LEONIDAS NASCIMENTO	730.675.478-53	26/06/1951	13,00
02	KERLY PATRICIA DA SILVA ARRUDA	557.543.331-53	03/03/1973	09,00
03	LIONEL RIBEIRO MAGALHÃES	698.346.601-20	06/01/1979	09,00
04	MARCIO DAMAZIO DA SILVA	694.088.741-53	01/11/1981	09,00
05	Cristiane Arruda Batista	615.982.751-00	03/06/1972	08,00
06	REGINALDO EGIDIO ROSA	409.246.292-15	13/11/1973	08,00
07	Cleber Nilson Camargo	777.185.261-00	31/08/1976	08,00
08	EDVALDO MÁXIMO DA SILVA	594.574.111-15	02/01/1977	08,00
09	Armando José Barros Siqueira	857.660.971-15	18/05/1977	08,00
10	LAURO MARCELO COSTA CACERES	690.908.231-13	21/11/1979	08,00
11	Macário Farias Pereira	918.936.311-68	25/04/1980	08,00
12	Elaine C. Ferreira da Silva	701.656.101-15	14/08/1980	08,00
13	GRAUCÉLIA DA COSTA ARAUJO	835.037.571-04	23/09/1980	08,00
14	Gleice Paz Leandro dos Santos	966.348.981-20	21/11/1981	08,00
15	LUCIELENE SOUZA CORTEZ	010.751.921-61	19/11/1983	08,00
16	Anne karine damiana da silva	017.464.071-40	26/09/1986	08,00
17	LEYDIANE PRISCILA DE ASSUNÇÃO	024.330.621-01	01/03/1989	08,00
18	SOUYANNE GIUSI DE ARRUDA MARQUES	023.320.951-44	28/03/1989	08,00
19	Rafael da Silva França	535.137.671-40	15/05/1989	08,00
20	BRUNO RAPHAEL AZEVEDO MINA	017.768.171-33	20/05/1989	08,00
21	ALEX FERNANDES DA SILVA COSTA AMORIM	036.753.331-66	30/08/1989	08,00
22	KAMILA ALVES LOPES	030.466.821-40	15/05/1991	08,00
23	CLAUDINEIA PAULA FIGUEIREDO	032.230.701-50	11/01/1992	08,00
24	GRACIENE VALQUIRIA SILVA ARRUDA	046.607.921-45	10/03/1992	08,00
25	Junivanderson Damião de Souza	052.890.701-84	25/04/1995	08,00
26	Wilma Gonçalves da Silva Custódia	314.368.541-72	11/11/1961	07,75
27	Patrícia Masseto	003.403.511-79	18/09/2001	07,20
28	Rogerio Santos Vieira	275.653.158-85	27/10/1978	06,00
29	CLEITON DIAS SANTANA	916.296.831-91	30/09/1981	06,00
30	VANESSA DE SOUZA	697.975.011-91	11/12/1981	06,00
31	GLAUCIA PEREIRA PADILHA	983.920.691-53	27/07/1983	06,00
32	JOACY RODRIGUES DO NASCIMENTO	011.911.991.93	31/10/1985	06,00
33	Jonathan Felipe da Luz e Silva	911.357.961-49	04/11/1985	06,00
34	ROSIANI DA SILVA ROQUE	025.177.191-10	05/01/1987	06,00
35	LUIZ FELLIPE DE ARRUDA AMORIM	025.391.611-97	04/04/1989	06,00
36	Italo Pascoal Varrrese	027.116.531-61	15/05/1989	06,00
37	willian pinheiro da silva	041.101.651-21	30/03/1990	06,00
38	MARLON MAX CORDEIRO RODRIGUES	048.928.041-26	04/07/1992	06,00
39	MARIA DIANA DE PAULA	049.661.481-97	17/01/1996	06,00
40	KEZIA CRISTINA VIEIRA SANTOS MARQUES	730.432.571-20	22/05/1987	05,25
41	jonailson da costa correa	711.444.551-20	10/07/1984	05,00
42	CLAUDIO CAMPOS DA SILVA	014.703.181-80	09/12/1984	04,00
43	Francielle Kimberlyn Mendes de Carvalho	058.446.121-67	09/03/1995	04,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – LETRAS/PORTUGUÊS				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	ALEXANDRA FERNANDES DE SOUZA	537.762.081-04	11/04/1972	15,10

02	**JULIO CESAR MARAJOAO**	992.983.921-68	02/04/1986	10,50
03	**JULIO CESAR MARAJOAO**	992.983.921-68	02/04/1986	10,50
04	ANDREIA QUEIROZ DE ARRUDA SILVA	846.436.501-25	30/07/1978	09,30
05	BERNADETE DO ESPIRITO SANTOS	834.551.081-72	07/12/1976	09,00
06	MARINALVA VIEIRA AGUILAR MEDEIROS	926.031.901-30	01/10/1978	09,00
07	MARLUCIE SALES DA SILVA	808.008.151-49	20/04//1973	08,30
08	Onelma Guimarães S. Campos	779.217.631-20	29/05/1976	08,20
09	Eliane Maria Espirito Santo de Paula	523.004.391-15	30.03.1964	08,00
10	MARIA LENICE DE SOUZA	378.024.881-68	05/09/1965	08,00
11	Lenil Conceição de Campos	383.908.171-87	08/12/1965	08,00
12	MARIA VIANA DE MOARES CARVALHO	570.289.581-91	08/06/1967	08,00
13	ENIL LACERDA CINTRA	594.576.001-34	29/11/1973	08,00
14	CRISTIANY APARECIDA DE ALMEIDA CAMPOS	764.369.931-34	03/01/1975	08,00
15	JULIANE DA SILVA	632.001.631-00	24/06/1976	08,00
16	SANDRA REGINA GONÇALVES LEITE	866.173.031-72	04/06/1977	08,00
17	FABIANA GERMANA DA CONCEIÇAO	012.635.861-01	23/09/1980	08,00
18	GEISIANE MARIA DA SILVA	955.665.031-87	19/09/1981	08,00
19	mônica Nogueira clube conceição	022.271.031-40	31/01/1987	08,00
20	juliana moreira de oliveira	017.012.321-97	24/04/1988	08,00
21	JAIME MELQUIADES DE LIMA VASCONCELOS	100.038.674-04	31/05/1993	07,50
22	JEICIMARY DE SOUZA ARAÚJO	667.803.731-68	09/09/1973	07,00
23	HELENA RODRIGUES RANGEL	474.408.211-49	19/06/1969	06,00
24	JOÃO BATISTA DELMINIO	567.464.231-15	30/06/1976	06,00
25	ENILZA ARAUJO TEIXEIRA	919.917.491-04	15/12/1976	06,00
26	LUZILENE PEREIRA DOS SANTOS	003.231.701-88	04/09/1980	06,00
27	PAULA BATISTA DA SILVA	055.945.661.12	11/09/1996	06,00
28	CIBELE CRISTINA MORARI	041.334.319.79	17/02/1983	04,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – CIÊNCIAS				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	IVONEIDE MEDINA VANI	486.716.221-34	29/01/1970	16,40
02	IRACY MARIA DA COSTA	882.720.361-34	19/02/1979	14,75
03	FANNY MARIA OJEDA COSTA SILVA	005.428.521-60	22/02/1985	13,00
04	mayara patryzea silva pereira	022.001.961-18	12/09/1988	13,00
05	LAYZA DASILVA POMPEU AMORIM	032.746.411-97	06/04/1990	12,00
06	RENATA FREITAG	008.898.011-18	15/01/1987	11,00
07	maria aparecida da silva alves	701.120.021-59	04/05/1980	10,00
08	REGIANE LUIZA DA COSTA	030.475.731-40	01/03/1989	10,00
09	MARIZETE EGUES	568.350.351-53	05/06/1975	09,70
10	MARIZETE EGUES	568.350.351-53	05/06/1975	09,70
11	LUZENIL CARMEM DE LIMA MAGALHÃES	570.147.521-20	13/06/1974	09,20
12	MARIA MAZINHA DA COSTA SILVA	908.932.041-41	01/01/1964	09,00
13	GIZELE REGINA ADAMI	012.115.401-70	22/10/1984	09,00
14	ADEILTO JOSÉ MOREIRA	031.516.366-67	28/07/1973	08,00
15	LUCIANE DA COSTA BASTOS MOREIRA	869.723.321-68	09/08/1978	08,00
16	Delaine Cristina Leite de Figueiredo	002.435.621-28	09/12/1978	08,00
17	FERNANDA CRISTINA DE CAMPOS SANTANA	913.051.011-20	13/06/1981	08,00
18	MARAISA GABRIELLA SOARES	010.404.261-31	26/11/1984	08,00
19	Simara Silveira Santos Souza	001.798.221-95	24/05/1985	08,00
20	ERONILDO LUIZ RAMOS DOS SANTOS	026.055.511-80	03/06/1986	08,00
21	Andrea Ferreira De Oliveira	028.057.211-52	11/08/1989	08,00
22	MARIA CONÇEIÇÃO DE FIGUEIREDO MARQUES	513.621.981-53	07/12/1970	06,00
23	CARLOS PEREIRA	513.185.631-00	02/08/1974	06,00
24	EVA MARCIA MARQUES SILVA	904.013.951-20	23/03/1978	06,00
25	ADRIANA QUEIROZ DE SOUZA	892.679.661-20	21/03/1983	06,00
26	ELIANE MESQUITA ALMEIDA	000.726.881-57	03/02/1985	06,00
27	JAIRO FELIPE DOS SANTOS	013.025.591-25	07/09/1985	06,00
28	ALEANDRA PEREIRA DA SILVA TERCIO	014.529.381-56	15/11/1987	06,00
29	VANESSA DA SILVA	953.088.571-72	29/08/1980	05,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – ARTES				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	Aristeu Borges de Oliveira	044.810.211-01	02/02/1991	16,00
02	JONNY WESLEY SANTOS SILVA	032.138.141-64	16/05/1990	08,00
03	Rivail de França Barbosa	569.821.351-87	06/12/1976	06,00
04	Marcus Vinícius Barbosa de Figueiredo	918.290.461-87	07/08/1979	06,00
05	CRISTIANE CAROLINA DE ALMEIDA SOARES	694.466.441-00	08/03/1980	06,00
06	JANAÍNA DE MORAIS PEREIRA	050.697.201-12	03/08/1994	06,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – LETRAS/INGLÊS				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	VANDERLEIA DA SILVA LEMES	959.331.741-49	05/05/1983	14,40
02	Maria das Dores Cardoso			09,00
03	Odete Teodoro de Paula	103.089.201-63	19/05/1954	08,00

04	Sonia Maria Silva Martins	814.752.841-87	29/12/1968	08,00
05	VANUSA EVANGELISTA DA SILVA BRITO	621.162.741-68	17/02/1972	08,00
06	ELIANE CRISTINE FERREIRA	695.185.301-06	04/11/1979	08,00
07	TANIA MARIA FERREIRA NEVES VIANA	889.400.551-87	04/11/1979	08,00
08	SUELLEN PALLOMA GIACOMELLI	966.527.561-53	17/04/1982	04,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – HISTÓRIA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	SOLANGE VITORINO SANTANA DA CRUZ	621.359.881-20	18/10/1975	11,20
02	TÂNIA LUZIA FIGUEIREDODE FREITAS	411.786.101-87	18/08/1970	09,00
03	MEIRE CRISTINA TORRE MONTEIRO	930.008.801-78	20/10/1975	09,00
04	SIMONE CRISTINA CORREA NUNES	495.405.641-15	13/03/1968	08,00
05	MARINETH LÚCIA DA SILVA	388.176.241-87	28/09/1962	06,00
06	ODAIR DE OLIVEIRA	559.192.511-15	23/11/1966	06,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – GEOGRAFIA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	Daniele Silva Alecrim	027.382.261-67	07/08/1989	12,10
02	PRISCILLA MONA DE AMORIM	044.805.401-99	29/07/1992	11,00
03	JOZENIR DE JESUS FIGUEIREDO	486.926.461-72	01/01/1967	10,10
04	MARILCE APARECIDA SALDANHA	328.146.071-20	09/07/1965	08,50
05	MARINETHE RODRIGUES TAQUES	689.205.841-87	10/04/1969	08,00
06	SANDRA HELENA ROCHA ANTONIO METELO	775.575.221-68	27/01/1978	08,00
07	taisa laura de miranda	885.988.861-87	04/08/1980	08,00
08	Edinei Valentim N. Santos	034.327.201-65	11/02/1991	08,00
09	ALANIR SILVA DE ALMEIDA	316.684.372-87	03/01/1970	06,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO – FÍSICA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	LUCIAN MOIA SOUZA	025.564.461.29	09/08/1989	08,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL –EJA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	JOSE MOIZES PEREIRA LEITE	807.480.071-72	05/02/1976	08,00
02	JEDERSON MIRANDA ARRUDA	018.504.111-66	24/01/1988	08,00
03	FERNANDO EZEQUIAS DE SOUZA	033.065.971-55	25/11/1987	06,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL –ETA – PROFESSOR LETRAMENTO				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	JOANIL LEMES DE OLIVEIRA RODRIGUES	616.134.521-87	16/10/1973	15,10

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL –ETA – PROFESSOR TEATRO				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	THIAGO DE FREITAS SILVA	732.333.901-49	29/06/1986	04,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL –ETA – PROFESSOR INFORMÁTICA				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	ADSIANE NUNES DA SILVA	032.461.021-12	28/04/1990	07,60

TAE				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	MARCOS JOSE EZEQUIEL DA SILVA	474.315.711-00	24/08/1970	18,10
002	Jovania Rosa de Arruda	004.421.461-83	10/08/1982	15,10
003	João Victor Leite de Arruda	051.286.361-00	08.07.1996	12,20
004	GABRIELLY MOTA DE JESUS	056.200.391-07	29/06/1996	12,00
005	Elizangela Rocha da Silva Siqueira	089.308.377-19	21/02/1980	11,55
006	ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS	985.394.501-00	14/10/1981	11,40
007	Elygya Norberto Rodrigues	700.968.991-15	22/03/1981	10,59
008	Evaniele Maria Aparecida Cassiano de Souza	027.169.961-21	15/05/1990	10,00
009	JOSANIA BARROS CARVALHO MARINHO	039.346.211-04	24/10/1980	09,70
010	Arielle das Dores Souza	037.093.981-69	21/07/1992	09,10
011	NATALIA FELIX PEREIRA	065.462.861-06	11/03/1999	09,10
012	VALESCA NIVIA DE ALMEIDA	044.942.431-67	18/06/1992	09,00
013	GUSTAVO SATURNINO DA SILVA CAMPOS	039.559.661-97	14/02/1990	08,10
014	CLYSTHYE DARLLES NEVES	049.672.581-20	04/04/1995	08,10
015	Lourença Moraes Carrilho	415.285.811-72	12/08/1957	08,00
016	José Antônio Serra dos Santos	207.752.021-34	31/12/1959	08,00
017	VANIA JOSELINA MORAES	406.504.561-49	28/04/1967	08,00
018	Elizalra Rondon Pereira Santos	808.646.861-53	28/07/1979	08,00
019	ELAINE DA SILVA MOTTA	001.324.551-10	25/09/1981	08,00
020	GLEICIANA SANTOS GAMARRA DE SOUZA	934.053.161-20	21/11/1981	08,00
021	KENIA MARA DE PAULA	935.920.271-15	11/10/1982	08,00
022	DANIELE FERMANDA GUSMAO DE SOUZA	995.354.321-68	19/06/1983	08,00
023	RAQUEL MARIA DE MORAES	003.009.941-25	02/07/1984	08,00
024	JUCIANE DA SILVA CALDAS	007.191.771-85	23/08/1985	08,00

025	BRUNA FERNANDA PEREIRA VIEIRA	012.324.201-07	19/11/1986	08,00
026	Jéssica Daiane de Campos Santos	028.776.011-10	23/07/1993	08,00
027	Ketilly R. Baracat de Almeida	786.928.301-00	27/05/1975	06,50
028	Gabriel Martins dos Santos	052.022.021-80	27/03/1997	06,10
029	Iolanda da Silva Souza	502.819.841-15	23/06/1968	06,00
030	JENIVALDO DE SOUZA ANDRADE	350.692.102-97	26/03/1969	06,00
031	EVANIL ARRUDA DE SOUZA	544.722.881-68	11/01/1972	06,00
032	ANA LEINAT DE OLIVEIRA	568.257.301-34	22/01/1972	06,00
033	Ellen Cristine Dutra Rabelo	536.593.091-68	05.11.1973	06,00
034	Gisele Auxiliadora Fratari	876.619.851-87	14.12.1978	06,00
035	ALEANDRA CANIÇA DA SILVA	699.858.201-34	12/07/1981	06,00
036	Maria Vanessa de Oliveira	001.887.541-64	05/04/1983	06,00
037	VIVANE REIS PEREIRA	011.661.411-01	02/10/1983	06,00
038	TATIANE MARIA DA SILVA	033.736.171-11	18/03/1986	06,00
039	ADÉLCIO DIAS PEREIRA	012.740.191-17	25/10/1986	06,00
040	Marenir Terezinha de A. Moraes	018.945.881-00	28/08/1987	06,00
041	Suellem da Silva	015.760.431-42	22/11/1987	06,00
042	ANA HELENA DA SILVA	031.207.051-95	19/09/1988	06,00
043	ANNA LEIA SILVA REIS MELO	022.934.771-18	05/08/1989	06,00
044	ROSANE MARIA SILVA LARA	033.288.891-67	23/10/1990	06,00
045	ROSANE MARIA SILVA LARA	033.288.891-67	23/10/1990	06,00
046	JULIANA SILVA VALES MELLO	033.171.171-09	03/12/1990	06,00
047	PATRICK WILLIAN DE MORAES	036.965.951-10	19/11/1991	06,00
048	Manaira Aparecida de Arruda	046.319.471-36	01/06/1992	06,00
049	LynnickerWillian de M. Pedroso	035.447.641-64	19/04/1993	06,00
050	JOYCE ALMEIDA SANTANA	050.240.401-98	27/01/1994	06,00
051	Deliane Luiza Lemes	050.830.721-06	28/02/1994	06,00
052	Joacy da Silva de Amorim	453.181.231-04	02/11/1967	05,00
053	MARCIELLY APARECIDA CELESTINO	003.158.651-13	27/03/1989	05,00
054	RAIANY RANIELE F. ALVES	061.645.941-62	01/09/1998	05,00
055	MAYARA CAMPOS DOS SANTOS	032.049.701.16	24/11/1990	04,72
056	Paulo Roberto de Oliveira Lima	056.352.001-92	27/02/1995	04,25
057	MARIA DE LOURDES R. SANTOS	178.097.541-49	30/05/1957	04,00
058	sely taborda	524.788.669-00	15/03/1963	04,00
059	EVA LÍDIA DE FRANÇA BATISTA	299.682.321-49	03/08/1963	04,00
060	JORACIL MARIA DOS SANTOS	362.317.971-04	30/09/1963	04,00
061	EUNICE SEBASTIANA DA SILVA	818.341.591-72	06/02/1964	04,00
062	LUCIA MARIA GONÇALVES	550.040.081-91	25/06/1964	04,00
063	ANGELA JOSÉ DA SILVA	329.459.901-30	20/11/1964	04,00
064	RONALDA RAMOS OLIVEIRA	272.540.031-72	15/10/1965	04,00
065	Izabel Fatima Dociatti dos Santos	775.344.411-53	20/06/1968	04,00
066	ILZAMAR DE SOUZA	415.726.531-91	22/02/1969	04,00
067	VANUSA MARIA VIEIRA	383.733.511-91	25/10/1969	04,00
068	WISLAINE MIRANDA SANTOS	642.570.021-15	08/09/1974	04,00
069	LEIDE MARIA PEDRAÇA	632.233.171-04	15/03/1975	04,00
070	LAURIMAR APARECIDA SILVA MARTINS	630.707.821-91	10/06/1975	04,00
071	LAURA DIAS DE CARVALHO	765.343.751-68	11/03/1976	04,00
072	ALESSANDRA HUMBERTO DE ARAUJO	311.603.160-66	03/06/1976	04,00
073	MARTA JESUS DA SILVA	897.724.231-20	21/09/1976	04,00
074	BERNARDETE ERICA DA SILVA ARRUDA	926.440.401-59	14/10/1976	04,00
075	Denílson Santos Vieira	791.911.851-49	11/05/1977	04,00
076	Eleonice Auxiliadora Cunha de Oliveira de Oliveira	784.862.461-72	22/08/1977	04,00
077	Gecilene Aparecida de Oliveira	615.492.311-20	29/08/1977	04,00
078	CRISTIANE LAURA PINHEIRO DA SILVA	689.036.421-04	02/06/1978	04,00
079	ROSENIL MARLY ROMEIRO DE JESUS	887.247.861-87	18/07/1978	04,00
080	JEANE MARIA DA SILVA MATOS	942.158.471-68	02/03/1979	04,00
081	Neimivânia de Souza Gomes de Moraes	913.165.611-00	15/05/1979	04,00
082	KATIEKS FLANKESLANE SILVA SALES	840.293.821-34	26/09/1979	04,00
083	Laura Gilcelli de Moraes	897.577.181-49	13/02/1980	04,00
084	ALESSANDRA ROSA DE OLIVEIRA	939.065.441-68	17/07/1980	04,00
085	Elisangela Joana de Goes	921.121.611-72	23/09/1980	04,00
086	ALICE LUIZA SILVA	009.524.031-45	13/03/1981	04,00
087	CRISTIANE DA PAIXÃO TRINDADE LIMA	873.517.651-20	17/04/1981	04,00
088	Cleonice Aleixo Augusto da Silva	709.335.701-63	16/01/1982	04,00
089	DANIELY FERREIRA DA SILVA MATTOS	965.791.881-20	11/05/1982	04,00
090	Rosilda Ferreira dos Santos	998.170.801-10	05/12/1982	04,00
091	DAYNA MAYRA TAVARES LEITE	705.703.291-91	18/12/1982	04,00
092	GEIGE RAMOS VIANA	002.971.461-30	26/01/1983	04,00
093	SUHELLYN DA SILVA	011-552.171-28	07/03/1983	04,00
094	LUCIANE JESUS FIGUEIREDO	702.750.411-15	05/12/1983	04,00
095	SILMARA LEITE DA SILVA FRIAS	007.403.231-30	12/01/1984	04,00
096	Jonailton Ferreira e Silva	011.214.011-47	13.02.1984	04,00
097	Eldo Fernando Cardoso	977.485.601-53	28/02/1984	04,00
098	ANNA LAURA DE ALMEIDA OLIVEIRA	008.610.431-46	27/06/1984	04,00

099	ANA PAULA PEIXOTO	012.235.141-02	19/12/1984	04,00
100	WILSON DA SILVA JUNIOR	011.789.941-04	05/02/1985	04,00
101	PAULA MARA VIANA M. DOS SANTOS	019.202.421-39	10/04/1985	04,00
102	ELISANGELA GONÇALVES DA COSTA	011.123.081-05	04/08/1985	04,00
103	DIRNEIDE ALMEIDA DE SOUZA	014.608.531-05	07/02/1986	04,00
104	JANAINA DE SOUZA	013.681.691-63	03/05/1987	04,00
105	EDILMA FATIMA DA SILVA	016.487.011.32	05/08/1987	04,00
106	Paulo Costa Ferreira da Silva	022.207.721-28	19/05/1988	04,00
107	Ubaldo Braga Martins Junior	028.803.861-44	14/07/1988	04,00
108	EMANUELA DE OLIVEIRA GOMES	029.616.081-47	24/12/1988	04,00
109	JEFFERSON STARLLONE DA CONCEIÇÃO NAMORELLI	025.362.861-00	11/03/1989	04,00
110	LUIZ MAURICIO C.DE A.CAMPOS	023.340.531-39	05/05/1989	04,00
111	Gizely da Silva Costa	030.195.211-65	02/11/1989	04,00
112	MICHELIANE INÁCIO DOS SANTOS	039.264.641-27	09/12/1989	04,00
113	SARA REGINA DA SILVA AFONSO	021.928.501-23	05/03/1990	04,00
114	ADELSON BATISTA DE OLIVEIRA FERREIRA	722.482.891-20	26/05/1990	04,00
115	ANIZIA CRISTIANE HATSCHBACH TREVISAN	030.364.151-79	03/07/1990	04,00
116	JESSICA APARECIDA DE BARROS	039.370.391-63	12/10/1990	04,00
117	ROSANE MARIA SILVA LARA	033.288.891-67	23/10/1990	04,00
118	EIDIVANDA DA SILVA FLORES PADILHA	033.281.191-32	27/12/1990	04,00
119	JANAINA FIGUEIREDO DA SILVA	028.737.181-61	16/01/1991	04,00
120	JESSICA DA SILVA GONÇALVES CAMPOS	032.948.741-89	05/05/1991	04,00
121	JORGE MIGUEL DE PAULA FERREIRA	040.663.341-05	15/10/1991	04,00
122	Erionaldo Pereira Costa	038.971.755-09	13/03/1992	04,00
123	LARISSA CARLA OLIVEIRA RIEGER	041.720.371-35	16/04/1992	04,00
124	JAQUELINE CRISTINA DE SOUSA	048.570.711-00	15/03/1993	04,00
125	PATRICIA ALICE DA SILVA	058.515.671-98	30/03/1993	04,00
126	ELLEM LETICIA DE MAGALHAES MOURA	048.805.241-66	22/08/1994	04,00
127	TAIMARA JHENIFER MARTINS DOS SANTOS	048.459.091-03	07/11/1994	04,00
128	IASNAJA RAFAELY DA SILVA SOUZA	038.828.091-32	25/12/1994	04,00
129	Alison Felipe da Silva Rodrigues	046.264.841-90	03/02/1995	04,00
130	Yara Carolina de Campos	052.843.601-50	18/03/1995	04,00
131	ANNY ELYSE LEMESBOTELHO DA SILVA	054.695.881-81	11/05/1995	04,00
132	NALDIMA SANTANA PINTOR	039.336.001-62	07/07/1995	04,00
133	ANDRESSA LUCIA DA SILVA	023.643.881-63	27/07/1995	04,00
134	LISIANE ESTELLE DA SILVA	049.425.251-30	16/09/1995	04,00
135	ANDRESSA LUANA DA SILVA	052.777.121-00	06/03/1996	04,00
136	EMILLY FELIX GRACIANO DA ROCHA BATISTA	057.652.411-58	01/04/1996	04,00
137	CAROLINY OLIVEIRA GARIGLIO	033.944.221-23	22/04/1996	04,00
138	DioglasThalyna S. Nascimento	054.622.771-64	23/07/1996	04,00
139	Rafael Costa Souza	057.868.301-14	12/08/1996	04,00
140	KEDMA CRISTINA SIQUEIRA RIBEIRO	052.114.261-00	31/08/1996	04,00
141	DAYANNY APARECIDA RAMOS DA SILVA	041.554.451-91	18/09/1996	04,00
142	LUCAS PAULESKI DE LIMA	064.183.611-21	05/11/1996	04,00
143	MAYNARA NATHIELICA MARTINS DA SILVA	055.319.271-00	31/12/1996	04,00
144	JULIA HELENA SANTOS MENEGUCCI	048.999.131-92	08/01/1997	04,00
145	VICTORIA CAMPOS BETTIOL	022.916.251-79	26/04/1997	04,00
146	Maria Aparecida Moraes Costa	055.999.311-02	12/05/1997	04,00
147	KARINE LOPES DA SILVA	062.781.061-67	06/08/1997	04,00
148	ISABELA FERNANDA MENDES DE ALMEIDA	055.816.381-52	11/08/1997	04,00
149	JOACI INOCÊNCIO DA SILVA JUNIOR	060.047.941-20	01/09/1997	04,00
150	Bruno Gabriel Mendes da Silva	055.892.781-55	25/10/1997	04,00
151	DIEGO VICTOR DIAS DE MORAIS	048.530.511-98	12/12/1997	04,00
152	SHEILA MEDEIROS DA SILVA	034.975.911-14	03/04/1998	04,00
153	WENDER PEDRO LIMA DOS SANTOS	042.779.641-50	27/06/1998	04,00
154	GABRIELI REGINA RIBEIRO DORILEO	059-760-991-81	30/06/1998	04,00
155	THAYS BYANCA FIRMINO DOURADO	061.951.761-17	22/10/1998	04,00
156	Luhann B. Silverio	061.457.561-36	15/01/1999	04,00
157	KELMEY MANUELLY BUENO DE ALMEIDA	044.581.461-65	24/04/1999	04,00
158	MARIELLY CRISTINE RALDI	048.976.631-56	09/07/1999	04,00
159	Kethilem Stefani Ancelmo de Araújo	057.408.831-80	10/07/1999	04,00
160	JOÃO VICTOR DA SILVA MOTA	046.707.781-96	14/10/1999	04,00
161	ARLETE MURTINHO DA CRUZ	024.352.341-63	10/02/2005	04,00
162	TALITA VITÓRIA DA COSTA OLIVEIRA	061.590.171-95	02/06/1998	03,53
163	ZENILDO RIBEIRO OLIVEIRA	459.543.721-87	01/01/1966	03,50
164	ISADORA CRISTINA DE PAULA QUEIROZ	058.980.031-00	11/05/1996	03,50
165	AMANDA R. PEREIRA PRADO	061.106.251-83	11/04/1998	03,50
166	Ana Marcia de Morais	848.187.511.20	18/09/1976	03,00
167	KAROLINE SOUZA E SILVA	028.986.901-39	30/03/1993	03,00
168	Michel da Silva Magalhaes	038.257.611-00	21/12/1993	03,00
169	Alessandra Aldaia de Siqueira	052.851.991-31	20/12/1998	03,00
170	Lenilda Maria de Paulo Souza	016.371.781-82	21/01/1984	02,87
171	NILIANY NASCIMENTO CAMPOS	062.239.451-75	06/08/1998	02,75
172	MEYRE JOSEFINA TORTARELLI	503.390.521-04	196/04/1972	02,50

173	DAIANE LEMES DA COSTA	062.723.491-73	24/12/1997	02,50
174	THAMIRES DA COSTA APARECIDA	029.727.521-63	09/05/1997	02,37
175	DECIANE MARQUES DAS NEVES	965.373.881-04	21/06/1983	02,05
176	FLÁVIA ADRIANA SILVA DE MAGALHÃES GUIMARÃES	048.738.321-44	11/02/1994	02,02
177	ZILENE RIBEIRO DE OLIVEIRA	352.166.401-78	06/02/1964	02,00
178	GISLEINE PEREIRA DA SILVA	468.535.611-04	02/02/1968	02,00
179	PEDRO PAULO GUIA DE MORAES	487.306.291-87	29/06/1971	02,00
180	NILZE AUXILIADORA DA SILVA	535.671.531-53	27/10/1971	02,00
181	Regina Helena Dias Campos	550.796.951-53	11/09/1975	02,00
182	GLEIDSON VIANA DE SOUZA	522.594.472-87	25/06/1978	02,00
183	MARISA CRISTINA DE CAMPOS BELMIRO	930.721.111-49	24/03/1979	02,00
184	CLAUDIA FIGUEIREDO TEXEIRA	701.370.641-87	06/10/1980	02,00
185	VALDINEIA BENEDITA LEITE	954.603.731-15	05/07/1981	02,00
186	REJANE LAURA BULHÕES	982.493.631-91	03/05/1982	02,00
187	TATIANE MACHADO FIGUEIREDO	990.186.161-68	03/02/1983	02,00
188	NATALINA PRADO AIRES	040.968.911-42	24/12/1983	02,00
189	ELEM VEREDIANA DE ARRUDA SILVA	007.667.311-11	15/03/1984	02,00
190	Bruna Angelina Vinhal da Silva	017.307.501-09	17/12/1984	02,00
191	MARIA CONCEIÇÃO DA CRUZ SILVA	024.405.671-40	05/05/1985	02,00
192	Adson Rodrigues Alves	014.085.511-44	04/03/1987	02,00
193	IVANILDA JESUS DA SILVA	032.310.511-42	06/01/1988	02,00
194	Samy Regina Santos de Campos	021.983.221-88	08/03/1988	02,00
195	Sayda Saliba Martins Rachik	026.547.741-71	24/02/1989	02,00
196	SILVIA DE ALMEIDA PEREIRA	928.903.771.99	11/08/1989	02,00
197	JEOVANE CARDOSO DA SILVA	041.872.311-70	19/06/1990	02,00
198	Kettyle Cristina da Silva	057.684.321-08	12/03/1995	02,00
199	TAIS CASSIA OLIVEIRA DE JESUS	055.693.911-50	04/04/1995	02,00
200	Taína Silva Moraes	622.468.392-11	18/04/1995	02,00
201	ADRIANA SILVA RODRIGUES	056.162.141-16	28/11/1996	02,00
202	Eveny Cristina de Moraes	061.532.791-55	15/02/1997	02,00
203	THAISLAINY DE ALMEIDA SANCHES	059.599.841-05	01/09/1997	02,00
204	ARTHUR DE ALMEIDA ADRIANO	058.252.891-79	10/10/1997	02,00

TDE-TDI				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	IVONE DA CUNHA GUSMÃO SILVA	875.858.201-00	21/01/1975	17,50
002	Ana Antunes Pereira	361.521.101-49	19/09/1964	15,00
003	ROSELY MARIA DE CAMPOS	954.474.071-68	28/09/1982	14,20
004	LAURA CAROLINA ROMAO DOS SANTOS	041.319.231-81	28/03/1990	14,20
005	ALESSANDRA HAYZA SZINWELSKI	037.700.121-00	31/07/1991	14,20
006	Alair Gonçalina de Campos Santos	580.925.361-04	06/07/1972	13,00
007	Elaine Cristina Queiroz da Silva	000.732.381-63	08/01/1978	12,90
008	Nilcea Pedrosa da Costa	910.514.011-00	18/10/1978	12,80
009	DANIELLE THAIS DA SILVA ARRUDA	061.893.071-08	02/04/1997	12,65
010	Elisangela de Souza	009.358.211.04	06/07/1983	12,50
011	Bruna Pedrosa da Costa Vasco	060.712.251-08	21/12/1997	12,10
012	Joelma Batista Dias	662.141.901-59	18/12/1972	11,30
013	Esteffany Suellen Barros Silva	049.491.801-26	26/10/1994	11,20
014	Iliselma Tobias de Barros	977.057.991-20	11/09/1980	10,80
015	JAQUELINEDE ALMEIDA SANTOS SILVA PRIMI	042.783.411-21	18/12/1986	10,60
016	SUELY ALEXANDRINA DA SILVA VISCOVI	615.484.051-91	25/01/1968	10,50
017	Germana Izolina de Souza Oliveira	274.289.581-72	28/05/1960	10,00
018	Orintina Domingas Maciel Luz	006.870.511-50	12/11/1978	09,30
019	JÉSSICA LEMES DE SANTANA ALMEIDA	046.415.711-04	01/03/1991	08,75
020	SILENE DE SOUSA PEDROSO	223.950.988-09	01/03/1981	08,50
021	Maria Carmelina Harbano de Oliveira	175.974.471-91	02/05/1959	08,00
022	MARIA LIMA DE OLIVEIRA ARRUDA	279.230.102-30	28/03/1968	08,00
023	MARILZA FERREIRA DE SANTANA	535.666.021-91	11/01/1970	08,00
024	DULCINEIA BORGES ALVES	523.186.301-78	01/11/1972	08,00
025	Leuda Alves Perozo	650.811.451-49	07/08/1975	08,00
026	ELIANA FERREIRA DE SANTANA	844.901.281-34	27/07/1979	08,00
027	ROSANA MARIA DA SILVA	956.148.691-15	30/04/1980	08,00
028	NADIA REGINA DICKE	688.248.151-20	18/08/1980	08,00
029	JESSIKA AUEINY DE OLIVEIRA PINTO	045.061.631-25	05/06/1995	07,70
030	Benildes Marilene de França	888.117.861-34	27/12/1977	07,00
031	LUCIANA APOLINA DOS SANTOS	804.871.901-06	15/08/1978	07,00
032	EDNA FERREIRA DA SILVA CAMARGO	570.186.931-87	22/07/1973	06,80
033	Levina Pedrosa de Miranda	327.813.501-68	03/01/1963	06,00
034	ELIANE FRANCISCA DE OLIVEIRA	395.504.431-91	09/03/1963	06,00
035	Terezinha de Campos	459.423.901-34	11/02/1966	06,00
036	MARÍLUCI FRANÇA CUNHA	460.802.361.68	13/08/1970	06,00
037	BENEDITA DA COSTA MAGALHÃES	567.418.391-00	30/09/1972	06,00
038	OCILENE GONÇALINA DE FIGUEIREDO	004.126.871-78	15/06/1973	06,00
039	Dilma Benedita de Campos Santos	798.964.131-34	08/11/1973	06,00

040	CLAUDIA LOURENÇO RODRIGUES	655.411.701-68	09/11/1973	06,00
041	Patricia Ruiz de Aquino	775.562.831-00	18/01/1976	06,00
042	Erilbeth Terezinha da Cruz	812.662.351-91	16/03/1976	06,00
043	ANGELA PATRICIA DE CAMPOS	630.244.461-68	07/10/1976	06,00
044	Alcelia Penha Nascimento	604.121.601-10	23/10/1976	06,00
045	MARIA CONCEIÇÃO DE CAMPOS SILVA	810.578.651-68	21/11/1977	06,00
046	CELIA REGINA DE CAMPOS	932.477.451-49	19/12/1977	06,00
047	ELIANE LEITE DA CUNHA ALMEIDA	965.403.971-00	13/01/1978	06,00
048	Juliana da Costa Souza	815.575.901-68	04/04/1978	06,00
049	Eunice Nogueira Martins Nunes	691.177.991-04	15/06/1979	06,00
050	FABIANE DOS SANTOS SESPEDE	017.707.241-50	27/04/1980	06,00
051	ISABEL CRISTINA PENHA	030.421.000-95	19/05/1980	06,00
052	JANINE MARCONCINI DE MORAIS	886.565.351-53	15/08/1981	06,00
053	HELLEN CRISTINA TEIXEIRA DE SOUZA	952.192.001-78	28/11/1981	06,00
054	LUCIELE CARMO FIGUEIREDO	004.650.561-05	13/04/1983	06,00
055	Juceli Ribeiro de Oliveira	936.275.561-00	10/06/1983	06,00
056	LAICE DIAS DA SILVA	006.884.711-45	17/12/1983	06,00
057	GABRIELLE PATRÍCIA DA SILVA MAGALHÃES	012.645.811.14	07/01/1986	06,00
058	REGINA PAULA DA SILVA	022.002.021-80	05/07/1986	06,00
059	Diego Almeida de Mello	022.031.671-65	30/08/1986	06,00
060	SILVIA KARINA DA COSTA SANTANA	016.039.131-81	08/04/1987	06,00
061	Ellen Batista Pereira	030.101.241-55	26/03/1989	06,00
062	JAQUELINY CLARA DE MOURA LEITE	036.166.201-71	28/04/1990	06,00
063	PAMELA RAIZA COSTA DA SILVA	032.983.221-21	03/05/1991	06,00
064	DAIANI VIEIRA DOS SANTOS	043.615.181-22	31/10/1992	06,00
065	ANDRESSA NILRA RONDON DO NASCIMENTO	045.918.081-90	25/05/1994	06,00
066	JESSICA BARROS DA SILVA	037.576.081-43	27-04-1991	05,50
067	JOICY SUZANA ALMEIDA DE ARRUDA	054.542.021-00	25/06/1995	05,32
068	LUCIEDY JOSÉ DA SILVA	549.169.781-72	06/11/1970	05,00
069	MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA	831.120.901-44	13/06/1975	05,00
070	SUELI CANDIDA DE PAULA SOUZA	875.489.171-04	28/01/1977	05,00
071	SOLANGE SILVA AVARENGA	918.797.791-53	08/04/1977	05,00
072	JUVANILDE BUENO ALMEIDA SOUZA	003.189.691-06	13/08/1977	05,00
073	ROSIMEIRE DOS SANTOS PINTO	918.406.941-49	04/10/77	05,00
074	Lisnéia de Lima Barros	974.430.181-34	04/10/1979	05,00
075	VALERIA LENERT MIRANDA	057.182.981-30	20/06/1994	05,00
076	ALEXANDRA KELLY MARQUES	699.660.871-68	21/10/1980	04,80
077	Rosalia Aparecida Duarte Taborda	393.757.901-00	09/07/1976	04,10
078	Rosangela Arruda Martins	822.237.001-44	11/03/1977	04,10
079	Ghisleiny Aparecida Cavalcante Mendes	006.023.411-32	22/11/1983	04,10
080	Liliane Gomes de Oliveira	009.808.841-60	17/031986	04,00
081	Anacyl Oliveira França	209.630.251-04	27/01/1958	04,00
082	NORA NEY PIRES DE ARRUDA	327.427.891-20	11/02/1958	04,00
083	GONÇALINA DE OLIVEIRA CURADO	241.102.721-49	11/01/1961	04,00
084	NELIANE GONÇALINA SOUZA MACHADO	329.443.811-72	10/01/1963	04,00
085	Lucia Paula de Siqueira Assunção	545.196.591-91	15/01/1964	04,00
086	BENEDITA BENTIL DE ALMEIDA METELO	822.131.081-20	11/02/1965	04,00
087	Adenize Fátima da Silva	344.863.481-68	29/10/1965	04,00
088	MANUELA CLARA DA SILVA LEITE COSTA	022.855.391-18	12/08/1967	04,00
089	Josane Menezes França	570.128.731-91	12/03/1968	04,00
090	ADVAIR GONÇALINA DA SILVA	453.207.131-34	29/03/1968	04,00
091	LIZAMA MARIA TAVARES	487.845.831-34	02/06/1968	04,00
092	RITA DE CASSIA RAMOS	487.242.031-49	22/05/1969	04,00
093	VANIA APARECIDA SOUZA XAVIER	396.057.281-68	11/06/1969	04,00
094	ELDINA MARIA DE BARROS ALMEIDA	487.343.651-68	27/08/1969	04,00
095	DINALVA AYOLFI RODRIGUES	453.433.651-91	02/04/1970	04,00
096	Patricia Helena de Carvalho	483.293.391-49	03/04/1970	04,00
097	Maria Francisca Caldeira	567.444.471-49	10/07/1970	04,00
098	Eliene de Arruda Duarte	551.908.201-49	27/12/1971	04,00
099	GRACIELA MIRANDA AMORIM	019.882.751-21	13/04/1973	04,00
100	JUCILENE M.DO CARMO SOARES	594.067.711-87	11/07/1973	04,00
101	MARIA ROSA MARTINS	568.302.031-04	28/10/1973	04,00
102	JUCINEIDE MARIA PONCE AUGUSTO DE JESUS	603.811.401-72	03/04/1974	04,00
103	CLEIDINEIA PROENÇA	655.124.991-49	12/04/1974	04,00
104	Silvene Aparecida Ribeiro	011.495.321-06	05/06/1974	04,00
105	ELIZANGELA NATALINA DE CARVALHO SILVA TORRES	815.482.001-15	14/07/1974	04,00
106	ROSANA FATIMA DA LUZ	621.675.101-87	22/08/1974	04,00
107	SOLANGE SATURNINA DA SILVA	889.384.171-15	31/08/1974	04,00
108	CENIRA OLIVEIRA DA SILVA	570.276.311-91	27/04/1975	04,00
109	JoCeli Santana de Lima	655.121.701-04	28/07/1975	04,00
110	CARMEN LUCIA MACIEL SILVA	594.066.071-15	06/08/1975	04,00
111	Ana Maria Pinho Pereira	781.484.721-49	28/01/1976	04,00
112	ELISANGELA DE CAMPOS MEDEIROS	830.567.931-49	07/03/1976	04,00
113	JEICE REGINA DA SILVA	871.058.101-49	02/07/1976	04,00

114	MARCIANA DA COSTA BERTULIO	612.088.332-00	11/07/1976	04,00
115	SIMONE BARBOZA DE OLIVEIRA	574.454.603-06	30/08/1976	04,00
116	ALESSANDRA MARQUES DA COSTA BOTELHO	846.935.251-20	18/03/1977	04,00
117	Anairdes Maria de Campos	015.818.411-40	23/03/1977	04,00
118	MARLI REGINA DA SILVA BOAVENTURA	850.297.001-10	06/10/1977	04,00
119	ELIZALMA PINTO DO ROSÁRIO	688.722.161-68	27/10/1977	04,00
120	LEILA COSTA MOURA	733.609.371-04	20/12/1977	04,00
121	Rosenil Ribeiro Neves Campos	000.644.681-78	12/01/1978	04,00
122	Ednéia Auxiliadora Moreira dos Santos	668.003.071-49	31/01/1978	04,00
123	Nuria Betahania Ferreira de Souza	013.509.975-79	02/07/1978	04,00
124	Maria José de Albuquerque Santos	881.043.621-00	08/09/1978	04,00
125	Kezia Magalhães Kapich	899.036.501-59	28/12/1978	04,00
126	CARMILENE LUCIENE PADILHA	857.668.951-00	09/04/1979	04,00
127	ROSMERI NICOLAI DE CAMPOS	815.244.121-04	11/04/1979	04,00
128	Marialva Vieira de Paula	861.991.611-49	01/08/1979	04,00
129	Bernadina Batista da Siva	655.121.701-04	20/08/1979	04,00
130	Elizangela Andréia da Silva	916.399.481-04	30/08/1979	04,00
131	JOENIZE FERREIRA CAMPOS DE ALMEIDA	894.318.781-34	28/12/1979	04,00
132	JANAINA IRENE DA SILVA BARROS	913.456.421-72	22/02/1980	04,00
133	Marialva Marques Duarte Mendes	702.655.501-49	08/05/1980	04,00
134	DILMA BRUNO VASCONCELOS	007.364.981-33	08/08/1980	04,00
135	CARMEM MONTEIRO LIMA DE MORAES	005.652.391-20	19/08/1980	04,00
136	MARIA DO CARMO BARROS	000.337.701-66	05/09/1980	04,00
137	Rita Gonçalina da Silva	012.988.671-85	03/01/1981	04,00
138	LAURA LUCIANA RODRIGUES DE SOUSA	982.364.821-20	15/05/1981	04,00
139	VALDINEIA BENEDITALEITE	954.603.731-15	05/07/1981	04,00
140	SARA CORREA DE ALMEIDA	044.355.021-27	19/08/1981	04,00
141	LUCIANA NOGUEIRA MARTINS	856.612.601-72	13/10/1981	04,00
142	ADELIA LOPES TESOURA	961.521.411-68	28/10/1981	04,00
143	Daniella de Almeida Campos	937.918791-20	18/11/1981	04,00
144	Érica Quadros da Silva	967.041.441-53	26/11/1981	04,00
145	MARIA ELOIZA DE MELO	699.643.511-00	08/01/1982	04,00
146	ANA PAULA DA SILVA PINHEIRO	980.655.481-72	07/03/1982	04,00
147	Rosilene Godoy Moreira	982.493.801-00	06/04/1982	04,00
148	TUANE PIMENTEL	016.227.011-94	20/08/1982	04,00
149	MAELMA ALVES MOTA ROCHA	003.007.681-17	23/08/1982	04,00
150	Maria Aparecida da Silva	730.369.781-00	12/10/1982	04,00
151	LAURA JANE PEREIRA MONTEIRO	934.090.521-00	03/02/1983	04,00
152	ADEVANIA REJANE DE ALMEIDA MARTINS	707.115.261-68	11/03/1983	04,00
153	ROSANGELA EGUIDES DOS SANTOS	005.704.631-06	10/06/1983	04,00
154	MARIA ALICE LIBANO	001.962.481-67	15/07/1983	04,00
155	ADRIANA DOS ANJOS CARDOSO	991.717.321-87	11/08/1983	04,00
156	MARIA GERNILANIA LOPES DOS SANTOS SILVA	998.139.801-25	16/08/1983	04,00
157	CLEIA ANDREIA DOS SANTOS	010.569.491-63	16/11/1983	04,00
158	Daniele Duarte Gonçalves	004.120.261-98	07/03/1984	04,00
159	JACKELINE PAULA DA SILVA MOURA PORANGABA	009.604.421-70	12/03/1984	04,00
160	TATIANE NICOLINE XAVIER	010.283.771-69	18/03/1984	04,00
161	SABRINA SALES LINO MAGALHÃES	921.712.651-91	24/03/1984	04,00
162	GONÇALINA APARECIDA DE MESQUITA	939.523.681-72	23/04/1984	04,00
163	MARIA DA GUIA BARROS	013.728.531-03	04/06/1984	04,00
164	JESSICA SANTANA RAMIRES DA ROCHA	022.790.221-53	15/07/1984	04,00
165	CRISTIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA	710.062.221-20	20/08/1984	04,00
166	LUCINEIA NORATO DE ABREU	003.572.481-12	07/10/1984	04,00
167	CAROLINA MILANI PEREIRA	157.668.989-60	17/03/1985	04,00
168	Vanilza Brito da Silva Gadeia	016.957.521-71	07/04/1985	04,00
169	ELENA APARECIDA DA SILVA	006.372.261-51	17/04/1985	04,00
170	KATIUSSIA ROSANE CINTRA MONGE	013.107.321-40	31/05/1985	04,00
171	Rose Mary da Silva Lopes	016.633.541-03	26/06/1985	04,00
172	CLARICE CASTELAN DE SOUZA	032.123.691-24	14/10/1985	04,00
173	Adriana Bispo da Silva	011.296.261-05	14/10/1985	04,00
174	ADRIANA PATRÍCIA DE BARROS	018.120.811-38	02/12/1985	04,00
175	Jucilene Ilza Leite	027.701.981-81	20/03/1986	04,00
176	ABRAILZE DE SOUZA SANTOS	017.795.661-58	21/04/1986	04,00
177	EMANOELE LIONORA DE ALMEIDA SANTOS	014.637.901-20	28/05/1986	04,00
178	JULIANA OELKE DA SILVA	013.967.111-04	21/07/1986	04,00
179	ANDRÉIA CAMILA DA CRUZ	014.538.811-58	26/09/1986	04,00
180	JOSIANE LOPES DE SOUZA AMARO	014.547.091-11	17/11/1986	04,00
181	Ana Paula Bueno Pereira	011.596.001-55	29/12/1986	04,00
182	ADNILZA GONÇALVES DE ARAÚJO	019.810.901-69	31/01/1987	04,00
183	CACIA ARRUDA BORGES VEZETIV	015.203.351-30	22/03/1987	04,00
184	ANA PAULA PINHEIRO ROSA SANTOS	734.857.211-15	25/07/1987	04,00
185	JANAINA DA COSTA PEGORARA	027.618.981-76	13/08/1987	04,00
186	DEBORA CRISTIANE SOUTO CARVALHO	024.206.981-93	04/12/1987	04,00
187	GISLAINE FERNANDA FERREIRA FRANÇA	009.621.491-01	15/12/1987	04,00

188	ADRIANA BRAGA DA SILVA	021.428.141-82	03/04/1988	04,00
189	MAYRA ISMELI SILVA GOMES	731.749.711-87	16/05/1988	04,00
190	Emanuele Auxiliadora da C. de Almeida	042.055.521-81	05/07/1988	04,00
191	ELISABETH DA SILVA CORREIA	020.460.341-20	25/10/1988	04,00
192	LUCIENE MARIA DA SILVA	030.786.311-50	07/02/1989	04,00
193	REGIANE REGINA DE MORAIS GONÇALVES	022.855.391-18	08/04/1989	04,00
194	GRACIANE PINTO DE ALMEIDA	029.361.361-30	17/06/1989	04,00
195	JEIZISLAINE SILVA DA LUZ	034.149.581-63	15/02/1990	04,00
196	Andréia Vilela Neves	033.101.961-27	26/02/1990	04,00
197	Jucielly de Anunciação C. Matte	032.628.101-00	20/07/1990	04,00
198	Michely Barbosa do Nascimento	036.968.791-42	25/08/1990	04,00
199	JESSICA DA SILVA GONÇALVES CAMPOS	032.948.741-89	04/05/1991	04,00
200	JESSICA CAMPOS DA SILVA	727.684.521-49	23/07/1991	04,00
201	Lidiane dos Santos Silva	047.392.531-19	18/10/1991	04,00
202	GEINNE KELLY SANTOS KANGE	044.518.001-37	01/11/1991	04,00
203	JANIELLE MARIA DA SILVA	050.919.651-90	19/11/1991	04,00
204	LETICIA GOMES LEMES	048.464.321-57	21/03/1992	04,00
205	LETICIA GOMES LEMOS	048.464.321-57	21/03/1992	04,00
206	Gabriela da Silva Andrade	041.955.921-35	18/06/1992	04,00
207	Fernanda Katiely C de Almeida	052.368.831-80	09/03/1993	04,00
208	KELRY VIEIRA LOPES	048.240.501-54	16/08/1993	04,00
209	LETICIA RODRIGUES ALBUEZ	038.659.121-09	19/11/1993	04,00
210	RUSCELLI SOUZA DOS SANTOS	044.679.621-23	08/12/1993	04,00
211	ROSELAINE DE ALMEIDA SILVA	048.624.531-47	18/12/1993	04,00
212	Karolina de Oliveira Santos	043.647.721-19	20/12/1993	04,00
213	Viviam Ribeiro Bilhares	045.767.941-75	29/03/1994	04,00
214	WESLLEY HENRIQUE SOUZA	043.030.921-00	28/05/1994	04,00
215	Steffany Lorranny Santos Carneiro	046.686.031-55	26/07/1994	04,00
216	Leonora Albertina Dias de Lima Pereira	047.672.781-20	06/01/1995	04,00
217	Larissa Martins	026.634.102-09	16/10/1995	04,00
218	LORRAINY RAELE DE ALMEIDA FERREIRA	058.262.001-54	20/10/1995	04,00
219	TATIANY ESTEFANY DA SILVA	045.562.851-99	14/11/1995	04,00
220	THAMYRIS RENATA FERREIRA DE SOUZA CAMPOS	055.135.211-64	02/01/1996	04,00
221	MAYARA DINIZ DE ANDRADE	052.252.311-01	05/02/1996	04,00
222	Luana Brenda de Souza Maciel	059.334.421-92	09/03/1996	04,00
223	JOYNARA DE ARRUDA SILVA RONDON	054.073.191-95	19/03/1996	04,00
224	EMILLY CAMARGO DA SILVA	056.415.371-01	25-04-1996	04,00
225	Poliana Pereira dos Santos	042.622.641-06	20/05/1996	04,00
226	Bruna Proença Andrade	055.926.561-14	12/08/1996	04,00
227	ROZIMEIRE DA SILVA PEREIRA	052.948.961-92	31/08/1996	04,00
228	Gilvana Martins Alves	054.472.811-48	09/09/1996	04,00
229	GILLIANE KARINA ALVES MAGALHÃES	050.522.911-08	10/09/1996	04,00
230	Vitória Patrícia dos A. Peixoto	053.866.371-50	01/02/1997	04,00
231	BIANDRA ARRUDA DE ALMEIDA SOUZA	056.524.281-47	12/03/1997	04,00
232	CAROLINE LINDAURA FERNANDES	060.811.351-44	21/05/1997	04,00
233	Auxiliadora Verônica de Souza	055.315.331-52	11/06/1997	04,00
234	Rosangela Martins do Nascimento	061.468.341-65	24/12/1997	04,00
235	MILENA SANTOS MATOS	064.595.681-38	02/04/1998	04,00
236	LUANA MARIA BARBOSA RODRIGUES	054.233.771-10	12/05/1998	04,00
237	GABRIELLY KAROLIN DE ALMEIDA	062.683.321-30	13/05/1998	04,00
238	ELISAMA JANAI CAMPOS MEDEIROS	059.742.471-32	03/08/1998	04,00
239	JOYCE KELLEN DA SILVA SANTANA	060.963.461-54	21/12/1998	04,00
240	THIAGO MARQUES DE BRITO	061.824.941-90	03/02/1999	04,00
241	HELOYSA MARIA FONSECA	062.750.501-52	17/08/1999	04,00
242	GABRIEL FELIPE CAMPOS DE OLIVEIRA	057.348.921-14	04/10/1999	04,00
243	NATTALY LUZIA N.MARTINS	061.715.291-84	14/12/1999	04,00
244	DAIANE DO SANTOS REIS	070.356.381-39	20/12/1999	04,00
245	LUCILENE VARANDA	911.959.341-49	18/02/1972	03,80
246	Giovana Ferreira de Paula	943.091.241-00	12/06/1981	03,75
247	ANNE SUELLEN CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	043.422.371-99	17/04/1991	03,60
248	MARIA DE FATIMA SARAIVA DA SILVA	955.960.541-00	16/07/1977	03,50
249	JOSIELE DE FATIMA MODESTO	961.569.371-53	21/07/1981	03,50
250	Rosângela Silva Santos	035.585.151-29	02/11/1988	03,50
251	Marieli Freitas da Costa	062.291.721-86	21/06/1997	03,50
252	JUCILETE GONÇALINO DA SILVA	581.436.961-20	05/09/1973	03,25
253	FÁTIMA LUZIA DE ARRUDA MARTINS	415.411.201-59	01/05/1967	03,21
254	CLAUDINEIA ALVES BRAGA	055.631.701-79	01/11/1993	03,20
255	LORRAINE CARMEN COSTA SANTOS	060.462.111-66	19/11/1998	03,20
256	KENIA WAUQUIRIA ESTULIANO MORAIS FUZARI	621.174.161-87	23/06/1972	03,00
257	selma maria de oliveira	854.733.241-34	09/06/1974	03,00
258	Katia Cristina Oliveira de Carvalho	689.645.441-53	17/11/1978	03,00
259	MARCIA REGINA DE ARRUDA	850.833.051-00	12/01/1979	03,00
260	ALESSANDRA APARECIDA MACHADO C. GUEDES	831.203.191-04	22/10/1980	03,00
261	CECILIA ROSANE CORTES	912.358.551-04	13/05/1983	03,00

262	Marlene de Morais Silva	018.995.351-95	01/09/1983	03,00
263	Daniela Rocha B. da Luz e Silva	999.938.801-91	10/01/1985	03,00
264	MARLEI GILIOLI DE BRITO LIMA	028.150.511-09	06/02/1989	03,00
265	Valdinéia Marcela dos Santos	003.239.581-76	04/12/1989	03,00
266	LUCIMARA SOARES DAVINO	039.521.791-16	23/09/1991	03,00
267	Gleyce Kelly Mendonça	326.113.232-91	12/05/1994	03,00
268	Greizielly Milene de Arruda	051.768.991-08	17/10/1995	03,00
269	JENNIFER DA GUIA DE ARRUDA	055.902.771-08	04/03/1997	03,00
270	HELENA DA SILVA NASCIMENTO	061.503.921-98	07/07/1998	03,00
271	ADELINA MARIA DA SILVA	733.582.581-49	07/04/1987	02,80
272	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA	025.198.801-55	08/02/1966	02,50
273	JOSENI APARECIDA RAMOS	001.432.801-12	27/03/1980	02,50
274	RENILDA DA CRUZ RONDON	703.157.361-00	20/09/1980	02,50
275	REGIELI LOPES DE CARVALHO	009.273.581-90	22/12/1982	02,50
276	KEDNA PEDRINA RODRIGUES DA COSTA	010.268.981-45	29/06/1983	02,50
277	RAFALLY NUNES DE FIGUEIREDO	061.961.471-45	04/12/1998	02,50
278	MÔNICA VITÓRIO NUNES	805.967.461-72	20/11/1962	02,45
279	IVANI RODRIGUES DE SOUZA	758.506.722-49	03/12/1973	02,40
280	Débora Cristina dos Santos Santana	062.768.171-98	30/12/1996	02,37
281	JAILCE THAIARA RODRIGUES DA SILVA	056.335.621-94	12/03/1996	02,12
282	REGINA CECÍLIA DA SILVA	468.984.251-53	29/01/1968	02,00
283	ROSENIR LUSIA DE CAMPOS	473.958.421-20	26/02/1971	02,00
284	ROSIMAR SILVA DE MATOS	033.090.734-40	05/06/1974	02,00
285	VALDIRENE MARIA GOMES	551.518.921-34	16/10/1974	02,00
286	ADRIANA DA SILVA SANTOS	753.286.313-15	23/11/1974	02,00
287	MARIA GONÇALINA DE CAMPOS	667.185.971-04	04/10/1975	02,00
288	BENEDITA DIAS PAES	570.462.121-04	09/10/1975	02,00
289	IRINEIA ALVES MAIA DOS SANTOS	895.699.111-15	03/07/1977	02,00
290	Rosalina Benedita de Almeida	860.712.381-53	29/08/1977	02,00
291	ALIZETE SOLANGE DA SILVA	923.838.661-72	23/03/1978	02,00
292	IVANILZA MARQUES BRAGA	697.662.311-68	29/05/1978	02,00
293	EZAIL NERES DE BARROS	898.871.901-87	28/03/1979	02,00
294	MARCIA REGINA CORREA	693.806.431-87	17/05/1979	02,00
295	Jucilene de Almeida Silva	008.269.061-84	19/12/1979	02,00
296	SILEIDE RODRIGUES ARTIAGA DE QUADROS	900.812.931-00	05/02/1980	02,00
297	ANISIA RODRIGUES DE SOUZA	288.266.578-40	11/05/1980	02,00
298	Rosidete Santana	962.488.231-20	04/07/1980	02,00
299	ROSALIA MARAI GUIMARÃES	036.496.351-43	14/04/1981	02,00
300	Marivalda Antônia Jesus da Silva de Paula	001.324.951-71	16/06/1981	02,00
301	CHARLENE GOMES DA SILVA PEREIRA	014.936.951-42	19/09/1981	02,00
302	LUCIA DA SILVA BARBOSA	001.220.621-08	14/07/1982	02,00
303	Elitacimei Arruda Dias	029.252.691-17	21/07/1982	02,00
304	LUZIA BATISTA DE SOUZA KOENIG	002.067.071-00	13/12/1982	02,00
305	Suely Arruda da Silva Pereira	011.551.711-10	12/07/1984	02,00
306	SILMARA RODRIGUES DA SILVA	022.642.231-38	06/10/1984	02,00
307	ROBIANA DA SILVA CAMPOS	012.175.431-63	03/11/1984	02,00
308	MARCIANE FLORIANO DE ALM,EIDA	010.203.941-02	07/04/1985	02,00
309	LEIDIANE LOPES DE CARVALHO	038.076.881-02	23/07/1985	02,00
310	SIBELLE WELCH DE SOUZA FERNANDES	006.904.401-54	09/09/1985	02,00
311	Rosiane Silva de Campos	018.152.311-65	16/11/1985	02,00
312	LAURA CRISTINA DA CONCEIÇÃO	016.486.391-51	09/02/1986	02,00
313	ARIANE CRISTINA R.PAIXÃO	022.161.181-92	25/04/1987	02,00
314	Rosana Lima Lopes	015.520.671-06	02/08/1987	02,00
315	KELLEN CRISTINA LEITE RIBEIRO	020.368.741-85	08/11/1988	02,00
316	Bruna da Silva Andrade	022.409.311-83	28/01/1989	02,00
317	PATRICIA ITALA DE ARRUDA	033.944.111-99	03/08/1989	02,00
318	CRISLAINE CAMPOS DUARTE	024.017.741-06	11/04/1990	02,00
319	LETICIA REGINA MARIANO	026.531.061-08	26/11/1990	02,00
320	Daiane Caroline da Silva	027.856.891-27	01/03/1991	02,00
321	CLAUDIA LEMES DA SILVA BIFFI	041.894.751-14	29/09/1991	02,00
322	Ângela Maria Ramos Silva Dutra	914.521.811-10	01/10/1991	02,00
323	FRANCIELE REGINA RIBEIRO SILVA COSTA	039.366.391-40	27/08/1992	02,00
324	ELIANA APARECIDA A SILVA	047.405.221-44	13/09/1992	02,00
325	ANA PAULA ALVES DA SILVA	058.054.331-50	15/10/1992	02,00
326	BRUNA ROSSI RODRIGUES	038.765.021-01	18/07/1994	02,00
327	Kettyle Cristina da Silva	057.684.321-08	12/03/1995	02,00
328	Adalia Evellen Gomes Alves	044.058.251-22	22/03/1995	02,00
329	DANIELLY ALVES DA SILVA	059.033.311-90	26/04/1996	02,00
330	FERNANDA BENEDITA RODRIGUES	705.101.491-97	20/05/1996	02,00
331	Flaviane Santiago de Arruda	061.383.671-54	15/08/1997	02,00
332	MIELLY MIRIAN CAMPOS DA CRUZ	060.717.091-30	08/12/1997	02,00
333	LETICIA GONÇALINA CURADO DE ASSUNÇÃO	626.983.511-78	22/04/1999	02,00
334	RUDERSON GONÇALO CURADO DE FIGUEIREDO	061.156.171-97	19/07/1999	02,00
335	LAIS DE OLIVEIRA SOUZA	061.522.801-17	26/08/1999	02,00

TDE-TDEE				
Nº		CPF	Data de Nascimento	PONTO
001	LUCIA MARIA DE ASSIS MARQUES	866.085.091-20	05/05/1978	17,00
002	ELIZABETE AURÉLIA SAMPAIO	242.010.221-53	25/09/1961	16,50
003	EVA MARIA DE BARROS	495.585.441-91	30/06/1971	16,00
004	Cibele Cristina da Silva Oliveira	631.847.451-04	11/08/1975	15,10
005	EULINA RIBEIRO DE CARVALHO MALHEIROS	021.124.724-37	08/02/1970	14,50
006	VANI LUCIA FERRAZ	362.381.041-04	23/08/1967	14,30
007	Edina Cristina Damazio Adão	010.732.111-42	21/07/1977	14,30
008	EDILAINE DA SILVA	620.948.311-91	15/05/1977	14,10
009	CRISDINÉIA JOSÉ DE ARRUDA PEREIRA	023.944.941-07	19/03/1987	14,00
010	Luciene Gonçalves dos Santos	027.029.261-69	26/02/1988	13,90
011	PATRICIA RODRIGUES DE SOUZA	932.720.811-00	08/03/1976	13,85
012	MARIA AP. MATOS RIOS DA COSTA	910.319.151-68	21/01/1977	13,60
013	ELILIANE DE ALMEIDA ARRUDA	050.067.131-19	19/10/1993	13,35
014	Alessandra Heloisa de Toledo	545.975.361-91	21/04/1972	13,20
015	Rosenilda Ventura da Costa	838.321.301-87	27/07/1978	13,20
016	MARCIA FLORIZIA DA COSTA SILVA	020.518.221-66	11/09/1986	12,70
017	Iolanda Marina M. Soares	803.594.261-15	31/08/1978	12,60
018	LUCIA HELENA DO NASCIMENTO	991.157.607-82	06/01/1963	12,50
019	MONNA MARRY RODRIGUES DE ALMEIDA	016.171.791-83	03/09/1986	12,50
020	LAURA DE ALMEIDA OLIVEIRA BORGES	001.743.831-42	19/01/1985	12,40
021	ROZETE DE OLIVEIRA E SILVA	839.140.481-15	18/11/1968	12,30
022	CATARINA MARIA R. DA SILVA	685.702.877-04	27/11/1966	12,20
023	EDILZA MARQUES DO N. OLIVEIRA	808.237.421.72	24/05/1976	12,16
024	JUSSINEIA MAGALHÃES DE ALMEIDA	551.772.981-91	21/12/1971	12,10
025	ARLINDA DA SILVA	923.927.841-91	03/02/1974	12,10
026	VALDENIZE BARROS DA SILVA MORAES	616.274.961-49	22/11/1975	12,10
027	ALENICE JULIANA DE FREITAS	021.784.501-05	21/08/1989	12,10
028	FÁTIMA ANTÔNIA DOS SANTOS COSTA	550.765.471-00	30/12/1965	12,06
029	LEDUÍNA MARIA JOSÉ IDELFONSO	571.316.271.00	29/07/1972	12,05
030	ELIS ANGELA CRISTINA PINELI LIMA	545.029.001-25	07/05/1973	12,02
031	ANDRÉIA VIANA LEMES	004.200.491-85	16/05/1975	12,00
032	Rosimeire de Almeida Arruda Costa	993.275.701-20	28/05/1981	11,70
033	IVONE FERREIRA LIMA	362.922.651-53	03/09/1956	11,60
034	Natasha Danielle Ferreira Martins	026.503.521-08	04/10/1995	11,60
035	CHRISTIE ALINE HILLESHEIN CARDOSO	003.894.351.47	07/09/1984	11,20
036	JOBIANA CAOELHO DA SILVA	486.695.201-68	26/09/1969	11,10
037	DÉBORA MOTA VIEIRA	003.983.751.35	27/05/1976	11,10
038	JUCIMARA LOURENÇO DE FRANÇA LEMES	912.434.401.04	10/08/1978	11,10
039	SABRINA DE SOUZA PORTUGAL	060.003.841.65	07/05/1997	11,10
040	ANTONIA GILCICLEIDE ALVES DA SILVA	792.951.851-53	18/05/1976	11,00
041	LEIDINEIA CORREA DOS SANTOS LIMA	023.075.631-05	19/09/1988	11,00
042	naiara oliveira fragoso	018.252.011-02	24/11/1991	11,00
043	CIRLENE DE CASTRO DOLENCE	388.976.449-53	08/12/1959	09,95
044	Gonçalina L. de Almeida e Silva	346.133.311-53	30/03/1962	09,00
045	ROSANA APARECIDA DE BARROS	002.936.311-07	12/10/1982	09,00
046	DENISE VIDIGAL BEZERRA DA SILVA	630.704.211-72	10/09/1976	08,60
047	NILCE DIAS DA SILVA	432.507.341-87	05/08/1970	08,30
048	JANETE PIMENTA DE ARAUJO	621.622.411-53	20/101975	08,00
049	Janete Zanchi Zangari	626.203.821-08	18/07/1958	08,00
050	MARGARETH DAROLD MARTINS DE ARAUJO	513.411.829-91	24/05/1960	08,00
051	CONCEIÇÃO DAS DORES DE SOUZA	745.922.451-72	26/07/1965	08,00
052	BENEDITA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	378.586.531-49	15/11/1966	08,00
053	TEREZINHA A. DE ALMEIDA OLIVEIRA	766.587.241-72	27/12/1969	08,00
054	DILMA DA SILVA	415.277.551-34	26/01/1970	08,00
055	NELCI TEODORO PEREIRA	760.395.281-88	27/01/1975	08,00
056	ROSILENE DA SILVA GONÇALVES SANTOS	992.558.201-68	12/11/1976	08,00
057	IDILENE RODRIGUES DA SILVA	925.703.561-15	08/10/1977	08,00
058	IASANA AUXILIADORA DELGADO	830.119.191-00	16/11/1977	08,00
059	IVANETE BARBOSA DA SILVA	893.039.971-15	26/05/1978	08,00
060	MARCIA MARIA DE ALMEIDA	004.551.061-00	01/05/1979	08,00
061	Ana Carolina Medeiros Moreira	855.150.861-04	26/11/1980	08,00
062	WILIANA VANIA TENUTES GOMES	921.838.671-91	18/05/1981	08,00
063	VALDILENE ANTÔNIA BOTELHO SANTOS	708.847.221-04	18/05/1983	08,00
064	FABIANE APARECIDA DA SILVA	012.406.271-73	26/12/1983	08,00
065	JEANNE DURVAL DOS SANTOS	008.066.211-09	26/12/1983	08,00
066	MORGANA DE SOUZA AMORIM RONDON	006.227.661-12	25/05/1985	08,00
067	BENICE FELIPA DA SILVA	037.906.501-02	23/08/1990	08,00
068	JÉSSICA EVA DA COSTA SILVA SOUZA	018.487.411-46	25/03/1994	08,00
069	DANIELE DOS SANTOS SILVA	000.568.431-51	10/10/1984	07,25
070	ODILZA MARIA PEREIRA	362.333.661-00	22/07/1962	07,00
071	TATIANA ALMEIDA DA ROSA	880.194.701.15	21/05/1980	07,00
072	ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA SOUZA	015.478.471-07	10/08/1981	07,00

073	FABIANE CATARINA DE CAMPOS	011.245.781-96	09/06/1984	07,00
074	KEYLA LEDOINA DE QUEIROZ	026.038.661-84	21/03/1989	07,00
075	EDVANIA QUEILA DO CAMPOS GOUVEIA	006.237.232-71	30/08/1993	07,00
076	MANUELA TEREZA PEREIRA DA SILVA	005.880.461-75	27/10/1985	06,60
077	Erizete Moreira Viana da Silva	581.298.021-04	17.05.1977	06,50
078	PRISCILA DE CAMPOS LIMA	016.734.511-79	07/02/1987	06,50
079	Rosalia Ferreira Santos Godinho	513.036.391-49	02/07/1967	06,30
080	MARIA MORAIS DE ARRUDA	377.960.621-68	08/11/1964	06,00
081	ILDA AP. MIRANDA SANTOS CAMPOS	415.625.931-53	18/03/1968	06,00
082	MARIA C. DA COSTA VENTURA	621.030.321-87	13/05/1972	06,00
083	OLGA CURVO DE ARRUDA VIEIRA	502.609.441-49	31/10/1972	06,00
084	REGINA ZEFERINA DA ROSA	616.227.881-68	02/03/1973	06,00
085	Olda Maria da Silva	581.420.961-53	02/07/1974	06,00
086	LUCIMAR DA SILVA VARANDA GIMENES	801.297.301-49	07/12/1974	06,00
087	Arlete da Silva Barbosa	645.100.771-49	26.09.1975	06,00
088	EULANGE CONCEIÇÃO DA SILVA	797.688.901-00	25/12/1976	06,00
089	ROSELI DE SOUZA LIMA	904.975.111-34	22/05/1979	06,00
090	REGINA MENDES DA SILVA	946.141.561-34	07/07/1979	06,00
091	Cleonice de Souza	690.894.851-04	13/09/1979	06,00
092	Elani Vieira Souza Marques	944.968.701-34	17.10.1979	06,00
093	DULLY CARDOSO DE LIMA PORFÍRIO	003.644.721-89	17/03/1982	06,00
094	TATIANE LEITE DE MAGALHÃES SILVA	017.307.691-29	28/04/1984	06,00
095	Cristiane Assis de Almeida	009.765.481-78	03/12/1984	06,00
096	ALESSANDRO PEREIRA DA SILVA	725.772.741-49	27/03/1985	06,00
097	VANESSA RIBEIRO DE ABREU SILVA	014.436.791-27	08/07/1985	06,00
098	EDMARA REGINA DOS SANTOS	018.683.741-06	08/02/1988	06,00
099	LUZIA FRANCISCA DE MELO	026.755.711-64	13/12/1990	06,00
100	JAQUELINE ÉRIKA DA COSTA ALMEIDA	039.177.161-27	23/10/1991	06,00
101	MARIELY APARECIDA VIEIRA	047.019.201-61	28/01/1993	06,00
102	TATIELI DA SILVA SANTOS MENSCH	049.716.181-80	27/06/1994	06,00
103	SUELEN MARIA DA SILVA SALES CAMPOS	056.651.681-06	13/11/1995	06,00
104	JANDELYNE R. PEREIRA PANGNUSSATT	047.801.621-22	05/02/92	05,87
105	SANDRA LÚCIA DOS SANTOS	621.272.841-00	20/11/1975	05,63
106	SHEILAINY CRISTINA DA COSTA ARRUDA	036.551.161-79	12/06/1992	05,32
107	Adriana Pereira Magalhães	667.529.571-34	08/04/1976	05,00
108	JULIANA FIGUIREDO BRUGNHAGO	013.260.601-12	25/06/1998	05,00
109	FRANCIELE NEVES DA SILVA	044.678.691-82	22/09/1990	04,90
110	MARIA LÚCIA ALVES DE MATOS	342.134.061-72	17/03/1961	04,80
111	ALLENANDA DE ARRUDA E SILVA	048.250.111-10	09/03/1996	04,80
112	JOANIL UMBERTINA DE MORAIS	616.095.601-91	19/09/1969	04,60
113	FATIMA FRANCISCA DA SILVA	763.410.201-63	20/02/1973	04,40
114	MARLEY JULICE SILVA TORRES	460.812.241-04	31/05/1969	04,30
115	JOYCE CRISTINA MARQUES DA SILVA	027.635.531-84	21/03/1992	04,30
116	KELI ROSIANE DAS CHAGAS	855.400.561.91	20/08/1980	04,20
117	MARCELINA MARIA DE OLIVEIRA	896.027.651-00	05/03/1982	04,20
118	KARLA ROCHA DE PASSOS	049.118.511-72	18/07/1995	04,20
119	KELLY MARIA DE SOUZA NEVES	027.764.291-42	04/11/1987	04,10
120	SONIA DE SOUZA	940.044.551-20	02/02/1981	04,01
121	LUCIENE DA SILVA NASCIMENTO	017.899.581-99	26;08;1986	04,00
122	SONIA REGINA VILELA DE LIMA	415.426.061-87	26/05/1955	04,00
123	ELIESE DE CAMPOS CURADO	503.406.621-15	03/12/1960	04,00
124	EUVALDIR JOSÉ GUIDA	265.905.301-49	29/08/1961	04,00
125	Neuza Maria Soares Pinto	496.797.321-34	28/10/1961	04,00
126	SONIA RODRIGUES REIS	051.118.798-03	08/10/1962	04,00
127	DEUNILDE DA SILVA NEVES	545.906.011-87	02/09/1963	04,00
128	Benedita Ivanil da Silva	274.824.271-15	11/07/1964	04,00
129	NEIVA ANTONIA DE MORAIS MARQUES	496.188.141-49	30/07/1964	04,00
130	ELIZABETH MARIA DE ALMEIDA E SILVA	378.229.851-91	28/11/1964	04,00
131	AGUINA APARECIDA RODRIGUES TELES	594.683.781-87	27/06/1965	04,00
132	ANA MARQUES DE SOUZA CURVO	594.877.801-06	03/09/1965	04,00
133	SANDRA CRISTINA FERREIRA DIOGO	487.721.011-49	07/03/1966	04,00
134	Rosalina Cavalcante da Silva Pinheiro	283.743.472-87	05/10/1966	04,00
135	MARIA VALDERES ALVES DA SILVA	509.514.834-04	12/11/1966	04,00
136	MARIA NEVES RODRIGUES DA SILVA GRZYBOWSKI	225.393.442-91	05/08/1967	04,00
137	MARIA ROSA DE LIMA	531.284.781-04	15/11/1967	04,00
138	MARILENE RONDON DO VALE SILVA	474.328.881-91	02/03/1968	04,00
139	LUCIA MESSIAS DE CAMPOS	460.249.671-15	26/02/1969	04,00
140	SEBASTIANA AUREA DE FIGUEIREDO	411.788.401-82	21/08/1969	04,00
141	Dagmar Margarida Silva	616.892.891-04	24.09.1969	04,00
142	GISELE DA SILVA ALBUQUERQUE	616.264.061-20	14/10/1969	04,00
143	MARIUZA DE AMORIM SALGADO	631.413.701-25	12/04/1970	04,00
144	MIRTES ROSA DA SILVA	787.096.011-04	14/04/1970	04,00
145	REGINA PADILHA DE LARA LIMA	532.111.381-53	23/06/1970	04,00
146	ROZINETE G. DA SILVA RAMOS	514.460.221-53	03/08/1970	04,00

147	MARIA ROSA MORAIS	581.384.981-53	21/09/1970	04,00
148	MarileyGeaniScheid	001.666.191-59	02/10/1970	04,00
149	AILTON DE SOUZA FORTE	531.797.141-15	05/10/1970	04,00
150	MARIA DIAS DE AMORIM CIMADOM	654.481.111-49	21/01/1972	04,00
151	Mariluce de A. Oliveira	812.728.121-20	11/02/1972	04,00
152	BELIONICE ROSA DA SILVA SOUZA	121.547.538-17	26/02/1972	04,00
153	MIRIAM DE OLIVEIRA SILVA	459.107.231-20	23/10/1972	04,00
154	Rosemeire Soares de Campos	568.001.691-53	19/11/1972	04,00
155	Ana Paula Ferreira da Silva	570.918.701-15	05.05.1973	04,00
156	Crestiane Lemes de Souza	788.988.621-72	18/09/1973	04,00
157	NEIDE PLÁCIDO DE AMORIM	537.677.991-20	27/02/1974	04,00
158	MARITANIA MORAES SILVA	631.880.661-04	29/03/1974	04,00
159	Silvane da Silva Maia	617.059.771-20	06.04.1974	04,00
160	JUCIMARA MARIA DA SILVA	009.190.621-06	19/04/1974	04,00
161	LUCIA DOS SANTOS SILVA MELO	594.625.231-34	20/04/1974	04,00
162	ANA CATARINA PAES	874.987.661-91	26/06/1974	04,00
163	Vanildes Conceição Ferreira	093.291.461-58	24/07/1974	04,00
164	DENISE MAGALHAES DE ALMEIDA CARNEIRO	570.068.731-34	06/01/1975	04,00
165	EVA ALVES DE ARRUDA CONCEIÇÃO	981.538.111-34	09/05/1975	04,00
166	SOLANGE BATISTA CAMARGO	594.752.771-53	14/10/1975	04,00
167	SUZETI AUXILIADORA SANTANA	022.052.171-94	20/11/1975	04,00
168	VANE SILVA BRITO	956.021.741-87	20/11/1975	04,00
169	ANDRÉIA TORQUATO DOS SANTOS	000.134.761-65	20/02/1976	04,00
170	LAURA CRISTINA MAGALHAES BARROS	856.593.121-87	12/03/1976	04,00
171	Rosemeire Ferreira da Silva de Paula	918.782.411-68	20/06/1976	04,00
172	ALCILENE ROSA MARQUES VIEIRA	901.837.621-34	28/08/1976	04,00
173	MARILENE DA COSTA WOLKER	628.128.151-91	15/12/1976	04,00
174	ODILEUZA EUGENIA DE SOUZA FERREIRA	935.957.941-68	07/01/1977	04,00
175	CRISTIANE MÁRCIA DA SILVA	808.598.791-00	05/02/1977	04,00
176	ANDREIA APARECIDA DE CAMPOS	818.952.401-15	07/04/1977	04,00
177	ALEXSANDRA SOUZA FERNANDES DE ALMEIDA	033.891.361-58	16/05/1977	04,00
178	REJANE ANTONIA PINTO	857.898.011.53	06/06/1977	04,00
179	KATIANNY APARECIDA ALVES	986.490.191-53	13/06/1977	04,00
180	HELENA CRISTINA JACINTO	865.209.541.87	23/06/1977	04,00
181	ELIDE APARECIDA HERRERA POMPILHO	846.061.771-87	16/08/1977	04,00
182	JUCIARA DOS REIS PEREIRA	861.586.271-00	14/10/1977	04,00
183	CARLA BIANCA DE CASTRO	850.073.151-68	24/10/1977	04,00
184	EVA VILMA DE ALMEIDA ARRUDA	978.163.371-91	27/10/1977	04,00
185	JOELI GONÇALVES DE BARROS	692.017.301-87	01/11/1977	04,00
186	ANAILCE RODRIGUES BENEVIDES	892.722.501-53	06/03/1978	04,00
187	Ana Lucia Nascimento Silva	286.690.288-24	01/04/1978	04,00
188	MARIA APARECIDA DE SOUZA	942.585.031-34	22/04/1978	04,00
189	LAURA VICUNA DA SILVA RODRIGUES	944.631.741-04	12/06/1978	04,00
190	EVA DE AMORIM XAVIER	897.372.021-04	18/06/1978	04,00
191	MARILENE DA CRUZ SANT'ANA	992.886.641-49	09/07/1978	04,00
192	MARIA EVANIL DE ALMEIDA METELO	964.705.931-00	24/07/1978	04,00
193	LAURA CRISTINA DE CASTILHO G. PAULA	900.914.261-20	23/09/1978	04,00
194	ALAIDE MARIA DE ARRUDA	895.037.831-00	22/10/1978	04,00
195	CRISTIANE SANTOS CHAVES	901.023.801-62	02/11/1978	04,00
196	JOSIANE MARTINS SILVA	804.795.392-91	28/04/1979	04,00
197	KATIA GERLANE DE JESUS	038.280.511-97	15/05/1979	04,00
198	Ornélia Cristina Franco Pegnoratto	915.909.301-34	21.05.1979	04,00
199	CARINA MARIA DA SILVA	747.279.151-20	26/06/1979	04,00
200	LUCIANA ISOTTON	902.176.241-20	05/07/1979	04,00
201	ROSENILDA TENORIO DO NASCIMENTO	939.637.771-68	12/07/1979	04,00
202	ELIZETE ANTÔNIO DE SALES MARTINS	901.065.711.68	21/07/1979	04,00
203	ROSIANE MARIA RAMOS	896.435.261-00	08/08/1979	04,00
204	Vanuza Ramos de Lima	855.628.231-87	26/10/1979	04,00
205	FLAVIA MARIA QUINTEIRO MORAES	876.583.301-59	13/12/1979	04,00
206	ELIZABETH DE ARRUDA E SILVA	587.308.811-20	13/02/1980	04,00
207	GLEICY COSTA MARQUES	014.845.351-11	21/02/1980	04,00
208	MARIA LEONETE DA SILVA	934.126.651-34	28/02/1980	04,00
209	GISELE DE ARRUDA	839.860.901-00	21/03/1980	04,00
210	LUCIMAR PEREIRA GOMES BIAZON	850.243.251-68	15/05/1980	04,00
211	MERIELLE RODRIGUES DE MELO	690.974.291-53	05/06/1980	04,00
212	Gicely Maria Campos Barros	939.936.761-49	22/10/1980	04,00
213	ELIANETE FERREIRA DE SOUZA	978.303.721-87	25/12/1980	04,00
214	REGINA CAVALCANTE DA CRUZ	005.026.481-80	23;03/1981	04,00
215	Regina Cavalcante da Cruz	501.865.721.68	23/03/1981	04,00
216	APARECIDA CONCEIÇAO DOS SANTOS	941.852.121-00	06/05/1981	04,00
217	Clauzilene Botelho Rodrigues	003.947.231-04	26/05/1981	04,00
218	Giovana Ferreira de Paula Pinto	943.091.241-00	12/06/1981	04,00
219	FERNANDA BARBOSA DA SILVA	703.518.051-68	13/06/1981	04,00
220	FRANCISCA RAMONA CORREA	000.552.561-63	11/07/1981	04,00

221	CASSIA BIELESQUE	010.477.411-80	20/07/1981	04,00
222	ANA CAROLINA BENEVIDES BORGES	902.457.921-04	21/09/1981	04,00
223	SUELI DOS SANTO LEITE MONTEIRO DA SILVA	017.267.171-00	24/09/1981	04,00
224	Edna Pereira da Silva	002.915.061-27	06/11/1981	04,00
225	LEIDE DE CAMPOS FERREIRA BEZERRA	948.309.351-68	08/02/1982	04,00
226	CLEIDE APARECIDA RODRIGUES DA COSTA AMORIM	010.068.771-77	09/02/1982	04,00
227	JOELMA NUNES DE SOUZA	014.022.711-31	29/03/1982	04,00
228	PATRICIA DUARTE	980.082.181-34	30/04/1982	04,00
229	FERNANDA AP. ALCANTRA DE FREITAS	974.630.601-44	16/05/1982	04,00
230	CRISTIANE LUIZA DE ASSIS	998.866.851-15	02/06/1982	04,00
231	JANAÍNA GOMES DIAS SCHLOSSER	928.528.401-97	15/10/1982	04,00
232	ANA PAULA VIEIRA LEMOS	722.155.181-20	19/03/1983	04,00
233	JOSILLENE NUNES DE ALMEIDA OLIVEIRA	010.423.331-14	19/03/1983	04,00
234	ROSA MARIA DA SILVA SANTANA	004.997.161-16	06/04/1983	04,00
235	JOYCE FRANCISCA DA SILVA	965.072.841-49	10/04/1983	04,00
236	VERONICE MARIA DOS SANTOS	014.469.961-31	15/05/1983	04,00
237	SANDRA LUIZA DE JESUS	020.007.711-22	07/09/1983	04,00
238	NÚBIA MARA DA SILVA NOGUEIRA	946.134.941-68	14/11/1983	04,00
239	MÔNICA CRISTINA LEME DE FONSECA	007.631.131-72	05/03/1984	04,00
240	Nívia Bispo de Souza	016.796.631-60	10/07/1984	04,00
241	ROSEMARY DA SILVA BARROS	013.429.001-11	01/08/1984	04,00
242	MARCELA DE SOUZA CARDOSO	011.430.801-22	29/10/1984	04,00
243	LUIZA PAIMIRA DE MORAES	008.066.051-70	01/11/1984	04,00
244	Ana Fabricia Gomes	001.888.111-41	06/11/1984	04,00
245	CELINA BENEDITA DE FREITAS	014.811.911-52	22/11/1984	04,00
246	LUCIMAR DE LYRA LIMA	006.649.111-88	25/11/1984	04,00
247	ROSANA LEITE FERREIRA SANTANA	026.010.801-40	08/02/1985	04,00
248	KELLY OLIVEIRA DIAS DOS SANTOS	021.510.351-31	10/09/1985	04,00
249	Ivaney Lemes de Souza	005.767.891-00	05/10/1985	04,00
250	SUELEN RAFAELA SILVA	014.642.361-51	12/12/1985	04,00
251	WALDIRENE DE OLIVEIRA DA SILVA	024.887.391-11	13/01/1986	04,00
252	CRISLAINE DE ARRUDA CAMPOS	019.247.401-41	02/02/1986	04,00
253	GISELIA LEONEL DE LUNA	031.410.351-13	12/02/1986	04,00
254	LUCIANA DIAS SOUZA	010.404.391-10	18/04/1986	04,00
255	GICILAINE RODRIGUES DOS SANTOS SILVA	014.676.051-40	25/04/1986	04,00
256	ROSANIA DOS SANTOS	022.583.851-64	12/10/1986	04,00
257	MARINETE DA SILVA BARROS	017.736.081-00	13/10/1986	04,00
258	GRACIELLY CURADO DE ARRUDA	018.662.681-98	03/01/1987	04,00
259	ROSIANY GONÇALINA DA SILVA	019.797.801-02	05/01/1987	04,00
260	TAYANA RENATA DE ALMEIDA	018.604.571-93	22/02/1987	04,00
261	ANA CLAUDIA DA SILVA	024.316.801-26	17/03/1987	04,00
262	EVANGELIS DA CONCEIÇÃO CARDOSO	019.256.771-02	12/07/1987	04,00
263	GEIZA MARIA DIAS ROMERO	017.037.851-98	30/07/1987	04,00
264	GIRLAINE LEONEL DE LUNA	031.410.361-95	06/09/1987	04,00
265	EMANOELLE DOMINGOS DE OLIVEIRA	027.918.101-96	21/09/1987	04,00
266	MAYRA MARCONCINI DE MIRANDA	030.569.841-90	16/10/1987	04,00
267	KATYUCIA LINO DE SOUZA OLIVEIRA	021.359.031-08	02/11/1987	04,00
268	GONÇALINA SANTANA DE AMORIM	015.199.001-80	05/11/1987	04,00
269	SUELLEN APARECIDA DOS SANTOS	020.750.371.08	29/12/1987	04,00
270	ADRIELE FERREIRA CABRAL	022.869.871-57	25/01/1988	04,00
271	JOELMA PEREIRA DA SILVA FREITAS	031.180.521-39	27/01/1988	04,00
272	SIRLENE CAMARGO DE CAMPOS	018.940.001-37	02/02/1988	04,00
273	THAYZA CONCEIÇÃO QUEVEDO SANTOS	016.151.271-27	26/02/1988	04,00
274	Meiriane Figueiredo de Souza	026.171.641-79	06/03/1988	04,00
275	ZENIA MARIA MATHEUS	030.100.981-38	11/05/1988	04,00
276	EDILAINE EMILIA DO PRADO ALVES	029.789.001-10	30/06/1988	04,00
277	KLAUDJAY PATRICK SIQUEIRA	021.432.151-77	30/07/1988	04,00
278	ELDA LEMOS DA SILVA	922.937.431-87	13/09/1988	04,00
279	ADINEIRE SILVA SANTOS	030.218.551-80	13/01/1989	04,00
280	KEDINA RENATA BATISTA ASUNÇÃO	026.749.261-80	27/01/1989	04,00
281	Edinalva Farncisca da Silva	020.269.851-38	22/04/1989	04,00
282	MAELI JOSE BISPO	032.287.821-74	07/06/1989	04,00
283	SILVIA CRISTINA MARTINS	019.221.521-37	21/07/1989	04,00
284	HELLEN REGINA SILVA FURTADO	018.215.131-00	23/10/1989	04,00
285	ADYLAINE EMANOELLE CAMPOS	018.551.911-30	20/03/1990	04,00
286	FERNANDA PEREIRA DA COSTA	018.606.381-47	09/05/1990	04,00
287	GEIZA CARDOZO GUEDES	017.921.011-47	16/07/1990	04,00
288	Nelise Martins da Silva Soares	027.810.131-37	15/08/1990	04,00
289	Franciele dos Santos Nunes	029.827.631-33	08/11/1990	04,00
290	Nayra Dayane Viana Pouzo	034.258.881-88	21.11.1990	04,00
291	MARIANO CARDOSO	025.502.361-81	03/07/1991	04,00
292	DAINE GONÇALINA DE ARRUDA	044.561.671-73	25/09/1991	04,00
293	JANIERY BARBOSA	033.214.711-83	06/02/1992	04,00
294	NAIARA CAROLINE DE CAMPOS	039.896.611-75	24/03/1992	04,00

295	ELAINE APARECIDA DE CAMPOS	047.168.591-77	18/04/1992	04,00
296	Kennefer Leite Silva	036.419.581-99	09/06/1992	04,00
297	LIZANDRA RODRIGUES MARTINS	051.014.181-10	26/11/1992	04,00
298	Graciely Magalhães Leitman	041.875.221-40	04/02/1993	04,00
299	LUIZ FELIPE DA CUNHA CRUZ	039.900.961-25	19/08/1993	04,00
300	REGIANE SOARES DE ARAUJO	058.164.011-06	28/09/1993	04,00
301	ALINI BEATRIZ BREUNING	032.158.791-07	29/11/1993	04,00
302	CRISTIANE DE CAMPOS PERNE	045.642.101-73	21/03/1994	04,00
303	KAROLAINE CRISTINA CURADO	041.633.291-96	24/04/1994	04,00
304	CARLA CAROLINA DO ESPIRITO SANTO	052.296.081-29	05/07/1994	04,00
305	GLEICY TELLIS DE OLIVEIRA	049.542.811-64	20/07/1994	04,00
306	ANDREZA C. DE ARAUJO TEIXEIRA	051.015.391-71	25/10/1994	04,00
307	LUIZ MATHEUS AKERLEY DA COSTA SILVA	034.047.071.25	11/12/1994	04,00
308	Camila B. de Assunção Almeida	049.764.821-03	27/01/1995	04,00
309	VALDICEIA REGINA DE OLIVEIRA	751.272.101-34	17/06/1995	04,00
310	LUCINEIDE DA SILVA NASCIMENTO	060.590.971-70	07/09/1995	04,00
311	KEILA CRISTINI RODRIGUES DA SILVA	054.029.791-70	26/10/1995	04,00
312	Jeniffer Souza Oliveira	050.636.561-10	02.11.1995	04,00
313	ELIETE FERREIRA DOS SANTOS	053.838.091-80	08/11/1995	04,00
314	Leila Maria da Silva	415.272.401-34	06/03/1996	04,00
315	ALINE MORAES GOMES DA SILVA	049.841.571-60	25/03/1996	04,00
316	JOYCE CAROLINE MORAIS MIRANDA	053.769.601-61	09/05/1996	04,00
317	KAMILA SANTOS DE CASTRO	056.367.431-81	19/07/1996	04,00
318	ETAÍZA FÁTIMA DE CAMPOS	057.883.371.94	13/08/1996	04,00
319	GISLAINE ARRUDA SILVA	061.072.711-71	24/08/1996	04,00
320	ROZIMEIRE DA SILVA PEREIRA	052.948.961-92	31/08/1996	04,00
321	DAIANE GOMES DA SILVA	042.783.731-63	23/09/1996	04,00
322	RODOLFO MENEGAZZO BROGGI JUNIOR	059.088.371-21	28/01/1997	04,00
323	HAREN SILVA PEDRO DA CRUZ	000.787.311-51	06/03/1997	04,00
324	YNGRID VICTÓRIA CAMPOS SANTOS SOUZA	060.925.481-27	07/05/1997	04,00
325	LORENNA MAYRA CORREA NUNES	024.590.701-79	10/05/1997	04,00
326	ESTHER BARBOSA FEGUEIREDO	028.564.051-85	14/08/1997	04,00
327	LAURA MARIANE CELESTINO REINHR SOUZA	064.946.081-24	10/10/1997	04,00
328	ELLEN XAVIER PENA DA SILVA	063.504.231-27	16/12/1997	04,00
329	KARINE NAIR FERREIRA OLIVEIRA	062.452.941-00	06/01/1998	04,00
330	CHRISTIELLY D.C.ROSA	031.950.501-45	10/02/1998	04,00
331	BRENDHA LORRAYNE ASSIS CORTES	024.979.851-46	17/03/1998	04,00
332	MILLENA CRUZ NASCIMENTO	062.087.591-70	28/03/1998	04,00
333	JAQUELINE MORAES LANDIM	058.868.111-33	29/04/1998	04,00
334	KARLA ARRUDA DA SILVA	062.612.821-88	12/06/1998	04,00
335	Brunna Evelin de Campos Souza	061.410.601-02	17.06.1998	04,00
336	SANDY CARNEIRO DE OLIVEIRA	065.356.781-21	24/06/1998	04,00
337	JESSICA JISELLE LOPES	061.502.721-09	05/09/1998	04,00
338	JUCILENE MARIA DA CRUZ	831.431.811-68	06/12/1998	04,00
339	MARIANIS DE SIQUEIRA SANTOS SILVA	066.912.451-64	19/12/1998	04,00
340	ANA CAROLINA ALMEIDA MEZA	061.847.411-01	02/01/1999	04,00
341	VITÓRIA KASSIA DA COSTA	061.742.091-21	29/01/1999	04,00
342	KAROLAYNNE APARECIDA DE CAMPOS	067.676.181-01	28/03/1999	04,00
343	Jannayra Vieira Marques	062.002.191-84	12/07/1999	04,00
344	LAURA MILENA MOREIRA MOURA	061.441.631-07	28/07/1999	04,00
345	ALINE MARIA DE ANUNCIAÇÃO CAMPOS	049.272.131-96	04/11/1999	04,00
346	Vera Lúcia F. da Silva Lermen	460.659.201-00	10/08/1969	03,80
347	LETICIA CHAVES DOS SANTOS FERREIRA	055.247.101-17	22/01/1996	03,75
348	ADRIANE MACHADO SOARES	621.029.071-04	06/02/1970	03,62
349	ANA MARIA DIVINO	180.906.638-77	25/12/1970	03,50
350	ANA CELIA PEREIRA DA SILVA	452.537.221-49	09/11/1971	03,50
351	GIOVANA FERREIRA DE PAULA PINTO	943.091.241-00	12/06/1981	03,50
352	LUCYCLEIDE DA SILVA HERRERA	429.420.121-53	23/08/1970	03,25
353	FERNANDA SILVA DE ALMEIDA MARTINS	033.111.081-40	09/10/1990	03,25
354	Marilza Regina da Silva Moreira	957.169.041-49	09/07/1977	03,23
355	Ivanuza Jesus Oliveira	986.859.561-91	17/03/1983	03,20
356	Ana Cristina dos Reis	863.404.281-27	08/12/1972	03,00
357	MARIA GONÇALINA DE OLIVEIRA	932.070.341-87	27/03/1978	03,00
358	ELIZANGELA PAULA DA SILVA	873.591.621-46	13/02/1981	03,00
359	IARA MARTINS DE OLIVEIRA	020.275.981-46	22/04/1990	03,00
360	RAQUEL DOS REIS JESUS	044.221.481-25	11/03/1993	03,00
361	Bruna Lígia Araújo Moreira	027.900.071-52	06/05/1994	03,00
362	marieni franciellu santos de amorim	024.301.281-01	06/01/1989	02,97
363	ANA SILVA NUNES DE ALMEIDA	917.130.051-15	21/12/1982	02,81
364	TATIANE MARTINS DA COSTA	048.128.901-10	22/12/1994	02,80
365	LUIZA NUNES DE OLIVEIRA	292.800.521-87	25/08/1963	02,70
366	CREUZA PEREIRA DA SILVA	325.749.831-49	01/10/1965	02,50
367	LUCIANA CAETANO TOMASINE	474.861.551-68	09/06/1971	02,50
368	JAQUELINE FÉLIX DE SOUZA	051.403.781.40	27/11/1994	02,50

369	GONÇALINA JOANICE DO NASCIMENTO	267.490.841-68	23/06/1961	02,47
370	ANA CAROLINE BENEVIDES BORGES	902.457.921-04	21/09/1981	02,25
371	JEIELLY THAIS DE SOUZA AMARAL DOS SANTOS	973.077.001-82	07/12/1982	02,20
372	RAQUEL BISPO DE SOUSA	459.450.631-34	07/04/1968	02,00
373	SANDRA MENEGASSI SANTANA	014.578.449-58	19/06/1970	02,00
374	SIDNEIA PINTO DA COSTA	616.971.761-00	27/05/1971	02,00
375	LELINEI FERREIRA GOMES	545.599.521-91	19/02/1974	02,00
376	LUCIA DOS SANTOS	594.625.231-34	20/04/1974	02,00
377	BENEDITA DIAS PAES	570.462.121-04	09/10/1975	02,00
378	LEONARDA ROSA DE MORAES	000.130.971-48	06/11/1975	02,00
379	ISABEL ELISANGELA OLIVEIRA DE JESUS	895.701.541-87	19/11/1976	02,00
380	Clarenice Ferreira dos Santos	003.250.191-93	07/12/1977	02,00
381	Janaina Hellwich	032.266.511-61	02/02/1978	02,00
382	JOCILENE SANTANA DE ALMEIDA	689.295.101-59	12/02/1979	02,00
383	LUCIENE B. DOS PRAZERES AMORIM	015.228.701-99	17/11/1980	02,00
384	Rosenil Domingos Delmão de Magalhaes	997.658.451-20	04/01/1981	02,00
385	Nubia Lafaiete de Souza Silva	703.359.581-68	31/10/1981	02,00
386	MARINALVA DE OLIVEIRA SILVA	816.397.911-91	26/11/1981	02,00
387	NATALIA AMELIA DE CAMPOS HORTOLANE	965.824.561-72	24/02/1982	02,00
388	ELIZE MARIA DE CAMPOS	965.407.291.20	04/11/1982	02,00
389	ODILMA MARIA DA SILVA	987.877.301-97	23/05/1983	02,00
390	DANIELLA PAULA MARQUES	009.285.601-20	16**/09/1983**	02,00
391	CLAUDIA EUGENIA BRAZ DE MORAES	012.843.771-56	17/04/1985	02,00
392	ROSELENE LUIZA DE FIGUEIREDO	012.716.561-40	06/01/1987	02,00
393	LAUREANE MARIA DA SILVA	018.153.521-16	13/02/1988	02,00
394	MONIQUE ESTEFANIA MONEZI	024.844.701-77	24/03/1988	02,00
395	PATIANE DE LIMA ARRUDA	031.964.771-42	22/07/1988	02,00
396	THAÍS NATALIA DA SILVA	035.940.381-65	28/05/1992	02,00
397	PAMELLA CAMARGO DA SILVA	040.541.711-09	03**/03/1993**	02,00
398	PAULA GABRIELA DE OLIVEIRA	054.363.831-65	22/03/1993	02,00
399	ANGELICA RODRIGUES DO NASCIMENTO ARRUDA	053.848.791-73	30/11/1993	02,00
400	ALANNA SILVA NEVES	052.202.781-42	13/02/1994	02,00
401	LAURA VANESSA DE MORAES OLIVEIRA	044.343.321-63	20/10/1994	02,00
402	EDIANE MARIA DA SILVA	048.829.441-03	02**/04/1996**	02,00
403	luana sene de moraes	058.213.581-83	07/05/1996	02,00
404	JESSIKA DUARTE DE GUIMARAES	016.279.821-08	14/07/1996	02,00
405	MILENA DA SILVA MORAES	055.907.381-05	22/06/1997	02,00
406	MYLLENA GABRIELLE DA SILVA PORFIRIO	065.815.711-64	31/01/1998	02,00
407	LORICE REGES DE QUEIROZ	054.111.741-63	22/04/1998	02,00
408	Crislaine Arlinda da Silva	061.854.721-55	27/04/1998	02,00

TSAE-NUTRIÇÃO ESCOLAR (MERENDEIRA)				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	SANTA FERREIRA FONCECA	317.940.172-91	24/03/1966	16,20
002	RARIANA AUXILIADORA DE BARROS COSTA	040.128.421-29	11/12/1991	14,30
003	Edoraide Borges	791.927.001-44	09.01.1975	14,10
004	MARTA ALVES DE OLIVEIRA	659.923.899-53	08/08/1969	14,00
005	LUCINEIA MARIA DE SOUZA SILVA	853.513.931-15	01/07/1979	14,00
006	elaine silva de oliveira	019.340.211-48	09/05/1989	14,00
007	JOEDIL RODRIGUES DA COSTA LIMA	328.708.501-82	31/05/1962	13,69
008	ELISANGELA FERREIRA DUTRA	690.185.371-87	10/08/1977	13,50
009	DIRCE MARIA DE MORAES	482.649.031-34	14/01/1970	12,20
010	BERENICE AUXILIADORA CAMARGO RIBEIRO	433.044.271-04	04/07/1965	12,10
011	joelma soares da costa	812.690.051-20	25/03/1973	12,00
012	MAURINETE AUXILIADORA DE LIMA	024.887.051-36	23/12/1987	11,40
013	Erineia Maria Mendes de Abreu	002.254.131-40	21/11/1976	11,20
014	Caroline Pereira Campos	059.107.101-09	12.12.1994	11,10
015	MARILENE DA SILVA LADISLAU	503.474.031-15	31/10/1969	09,30
016	MARILENE DA SILVA LADISLAU	503.474.031-15	**31/10/1969**	09,30
017	ELIZETE MARIA DE ASSUNÇÃO	047.752.111-88	27/06/1973	09,20
018	KEILIANE GOMES OLIVEIRA	979.045.201-25	03/10/1981	09,20
019	TAYNARA OLIVEIRA ALVES	040.043.181-57	06/02/1992	09,00
020	DINAH MARIA DE CARVALHO	327.889.081-72	22/01/1963	07,00
021	ROSIMEIRE FORTES DE ALMEIDA	513.246.101-82	04/04/1968	07,00
022	LEONICE FLORENCIO DA COSTA	631.842.571-34	07/08/1972	07,00
023	ISABEL CRISTINA PENHA	030.421.009-95	19/05/1980	07,00
024	BETANIA LIMA DE BARROS	023.962.641-92	08/03/1987	06,50
025	IZABEL VIEIRA DE ARRUDA	314.616.891-04	08/06/1963	06,01
026	LUZIA BERNADETE COUTO	474.152.901-00	13/12/1965	06,00
027	VERA LUCIA DO NASCIMENTO	346.111.691-20	30/03/1966	06,00
028	ALESSANDRA TEIXEIRA MOREIRA DA COSTA	569.675.601-82	09/11/1972	06,00
029	MARIA APARECIDA DA SILVA	531.388.641-04	30/11/1972	06,00
030	LUCIANE GONÇALINA DE ASSIS GUSMÃO	545.185.471-87	15/07/1973	06,00
031	MARISA SANTOS DE JESUS	028.760.225-75	29/09/1981	06,00

032	Viviane dos Anjos de Barros	020.822.881-02	05/01/1987	06,00
033	Alyne Regina Soares Lima	023.071.881-77	16/02/1987	06,00
034	SILVANA MARIA DA SILVA CARVALHO	021.454.781-75	12/06/1983	05,00
035	CAMILA CRISTINA DO ESPIRITO SANTO	019.479.941-74	08/10/1988	04,50
036	ANITA PAES PINTO	594.705.181-87	29/08/1975	04,40
037	EDILAINE FABIAN ESTAFFEN	031.649.401-14	02/10/1990	04,25
038	Maria Catarina Barbosa de Mendonça	627.575.631-49	30/04/1954	04,20
039	MARIA VILACI CARDOSO	350.276.062-49	20/09/1966	04,20
040	LUCILENE DA SILVA AMARAL	955.884.851-49	23/03/1984	04,10
041	NATALINA R.DO NASCIMENTO	487.695.251-53	25/12/1954	04,00
042	CELIA FERREIRA TEIXEIRA	512.277.709-87	07/05/1957	04,00
043	GERALDINA FERREIRA DA SILVA	142.695.541-34	05/11/1957	04,00
044	SEBASTIANA REIS DE SOUZA	824.199.811-20	20/01/1959	04,00
045	marly de araujo mendes	325.997.491-15	25/07/1959	04,00
046	DALVA FERNANDES DA SILVA	329.521.631-20	26/01/1961	04,00
047	ROSA MARIA DA SILVA	667.544.291-00	03/09/1961	04,00
048	Gracinda Maria da Silva Cardoso	250.701.423-72	15/01/1963	04,00
049	MARIA RITA R. DE CAMPOS SILVA	208.474.671-04	24/01/1963	04,00
050	ESTHER PINTO NEVES	340.188.081-00	26/01/1963	04,00
051	Terezinha Sérgio da Silva Macedo	432.710.811-15	20/04/1963	04,00
052	Maria aparecida cassiano de oliveira	002.477.221-62	25/09/1963	04,00
053	DILMA BENEDITA CINTRA MACHADO	340.407.901.97	09/11/1963	04,00
054	ARLETH SOARES DA COSTA	424.646.411-20	13/01/1964	04,00
055	ADENIR SANTANA DE CAMPOS	442.208.631-68	07/01/1965	04,00
056	MAIZE PADILHA DOS SANTOS	019.721.161-50	16/09/1965	04,00
057	MARIA DOS REIS PEREIRA	411.370.271-34	28/11/1965	04,00
058	MARIA LUCIA NASCIMENTO DA COSTA	775.548.171-91	02/12/1965	04,00
059	CLEUSA RODRIGUES DA SILVA	508.750.001-34	21/01/1966	04,00
060	MARIA ELENA DE ASSUNÇÃO	630.980.911-34	05/05/1966	04,00
061	EUNICE RIBEIRO DE QUEIROZ DA SILVA	035.505.539-27	07**/09/1966**	04,00
062	MARCIA REGINA GONÇALVES SILVA DE MORAES	340.024.211-04	21/05/1967	04,00
063	VANDA BENEDITA MAGALHÃES DE FARIAS	460.461.601-97	17/08/1967	04,00
064	LOVENIL IDE DOS SANTOS	615.750.111-15	17/11/1967	04,00
065	ANA PATRICIA BARBOSA DE SOUZA	439.496.114-20	10/02/1968	04,00
066	JOANA DARC PEREIRA DE MORAES	616.326.511-49	20/04/1968	04,00
067	CELINA DE SOUZA CAMPOS	468.438.501-97	16/03/1969	04,00
068	Alenir Pereira Coutinho	847.323.771-49	07/08/1969	04,00
069	MEIRE LUCY FORTES	487.605.361-87	17/08/1969	04,00
070	JOSELINA DA SILVA	820.157.031-72	03/01/1970	04,00
071	NELLY CRISTINA DE CAMPOS SILVA	846.021.311-49	10/02/1970	04,00
072	ROSIMEIRE JOSELY CURADO	531.296.281-34	28/02/1970	04,00
073	CLEIA INES STEIN DE CAMPOS	813.239.991-91	09/06/1970	04,00
074	JOCINEY SILVA JESUS	483.312.441-68	28/06/1970	04,00
075	DARCY APARECIDA DA SILVA NEVES	545.210.171-34	24/10/1970	04,00
076	ADRIANA NUNES DE FIGUEIREDO	495.108.801-20	11/05/1971	04,00
077	CLEONICE FLORENCIO DA COSTA	570.228.601-49	29/05/1971	04,00
078	SONIA ALVES DE LIMA	627.608.311-91	13/06/1971	04,00
079	EDIR MARIA MORAES	376.452.501-00	06/01/1972	04,00
080	Maria Conceição da Costa Ventura	621.030.321-87	13/05/1972	04,00
081	GUIOMAR MARGARETE DE JESUS	888.555.541-15	09/06/1972	04,00
082	Cristiana Maria da Cruz Silva	855.222.361-91	12/06/1972	04,00
083	LUZIA GONÇALINA DA COSTA MOARES	841.348.361-15	18/01/1973	04,00
084	Dilaine Pinto de Jesus	018.291.241-88	19/01/1975	04,00
085	ELIZANÊA ARRUDA DE ALMEIDA	537.468.721-20	04/05/1975	04,00
086	TATIANY CRISTINA DE MORAES	688.638.981-91	30/08/1975	04,00
087	Elisangela de Arruda Pinto	632.422.571-20	02/11/1975	04,00
088	MARILZA RODRIGUES SILVA	699.083.031-04	21/11/1975	04,00
089	Lucimara da Silva Cavalcante	690.724.931-68	01/05/1976	04,00
090	CLEIDE DE ARRUDA E SILVA	594.897.071-04	27/06/1976	04,00
091	OSVALDINA MARIA DE SOUZA	902.900.971-34	04/04/1977	04,00
092	KEILY ROSA DE MORAES	897.568.861-53	21/06/1977	04,00
093	ELIETE ROMANA ESQUIBEL	838.659.931-68	08/07/1977	04,00
094	APARECIDA RODRIGUES AIRES	000.971.381-69	29/11/1977	04,00
095	MARLEIDE BENEDITA DE OLIVEIRA	926.871.211-34	14/12/1977	04,00
096	Luziane Rosa de França Silva	026.883.231-56	05/03/1978	04,00
097	ROSANGELA RODRIGUES BRANDÃO DA COSTA	979.045.381-72	21/07/1978	04,00
098	MARIA LUCIA GUIMARÃES	691.979.111-00	29/07/1978	04,00
099	ROSENIR MARIA DOS SANTOS	698.166.031-87	27/08/1978	04,00
100	ELIETE DOS SANTOS AMORIM TENUTES	828.203.171-20	26/09/1978	04,00
101	ELIZETE KÊNIA DA CRUZ	884.254.361-68	17/11/1978	04,00
102	SANDRA APARECIDA AYARDI ABREU	570.459.501-44	17/03/1979	04,00
103	MARICELMA BENEDITA DE CAMPOS	881.399.131-20	07/04/1979	04,00
104	EDWIGES BETRIZ DA SILVA	017.858.901-23	14/07/1979	04,00
105	MARILENE DE ALMEIDA E SILVA	014.035.971-03	16/09/1979	04,00

106	SILVANIA DE MORAIS SILVA	011.673.021-84	26/09/1979	04,00
107	ODETE JOELY DE ALMEIDA	020.823.321-01	20/11/1979	04,00
108	Graciely Gonçalina Figueiredo	005.288.411-22	09.06.1980	04,00
109	BENEDITA MARIA DA SILVA	944.863.791-87	13/09/1980	04,00
110	LUCIANA F. C. DE ARRUDA	928.619.541-91	13/10/1980	04,00
111	ALICE BARBOSA SANTOS	001.338.281-07	17/02/1982	04,00
112	Marta Aparecida Martins de Souza	009.367.511-93	25/06/1982	04,00
113	LIZZABELLI MESSIAS DA GUIA FREITAS	984.785.831-49	08/04/1983	04,00
114	VANILDA DA ROCHA INACIO OLIVEIRA	934.290.101-87	17/05/1983	04,00
115	JOANICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS	018.720.541-88	23/06/1983	04,00
116	Adélia Aleixo Barbosa	707.591.541-04	01/12/1983	04,00
117	PATRICIA PADILHA DOS SANTOS	026.051.851-41	25/03/1984	04,00
118	ANA DE ARRUDA MAGALHÃES	008.066.201-37	18/05/1984	04,00
119	Liliane Leite Vilela Ferreira	995.523.021-53	23/02/1985	04,00
120	LUCIMEIRE DA SILVA BARROS	026.878.271-77	10/06/1985	04,00
121	MARIANE CAMARGO CURVO E SILVA	019.963.141-61	25/08/1985	04,00
122	VALQUIRIA MARIA DA SILVA ROSA	013.821.751-32	15/09/1985	04,00
123	CLAUBIMARA OLIVA D SILVA	038.359.981-45	11/11/1985	04,00
124	PAMELA SUELLE CAMPOS	027.551.421-89	18/03/1986	04,00
125	MARCELA ORMOND DE MORAIS	021.331.231-05	07/11/1986	04,00
126	CRISTIANE FERNANDES DA CUNHA	025.372.911-40	25/02/1988	04,00
127	ANNY CAROLINE GOMES DA SILVA	013.864.271-01	08/03/1988	04,00
128	JOSIANE DE ARRUDA MAGALHÃES	023.773.211-43	18/11/1988	04,00
129	WELLY CRIS SAMPAIO RIBEIRO NERES	033.301.851-63	12/04/1989	04,00
130	Stefany Ramos de Souza	031.979.011-85	27.04.1992	04,00
131	TAIS ALMEIDA SILVA	052.967.661-30	13/06/1995	04,00
132	ERENIL POMBO DE ALMEIDA	459.217.411-91	01/10/1968	03,50
133	MARILZA COIMBRA PEREIRA	776.584.931-04	07/06/1971	03,25
134	MARIA HELENA DA COSTA	621.360.111-20	04/12/1972	03,00
135	CLAUDIA MARIA SIQUEIRA	000.821.961-33	05/01/1977	03,00
136	ROSANGELA PAIXÃO DOS SANTOS GONÇALVES	855.566.881-68	11/01/1977	03,00
137	MICHELLY REGINA DA SILVA	001.758.661-55	24/01/1982	03,00
138	Suzilei Isaura de Campos	008.123.701-47	27/05/1982	03,00
139	CLAUDIA ANDREIA PONCE PEREIRA	011.720.921-09	18/12/1983	03,00
140	FRANCISCA RODRIGUES DE ARRUDA XAVIER	626.864.451-49	06/08/1985	03,00
141	Agneia de Almeida Ribeiro	036.879.671-07	21/03/1987	03,00
142	GEIZE KELLY FRANÇA NASCIMENTO	013.974.531-92	24/05/1987	02,80
143	ELIDIANE DE ALMEIDA CRUZ	937.954.401-49	05/06/1983	02,75
144	DAIANY CAROLINA DE SOUSA ARAUJO	045.688.071-02	10/09/1995	02,50
145	Daniele Cristine de Oliveira	012.655.781-09	26/02/1983	02,17
146	Gonçalina da Costa Cruz	513.296.701-91	31//07/1970	02,16
147	NILZA DO PRADO FREITAS LEMES	005.890.959.19	22/10/1959	02,00
148	Marta Porfirio do Vale	432.657.741-04	19/05/1962	02,00
149	Delfina Picolomini	274.292.701-82	21/11/1962	02,00
150	DEFINA PICOLOMINI	274.292.701.82	21/11/1962	02,00
151	maria luiza leite pedrozo	879.150.221-72	22/07/1964	02,00
152	MARIA APARECIDA PEREIRA SILVA	570.186.421.91	17/08/1966	02,00
153	Eloina Jose Moreira	569.112.201-06	01/09/1966	02,00
154	LOURDES MARIA DA SILVA OLIVEIRA	559.466.821-72	13/10/1968	02,00
155	MARIA BENEDITA DE ALMEIDA	532.072.031-91	29/07/1969	02,00
156	Adenir Severina de Queiroz	453.498.271-20	30/12/1969	02,00
157	ELENICE REINALDO DE OLIVEIRA	522.694.851-49	22/04/1970	02,00
158	Celia Aparecida da Silva	482.168.871-91	07/06/1971	02,00
159	ANGELITA OLIVEIRA DA SILVA	806.732.951-68	01/11/1971	02,00
160	ANA CRISTINA AUGUSTA MORGADO	551.476.901-15	29/12/1972	02,00
161	JOVANIL DOS SANTOS QUEIROZ	545.635.181-15	05/12/1973	02,00
162	LUCINEIDE MARA ZORZIN ZOUNAR	904.809.101-20	17/07/1975	02,00
163	NOEMI SILVA RODRIGUES	812.031.101-97	20/09/1975	02,00
164	WALDETE MARIA DE OLIVEIRA	651.664.501-91	19/10/1975	02,00
165	IRENI ALVES MAIA MORGADO	943.104.161-87	01/01/1976	02,00
166	PATRICIA PAULA DO AMARAL	904.925.791-72	01/01/1977	02,00
167	JUCENELDA DE BRITO ZANATO	651.690.931-87	21/01/1977	02,00
168	Liane Rosa da Silva	020.222.771-55	30/06/1978	02,00
169	ELENILDA MACEDO DA SILVA	635.766.002-72	02/08/1978	02,00
170	SILMEIRE FRANCISCA RAMOS DO CARMO	009.244.561-67	29/06/1979	02,00
171	CRISTIANE FREITAS ALMEIDA	901.023.551-34	29/04/1980	02,00
172	LIDIANE BARBOSA FERREIRA	009.269.411-00	16/06/1980	02,00
173	JANETE CRISTINA DE OLIVEIRA	903.288.921-49	27/11/1980	02,00
174	ANTONIA DE ASSUNÇÃO OLIVEIRA	020.584.271-22	13/09/1981	02,00
175	DANUZA PEDROSA DA SILVA	944.921.311-91	30**/10/1982**	02,00
176	POLYANA COUTINHO E SILVA	003.747.913-09	23/11/1982	02,00
177	MURIEL LEMES ROSA	012.716.761-76	08/08/1983	02,00
178	DANIELLA PAULA MARQUES	009.285.601-20	16/09/1983	02,00
179	TATIANE RODRIGUES DE BARROS	723.725.671-87	26/12/1983	02,00

180	MISLENE MADALENA DA SILVA	012.716.681-57	19/05/1984	02,00
181	Raimunda Teixeira Noleto	006.836.701-58	18/06/1984	02,00
182	PATRICIA PEREIRA DE SOUZA	007.191.721-79	07/11/1984	02,00
183	JANE CREIA DE FIGUEIREDO	004.618.041-90	14**/02/1986**	02,00
184	SIMONE ROSA NUNES PONCE	028.538.261-63	31/05/1987	02,00
185	Mônica Auxiliadora de Almeida	029.867.261-86	31/07/1987	02,00
186	JACQUELINE ROBERTA DA SILVA	029.790.811-16	25/11/1989	02,00
187	LUCINEIDE PEREIRA BATISTA	024.444.581-84	21/06/1990	02,00
188	Fernanda de Oliveira Duca	041.204.401-33	05/07/1990	02,00
189	Cinthia da Silva Santos	033.062.481-42	19/09/1990	02,00
190	ADRIELLY GONCALINA DE CAMPOS	041.838.031-79	14/10/1990	02,00
191	MARIANA CLEMENTE DOS SANTOS	043.346.421-60	10/11/1993	02,00
192	CLAUDIA FERREIRA DE LIMA	047.883.491-83	21/08/1995	02,00
193	ARIDELMA REGES DE QUEIROZ	054.111.871-41	11/05/1997	02,00
194	MARCELA AUGUSTA SANTANA DAMASCENO	061.261.851-02	30/11/1997	02,00

TSAE-MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO (SERVIÇOS GERAIS)

Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	Angela Maria Ribeiro	020.334.441-39	22/02/1986	14,60
002	Letícia Oliveira Araújo	035.715.461-48	04/03/1991	14,30
003	SANDRA BENEDITA LATORRACA SOUZA	284.763.011-20	07/05/1960	13,90
004	JOSILEY MAGALHÃES RIBEIRO	880.452.421-91	06/04/1979	13,70
005	Ana Paula Gomes dos Santos	059.848.601-12	09/10/1996	13,70
006	Carmem Maria Ponce	340.468.011-15	20/02/1965	13,05
007	Luzia Fernandes Leite Conceição	328.260.951-53	22/07/1963	13,00
008	MARIA RITA DA SILVA RODRIGUES	346.193.641-34	31/03/1964	12,80
009	BENETIDA DA SILVA GONÇALVES	873.472.101-00	26/04/1966	12,40
010	Gilmara Gonçalina de Figueiredo	821.940.681-04	28/04/1977	12,30
011	DIANA MARIA FERREIRA	927.851.071-87	11/09/1978	11,75
012	MARIELNE OLIVEIRA DE AMORIM	010.018.381-65	31/07/1986	11,20
013	Rita Fernanda de Jesus	630.956.611-34	24/06/1976	11,15
014	CARLA CRISTINA DA SILVA	033.876.681-20	18/12/1991	11,02
015	RITA FERNANDA DE JESUS	630.956.611-34	24/06/1976	10,80
016	PAULA PEREIRA	040.035.051-31	01/11/1989	10,00
017	LUANA PEREIRA SOARES	065.453.751-80	27/04/1998	10,00
018	Maria de Lourdes Miranda	352.510.931-87	14/09/1956	09,60
019	EDELAINE DE SOUZA GONÇALVES	022.934.831-93	04/10/1988	09,60
020	CONCEIÇÃO IZABEL DE SIQUEIRA ASSUNÇÃO	329.462.361-53	21/11/1960	09,00
021	Taynara Regina G. de Castro	052.915.451-00	06/01/1996	09,00
022	GREICE PEREIRA BOTELHO	005.017.661-70	06/01/1984	08,80
023	PAMELLA EVELYN BARROS SILVA	036.635.931-26	22/06/1990	08,70
024	Rosana Gonçalina de Oliveira	017.606.461-30	04/04/1988	08,60
025	Mirian Aparecida de Almeida	032.596.351-73	06/02/1987	08,10
026	ANA CRISTINA SILVA SANTOS	005.345.391-30	15/06/1976	08,00
027	EDINETE CRISTINA DE MIRANDA	015.488.051-57	28/01/1982	08,00
028	CLAUDIANE MARIA DO NASCIMENTO GOMES	004.323.611-11	17/10/1982	07,00
029	TANIA SILVA MOREIRA	735.824.681-00	21/12/1987	06,22
030	ISES VITORIA MARTINS DE ARRUDA	570.222.081-15	23/12/1971	06,00
031	ONEIDE MARQUES DE ALMEIDA	001.280.971-32	03/05/1972	05,40
032	JESUINA FRANÇA DA SILVA	943.862.771-53	05/12/1983	04,70
033	BAILON RODRIGUES DOS SANTOS	314.048.121-72	12/11/1959	04,40
034	EUNETE RAMOS PARANHOS DA SILVA	629.875.421-00	13/06/1964	04,30
035	ERVINA MARIA DA CRUZ SILVA	006.479.191-25	30/05/1978	04,30
036	JANETE LUIZA DA SILVA	051.608.811.40	07/10/1991	04,30
037	KEILA SOUZA CAMARGO	054.176.551-53	15/08/1994	04,30
038	KEILA SOUZA CAMARGO	054.176.551-53	15/08/1994	04,30
039	CREUZA BISPO DE CARVALHO	022.198.451-84	16/11/1976	04,15
040	ENEZITA BATISTA VITÓRIA SILVA	405.792.471-04	17/04/1955	04,00
041	MARILZA MARIA DE MORAES	531.289.821-04	03/04/1958	04,00
042	ROSA DE FATIMA FERREIRA GRAWE	357.677.239-15	20/03/1959	04,00
043	ORITA METELO DE CAMPOS	551.550.301-53	19/10/1959	04,00
044	LEONILIA PEREIRA DESOUZA	128.919.592-72	19/12/1959	04,00
045	BENEDITA AUXILIADORA DA SILVA	325.701.201-20	15/08/1960	04,00
046	MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA SANTOS	795.050.821-34	21/10/1961	04,00
047	Creuza Nogueira Martins	622.424.741-20	28/12/1961	04,00
048	Noemia Pinto Ponce	388.179.771-87	31/01/1962	04,00
049	VERA LUCIA DE ASSUNÇÃO ARAUJO	362.092.871-15	19/04/1962	04,00
050	Antônia Rodrigues da Silva	581.386.411-34	22/04/1962	04,00
051	ZILDA DA CRUZ SEVA LOPES	329.609.721-04	03/05/1962	04,00
052	NILCE MORAES DA SILVA	531.389.881-72	13/06/1963	04,00
053	FRANCISCA ALVINO DA SILVA	314.390.041-53	25/12/1963	04,00
054	MARIA CONCEIÇÃO CARDOSO	420.126.001-15	05/05/1964	04,00
055	Maria Margarete Ferreira Oliveira	378.556.381-72	14/05/1964	04,00
056	ELISEU GABRIEL DA SILVA	335.398.631-60	07/06/1964	04,00

057	NEIDE COSTA DA SILVA MOURA	362.158.561-34	15/09/1964	04,00
058	PAULINA BENEDITA DE ARRUDA PINHO	384.313.601-78	01/09/1965	04,00
059	LUZIA DE FATIMA PICOLI QUERUBIM	283.599.762-87	22/12/1965	04,00
060	ROSINEIDE ALVES DA SILVA	790.200.701-34	07/01/1966	04,00
061	ELEONAI MARIA XAVIER FORTES	405.451.801-04	16/03/1967	04,00
062	MARIA JOSE SOUZA TEIXEIRA	432.470.321-34	25/05/1967	04,00
063	LEDINA CONCEIÇÃO DA SILVA FERREIRA	393.672.231-53	19/08/1967	04,00
064	Creide Ferreira de Amorim	452.787.851-20	05/09/1967	04,00
065	SUELY LOPES DA SILVA ALEOMEDECE	502.665.941-15	16/01/1968	04,00
066	Ines Dumas Cordeiro	502.697.041-91	27.10.1968	04,00
067	APARECIDA LIMA DA CRUZ	846.010.271-87	04/06/1969	04,00
068	SOLANGE GOMES DA SILVA	632.302.751-87	01/10/1969	04,00
069	ROSALINA SEBASTIANA DE SÁ	537.908.471-00	23/11/1969	04,00
070	MARLY ALVES DE OLIVEIRA	725.796.509-97	23/12/1969	04,00
071	JOSELINA DA SILVA	820.157.831-72	03/01/1970	04,00
072	SUELY TEODORO DA COSTA	782.641.461-04	01/07/1970	04,00
073	MARIA LUCIANA DOS SANTOS	794.939.391-20	23/07/1970	04,00
074	SILVIA SILVÉRIO ALFREDO	469.610.542-34	19/09/1970	04,00
075	ALIETE MARIA DA SILVA	495.418.701.94	01/02/1971	04,00
076	Carmem Lúcia Pinto	551.515.071-68	03/06/1971	04,00
077	Nair Giselma Franco de Campos	503.918.951-68	23/06/1971	04,00
078	ELAINE LUIZA LEGRAMANTI DE SOUZA	772.620.931-34	08/07/1971	04,00
079	CLAUDINEIA APARECIDA DA SILVA	532.093.891-57	30/08/1971	04,00
080	MARILENE OLIVEIRA DA CRUZ	939.601.581-49	18/10/1971	04,00
081	DoatilAntonia de Moares	820.585.041-00	28/02/1972	04,00
082	Márcia Peres da Silva	988.210.081-34	10/09/1972	04,00
083	MARIZE CARNEIRO GERALDES	631.394.641-34	24/09/1972	04,00
084	MARIA SOCORRO DA SILVA	667.441.801-34	24/01/1973	04,00
085	VANIR MARIA DO NASCIMENTO	901.324.161-15	25/03/1973	04,00
086	IVANETE VIEIRA DE OLIVEIRA BELTRAMELLI	437.964.002-76	16/04/1973	04,00
087	ÉZIA ALBERTO DE SOUZA DANTAS	593.776.741-15	06/06/1973	04,00
088	SIMONE BENDER	616.794.351-49	13/06/1973	04,00
089	GONÇALINA CRISTOVAN DA COSTA	052.685.661-05	25/07/1973	04,00
090	ALZIRA XAVIER DE FIGUEIREDO	551.652.491-15	09/09/1973	04,00
091	ROSA MARIA SILVA SOUZA DOS ANJOS	915.986.051-00	10/06/1974	04,00
092	MARGARETH CRISTINA DE CAMPOS	812.717.601-00	29/06/1974	04,00
093	SILVANA RAMUNDO DA SILVA	616.272.831.53	15/09/1975	04,00
094	ONEIZE CONCEIÇÃO DE LARA	875.403.471-04	03/11/1975	04,00
095	VALDINEIA PINHEIRO COSTA KAZY SOM	000.538.931-31	19/11/1975	04,00
096	ELAINE BOMDESPACHODA SILVA	667.999.451-91	29/12/1975	04,00
097	Patricia Uliano	594.054.061-91	01/01/1976	04,00
098	ALIANE BERNADETE SILVA PEREIRA	594.375.451-20	15/03/1976	04,00
099	ANA MARIA DIAS	807.702.581-15	24/05/1976	04,00
100	Geslane Zangrandi	866.315.431-34	20/03/1977	04,00
101	Joecy Campos Rodrigues	815.171.221-04	16/04/1977	04,00
102	Alessandra Vieira da Silva	688.808.201-68	25/07/1977	04,00
103	DENISE AUXILIADORA BORGES	858.001.711-49	17/10/1977	04,00
104	ILZA ALVES DE MORAES DA SILVA	897.457.791-72	22/05/1978	04,00
105	JANIA ANTONIA DA COSTA	946.087.091-00	12/06/1978	04,00
106	LUCILENE DOMINGAS PEREIRA DA SILVA	993.394.711-72	17/02/1979	04,00
107	MARIA APARECIDA DE CARVALHO	896.086.821-34	06/03/1979	04,00
108	Irene Miranda de Oliveira	000.971.451-06	17/06/1979	04,00
109	ZULEIKA CISTINA BAZONO	915.101.121-20	12/09/1979	04,00
110	Maria Luzia da Silva	959.619.171-34	13.12.1979	04,00
111	LUZIA DE ALMEIDA SILVESTRE	006.497.111-22	02/04/1980	04,00
112	LUZIA APARECIDA DE ALMEIDA	701.444.781-53	04/04/1980	04,00
113	MARIA DA CONCEIÇÃO PACHECO	965.557.831-15	10/05/1980	04,00
114	VALDEVINA GONÇALINA DE CAMPOS SILVA	991.359.901-63	22/05/1980	04,00
115	Alexandra Moura da Silva	937.843.331-68	07/07/1980	04,00
116	PAOLA CRISTINA DE CAMPOS REIS	027.111.241-77	13/07/1980	04,00
117	ELIZETH MARIA DE CAMPOS	002.746.001-02	25/07/1980	04,00
118	ROSILDA ALVES DA SILVA	017.297.811-44	08/08/1980	04,00
119	SELMA MARIA DA CONCEIÇÃO	011.863.261-23	27/08/1980	04,00
120	LUCIANA ALVES DE OLIVEIRA CLEMENTE	019.470.891-88	31/08/1980	04,00
121	EDINALVA PINTO DE ABREU	004.323.981-12	01/09/1980	04,00
122	SUELY SANTOS DA SILVA NASCIMENTO	961.720.451-72	13/10/1980	04,00
123	ROSIRENE MORAIS DA SILVA	014.167.861-55	21/10/1980	04,00
124	CLAUDIANE CONCEIÇÃO DA SILVA	015.589.411-00	09/12/1980	04,00
125	LUCINETE LIBANIA DA ROSA	935.929.491-87	27/01/1981	04,00
126	ADRIANA DAS DORES VIANA	942.123.921-00	10/04/1981	04,00
127	Regina de Souza Martins]	937.700.141-20	16/06/1981	04,00
128	JOSAHINE DA SILVA LEITE	974.974.601-53	24/07/1981	04,00
129	ADRIANA GOMES NOBRE DA SILVA	998.055.371-53	19/09/1981	04,00
130	SUELI DOS SANTOS LEITE MONTEIRO DA SILVA	017.267.171-00	24/09/1981	04,00

131	MAIZE DIAS DA SILVA ARRUDA	014.656.841-90	22/10/1981	04,00
132	SIRLEY CREFRE SEHEFFER	905.480.942-68	14/11/1981	04,00
133	MICHELLE ORTIZ RIBEIRO	926.054.861-68	20/11/1981	04,00
134	EDNA DE JESUS NEVES	007.020.031-90	11/12/1981	04,00
135	ANDREIA PEREIRA TAQUES	925.347.591-91	04/02/1982	04,00
136	CLAUDIA SOARES DA SILVA	966.848.791-53	07/04/1982	04,00
137	WANDERLEIA JOANA CAMPOS DA SILVA	972.072.331-91	18/06/1982	04,00
138	IGISLENE DE FRANÇA NASCIMENTO	010.260.581-55	19/08/1982	04,00
139	EDINETE DE ALMEIDA SILVA	009.163.421-07	13/10/1982	04,00
140	JOCINETH DA GUIA	949.904.581-04	17/03/1983	04,00
141	LUCÉLIA DA COSTA MILHOMEN	014.735.791-80	18/03/1983	04,00
142	JOCINEIA PEREIRA DA COSTA ASSUNÇÃO	014.285.301-18	30/03/1983	04,00
143	ANTONIA APARECIDA SANTOS SILVA	018.601.871-10	13/06/1983	04,00
144	EDILAINE JOANA DAS NEVES	009.322.901-16	26/06/1983	04,00
145	PAMELA BENEDITA SANTIAGO PEREIRA DE SOUZA	010.933.841-31	07/08/1983	04,00
146	MILLIAN SOUZA LIMA	031.241.211-80	28/08/1983	04,00
147	JOSELIA FERREIRA MIRANDA	943.130.831-20	19/10/1983	04,00
148	CLAUDIA MARIA RODRIGUES	988.698.841-04	19/02/1984	04,00
149	SALETE PAULA DA SILVA	978.862.971-72	09/05/1984	04,00
150	Maria Ione de Araujo	010.931.671-14	24/08/1984	04,00
151	ROSANE FERREIRA DE JESUS	020.456.431-07	28/08/1984	04,00
152	LUCINÉIA DA COSTA MILHOMEN	006.954.731-90	06/12/1984	04,00
153	ALESSANDRA LUIZA DA COSTA	027.509.421-95	21/12/1984	04,00
154	GEISE MARIANA DE MIRANDA	000.870.741-33	22/02/1985	04,00
155	Alessandra Lucimar da Silva	016.848.811-61	20/03/1985	04,00
156	JOCYKELLI FERREIRA DE PAULA OLIVEIRA	015.668.861-12	22/03/1985	04,00
157	LUCIANA VIEIRA DA SILVA	017.943.741-08	27/03/1985	04,00
158	Liginara lucia de figueiredo	023.800.161-00	06/04/1985	04,00
159	JACIRA MENDES DA COSTA E SILVA	025.910.161-35	12/05/1985	04,00
160	Maria Eugenia da Silva Arruda	023.483.721-77	31/05/1985	04,00
161	SIMONE APARECIDA DA SILVA	012.994.711-37	04/06/1985	04,00
162	DONATIELLE DE ALMEIDA CAMPOS	000.497.631-27	27/07/1985	04,00
163	REGINA APARECIDA DE FIGUEIREDO PEIXOTO MAIA	021.602.121-99	02/09/1985	04,00
164	MIRIAN SOUZA QUEIROZ VALVERDE	018.445.331-31	23/09/1985	04,00
165	ALEXSSANDRA LUZIA DA COSTA	038.642.471-36	18/11/1985	04,00
166	ELZA MARIA SILAS BOAS	016.849.181-89	18/11/1985	04,00
167	ADRIANA DA SILVA PORTELA	013.166.141-82	22/12/1985	04,00
168	LUANA BUSTAMANTE DE SOUZA	037.923.111-54	17/05/1986	04,00
169	CLAUDILENE ANTONIA SILVA	029.413.341-06	08/06/1986	04,00
170	EDIANE NUNES DA SILVA	019.378.571-40	09/06/1986	04,00
171	LAURA REGINA DE J. L. FERREIRA	735.304.681-34	06/01/1987	04,00
172	NELZIANE DA SILVA CAMPOS	028.897.691-60	04/04/1987	04,00
173	KEILA GONÇALVES DE CAMPOS	026.364.231-33	12/06/1987	04,00
174	LUCIMAR LIBANA ROSA	029.238.031-32	05/07/1987	04,00
175	EDIVANE CUNHA DE OLIVEIRA	018.606.101-37	28/07/1987	04,00
176	DANIELE NUNES DE BRITO	009.286.141-58	20/08/1987	04,00
177	Elizabete Aparecida da Silva Gomes	017.667.521-36	16/10/1987	04,00
178	AGATTA LESSA COSTA TENUTES SILVA	029.467.881-64	21/10/1987	04,00
179	Flavia cristina da silva	038.490.731-81	16/01/1988	04,00
180	ARIANA DE ARRUDA BOTELHO	031.143.201-80	08/05/1988	04,00
181	KETHY CAROLINA SILVA CHAVES	022.312.531-86	17/05/1988	04,00
182	RODRIGO ROGERIO FIGUEIREDO MENDONÇA	062.282.711-13	06/07/1988	04,00
183	APARECIDA MARIA DE BARROS	028.493.891-29	21/09/1988	04,00
184	MARILENE FERNANDA DE CAMPOS	026.741.541-95	04/10/1988	04,00
185	elimara santana de campos	040.868.451-80	06/10/1988	04,00
186	JAQUELINE PINTO PACHECO	026.617.451-57	09/03/1989	04,00
187	Suellem Aparecida Silva da Costa	026.364.301-80	20/04/1989	04,00
188	ALEXANDRE SEBASTIÃO DE MORAIS	021.046.051-21	25/05/1989	04,00
189	FLAVIANA GONÇALINA CERQUEIRA	037.645.221-86	22/07/1989	04,00
190	Jamiliane Souza do Nascimento	003.847.321-60	11/08/1989	04,00
191	KELLY CRISTINA PINHO ALMEIDA	034.757.041-02	24/09/1989	04,00
192	EDIMARA DE ALMEIDA	028.947.371-30	11/11/1989	04,00
193	PATRICIA DA SILVA CORREA	030.567.521-40	06/12/1989	04,00
194	FERNANDA DE ALMEIDA GUIMARAES	039.260.241-51	08/02/1990	04,00
195	Luzinete Maciel dos Santos Tomaz	018.998.821-54	06/03/1990	04,00
196	Rafaela Paula Moreno Pondé	044.095.471-19	05/07/1990	04,00
197	Derliane Dumas Magalhães	042.980.001-09	10/07/1990	04,00
198	TAISSA JÉSSICA BATISTA DE CAMPOS	030.223.591-44	21/09/1990	04,00
199	Dayane Barros Silva	039.519.501-29	28/11/1990	04,00
200	DANIELLE CRISTINE DE BARROS QUEIROZ	035.917.881-20	23/05/1991	04,00
201	VANESSA SEBASTIANA DE FIGUEIREDO SOUZA	044.326.031-19	12/06/1991	04,00
202	LAERNE ALEXANDRINA FERREIRA DO NASCIMENTO	046.514.421-70	22/04/1992	04,00
203	ALIESSE DA SILVA OLIVEIRA	039.759.131-42	05/05/1992	04,00
204	MARIA EMILIA RANGEL DE ANDRADE	044.774.001-60	11/07/1992	04,00

205	MILENE SOUSA DOMICIANO MELO	020.299.502-03	31/10/1992	04,00
206	JUCIELE MARTINS LABRES	034.619.791-04	03/12/1992	04,00
207	Lorraine da Costa Magalhães	017.638.201-69	27/12/1992	04,00
208	PATRICIA ALICE DA SILVA	058.515.671-98	30/03/1993	04,00
209	LUANA PAULA DE ARAUJO	048.421.791-71	29/01/1994	04,00
210	Angélica Pereira da Silva	043.460.191-88	23/03/1994	04,00
211	Beatriz A. da Silva	043.525.601-70	03/06/1994	04,00
212	NEUZA BRAUNIZIA DA CONCEIÇÃO	059.848.321-78	25/04/1995	04,00
213	OHARA KARINE BORGES DA SILVA TENUTES	051.671.221-71	18/07/1995	04,00
214	DEBORA LUIZA P. FRANÇA	041.027.421-66	26/10/1995	04,00
215	ANDREZA SILVA DOS SANTOS	063.489.341-60	27/10/1995	04,00
216	ANNA PAULA PEREIRA DOS SANTOS	052.218.271-23	21/02/1996	04,00
217	CRISTIANE SARTORE DE MORAES ALMEIDA	040.884.851-06	07/03/1996	04,00
218	Fabíolla da Cruz Pereira	049.339.131-29	30/05/1996	04,00
219	ALICE DE ARRUDA VIEIRA	061.298.271-80	17/05/1997	04,00
220	TALITA CANIÇA DE AMORIM	063.352.541-31	14/01/1998	04,00
221	MARIA JOVITA BRUNA COSTA	052.218.271-23	15/02/1998	04,00
222	MAIKSUEL SILVA DOS SANTOS	033.960.971-06	17/05/1998	04,00
223	LUANA RODRIGUES RIBEIRO	042.894.442-61	18/12/1998	04,00
224	Thamiris Soares de Freitas	062.338.081-11	10.04.1999	04,00
225	HELOYSA MARIA FONSECA	062.750.501-52	17/08/1999	04,00
226	Marcela Da Silva Farias	052.967.741-59	12/11/1999	04,00
227	IVA LEITE DA ROSA	580.815.501-00	17/03/1969	03,90
228	LUCINÉIA MARIA PROENÇA	992.894.821-68	25/07/1980	03,50
229	CRISTINE SANTIAGO DOS SANTOS	651.720.001-00	14/05/1982	03,50
230	FATIMA PEREIRA DE ALMEIDA	832.407.211-04	29/03/1997	03,50
231	LUCIENE FATIMA DE PINHO ROMÃO	629.553.221-72	29/06/1973	03,35
232	MARIA APARECIDA DOS PRAZERES BISPO	350.839.892-49	11/03/1968	03,00
233	Marlucia Aldaia da Silva	929.171.271-04	09/11/1977	03,00
234	JULIANA FRANCISCA DE ARRUDA	830.903.801-10	30/07/1978	03,00
235	ANA PATRICIA DE SOUZA ROCHA	937.854.701-00	23/08/1979	03,00
236	CLAUDETE DE CAMPOS MOREIRA DE AGUIAR	697.802.851-72	16/05/1980	03,00
237	ALINE JANAINA DE OLIVEIRA	013.913.441-70	15/06/1983	03,00
238	KELLEN MARIA DE BARROS	016.735.101-08	22/01/1986	03,00
239	JUCELIA CÂNDIDA RIBEIRO CRUZ	084.525.161-80	21/04/1987	03,00
240	DANIELE LEITE DE SOUZA CAMPOS	017.307.041-82	26/04/1987	03,00
241	MAIARA SANTOS SOUSA DA SILVA	035.438.141-50	02/01/1988	03,00
242	JUCELIA DE MORAES SILVA	031.634.861-93	04/05/1988	03,00
243	Patricia Aparecida da Costa Duarte	021.896.551-61	18/03/1989	03,00
244	THATIANE ELOISA DE ARRUDA FERREIRA	046.669.231-52	16/05/1992	03,00
245	MARLEDA PEREIRA RABELO	468.366.671-53	19/03/1971	02,50
246	IZABEL MARIA DA SILVA	893.044.111-49	01/07/1977	02,50
247	JOSENI APARECIDA RAMOS	001.432.801-12	27/03/1980	02,50
248	MIRIAN DE AMORIM SALGADO	003.636.321-90	19/09/1983	02,50
249	Jaine Maria de Almeida Delmão	096.869.431-92	21/04/1986	02,50
250	ELIANE DA SILVA	028.288.841-12	25/08/1987	02,50
251	ANAINA JESUS DE BARROS SILVA	033.069.121-07	17/09/1990	02,50
252	ELAINE FIGUEIREDO DE PETTA	821.117.151-15	17/01/1977	02,47
253	JULIANA CRISTINA FREITAS GOMES	052.155.731-31	15/03/1997	02,40
254	LUSILENE ROSA DE SOUZA	824.010.801-63	17/03/1974	02,35
255	JOSELICE SANTANA DE MORAIS	603.728.691-49	11/06/1970	02,23
256	MARIA APARECIDA DE ARRUDA ALBUES	018.060.441-92	11/02/1986	02,20
257	FRANCISCA EDIANA DA SILVA	000.265.611-66	15/04/1981	02,12
258	SUZIANE LAURA SANTOS DE LUCENA	863.748.012-63	17/01/1985	02,07
259	JUCINEIA MARIA DA SILVA	177.799.361-04	18/08/1955	02,00
260	FRANCISCA DUARTE DA SILVA	631.008.001-68	12/10/1960	02,00
261	MIGUELINA NERY DE OLIVEIRA ALVES	429.396.311-15	12/03/1965	02,00
262	ELZA JERONIMO DA SILVA	361.648.011-68	04/01/1966	02,00
263	EDENILZA SOARES DA CRUZ	377.976.031-20	10/02/1966	02,00
264	LUCIA DE FATIMA CORRÊA	004.125.901-74	05/10/1967	02,00
265	ISAMIL DA SILVA BARROS RAMOS	535.620.541-49	03/05/1968	02,00
266	VANDA TEIXEIRA DA CRUZ	496.037.791-72	09/10/1968	02,00
267	Ires Dumas Cordeiro	502.697.041-91	27/10/1968	02,00
268	Terezinha Aparecida Pereira Soares	607.834.941-49	10/04/1969	02,00
269	ELIEZE GUSMÃO MARTINS	537.646.251-04	16/07/1969	02,00
270	ROSALINA MARIA DA SILVA CRUZ	841.822.531-91	16/10/1969	02,00
271	MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	551.481.551-00	05/05/1972	02,00
272	MARGARIDA JUCELINA FIGUEIREDO	964.226.371-87	21/07/1972	02,00
273	ELIENE FREITAS DE MELO	925.558.531-20	01.02.1973	02,00
274	Maria José de Campos	581.413.831-91	13/03/1973	02,00
275	INÊS MARIA DE LIMA SILVA	622.140.801-63	04/09/1973	02,00
276	SOELY ALVES DA CRUS	535.676.621-20	04/04/1974	02,00
277	MARCIA MARIA DE OLIVEIRA	809.610.101-34	02/07/1974	02,00
278	ELAINE CRISTINA CONCEIÇÃO FERNANDES	621.312.141-20	22/02/1975	02,00

279	CLAUDINEIA DE OLIVEIRA	571.036.741-91	15/08/1975	02,00
280	ANA GONÇALINA DOS SANTOS	973.561.391-91	18/10/1975	02,00
281	DEJANETH ALVES S DA CUNHA	881.482.891-15	28/10/1975	02,00
282	IVONE SOARES DE ARRUDA	838.786.371-87	26/01/1976	02,00
283	SANDRA REGINA DE BARROS	621.857.721-04	30/05/1976	02,00
284	ROSALINA DA GLORIA ALMEIDA	819.387.211-87	16/08/1976	02,00
285	ROSIMEIRE DE SOUZA	923.608.821-04	19/04/1977	02,00
286	SOELI MARIA FIGUEIREDO OLIVEIRA	015.700.141-84	17/08/1977	02,00
287	DAILECE DE ARRUDA E SILVA	689.970.001-87	11/10/1977	02,00
288	CECILIA MARIA DOS SANTOS	007.934.941-25	12/02/1978	02,00
289	ANA CRISTINA DO PRADO SILVA	879.714.961-68	03/03/1978	02,00
290	SANDRA SANTOS MAGALHÃES	930.764.361-04	16/12/1978	02,00
291	ELISANGELA DELAVI	023.813.161-08	03/03/1979	02,00
292	NOEMI MARIA DA SILVA	958.336.501-78	17/05/1979	02,00
293	LINDAURA DOMINGAS DA SILVA	888.829.181-49	30/07/1979	02,00
294	EUCARES DE ASSUNÇÃO ROMÃO NECO	902.733.971-68	03/11/1979	02,00
295	JOSENI APARECIDA RAMOS	001.432.801-12	27/03/1980	02,00
296	FABIANE BARROS DA SILVA OLIVEIRA	914.424.511-49	10/05/1980	02,00
297	MARIA PEDRINA MOREIRA SANTOS	955.987.401-25	29/06/1980	02,00
298	ANA CLAUDIA OLIVEIRA	026.597.591-38	06/07/1980	02,00
299	NIRIA MARCIA GONSALES VIEIRA ROCHA	703.335.911-15	22/07/1980	02,00
300	CRISTIANE ALVES DOS SANTOS	851.463.821-15	03/08/1980	02,00
301	MARIA APARECIDA PEDROSO	927.511.991-00	26/09/1980	02,00
302	ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA	703.658.061-53	07/10/1980	02,00
303	DEBORA DIAS DOS SANTOS	937.922.391-91	31/10/1980	02,00
304	ELISANGELA CRISTINA DE ARRUDA LIMA	931.618.241-72	18/11/1980	02,00
305	LUCINEIA SOUZA DA COSTA MARTINS	999.160.021-34	24/11/1980	02,00
306	ELISA MARIA DA SILVA	008.650.321-90	03/04/1981	02,00
307	Aurisley Benedito de Carvalho Silva	705.938.681-53	03/04/1981	02,00
308	GISLEIDE ALMEIDA REIS	933.192.401-10	16/06/1981	02,00
309	WANILZA DA COSTA DE DEUS NASCIMENTO	718.322.541-00	26/09/1981	02,00
310	CALINA BOM DESPACHO SILVA	023.230.431-96	04/11/1981	02,00
311	CLAUDETE TESHIMA DE ALMEIDA	886.873.501-63	10/11/1981	02,00
312	MARIA IMACULADA DA SILVA FERNANDES	054.943.684-75	28/12/1981	02,00
313	Eliane Fernandes Pereira	005.441.721-08	26/03/1982	02,00
314	APARECIDA LEITE	984.223.241-72	03/05/1982	02,00
315	CHARLENE SYLVIE FRANCISCA	005.254.841-40	08/11/1982	02,00
316	SELMA CARDOSO	022.410.141-25	18/11/1982	02,00
317	GEISE GALVÃO DA SILVA RISSO LUIZ	968.341.611-04	16/12/1982	02,00
318	Vania Cristiane Amaro Leite	303.562.288-43	27/06/1983	02,00
319	NILZETE MACHADO DA SILVA ALMEIDA	998.596.611-20	12/02/1984	02,00
320	Shuely Cristina da Costa	029.775.961-27	07/04/1984	02,00
321	ADRIANA FIGUEIREDO DE CAMPOS	028.825.881-94	08/06/1984	02,00
322	LUCINÉIA ROSA DE CAMPOS	030.162.481-07	16/09/1984	02,00
323	ANA CLAUDIA DOS REIS	012.833.261-16	13/10/1984	02,00
324	MARIA APARECIDA DE CAMPOS	010.880.701-08	14/10/1984	02,00
325	Josiane Alves Nazário	007.586.461-43	17/01/1985	02,00
326	Jocykelli Ferreira de Paula Oliveira	015.668.861-12	22/03/1985	02,00
327	ADRIANA ALEXANDRINA DO NASCIMENTO	011.721.361-65	28/04/1985	02,00
328	GENIALDA ODETE S. DE MAGALHÃES	939.934.981-00	06/05/1985	02,00
329	ADEVAIR REGINA DE SOUZA ANCELMO	025.279.971-20	01/07/1985	02,00
330	JOANE LAURA DA SILVA MENDES DE SOUZA	010.931.551-08	02/08/1985	02,00
331	SUZELI ALVES DE ARAUJO	016.366.621-76	17/11/1985	02,00
332	WALDENICE MARIA MENDES	018.642.811-11	05/12/1985	02,00
333	DAYANE DA SILVA SANTOS	015.745.301-43	06/01/1986	02,00
334	Elizandra Barbosa Souza	009.365.831-18	03.02.1986	02,00
335	Eliane Magalhães da Silva	013.320.501-07	09/03/1986	02,00
336	JULIANE DE ARRUDA TEMPES	015.040.281-39	31/03/1986	02,00
337	JOSILEIDE NASCIMENTO DE MORAES	023.256.941-00	04/05/1986	02,00
338	FABIANEY ROSA DA SILVA	017.859.161-06	15/05/1986	02,00
339	JENIFFER NOELI ROSA	014.549.401-23	23/07/1986	02,00
340	CRISTIANE MARIA DE LIMA	025.353.241-80	14/08/1986	02,00
341	GILMARY DA SILVA SANTOS	018.602.051-19	21/09/1986	02,00
342	ELIANE FERREIRA DA GUIA	019.278.731-42	23/10/1986	02,00
343	PATRICIA MARTINS DE SOUZA	015.762.481-19	27/01/1987	02,00
344	Roseli Quadros da Silva	022.934.831-93	25/02/1987	02,00
345	ANDREIA CARLA SILVA CAMPOS	018.152.711-16	17/06/1987	02,00
346	MAYARA PEREIRA DA COSTA	023.347.601-61	20/07/1987	02,00
347	DÉBORA REGIANE QUEIROZ MARIQUE	359.740.588-60	02/10/1987	02,00
348	DAFFNNY ROSA PARANHOS DA SILVA	033.788.171-51	06/01/1988	02,00
349	Suzamar Rodrigues da Costa	733.705.841-15	26/01/1988	02,00
350	sirlei pereira dias	035.918.951-21	21/03/1988	02,00
351	NATALIA MEDEIROS DA SILVA	018.445.591-06	15/09/1988	02,00
352	Zaine Ribeiro Duarte Silva	036.689.571-00	18/01/1989	02,00

353	IDINETE PAULINA CAMPOS	030.447.591-29	08/06/1989	02,00
354	GRAZIELLY PEREIRA DA CRUZ	023.975.271-62	22/07/1989	02,00
355	ANAINA JESUS DE BARROS SILVA	034.757.041-02	24/09/1989	02,00
356	ADRIANA MARIA SANTOS SILVA	043.021.991-13	15/10/1989	02,00
357	Vanessa Garibaldi Magalhaes	028.103.981-00	24/10/1989	02,00
358	ESTEFANNY KEWIN SOARES DE CAMPOS CORDEIRO	737.271.641-15	01/12/1989	02,00
359	tamara barbosa da silva	031.564.101-00	19/01/1990	02,00
360	Talita Martins Dantas	023.095.231-35	23/01/1990	02,00
361	CASSIA KISS DIAS GOMES GAMA	031.366.621-05	26/05/1990	02,00
362	Derliane Dumas Magalhães	042.980.001-09	10/07/1990	02,00
363	JESSICA THAISE DE MIRANDA	028.096.811-63	17/09/1990	02,00
364	TATIANE MORAES DO NASCIMENTO	037.437.321-30	28/11/1990	02,00
365	JÉSSICA REGINA DOS SANTOS	023.923.061-25	11/12/1990	02,00
366	LUCIMAR DA SILVA CHIMENES	034.036.311-84	29/12/1990	02,00
367	SOLANGE DE SOUZA SOARES	031.502.031-80	27/02/1991	02,00
368	JOZILAYNE PEREIRA SILVA	025.670.881-99	17/04/1991	02,00
369	Gicelda Leiffth Anunciação da Silva Campos	041.332.141-02	22/05/1991	02,00
370	ANDRÉIA CARDOSO DOS SANTOS DA SILVA	031.898.231-54	04/10/1991	02,00
371	NELZIETE DA SILVA CAMPOS	045.793.811-06	14/11/1991	02,00
372	JESSICA MOTA DA CRUZ	043.512.571-05	04/03/1992	02,00
373	EVANIR MARQUES DA SILVA	043.657.961-86	16/03/1992	02,00
374	EDILANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	021.399.573-50	10/04/1992	02,00
375	AIRA CRISTINA GOMES DA COSTA	037.643.881-96	27/05/1992	02,00
376	Yasmim Patrícia S. dos Santos	040.086.461-40	24/08/1992	02,00
377	ANITA XAVIER DE ASSUNÇÃO	055.441.961-09	17/09/1992	02,00
378	FRANCISCA BERNARDO DA SILVA	056.799.131-86	29/09/1992	02,00
379	TATICLÉIA OLIVEIRA	050.547.031-44	14/08/1993	02,00
380	ARIANE FIGUEIREDO DE ARRUDA	029.230.611-36	20/10/1993	02,00
381	MAYARA SUELEN PEREIRA	023.944.881-23	08/11/1993	02,00
382	SILVANA INACIO DE OLIVEIRA	047.165.081-10	01/08/1994	02,00
383	DAIANE DOS SANTOS	052.120.251-50	29/09/1994	02,00
384	ESTER CAROLINA SOUZA GALVÃO	594.752.771-53	05/12/1994	02,00
385	Kelleyn Cristina Ancelmo de Araujo	054.013.061-30	29/06/1995	02,00
386	EVERLY CLARA DE SANTANA	055.623.531-21	06/11/1995	02,00
387	Karoline Auxiliadora da Silva	036.845.681-12	30/03/1996	02,00
388	Anaiane Cristine da Cruz e Silva	049.285.651-69	10/06/1996	02,00
389	JENNIFER MATIAS DA SILVA	055.975.581-37	21/06/1996	02,00
390	MONIKE DE LOURDES EMMERT	048.743.271-17	12/07/1996	02,00
391	JOCILENE NUNES DA SILVA	057.493.781-10	30/12/1996	02,00
392	RENATA TAIS SANTANA DA SILVA	061.246.771-64	19/03/1997	02,00
393	anatacia jesus de barros	056.587.921-93	27/05/1997	02,00
394	FRANCIELLE C.L. FONTES	068.499.631-63	16/10/1997	02,00
395	ANDRELI SILVA DOS SANTOS	062.858.161-07	21/10/1997	02,00
396	PATRICIA ALICE DA SILVA	058.515.671-98	30/03/1998	02,00
397	ROSA MILLA BORGES VIANA	062.330.341-83	17/03/1999	02,00
398	ANNY ELISY DA SILVA	062.833.251-30	05/05/1999	02,00
399	Joyce Kerem da S. R. Cardoso	055.820.451-12	27/07/1999	02,00

TSAE-SEGURANÇA E MANUTENÇÃO (VIGIA)				
Nº	**NOME**	**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
001	Antonio Ribeiro Neto	280.054.909-25	05/07/1958	15,20
002	GILMAR FERREIRA RODRIGUES	459.390.801-82	31/03/1970	14,60
003	Robinson de Moraes	265.961.131-91	26/04/1962	14,20
004	LUCIANO ILDEFONSO NUNES	998.829.301-15	19/04/1983	14,10
005	EDNA APARECIDA DE SOUZA CORREIA	069.750.568-54	05/05/1959	13,70
006	BENEDITO NUNES DE LIMA	452.544.001-53	01/12/1967	13,60
007	Jueliton Anunciação de Magalhães	039.915.641-06	27/07/1990	13,60
008	Ademilson Freitas de Oliveira	017.307.251-80	10/08/1987	13,40
009	ABRAÃO DOS SANTOS	801.747.951-49	19/06/1977	13,10
010	CLEONICE NUNES DA SILVA	003.056.791-20	29/11/1969	13,09
011	GLAUCIA DOS SANTOS RIGONATO BENTO	021.500.781-63	11/02/1989	13,00
012	Paulo Melchior da Silva Soster	056.239.321-85	21/07/1998	12,57
013	Adão José de Alvarenga Reis	058.030.461-24	08/12/1996	12,40
014	Paulo Epaminondas dos Reis Santana	058.030.431-09	18/05/1995	12,10
015	Geisiane Maria de Amorim Santos	045.718.801-14	23/02/1995	11,65
016	JEANDRO RIBEIRO DE MOURA	695.725.501-87	24/04/1978	11,30
017	Jucivaldo da Silva Correa	605.091.042-15	18/01/1977	11,11
018	PAULO ROBERTO BERNARDES	004.978.678-42	11/09/1958	11,10
019	ALACIR JESUS DO NSCIMENTO	545.454.801-44	05/06/1971	11,10
020	Dailson Junior de Freitas	004.077.891-62	05/10/1987	11,08
021	ROBSON LUIZ DUARTE	545.405.341-49	24/04/1974	11,06
022	EDSON MARQUES DE ASSUNÇÃO	376.436.301-00	23/01/1956	11,00
023	JAMILSON RAGMAR DA SILVA	581.659.831-72	28/**11/1975**	11,00
024	Rafael Taques de Oliveira	048.896.751-16	14/08/1993	10,70

025	JUANDIR MARCELINO DA SILVA	979.886.181.72	08/03/1979	10,65
026	JOATHAN ANTONIO SANTOS RIBEIRO	060.916.611-59	09/11/1997	10,10
027	DOUGLAS RUTEMBERG DE ALMEIDA	005.757.831-17	29/08/1984	10,03
028	JOÃO SANTANA DA SILVA	342.119.691-53	08/08/1965	09,80
029	JOÃO EMANUEL BARROS RAMOS	038.490.911-63	22/07/1991	09,75
030	MIRACY DE ALMEIDA CAMPOS	297.081.411-00	18/09/1962	09,50
031	EDSON RIBEIRO DOS SANTOS	603.818.841.04	18/10/1972	09,10
032	ADRIANO APARECIDO PINHEIRO	019.740.791-98	28/02/1987	09,00
033	JULLIENY CATARINA DA VEIGA	049.272.881-02	15/09/1995	09,00
034	WENDER MARGUES MOREIRA DE ASSUNÇÃO	007.994.011-02	22/07/1985	08,75
035	Benedito Antonio de Assunção	616.928.161-87	08/02/1967	08,60
036	KLEBER JUNIOR DA SILVA	729.256.391-00	04/09/1982	08,00
037	THIAGO ROSSI QUINTINO MENDONÇA	046.076.771-24	21/06/1991	08,00
038	NADER VINNICIUS DAMASCENO GALVÃO	058.185.391-19	29/04/1995	08,00
039	JEFFERSON GIOVANI JERONIMO	005.310.151-05	09/09/1984	07,20
040	Arthur Assis de Oliveira	032.221.001-10	06/10/1988	07,15
041	GERSO PAS DA CONCEIÇÃO	248.608.041-00	02/07/1962	07,00
042	ACENOR FERREIRA DA SILVA	703.243.101-10	26/09/1982	07,00
043	Heverton Lopes de Araujo	034.298.071-82	04/05/1992	07,00
044	ADRIANA ALVES DE ANUNCIAÇÃO	057.346.201-14	29/05/1996	07,00
045	JULIO CESAR FERREIRA DOS SANTOS	065.184.581-51	05/03/1998	07,00
046	ODEMAR LEMES DE SOUZA TINGO	469.090.141-34	09/06/1970	06,02
047	CIDEY MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO	384.229.801-34	24/06/1968	06,00
048	OZIL BARBOSA DA SILVA	629.557.211-15	21/01/1976	06,00
049	Elizeu Freire da Silva	667.895.321-53	25.06.1976	06,00
050	CIDNEI BENEDITO DE CAMPOS CURADO	920.995.561-72	28/04/1978	06,00
051	LUCINEY DA SILVA	012.716.671-85	27/03/1984	06,00
052	WILTON ALVES DA SILVA	010.636.151-19	12/12/1984	06,00
053	RUBENS FERREIRA DIAS	993.276.601-10	17/12/1984	06,00
054	FREDERICO JOSÉ ROCHA	011.457.401-46	28/09/1986	06,00
055	LAYD DAYANE DA SILVA	026.968.111-64	26/07/1990	06,00
056	WELINGTON NOGUEIRA BATISTA	030.335.601-48	20/09/1990	06,00
057	ABRAÃO SILVA DE OLIVEIRA	034.317.411-18	12/11/1992	06,00
058	ALANA XAVIER DE MORAIS	049.101.811-80	28/06/1994	06,00
059	ALEX BATISTA SOUSA	886.812.701-68	16/10/1980	05,50
060	JORGE MARQUES DE ARRUDA	019.831.931-27	05/05/1987	05,50
061	EDSON LUIZ ALBINO PEREIRA	004.132.331-97	04/08/1983	05,35
062	WILLIANS LAURA DA SILVA CAMPOS	856.815.201-53	26/10/1980	05,00
063	MARCOS CEZAR DE CAMPOS MAGALHÃES	001.887.501-77	25/06/1984	05,00
064	MILTOM PAIXAO DA CRUZ	383.932.631-15	17/07/1957	04,40
065	HERMERSON MARCELO DA SILVA FRANÇA	016.090.401-39	13/09/1983	04,30
066	WIRLEY DA SILVA ALMEIDA	017.905.021-14	20/05/1988	04,30
067	ROMULO MARIANO DE MIRANDA	043.539.421-58	31/12/1991	04,20
068	MARCO ANTONIO DE MIRANDA	707.342.751-53	03/04/1983	04,10
069	GERONIMO SILVA DE OLIVEIRA	207.944.521-91	13/01/1958	04,06
070	BENEDITO VIEIRA DOS SANTOS	161.757.271-34	28/04/1948	04,00
071	MANOEL BENEDITO DA SILVA	143.267.601-68	17/09/1954	04,00
072	EDMILSON DA SILVA GURGEL	175.353.794-00	07/01/1956	04,00
073	ALEX DE FIGUEIREDO BOTELHO	314.345.331-15	17/01/1957	04,00
074	CICERO BARBOSA PEREIRA	420.531.881-20	23/03/1959	04,00
075	JONAS JOSÉ RODRIGUES	428.052.799-72	30/01/1961	04,00
076	Manoel Armando da Silva	108.541.525-60	04/05/1961	04,00
077	JOSÉ CIRO DE MORAES	346.194.291-04	16/03/1962	04,00
078	JOAQUIM PEREIRA DAS NEVES	303.598.211-20	07/11/1962	04,00
079	JOSÉ HENRIQUE MENDES	255.606.701-20	01/02/1963	04,00
080	NIVALDO LEMES DE ALMEIDA	284.390.401-30	10/02/1963	04,00
081	IVONETE MENDES DE ALMEIDA	383.144.362-91	10/05/1963	04,00
082	JULIO PEREIRA MACIEL	284.604.211-04	17/07/1963	04,00
083	ADILSON FERREIRA DA SILVA	511.675.229-15	22/12/1964	04,00
084	EVALDETE JUVENTINA DA COSTA	453.169.701-44	05/01/1965	04,00
085	JOAQUIM GONÇALO DE FREITAS	393.586.311-04	23/05/1965	04,00
086	BENEDITO CELCINO DE SIQUEIRA	377.941.161-04	31/07/1965	04,00
087	GILMAR LEITE RODRIGUES	849.520.591-20	01/08/1965	04,00
088	GONÇALINA DA SILVA FIGUEIREDO	353.660.951-15	24/08/1965	04,00
089	Julio Maria Gonçalves	312.163.312-00	19.07.1966	04,00
090	MANOEL GRIGORIO DE ALMEIDA	405.564.251-20	24/01/1967	04,00
091	REINALDO RODRIGUES DE SOUZA	361.598.081-68	04/04/1967	04,00
092	Ismael Barros do Nascimento	474.910.610-10	16/06/1967	04,00
093	Sildair Donizete Ribeiro	485.710.671-04	20/07/1969	04,00
094	SILDAIR DONIZETE RIBEIRO	485.710.671-04	20/07/1969	04,00
095	SERGIO RODRIGUES DA SILVA	116.808.698-17	31/07/1969	04,00
096	ADEMIL MANOEL DA SILVA	667.219.971-34	07/10/1969	04,00
097	Josinei da Silva Barbosa	514.201.981-49	27/02/1970	04,00
098	Luzinir Enedina da Silva	514.468.631-15	25/12/1970	04,00

099	LINDOMAR JOSE DA SILVA	432.847.441-34	10/06/1971	04,00
100	ARILSON DE BRITO TENUTES	551.505.601-97	23/07/1971	04,00
101	Lucimar Luciano dos Santos	482.257.201-30	18/02/1972	04,00
102	LUCIMAR LUCIANO DOS SANTOS	482.257.201-30	18/02/1972	04,00
103	JORGE LUIS RIBEIRO DE MORAES	803.655.742-04	11/03/1972	04,00
104	JOSE LEONIL DA SILVA	655.115.931-72	02/04/1972	04,00
105	João Batista Nascimento das Neves	550.250.991-53	20/06/1972	04,00
106	WOLNEY MOREIRA COUTINHO	495.428.771-53	23/10/1972	04,00
107	JACILDO JOÃO DA SILVA NASCIMENTO	502.491.341-87	30/10/1972	04,00
108	VALDECIR PEREIRA	912.524.231-87	27/04/1973	04,00
109	PAULO MARIO DE JESUS	934.275.221-72	14/09/1973	04,00
110	NELSON GERALDO LUCIO	523.168.821-53	27/08/1974	04,00
111	EDSON LUIZ SILVA NUNES	551.851.421-20	17/09/1974	04,00
112	JOSÉ AUGUSTO DE FRANÇA	963.894.241-34	04/04/1975	04,00
113	MARCIO FERREIRA DE MORAES	856.864.251-91	12/04/1975	04,00
114	Anderson Alex da Silva	616.282.471-34	28/06/1975	04,00
115	LUCIANO DE ARRUDA MAGALHÃES	654.778.041-49	10/10/1975	04,00
116	AELCIO CARLOS DE ALMEIDA	890.792.131-87	16/10/1975	04,00
117	VALMIRO ANTONIO DE QUEIROZ	545.149.831-87	28/11/1975	04,00
118	Antonio Domingos dos Santos	817.822.501-82	25/02/1976	04,00
119	MARINA ROSA DA SILVA	827.880.651-91	01/04/1976	04,00
120	AIRTON SANTANA DE FIGUEIREDO	813.178.831-87	16/04/1976	04,00
121	ADRIANO MACHADO LEITE	249.332.998-89	25/05/1976	04,00
122	Evaldo Batista dos Santos	877.717.481-04	24/06/1976	04,00
123	ELTON ALEXANDRE BUENO COSTA	874.542.629-53	19/07/1976	04,00
124	Alberto Campos Duca	603.826.941-04	05/01/1977	04,00
125	JOANICE DA SILVA BARROS	815.906.791-72	16/06/1977	04,00
126	JOANICE DA SILVA BARROS	815.906.791-72	16/06/1977	04,00
127	AUGUSTO CESAR QUINTILIANO	858.598.956-25	07/09/1977	04,00
128	FLAVIO ROBERTO MAMEDES CABRAL	013.166.611-80	28/11/1977	04,00
129	VALDICREI MANOEL DA SILVA	875.507.251-87	01/04/1978	04,00
130	Maionete Reis dos Santos	254.732.438-51	21/05/1978	04,00
131	ELISANGELA SILVA DE JESUS	690.765.531-49	06/09/1978	04,00
132	ADMIR FERREIRA DO ESPIRITO SANTO	855.130.401-15	19/02/1979	04,00
133	JANAINA RODRIGUES DA COSTA	031.698.181-06	04/03/1979	04,00
134	Darliney Ortiz	824.669.631-51	15/03/1979	04,00
135	IVALDO DA SILVA SANTOS	051.767.304-56	24/06/1979	04,00
136	JURANIL GASPAR DA SILVA	930.673.721-15	28/06/1979	04,00
137	RUDINÉIA FONTES DE ALMEIDA	918.412.751-15	04/10/1979	04,00
138	VALDIR DE ALMEIDA MAMORE	971.821.501-82	09/12/1979	04,00
139	Robson Pinheiro da Silva	896.899.761-68	18/03/1980	04,00
140	UEDER PEREIRA DE BARROS	961.609.931-00	27/06/1980	04,00
141	MOZARE RODRIGUES SANTOS	974.429.681-04	30/07/1980	04,00
142	WELITON JOSÉ DO NASCIMENTO	002.680.011.03	26/11/1980	04,00
143	JUSSARA TEIXEIRA NEVES	932.522.931-53	01/01/1981	04,00
144	LUCIANA ALEXANDRINA DO NASCIMENTO	000.870.721-90	01/04/1981	04,00
145	MARCIO LAURO DA COSTA	000.196.091-16	13/04/1981	04,00
146	MOISES DIAS DE BRITO	957.206.421-53	21/12/1981	04,00
147	JOSÉ APARECIDO PEREIRA RONDINI	911.902.901-20	21/02/1982	04,00
148	ADRIANE MOREIRA DE MIRANDA	011.791.161-51	26/03/1982	04,00
149	Antonio Luiz da Silva	935.855.601-30	12/06/1982	04,00
150	GRAZIELLE AP. SILVA DE ALMEIDA	947.662.311-04	17/07/1982	04,00
151	GREISON ALVES FERREIRA	705.563.001-06	31/07/1982	04,00
152	ANDREIA TEIXEIRA	020.123.551-02	17/02/1983	04,00
153	jackson matias da silva correa	702.518.271-00	24/02/1983	04,00
154	ROSICLEA BORGES DE SOUZA	033.377.851-07	08/06/1983	04,00
155	MOISES DOMINGOS BARBOSA	010.164.361-65	11/11/1983	04,00
156	JHONE RODRIGUES MADUREIRA	956.887.771-72	08/12/1983	04,00
157	willian campus de moraes	006.593.251-01	12/02/1984	04,00
158	VALDEMIR PEREIRA DA SILVA JUNIOR	005.685.961-96	26/10/1984	04,00
159	ELIANE LIMA SANTOS	005.019.741-05	18/04/1985	04,00
160	MARCOS ANTONIO GONÇALVES DOS SANTOS	729.467.921-53	25/04/1985	04,00
161	LUCIVALDO SANTANA DA SILVA	006.474.741-74	16/05/1985	04,00
162	THIAGO PINHEIRO DE ALENCAR	016.632.721-23	30/06/1985	04,00
163	JORGE SANTANA DE ALMEIDA	012.666.971-60	28/07/1985	04,00
164	DONIZETT DA PENHA BUENO	003.920.441.37	09/08/1985	04,00
165	REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS	005.392.041-45	14/10/1985	04,00
166	ALEX DE MORAES SILVA	011.877.811-00	28/11/1985	04,00
167	MICHELE CRISTINA PARECIS DE OLIVEIRA	025.887.191-12	03/02/1986	04,00
168	SILBENE APARECIDA DE CAMPOS	018.986.051-06	26/05/1986	04,00
169	HENRIQUE CAMPOS DE OLIVEIRA	014.230.991-50	13/08/1986	04,00
170	Everton Querubino Brizola	007.427.291-84	18.08.1986	04,00
171	Carlos Roberto de Oliveira	023.534.271-89	08/12/1986	04,00
172	EDSON DA ROCHA SANTANA	027.460.051-07	20/04/1987	04,00

173	JORGE MARQUES DE ARRUDA	019.831.931-27	05/05/1987	04,00
174	ADEMILSON GONÇALVES DE QUEIROZ	025.750.411-71	25/05/1987	04,00
175	CARLOS FRANÇA DA SILVA	733.800.321-15	14/06/1987	04,00
176	Leonam M. Figueiredo de Moraes	025.328.571-29	27/09/1987	04,00
177	laions erikson silva de oliveira	019.340.321-82	05/11/1987	04,00
178	Paulo Henrique de Oliveira	732.230.181-16	30/11/1987	04,00
179	Kenny Ângelo Mata	019.478.681-10	17/12/1987	04,00
180	MARCOS GONÇALVES DA SILVA	020.362.971-02	17/03/1988	04,00
181	ADILSON DE SOUZA FERREIRA	010.226.271-39	06/07/1988	04,00
182	ANTONIO FERNANDES DA COSTA AMORIM	022.552.471-60	21/07/1988	04,00
183	JONATAN FORTES	032.870.311-71	25/07/1988	04,00
184	Bruno Figueiredo de Campos	023.511.011-62	17/01/1989	04,00
185	LUIZ MAURICIO CALAZANS DE ALMEIDA CAMPOS	023.340.531-39	05/05/1989	04,00
186	JOÃO CARLOS DOS SANTOS COSTA	014.523.211-59	17/06/1989	04,00
187	Fabio Pereira Lima	032.658.421-85	25/07/1989	04,00
188	KAYQUE FERNANDO SILVA DE ANDRADE	031.694.711-39	20/10/1989	04,00
189	Rudson Junior Carvalho da Costa	010.157.941-14	07/11/1989	04,00
190	WENDER MANOEL BARACAT DA SILVA	047.095.571-60	08/03/1990	04,00
191	vagner soares davino	020.112.191-32	19/03/1990	04,00
192	FABIANO MATTOS DA SILVA	039.669.961-89	27/03/1990	04,00
193	MARIA FRANCISCA DA COSTA FLORIANO	045.746.391-05	13/08/1990	04,00
194	FELIPE ANGELO ESPÍNDOLA	035.104.951-79	29/09/1990	04,00
195	ELISMAR ELIAS DIAS DE PAULA	033.752.451-30	11/11/1990	04,00
196	FLAVIELLE NASCIMENTO DE ALMEIDA	033.097.171-94	27/11/1990	04,00
197	JONATHAN ALTAMIRO BENEDITO DA SILVA	039.343.481-81	28/11/1990	04,00
198	EDVALDO DE ALMEIDA SOUZA	034.850.391-10	18/04/1991	04,00
199	FELIPE ALENCAR MARQUES DE ARRUDA	053.016.811-17	13/04/1992	04,00
200	CELIA DE ALMEIDA CAMPOS PISCITELLI	052.749.551-42	18/04/1992	04,00
201	PABLO IURY DA SILVA	040.036.921-44	25/11/1992	04,00
202	FELIPE MARTHEUS SILVA RAMIRES	048.782.841-02	27/12/1993	04,00
203	MICHAEL AURELIO DE MELO	042.705.641-13	19/03/1994	04,00
204	ADILSON JUNIOR RODRIGUES LEÃO	054.980.501-00	14/05/1994	04,00
205	RAFAEL ROQUE DE ASSIS	050.291.031-39	16/08/1994	04,00
206	Yan Cristian Neves Duarte	023.198.151-12	27/10/1994	04,00
207	ADENILÇO PAES PROENÇA JUNIOR	049.001.741-06	05/11/1994	04,00
208	Lucas André da Silva	042.783.631-09	07/12/1994	04,00
209	DIOGO DE LIMA PRADO	059.653.121-48	13/12/1994	04,00
210	ARTHUR OLIVEIRA BATISTA PIRES PEREIRA	039.245.451-38	30/04/1995	04,00
211	Willian Jonatan Southier	056.382.431-00	04/05/1995	04,00
212	RENAN JESUS MENDONÇA DE SOUZA	043.523.721-70	19/05/1995	04,00
213	JEFFERSON PEREIRA DE SOUZA	062.476.801-55	01/06/1995	04,00
214	Victor de Arruda Aquino de Moraes	053.209.541-31	04/10/1995	04,00
215	WELLINGTYON EUGENIO FREITAS	009.722.271-21	06/07/1996	04,00
216	CRYSTIANO BOTELHO DA COSTA	049.035.541-20	10/03/1997	04,00
217	Daniel Rocha Lucio	056.197.271-06	24/10/1997	04,00
218	Victor Lima da Costa	035.092.671-92	22/11/1997	04,00
219	FELIPE PEREIRA DIAS	061.711.711-07	01/01/1998	04,00
220	FELIPE PEREIRA DIAS	061.711.711-07	01/01/1998	04,00
221	DENIS WILTON DE PAULA AZEVEDO	065.342.901-03	27/09/1998	04,00
222	DOUGLAS HENRIQUE SENABIO DA SILVA	062.417.711-40	08/05/1999	04,00
223	DOUGLAS HENRIQUE SENABIO DA SILVA	062.417.711-40	08/05/1999	04,00
224	ALESSANDRO DE PINHO AMORIM	703.087.131-68	23/10/1982	03,75
225	KALEB CARLOS GOMES DA SILVA	971.798.501-44	06/08/1981	03,70
226	EDSON DE SOUZA BENEVIDES	502.789.911-49	05/06/1966	03,50
227	CLAUDEMIR GONÇALO DA SILVA	005.391.751-02	16/10/1984	03,50
228	LUZIA CRISTINA MENDES A. DE SOUZA	024.328.341-51	19/07/1985	03,50
229	FERNANDO RIBEIRO ALVES	274.241.201-82	16/01/1986	03,50
230	BENEDITO SEBASTIÃO DA SILVA NETO	029.732.821-28	06/01/1989	03,03
231	ANDRE AUGUSTO RONDON	429.787.771-68	15/06/1970	03,00
232	WALDERSON DA SILVA MAGALHÃES	004.713.171-36	15/05/1983	03,00
233	MAURA NUNES DOS SANTOS	027.988.511-30	12/01/1988	03,00
234	JOÃO ANTUNES CORREA JUNIOR	037.975.861-08	21/02/1989	03,00
235	JHAMESON COSTA DE OLIVEIRA	049.050.851-01	16/10/1993	03,00
236	EDCLEISON DA SILVA FERREIRA	057.385.261-80	08/05/1996	03,00
237	PEDRO PAULO DE FIGUEIREDO	453.225.541-49	28/08/1971	02,63
238	JOÃO CONCEIÇÃO DE SOUZA	266.000.301-78	23/09/1963	02,50
239	ADMILSO MARQUES DE ARRUDA	545.156.531-72	29/09/1971	02,50
240	FRANCISCO AQUINO PEREIRA	632.723.501-87	11/03/1977	02,50
241	DELMIRO LEITE DE PINHO	840.196.031-20	09/08/1978	02,50
242	GILIARD JOSE DA SILVA	858.608.161-20	29/03/1980	02,50
243	ELCIO DIAS DA SILVA	991.478.581-68	18/02/1983	02,50
244	FERNANDO CARLOS TAVARES	017.814.751-64	29/04/1990	02,50
245	JONATHAN DE ALMEIDA AMORIM	051.671.531-31	22/04/1993	02,50
246	MAXSUEL BARBOSA DE SOUZA	051.050.701-86	26/08/1993	02,50

247	SEBASTIÃO MAGALHÃES DE LARA	766.973.121-49	20/01/1944	02,40
248	RAUL AUGUSTO BARROS RAMOS	039.208.061-95	07/05/1993	02,36
249	Gonçalina Lucia da Silva	161.656.831-34	29.03.1958	02,25
250	MAIKON DOUGLAS FERREIRA DOURADO	048.842.741-05	15/01/1993	02,10
251	ADEMIR PINHEIRO DE MAGALHÃES	128.350.641.68	05/07/1950	02,00
252	RAIMUNDO ERMENEGILDO ALMEID0	161.445.461-20	25/05/1952	02,00
253	VALFRIDES DA SILVA LEITE	543.573.811-34	01/05/1963	02,00
254	GONÇALINA MARIA DE LIMA	581.647.401-44	14/05/1964	02,00
255	Carlos José dos Santos	056.045.158-09	25/09/1964	02,00
256	Gildo Sebastião de Lima e Silva	361.693.071-53	15.04.1966	02,00
257	SERGIO PIRES MARQUES	326.615.682-04	01/03/1968	02,00
258	SILVIO MARTINS SANTANA	361.514.241-15	30/12/1968	02,00
259	EGIDIO PEREIRA NUNES	779.940.511-20	08/02/1969	02,00
260	ADONICE MANOEL DA SILVA	513.671.731-91	25/08/1970	02,00
261	LUIZ ANTONIO DO ESPIRITO SANTO	544.586.171-68	01/04/1971	02,00
262	Marcio Alexandre C. da Silva	545.068.081-34	01/06/1971	02,00
263	LUCIANO DUTRA GONÇALVES	760.709.569-15	13/12/1971	02,00
264	Josimar Sayd Pinto	537.695.541-91	06/05/1972	02,00
265	Renato Caetano de Souza	632.704.041-15	23/01/1973	02,00
266	AIRTON ROSA DE MORAIS	581.385.281-68	17/03/1973	02,00
267	MANOEL DA COSTA	773.337.721-87	03/05/1973	02,00
268	EVERALDO DA CONCEIÇÃO FERNANDES	819.643.821-49	24/11/1973	02,00
269	DARLY GUIOMAR FERREIRA DE SOUZA	544.392.801-53	23/08/1975	02,00
270	Waldemir José Silva	896.625.121-87	11/06/1977	02,00
271	LEONARDO DE SOUZA BERNAL	781.706.991-34	18/09/1977	02,00
272	MARIO MARCIO DE FARIAS	835.204.221-15	03/11/1977	02,00
273	CLAUDISON DE OLIVEIRA	901.015.611-72	20/06/1978	02,00
274	MAURICIO CARLOS DE ALMEIDA	960.712.731-53	27/01/1980	02,00
275	MUSULINE PEREIRA DO NASCIMENTO	698.923.691.49	26/05/1980	02,00
276	VILMAR SANTOS DE SOUZA	899.368.171-68	09/08/1980	02,00
277	GERSON LAURA DA COSTA	909.893.411-00	28/04/1981	02,00
278	RAFAEL OLIVEIRA ALMEIDA	935.963.161-20	08/08/1981	02,00
279	ESDRA JOSÉ REZENDE	865.792.901-53	17/12/1981	02,00
280	CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA	002.972.941-64	20/07/1982	02,00
281	JONATHAN DOS SANTOS	009.888.671-17	09/01/1983	02,00
282	CLOVIS MARCOS GIMENEZ BARBOSA	955.475.251-20	04/03/1983	02,00
283	GINIVALDO MAURICIO DE ALMEIDA	984.393.241-20	14/09/1983	02,00
284	ALEXANDRE CASTRO DOS SANTOS	008.274.861-62	15/10/1983	02,00
285	FÁBIO BASTOS GUIMARÃES	004.713.781-94	10/11/1984	02,00
286	WANGLES RAFAEL SCHERBACH KONRATH	003.216.081.00	21/03/1985	02,00
287	DOMINGOS ARAUJO DOS SANTOS NETO	803.164.502-78	09/04/1986	02,00
288	JOSIMAR DA SILVA DELGADO	015.022.671-36	17/06/1986	02,00
289	CLEIDELI JACINTO	028.000.861-90	01/09/1986	02,00
290	CID DE SOUSA DA SILVA	010.018.701-95	13/09/1986	02,00
291	ALEX QUIRINO DE SALES	025.831.421-43	13**/02/1989**	02,00
292	JULIANO ALVES DOS SANTOS	029.728.941-11	04/06/1989	02,00
293	DAVID JEFERSON SOUZA DIAS	019.138.991-95	25/07/1989	02,00
294	MICHELY RAMOS DE CAMPOS	025.663.431-95	08/08/1989	02,00
295	JOSÉ DOS SANTOS ROSA POSSARI	034.764.241-11	01/01/1991	02,00
296	MARCIO LENINE DA SILVA	034.451.821-32	20/09/1991	02,00
297	DANILO PAES DE ARRUDA	041.943.931-55	28/12/1991	02,00
298	MARCOS WINICUIS TELES DOS SANTOS	042.402.281-81	04/06/1993	02,00
299	Daniel Ferreira da Silva Neto	048.879.831-07	04/12/1993	02,00
300	ALEF JOSÉ BUENO	044.604.761-93	05/01/1994	02,00
301	ANTONIO WELINGTON DE SOUZA	034.182.701-07	22/09/1994	02,00
302	DAIANE DOS SANTOS VILLAS BOAS	052.120.251-50	29/09/1994	02,00
303	JHONATAN GEOVANE FERNANDES	040.462.141-47	07/03/1995	02,00
304	Elvis Fabricio de Almeida Amorim	053.792.551-16	14/03/1995	02,00
305	TAIS CÁSSIA OLIVEIRA DE JESUS	055.693.911-50	04/04/1995	02,00
306	JOÃO CARLOS QUEVEDO MARCONCINI	052.466.741-18	05/04/1995	02,00
307	IVANEi FERNANDES CAMPOS CORREA	052.912.271-50	07/05/1996	02,00
308	KENNEDY PEREIRA DUTRA GONÇALVES	053.530.811-61	23/10/1996	02,00
309	LUIS FERNANDO COENGA DA SILVA	062.171.911-05	10/11/1997	02,00
310	SAMUEL MATHEUS DOS SANTOS ALMEIDA	062.475.351-47	31/05/1999	02,00
311	Vinicius Leonardo Pereira Gonçalves	442.286.488-27	06/07/1999	02,00

INDEFERIDOS (SEM CPF E/OU DATA DE NASCIMENTO)				
Nº		**CPF**	**Data de Nascimento**	**PONTO**
01	Naiara Conceição de A. Silva			02,00
02	DANIEL PEDRO CORREA	926.030.178-53		11,30

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 082/2018

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR André Eduardo Viana Malacarne, no cargo em comissão de Assessor Jurídico - DNS 5, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de Fevereiro de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

ATO Nº 052/2018

A PREFEITA MUNICIPAL DE VÀRZEA GRANDE, *LUCIMAR SACRE DE CAMPOS*, brasileira, portadora do RG nº 0249873-1 SSP/SP e do CPF Nº 078.334.311-68, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n°. 1.164/1991- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande, e;

Considerando o contido no Processo Administrativo Disciplinar N° 038/2016, instaurado pela Portaria nº 672/CPSPAD/SAD/2017, de 31/07/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios - AMM, na data de 02/08/2017, página 310, cujo julgamento final se deu no dia 05/02/2018;

RESOLVE:

ACOLHER, em todos os seus termos, o relatório proferido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares por estar o mesmo de acordo com as provas dos autos, e JULGAR que a servidora SANDRA REGINA DE SOUZA GHANEM, matricula nº 42486, Professor I a IV, incorreu na infração estatutária de Acúmulo Ilegal de Cargos, tipificada nos artigos 128, §1º, c/c 142, XII e artigo 143, §1º e §2º todos da Lei Complementar Municipal n° 1.164/91, para APLICAR-LHE A PENA DISCIPLINAR DE DEMISSÃO.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes.

Várzea Grande-MT, 06 de fevereiro de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 05 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação de área situada no município de Várzea Grande – MT, para construção de Estação de Tratamento de Água – ETA, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a alínea "e", do inciso I, do artigo 95, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o que faculta as alíneas "d", "e", "g", "h", "i" e "m", do artigo 5.º, do Decreto-Lei Federal n.º 3.365, de 21 de Junho de 1.941, alterada pela Lei Federal n.º 9.785, de 29 de Janeiro de 1.999; e

CONSIDERANDO o Processo Administrativo *Gespro* n.º 501.092/2.018.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante forma amigável ou judicial, parte de área urbana, situada no lugar denominado Bairro: Jardim Atlântico – Formigueiro, neste Município, a ser desmembrado da Matrícula n.º 4.764 do livro 02, 1.º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande - MT, de propriedade de: Jorge Massunabu Kuroyanagi e outros.

Parágrafo único: a área a ser desapropriada e desmembrada possui área total de 41.457,70 m2, com as seguintes dimensões e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-01, cravado na coordenada UTM de E=586250.0415 e N=8269363.6276, no limite de uma Rua Projetada com área de remanescente de Jorge Massunabu Kuroyanagi e outros; deste segue com azimute de 156º03'01" e distância de 218,00 metros confrontando com a Rua Projetada – até o M-02, de coordenadas N=8.269164.3968m, e E=586338.5350m.; deste segue com azimute de 256º26'14" e distância de 260,00 metros, confrontando com a Avenida A até o M-03, de coordenadas N=8.269103.4202m e E=586085.7714m. ; deste segue com azimute de 00º08'08" e distância de 166,00 metros, confrontando com Loteamento Novo Mundo até o M-04, de coordenada N=8.269269;42,31m. e E=586086.1784m., deste segue no azimute de 60º06'20" e distância de 189,00 metros, confrontando com a área remanescente até o M-01; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente para efeito de imissão provisória de posse, desde logo autorizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 3.365/1.941.

Art. 3º O objetivo da presente desapropriação destina-se para a construção de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água – ETA.

Art. 4º Fica fixado o valor total de **R$ 622.280,07 (seiscentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta reais e sete centavos)** a título de indenização decorrente da desapropriação parcial, conforme processo administrativo *gespro* n.º 501.092/2.018.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta de dotação orçamentária do Município, provenientes de recursos abaixo alocados:

Projeto n.º 1312

Elemento de Despesa n.º 4.490.93.00

Fonte: 0100

Art. 6º Deverá, a Procuradoria Municipal, antes da realização do pagamento da desapropriação, realizar a compensação financeira de débitos tributários e/ou não tributários, existentes em nome de qualquer um dos proprietários da área, caso existam, por meio de processo administrativo ou judicial.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto Municipal n.º 70/2.013.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 14 de fevereiro de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 34, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.018.

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 021/2018 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **EDNÉIA MENEZES ALVES**, brasileira, Farmacêutica do Cadim, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 841074 SSP/MT e inscrita no CPF nº 536.019.801-00, Matrícula nº 126389, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 019/2018, firmado com a empresa, **CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR – EIRELI – ME**, inscrita sob o CNPJ nº 22.684.331/0001- 20, cujo objeto é Aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), e Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/02/2018.

Art. 2º - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 21 de fevereiro de 2.018.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO E INCLUSÃO DE ADENDO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018.

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará **realizar** licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018,** tendo como **objeto:** Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis (Etanol Comum, Gasolina Comum, Óleo S10 e Óleo Diesel Comum) com tecnologia para pagamento por meio de cartões magnéticos ou micro processado (chip), em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos, para atender a frota de veículos e máquinas do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – MT e demais veículos que venham a ser adquiridos, incorporados ou alugados, juntamente com os anexos, com realização prevista para o dia 22 de fevereiro de 2018, às 09h 00min (horário de Mato Grosso), foi **PRORROGADO** para dia 06 de março de 2018 às 09h00min (horário de Mato Grosso), para adequações no Edital, conforme Adendo. O ADENDO encontra-se disponível no site www.daevg.com.br**.**

Várzea Grande-MT, 21 de fevereiro de 2018.

CRISTIANE PEREIRA MARTINS

PREGOEIRA - DAE/VG

PORTARIA Nº. 22/2018.

"Retifica a Portaria nº 73/2017, no que diz respeito ao enquadramento da servidora ***MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA****."*

O Presidente do PREVIVAG - **INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – MT, no uso de suas atribuições legais e** tendo em vista o que consta no Processo nº. 2018.15.200029PA e;

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 79/2017, apenas no que diz respeito ao enquadramento da servidora **Maria da Conceição Oliveira**, portadora da matrícula nº 201206; a fim de que, onde se lê: Nível 03, leia-se: Nível 08.

Art. 2º - Ficam mantidos os demais termos da referida Portaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01/06/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 20 de fevereiro de 2018.

JUAREZ TOLEDO PIZZA

PRESIDENTE

DECRETO Nº 08 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.018.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do artigo 69, inciso VI;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.095/2015 que criou a Lei de Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que foi instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como órgão deliberativo, controlador e fiscalizador das ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de

organizações representativas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o biênio 2018-2019:

I – Representante do Governo Municipal

SMECEL - Educação		
a.	**Flávia Lúcia Figueiredo e Silva**	**Titular**
	Nelma de Oliveira Neres	Suplente
b.	**Luz Marina Coelho**	**Titular**
	Noemi Almeida de Assis Crépin	Suplente
SMECEL - Cultura		
c.	**Maria Alice de Barros Silva**	**Titular**
	Conceição Evangelina de Barros Marques	Suplente
SMECEL - Esporte		
d.	**Ana Maria Barros Cesar**	**Titular**
	Elana Catarina Monteiro Mayer	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social		
e.	**Katlin Oliveira Calmon**	**Titular**
	Jovanil Flores da Silva	Suplente
f.	**Fatima Pitanga**	**Titular**
	Vanessa C. Caceres Navarro	Suplente
Secretaria Municipal de Administração		
g.	**Danielle Cristina Lorenzon**	**Titular**
	Marcos Rodrigues da Silva	Suplente
Secretaria Municipal de Saúde		
h.	**Franz Cleyton F. de Amorin**	**Titular**
	Guilherme Henrique Silva Fernandes	Suplente
i.	**Juselly Carmem de Lima**	**Titular**
	Karinny Luzia Schraibre	Suplente
Secretaria Municipal de Gestão Fazendária		
j.	**Silvia Leiza Cristina Rodrigues Lemes**	**Titular**
	João Paulo Alves de Araújo	Suplente

II – Representante da Sociedade Civil

	Sociedade Civil de Atendimento DIRETO	
a.	Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo **Sirlei Araújo de Faria Silva**	Titular
	Associação Ecológica e Centro de Equoterapia Nativo **Eliane Faria Duenhas**	Suplente
b.	Fundação Nova Suíça **Douglas Ferreira de Souza**	Titular
	Fundação Nova Suíça **Neuza Zandonato de Souza Faiad**	Suplente
c.	Associação Beneficente Vida Nova **Isis Katia Novaes Hauer**	Titular
	Associação Cristo Rei **Leandro Fábio Momente**	Suplente
d.	Instituto Educacional Luz do Amanhã **Diane Maria de Almeida**	Titular
	Associação Centro Educacional de Apoio a Família **Suzeli Arruda de Lima Nogueira**	Suplente
e.	Associação Várzeagrandense Madre Tereza de Calcutá **Maísa Santos Coutinho**	Titular
	Cáritas Paroquial de Várzea Grande **Ana Conceição Elias e Silva**	Suplente
f.	Associação Caminhando Para Mais Um Sonho – ACAMIS **Antonina Cajango de Oliveira**	Titular
	Associação das Manifestações Folclóricas de Mato Grosso **Saturnino da Silva Campos**	Suplente

	Sociedade Civil de Atendimento INDIRETO	
g.	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Várzea Grande **Juceliana Martins de Aquino**	Titular
	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Várzea Grande **Flávia Petersen Moretti**	Suplente
h.	Rotary Clube Portal do Norte **Donizete Franco Correa**	Titular
	Rotary Clube Portal do Norte **Jidalto Schneider da Costa**	Suplente
i.	Associação AMPARA **Sabrina Liberato Lopes Galvan**	Titular
	Associação AMPARA **Eliete França e Silva Domingos**	Suplente
j.	Associação Civil Social ABAIUC **José Dias de souza**	Titular
	Associação Civil Social ABAIUC **Luciana Dias de Souza**	Suplente

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de fevereiro de 2.018.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 19 de fevereiro de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ATO EXTRATO CONTRATO N. 021/2018

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR - EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.684.331/0001-20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições do art. 24, IV da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 08/2018, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 29/2018, no Termo de Referência nº 61/2017 da Secretaria de Saúde. OBJETO: Tem por objeto a aquisição de materiais/insumos hospitalares em caráter de urgência para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (HPSM/VG), Unidade de Pronto Atendimento (UPA/IPASE) e demais Unidades da Secretaria Municipal de Saúde. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global no montante de R$ 27.951,56 (vinte e sete mil novecentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta e seis centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0003**. P/A: 2.303. ND. 3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/01442. DO: 09.02.10.302.0012. P/A: 2.304. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/0142. DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.305. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0102/0114/0102.** DO: 09.02.10.301.0020. P/A: 2.307. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0114/0142/0102. Terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que a CONTRATADA deverá entregar o objeto de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação, conforme art. 24, IV da Lei n. 8.666/1993.

DATA DE ASSINATURA: 09.02.2018.

DIOGENES MARCONDES

Secretária Municipal de Saúde – PMVG/MT

CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR - EIRELI - ME Contratada

DECRETO Nº 09 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.018.

Dispõe sobre a substituição de membro da Câmara Técnica, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do artigo 69, inciso VI, e:

CONSIDERANDO a Lei N° 4.042/2.014 que define a Política de Desenvolvimento do Município de Várzea Grande com o objetivo de estimular o empreendedorismo e definindo regras para a atração, estabelecimento, expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos econômicos, a atração turística, o resgate, a preservação e o estímulo à cultura com ênfase na geração de emprego e renda;

CONSIDERANDO o que preconiza o art. 10 da Lei em comento que determina a composição da Câmara Técnica do Município de Várzea Grande; e

CONSIDERANDO a substituição de Secretários e Subsecretários municipais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica recomposta a Câmara Técnica com os seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo:

a. Kalil Sarat Baracat de Arruda (Titular) – Presidente;

b. Fernando da Silva Sé (Suplente) – Vice-Presidente;

II – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

a. Silvio Aparecido Fidelis - (Titular)

b. Marcelo França Martins - (Suplente)

III – Secretaria Municipal de Gestão Fazendária:

a. João Benedito Gonçalves Neto (Titular);

b. Julio Leite Junior (Suplente);

IV - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo:

a. José Batista da Silva (Titular);

b. Waldisnei Moreno da Costa (Suplente);

V – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável:

a. Helen Farias Ferreira (Titular);

b. Cintia da Silva Serrano (Suplente);

VI – Secretaria Municipal de Planejamento:

a. Edson Roberto Silva (Titular);

b. Cláudia do Bom Despacho Ferraz (Suplente).

Art. 2°. A Câmara Técnica será presidida pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto Municipal n.º 52/2.016.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 19 de fevereiro de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2017

O Município de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Comunicação Social, por intermédio da Comissão Especial de Licitação designado pela portaria n. 013/SECOM/2017, faz saber aos interessados que a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 003/2017,** cujo objeto é **contratação de agencia de propaganda para serviços técnicos de publicidade para a elaboração de projetos e campanhas como fim especifico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de Várzea Grande,** encontra-se **SUSPENSO**.

Os motivos determinantes de sua suspensão se dá à Ação nº 1004777-32.2017.8.11.0002 em tramite na Primeira Vara da Fazenda Publica da Comarca de Várzea Grande- MT, Logo que os motivos forem sanados, a Administração Pública Municipal de Várzea Grande estará publicando a Reabertura do certame licitatório.

Várzea Grande - MT, 21 de Fevereiro de 2018.

PEDRO MARCOS DE CAMPOS LEMOS

Secretário Municipal de Comunicação Social de Várzea Grande

DECRETO Nº 10 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2.018.

Dispõe sobre a capacitação e habilitação para o uso do Equipamento de Menor Potencial Ofensivo pelos Guardas Municipais e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do artigo 69, inciso VI, e:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Complementar n.º 4.180/2.016, que autoriza o uso de instrumento de menor potencial ofensivo do tipo emissão de impulso elétrico para os servidores da Guarda Civil Municipal de Várzea Grande;

CONSIDERANDO as disposições do art. 53 da Lei Municipal Complementar n.º 4.180/2.016, que condiciona a autorização do uso de instrumento de menor potencial ofensivo do tipo emissão de impulso elétrico incapacitante à aprovação em treinamento técnico especifico a ser regulamentado pelo chefe do Poder Executivo; e

CONSIDERANDO ainda os termos da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada normativa para o curso “Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo – IMPO”, do Tipo Impulso Elétrico Incapacitante e Espargidor de Pimenta para a HABILITAÇÃO dos agentes da Guarda Municipal de Várzea Grande.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para fins de aplicação e uso desta norma, considera-se:

I – Força: intervenção coercitiva imposta à pessoa ou grupo de pessoas por parte do agente de segurança pública com a finalidade de preservar a ordem pública e a lei;

II – Arma Elétrica Incapacitante (AEI): arma que descarrega energia elétrica em um organismo vivo com o propósito de paralisar seu corpo;

III – Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo: conjunto de armas, munições e equipamentos desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas;

IV – Princípio da Conveniência: a força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos;

V – Princípio da Legalidade: os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei;

VI – Princípio da Moderação: o emprego da força pelos agentes de segurança pública deve sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força;

VII – Princípio da Necessidade: determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos; e,

VIII – Princípio da Proporcionalidade: o nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.

Art. 3º Fica condicionado ao servidor da Guarda Municipal de Várzea Grande – GMVG, para utilização dos equipamentos de menor potencial ofensivo, a aprovação em curso específico de capacitação, conforme o art. 53 da Lei Municipal Complementar n.º 4.180/2.016.

Parágrafo único: O servidor da Guarda Municipal aprovado em Curso Específico de capacitação para utilização dos equipamentos de menor potencial ofensivo considerado apto, obterá habilitação na categoria nível operador ou outra, conforme especificidade de cada curso.

Art. 4º O uso dos equipamentos de menor potencial ofensivo pelos servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, previstos nas diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2.010.

CAPÍTULO II

HABILITAÇÃO

Art. 5º Será considerado habilitado o servidor da Guarda Municipal de Várzea Grande que:

I - apresentar atestado médico que indique aptidão física e mental para o manuseio de cada equipamento; e

II - ser aprovado em curso específico fornecidos pelo Centro de Formação da Guarda Municipal de Várzea Grande, ou outro compatível com o modelo e marca do equipamento utilizado na GMVG, desde que certificado por escola ou instituição credenciada, ficando a cargo do Comandante da Guarda Municipal o deferimento do mesmo.

Art. 6º Compete ao Comandante da Guarda Municipal de Várzea Grande providenciar, relação de servidores da GMVG que serão submetidos ao processo de habilitação.

Parágrafo único: Para abertura do processo de habilitação, o Comandante da GMVG encaminhará relação de servidores, de que trata o *caput* deste artigo, ao Coordenador de Ensino e Instrução da Guarda Municipal, que deverá:

I – encaminhar relação dos nomes indicados para a Corregedoria Geral, sendo necessário o "Nada Consta" emitido por eles em cada servidor relacionado, sendo requisito condicionante para participação no curso, conforme previsto no art. 63, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal Complementar n.º 4.180/2.016; e

II – publicar portaria emitida pelo Comandante da Guarda Municipal de Várzea Grande, contendo autorização específica com a relação de profissionais de segurança pública habilitados, que serão submetidos ao curso de capacitação.

Art. 7º O curso de equipamento de menor potencial ofensivo tem por objetivo oferecer todo o conhecimento necessário para o emprego correto dos equipamentos para o nível de operador, ou conforme especificidade de cada curso. Parágrafo único: O curso deverá abordar técnica de uso e emprego em conformidade com o tipo e modelo de armamento, munição e equipamento, adotados pela GMVG.

Art. 8º O curso de equipamentos de menor potencial ofensivo somente poderá ser ministrado por instrutor devidamente certificado por profissional ou instituição registrada e competente para este fim.

§ 1º O certificado de instrutor, de que trata o *caput* deste artigo, deverá:

I – estar em pleno vigor;

II – conter a especificação do instrumento de menor potencial ofensivo para o qual tenha sido o instrutor habilitado; e

III – autorizar a ministrar instrução à Guarda Civil Municipal ou não conter restrições para este fim.

§ 2º O instrutor, de que trata o *caput* deste artigo, deverá validar, tecnicamente, certificado próprio, emitido pelo Centro de Formação da Guarda Municipal de Várzea Grande, ao tipo e modelo do equipamento utilizado, na categoria específica, para os profissionais de segurança pública que forem considerados aprovados no curso.

Art. 9º Obterá aprovação no curso, o profissional de segurança pública que obter nota igual ou superior a 06 (seis) no valor máximo de 10 (dez) e que atender aos aspectos qualitativos mínimos estabelecidos, como condição de suficiência, e frequência da carga horária, bem como submeter-se às condições impostas para condicionar-se a passar por todas as etapas do curso:

I - alcançar o mínimo de frequência igual a 90% em cada disciplina.

II - ser avaliado no mínimo como suficiente nas avaliações teóricas e/ou práticas.

Art. 10. O Plano de Curso terá 12 (doze) horas/aula contemplando a etapa teórica, prática e a avaliação aplicada a cada caso, observado, naquilo que couber, o atendimento do seguinte conteúdo programático:

I – legislação, inclusive internacional, aplicada ao uso diferenciado da força (01 hora/aula);

II – normas e modelos de uso da força (01 hora/aula);

III – conceitos de instrumentos de menor potencial ofensivo (01 hora/aula);

IV – introdução ao estudo do tipo e modelo dos equipamentos (02 hora/aula):

a) regras de segurança;

b) classificação legal;

c) suas tecnologias;

d) funcionamento elétrico; e

e) efeitos do uso dos equipamentos.

V – manuseio do tipo e modelo do equipamento – Emissão de Impulso Elétrico, respectivos cartuchos e acessórios (legislação, normas e procedimentos teóricos e práticos) (02 hora/aula);

VI – utilização do tipo e modelo do equipamento – Emissão de Impulso Elétrico, respectivos cartuchos e acessórios (legislação, normas e procedimentos teóricos e práticos) (01 hora/aula);

VII – controle do tipo e modelo do equipamento – Emissão de Impulso Elétrico, respectivos cartuchos e acessórios (legislação, normas e procedimentos teóricos e práticos) (01 hora/aula);

VIII – oficina prática para o uso dos equipamentos – Emissão de Impulso Elétrico (02 hora/aula); e,

IX – avaliação teórica e prática (01 hora/aula).

Parágrafo Único: Para o início do Curso de Capacitação de Equipamento de Menor Potencial Ofensivo faz-se necessário que o Profissional de Segurança Pública apresente Termo de Responsabilidade, devidamente preenchido e assinado, no qual o instruindo compromete-se a realizar todas as etapas do curso de qualificação.

CAPÍTULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 11. O Coordenador de Instrução e Ensino juntamente com o Comandante da Guarda Municipal, deverão providenciar, publicação da ata de conclusão do curso em Boletim Interno da Guarda Municipal ou outro meio de comunicação, contendo a relação dos profissionais de segurança pública habilitados ao uso dos equipamentos, específica ao tipo e modelo contido no certificado do curso, para as atividades da Guarda Municipal.

Art. 12. Os profissionais de segurança pública habilitados para operar e/ou manusear os equipamentos, devem conhecer os riscos e perigos decorrentes de sua utilização, incumbindo-lhe comportar-se como operador responsável em seu nível de ação, preocupando-se com a prevenção de acidentes e consequências que possam advir de tais atividades.

Parágrafo único: Os equipamentos de menor potencial ofensivo, não importando seu tipo ou modelo, é de posse individual no exercício das atribuições do servidor da Guarda Municipal de Várzea Grande, sendo proibido seu empréstimo, sua cessão ou mesmo sua entrega a outro, mesmo habilitado, enquanto perdurar a posse.

Art. 13. Nenhum servidor da GMVG deverá portar um equipamento não letal, não importando seu tipo ou modelo, para o qual não esteja devidamente habilitado.

Art. 14. Compete ao Comandante da GMVG aprovar, por ato próprio, o Procedimento Operacional Padrão – POP para utilização dos equipamentos não letais.

Parágrafo único: Sempre que for introduzida alguma alteração no Procedimento Operacional Padrão – POP ou nos equipamentos não letais, o Comandante ou o Coordenador Operacional da GMVG deverá tomar as providências necessárias ao estabelecimento da capacitação/reciclagem específico ao novo tipo/modelo de equipamento ou ação.

Art. 15. O certificado de habilitação de servidor da GMVG, bem como aos profissionais de segurança pública, para o uso dos equipamentos de menor potencial ofensivo por meio do curso Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo – IMPO, na categoria nível operador ou outra, conforme especificidade, terá validade de 05 (cinco) anos, observada a especificação do tipo e modelo do equipamento.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 19 de fevereiro de 2.018.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 011/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a **contratação de serviços de centro de recuperação de dependentes químicos para assistência e recuperação do paciente: CHARLLES SILVA ARAUJO, conforme determinação judicial nos autos do Processo N. 1497-39.2017.311,0077, Código: 63063,**opina em efetuar a contratação da empresa: **M J DE ARRUDA - ME, CNPJ: 33.062.761/0001-27**, com valor de**: R$ 10.980,00** (dez mil novecentos e oitenta reais) nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 21 de fevereiro de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N.003/2018

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria n. **313/2017**, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XII, nº 2.869 de 06 de dezembro de 2017, que versa sobre a revogação da cessão do servidor público municipal, **ISAÍAS GONÇALVES DE ALMEIDA**, portador da cédula de identidade RG nº. 1250306-1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº. 848.451.631-87, detentor do cargo efetivo de Operador de ETA, cedido para 59ª CIRETRAN de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Onde se lê: Art. 1º - "Fica revogada a cessão do servidor público municipal, **ISAÍAS GONÇALVES DE ALMEIDA**, portador da cédula de identidade RG nº. 1250306-1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº. 848.451.631-87, detentor do cargo efetivo de Operador de ETA, cedido para **59ª CIRETRAN de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, a partir do dia **05 de dezembro de 2017**".

Leia-se: "Art. 1º - Fica revogada a cessão do servidor público municipal, **ISAÍAS GONÇALVES DE ALMEIDA**, portador da cédula de identidade RG nº. 1250306-1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF nº. 848.451.631-87, detentor do cargo efetivo de Operador de ETA, cedido para o Departamento de Transito do Estado de Mato Grosso, 59ª CIRETRAN de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 59ª CIRETRAN de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, a partir do dia **30 de novembro de 2017**."

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 09 de janeiro de 2018.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de camisetas (abadás), em apoio ao carnaval de rua de Vila Bela da SS. Trindade ,** opina em efetuar a contratação da empresa: **ART FINAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**, **CNPJ.: 05.292.804/0001-25, com valor de: R$ 7.000,00 (Sete mil reais)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 21 de fevereiro de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 010/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços na confecção de camisetas, em apoio ao Rally Turístico de Vila Bela da SS. Trindade/MT ,** opina em efetuar a contratação da empresa: ART FINAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, **CNPJ.: 05.292.804/0001-25, com valor de: R$ 2.025,00 (Dois mil e vinte e cinco reais)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 21 de fevereiro de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 008/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 004, de 09 de janeiro de 2018 e alterações, tendo como objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços na produção de adesivos de identificação da gestão, para veículos de uso da prefeitura ,** opina em efetuar a contratação da empresa: **CIDE VAGNER CANDIDO AGRA DE OLIVEIRA 72893672191** , **CNPJ.: 21.157.855/0001-09, com valor de: R$ 2.704,00 (DOIS MIL SETECENTOS E QUATRO REAIS)** nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 21 de fevereiro de 2018 – ROSEMAR DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA Nº 079/2018. DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, *Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,*

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Função Gratificada 02 (FG 02) aos servidores ARNALDO RODRIGUES DA SILVA E ADEMILSON DE MELLO – lotados no Setor de Vigilância Sanitária – junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de fevereiro de 2018.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2018

Edital de Convocação nº 004/2018

Vila Rica MT, 21 de Fevereiro de 2.018

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 02/2017, a comparecem, no prazo máximo de 10 **(dez)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

MONITOR DE CRECHE

NOME
SNDRA CRIZOSTI
ALINE GONÇALVES ARANTES

AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL

NOME
KARLEANE GONÇALVES MILHOMEM
ZENON SANTOS BARBOSA

VIGIA

NOME
SHINAIDER VILELA GOMES

PROFESSOR I A IV - EMEF NOVA LISBOA/PROJETO VILA DA PAZ

NOME
LIVIA CHERLLY SANTOS ABREU

Abmael Borges Da Silveira

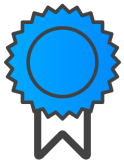
Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida,

Ø Cédula de Identidade; Ø Certidão de Casamento ou Nascimento; Ø Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Ø CPF dos dependentes; Ø Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Ø Cartão do PIS/PASEP; Ø Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados Ø Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse; Ø Título de Eleitor; Ø Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Ø CPF do Pai e Mãe (vivos); Ø Declaração contendo endereço residencial; Ø Declaração negativa de acumulo de cargo publico; Ø Declaração de Bens: Ø Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico; Ø Declaração de que não é aposentado por invalidez; Ø Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital; Ø Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função; Ø Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. Ø Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Silvio C. C. Rogowski- Av. Perimetral Sul nº 415 – Vila Rica Fone: (66) 3554-1609);** Ø Conta corrente no Banco do Brasil S/A; Ø Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Ø Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo; Ø Carteira Nacional de Habilitação – CNH conforme exigência do cargo.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Feb 21 22:31:50 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)